JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Alto Paraguai 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 4
Camara Municipal de Paranatinga 4
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 5
Camara Municipal de São José do Xingu 13
Camara Municipal de Tangará da Serra 14
Camara Municipal de Várzea Grande 15
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 16
Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 18
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 18
Prefeitura Municipal de Água Boa 19
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 25
Prefeitura Municipal de Araputanga 31
Prefeitura Municipal de Aripuanã 33
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 64
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 66
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 69
Prefeitura Municipal de Brasnorte 80
Prefeitura Municipal de Cáceres 80
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 99
Prefeitura Municipal de Campo Verde 103
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 123
Prefeitura Municipal de Canarana 127
Prefeitura Municipal de Carlinda 127
Prefeitura Municipal de Castanheira 131
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 131
Prefeitura Municipal de Cláudia 133
Prefeitura Municipal de Cocalinho 144
Prefeitura Municipal de Colíder 148
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 149
Prefeitura Municipal de Curvelândia 149
Prefeitura Municipal de Diamantino 153
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 154
Prefeitura Municipal de General Carneiro 195
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 199
Prefeitura Municipal de Itanhangá 205
Prefeitura Municipal de Itiquira 218
Prefeitura Municipal de Jaciara 223
Prefeitura Municipal de Jangada 228
Prefeitura Municipal de Jauru 232
Prefeitura Municipal de Juara 236
Prefeitura Municipal de Juscimeira 269
Prefeitura Municipal de Luciara 270
Prefeitura Municipal de Matupá 273
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 276
Prefeitura Municipal de Nobres 279
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 280
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 280
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 281
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 283

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 284
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 285
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 290
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 291
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 303
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 303
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 306
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 307
Prefeitura Municipal de Paranatinga 308
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 312
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 319
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 341
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 343
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 343
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 343
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 346
Prefeitura Municipal de Poxoréu 353
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 354
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 355
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 355
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 356
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 357
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 357
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 374
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 374
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 377
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 377
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 377
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 379
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 382
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 383
Prefeitura Municipal de Sorriso 384
Prefeitura Municipal de Tabaporã 386
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 391
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 391
Prefeitura Municipal de União do Sul 393
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 395
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 398
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 398
Prefeitura Municipal de Vila Rica 403

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 25/2022

PORTARIA 25/2022.

CONCEDE AO SERVIDOR GERALDO SERGIO GOMES, LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

MARCIA LEITE DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e, que lhe confere o cargo.

Art. 1º - Conceder licença não remunerada, para ao servidor público **GERALDO SERGIO GOMES** matrícula 82, portadora do **RG Nº 15416498-7 SSP/SP, para tratar de interesses particulares.**

Art.2º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares a que refere o art. 1º desta Portaria, será concedida a pedido do servidor, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido ou do interesse público nos termos do art. 125 e parágrafos da Lei Municipal nº 11/1990.

Art. 3º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares não isenta o servidor dos deveres, impedimentos e vedações previstos na Lei 11/1990.

Art. 4º - Ao servidor em gozo de licença, não é permitido o exercício de outro cargo público, por manter a titularidade de ambos, exceto se legalmente acumuláveis.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpre-se.

Gabinete da Presidência, em 31 de outubro de 2022.

MARCIA LEITE DE OLIVEIRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 141/2022

Determina o Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 08/2022, instaurado em face dos Excelentíssimos Vereadores Rubens Macedo e Domingos Oliveira dos Santos e dá outras providências"

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, através de seu Presidente em Substituição Legal Vereador Isaias Bezerra, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea "i", c/c artigo 24, inciso VII, alínea "l", § 1º, inciso II, ambos do Regimento Interno;

Considerando a Decisão da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, tomada em 13/10/2022, na qual ARQUIVA o procedimento instaurado em face dos Excelentíssimos Vereadores Rubens Macedo e Domingos Oliveira dos Santos, para apurar os fatos relatados na Representação ofertada pelo Sr. **THIAGO BRANDÃO BARROS**, nos autos do Procedimento Administrativo nº 08/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º DETERMINAR o **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo n° 08/2022, instaurado para apuração de possível quebra de decoro parlamentar/abuso de autoridade atribuído aos Excelentíssimos Vereadores Rubens Macedo e Domingos Oliveira dos Santos pelo Sr. Thiago Brandão Barros.

Art. 2º. ESTABELECER que esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 01 de novembro de 2022.

ISAÍAS BEZERRA

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres em Substituição Legal

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 001/2022

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e Raimunda Rita Rodrigues Bentes

OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL: INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA, PARA ATUAR COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D' OESTE, APROVADO NO TESTE SELETIVO 001/2022.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 585/2021

ADITIVO: Prazo

VIGENCIA: 01/11/2022 a 30/04/2023

Conquista D'Oeste, 27 de outubro de 2022.

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

TERMO DE REVOGAÇÃO - CARTA CONVITE 004/2022

TERMO DE REVOGAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004/2022

A Câmara Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação supracitada tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA AOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, GUARDA E PROTEÇÃO DOS BENS IMÓVEIS, RECURSOS HUMANOS E NAS INFORMAÇÕES LRF, SICONFI, GERAÇÃO E ENVIO DE APLIC, (IN-LOCO E A DISTÂNCIA) PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES".

Inicialmente, registra-se, a revogação da licitação encontra fundamentação legal no Art.22 Inciso II, c/c Art. 49 da Lei nº 8.666/93, na Súmula do Superior Tribunal Federal nº 473.

Compulsando os autos, destacam-se fatos supervenientes que se contrapõem ao prosseguimento do feito, mesmo não havendo elementos que possam aferir ilegalidade na condução do certame, resta evidente a necessidade de saneamento de atos que afetam a segurança da contratação e consequentemente, o interesse público. Dos quais elencamos:

A) Estamos chegando ao final de exercício financeiro do biênio que finda a gestão deste presidente e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LEI Nº 101 de 04 de maio de 2000) em seu Art. 42 assim o descreve:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Desta forma, por se tratar de expectativa de contratação, não acarreta prejuízo direto aos licitantes interessados.

Por outro lado, a necessidade da Administração persiste para prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório.

Entende-se ser desnecessário oportunizar o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório aos licitantes, na forma do §3º do Art. 49º da Lei nº 8.666/93, consoante com o entendimento jurisprudencial, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final, veja-se:

"Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93. (...) Só há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame". (TJSP, Apelação Cível nº 175. 932-5/4-00, Rel. Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004).

Por fim, com fulcro no Art. 49 da Lei 8.666/93, c/c Art. 109, I, "C" da Lei 8.666/93 **REVOGAR** em todos os seus termos, por interesse público e da administração, o processo licitatório tombado sob o nº 004/2022, convite.

Paranatinga/MT, 26 de outubro de 2022

CLELITON RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL SANTA RITA DO TRIVELATO-MT AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2022

CÂMARA MUNICIPAL SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2022

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL SANTA RITA DO TRIVELATO-MT,** por meio do Departamento de Licitações, realizará Dispensa de processo Licitatório, do tipo ***menor preço global,*** na hipótese do art. 75*, **inciso II,*** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

A contratação ocorrerá em item, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**	Mês	1	R$ **7. 574,00**	R$ **7. 574,00**

1.1. O critério de julgamento adotado será o *menor preço global,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO, INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA/ORÇAMENTO.

2.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o cadastramento de sua proposta/orçamento, na forma deste item.

2.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação por dispensa, encaminhará, por meio do e-mail: **camaratrivelato@hotmail.com, ou presencialmente na secretaria da Câmara no horário de expediente 07h as 13h** a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data de 07 novembro de 2022.

2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta/orçamento, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

2.4.1. Os preços ofertados, na proposta/orçamento, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.6. A apresentação das propostas/orçamentos implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.7. Ao encaminhar a proposta/orçamento, o fornecedor, concorda e com às seguintes declarações:

4 4.4 4.5 4.6

2.7.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.7.2. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.7.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.7.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3. ESCOLHA DA PROPOSTA DE PREÇO/ORÇAMENTO

3.1. Encerrado o prazo mínimo estabelecido no art. 75,§3º da Lei 14.133/2021, será verificada a conformidade da proposta/orçamento classificado em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do menor preço global conforme estipulado para a contratação.

3.2. O prazo de validade da proposta/orçamento não será inferior a 30 dias**,** a contar da data de sua apresentação.

3.3. Será desclassificada a proposta/orçamento que: 3.3.1. contiver vícios insanáveis; 3.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos; 3.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; 3.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; 3.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável. *3.4.* Encerrada a análise quanto à escolha da proposta mais vantajosa, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor classificado. *4.2.* Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração. 4.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta/orçamento subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação. *4.3.* Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente. (art. 95 da Lei nº 14.133/21)

5.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

5.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis dias, a contar da data de seu recebimento.

5.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso.

5.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

6.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12; (*art. 156, §3º da Lei nº 14.133/21)*

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

6.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

6.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O procedimento será divulgado no sitio eletrônico do município de Santa Rita do Trivelato – MT (Art. 45 dec. Municipal 069/2022) e no portal de transparência da câmara municipal.

7.2. Poderão ser utilizadas a cotação de orçamentos físicos, após transcorridos o prazo mínimo de 03 dias após a publicação deste Aviso,(se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados - procedimento deserto), devendo ser apresentado no mínimo 3 orçamentos a fim de se realizar o balanceamento de preços.

7.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.4. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.5. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

7.5.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

7.5.2. ANEXO II - Termo de Referência;

7.5.3. *ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;*

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de novembro de 2022.

Claudete Moreira Fagundes Ferron

Agente de Contratação

Portaria nº 027/2022

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de novembro de 2022.

Claudete Moreira Fagundes Ferron

Agente de Contratação

Portaria nº 027/2022

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão Requerente: Departamento de Contabilidade	Descrição de categoria de investimento: **( ) Aquisição** **(x) Contratação de Serviços**

2. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	**Tipo de Licitação:**
( ) Concorrência - Lei n° 8.666/93. ( ) Concorrência - Lei n° 14.133/2021. ( ) Tomada de Preço - Lei n° 8666/93. ( ) Convite - Lei n° 8.666/93. ( ) Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei n° 8.666/93. **(x) Dispensa de Licitação - Art. 75 da Lei n° 14.133/2021.** ( ) Inexigibilidade de Licitação - Art. 25 da Lei n° 8.666/93. ( ) Inexigibilidade de Licitação - Art. 74 da Lei n° 14.133/2021. ( ) Pregão Eletrônico – SRP - Lei Federal n° 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. ( ) Pregão Eletrônico – Tradicional - Lei Federal n° 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. ( ) Pregão Eletrônico – SRP - Lei Federal n° 14.133/2021. ( ) Pregão Eletrônico – Tradicional - Lei Federal n° 14.133/2021. ( ) Pregão Presencial – SRP - Lei Federal n° 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. ( ) Pregão Presencial – Tradicional - Lei n° 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. ( ) Pregão Presencial – SRP - Lei Federal n° 14.133/2021. ( ) Pregão Presencial – Tradicional - Lei Federal n° 14.133/2021.	**(x) Menor Preço Global** ( ) Menor Preço por item ( ) Menor Preço Lote ( ) Melhor Técnica ( ) Técnica e Preço ( ) Maior Lance ou Oferta ( ) Maior Desconto ( ) Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico ( ) Maior Retorno Econômico ( ) Não se enquadra.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

( ) Lei n° 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração);
( ) Lei Complementar n° 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores;
( ) Lei n° 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão);
(x) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
(x) Decreto Municipal Nº 069/2022/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022.
( ) Decreto Municipal n° 047/2014 (regulamenta Sistema de Registro de Preços no Município).
(x) E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

4. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento para a da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT,** conforme condições, quantidades necessárias.

5. DA JUSTIFICATIVA:

JUSTIFICA-SE a necessidade de da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, tendo em vista que a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT lançou processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação n° 002/2022, com objetivo de da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**
JUSTIFICA-SE a necessidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, tendo em vista que a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, processo licitatório na modalidade Dispensa n° 02/2022, com objetivo de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO.**
O assessoramento no acompanhamento do Programa contemplado pelo Decreto 8.373, do ano de 2014, o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas – ou e-Social – é um sistema do governo de unificação de informações dos empregados e estagiários, de forma mais simples, o e-Social é uma ferramenta criada para possibilitar que as empresas cadastrem informações de seus trabalhadores e consolidem as obrigações acessórias trabalhistas, como INSS, auxílio doença etc. Administração Pública as informações constantes dos eventos da 4ª fase (Eventos de Saúde e Segurança do Trabalho) devem ser enviadas a partir das oito horas de 11 de julho de 2022, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data.
Os eventos relativos a Saúde e Segurança do Trabalho (SST), caracterizados pelo S-2210 – Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador e S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos, compreendem informações dos trabalhadores que devem ser cadastradas, monitoradas e atualizadas por profissionais qualificados e habilitados pelos órgãos competentes.
Elaboração PPRA/PGR (VALIDADE DE 02 ANOS)
Elaborar o programa de prevenção de risco ambiental, conforme estabelece a NR 09 da portaria 3214/78e portaria MTb n 1.109 de 21 setembro de 2016.
Elaboração LTCAT (VALIDADE DE 05 ANOS)
Elaborar Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) atende a legislação
Previdenciária e seus anexos.
Elaboração PCMSO (VALIDADE DE 02 ANOS)
Elaborar o programa controle medica da saúde ocupacional, conforme estabelece a NR 07 da portaria 3214/78 e atualização conforme Portaria MTb n1.109 de 21 de setembro de 2016.
Assessoria de Segurança e Saúde do Trabalho, englobando todas as ações necessárias para a auditoria e implantação de programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, orientações e treinamentos, emissão de Ordens de Serviços, Ficha de EPI, declarações de treinamentos e capacitações, auxilio no cumprimento de Normas Regulamentadoras do Trabalho, com suporte técnico e jurídico relacionado a área trabalhista, no que diz respeito as normas de segurança do trabalho.
Gestão dos Eventos SST e E-social: Envio dos eventos das informações condições ambientais de trabalho E-Social, estes eventos e utilizado para registar as condições ambientais pelo declarante indicando as condições de prestação de serviços pelo trabalhador, bem como para as informa a exposição aos fatores de risco e o exercício das atividades das atividades descrita na Tabela 24 - Fatores de Riscos Ambientais.
Visto está entidade, casa de leis, não tem servidores formados nas áreas para atuar nesse seguimento de segurança do trabalho, assim creio tendo justificado a solicitação para o momento.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

ITEM	COD. TCE	QUT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	392243-0	1	meses	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**	**R$ 7. 574,00**	**R$ 7. 574,00**

7. VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. DO VALOR MÍNIMO E DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR OFERTADO NA LICITAÇÃO:
7.1.1. O valor máximo da proposta a ser ofertado na licitação, conforme definição da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT será de **Valor R$** de **R$ 7.574,00 (Sete Mil Quinhentos setenta e quatro reais),** conforme valores unitários e global indicado no item 6, deste Termo.
7.1.1.1. Valores acima do definido pela Administração serão desclassificados.
7.1.2. O pagamento do valor homologado na licitação deverá ser efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis,** contados a partir da data entrega dos serviços, em 12 (doze) parcela.
7.1.3. O Departamento de Contabilidade requisitante informa que as despesas com a contratação correrão:
Órgão: 01 Unidade: 001 Função: 01 Subfunção:031 Programa:0001 – Processo Legislativo Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção das atividades do Legislativo Municipal
Caracterização do Projeto: Manutenção das atividades do Legislativo Municipal

RED: 14 Dotação: 01.001.01.122.0001.2001.3.3.90.39 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1. A empresa deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação:
- Cópia do cartão CNPJ;
- Cópia do contrato social da empresa;
- Cópia dos documentos pessoais dos Representantes legais da Empresa;
- Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND);
- Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- Certidão Negativa de FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9. VIGÊNCIA CONTRATUAL E FORMA DE EXECUÇÃO:

9.1. O prazo de vigência do contrato, objeto do presente licitação, será de **12 (doze) meses,** contados da assinatura do instrumento contratual.
9.1.1. As alterações contratuais obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
9.2. A necessidade da **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO.** A prestação de serviço será prestada presencialmente 01 (Uma) vez no mês presencialmente, Online, via telefone ou acesso remoto a qualquer momento e necessidade da empresa contratante a empresa contratada.
A dotação e fonte de recurso a ser utilizado conforme já informado será:
Órgão: 01 Unidade: 001 Função: 01 Subfunção:031 Programa:0001 – Processo Legislativo Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção das atividades do Legislativo Municipal
Caracterização do Projeto: Manutenção das atividades do Legislativo Municipal
RED: 14 Dotação: 01.001.01.122.0001.2001.3.3.90.39 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documento exigido ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo legal, sem prejuízo da aplicação da multa.
10.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou assinar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
10.3. Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços objeto do Contrato, a Administração Poderá aplicar penalidades à contratada, garantidas a prévia defesa.
10.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

11. GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Atuará como fiscal de contrato do presente contratação o servidor Sra. **Diana Martins Cezario**, tendo como Suplente o servidor Sra **Silvana Terezinha Mirian Dagani Syperreck** , sendo que ambos serão nomeados conforme Portaria nº 021/2022.

12. DAS SANCOES/PENALIDADES:

12.1. Conforme disposto no Edital de Licitação, Minuta de Contrato, Termo de Referência e demais anexos.

13. DAS DISPOSICOES GERAIS:

13.1. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

Santa Rita do Trivelato - MT, 01 de novembro de 2022.

Wanderson Pereira Dias

Presidente

Gestão 2021/2022

Membro: DIANA MARTINS CESARIO

Matricula: 69

Membro: EDSON ZANETTI

Matricula: 131

Membro: AMARILDO NICOLAU DE BORBA

Matricula: 122.

Claudete Moreira Fagundes Ferron

Agente de Contratação

Portaria nº 027/2022

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № xxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Avenida xxxxxxxxx, s/nº, neste Município, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. **xxxxxxxxxxx**, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxx e inscrito no CPF sob nº xxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Avenida xxxxxxxxx, nº xxxxx, Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato – MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa .

....., inscrita no CNPJ/MF nº ..... e Insc. Estadual nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., cidade de ....., neste ato representada pelo seu sócio/diretor o Sr. ....., doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis **Decreto Municipal Nº 069/2022/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022** e suas modificações e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Instrumento Contratual, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento contratual tem por objetivo a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO**, conforme disposto abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO**	Mês	12		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. Para a presente contratação foi realizada a dispensa de licitação Nº 002/2022, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 069/2022/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 069/2022/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente contrato é da data de sua assinatura, iniciando-se em ___/___/_____ até **___/___/_____.**

4.2. O contrato poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite decenal conforme dispõe art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO:

5.1. O valor global do referido contrato é de R$ ..... (.....), a serem pagos em _____ parcelas mensais de R$..... .....

5.2. O pagamento dos serviços continuados será efetuado mensalmente até o 5º (quinto) do mês subsequente, mediante apresentação do Relatório dos serviços executados, bem como a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica Fatura discriminativa.

5.3. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais Eletrônicas/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

5.4. Poderá haver reajuste de preços durante a vigência deste contrato, após 12 meses, observando-se o disposto no art. 25, parágrafo 8º da Lei Federal 14.133/2021.

5.4.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

6.1. As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos próprios do orçamento da entidade, sendo na seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL

Órgão: 01 Unidade: 001 Função: 01 Subfunção:031 Programa:0001 – Processo Legislativo Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção das atividades do Legislativo Municipal

Caracterização do Projeto: Manutenção das atividades do Legislativo Municipal

RED: 14 Dotação: 01.001.01.122.0001.2001.3.3.90.39 - Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÃOES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA** os seguintes:

a) Executaros serviços licitados, conforme solicitação do setor competente, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor responsável pelo recebimento e fiscalização da execução do contrato, em horário e local definido pela secretaria solicitante;

b) Cumprirtodas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

c) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte e instalação, carga e descarga, assistência técnica e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

e) Responderperante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;

f) Responsabiliza-sepor quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

g) Responsabilizarem-sepelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

h) Realizar atendimento de assessoria e consultoria *in loco* na Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato, na periodicidade exigida ou quando solicitado;

i) Realizar mensalmente relatórios de atividades executadas.

7.2 São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) Fornecer e colocar a disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;

b) Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;

c) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA. Notificando a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

d) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 14.133.2021 e Decreto Municipal Nº 069/2022e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022. e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato (Art. 124, II, “d” Lei 14.133/2021);

e) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais, já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização;

f) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da CONTRATADA;

g) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 138 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade; e

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

8.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

8.3.1 O atraso injustificado na execução dos serviços licitados após o prazo preestabelecido no Edital, sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato. (art. 156, § 3º da Lei 14.133/2021)

8.3.2 Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

d) multa de 5% (cinco décimos por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, por prazo não superior a 03 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

g) perda da garantia contratual, quando for o caso.

8.4 De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, sem ônus, mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pela CONTRATADA, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida pela servidora DIANA MARTINS CEZÁRIO, nomeado para esta finalidade, e em sua ausência, pela suplente SILVANA TREZINHA MIRIAN DAGANI SYPERRECK.

10.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

11.1 Aplica-se a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 069/2022/2022 e Decreto Legislativo Nº 06/2022 de 01 de Agosto de 2022 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte do presente contrato, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Aviso de dispensa de Licitação nº 001/2022, no Termo de referência, bem como os documentos a ele referentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá se encontrar nas mesmas condições requeridas na fase de habilitação, bem assim para o recebimento dos pagamentos relativos aos serviços fornecidos e aceitos.

13.2 As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nova Mutum – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em duas vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 01 de novembro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

XXXXXXXXXXXXXXXXX

PRESIDENTE

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA Nº 23/2022

PORTARIA Nº 23 /2022 De 11 de Outubro de 2022.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO 07/2022 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srº. CICERO ROMÃO LIMA LUZ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica através desta nomeada a Sr.º **Rodrigo Medeiros da Silva** , como Fiscal do contrato 07/2022, da Câmara Municipal de São José do Xingu/MT, Estado de Mato Grosso:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM, 11 DE Outubro DE 2022.

CICERO ROMÃO LIMA LUZ

Presidente da Câmara Municipal de

São José do Xingu- MT

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 11 DE Outubro DE 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA Nº 22/2022

PORTARIA Nº 22 /2022 De 11 de Outubro de 2022.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO 06/2022 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srº. CICERO ROMÃO LIMA LUZ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica através desta nomeada a Sr.ª **Patrícia Soares Rodrigues** , como Fiscal do contrato 06/2022, da Câmara Municipal de São José do Xingu/MT, Estado de Mato Grosso:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM,11 DE OUTUBRO DE 2022.

CICERO ROMÃO LIMA LUZ

Presidente da Câmara Municipal de

São José do Xingu- MT

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 11 DE OUTUBRO DE 2022.

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO Nº 1.100 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

HOMOLOGA E ADJUDICA A DISPENSA 12/2022, PROCESSO LICITATÓRIO 26/2022, CUJO OBJETO É a AQUISIÇÃO DE 10 BATERIAS 12V/7A, ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA A MANUTENÇÃO DE 5 NO-BREAKS.

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Processo Licitatório nº 26/2022, modalidade Dispensa nº 12/2022 e adjudicado o objeto para: **ELETRONICA CONCORDE,** devidamente inscrita no **CNPJ sob nº 02.467.329/0001-92,** com sede na Rua Manoel Dionísio Sobrinho, nº 195-S, Centro em Tangará da Serra – MT - CEP 78.300-000, no valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, 46º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

ELAINE ANTUNES

1ª Secretária

PORTARIA Nº 133, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ESTAVEL DESTA CASA, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O Vereador **FÁBIO BRITO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17, §1 da Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009 e Lei Complementar n° 252, de 07 de Maio de 2021.

CONSIDERANDO a **Portaria sob Nº 57/2022** – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangara da Serra – SERRAPREV de 10/10/2022;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 31 de outubro de 2022**,** o benefício de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** a servidora **Eunide de Pedro da Silva**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 0808782-2 – SEJUSP/MT, efetiva no cargo e Agente de Serviços Gerais, Classe “C”, Ref. “09”, admitida em 01/07/1987, lotada no Poder Legislativo, contando com 35 (trina e cinco) anos, 04 (quatro meses e 07 (sete) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do SERRAPREV, nº 2022.04.00033P, a partir da data de 31/10/2022.

Art. 2º –. Registre-se, publique-se e cumpra-se, a presente Portaria, revogados as disposições em contrário.

.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos trinta e um dias do mês de outubro de 2022.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PORTARIA Nº 132, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

O Senhor **FÁBIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2022, em conformidade com o que dispõe o Artigo 51 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual fica constituída pelos seguintes servidores (as):

I- Marcos Antonio Figueiró– Presidente;

II- Adriano Serbate – Secretário;

III- Marciela Di Domenico- Membro.

IV - Larissa Ariane Grella – Membro

V – Vanessa Angheben Guirro - Membro

Art. 2º A Comissão ora instituída executará os procedimentos licitatórios e administrativos em conformidade com a Lei 8.666/93, fazendo *jus* ao adicional de responsabilidade, nos termos dos artigos 4º e 5º, da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007.

Art. 3º Para efeito do disposto no Artigo 5º da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007, os membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como seu presidente, receberão os adicionais ali previstos, com os reflexos incidentes em férias e 13º salário.

Art. 4º Para efeito do disposto no artigo 3º da Lei Complementar 125, de 10 de novembro de 2007, fica designada para assessorar a Comissão Permanente de Licitações e Contratos da Câmara Municipal a Servidora Efetiva Anita Loiola, titular do cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal, fazendo *jus* ao adicional estabelecido no inciso III, do artigo 5º da supracitada lei, com os reflexos incidentes em férias e 13º salário.

Art. 5º Fica o Departamento de Pessoal do Poder Legislativo, responsável em proceder aos trâmites necessários para o fiel cumprimento da presente portaria.

Art. 6º Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria, que entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 04, de 03 janeiro de 2022.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de outubro de 2022.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL N.º 01/2022

Processo Administrativo Especial n.º 01/2022

Tangará da Serra, 17 de outubro de 2022.

DECISÃO

Em face dos elementos constantes do Processo Administrativo Especial n.º 001/2022, **ACOLHO**, por seus próprios fundamentos, as recomendações feitas pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativa, constantes do Relatório de fls. 151/174 e **DECIDO pela aplicação das seguintes penalidades à Empresa MR FERNANDES-EPP, inscrita no CNPJ: 15.198.081/0001-53:**

a) **MULTA,** no valor de R$ 6.276,00 (seis mil, duzentos e setenta e seis reais), correspondente a de 10% do valor do inadimplemento, que no caso totaliza R$ 62.760,00 (sessenta e dois mil, setecentos e sessenta reais), referente aos itens 10 e 12 da Ata de Registro de Preços nº 05/2021, conforme artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666, **de 21 de junho de 1993** e conformeprevisão na cláusula 10.1, "d" da referida ata.

b) **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com o município Tangará da Serra-MT, pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na cláusula 10.1, "e" da Ata de Registro de Preços nº 05/2021.

c) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** pela inexecução de contrato com a Administração, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

A multa deverá ser recolhida por meio de pagamento da DAM anexa, remetendo-se cópia do comprovante de pagamento para o endereço da contratante, por via postal, através do endereço constante do rodapé ou eletrônica, através do email secretaria@camaratga.mt.gov.br, em até cindo dias após o pagamento.

Caso não seja efetuado o pagamento voluntário da multa, seu valor será descontado de eventuais pagamentos a que a empresa fizer *jus* e, se inexistentes, será dado início à cobrança por via judicial, através da inscrição do débito em dívida ativa do Município de Tangará da Serra-MT.

Deverá ser remetida, através do setor competente, correspondência ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, encaminhando cópia integral dos autos e requerendo a inclusão da Empresa MR FERNANDES-EPP, inscrita no CNPJ: 15.198.081/0001-53 no Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública do TCE-MT.

De acordo com o Artigo 109 c/c art. 87, §3º, ambos da Lei nº 8.666/1993, deve ser concedido à empresa prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento desta, para apresentação de RECURSO, ficando franqueada a vista do processo que originou a presente decisão.

O recurso poderá ser encaminhado para o endereço eletrônico secretaria@camaratga.mt.gov.br, pelo correio, através do endereço constante do rodapé ou protocolado diretamente na sede da Câmara no mesmo endereço.

Apresentado recurso, encaminhe-se para análise e decisão. Em não sendo apresentado recurso, certifique-se o trânsito em julgado, procedendo-se a formalização da penalidade.

Às providências.

FÁBIO BRITO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2022

CONTRATO Nº 009/2022 – celebrado entre a Câmara Municipal de Várzea Grande/MT e a empresa EXCELÊNCIA CONTABILIDADE E GESTÃO PUBLICA LTDA-ME

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação Emergencial **nº. 002/2022**.

Objeto: Contratação Emergencial de empresa especializada no fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows com módulos web (internet), serviços técnicos especializados para os diversos setores da Câmara Municipal de Várzea Grande, inclusive com a prestação dos serviços de instalação, configuração, conversão da base de dados e treinamento dos servidores públicos, e manutenção mensal, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, com base no Art. 24, IV, da Lei Federal n° 8.666/93.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA ESTA CONTRATAÇÃO: R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), sendo o valor mensal de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, tendo início no dia 27 de outubro de 2022, com término em 28 de dezembro de 2022.

FUNDAMENTAÇÃO: Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 009/2022/Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.40 – Tecnologia da informação

DATA DA ASSINATURA: 27**/10/2022**

CONSUMIDORA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT – Fábio José Tardin – Presidente.

CONTRATADA: EXCELÊNCIA CONTABILIDADE E GESTÃO PUBLICA LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o n°.10.260.055/0001-94

ASSINATURAS: Fábio José Tardin, Presidente da Câmara Municipal e representante legal da empresa EXCELÊNCIA CONTABILIDADE E GESTÃO PUBLICA LTDA-ME, o senhor Tito Carlos Bueno Vera.

Várzea Grande/MT, 27 de outubro de 2022.

Fábio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 154/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º Incluir a servidora Gabriela Ferreira Guimarães, Matrícula 4678-1, CPF: 962.941.401-53, como membro da Comissão de Saúde.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor, com efeitos, a partir da presente data.

Publicado, Registrado, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2022.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 237/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR a servidora Izabela Lázara de Campos Lemes, CPF: 040.810.921-17, do cargo comissionado de Assessor de Gabinete do Vereador Alecsand Moreira da Silva.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2022.

Ver. Fabio Jose Tardin

Presidente

Ver.Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 238/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a servidora Izabela Lázara de Campos Lemes, CPF: 040.810.921-17, para o cargo comissionado de Chefe de Gabinete Especial do Vereador Alecsand Moreira da Silva.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2022.

Ver. Fabio Jose Tardin

Presidente

Ver.Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 239/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR a servidora Keline Correia de Paula, CPF: 029.828.881-81, do cargo comissionado de Chefe de Gabinete Especial do Vereador Alecsand Moreira da Silva.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2022.

Ver. Fabio Jose Tardin

Presidente

Ver.Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 240/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o servidor Alysson de Campos Gomes, CPF: 337.390.688-17, do cargo comissionado de Assessor de Gabinete do Vereador Alecsand Moreira da Silva.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2022.

Ver. Fabio Jose Tardin

Presidente

Ver.Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 241/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a servidora Gabriela Ferreira Guimarães, CPF: 962.941.401-53, para o cargo comissionado de Assessor do Diretor Geral.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 1º de novembro de 2022.

Ver. Fabio Jose Tardin

Presidente

Ver.Bruno Lins Rios

1º Secretário

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

RESOLUÇÃO Nº 003/2022

Resolução nº 003/2022

Aprova e torna público o regulamento que institui normas para eleição dos Membros do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Da Região Sul – CIDESASUL

O PRESIDENTE, EM EXERCICIO, DO CONSELHO DIRETOR DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO que o Conselho Diretor é órgão deliberativo e normativo máximo deste Consórcio;

CONSIDERANDO a necessidade de eleição de novos membros para o Conselho Diretor, por ocasião do encerramento do mandato da gestão atual;

CONSIDERANDO o artigo 37° e seguintes do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul – CIDESASUL/MT

RESOLVE:

Artigo 1° - Fica aprovado o regulamento Geral do Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul, conforme dispõe o Estatuto Social deste Consórcio, **na forma do Anexo I desta resolução.**

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra – se. Publica – Se. Cumpra – se.

São Pedro da Cipa, 01 de novembro de 2022.

_____

Andreia Wagner

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul.

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 003/2022/CIDESASUL-MT

REGULAMENTO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL.

Institui normas para eleição dos Membros do Conselho Diretor do CIDESASUL/MT, conforme dispõe o Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul.

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 1° – O Presente Regulamento tem por objetivo normatizar os procedimentos do processo eleitoral para a escolha dos Membros do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul, observadas as disposições legais pertinentes e o disposto no Estatuto Social do Consorcio Intermunicipal CIDESASUL.

Art. 2° – Compete ao Conselho diretor a coordenação do processo eleitoral, a garantia de sua lisura, os trabalhos de registro de candidaturas, votação e apuração, bem como quaisquer outros atos relativos ao processo eleitoral.

Art. 3° – A eleição para a composição do Conselho Diretor do CIDESASUL realizar–se–á ás 09h00min, no dia 01 de dezembro de 2022, no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul, localizado na Avenida Presidente Dutra, S/n - Centro, na Cidade de São Pedro da Cipa – MT, CEP: 78835-000, atual sede do CIDESASUL.

Parágrafo único - Será publicado no Diário Oficial ou de circulação regional o Edital de Convocação 25 (vinte e cinco) dias antes da data fixada no caput do artigo.

Artigo 4° - As eleições para preenchimentos dos cargos de membros da Presidência serão realizadas pelo VOTO PESSOAL, SECRETO e DIRETO.

§ 1º - Cada consorciado efetivo terá direito a um voto, independentemente do valor de seu contrato de rateio, sendo que no ato da eleição, o consorciado efetivo deverá estar representado obrigatoriamente pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - Para efeitos de eleição, o consorciado efetivo **não** poderá ser representado por procuração ou por qualquer outra pessoa que não seja o Vice-Prefeito devidamente e comprovadamente no exercício do cargo de Prefeito municipal.

§ 3º - Para efeitos de eleição, não será aceito qualquer tipo de documento enviado, via fax ou correio eletrônico.

Artigo 5° - Poderá se candidatar a cargos do CIDESASUL qualquer consorciado, independentemente do valor do contrato de rateio.

§ 1º - No ato de registro da chapa só serão deferidas e consideradas válidas para a eleição o consorciado efetivo que esteja adimplente junto ao CIDESASUL, em especial para o pleito da vaga de Presidente.

§ 2º - Quando a eleição se der no final de mandato, só terá validade a chapa e o pleito entre os Prefeitos eleitos e Diplomados pela Justiça eleitoral ocasião em que se tornará nulo qualquer pleito que antecedam a diplomação.

DA DEFINIÇÃO E DURAÇÃO

Art. 6° – O conselho Diretor é o órgão deliberativo e normativo máximo do CIDESASUL, constituído pelos prefeitos dos Municípios Consorciados e cujas competências e atribuições estão descritas no Estatuto Social do Consorcio Intermunicipal Cidesasul.

Art. 7° – Os Mandatos terão a duração de 02 (dois) anos, qual seja o biênio 2023/2024, podendo ainda ser reeleito por período idêntico e imediatamente subsequente, condicionado à aprovação das contas do mandato anterior e à duração do mandato do Prefeito e dos membros que o compõe.

DO REGISTRO DE CANDIDATURAS

Art. 8° – Poderão candidatar–se as vagas do Conselho Diretor, mediante formação de chapas, os prefeitos dos 11 (onze) Municípios atualmente consorciados, quais sejam: Campo Verde, Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Tesouro, Pedra Preta, Poxoréo, São Pedro da Cipa, São José do Povo e Santo Antônio do Leste.

Art. 9° – O Registro de candidatura dar-se-á mediante protocolo de apresentação da chapa, que deverá ser feita por comunicação escrita, dirigida a comissão eleitoral, na sede do CIDESASUL, contendo a descrição da chapa completa, composta por 03 (três) prefeitos.

Art. 10 – Cada Chapa deverá conter necessariamente

- 01 (um) Presidente;

- 01 (um) Vice-Presidente;

- 01 (um) Tesoureiro.

Art. 11 – Somente os candidatos registrados poderão concorrer ás eleições de que trata este regulamento.

Art. 12 – Em nenhuma hipótese o associado poderá candidatar – se em mais de uma chapa.

Art. 13 – O registro da Chapa implicará na concordância tácita dos candidatos em concorrer ao pleito, nas condições estabelecidas por este regulamento.

Art. 14 – Em caso de desistência de um membro da chapa já composta, deverá ser comunicada a comissão eleitoral definida em portaria, e a substituição precisará ser realizada no prazo inalterável de até 24 (vinte e quatro) horas, em qualquer tempo, mesmo que findado o prazo de inscrições de novas chapas para a disputa.

Art. 15 – Os interessados deverão requerer o registro de suas chapas a partir do lançamento dessa resolução até, impreterivelmente ás **17h00 do dia 16 de novembro de 2022,** junto à sede do CIDESASUL, situada na Avenida Presidente Dutra, s/n – Centro, neste Município de São Pedro da Cipa/MT.

Parágrafo único – Segue em anexo, modelo para registro de chapa aos interessados.

DA VOTAÇÃO

Art. 16 – A votação dar-se-á por voto direto e aberto ou por aclamação, nos termos do artigo 37 do Estatuto Social do CIDESASUL/MT.

§ 1° - Ocorrerá votação por aclamação no caso em que houver chapa única registrada.

§ 2º Praticar-se-á votação por direto e aberto na hipótese de haver ocorrido o registro de mais de uma chapa**.**

Art. 17 – Cada Município integrante do CIDESASUL terá direito a 01 (um) voto na eleição para presidência do Conselho Diretor.

Art. 18 – Os votos serão proferidos pelos prefeitos dos municípios, a escolha do Conselho Diretor dependerá do quórum simples, ou seja, de 50% (cinquenta por cento) mais um, dos membros associados ao CIDESASUL.

Art. 19 – O quórum exigido será simples para a eleição o Conselho diretor será 50% (cinquenta por cento) mais um, dos membros associados ao CIDESASUL em primeira chamada, em caso de insuficiência, será realiza-

da nova chamada após 1 (uma) hora, dando início ao processo da eleição com a quantidade de membros presentes em segunda chamada.

DA APURAÇÃO

Art. 20 – Será considerada eleita a chapa que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo Único – Em caso de empate, serão usados os seguintes critérios de desempate:

I – Maior tempo no consórcio;

II – Maior tempo no cargo de Prefeito;

III – Maior Idade

Conforme especificado no art. 39 do estatuto do consórcio.

DA POSSE

Art. 21 – Os eleitos serão proclamados, pelo atual Presidente do Conselho Diretor, imediatamente após o encerramento da votação.

Art. 22 – A data de posse dos eleitos será informada logo após sua proclamação, por ato do Conselho Diretor, representado por seu presidente.

§ 1° - Em atenção a determinação contida no § 5° do Artigo 19 º do Estatuto do Consórcio, a gestão 2019/2020 tomará posse no primeiro dia útil do ano de 2019.

DA DISPOSIÇÃO GERAIS

Art. 23 – Qualquer ocorrência de irregularidade no processo de votação deverá ser formalizada e submetida a Comissão Eleitoral.

Art. 24 – Os casos omissos ou carentes de interpretação neste regulamento serão submetidos à apreciação da Comissão Eleitoral deste Consórcio.

São Pedro da Cipa/MT, 01 de novembro de 2022.

_____

Andreia Wagner

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

RATIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso de suas funções institucionais, torna público, na forma do artigo 61 § único da Lei 8.666/93, aos interessados e cidadãos em geral objetivando a perfeita eficácia dos atos, a formalização do seguinte contrato, cuja minuta segue abaixo:

CONTRATO.....: Nº. 009/2022

CONTRATADO…: MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI, inscrita no CNPJ 14.728.004/0001-03

OBJETO.....: O OBJETO DO PRESENTE TERMO CONTRATUAL TEM POR OBJETIVO A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PARA O SISTEMA ON LINE INTELIGENTE DE LANÇAMENTOS E CADASTROS DE AQUISIÇÕES, INVESTIMENTOS E MATERIAL PERMANENTE , COM GERAÇÃO DE GRÁFICOS E RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS EM CADA SETOR, PARA CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI.

ONDE SE LÊ:

VIGÊNCIA.....: De 01/10/2022 à 31/12/2022

LEIA-SE:

VIGÊNCIA.....: De 16/08/2022 à 31/12/2023.

NORTELÂNDIA-MT, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

Publicação válida com efeitos retroativos de 16 de agosto de 2022.

JOSSIMAR JOSÉ FERNADES PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTEMUNICIPAL DE DESENVOLVIEMNTO ECONÔMICO,SOCIAL,AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS ADITIVOS

EXTRATO DO IX TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 013/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: PRIME MEDICINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 22.953.310/0001-63

OBJETO: **Acrescer o montante dos itens 01 e 07,** doobjeto do Contrato n.º 013/2.021, previsto em sua Cláusula 4ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público

DO VALOR: R$488.250,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 028/2020

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: PRIME MEDICINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 22.953.310/0001-63

OBJETO: Acrescer o quantitativo do objeto do Contrato n.º 028/2.020, previsto em sua Cláusula 4ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, visando a continuidade da prestação de serviços de saúde previstos nas Cláusulas 1ª e 4ª, do contrato primitivo, itens 4 e 6.

DO VALOR: R$368.270,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XVII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 038/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LAZARO IVO CAJANGO GOMES **CNPJ:** 28.872.680/0001-52

OBJETO: **Acrescer o quantitativo do item 12 do objeto do contrato**, que consiste na realização de **serviços médicos anestesista - Procedimento: Anestesia Geral/Raque anestesia**, visando à continuidade da prestação desses serviços, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$119.880,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 024/2022

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: MARLOS PEREIRA DE REZENDE - ME **CNPJ:** 27.180. 154/0001-69

OBJETO: **Acrescer o quantitativo do item 11 do objeto do contrato**, previsto na cláusula 4ª, que consiste na realização de serviços de **CONSULTA MÉDICA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA - COM ESPECIALIDADE MÉDICA E RQE**, visando à continuidade da prestação de serviços médicos, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$13.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 025/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: SARON SERVIÇOS DE ANESTESIA DE RONDONÓPOLIS/CNPJ: 12.544.605/0001-22

OBJETO: **Acrescer o quantitativo**do objeto**,** previsto em sua Cláusula 4ª, **que consiste na realização de 290 sedações**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 107.997,60

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XXI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 012/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/ CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA/CNPJ 07.630.237/0001-03

OBJETO: **Acrescer em 50% o montante dos itens 70** doobjeto do Contrato n.º 012/2.019, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização de 440**biópsias simples imprint e cell block,** com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$24.794,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO X TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 032/2020

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: JOSÉ BAZAN JUNIOR - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n. º 13.374.709/0001-07

OBJETO: **Acrescer 100% dos itens 01 e 04**, previsto na Cláusula 4ª do Contrato n.º 032/2.020, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em **CONSULTA CLÍNICA EM GINECOLOGIA - Alto Grau (160 consultas), PROCEDIMENTO DE BIÓPSIA DE COLO UTERINO (160 procedimentos),** com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 27.200,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 019/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/ CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA/CNPJ 07.630.237/0001-03

OBJETO: **Acrescer o montante do quantitativo do item 008** do contrato n. º 019/2.021, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização de **216 procedimentos LAMINAS DE PAAF E RASPADOS**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando a continuidade da prestação dos seguintes serviços médicos especializados.

DO VALOR: R$11.631,60

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ERRATA DO ITEM 2.1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 177/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2022

De acordo com o item 10.3 da Ata de Registro de Preços nº 177/2022, promove-se a seguinte errata:

CELEBRADO: Município de Água Boa MT.

PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA

NA ATA ONDE SE LÊ:

COD	NOME	UND DE FORN	QTD	PERCENTUAL
3965114	SISTEMA DE AUTO GESTÃO INTEGRADA DE FROTAS COM CONTROLE DE EMPENHO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM REDE CREDENCIADA, GESTÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.	UND	10,00	2.405.700,00 %

Valor Estimado Acrescido da Taxa Administrativa: R$ 24.057.000,00 (Vinte e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais).

LEIA-SE:

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado é o seguinte:

Nº ITEM	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO EM R$	VALOR TAXA ADM.	VALOR ESTIMADO EM R$ ACRESCIDO DA TX ADM.
1	3965114	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM GERAL, COMUNS E ESPECIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADAS PELA CONTRATADA VIA SISTEMA, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ÁGUA BOA – MT, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.	24.057.000,00	0,00%	24.057.000,00

Valor estimado acrescido da Taxa de Administração (0,00%) R$ 24.057.000,00 (Vinte e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais).

Água Boa-MT, 01 de novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001

Apostilamento para transferência de DOTAÇÃO entre Secretarias do Contrato nº. 044/2022.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: PUMA COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº. 23.655.349/0001-67.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2022, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL	DOTAÇÃO APOSTILAMENTO
R$ 58.399,99 Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Projeto/Atividade: 10137 Elemento da Despesa: 44.90.52 Código Reduzido: 1241	**R$ 58.399,99** Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Projeto/Atividade: 10131 Elemento da Despesa: 44.90.52 Código Reduzido: 832

Água Boa-MT, 28 de outubro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 760, 01 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a aprovação do projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Perimetral Industrial Trecho A e B no município de Água Boa/MT, e dá outras providências".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e**:**

R E S O L V E:

ARTIGO 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Água Boa/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Via Urbana, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	TRECHO	RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO
Termo de Aprovação de Projeto nº 760	Perimetral Industrial Trecho A e B Área Total = 60.442,32 m²	Jonny Willian Jesus Rocha Engenheiro Civil CREA 120823434-0
		Rafael Nicodemos Moreschi Bruzzon CREA 121366604-0 Engenheiro Sanitarista e Ambiental Engenheiro Civil

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil: Marcelo Alves Pereira

CREA: 43106/MT

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 01 DE NOVEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

MARCELO ALVES PEREIRA

Eng. Civil - CREA: 43106/MT

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de novembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 761, 01 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a aprovação do projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem no município de Água Boa/MT, e dá outras providências".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e**:**

R E S O L V E:

ARTIGO 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Água Boa/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Via Urbana, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	TRECHO	RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO
Termo de Aprovação de Projeto nº 761	ACESSO 01 ACESSO 02 Área total = 48.678,86 m²	Jonny Willian Jesus Rocha Engenheiro Civil CREA 120823434-0

		Rafael Nicodemos Moreschi Bruzzon CREA 121366604-0 Engenheiro Sanitarista e Ambiental Engenheiro Civil

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheiro Civil: Marcelo Alves Pereira

CREA: 43106/MT

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

MARCELO ALVES PEREIRA

Eng. Civil - CREA: 43106/MT

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de novembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GERENCIA DE CONVENIOS
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2022 (ESTADUAIS)

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2022 (ESTADUAIS), DESTINADA AOS PARTIDOS POLÍTICOS, CÂMARA DO VEREADORES, SINDICATOS DE TRABALHADORES E ENTIDADES EMPRESARIAIS COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT.

Em cumprimento ao disposto no art. 2°, da Lei Federal nº 9452/1997, **Notificamos** a sociedade em geral, sobre a liberação PARCIAL de recursos financeiros na data de 28/10/2022, no valor de **R$.2.347.201,76** (Dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e um reais e setenta e seis centavos) conforme previsto no Cronograma de Desembolso, na conta vinculada ao **Termo de Convênio Nº 004/2018, Nº 1577/2018 SIGCON (Processo Nº 0134761-92.2017)**, tendo o mesmo sido assinado em 18/12/2018 e Publicado no diário oficial do Estado em 20/12/2018; e tendo como concedente o FUNAJURIS - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO e como convenente a Prefeitura Municipal de Agua Boa/MT, com o objetivo de "**EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE ÁGUA BOA.".**

DATA:

Água Boa/MT, 31 de Outubro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 012/2022 AO CONTRATO 089/2019

TERMO ADITIVO Nº. 012/2022 ao Contrato n°. 089/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa RVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 003/2019

Modalidade: Concorrência Pública nº. 001/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

CONTRATADA: RVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA / CNPJ: 07.475.058/0001-30

OBJETO CONTRATO: Execução da obra de edificação da sede do Novo Fórum da Comarca de Água Boa -MT

OBJETO ADITIVO: Acréscimo de valor de 3,56%, no valor de R$ R$ 346.882,91 (trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) e um decréscimo de valor de 7,09%, no valor de R$ 690.194,48 (seiscentos e noventa mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 01/11/2022

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

AVISO DO RESULTADO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

PROCESSO Nº. 190/2022.

CONCORRÊNCIA 009/2022.

AVISO DO RESULTADO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento dos documentos de habilitação da licitação acima referenciada que tem por objeto: Alienação de lotes urbanos dotados de infraestrutura, destinados à ocupação residencial e comercial, situada na zona urbana do município de Água Boa denominado Jardim Palmeiras e *Loteamento Residencial* Délcio Eduardo Mendel e Setor Industrial.

A Comissão Permanente de Licitação decide: HABILITAR os seguintes licitantes:

SEQ	NOME	CPF
01	Helena Rodrigues Rocha Hirata	350.678.967-87
02	Linconl Araújo	064.775.389-35
03	Marcelo Alves Pacheco	739.270.821-04
04	Nayane Knopf de Souza	054.866.921-02
05	Priscila Leandro Lopes	023.524.071-09
06	Renato Machado cardoso	033.487.831-43
07	Vitor Hugo Cechetti de Oliveira	25.421.688/0001-04

Os autos do Processo n°. 190/2022 encontram-se franqueados aos interessados.

Abre-se o prazo recursal em conformidade com o Art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93.

Água Boa/MT, 31 de outubro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 763, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 165, de 21 de março de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da LC nº 165/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º – NOMEAR a Sr.ª. **JULIANA ROSA DE SOUZA KOLANKIEWICZ**, para o cargo de Provimento em Comissão de**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**, símbolo CC-1, lotado na Secretária Municipal de Assistência Social, **no dia 03 de novembro de 2022**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 01 DE NOVEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de novembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 762, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 165, de 21 de março de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da LC nº 165/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º – EXONERAR a Sr.ª. **VALQUIRIA SOARES DANTAS FERREIRA**, matricula nº 5164.1, do cargo de Provimento em Comissão de **SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, **no dia 01 de novembro de 2022**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrária.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

DESPACHADO EM CUIABÁ-MT, AOS 01 DE NOVEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de novembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

PROCESSO Nº. 177/2022.

TOMADA DE PREÇO 012/2022.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento da proposta de preço acima referenciada que tem por objeto: *Contratação de empresa de Engenharia especializada para* execução de obra da Unidade Básica de Saúde no Bairro Guarujá Expansão no Município de Água Boa-MT*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no* Edital e seus anexos, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia, conforme segue:

Classificação	Empresa	Situação
1ª	Solar Construções e Locação Ltda	Classificada e Vencedora
2ª	Meridian Comércio e Serviços Ltda	Classificada

Água Boa, 31 de outubro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto nº. 37962/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 01/11/2022, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 037/2022 cujo o objeto é contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para a Secretaria de Educação do Município de Agua Boa, que teve como vencedoras as empresas: GUIA TIPO ALFA LTDA, GRAFICA IVAN LTDA, 4 D DESIGNER GRAFICA EDITORIAL LTDA, A P DE OLIVEIRA CALIXTO e COMERCIO E REPRESENTAÇÕES VARDASCA LTDA.

Água Boa - MT, 01 de novembro de 2022.

Roberto C. Cardoso

Pregoeiro Oficial

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 764, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG-1 A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL , QUE ESPECIFICA".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 152, de 17 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO o ANEXO II, da Lei Complementar nº 165, promulgada em 21 de março de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDE Função Gratificada FG-1 de Gestor (A) Administrativo, a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **VALQUIRIA SOARES DANTAS FERREIRA,** efetiva no Cargo de Assistente Social 30 Horas, Matrícula nº 5164. 1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social - Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, **no dia 03 de novembro de 2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrária.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 01 DE NOVEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de novembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 199/2022

PORTARIA 199/2022

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Dispõe sobre exoneração de servidora efetiva da Prefeitura Municipal Alto Paraguai – MT, por motivo de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERARa Srª **ODETH CORREA DA SILVA,** portadora do **RG Nº 364.750 SSP/MT e do CPF Nº 651******.87**, residente e domiciliada no Distrito de Tira Sentidos, Zona Rural – Alto Paraguai-MT., nomeada para o cargo de provimento efetivo de **AUX. DE SERVIÇOS GERAIS – AGENTE DE SERVIÇOS DA SAÚDE 08H.**, através do concurso público Municipal no ano de 2007, por motivo de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a partir de 22/08/2022.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal, Alto Paraguai–MT. 22 de agosto de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 216/2022

PORTARIA 216/2022

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER A ASCENÇÃO de cargo ao Sr **CLAUDECIR RODRIGUES DOS SANTOS,** portador do **RG 1749749-3 SSP/MT e do CPF Nº 006.***.***.90**, do cargo em comissão de:

Ø DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS 4 - CHEFE DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, junto a Secretaria Municipal de saúde,para o cargo em comissão de:

Ø **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS - 5 – ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**,junto ao Gabinete do Prefeito**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de novembro de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
LEI 619/2022

LEI Nº 619/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Alto Paraguai, aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 07% (Sete por cento) da despesa consolidada fixada no art. 4° desta Lei Municipal nº 603/2021, de acordo com o determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964 e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

§ 1º - Fica o Poder Executivo, sobre o limite estipulado no caput, autorizado a proceder com alterações orçamentárias, via decreto, dos tipos: remanejamento, transferências e transposições, de acordo com o Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

§ 2º - O limite de que trata o caput, será destinado ao reforço das dotações existentes e atualizadas na Lei Orçamentária Anual, não sendo permitido a criação de novas ações e / ou programas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai-MT, 26 de outubro

de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA:60441 844120

Assinado de forma digital por ADAIR JOSE ALVES MOREIRA:60441844120 Dados: 2022.11.01

17:38:39 -03'00'

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022
REGISTRO DE PREÇO: Nº 27/2022

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 REGISTRO DE PREÇO: Nº 27/2022

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**".**

Empresas vencedoras valor total: R$ 108.055,57 (cento e oito mil e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos): **PERFIL HOSPITALAR LTDA** CNPJ: 19.430.036/0001-33 com os lotes: 19, 64, 98, 105, 113 e 114 no valor total de R$ 16.255,66 (dezesseis mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). **F V P COELHO** CNPJ: 26.294.192/0001-80 com os lotes: 2, 8, 10, 42, 49, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 66, 73, 76, 119 e 134 no valor total de R$ 7.720,41 (sete mil e setecentos e vinte reais e quarenta e um centavos). **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI** CNPJ: 22.803.038/0001-35 com os lotes: 35, 100, 110 e 121 no valor total de R$ 1.559,91 (um mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos). **SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIR** CNPJ: 28.820.255/0001-10 com os lotes: 1, 3, 4, 6, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 115, 116, 120, 122, 123, 124,

125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 141, 142 e 143 no valor total de R$ 61.931,15 (sessenta e um mil e novecentos e trinta e um reais e quinze centavos). **M B DE ARAUJO XAVIER** CNPJ: 37.205.854/0001-14 com os lotes: 71, 117 e 144 no valor total de R$ 1. 037,48 (um mil e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos). **SINOMEDICA COM. PROD. MEDICO HOSPITALARES LTDA** CNPJ: 10.317.320/0001-23 com o lote: 16 no valor total de R$ 2.127,30 (dois mil e cento e vinte e sete reais e trinta centavos). **VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** CNPJ: 37.882.886/0001-54 com os lotes: 7, 9 e 118 no valor total de R$ 2.120,08 (dois mil e cento e vinte reais e oito centavos). **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI** CNPJ: 29.700. 587/0001-23 com o lote: 109 no valor total de R$ 990,00 (novecentos e noventa reais). **EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA** CNPJ 71. 505.564/0001-24 com os lotes: 36, 47, 63, 107 e 135 no valor total de R$4. 063,02 (quatro mil e sessenta e três reais e dois centavos). **DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES - EIRELI** CNPJ 21.504.525/0001-34 com os lotes: 5, 13, 101 e 112 no valor total de R$ 8.399,56 (oito mil e trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos). **EXCELLENCE MEDICAL COMÉRCIO E SERVIÇOS** CNPJ: 02.608.793/0001-51 com os lotes: 58 e 140 no valor total de R$1. 851,00 (um mil e oitocentos e cinquenta e um reais).

ALTO PARAGUAI - MT, 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

WISLEY RIBEIRO DO AMARAL PREGOEIRO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 217/2022

PORTARIA 217/2022

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a Srª **ANDRESSA DA SILVA AMARAL,** portadora do **RG Nº 2600270-1 SSP/MT e do CPF Nº062.***.***.***-61** , do cargo em comissão – de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-4 –CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS,** junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura**.**

Art. 2º. – A servidora ficará responsável pela Central de Monitoramento da Policia Militar.

Art. 3º. – esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 03 de Novembro de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

6º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 002/2022 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2022.

6º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2022 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2022.

OBJETO: *CREDENCIAMENTO DE TODOS* OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ÁREA DE SAÚDE, CADASTRADOS NO SISTEMA NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE - SCNES, VINCULADOS OU NÃO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS E PRIVADA, INTERESSADOS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS E/OU PROFISSIONAIS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, PEDIATRIA, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, PSIQUIATRIA, CARDIOLOGIA, MÉDICO REGULADOR, PLANTONISTA PRONTO ATENDIMENTO, MÉDICO DE ESF (CLINICO GERAL), MÉDICO (REMOÇÃO DE PACIENTES), MÉDICO PLANTONISTA (SOBRE AVISO), DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da Comissão de Licitação e seus Membros HOMOLOGAM o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como credenciados as empresas:

MARIO ANTÔNIO REZENDE FILHO - ME CNPJ sob o n.º 43.444.474/0001-35

SEGUINDO A CLASSIFICAÇÃO DOS COLOCADOS:

LOTE Nº 07: - MÉDICO CLINICO GERAL – PRONTO ATENDIMENTO DIURNO:

1 - NOME: MARIO ANTÔNIO REZENDE FILHO - ME CNPJ sob o n.º 43.444.474/0001-35

LOTE Nº 08: - PLANTONISTA PRONTO ATENDIMENTO/NOTURNO:

1 - NOME: MARIO ANTÔNIO REZENDE FILHO - ME CNPJ sob o n.º 43.444.474/0001-35

A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Alto Paraguai – MT, 01 de novembro de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 212/2022

PORTARIA 212/2022

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Retornar do **Afastamento Para Tratar de Assuntos de Interesse Particular,** a Servidora pública municipal, Sra. **CAROLINA MAY DE OLIVEIRA,** portadora do **RG N° 1422196-9 SSP/MT** e do **CPF N° ***233. 45***, Matricula N° 653, Titular do Cargo Efetivo de PROFESSORA 26 HORAS SEMANAIS,** conforme preceitua o Art. 125 da Lei Municipal 11/90 de 19/11/1990**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 18 de outubro de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.331/2022

"ALTERA NOME DE RUA DO MUNICÍPIO DE APIACÁS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Senhor **Júlio César dos Santos**, Prefeito do Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar nome de Rua do Município de Apiacás, conforme segue:

I – Rua Vinícius de Moraes, passa a ser identificada por: Rua Gardino Picoli.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, 01 de novembro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 274/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **EDMILSON SOARES DE LIMA,** portador da cédula de identidade nº 1632619-9 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 021.177.881-81, para exercer o cargo de **COORDENADOR I, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo**.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 01 de Novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 273/2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o **Sr. HUGO GABRIEL DE OLIVEIRA DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 2494002-0 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 055.858.021-19, do cargo de **ASSISTENTE DE DIREÇÃO II,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 01 de Novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 475/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar o Sr. **CARLOS ZENCO,** portador da cédula de identidade nº 4.260.045-8 SESP/PR e inscrito no CPF sob o nº 586.522.569-34, no cargo de **Vigia –** Processo Seletivo Simplificado 001/2022, lotado na Secretaria Municipal de Administração - Contrato de Prestação de Serviços nº. 195/2022, no período de 01 de Novembro de 2022 à 31 de Outubro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 01 de Novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 474/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 148/2022 da Servidora Pública Municipal Srta. **OBADIA DOS SANTOS ALMEIDA LIMA,** portadora da cédula de identidade nº 3480239-8 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº 003.419.221-29,do cargo de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 01 de Novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado o Srta. **OBADIA DOS SANTOS ALMEIDA LIMA,** residente e domiciliada em Apiacás – MT, portadora da cédula de identidade n° **3480239-8 SESP/MT** e inscrita no CPF sob o n° **003.419.221-29**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 148/2022, do cargo de Serviços Gerais, firmado em 25/05/2022 entre as partes, com efeitos a partir de 01/11/2022.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 01 de Novembro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.334/2022

"ALTERA O INCISO I ALINEAS a), b), c), e d), DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 0908/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **Júlio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º- Altera o inciso I alíneas a) b) c) e d) do artigo nº. 4º da lei nº.0908/2015, passando a ter a seguinte redação e da outras disposições:

.....

"Art.4º....

I – Representação do Governo Municipal:

a) 02(um) representante (s) da Secretaria de Assistência Social;

b) 02(um) representante (s) da Secretaria de educação;

c) 02(um) representante (s) da Secretaria de saúde;

d) 02(um) representante (s) do órgão de finanças;

Art. 2º - Fica autorizada a reedição na Lei Municipal nº. 0908/2015

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, em 01 de novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.335/2022

Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar no orçamento programa LOA/2022, pelo excesso de arrecadação, para atender aquisição de equipamentos e caminhão para Secretaria de Agricultura, e dá outras providências.

O Senhor **Júlio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. **Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar no Orçamento Programa** LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1.256/2021, bem como, incluir na LDO/2022, sancionada pela Lei Municipal nº 1.246/2021, o valor de R$ 726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais), nas seguintes rubricas de Receita Orçamentária por Excesso de Arrecadação:

Receita	Discriminação da Receita		Valor
1.2.4.1.50.01.00	Outras Transf. de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	1.7.01.000.000	726.000,00
TOTAL			**726.000,00**

Art. 2º. O Crédito Suplementar ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, e será suplementado o valor de R$ 726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – ADM. DE SERVIÇOS URBANOS

DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
09.01.20.122.0015.1.020.4490.52.00.00.00.00 (criar)	1.7.01.000.000	726.000,00
TOTAL		**726.000,00**

Fonte Recursos: 1.7.01.000.000 – Outras Transf. de Conv. ou Instrumentos Congêneres dos Estados

Meta Financeira: R$ 726.000,00

Meta Física: Aquisição de: 01 Plantadeira R$ 64.000,00, Ensiladeira R$ 62.000,00 e Aquisição de um caminhão comboio no valor de R$ 600.000,00, para atender a Secretaria de Agricultura.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 01 de novembro de 2022.

Júlio César dos Santos

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.336/2022

Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar por anulação, total ou parcial, no Orçamento Programa LOA/2022, e dá outras providências.

O Senhor **Júlio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Programa LOA 2022, sancionado pela Lei Municipal n° 1.256/2021, bem como, incluir **na LDO/2021,** sancionada pela Lei Municipal nº 1.246/2021, o valor total de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0003.2.022.3.1.90.11.00.0.00 (036)	1.500.000.000	90.000,00
03.01.04.122.0003.2.022.3.1.91.13.00.0.00 (040)	1.500.000.000	20.000,00
TOTAL A SUPLEMENTAR		**110.000,00**

Art. 2º. O Crédito Suplementar ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e será deduzido o valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), das seguintes funcionais programáticas:

06.02.10.301.0062.2.066.3.3.90.34.00.00 (861)	110.000,00
TOTAL A DEDUZIR	**110.000,00**

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 01 de novembro de 2022.

Júlio César dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 476/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar a Srta. **GISLAINE SIQUEIRA GOMES,** portadora da cédula de identidade nº 2509723-7 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 054.727.971-01, no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** – Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - Contrato de Prestação de Serviços nº. 196/2022, no período de 01 de Novembro de 2022 à 31 de Outubro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 01 de Novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.332/2022

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2.023 e dá outras providências.

O Senhor Júlio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei **estima a receita e fixa a despesa do Município de Apiacás, Estado** de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2.022, em igual valor de *R$ 74.250.000,00 (setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais), estando incluso no orçamento os recursos necessários ao atendimento da Seguridade Social (Saúde e Assistência Social) no valor de R$ 19.443.000,00 (dezenove milhões quatrocentos e quarenta e três mil reais) e do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Público do Município de Apiacás – PREVIAP, em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e o valor a ser deduzido da receita para formação do FUNDEB no valor de R$ 8.387.000,00 (oito milhões trezentos e oitenta e sete mil reais), e deduções R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais) relativos à tributos municipais e Outras Receitas Correntes do município, assim distribuídos:*

Orçamento Fiscal R$ 58.273.000,00

Orçamento da Seguridade Social Administração Direta R$ 19.443.000,00

Orçamento da Seguridade Social Administração Indireta R$ 5.000.000,00

(-) Dedução para formação do FUNDEB R$ 8.387.000,00

(-) Dedução de Impostos Municipais R$ 59.000,00

(-) Dedução de Taxas Municipais R$ 20.000,00

SOMA DO ORÇAMENTO ANUAL R$ 74.250.000,00

Art. 2º. A receita será arrecadada através do recebimento de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes, de Capital e ainda, Receitas de Contribuições Patronais Previdenciárias, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do "Anexo 2" da receita, observando o seguinte desdobramento sintético:

1. RECEITAS CORRENTES	**65.130.000,00**
1.1. Receita de Impostos	3.459.000,00
1.2. Receita de Taxas	621.000,00
1.3. Receita de Contribuições	901.000,00
1.4. Receita Patrimonial	815.000,00
1.5. Receita de Serviços	826.000,00
1.6. Transferências Correntes	66.792.000,00
1.7. Outras Receitas Correntes	182.000,00
(-) Dedução p/ descontos tributos municipais	**(79.000,00)**
(-) Dedução de Receita p/ formação FUNDEB	**(8.387.000,00)**

2. RECEITAS DE CAPITAL	**4.120.000,00**
2.1. Operações de Crédito	200.000,00
2.2. Alienação de Bens	115.000,00
2.3. Transferências de Capital	3.805.000,00

3. RECEITAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	**5.000.000,00**
3.1. Receitas Correntes	**1.890.000,00**
3.2. Receitas de Contribuições - Intra Orçamentária	3.110.000,00
SOMA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL CONSOLIDADO	**74.250.000,00**

Parágrafo Único - O detalhamento completo da receita do ***Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Apiacás – PREVIAP****, anexo à presente lei será realizada em conformidade ao seguinte desdobramento:*

1. RECEITAS CORRENTES	**1.890.000,00**
1.1. Receita de Contribuição dos Servidores	1.590.000,00
1.2. Receitas Patrimoniais	180.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	120.000,00
2. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIA	**3.110.000,00**
SOMA O ORÇAMENTO DO PREVIAP	**5.000.000,00**

Art. 3º. A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Anexo 6 - Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

1. DESPESAS POR FUNÇÃO E SUB FUNÇÃO DE GOVERNO	**VALORES**
LEGISLATIVA (01)	**2.120.000,00**
Ação Legislativa (031)	2.120.000,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA (03)	**260.000,00**
Essencial à Justiça (092)	260.000,00
ADMINISTRAÇÃO (04)	**8.490.000,00**
Administração Geral (122)	5.545.000,00
Administração Financeira (123)	1.565.000,00
Controle Interno (124)	165.000,00
Tecnologia da Informatização (126)	92.000,00
Formação de Recursos Humanos (128)	100.000,00
Administração de Receitas (129)	263.000,00
Difusão do Conhecimento Científico (573)	60.000,00
Outros Encargos Especiais (846)	700.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL (08)	**3.308.000,00**
Administração Geral (122)	955.000,00
Formação de Recursos Humanos (128)	51.000,00
Assistência ao Idoso (241)	15.000,00
Assistência ao Portador de deficiência (242)	5.000,00
Assistência a Criança e ao Adolescente (243)	796.000,00
Assistência Comunitária (244)	1.486.000,00
SAÚDE (10)	**16.105.000,00**
Administração Geral (122)	1.600.000,00
Formação de Recursos Humanos (128)	35.000,00
Assistência ao Idoso (241)	15.000,00
Assistência Comunitária (244)	61.000,00
Atenção Básica (301)	4.523.000,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (302)	8.718.000,00
Suporte Profilático e Terapêutico (303)	389.000,00
Vigilância Sanitária (304)	202.000,00
Vigilância Epidemiológica (305)	552.000,00

Alimentação e Nutrição (306)	10.000,00
TRABALHO (11)	**30.000,00**
Fomento ao Trabalho (334)	30.000,00
EDUCAÇÃO (12)	**13.973.000,00**
Administração Geral (122)	100.000,00
Normatização e Fiscalização (125)	15.000,00
Formação de Recursos Humanos (128)	23.000,00
Ensino Fundamental (361)	11.220.000,00
Educação Infantil (365)	2.415.000,00
Educação Especial (367)	200.000,00
CULTURA (13)	**328.000,00**
Difusão Cultural (392)	328.000,00
URBANISMO (15)	**7.722.000,00**
Administração Geral (122)	2.792.000,00
Infraestrutura Urbana (451)	4.480.000,00
Serviços Urbanos (452)	135.000,00
Saneamento Básico Urbano (512)	100.000,00
Turismo (695)	215.000,00
HABITAÇÃO (16)	**162.000,00**
Habitação Rural (481)	55.000,00
Habitação Urbana (482)	107.000,00
SANEAMENTO (17)	**2.426.000,00**
Saneamento Básico Urbano (512)	2.426.000,00
GESTÃO AMBIENTAL (18)	**114.000,00**
Administração Geral (122)	86.000,00
Turismo (695)	28.000,00
AGRICULTURA (20)	**1.387.000,00**
Administração Geral (122)	870.000,00
Promoção da Produção vegetal (601)	180.000,00
Abastecimento (605)	310.000,00
Extensão Rural (606)	27.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS (23)	**120.000,00**
Abastecimento (605)	15.000,00
Turismo (695)	105.000,00
COMUNICAÇÕES (24)	**255.000,00**
Comunicação Social (131)	255.000,00
ENERGIA (25)	**740.000,00**
Energia Elétrica (752)	740.000,00
TRANSPORTE (26)	**10.757.000,00**
Transporte Rodoviário (782)	10.757.000,00
DESPORTO E LAZER (27)	853.000,00
Desporto Comunitário (812)	823.000,00
Lazer (813)	30.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (99)	**100.000,00**
Reserva de Contingência (999)	100.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (09)	**5.000.000,00**
Previdência do Regime Estatutário (272)	5.000.000,00
TOTAL	**74.250.000,00**

2. ESPECIFICAÇÕES POR PROGRAMAS		**VALORES**
0001	Manutenção do Poder Legislativo	2.100.000,00
0003	Gestão Administrativa e Transparência	5.613.000,00
0005	Orientação Legal e Suporte Jurídico	260.000,00
0006	Transporte Escolar de Qualidade	2.210.000,00
0007	Alimentação Escolar de Qualidade	450.000,00
0010	Educação de Qualidade	2.790.000,00
0011	Educação de Qualidade - FUNDEB	8.500.000,00
0012	Incentivo a Cultura	278.000,00
0013	Incentivo ao Esporte Amador	853.000,00
0014	Gestão Financeira e Transparência	1.998.000,00
0015	Apoio ao Produtor Rural	1.332.000,00
0017	Eficiência nos Controles	165.000,00
0018	Preservação do Meio Ambiente	612.000,00
0020	Parcerias com Instituições Privadas	289.000,00
0021	Infraestrutura: Promoção do desenvolvimento	13.718.000,00
0024	Saneamento: Um direito de todos	1.900.000,00
0025	Habitações Populares	162.000,00
0034	Melhorias dos Serviços Urbanos	2.792.000,00
0041	Mudas: Reflorestamento e produção	70.000,00
0049	Fomento ao Turismo	133.000,00
0050	Amortização da Dívida Contratada	530.000,00
0051	Festividades Cívicas, Artísticas e Culturais	85.000,00
0053	Valorização do Servidor Público	453.000,00
0058	Manutenção dos Recursos do Fethab	2.500.000,00
0059	Assistência Social: Atenção e Compromisso Social	3.250.000,00
0060	Enfrentamento ao Coronavírus – COVID 19	287.000,00
0061	Saúde: Um Direito de Todos	1.426.000,00
0062	Saúde: Um Direito de Todos – Atenção Primária	4.533.000,00
0063	Saúde: Um Direito de Todos – MAC	8.718.000,00
0064	Saúde: Um Direito de Todos – Assistência Farmacêutica	389.000,00
0065	Saúde: Um Direito de Todos – Vigilância em Saúde	754.000,00
9999	Reserva de Contingência	100.000,00
0002	Previdência do Servidor Municipal	5.000.000,00
	SOMA	**74.250.000,00**

3. ESPECIFICAÇÃO POR AÇÕES		**VALORES**
2.001	Manut. e Adm. do Poder Legislativo	1.900.000,00
2.003	Manutenção e Adm. do Gabinete do Prefeito	711.000,00
2.004	Manutenção e Administração Cartório Eleitoral e JSM	10.000,00
2.005	Manutenção do Salário Educação	500.000,00
2.006	Alimentação Escolar PNAE	250.000,00
2.007	Alimentação Escolar - Recursos próprios	200.000,00
2.008	Transporte Escolar – PNATE	90.000,00
2.009	Manutenção do Controle Interno	165.000,00
2.010	Manutenção e Encargos Transporte Escolar	1.150.000,00
2.011	Transporte Escolar - Convenio Estado	120.000,00
2.012	Manutenção Ens. Fundamental - FUNDEB 70%	5.820.000,00
2.013	Manutenção Educ. Infantil - Pré Escola - FUNDEB 70%	1.470.000,00
2.014	Manutenção e Administração Educação	2.240.000,00
2.015	Manutenção da Iluminação Pública	590.000,00
2.016	Manutenção Ens. Fundamental - FUNDEB 30%	320.000,00
2.017	Manutenção Ens. Infantil Pré Escolar - FUNDEB 30%	60.000,00
2.018	Manutenção dos Benefícios Eventuais	62.000,00
2.019	Manutenção da Assessoria Jurídica	260.000,00
2.020	Atividades e manutenção da cultura	74.000,00
2.021	Atividade e manutenção do esporte amador	676.000,00
2.022	Manutenção e Adm. da Sec. Finanças e Administração	4.023.000,00
2.023	Contribuições ao PASEP	700.000,00
2.024	Amortização da Dívida Contratada	460.000,00
2.025	Manutenção e Atendimento das Ações do CRAS	353.000,00
2.026	Manutenção e Atendimento as Ações do CREAS	398.000,00
2.027	Manutenção e Adm. da Sec. Agricultura Des. Econ.	820.000,00
2.030	Manutenção do Serv. de Acolhimento Institucional	225.000,00
2.033	Manutenção das Atividades do Dept Meio Ambiente	71.000,00
2.035	Manutenção e Atividades da Sec. Assistência Social	898.000,00
2.036	Parcerias e convênios com instituições privadas	280.000,00
2.037	Manutenção e Atividades da Secretaria de Obras	7.123.000,00
2.039	Aquisição de Veículos/Equip/Material Permanente	100.000,00
2.040	Convenio com CDIVAT	30.000,00
2.041	Manutenção das Atividades do DAE	1.400.000,00
2.042	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	370.000,00
2.043	Manutenção do CMDCA de Apiacás	91.000,00

2.044	Manutenção e Administração da Sec. Serv. Urbanos	2.792.000,00
2.045	Proteção e Recuperação Bacias Hidrográficas	15.000,00
2.046	Manutenção do Conselho Munic. da Assistência Social	10.000,00
2.053	Manutenção ao Nasf	80.000,00
2.062	Ouvidoria do SUS Municipal	7.000,00
2.063	Manut e Encargos Atividades da Sec. de Saúde	1.060.000,00
2.064	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	11.000,00
2.065	Manutenção das Atividades Central Municipal de Regulação	315.000,00
2.066	Manutenção Encargos com Saúde da Família	2.437.000,00
2.067	Atendimento com Recursos da Saúde Bucal	551.000,00
2.068	Manutenção Encargos com ACS	900.000,00
2.069	Manutenção Encargos com PASCAR	85.000,00
2.072	Manutenção do Hospital Municipal	5.660.000,00
2.073	Manutenção do Laboratório Municipal	465.000,00
2.074	Manutenção do Centro de Reabilitação	523.000,00
2.075	Contribuição ao Consorcio Municipal de Saúde	500.000,00
2.076	Manutenção da Farmácia Hospitalar	570.000,00
2.077	Manutenção da Farmácia Básica	389.000,00
2.078	Manutenção da Vigilância Sanitária – VISA	202.000,00
2.079	Manutenção Vig. Epid. e ambiental	341.000,00
2.080	Campanha de Vacinação	8.000,00
2.081	Convenio Associação Pequenos Agricultores	17.000,00
2.083	Manutenção Transporte Escolar Recursos Fethab	150.000,00
2.084	Realização de evento na Expoap	50.000,00
2.085	Capacitação de Servidores e Realização de Concurso Público	20.000,00
2.086	Realização de Concurso Público e Processo Seletivo	80.000,00
2.087	Treinamento e Capacitação de Servidores Municipais	20.000,00
2.088	Capacitação e Treinam. de Servidores da Educação	23.000,00
2.089	Capacitação e Treinamento de Servidores da Saúde	35.000,00
2.090	Treinamento e Capacitação de Servidores da Assist. Social	51.000,00
2.091	Publicação dos Atos Oficiais e Publicidade Institucional	255.000,00
2.092	Contribuições a Entidades e Associações	60.000,00
2.093	Incentivo e Apoio a EXPOAP	10.000,00
2.094	Urbanização: Calçamento e Arborização	125.000,00
2.095	Abertura, reabertura e manutenção de Estradas no Município	2.150.000,00
2.096	Construção, Recuperação e Manutenção de Pontes e Bueiros	200.000,00
2.097	Manutenção dos Equipamentos setor de Saúde	35.000,00
2.098	Apoio ao Festival de Pesca e Belezas Naturais	28.000,00
2.099	Manutenção com o Tratamento Fora do Domicilio do Paciente	65.000,00
2.100	Recuperação e Manutenção de Ruas e Avenidas	50.000,00
2.101	Manutenção do Fortalecimento do Colegiado de Gestão	12.000,00
2.102	Gestão do Bolsa Família GBF FNAS	93.000,00
2.103	Manutenção do IGD/SUAS	21.000,00
2.106	Manutenção do Cofinanciamento FEAS	186.000,00
2.107	Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	110.000,00
2.109	Apoio a Alimentação e Nutrição	10.000,00
2.110	Manutenção da Judicialização da Saúde	40.000,00
2.113	Manutenção Educ. Infantil - Creche – FUNDEB 70%	810.000,00
2.118	Manutenção e Encargos do Aterro Sanitário	256.000,00
2.119	Manutenção do Conselho de Educação	11.000,00
2.120	Manutenção do Termo de Convênio com APAE	200.000,00
2.121	Campanha IPTU Premiado	30.000,00
2.122	Manutenção do Conselho Municipal de Educação	4.000,00
2.130	Pagamentos de Precatórios	150.000,00
2.131	Enfrentamento da Emergência - Covid-19	250.000,00
2.132	Enfrentamento da Emergência - Covid-19	37.000,00
2.133	Fomento Cultural, Incentivo a Arte e a Cultura	14.000,00
2.134	Manutenção do Programa Jovem Aprendiz	30.000,00
2.135	Aquisição de Óculos para crianças	21.000,00
2.136	Aquisição de Cadeira de Rodas para crianças	25.000,00
2.137	Aquisição de Próteses Auditivas	15.000,00
2.139	Benefício de Ação Continuada Escola – BPC Escola	5.000,00
2.140	Manutenção das Ações da Vigilância Ambiental	193.000,00
2.141	Manutenção das Atividades Turísticas no Município	80.000,00
2.142	Administração da Sec. de Finanças	430.000,00
2.143	Amortização de Dívidas Junto ao INSS	70.000,00
2.144	Manut. do Depto de Licitação, Convênio, Compras	307.000,00
2.145	Manutenção do Patrimônio e Almoxarifado	95.000,00
2.146	Manutenção do Depto de Tributação e Fiscalização	233.000,00
2.147	Manutenção do Depto de Recursos Humanos	229.000,00
2.148	Manutenção do Depto de Contabilidade e Tesouraria	455.000,00
2.149	Manutenção da Coordenação do Aplic	92.000,00
2.150	Manutenção do Depto de Trânsito Municipal	74.000,00
2.151	Manutenção do kit hortifrúti	30.000,00
2.152	Fortal. Do Controle Social – Conselho Mun. Assist. Social	13.000,00
2.153	Mais Médicos Pelo Brasil	120.000,00
2.154	Casa de Apoio em Alta Floresta	50.000,00
1.001	Aquisição de Veículos e Equipamentos	100.000,00
1.003	Aquisição de Equipamentos e Veículos Assist. Social	20.000,00
1.004	Manutenção Reforma e Ampliação Escolas Municipais	50.000,00
1.005	Aquisição Academia Melhor Idade	15.000,00
1.006	Ampliação da Rede de Água Tratada	200.000,00
1.007	Ampliação da Rede de Energia Elétrica	60.000,00
1.008	Habitações Rurais	55.000,00
1.009	Aquisição e Instalação de Academia Ar Livre	15.000,00
1.010	Aquisição de Ônibus para Transporte Escolar	200.000,00
1.011	Aquisição de Veículos e Equipamentos	50.000,00
1.012	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Esporte	20.000,00

1.013	Aquisição de Ambulância	150.000,00
1.020	Aquisição Veículos Maquinas Equip. Diversos Agric.	50.000,00
1.031	Construção de Casas Populares	52.000,00
1.034	Aquisição de Veículo e Material Permanente	100.000,00
1.035	Ampliação, Reforma e reestruturação do Prédio da Câmara	100.000,00
1.036	Aquisição de Veículo e Equip. e Material Permanente	25.000,00
1.037	Construção Barracão na Sec. de Infra Estrutura	20.000,00
1.038	Construção e Recuperação de Asfalto e Galerias Pluviais	1.300.000,00
1.039	Construção de Pontes nas Estradas Municipais	150.000,00
1.042	Construção e Adequação Mini Estádio de Futebol	30.000,00
1.044	Construção de Casas Populares	55.000,00
1.046	Ampl. Reforma de Creche Bairro União	75.000,00
1.047	Construção e Reforma de Bueiros	110.000,00
1.048	Melhorias do Espaço Físico Secretaria de Saúde	35.000,00
1.049	Equipamentos e Material Permanentes UBS	150.000,00
1.050	Const. Ref. e Ampliação Unidade Básica de Saúde	160.000,00
1.051	Ampliação Reforma e Readeq. do Hospital	250.000,00
1.052	Aquisição Equipamentos e Utensílios para Hospital Municipal	200.000,00
1.053	Aquisição de Equipamentos e Móveis para o NASF	10.000,00
1.055	Aquisição Equipamentos e Utensílios para Saúde Bucal	30.000,00
1.056	Aquisição de Equip/Mobiliários para o Centro de Referência	10.000,00
1.057	Aquisição de Equip. e Materiais Vigilância Epidemiológica	10.000,00
1.059	Apoio a Infraestrutura Turística	25.000,00
1.060	Const. Reforma de Quadra Esportiva em Unidade Escolar	50.000,00
1.061	Construção de Cobertura em Quadra Escolar	10.000,00
1.062	Construção de Terminal Rodoviário	10.000,00
1.063	Aquisição de Maquinários Equipamentos	100.000,00
1.064	Aquisição de Equipamentos e Veículos	100.000,00
1.080	Construção de Central de Destinação de Resíduos Sólidos	270.000,00
1.084	Ampliação e Reforma da Infraestrutura Esportiva	75.000,00
1.085	Construção e Reconstrução de Pontes e Bueiros	310.000,00
1.090	Construção de Viveiro de Mudas	70.000,00
1.093	Construção do CRAS	50.000,00
1.094	Modernização e Ampliação de Iluminação Pública	90.000,00
1.095	Construção e Manutenção de Casa Mortuária	20.000,00
1.096	Revitalização do Lago Municipal	215.000,00
1.097	Construção de Bueiros de Concreto	300.000,00
1.099	Aquisição de Veículos para Sec., de Saúde	100.000,00
1.100	Aquisição de Ônibus Escolar	10.000,00
1.101	Construção de local para a Feira da Lua	15.000,00
1.102	Incentivo a produção da Bacia Leiteira	60.000,00
1.103	Agricultura Familiar: Promoção da Cesta Verde	220.000,00
1.104	Agricultura Familiar: Programa Porteira Adentro	110.000,00
1.105	Iluminação de Campos de Futebol Amador	15.000,00
1.106	Construção de Academia e Parquinho Infantil	30.000,00
1.108	Ampliação Reforma de Infraestrutura Esportiva	5.000,00
1.109	Aquisição de Caminhão Prensa coleta de resíduos	100.000,00
1.110	Melhorias e revitalização do Cemitério	10.000,00
1.112	Reforma e Reestruturação do Centro de Eventos Culturais	165.000,00
1.113	Pavimentação asfáltica urbana e galerias pluviais	3.130.000,00
1.114	Construção de Pista de Caminhada	2.000,00
1.115	Custeio de Cirurgias Eletivas Paranaíta	10.000,00
1.116	Aquisição de Uniformes Escolares Rede Municipal	100.000,00
1.117	Substituição do Telhado do Paço Municipal	20.000,00
1.118	Realização de Processo Seletivo de Concurso Público	30.000,00
1.120	Construção da Estação de Tratamento de Água	300.000,00
1.121	Const Escola Munic. Guilherme de Almeida	10.000,00
9.999	Reserva de Contingência	100.000,00
2.002	Manutenção do Fundo Municipal de Previdência PREVIAP	5.000.000,00
TOTAL DESPESA POR AÇÕES		**74.250.000,00**

4. POR CATEGORIA ECONÔMICA	**VALORES**
Despesas Correntes	41.460.900,00
Despesas de Capital	6.551.000,00
Reserva do Regime Próprio de Previdência	2.038.100,00
Reserva de Contingência	400.000,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	**50.450.000,00**

5. POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		**VALORES**
01	**CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS**	**2.150.000,00**
	001 - Câmara Municipal de Apiacás	2.150.000,00
02	**GABINETE DO PREFEITO**	**1.421.000,00**
	001 - Administração Superior	741.000,00
	002 - Assessoria Jurídica	260.000,00
	003 - Controladoria Interna	165.000,00
	004 - Divisão de Imprensa	255.000,00
03	**SECRET. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO**	**4.928.000,00**
	001 - Administ. Geral da Secretaria de Adm. e Finanças	4.123.000,00
	002 - Depto de Recursos Humanos	329.000,00
	003 - Depto de Licitações e Compras	307.000,00
	004 - Depto de Patrimônio e Almoxarifado	95.000,00
	005 - Depto de Trânsito	74.000,00
04	**SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	**14.301.000,00**
	001 - Administração da Sec. de Educação	2.813.000,00
	002 – Manutenção da Alimentação Escolar	450.000,00
	003 - Depto de Transporte Escolar	2.210.000,00
	004 - Administração do FUNDEB 30%	400.000,00
	005 - Administração do FUNDEB 70%	8.100.000,00
	006 - Depto de Cultura	328.000,00
05	**SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS**	**2.780.000,00**
	001 - Administração Geral da Sec. de Finanças	1.970.000,00
	002 - Depto de Tributação e Fiscalização	263.000,00
	003 - Depto de Contabilidade e Tesouraria	455.000,00
	004 - Coordenação do APLIC	92.000,00
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAÚDE**	**18.005.000,00**
	001 - FMS - Gestão do SUS	1.711.000,00
	002 - FMS - Atenção Primária em Saúde	4.533.000,00
	003 - FMS - Média e Alta Complexidade	8.718.000,00
	004 - FMS - Assist. Farmacêutica	389.000,00
	005 - FMS - Vigilância em Saúde	754.000,00
	006 - Departamento de Água e Esgoto - DAE	1.900.000,00

07	**SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL**	**3.390.000,00**
	001 - Administração Geral Sec. Assist. Social	553.000,00
	002 - FMAS - Transferência Recursos Estado	1.290.000,00
	003 - Fundo Munic. de Habitação de Interesse Social	52.000,00
	004 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolesc.	91.000,00
	005 - FMAS - Bloco da Proteção Social Básica	654.000,00
	006 - FMAS - Proteção Social Espec. Média Complex.	398.000,00
	007 - FMAS - Proteção Social Espec. Alta Complex.	225.000,00
	008 - FMAS - Bloco Gestão Bolsa Família e CAD. Único	127.000,00
08	**SECRETARIA MUNIC. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**	**960.000,00**
	001 - Administração Geral do Meio Ambiente	612.000,00
	002 - Administração Geral do Turismo	348.000,00
09	**SECRET. MUNIC. DE AGRICULTURA E DESENV. ECON.**	**1.457.000,00**
	001 - Administração Geral Sec. de Agricultura	1.457.000,00
10	**SECRETARIA MUNIC. DE URBANISMO**	**6.952.000,00**
	001 - Administração Geral Sec. de Urbanismo	2.892.000,00
	002 - Administração de Serviços Urbanos	4.060.000,00
11	**SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA**	**12.053.000,00**
	001 - Administração Geral Sec. De Infraestrutura	9.603.000,00
	002 - Manutenção dos Recursos do FETHAB	2.450.000,00
12	**SECRETARIA MUNIC. DE ESPORTES**	**853.000,00**
	001 - Administração Geral dos Esportes	853.000,00
13	**FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**	**5.000.000,00**
	001 - Fundo de Previdência dos Servidores - PREVIAP	5.000.000,00
	SOMA GERAL	**74.250.000,00**

6. POR ORGÃOS DE GOVERNO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		**VALOR**
01	Câmara Municipal de Apiacás	2.150.000,00
02	Gabinete do Prefeito	1.421.000,00
03	Secretaria Municipal de Administração	4.928.000,00
04	Secretaria Municipal de Educação	14.301.000,00
05	Secretaria Municipal de Finanças	2.780.000,00
06	Secretaria Municipal de Saúde	18.005.000,00
07	Secretaria Municipal de Assistência Social	3.390.000,00
08	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	960.000,00
09	Secretaria Munic. de Agric. e Desenvolvimento Econômico	1.457.000,00
10	Secretaria Municipal de Urbanismo	6.952.000,00
11	Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.053.000,00
11	Secretaria Municipal de Esportes	12.053.000,00
Total da Administração Direta		**69.250.000,00**

7. POR ORGÃOS DE GOVERNO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**VALOR**
13 Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIAP	5.000.000,00
Total da Administração Indireta	**5.000.000,00**

Art. 4º. *Fica o Poder Executivo autorizado a:*

I - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, destinados ao atendimento de passivo contingente, outros riscos e imprevistos ou eventos fiscais, conforme prevê o artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 e em conformidade com o artigo 38, § único da Lei das Diretrizes Orçamentária para 2023.

Art. 5º. *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Apiacás MT, em 01 de novembro de 2022.

Júlio César dos Santos

Prefeito Municipal

Publicação na integra da Lei nº. 1.332/2022, esta postada no Portal da Transparência

www.apiacas.mt.gov.br

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.333/2022

Autoriza a remanejar, transpor e transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária - LOA 2023, e dá outras providências.

O Exmo. Senhor Júlio César dos Santos Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas prerrogativas dispostas pela legislação, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, transpor, remanejar e transferir, créditos suplementares à conta dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, até o limite de 15% (quinze) por cento do total da despesa fixada, mediante Decreto, em conformidade com o artigo 38, parágrafo único da Lei das Diretrizes Orçamentárias/2023.

Artigo 2º - A alteração orçamentária prevista no artigo 1º desta Lei é exclusivamente para o atendimento de reprogramação ou atendimento de prioridades das ações durante a execução do orçamento anual LOA 2023, aplicado aos Poderes Executivo, Legislativo e ao Regime Próprio de Previdência.

Artigo 3º - Para os fins desta Lei, entende-se como:

I. Remanejamento: realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos dentro do mesmo órgão;

II. Transposição: realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

III. Transferências: realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 01 de novembro de 2022.

Júlio César dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA Nº 49/2022-DRH

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Publicar ato de afastamento de férias regulamentares do servidor, **LEANDRO CANOVA TEIXEIRA AGOSTINHO**, cargo Auxiliar Administrativo, matricula nº 1624, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, referente ao período aquisitivo de 06/10/2019 a 05/10/2020, **com gozo de 16/11/2022 à 15/12/2022.**

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Araputanga-MT, 01 de novembro de 2022.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 2479, Portaria 87/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 066/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-Mt, através do Prefeito Municipal, Sr. ENILSON DE ARAÚJO RIOS, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Consultoria Técnica de Capacitação e Orientação de Pessoal no Processo de Implantação, Parametrização, Acompanhamento do Preenchimento do EFD- REINF e Fechamento da DARF DCTWEB, mediante o valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação n°. 066/2022, com fulcro nas disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 27 de outubro de 2022.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 581/2022

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 170,171,172,173,174,175,176,177,178,179,180/2022, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, oriunda do Pregão Eletrônico nº 050/2022:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2022 - A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME, inscrita sob o CNPJ nº 29.567.496/0001-61.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2022 - BAKOF PLÁSTICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 91.967.067/0001-55.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2022 – BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 43.892.634/0001-09.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2022 - GGV COMERCIAL EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 35.236.131/0001-57.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2022 - GUILHERME E. MODESTO, inscrita sob o CNPJ nº 28.115.595/0001-40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2022 - MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 14.888.303/0001-05.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2022 - NACIONAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 40.032.973/0001-27.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2022 - POMPEIA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº46.367.384/0001-86.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2022 - J.J. VITALLI, inscrita sob o CNPJ nº 08.658.622/0001-13.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2022 - RIO VERDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 24.140.838/0001-49.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2022 - SOLUÇÕES PRATICAS COMERCIAL ATACADISTA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 27.222.285/001-61.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Ricardo Leandro Schiavinato, como fiscal titular, e o Sra. Elenir dos Santos Ferreira como fiscal suplente - Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Srª. Daiany de Souza de Lima como fiscal titular, e o Sr. Ênio Gonçalves da Silva como fiscal suplente - Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Sra. Jaqueline Campos Dias como fiscal titular e Sra. Sandra Rosa Campos como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Sr. Leandro da Rocha de Souza como fiscal titular e Sr. Alessandro Felix Pascoin como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura- SMAE.

Sra. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani como fiscal titular e como fiscal suplente Sr. Lucas Rios – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural.

Sr. Francisco Tibúrcio de Carvalho como fiscal titular e como fiscal suplente como Sr. Genivaldo dos Santos – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Sr. João Edmundo Faria dos Santos como fiscal titular e Sr. Hudson Ricardi Mirandi de Arruda como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados da Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 27/10/2022 e revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um (31) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 580/2022

DESIGNAR SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 066/2022, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE PESSOAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DO PREENCHIMENTO DO EFD- REINF E FECHAMENTO DA DARF DCTWEB, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 066/2022, com a empresa a seguir:

Empresa MINERVA CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.668.903/0001-79.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr.ª Maria Eduarda Soares dos Reis, como fiscal titular e como fiscal suplente Sr.ª Célio Marcio Figueiredo Torres Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos na data 20/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, vinte e sete (27) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 582/2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 102º; PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º; parágrafo único da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) a servidora, **Simone Pires Salomé,** matrícula nº. 1642, ocupante do cargo efetivo de **Dentista PSF "D-03"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **02/12/2016 à 01/12/2021**, por um período de **30 (trinta) dias,** a partir de **03/11/2022.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um (31) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
QUINTO ADITIVO N° 159/2022 AO CONTRATO Nº. 15/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE OBRA REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS RUAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, SENDO 4.693,76M², INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, REFERENTE O CONVÊNIO Nº. 816317/2015/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº. 1.022.763-93/2015; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 20/10/2022 A 19/12/2022.

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.053/2022

A prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 124/2022/COOJUR, o qual solicita a Gratificação e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **MARKO ADRIANO KREFTA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2044707 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 835.848.032-68, ocupante do Cargo de Carreira de **PROCURADOR DO MUNICIPIO,** *lotado no Gabinete da Prefeita*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-05,** a partir de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
SEGUNDO ADITIVO N° 157/2022 AO CONTRATO Nº. 31/2022

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS, CIVIL E ARQUITETÔNICO, PARA REVITALIZAÇÃO DE AVENIDAS, NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, COM AMPARO NO ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/10/2022 A 18/01/2023 E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/11/2022 A 03/02/2023;

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.055/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 927/SEMUSA/2022 e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretária, a Sra.**MONIQUE ALVES RAMOS** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2328615-5 SESP/MT 2ª via e inscrita no CPF nº. 042.581.581-19, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode**Departamento de Saúde da Família** - **DESAF**,Nível **DAI–01**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* a partir do dia 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **15.055/2022** de nomeação referente ao mês 11/2022, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022.

Aripuanã-MT, ao 1º dia do mês de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.035/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra. **ANA AMELIA DE SOUZA SARMENTO PEREIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.179.958 SESP/ES, e inscrita no CPF sob o n°. 120.319.067-04, para ocupar o Cargo de Carreira de **ASSISTENTE SOCIAL - CONSELVAN***, lotada na Secretaria Municipal de Assistencia Social,* a partir do dia 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes da Portaria nº **15.035/2022** de nomeação referente ao mês 11/2022, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022.

Aripuanã-MT, ao 1º dia do mês de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.036/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 139/2022-DAE e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 9.633/2017, a qual designa o funcionário efetivo Sr.**JEFERSON BARROS DE FARIA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.565.010-6 SESP/PR e inscrito no CPF nº. 051.630.419-40, ocupante do Cargo de Carreira de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, *lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente,* para responder como Técnico Habilitado responsável pelo sistema de Abastecimento de Agua deste Município**,** a partir do dia 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.054/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido Memorando nº 926/SEMUSA/2022 e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, a Sra. **ANYELLE POSSAMAI MEOTTI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1501569-6 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 039.786.411-60, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Vigilância em Saúde - COOVS, DAS – 07,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* a partir do dia 01/11/2022, tonando sem efeitos a Portaria nº 13.989/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.037/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 139/2022-DAE e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 9.728/2017, que concede ao funcionário efetivo Sr.**JEFERSON BARROS DE FARIA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.565.010-6 SESP/PR e inscrito no CPF nº. 051.630.419-40, ocupante do Cargo de Carreira de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, *lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-02,** a partir do dia 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.038/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 913/SEMUSA/2022, o qual solicita a concessão de Adicional e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de Insalubridade, sobre o salário mínimo vigente nacional, para o Cargo efetivo abaixo relacionado, *lotado na Secretaria Municipal de Saúde*, conforme segue:

Nome	Cargo	Lotação	Data
Cleidiane Thaynara da Silva Cortes	Técnica em Enfermagem	UBS Conselvan	01/11/2022

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.039/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 919/SEMUSA/2022, o qual solicita a concessão de Adicional e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de Insalubridade, sobre o salário mínimo vigente nacional, para os Cargos Contratados abaixo relacionados, *lotados na Secretaria Municipal de Saúde*, conforme segue:

Nome	Cargo	Lotação	Data
Eliane de Oliveira Muniz	Auxiliar de Saúde Bucal	UBS Centro	01/11/2022
Lauanny Machado de Toledo	Auxiliar de Saúde Bucal	UBS Jardim Planalto	01/11/2022

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.040/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 0*62/2011 *e no Artigo* 69*, Inciso* III *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2231/2022, concordância do Secretário;

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **LUZIMAR XAVIER COTRIM DE CARVALHO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1666363-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 006.231.581-16, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA –PROFISSIONALIZADO,** matricula nº 2101, *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO,** a partir da data de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.041/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Artigo 69, Inciso III* **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido *protocolo n° 2222/2022*, e *com amparo* na *Lei Complementar nº.* 182/2021*;*

RESOLVE:

PROMOVER, a Servidora efetiva, Sra. **SARA DA SILVA PONTES DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1666391-8 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 013.636.371-77, ocupante do Cargo de Carreira de **MERENDEIRA-NÃO PROFISSIONALIZADO Classe "B",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* para **MERENDEIRA-PROFISSIONALIZADO Classe "C",** considerando a conclusão do Curso Técnico em Alimentação Escolar - Pro funcionário, a partir do dia 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2022

"Dispõe sobre a composição e nomeação da Comissão organizadora da I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARIPUANÃ/MT."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Aripuanã/MT, representado neste ato por sua presidente, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.º 2.182/2021, considerando a deliberação ocorrida na Reunião ordinária do CMDCA, onde foi composta

nesta data 1 de novembro de 2022, a comissão organizadora da conferência.

Resolve:

Art. 1º – INSTITUIR, a partir desta data, 1 de novembro de 2022, a COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARIPUANÃ/MT, destinada ao planejamento, organização e demais atos necessários a realização da conferência.

Art. 2º. A comissão organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Noeli Aparecida da Silva

Membro: Rubens Oliveira Sedor

Membro: Marineide Ferreira Silva

Membro: Juliana Almeida de Carvalho

Membro Fiama Spina Moro Chodaski

Membro: Diana Magalhães

Aripuanã,01 de novembro de 2022.

_____

Marineide Ferreira Silva

Presidente de Conselho Municipal Direito

Crianças e Adolescente -CMDCA

EM ANEXO ATA

ATA 06/2022

ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Ao primeiro dia de novembro de dois mil e vinte e dois, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, às 08h00min foi realizada uma reunião ORDINÁRIA com os membros do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, constituído conforme Decreto n 4.472/2022 **I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:** Fiama Spina Moro Chodaski – titular, Silvalane Marques Martins– suplente; **Representantes da Secretaria Municipal de Saúde**: Maria Pinheiro – titular, Jandira Scandolara Verissímo – Suplente; **Representantes da Secretaria Municipal de Educação:** Juliana Almeida de Carvalho – Titular, Marciele de Linhares – Suplente; **RepresentantesSecretaria Municipal de Finanças:** Sonia Aparecida Ortega Guerino – Titular, Rosemari Zanela – Suplente; **Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura:** Rita Maltezo – Titular, Diana Magalhães - Suplente; **II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL: a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Pais de Aripuanã – APAE:** Noeli Aparecida da Silva – Titular, Rosana Viturino Segala - Suplente**; b) Associação Comercial de Aripuanã – ACIA:** Marinalda Ferreira Fabrin – Titular Cleonice Arnuti Battisti – Suplente, **c) Grupo dos Desbravadores**: Marineide Ferreira da Silva – Titular, Osmar Rodrigues da Silva – Suplente; **d) Igreja Católica de Aripuanã:** Fabiany Cristina Santi Morande Demeneck – Titular, Ana Paula Krumenauer Scheuer – Suplente; **e) Associação Esportiva Cultural e Educacional YAWARA - AECEY:** Rubens Oliveira Sedor – Titular, Neri José da Silva- Suplente, conforme Decreto nº 4.558/2022 de substituição. A Vice – presidente do Conselho a Senhora **Fiama Spina Moro Chodaski**, procedeu à abertura da reunião saudando e agradecendo a todos pela presença, informou que a presidente não está na cidade por motivos de trabalho, lembrou que se faz necessária a reunião para alinhamento da organização da 1º Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é uma etapa preparatória para as conferencias Estadual e Nacional, onde ficou acordado entre todos os conselheiros a data pré-definida para o dia 07 de Dezembro de 2022, também ficou definido para o dia do evento apresentação Cultural e Vídeo temático. Foi composta a comissão organizadora para conferência, composta por membros do CMDCA, tendo como Representantes da **Sociedade Civil** Noeli Aparecida da Silva (**Presidente da Comissão**), Marineide Ferreira da Silva, e Rubens Oliveira Sedor, membros representantes **Governamentais,** Juliana Almeida de Carvalho, Fiama Spina Moro Chodaski, e Diana Magalhães. Os eixos da conferencia ficaram distribuído das seguintes formas: **Primeiro Eixo Temático -** *Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós pandemia*, Coordenado por **Claudineia de Nazaré** e **Ângela Alves da Silva**; **Segundo Eixo Temático** - *Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia da Covid 19*, Coordenado por **Eder Teste de Oliveira** e **Greice Keli Valente Batista**; **Terceiro Eixo Temático** - *Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia*, coordenado por **Fiama Spina Moro Chodascki** e **Gema de Lurdes Galvão**; **Quarto Eixo Temático** - *Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico*, coordenado por **Noeli Aparecida da Silva** e **Rubens Oliveira Sedor**; **Quinto Eixo Temático** - *Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e pós-pandemia da Covid-19*, Coordenado por **Gilmar Roberto da Silva** e **Andressa Akina Lima Matsui**. A vice-presidente do Conselho informou ainda que estará entrando em contato com o coordenador do programa Jovem Vereadores do Município para convidar adolescentes para participar da conferência na composição das delegações. Nada mais a tratar, a reunião deu-se por encerrada e eu Samila dos Santos Sousa Rocha, Diretora de Departamento de Conselhos lavro esta ata que segue assinada por todos os presentes.

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.042/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Artigo 69, Inciso III* **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido *protocolo n°* 2258*/2022*, e *com amparo* na *Lei Complementar nº.* 183/2021*;*

RESOLVE:

PROMOVER, a Servidora efetiva, Sra. **KARIN RODRIGUES DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 8.659.119-7 SSP/PR e inscrita no CPF sob o n°. 000.031.051-48, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** matricula nº 2821, *lotada na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento,* **da Classe A, para a Classe B,** considerando a conclusão do Curso de Direito, a partir do dia 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.043/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2173/2022, Concordância do Secretário e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **MÁRCIA NANTES BRITO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000089554 SSP/MS e inscrita no CPF sob o nº. 238.324.441-49, Matricula nº 282, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO***, lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO, com efeitosa partir da data de** 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.044/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2216/2022, Concordância da Secretária e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **MARIA CELMA SOARES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 14721201 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº. 000.493.971-92,matricula nº 1561,ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** com efeitosa partir da data de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.045/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2215/2022, Concordância da Secretária e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor efetivo Sr. **IVAN LOHMANN,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 0850510-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 763. 231.291-91,ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** matricula nº 1580,*lotado na Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO, com efeitosa partir da data de** 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 47/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados, a ***Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de caminhão prancha 6 x 4 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste Munícipio de Aripuanã/MT, com base no Art. 24 Inciso II da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal.***

Aripuanã/MT, 01 de novembro de 2022.

ELEN CRISTINA SOARES MACEDO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.046/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2227/2022, Concordância da Secretária e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **EDINALIA MARIA ALVES DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1326645-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 002.459.891-70,ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matricula nº 2800, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO, com efeitosa partir da data de** 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.047/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2226/2022, Concordância do Secretário e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **ELIANE GRAEBIN**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1062136-9 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 775.322.441-72, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR** matricula nº 871, *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **01 (UM) MES DE LICENÇA PRÊMIO,** com efeitosa partir da data de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.048/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2225/2022, Concordância do Secretário e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **IZABEL CRISTINA FRANCO FIUZA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2383811 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº. 426.538.431-53, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR,** matricula nº 2532, *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** com efeitosa partir da data de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.049/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2224/2022, Concordância do Secretário e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva Sra. **VANESSA SANTOS SILVA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000925310 SSP/RO e inscrita no CPF nº. 873.739.802-44, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA-PROFISSIONALIZADO,** matricula nº 2542, *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** com efeitosa partir da data de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.050/2022

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99* e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o requerimento *protocolo n°* 2233/2022, Concordância do Secretário e Deferido da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor efetivo Sr. **CLAUDIONOR JUSTINIANO DOS SANTOS,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 711.584 SSP/RO e inscrito no CPF nº. 390.705.652-34, ocupante do Cargo de Carreira de **VIGIA NÃO-PROFISSIONALIZADO,** matricula nº 2084, *lotado na Secretaria Municipal de Educação,* **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** com efeitosa partir da data de 01/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.051/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 2262/2022 e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia por motivo de doença em pessoas da família**, para a Servidora Sra. **ELIANE DE JESUS BARBOSA DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 1436421 SSP/MT e inscrita no CPF n.º 043.010.882-61, Contratada no Cargo de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 26/10/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 48/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados, a Aquisição de estacas de eucalipto e arame farpado, para atender as necessidades da Secretaria Adjunta de Saneamento Básico, deste Município de Aripuanã-MT, com amparo no art. 24, inciso II da Lei nº 8666/93, c/c o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Aripuanã – MT, 01 de novembro de 2022.

Elen Cristina Soares Macedo

Presidente da CPL

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERCEIRO ADITIVO N° 167/2022 AO CONTRATO Nº. 6/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONTEMPLANDO MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; SUPRESSÃO DE R$ 183.375,24. ACRÉSCIMO DE R$ 215.119,29.

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
SÉTIMO ADITIVO N° 166/2022 AO CONTRATO Nº. 26/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA 2ª. ETAPA DO TERMINAL RODOVIÁRIO NO MUNÍCIPIO DE ARIPUANÃ/MT, CONFORME CONVÊNIO Nº. 873030/2018/MTUR/CAIXA E CONTRATO DE REPASSE Nº. 1.059. 714-02/2018, EM ATENDIMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/10/2022 A 24/01/2023; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 25/10/2022 A 24/01/2023.

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
OITAVO ADITIVO N° 165/2022 AO CONTRATO Nº. 108/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOTEAMENTO, COM A DEVIDA DEMARCAÇÃO DOS LOTES E IMPLANTAÇÃO DOS MARCOS, E O RESPECTIVO MEMORIAL DESCRITIVO DAS 284 PLANTAS, CONSTANTES NO ESTUDO TOPOGRÁFICO, PARA O PROJETO MT-PAR, E SERVIÇOS DE RETIFICAÇÃO DE MATRÍCULA DO LOTE 01, QUADRA 21, DO LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL, EM ATENDIMENTO AO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 24, INCISO I DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 27/10/2022 A 26/11/2022.

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.637/2022

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARIPUANÃ-MT".

A Prefeita Municipal de Aripuanã-MT, em conjunto com o Presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**, no uso de suas atribuições e, considerando às recomendações e orientações metodológicas da Comissão Organizadora Nacional para realização das Conferências livres, Municipais, Territoriais ou Intermunicipais e Estaduais;

DECRETA:

Art.1º Fica convocada a **I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, a ser realizada no dia **07 de Dezembro de 2022**, no Polo UAB – (Centro de Formação Continuada Dardanellos), das **07h às 11h e das 13h às 17h**, tendo como tema central: **"Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade".**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia do mês de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
OITAVO ADITIVO N° 164/2022 AO CONTRATO Nº. 098/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO, INCLUINDO PRAÇAS, COMUNIDADES DE CONSELVAN, CIDADE MORENA, LONTRA, MILAGROSA E AR2, E EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS NESTE MUNICÍPIO; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/10/2022 A 21/02/2023.

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 4.638/2022.

SÚMULA:

"PRORROGA A VALIDADE DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 PARA CADASTRO DE RESERVA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, e conforme preceitua o Artigo 1 subitem 1.4 do Edital nº 001/2021 do **Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021**, homologado conforme Decreto nº. **4.365/2021**, de 02 de dezembro de 2021, publicado na mesma data.

Considerando a possibilidade de aditivo dos contratados para mais um período letivo;

Considerando, que ainda existem classificados que poderão ser aproveitados no quadro de servidores para contratação temporária em caráter temporário de excepcional interesse público;

Considerando também, o princípio da economicidade e a razoabilidade, não se fazendo necessário, novo Processo Seletivo Simplificado para os mesmos cargos;

RESOLVE:

Art. 1º - **PRORROGAR** pelo período de 01 (um) ano a contar da data de 02/12/2022, o Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021, homologado pelo Decreto nº. 4.365/2021.

Art. 2° - De acordo com a Lei Municipal nº 2.142/2021, ficam os contratos decorrentes destes também prorrogáveis por mais um ano, desde que devidamente justificado.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia do mês de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
SEGUNDO ADITIVO N° 163/2022 AO CONTRATO Nº. 71/2022

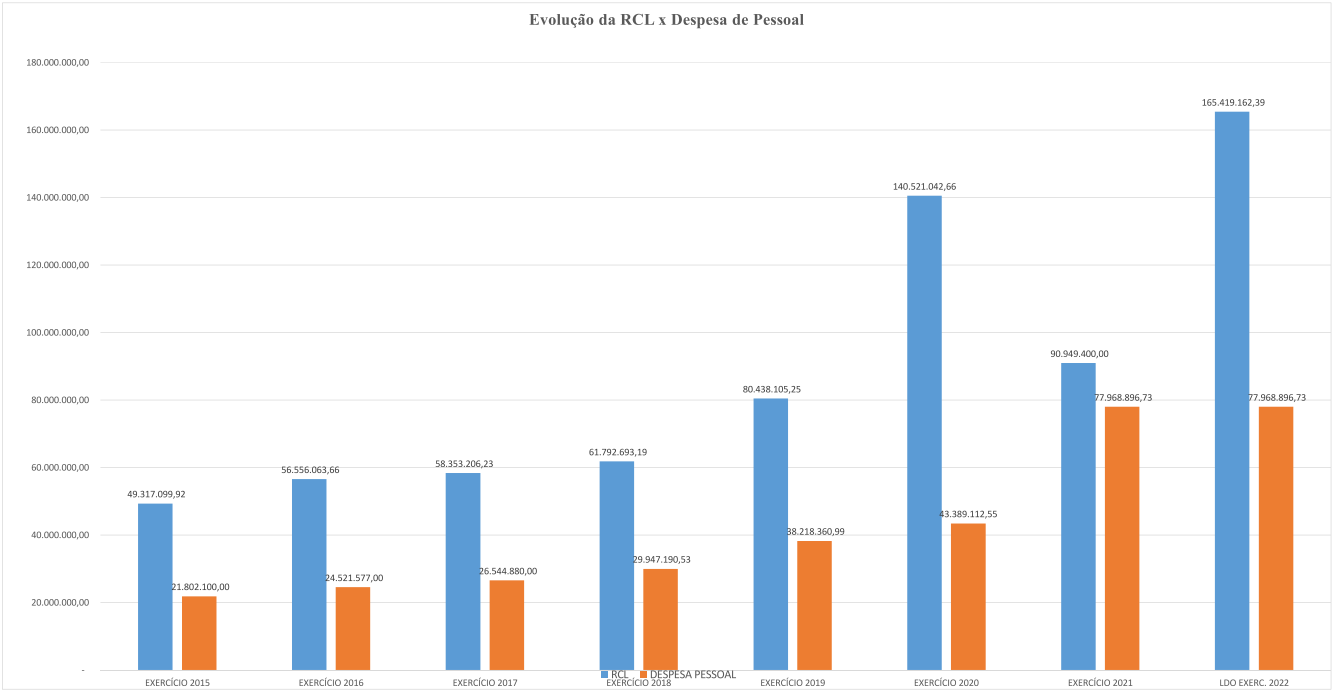
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELEVAÇÃO DE CALÇADA EXTERNA EM ALVENARIA COM INSTALAÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO E CONSTRUÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE COM LARGURA DE 1,30M, SENDO 1,20M DE CIRCULAÇÃO, INCLINAÇÃO DE 8,3% AO LONGO DE 7,26M, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, COM BASE NO ART. 75 INCISO I DA LEI N° 14.133/21 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 23/10/2022 A 22/11/2022.

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
QUARTO ADITIVO N° 162/2022 AO CONTRATO Nº. 523/2019

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/11/2022 A 31/10/2023; VALOR R$ 2.040.000,00.

GABINETE DA PREFEITA
PROJEÇÃO DE IMPACTO DE FOLHA -MEM 361 SEMAD ATOS 131 E 132

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71



ARIPUANÃ, 31/10/2022

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	Em R$												
Especificação	**set/21**	**out/21**	**nov/21**	**dez/21**	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**ago/22**	**Total**
1 Receitas Correntes	**13.267.592,44**	**14.732.038,06**	**12.461.555,42**	**15.719.710,73**	**13.029.998,39**	**10.945.611,26**	**12.363.521,76**	**12.934.528,06**	**17.024.062,56**	**14.846.686,95**	**14.688.889,43**	**14.471.412,31**	**166.485.607,37**
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**4.762.830,73**	**4.231.357,29**	**3.756.316,59**	**4.085.528,07**	**4.776.969,10**	**2.370.010,37**	**2.736.807,07**	**3.384.575,68**	**4.017.865,19**	**3.554.037,93**	**4.012.837,82**	**4.387.174,79**	**46.076.310,63**
IPTU	146.655,61	119.660,51	90.268,47	73.659,69	59.771,07	65.692,90	79.801,30	63.062,29	217.304,07	433.074,99	665.294,39	329.826,52	2.344.071,81
IRRF	316.268,43	163.634,40	28.840,37	450.862,91	51.594,21	167.478,64	82.937,69	671.419,02	718.088,73	423.626,17	172.429,06	1.164.337,41	4.411.517,04
ISSQN	4.119.043,63	3.645.048,11	3.517.885,99	3.447.108,16	4.613.712,46	1.976.827,67	2.177.467,51	2.416.911,83	2.723.185,33	2.505.965,85	2.777.286,06	2.732.374,91	36.652.817,51
ITBI	118.819,21	247.656,81	78.009,94	75.203,51	22.414,79	69.018,82	127.121,53	59.458,47	199.247,25	112.892,49	276.549,55	98.082,04	1.484.474,41
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.043,85	55.357,46	41.311,82	38.693,80	29.476,57	90.992,34	269.479,04	173.724,07	160.039,81	78.478,43	121.278,76	62.553,91	1.183.429,86
1.2 CONTRIBUIÇÕES	**235.781,00**	**386.065,90**	**232.407,68**	**1.044.445,83**	**25.183,17**	**213.284,56**	**379.851,07**	**357.620,34**	**983.246,90**	**566.160,02**	**570.893,87**	**580.125,19**	**5.575.065,53**
1.3 RECEITA PATRIMONIAL	**342.959,76**	**433.124,59**	**572.076,18**	**755.271,88**	**969.631,26**	**773.543,56**	**988.422,66**	**868.255,60**	**1.236.379,80**	**975.515,72**	**1.029.920,62**	**1.096.672,62**	**10.041.774,25**
Outras Receitas Patrimoniais	2.385,80	2.131,72	703,93	943,93	703,93	1.129,16	2.140,50	1.989,16	5.961,10	7.053,48	1.689,92	1.621,12	28.453,75
Rend. Aplic. Fin.	340.573,96	430.992,87	571.372,25	754.327,95	968.927,33	772.414,40	986.282,16	866.266,44	1.230.418,70	968.462,24	1.028.230,70	1.095.051,50	10.013.320,50
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	**243.223,28**	**263.255,30**	**177.957,40**	**269.652,58**	**216.482,43**	**211.632,41**	**208.893,78**	**199.562,38**	**231.905,74**	**258.284,99**	**266.745,92**	**379.877,73**	**2.927.473,94**
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**7.666.611,99**	**9.402.435,72**	**7.592.979,21**	**9.537.113,91**	**7.018.141,56**	**7.350.356,07**	**8.031.761,33**	**8.046.962,51**	**10.407.356,76**	**9.462.264,43**	**8.768.573,54**	**7.951.238,10**	**101.235.795,13**
FPM	955.519,31	1.064.767,37	1.382.841,77	1.435.352,92	1.430.173,28	1.996.401,28	1.210.299,49	1.434.633,44	1.595.886,55	1.493.256,40	1.280.659,33	1.460.249,64	16.740.040,78
FUNDEB	1.904.254,96	2.432.825,23	2.165.355,47	2.067.534,12	1.831.710,47	1.875.357,80	2.000.574,34	1.738.601,08	2.273.060,47	2.007.765,19	1.887.561,58	1.984.046,78	24.168.647,49
ICMS	2.489.475,34	3.107.950,97	2.733.782,82	2.535.433,49	2.343.775,22	2.164.517,49	2.696.499,82	2.075.829,27	2.883.133,08	2.539.873,15	2.513.439,88	2.593.695,98	30.677.406,51
IPI	18.541,29	19.279,13	18.050,08	18.014,67	18.554,80	13.011,37	4.676,16	25.340,59	9.833,70	11.277,85	12.350,47	8.609,68	177.539,79
IPVA	160.209,83	160.162,61	148.581,13	140.860,47	165.462,01	143.590,62	258.459,39	254.831,62	343.161,75	298.144,84	254.725,91	209.854,62	2.538.044,80
ITR	84.184,20	414.931,62	48.509,00	89.960,10	75.743,15	53.230,04	56.566,66	52.073,70	48.983,14	54.822,18	53.214,24	85.129,86	1.117.347,89
Outras Transferências Correntes	2.054.427,06	2.202.518,79	1.095.858,94	3.249.958,14	1.152.722,63	1.104.247,47	1.804.685,47	2.465.652,81	3.253.298,07	3.057.124,82	2.766.622,13	1.609.651,54	25.816.767,87
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**16.185,68**	**15.799,26**	**129.818,36**	**27.698,46**	**23.590,87**	**26.784,29**	**17.785,85**	**77.551,55**	**147.308,17**	**30.423,86**	**39.917,66**	**76.323,88**	**629.187,89**
(-) DEDUÇÕES	**-239.888,82**	**-238.179,28**	**-236.515,50**	**-685.732,32**	**-16.085,09**	**-217.392,38**	**-384.376,19**	**-362.145,46**	**-590.453,43**	**-1.172.286,47**	**-378.611,61**	**-379.419,08**	**-4.901.085,63**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-6.604,93**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-54.294,75**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**-235.781,00**	**-234.071,46**	**-232.407,68**	**-679.127,39**	**-11.977,27**	**-213.284,56**	**-379.851,07**	**-357.620,34**	**-367.238,36**	**-367.761,35**	**-374.086,49**	**-374.893,96**	**-3.828.100,93**
Rend. Investimentos RPPS - Res. Consulta TCE-MT 19/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	**-218.689,95**	-	-	-	**-218.689,95**
Transf. obrig. da União relat. emendas individuais e de bancada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-800.000,00**	-	-	**-800.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**13.027.703,62**	**14.493.858,78**	**12.225.039,92**	**15.033.978,41**	**13.013.913,30**	**10.728.218,88**	**11.979.145,57**	**12.572.382,60**	**16.433.609,13**	**13.674.400,48**	**14.310.277,82**	**14.091.993,23**	**161.584.521,74**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	Em R$												
Despesa com Pessoal	**set/21**	**out/21**	**nov/21**	**dez/21**	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**ago/22**	**Total (últimos 12 meses)**
1 DESPESA BRUTA COM PESSOAL	**3.993.851,28**	**3.838.170,89**	**3.619.274,01**	**7.931.272,12**	**3.745.156,03**	**6.560.852,07**	**6.072.722,98**	**6.368.675,46**	**6.298.035,65**	**6.291.470,26**	**6.405.437,90**	**6.427.553,67**	**67.552.472,32**
1.1 Pessoal Ativo	**3.265.540,99**	**3.261.247,38**	**3.258.951,01**	**6.690.376,47**	**3.216.609,52**	**5.707.719,73**	**5.261.632,01**	**5.476.057,11**	**5.522.561,47**	**5.487.544,33**	**5.578.563,72**	**5.676.674,94**	**58.403.478,68**
1.1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.903.766,92	2.894.667,65	2.893.587,51	6.031.878,48	2.949.702,66	4.859.747,58	4.753.025,39	4.827.881,65	4.872.002,50	4.833.279,48	4.918.164,11	4.970.535,27	51.708.239,20
1.1.2 Obrigações Patronais	361.774,07	366.579,73	365.363,50	658.497,99	266.906,86	847.972,15	508.606,62	648.175,46	650.558,97	654.264,85	660.399,61	706.139,67	6.695.239,48
1.2 Pessoal Inativo e Pensionista	**217.885,50**	**218.329,32**	**222.325,99**	**435.444,20**	**278.946,51**	**315.028,71**	**298.813,41**	**303.028,56**	**307.107,28**	**309.611,68**	**319.019,17**	**314.409,93**	**3.539.950,26**
1.2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas	192.259,98	192.703,80	193.400,47	382.980,71	249.547,66	278.650,79	264.382,80	268.707,04	272.785,76	275.290,16	281.707,10	280.495,10	3.132.911,37
1.2.2 Pensões	25.625,52	25.625,52	28.925,52	52.463,49	29.398,85	36.377,92	34.430,61	34.321,52	34.321,52	34.321,52	37.312,07	33.914,83	407.038,89
1.3 Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	**279.700,12**	**154.600,20**	**33.126,72**	**492.880,00**	**212.400,00**	**244.900,00**	**279.612,60**	**372.972,60**	**244.912,60**	**269.712,60**	**274.332,60**	**279.812,60**	**3.138.962,64**
1.4 Outras Despesas com Pessoal - TCE-MT	**230.724,67**	**203.993,99**	**104.870,29**	**312.571,45**	**37.200,00**	**293.203,63**	**232.664,96**	**216.617,19**	**223.454,30**	**224.601,65**	**233.522,41**	**156.656,20**	**2.470.080,74**
1.4.2 Possibilidade de serem consideradas	230.724,67	203.993,99	104.870,29	312.571,45	37.200,00	293.203,63	232.664,96	216.617,19	223.454,30	224.601,65	233.522,41	156.656,20	2.470.080,74
2 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	**-217.885,50**	**-218.329,32**	**-222.325,99**	**-435.444,20**	**-278.946,51**	**-315.028,71**	**-298.813,41**	**-303.028,56**	**-307.107,28**	**-309.611,68**	**-319.019,17**	**-314.409,93**	**-3.539.950,26**

ASSECRP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

2.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-15.242,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-15.242,71
2.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-217.885,50	-218.329,32	-222.325,99	-435.444,20	-263.703,80	-315.028,71	-298.813,41	-303.028,56	-307.107,28	-309.611,68	-319.019,17	-314.409,93	-3.524.707,55	
3 Dedução IRRF - Res. Consulta TCE-MT 19/2017 (até 2018)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	3.775.965,78	3.619.841,57	3.396.948,02	7.495.827,92	3.466.209,52	6.245.823,36	5.773.909,57	6.065.646,90	5.990.928,37	5.981.858,58	6.086.418,73	6.113.143,74	64.012.522,06	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	DIFERENÇA PARA OS LIMITES
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	161.584.521,74		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	64.012.522,06	39,62%	
LIMITE MÁXIMO - (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	87.255.641,74	54,00%	25.713.200,42
LIMITE PRUDENCIAL - (parágrafo único do art. 22 da LRF)	82.892.859,65	51,30%	21.350.418,33
LIMITE DE ALERTA - (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	78.530.077,57	48,60%	16.987.636,25
SITUAÇÃO	ABAIXO DOS LIMITES		

ASSECRP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO IMPACTO

Metodologia: 30/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 062/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
TDE	1	2.196,40	0%	2.196,40	17.571,20	3.689,95	21.261,15
						Impacto 138 Metodologia: 30	**21.261,15**

Metodologia: 31/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 063/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técnico de Desenvolvimento Educacional	1	2.196,40	0%	2.196,40	17.571,20	3.689,95	21.261,15
						Impacto 139 Metodologia: 31	**21.261,15**

Metodologia: 32/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 064/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
CUIDADORA	1	2.890,25	0%	2.890,25	21.185,53	4.448,96	25.634,49
						Impacto 140 Metodologia: 32	**25.634,49**

Metodologia: 33/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 067/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técnico de enfermagem	2	2.890,25	R$ 242,40	3.132,65	45.924,65	9.644,18	55.568,83
						Impacto 141 Metodologia: 33	**55.568,83**

Metodologia: 34/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente de Endemias	1	2.080,40	R$ 242,40	2.322,80	17.026,12	2.383,66	19.409,78
						Impacto 141 Metodologia: 34	**19.409,78**

Metodologia: 35/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Adiconal	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor de Pedagogia	1	3.712,44	R$ -	3.712,44	23.499,75	3.289,96	26.789,71
						Impacto 142 Metodologia: 34	**26.789,71**

Metodologia: 36/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Assistente Social	1	8.096,17	R$ 242,40	8.338,57	52.783,15	7.389,64	60.172,79
Nutricionista	1	4.393,18	R$ 242,40	4.635,58	29.343,22	4.108,05	33.451,27

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Psicológo	1	4.393,18	R$	242,40	4.635,58	29.343,22	4.108,05	33.451,27
Psicológo	1	2.330,98	R$	242,40	2.573,38	16.289,50	2.280,53	18.570,02
							Impacto 143 Metodologia: 36	145.645,36

Metodologia: 37/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técinco em desenvolviemnto educacional - TDE	1	2.196,40		2.196,40	13.903,21	1.946,45	15.849,66
						Impacto 144 Metodologia: 37	15.849,66

Metodologia: 38/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 069, 070 E 071/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Motorista	14	4.046,00		4.046,00	358.556,52	75.296,87	433.853,39
Zelador de Pátio	3	2.330,77		2.330,77	44.261,32	9.294,88	53.556,20
Zelador	13	2.080,80		2.080,80	171.229,03	35.958,10	207.187,13
Merendeira	11	2.080,80		2.080,80	144.886,10	30.426,08	175.312,19
Professor Pegagogia	7	3.712,44		3.712,44	164.498,22	34.544,63	199.042,84
Professor Letras	1	3.712,44		3.712,44	23.499,75	4.934,95	28.434,69
Nutricionista	1	6.358,00		6.358,00	40.246,14	8.451,69	48.697,83
Engenheiro Civil	1	7.977,09		7.977,09	50.494,98	10.603,95	61.098,93
						Impacto 145 Metodologia: 38	1.207.183,19

Metodologia: 39/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 072 E 073/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador	3	2.080,80		2.080,80	39.514,39	8.298,02	47.812,41
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	46.999,49	9.869,89	56.869,38
						Impacto 146 Metodologia: 39	104.681,80

Metodologia: 40/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022- ATO CONVOCATÓRIO 074/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	14.753,77	3.098,29	17.852,07
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	46.999,49	9.869,89	56.869,38
						Impacto 147 Metodologia: 40	74.721,45

Metodologia: 41/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 075 e 077/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor Pegagogia	4	3.712,44		3.712,44	93.998,98	19.739,79	113.738,77
Zeladora	5	2.080,80		2.080,80	65.857,32	13.830,04	79.687,36
Merendeira	1	2.080,80		2.080,80	13.171,46	2.766,01	15.937,47
Motorista	2	4.046,00		4.046,00	51.222,36	10.756,70	61.979,06
						Impacto 148 Metodologia: 41	271.342,65

Metodologia: 42/2022

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 078 e 081/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zeladora	1	2.080,80		2.080,80	13.171,46	2.766,01	15.937,47
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	14.753,77	3.098,29	17.852,07
						Impacto 149 Metodologia: 42	33.789,54
Metodologia: 43/2022							

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técinco em tecnologia da informação - TI	1	2.774,40		2.774,40	14.787,55	2.070,26	16.857,81
						Impacto 150 Metodologia: 43	16.857,81
Metodologia: 44/2022							

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022 - ATOS CONVOCATÓRIOS 086 E 087/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Merendeira	2	2.080,80		2.080,80	22.181,33	4.658,08	26.839,41
Técnico em desenvolviemnto educacional - TDE	1	2.196,40		2.196,40	11.706,81	2.458,43	14.165,24
						Impacto 151 Metodologia: 44	41.004,65
Metodologia: 45/2022							

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATOS CONVOCATÓRIOS 089/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
PROFESSOR DE LETRAS	1	3.712,44		3.712,44	19.787,31	4.155,33	23.942,64
						Impacto 152 Metodologia: 45	23.942,64
Metodologia: 46/2022							

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 e 001/2021 - ATOS CONVOCATÓRIOS 090 e 091/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente Comunitário de Saúde	5	2.424,13	R$ 242,40	2.666,53	71.063,02	14.923,24	85.986,26
						Impacto 153 Metodologia: 46	85.986,26
Metodologia: 47/2022							

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 093/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	39.574,61	8.310,67	47.885,28
Zeladora	3	2.080,80		2.080,80	33.271,99	6.987,12	40.259,11
Merendeira	2	2.080,80		2.080,80	22.181,33	4.658,08	26.839,41
						Impacto 154 Metodologia: 47	114.983,80
Metodologia: 48/2022							

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 095/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Motorista	2	4.046,00		4.046,00	43.130,36	9.057,38	52.187,74
						Impacto 155 Metodologia: 48	52.187,74
Metodologia: 49/2022							

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor Pegagogia	3	3.712,44		3.712,44	59.361,92	12.466,00	71.827,92
Zeladora	1	2.330,77		2.330,77	12.423,00	2.608,83	15.031,83
						Impacto 156 Metodologia: 49	**86.859,75**

Metodologia: 50/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 098/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente de Fiscalização Ambiental	1	2.500,00		2.500,00	13.325,00	2.798,25	16.123,25
						Impacto 157 Metodologia: 50	**16.123,25**

Metodologia: 51/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 099 E 100/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	12.423,00	2.608,83	15.031,83
Zelador	1	2.080,80		2.080,80	11.090,66	2.329,04	13.419,70
Professor de pedagogia	1	3.712,44		3.712,44	19.787,31	4.155,33	23.942,64
						Impacto 158 Metodologia: 51	**52.394,18**

Metodologia: 52/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 103/2022 -REAVALIAÇÃO							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador	2	2.080,80		2.080,80	18.019,73	3.784,14	21.803,87
						Impacto 159 Metodologia: 52	**21.803,87**

Metodologia: 53/2022							
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente administrativo	2	2.774,64		2.774,64	24.028,38	3.363,97	27.392,36
						Impacto 159 Metodologia: 52	**27.392,36**

Metodologia: 54/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 108/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Merendeira	1	2.080,80		2.080,80	9.009,86	1.892,07	10.901,94
Zelador	2	2.080,80		2.080,80	18.019,73	3.784,14	21.803,87
Professor de Geografica	2	3.712,44		3.712,44	32.149,73	6.751,44	38.901,17
Professor de Pedagogia	1	3.712,44		3.712,44	16.074,87	3.375,72	19.450,59
						Impacto 161 Metodologia: 54	**91.057,57**

Metodologia: 55/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 111 E 113/2022							
CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Motorista	2	4.046,35		4.046,35	35.041,39	7.358,69	42.400,08
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	10.092,23	2.119,37	12.211,60

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Professor de Pedagogia	1	3.712,44		3.712,44	16.074,87	3.375,72	19.450,59
						Impacto 162 Metodologia: 55	**74.062,27**

Metodologia: 56/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente administrativo	1	2.774,64		2.774,64	12.014,19	1.681,99	13.696,18
						Impacto 163 Metodologia: 56	**13.696,18**

Metodologia: 57/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Assistente Social	1	8.096,17		8.096,17	35.056,42	4.907,90	39.964,31
						Impacto 164 Metodologia: 57	**39.964,31**

Metodologia: 58/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 122/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador de pátio	2	2.330,77		2.330,77	20.184,47	4.238,74	24.423,21
Professor de pedagogia	1	3.712,44		3.712,44	16.074,87	3.375,72	19.450,59
						Impacto 165 Metodologia: 58	**43.873,79**

Metodologia: 59/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2022 - ATOS CONVOCATÓRIOS 131/2022 E 132/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Engenheiro Civil	1	7.976,40		7.976,40	26.561,41	5.577,90	32.139,31
Fisioterapeuta	1	8.323,92		8.323,92	27.718,65	5.820,92	33.539,57
						Impacto 166 Metodologia: 59	**65.678,88**

Gastos de Pessoal últimos 12 meses	58.403.479
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.138.963
Outras Despesas de Pessoal - TCE	**2.470.080,74**
Total geral de Gastos com Pessoal acumulado 12 meses	**64.012.522,06**

Impactos Previstos para o Exercicio de 2022

Crescimento Vegetativo PCR 0,8% (Elevação de Nível, Mudança de Classe, Licença Prêmios, Etc.)	362.627,13
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 062/2022	**21.261,15**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 063/2022	**21.261,15**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 064/2022	**25.634,49**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 067/2022	**55.568,83**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 034/2022	**19.409,78**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 035/2022	**26.789,71**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 036/2022	**145.645,36**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 037/2022	**15.849,66**

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 069, 070 E 0712022	1.207.183,19
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 072 E 073/2022	104.681,80
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022- ATO CONVOCATÓRIO 074/2022	74.721,45
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 075 e 077/2022	271.342,65
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 078 e 081/2022	33.789,54
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público 001/2019 - Metodologia 43/2022	16.857,81
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 086 e 087/2022	41.004,65
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 089/2022	23.942,64
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2020 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 090 e 091/2022	85.986,26
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 093/2022	114.983,80
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 095/2022	52.187,74
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022	86.859,75
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 098/2022	16.123,25
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 099 E 100/2022	52.394,18
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 103/2022	21.803,87
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público 001/2019 - Metodologia 53/2022	27.392,36
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 107 e 108/2022	91.057,57
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 111 e 113/2022	74.062,27
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019	13.696,18
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019	39.964,31
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 124/2022	39.964,31
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 122/2022	43.873,79
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2022 - ATOS CONVOCATÓRIOS 131/2022 E 132/2022	65.678,88
Sub Total de Alterações de 2022	3.244.403,28
Previsão Total de Gastos - Exercício 2022 (impacto mês)	1.711.422,73

Apuração do Cumprimento do Limite Legal - Projeção 2022

Item	Valor			% s/ RCL	Situação
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	165.419.162,39				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	77.968.896,73			47,13%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. -20 da LRF) - 54%	89.326.348			54,00%	REGULAR
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	84.860.030			51,30%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	80.393.713			48,60%	

Para a apuração da previsão despesa para o exercício de 2022, foram levadas em consideração o valor da despesa de 2021 mais as variações previstas para 2022.

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

PROJEÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL

	REALIZADO								PROJETADO				
	Despesa Liquida			Projetada									
Descrição por elemento de despesa	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**ago/22**	**set/22**	**out/22**	**nov/22**	**dez/22**	**Total**
Pessoal Contratado	433.099,63	969.120,30	1.038.429,18	1.003.774,74	1.130.562,03	1.037.749,26	1.080.559,28	1.184.401,20	1.100.903,25	1.059.154,27	1.059.154,27	2.118.308,54	13.215.215,95
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.505.725,74	3.879.543,12	3.703.230,70	3.742.049,59	3.719.601,72	3.784.421,25	3.826.495,86	3.775.025,10	3.795.314,07	3.805.458,56	3.805.458,56	8.372.008,82	48.714.333,08
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	266.906,86	847.972,15	508.606,62	648.175,46	650.558,97	645.270,03	660.399,61	706.139,67	670.603,10	652.834,82	652.834,82	1.436.236,60	8.346.538,72
Sentenças Judiciais	15.242,71		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.242,71
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit	10.729,78	10.936,65	11.218,00	231,70	21.691,26	10.961,48	10.961,48	14.538,07	12.153,68	12.153,68	12.153,68	26.738,09	154.467,55
Total Despesa Pessoal	**3.231.704,72**	**5.707.572,22**	**5.261.484,50**	**5.394.231,49**	**5.522.413,98**	**5.478.402,02**	**5.578.416,23**	**5.680.104,04**	**5.578.974,10**	**5.529.601,32**	**5.529.601,32**	**11.953.292,06**	**70.445.798,00**
Despesas com Tercerizações	212.400,00	244.900,00	279.612,60	372.972,60	244.912,60	269.712,60	274.332,60	279.812,60	274.619,27	282.789,27	282.789,27	282.789,27	3.301.642,67
Outras Despesas de Pessoal - TCE	37.200,00	293.203,63	232.664,96	216.617,19	223.454,30	224.601,65	233.522,41	156.656,20	204.926,75	229.062,08	229.062,08	229.062,08	2.510.033,33
Total Despesa Tercerizações	**249.600,00**	**538.103,63**	**512.277,56**	**589.589,79**	**468.366,90**	**494.314,25**	**507.855,01**	**436.468,80**	**479.546,02**	**511.851,35**	**511.851,35**	**511.851,35**	**5.811.676,00**
TOTAL GERAL	**3.481.304,72**	**6.245.675,85**	**5.773.762,06**	**5.983.821,28**	**5.990.780,88**	**5.972.716,27**	**6.086.271,24**	**6.116.572,84**	**6.058.520,12**	**6.041.452,67**	**6.041.452,67**	**12.465.143,40**	**76.257.474,00**

* As despesas de janeiro a agosto foram informadas pelo valor liquidado no respectivo período. Para os meses de setembro a dezembro foram projetadas a média dos ultimos 3 meses.
* Projeção de despesa de Pessoal somente dados da Prefeitura Municipal.

	REALIZADO								PROJETADO				
RCL	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
Receita Corrente Liquida Exerc. 2021	12.626.188,82	9.349.793,30	11.681.108,17	12.081.824,37	13.766.236,50	10.721.116,09	13.058.810,73	12.521.175,99	13.027.703,62	14.493.858,78	12.225.039,92	15.033.978,41	150.586.834,70
RCL - Prevista para o Exercicio 2022	13.013.913,30	10.728.218,88	11.979.145,57	12.572.382,60	16.433.609,13	13.674.400,48	14.310.277,82	14.091.993,23	13.939.642,87	15.508.428,89	13.080.792,71	16.086.356,90	165.419.162,39
Variação RCL 2022 / 2021	3,1%	14,7%	2,6%	4,1%	19,4%	27,5%	9,6%	12,5%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	9,8%

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE

Descrição por elemento de despesa	Valor orçado 2022	Valor orçado 2023	Valor orçado 2024	Valor orçado 2025
3.1.71.70 Rateio p/ Particip. Consórcio Publ.	2.000,00	2.052,00	2.052,00	2.144,34
3.1.90.01 Aposentadorias, Reserva Remun./Reformas	2.900.000,00	3.172.000,00	3.172.000,00	3.314.740,00
3.1.90.03 Pensões RPPS/Militar	400.000,00	428.000,00	428.000,00	447.260,00
3.1.90.04 Contratação p/ Tempo Determ.	9.491.293,00	8.774.071,51	8.949.552,94	9.352.282,82
3.1.90.11 Vencim./Vant. Fixas – P. Civil	38.200.816,25	40.672.523,39	42.170.848,66	44.068.536,85
3.1.90.13 Obrigações Patronais	3.909.312,00	3.840.093,84	3.916.895,72	4.093.156,03
3.1.90.94 Indeniz. e Rest. Trabalhistas	2.000,00	2.140,00	2.182,80	2.281,03
3.1.90.96 Ressarc. Desp. Pessoal Requisitado	162.000,00	173.340,00	176.806,80	184.763,11
3.1.91.13 Obrigações Patronais	6.055.896,42	6.387.764,17	6.515.519,45	6.808.717,83
3.1.91.91 Sentenças Judiciais	35.000,00	35.390,00	35.790,14	37.400,70
3.1.91.93 Indeniz. e Restituicoes	5.500,00	5.665,00	5.798,38	6.059,31
TOTAL ORÇADO	**61.163.817,67**	**63.493.039,91**	**65.375.446,89**	**68.317.342,00**
O Orçamento previsto para 2022 e demais, necessitará de remanejamento para atender as despesas previstas com pessoal.				

Despesa Liquidada Até Agosto/2022	
Descrição por elemento de despesa	**Valor**
Pessoal Contratado	7.877.695,62
Vencimentos e Vantagens Fixas	28.936.093,08
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	4.934.029,37
Sentenças Judiciais	15.242,71
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit.	91.268,42
Despesas com Tercerizações	2.178.655,60
Outras Despesas de Pessoal - TCE	1.617.920,34
TOTAL DESPESA	**45.650.905,14**

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL

Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa.	Exerc. 2022	Exerc. 2023	Exerc. 2024	Exerc. 2025
Pessoal Contratado	13.215.215,95	14.140.281,06	15.130.100,74	15.886.605,77
Vencimentos e Vantagens Fixas	48.714.333,08	52.124.336,40	55.773.039,94	58.561.691,94
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	8.346.538,72	8.930.796,43	9.555.952,18	10.033.749,79

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Sentenças Judiciais	15.242,71	16.309,70	17.451,38	18.323,95
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit.	154.467,55	165.280,28	176.849,90	185.692,39
Despesas com Tercerizações	3.301.642,67	2.743.800,00	2.743.800,00	2.743.800,00
Outras Despesas de Pessoal - TCE	2.510.033,33	1.621.451,63	1.621.451,63	1.621.451,63
Impacto por Movimentacao do PCCS e Convocações Processos	**1.711.422,73**	**1.796.993,87**	**1.886.843,56**	**1.981.185,74**
Total das despesas	**77.968.896,73**	**81.539.249,36**	**86.905.489,32**	**91.032.501,21**
Variação		4,58%	6,58%	

Nota Explicativa 01:

Para apuração da previsão de gastos com pessoal no exercício de 2022, foram informados os gastos reais de janeiro a Agosto/2022 e projetado o gastos de setembro a dezembro, considerando 13º e Férias, acrescido as movimentações/alterações prevista para dezembro de 2022. Para os demais exercicios foram projetados um crescimento de 7% para as despesas de pessoal exceto tercerizados.

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento	**Exerc. 2022**	**Exerc. 2023**	**Exerc. 2024**	**Exerc. 2025**
Previsão da RCL (Receita Corrente Líquida)	165.419.162,39	176.998.503,76	189.388.399,02	202.645.586,95
Percentual de aumento em relação ao Ano Anterior:	0	7%	7%	
Indíce de Gastos Com Pessoal	**47,13%**	**46,07%**	**45,89%**	**44,92%**
Situação	**Regular**	**Regular**	**Regular**	**Regular**

Nota Explicativa 02:

Considerando o crescimento da RCL para o exercício dos ultimos 12 meses, passamos a apurar a previsão de gastos com base na projeção de arrecadação e não mais pelo valor previsto na LDO2022. A metodologia do valor apurado foi a seguinte: Soma dos valores arrecadado de janeiro a agosto e acrescido 7% sobre os valores arrecadados nos respectivos meses do exercicio de 2021

Nota Explicativa 03:

A diminuição da RCL para os próximos exercícios 2022, 2023 e 2024 comparado a arrecadação de 2020, refere-se a recursos recebido relativo a Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal e recursos destinados ao atendimento da Covid-19, entretanto não a previsão destes montantes para os proximos exercicios, com isso houve variação negativa.

ARIPUANÃ/MT, 31/10/2022.

ASSEORP

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO - CONVOCAÇÃO ATO N. 132 - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2004 - GESTÃO DA SEC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO						
ENGENHEIRO CIVIL	1	7.976,40	9.651,44	32.139,31	38.572,00	40.500,60
TOTAL	**1**	**7.976,40**	**9.651,44**	**32.139,31**	**38.572,00**	**40.500,60**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 03,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2004 - GESTÃO DA SEC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO						
AGENTE ADMINISTRATIVO	1	2.774,64	3.163,09	13.696,18	15.804,38	16.594,60
TOTAL	**1**	**2.774,64**	**3.163,09**	**13.696,18**	**15.804,38**	**16.594,60**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 04,33 mais 14% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

1

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2004 - GESTÃO DA SEC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO						
ARQUITETO - SEDE	1	5.433,20	6.193,85	63.982,45	68.110,65	71.516,18
TOTAL	**1**	**5.433,20**	**6.193,85**	**63.982,45**	**68.110,65**	**71.516,18**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 10,33 mais 14% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

DEMONSTRATIVO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA SUFICIENTE PARA ATENDER AS PROJEÇÕES DE DESPESA DE PESSOAL
INCISO 1, § 1º DO ART. 169 DA CF

QUADRO II					-	
ANÁLISE DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA LOA 2178/2021					-	
AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTOS DE DESPESAS	VAGAS	DESPESA FIXADA PARA 2022	TOTAL DO ATO + DESPESA EM CURSO	DÉFICIT/SALDO
2004 - GESTÃO DA SEC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO	1.500.000.000	3190.1100/3191.1300	2	1.046.107,66	165.870,06	880.237,60
2004 - GESTÃO DA SEC. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO	1.500.000.000	3190.0400/3190.1300	1	67.948,81	85.882,80	- 17.933,99
					251.752,86	
					-	

O MONTANTE APURADO CARACTERIZA UM IMPACTO REAL, SENDO AS CONTRATAÇÕES A TITULO CONVOVAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022, CONFORME MEMORANDO 3361/2022/SEMAD ONDE ANÁLISE DO IMPACTO EVIDENCIA QUE AS FONTES DE DESPESAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTARIA - 2178/2021- ABSORVE INTEGRALMENTE O IMPACTO GERADO PELA CONVOCAÇÃO PRETENDIDA, HAVENDO NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIA QUANTO AS CONVOCAÇÕES PRETENDIDAS. CONFORME EVIDENCIADO NO QUADRO II, ELEMENTO 3190.0400/3190.1300.

Aripuanã, 31 de outubro de 2022.

SONIA A. ORTEGA GUERINO
SAORP
Port. 13.807/2022

2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 131/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇAO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2069 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO						
FISIOTERAPEUTA	1	8.323,92	10.071,94	33.539,57	40.252,52	42.265,15
TOTAL	**1**	**8.323,92**	**10.071,94**	**33.539,57**	**40.252,52**	**42.265,15**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 03,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 124/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO *	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2061 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SAÚDE BUCAL						
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	2	2.092,16	2.531,51	21.922,91	25.297,42	26.562,29
TOTAL	**2**	**2.092,16**	**2.531,51**	**21.922,91**	**25.297,42**	**26.562,29**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 04,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

*salário base, acrescido a insalubridade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - metodologia 53

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇAO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						

ASSEORP

AGENTE ADMINISTRATIVO	1	2.774,64	3.163,09	13.696,18	15.804,38	16.594,60
TOTAL	**1**	**2.774,64**	**3.163,09**	**13.696,18**	**15.804,38**	**16.594,60**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 4,33 mais 14% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATOS 090 E 091/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2020 E 001/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇAO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO *	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	5	2.666,53	3.226,50	85.986,26	96.738,58	101.575,50
TOTAL	**5**	**2.666,53**	**3.226,50**	**85.986,26**	**96.738,58**	**101.575,50**
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
*salário base, acrescido a insalubridade						

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO*	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2065 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ATEND. HOSP/AMB. DE EMERG.						
ASSISTENTE SOCIAL	1	8.338,57	9.505,97	60.172,79	66.508,52	69.833,94
NUTRICIONISTA	1	4.635,58	5.284,56	33.451,27	36.973,43	38.822,10
PSICÓLOGO	1	4.635,58	5.284,56	33.451,27	36.973,43	38.822,10
TOTAL	3	17.609,73	20.075,09	127.075,33	140.455,38	147.478,15
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2057 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEC. DE SAÚDE				-		
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.330,98	2.657,32	16.820,82	18.591,92	19.521,52
TOTAL GERAL	**1**	**19.940,71**	**42.807,50**	**143.896,15**	**159.047,30**	**166.999,67**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

ASSEORP

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 6,33 mais 14% de previdência		
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses		
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses		
*salário base, acrescido a insalubridade		

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 067/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO *	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	3.132,65	3.790,51	55.568,83	60.621,57	63.652,65
TOTAL	**2**	**3.132,65**	**3.790,51**	**55.568,83**	**60.621,57**	**63.652,65**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 07,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
*salário base, acrescido a insalubridade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MEMORANDO Nº 223/2022-SEMAD - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - metodologia 34

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO*	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2072 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIG. EPIDEMIOLOGICA						
Agente de Endemias	1	2.322,80	2.647,99	19.409,78	21.174,67	22.233,40
TOTAL	**1**	**2.322,80**	**2.647,99**	**19.409,78**	**21.174,67**	**22.233,40**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 7,33 mais 14% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
*salário base, acrescido a insalubridade						

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 055/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

ASSEORP

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO *	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	3.132,65	3.790,51	70.730,85	75.783,60	79.572,78
RECEPCIONISTA	1	2.207,77	2.671,40	24.924,18	26.704,67	28.039,90
TOTAL	**3**	**3.132,65**	**3.790,51**	**95.655,03**	**75.783,60**	**79.572,78**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 055/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO *	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2065 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ATEND. HOSP./AMB. DE EMERG.						
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	4.577,77	5.539,10	155.039,46	166.114,89	174.420,63
TOTAL	**3**	**4.577,77**	**5.539,10**	**155.039,46**	**166.114,89**	**174.420,63**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MEMORANDO Nº 134/2022-SEMAD - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - metodologia 23

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						
MÉDICO	1	17.123,83	19.521,17	182.132,48	195.143,34	204.900,50
TOTAL	**1**	**17.123,83**	**19.521,17**	**182.132,48**	**195.143,34**	**204.900,50**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

ASSEORP

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 9,33 mais 14% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 049/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇAO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO *	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2065 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ATEND. HOSP./AMB. DE EMERG.						
ENFERMEIRO	4	9.148,18	11.069,30	413.106,19	442.616,94	464.747,79
TOTAL	**4**	**9.148,18**	**11.069,30**	**413.106,19**	**442.616,94**	**464.747,79**
* O VALOR É COMPOSTO PELO SALÁRIO BASE ACRESCIDO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E GRATIFICAÇÃO INSTITUÍDA POR LEI.						

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 030/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇAO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2072 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIG. EPIDEMIOLÓGICA						
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2	2.160,00	2.613,60	59.224,18	62.708,10	65.843,51
TOTAL	**2**	**2.160,00**	**2.613,60**	**59.224,18**	**62.708,10**	**65.843,51**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MEMORANDO Nº 019/2022-SEMAD - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇAO

ASSEORP

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV.2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						
MÉDICO	2	15.055,40	18.217,03	449.232,06	473.515,36	497.191,13
TOTAL	**2**	**15.055,40**	**18.217,03**	**449.232,06**	**473.515,36**	**497.191,13**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 005/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 1011 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 - AB						
ENFERMEIRO	1	8.640,00	10.454,40	139.357,15	146.325,01	153.641,26
TOTAL	**1**	**8.640,00**	**10.454,40**	**139.357,15**	**146.325,01**	**153.641,26**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS						
ZELADORA	1	2.042,00	2.470,82	32.936,03	34.582,83	36.311,97
TOTAL	**1**	**2.042,00**	**2.470,82**	**32.936,03**	**34.582,83**	**36.311,97**
TOTAL GERAL	**2**	**10.682,00**	**12.925,22**	**172.293,18**	**180.907,84**	**189.953,23**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 111/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024

ASSEORP

LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 1012 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 - MAC						
FISIOTERAPEUTA	1	8.640,00	10.454,40	139.357,15	146.325,01	153.641,26
TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	4.250,00	5.142,50	137.099,05	143.954,00	151.151,70
TOTAL	**3**	**12.890,00**	**15.596,90**	**276.456,20**	**290.279,01**	**304.792,96**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 1011 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 - AB						
TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	4.250,00	5.142,50	68.549,53	71.977,00	75.575,85
TOTAL	**1**	**4.250,00**	**5.142,50**	**68.549,53**	**71.977,00**	**75.575,85**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2060 - Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde						
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	2	2.160,00	2.613,60	69.678,58	73.162,50	76.820,63
TOTAL	**2**	**2.160,00**	**2.613,60**	**69.678,58**	**73.162,50**	**76.820,63**
TOTAL GERAL	**6**	**19.300,00**	**23.353,00**	**414.684,30**	**435.418,52**	**457.189,44**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO ATO 110/2021 - PROCESSO SELETIVO 002/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2057 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAUDE						
AGENTE ADMINISTRATIVO	1	2.400,00	2.904,00	38.710,32	40.645,84	42.678,13
TOTAL	**1**	**2.400,00**	**2.904,00**	**38.710,32**	**40.645,84**	**42.678,13**
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

DEMONSTRATIVO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA SUFICIENTE PARA ATENDER ÀS PROJEÇÕES DE DESPESA DE PESSOAL 1º DO ART. 169 DA CF INCISO 1, §

QUADRO II

ANALISE DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA LOA 2178/2021

AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTOS DE DESPESAS	VAGAS	DESPESA FIXADA PARA 2022 +SUPLEMENTAÇÕES	TOTAL CUMULATIVO DOS ATOS*	DÉFICIT/SALDO
					-	
					-	

ASSEORP

1012 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 - MAC	1.500.100.200	3190.0400/31901300	3	1.269.000,00	276.456,20	992.543,80
1011 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 - AB	1.500.100.200	3190.0400/31901300	2	330.000,00	207.906,68	122.093,32
2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS	1.500.100.200	3190.0400/31901300	11	251.000,00	556.619,62	- 305.619,62
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2057 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAUDE	1.500.100.200	3190.0400/31901300	1	138.032,00	138.789,38	- 757,38
2057 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEC. DE SAÚDE	1.500.100.200	3190.1100/31911300	1	278.540,84	78.704,34	199.836,50
2061 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SAÚDE BUCAL	1.500.100.200	3190.0400/31901300	2	32.242,76	48.366,22	- 16.123,46
2062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS APS	1.500.100.200	3190.1100/31911300	3	1.296.976,00	1.313.412,38	- 16.436,38
2072 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIG.EPIDEMIOLÓGICA	1.500.100.200	3190.0400/31901300	3	165.479,83	158.746,88	6.732,95
2072 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIG.EPIDEMIOLÓGICA	1.500.100.200	3190.1100/31911300	2	652.000,00	119.007,21	532.992,79
2065 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ATEND.HOSP./AMB. DE EMERG	1.500.100.200	3190.0400/31901300	7	642.134,96	1.311.651,52	- 669.516,56
2065 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ATEND.HOSP./AMB. DE EMERG	1.500.100.200	3190.1100/31913000	3	1.393.185,82	565.175,28	828.010,54
2069 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO	2.500.100.200	3190.0400/31903000	1	106.900,00	33.539,57	73.360,43
					4.808.375,27	
*despesas do ato acrescidas as despesas vigentes!					-	

QUADRO III

DEMOSTRATIVO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS ART. 17 § 2° E 4° DA LRF

FONTE DE RECURSO	RECEITA CORRENTE PARA O EXERCICIO LEI 1985/2020	
	ESPECIFICAÇÃO	**2022**
1.500.100.200	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DO ENSINO	23.817.455,70
1.600.000.000	TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO	3.872.520,00
1.602.000.800	RECURSO RECEBIDO PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS	500.000,00
1.621.000.000	TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	696.495,30
		28.886.471,00

NOTA EXPLICATIVA:

O MONTANTE APURADO CARACTERIZA UM IMPACTO REAL, SENDO A CONTRATAÇÃO A TITULO DE EXPANSÃO DE PESSOAL, CONSIDERADO CONFORME MEMORANDO 361/2022/SEMAD ONDE A ANÁLISE DO IMPACTO EVIDENCIA QUE AS FONTES DE DESPESAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA - 2178/2021, ABSORVE INTEGRALMENTE O IMPACTO GERADO PELO PROCESSO SELETIVO PRETENDIDO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIA QUANTO AS CONVOCAÇÕES PRETENDIDAS. CONFORME EVIDENCIADO NO QUADRO II.

Aripuanã, 31 de outubro de 2022.

ASSEORP

SONIA A. ORTEGA GUERINO
SAORP
Port. 13.807/2022

ASSEORP

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERCEIRO ADITIVO N° 161/2022 AO CONTRATO Nº. 581/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E PERFURAÇÃO DE COVAS NO CEMITÉRIO NECRÓPOLES CAMPOS DA PAZ, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/11/2022 A 31/10/2023; VALOR 28.200,00.

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 132/2022

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022, PARA CADASTRO RESERVA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a candidata abaixo relacionada aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, para cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais** para comparecer na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, para atribuição de funções e contratação a partir do mês 11/2022.

Art. 2º - No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2022 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 26 de outubro de 2022.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

LOCALIDADE / CARGO / NOME

Secretaria Municipal de Governo e Planejamento				
Seq.	**Inscrição**	**Nome**	**Cargo**	**Resultado**
01	600976	Eduardo Schelle	Engenheiro Civil	1º

JUSTIFICATIVA

Local	Cargo	Vagas	Valor Mensal	Dot.	Fonte	Justificativa
Prefeitura Municipal de Aripuanã Engenharia	Engenheiro Civil	01	7.976,40	050	1.500	O Candidato aprovado no Processo Seletivo n. 002/2022 será lotado no Gabinete da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento/Engenharia, optamos pela convocação do Processo Seletivo Simplificado, considerando que não temos classificados em Concurso Público, e neste momento temos urgência de um profissional de engenharia, devido ao acumulo de trabalho neste órgão, em virtude da grande demandas de Projetos e Obras neste município.

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 132/2022,** procedente do Processo Seletivo nº 001/2021, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais**, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, ao 1º de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
QUARTO ADITIVO N° 160/2022 AO CONTRATO Nº. 39/2020

CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO SANITARISTA COM ART DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, PARA ATIVIDADE DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DESTE MUNICÍPIO E ARIPUANÃ-MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/11/2022 A 31/05/2023; VALOR R$ 24.500,00.

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 131/2022

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022, PARA CADASTRO RESERVA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a candidata abaixo relacionada aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, para cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais** para comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, para atribuição de funções e contratação a partir do mês 11/2022.

Art. 2º - No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2022 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 26 de outubro de 2022.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

LOCALIDADE / CARGO / NOME

Secretaria Municipal de Saúde				
Seq.	**Inscrição**	**Nome**	**Cargo**	**Resultado**
01	600414	Ana Claudia Pupio	Fisioterapeuta	1ª

JUSTIFICATIVA

Local	Cargo	Vagas	Valor Mensal	Insalubridade	Grat.	Valor Total	Dot.	Fonte	Justificativa
Unidade Descentralizada de Reabilitação	Fisioterapeuta	01	8.323,92	-	-	8.323,92	707	2.500.100200	O Candidato aprovado no Processo Seletivo n. 002/2022 será lotado na Unidade Descentralizada de Reabilitação, optamos pela convocação do Seletivo e temos urgência devido à necessidade da prestação deste serviço para dar continuidade com os trabalhos prestados com os pacientes nesta unidade de Saúde.

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 131/2022,** procedente do Processo Seletivo nº 002/2022, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais**, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, ao 1º de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.052/2022

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido Memorando n° 126/2022/COOJUR, o qual solicita alteração da Portaria nº 14.550/2022 e Deferido da Gestora:

RESOLVE:

Artigo 1° - SUBSTITUIR, a Presidente da Comissão de fiscalização dos honorários advocatícios, **Sra. Ellen Juhas Jorge,** nomeada pela Portaria nº 14.550/2022, pelo Servidor **Sr. Marko Adriano Krefta** - Presidente.

Artigo 2° - Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de novembro de 2. 022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
QUARTO ADITIVO N° 158/2022 AO CONTRATO Nº. 15/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO VISANDO A DIVULGAÇÃO DOS ATOS INSTITUCIONAIS DESTA PREFEITURA; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 19/10/2022 A 18/04/2023; VALOR R$ 60.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 145/2022

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração do cargo em comissão de COORDENADOR e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **ELIZANGELA DIAS GONÇALVES**, portadora da Carteira de Identidade nº**RG 1394295-6 SSP/MT** e inscrito no CPF sob o nº 967.987.0001-44, do cargo de Coordenador Quinto Escalão**.**

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 19 de Outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 148 /2022

SÚMULA: Dispõe sobre designação Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Educação e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alinea "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora Sr.ª **VIVIANE JOICE DE OLIVEIRA MAGALHAES** , portadora da Carteira de Identidade nº RG. 2148921-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 052.193.901.12, para atuar como fiscal de contratos administrativos, celebrados pela Secretaria Mun. de Educação da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica a fiscal da Educação obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 24 de Outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 007/2021

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 007/2021

CONTRATO: Nº 007/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADA: KLOCK E LARA DIAGNÓSTICO LABORATORIAL EIRELI

CNPJ: 31.589.808/0001-80

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATÓRIAIS DE ANÁLISE CLÍNICA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT

Pregão Presencial Nº 008/2021 para atender a Secretaria de Saúde do município de Barão de Melgaço/MT

VALOR: R$ 122.389,50 (cento e vinte e dois mil trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

PRAZO: 60 (sessenta) Dias.

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2022.

DECRETO MUNICIPAL N.º 064/2022

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA, Prefeita Municipal de **BARÃO DE MELGAÇO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de implementar política de contenção de despesas correntes, tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras que a atual conjuntura econômica impõe;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido os dias 03 e 04 de novembro de 2022 como ponto facultativo, cabendo aos gestores da respectiva Secretaria organizar o funcionamento das unidades que, por sua natureza, prestam serviços essenciais.

.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor imediatamente.

Barão de Melgaço, 31 de outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 143/2022

SÚMULA: Dispõe sobre Licença Premio por Assiduidade e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Art.1º - Conceder 03 (três) meses de Licença Prêmio, por assiduidade nos termos do Art. 34 da Lei 462/2014, inciso 1º, para a servidora, senhora **RITA BATISTA DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Obras, referente ao quinquênio 2017 a 2022, o período de seu afastamento será de 10/10/2022 a 08/01/2023.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 10 de Outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 147 /2022

SÚMULA: Dispõe sobre Exoneração da Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Educação e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alinea "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a servidora Sr.ª **ALESSANDRA DE LIMA TOMAS**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. 1969990-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 037.136.471.00, da função de fiscal de contratos administrativos, celebrados pela Secretaria Mun. de Educação da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço,

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 24 de Outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 144/2022

SÚMULA: Dispõe sobre Exoneração do Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonera a pedido o servidor Srº **GILBERTO HENRIQUE RAMOS DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº RG. 25694162 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 060.955.391-70, da função de fiscal de contratos administrativos, celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, que teve a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 18 de Outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 146/2022

SÚMULA: Dispõe sobre designação Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar a servidora Srª **RENATA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. 2800700-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 061.817.041.32, para atuar como fiscal de contratos administrativos, celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica ao fiscal da Saúde obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 20 de Outubro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
ATA 0002/2022 CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Ata 0002/2022

Aos treze dias do mês de abril de 2022, as 07:00 reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, para deliberarem acerca da Pauta encaminhada através do Convocação n.º 001/2022, que tem como pauta a votação do Presidente, Vice-Presidente e Secretário deste conselho. Aberta a reunião as 19:h19minutos, pela Presidente foi explanado a necessidade de realização de nova eleição, para gerir o fundo, eis que agora terá personalidade jurídica . Foi externado pelo membro participante da reunião anterior, a indicação dos conselheiros Daniele Dourado Amorim para Presidente, Eduardo Rodrigues Neves para Vice Presidente e Zeinara Arruda para secretária, disponibilizando aos demais membros para lançarem concordarem ou não com a indicação. Acompanhando a reunião na condição de ouvinte, a Sr. Alessandra Carvalho, eis que no aguardo da documentação para regularização da Associação de Proteção aos animais foi sugerido que se candidatasse outra pessoa fora do quadro da gestão municipal. Pela Conselheira Genilda foi indagado como se chegou a essa composição, sendo explanado que foi a indicação na reunião anterior, de 11/04/2022. Pela Conselheira Vivian Lara C. Dan, foi dito que dado estar no trato direto com as questões ambientais as politicas públicas passam pelo crivo da Secretaria, não dispondo de tempo para assumir tal múnus. Entendimento também exarado pela Conselheira Ana Flávia Carvalho Nascimento. Pela Conselheira Genilda foi dito não haver desconfiança quanto a composição, mas por uma questão de paridade, se candidatando para o cargo de vice presidente. Pelo Conselheiro Eduardo foi questionado quanto a composição estatutária, que impõe a presença de secretários, conselho fiscal, ficando deliberado para que essa situação seja solucionado, após a composição da presidência. Pela Conselheira Genilda foi questionado se os atos anteriores eram inválidos e seriam constituído agora, sendo-lhe explicado que o Conselho já existia, fundado na lei municipal, a alteração diz respeito na desvinculação do Fundo Municipal do meio Ambiente da conta única da Prefeitura Municipal. Pelo Conselheiro Sidnei Maltes foi levantada a questão se o Conselheiro Eduardo deseja se manter candidato, sendo respondido por este a concordância quanto a composição ora apresentada. Iniciada a votação, as 19h:38 minutos, foi questionado aos membros quem concorda com a composição da presidência do Conselho na seguinte composição: Daniele Dourado Amorim Presidente, Genilda Silva dos Santos Vice-Presidente e Zeinara Tomaz de Arruda Secretaria levante a mão, por decisão unanime foi aclamada eleita a chapa pelo biênio 2022/2023.Nada mais sendo dito, encerrou-se a presente reunião as 19h:42 minutos lavrando-se a presente Ata por mim Zeinara Tomaz de Arruda, secretária Ad Hoc que a tudo secretariei, seguindo assinado por todos os demais presentes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº. 025/SMEC/2022

Dispõe sobre o calendário escolar, período de rematrículas e matrículas, das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de **2023** e dá outras providências.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN, Secretária Municipal de Educação e Cultura,no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96;

Considerando reunião conjunta com gestores escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme Ata nº 03/2022 – Livro de reuniões da SMEC;

Considerando a unicidade com o calendário escolar estadual em função do transporte escolar;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que o Calendário Escolar para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá ter no mínimo 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular com a carga horária mínima de 800 horas, respeitando as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino.

Art. 2º Os gestores escolares deverão zelar pelo cumprimento do Calendário Escolar anexo, fundados no inciso III, artigo 17 da LC nº 030/2009 e demais legislações pertinentes.

Art. 3º Estabelecer o início do ano letivo em **06/02/2023** e o término em **15/12/2023** nas unidades escolares municipais.

Art. 4º Determinar que as férias dos professores da Rede Municipal de Ensino, bem como os professores redimensionados, sejam nos seguintes períodos:

I – 02/01/2023 à 31/01/2023;

II - 03/07 à 17/07 de 2023.

§ 1º Após o término das férias referentes ao período de 2022 (02/01/2023 à 31/01/2023), o profissional da Rede Municipal de Ensino, efetivo e/ou redimensionado, deverá retornar as suasatribuições funcionais, na sua unidade de lotação, para planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo de 2023.

§ 2º Após o término do 1º semestre letivo (03/07 à 17/07 de 2023), período de 15 (quinze) dias de férias escolares é destinado aos alunos e professores em sala de aula.

§ 3º No período compreendido entre o dia 19/12/2022 e as férias determinadas por esta Portaria, ou ainda, em caso de recesso municipal determinado pela Prefeita Municipal, os professores efetivos e/ou redimensionados e os professores com contratos prorrogados, deverão dedicar-se às atividades de fechamento do ano letivo e à disposição das atividades relativas à atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho para ano de 2023.

Art. 5º As escolas deverão fazer as rematrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental no período de **31/10/2022 à 11/11/2022.**

Art. 6º As matrículas de novos alunos (aqueles que não constam na unidade escolar), deverão ser realizadas no período de **14/11/2022 à 25/11/2022.**

I – *Os quadros de turmas deverão serem entregues na SMEC para a comissão de atribuição de aulas e/ou regime de trabalho no período de* ***07 à 09/12/2022 até as 15h.***

Parágrafo Único: As matrículas realizadas após esta data deverão ser inclusas nas turmas já existentes.

Art. 7º A unidade escolar deverá manter rigorosamente os prazos fixados para matrícula dos alunos, considerando que as turmas serão compostas de acordo com as matrículas constantes em Portaria específica de formação de turmas;

Art. 8º No ato da matrícula ou da renovação da matrícula o aluno com necessidades educacionais especiais atendidos na sala de **Atendimento Educacional Especializado - AEE** contará com duas matrículas no sistema, sendo uma na sala de origem do ensino regular e outra na sala de AEE ou Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art. 9º Os alunos com idade acima de 15 anos, cursando o ensino fundamental deverão ser atendidos preferencialmente em escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 10 A Atribuição classe/aula e jornada de trabalho, bem como, local de trabalho para o **ano letivo de 2024 ocorrerá a partir de 19 de dezembro de 2023.**

Art. 11 Os casos omissos serão solucionados pela SMEC de acordo com as atribuições inerentes a cada uma delas.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Barra do Bugres, 27 de outubro de 2022.

Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 547/2021

ANEXO I

CRONOGRAMA: PORTARIA INTERNA Nº. 025/SMEC/2022

		início	término
01	Rematrículas	**31/10/2022**	**11/11/2022**
02	Matrículas novas	**14/11/2022**	**25/11/2022**
03	Encaminhamento do quadro a SMEC	**07/12/2022**	**09/12/2022**
04	Atribuição	**19/12/2022**	**22/12/2022**
05	Férias, referente ao período **2022/2023**	**02/01/2023**	**31/01/2023**
06	Início do ano letivo	**06/02/2023**	**15/12/2023**
07	Início das férias	**03/07/2023**	**17/07/ 2023**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº. 028/SMEC/2022

Dispõe sobre a retificação da PORTARIA INTERNA Nº. 025/SMEC/2022 referente ao calendário escolar, período de rematrículas e matrículas, das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2023 e dá outras providências.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN, Secretária Municipal de Educação e Cultura,no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de adequar o calendário de matrícula e rematrícula às peculiaridades dos alunos residentes na zona rural.

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o Anexo 01, alterar o Parágrafo único e acrescer o § 2º ao Art. 6º:

Art. 6º (...)

§ 1º As matrículas realizadas após esta data deverão ser inclusas nas turmas já existentes.

§ 2º As matrículas de novos alunos (aqueles que não constam na unidade escolar), sendo estes residentes no campo, mas que estudam nas escolas da cidade, deverão realizar as matrículas no período de **01/11/2022 à 25/11/2022.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Barra do Bugres, 01 de novembro de 2022.

Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 547/2021

ANEXO I

CRONOGRAMA: PORTARIA INTERNA Nº. 025/SMEC/2022

		início	término
01	Rematrículas	**31/10/2022**	**11/11/2022**
02	Matrículas novas crianças que moram no campo e estudam na cidade	**01/11/2022**	**25/11/2022**
03	Matrículas novas escolas da cidade	**14/11/2022**	**25/11/2022**
04	Encaminhamento do quadro a SMEC	**07/12/2022**	**09/12/2022**
05	Atribuição	**19/12/2022**	**22/12/2022**
06	Férias, referente ao período **2022/2023**	**02/01/2023**	**31/01/2023**
07	Início do ano letivo	**06/02/2023**	**15/12/2023**
08	Início das férias	**03/07/2023**	**17/07/2023**

GABINETE DO PREFEITO
ATA 004/2022 CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA 004/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2022 (25.05.2022) as 19h:13minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, para deliberação extraordinária, marcada em decorrência da ausência de quórum da reunião ordinária de 16.05.2022, marcada através da Convocação n.º 002/2022. Aberta a reunião as 19h:23minutos, constatada quórum, pela presidente foi iniciada a sessão, sendo colocada a apreciação a eleição do tesoureiro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, pairando dúvidas quanto a nomenclatura, se formalizado na forma de tesoureiro ou ordenador de despesas, sendo dito que foi conversado com a Valéria, tesoureira municipal que como procedimento após eleito o tesoureiro, será lavrado portaria de nomeação pela Prefeita Municipal. Iniciada a votação por aclamação restou escolhido o Conselheiro Eduardo Rodrigues Neves. Nada mais sendo dito, encerrou-se a sessão 19h:31minutos, sendo lavrada a presente Ata por mim Zeinara Tomaz de Arruda que a tudo secretariei, seguindo assinada por todos os demais presentes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N.° 021/CMDCA/2022

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS PROJETOS DAS SEGUINTES ASSOCIAÇÃO/ENTIDADES E ORGÃOS: APAE, NOVA INTEGRAÇÃO, CASA DA SOPA, CASA TRANSITÓRIA, DOCE VIDA E SOS CRIANÇA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Barra do Bugres – MT, **reunidos no dia 01 de novembro de 2022**, em Reunião extraordinária e Registrada na **ata 013/CMDCA/2022,** no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n.° 2.019/2012, reestruturada pela Lei Municipal nº 2.177/2015 e na Lei Federal n.° 8.069/90,

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar os seguintes Projetos das Associações/Entidades e Órgão que prestam serviços de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes do município de Barra do Bugres:

I - Projeto **"Hora de Comer...e Aprender" -** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no valor de R$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II - Projeto **"Projeto Nova Integração – Projeto Rede: Práticas em Educação Digital" –** Da entidade – ASPOM – Associação dos Policiais Militares 12ª CIPM de Barra do Bugres no valor de R$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e

III – Projeto "**Acolher para Transformar**" – da Casa Transitória "Olívia Carla Carvalho Costa" no valor de R$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

IV - Projeto **"Projeto de Revitalização da Praça Sensorial, espaço de Integração Social de Crianças Autistas"** – da Associação SOS Criança no valor de R$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

V - Projeto **"Sementes do Amor 2022/II"** – da Associação de Senhoras Rotarianas – ASR "Casa da Sopa" no valor de R$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

VI – Projeto "**Mix de Saberes 2022-2**" – do Projeto Social Doce Vida – Associação Barralcool de Assistência Social no valor de R$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 2° - O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente **AUTORIZA** a capitação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, destinados aos "**Projetos acima citados",** essa Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

JAIME PEREIRA DA SILVA

Presidente do CMDCA – 2021/2023

Barra do Bugres - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 291/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 176/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 048/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 291/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 22.328.534/0001-84, estabelecida RUA DUZENTOS, QUADRA: 03; LOTE: 01, bairro JARDIM IMPERIAL, município de CUIABA, CEP 78.075-648, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhora FLAVIA PALERMO FERNANDES, brasileira, CPF: 056.247.61139, carteira de identidade 26592037, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 176/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, adjunta a Prefeitura de Barra do Garças-MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
81460	PALLET DE ALUMINIO CONFECCIONADO COM QUADRO TUBULAR RETANGULAR E TRAVESSAS EM CHAPAS DOBRADAS NO PERFIL U COM 2 ESQUIS. MATERIAL DE FACIL LIMPEZA. DIMENSOES 1000MM DE FRENTE X 1200MM DE PROFUNDIDADE X 145MM DE ALTURA.	UNIDADE	SD PALLET	50	1.741,00	87.050,00
81474	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL E TAMPA 100L.	UNIDADE	LAR PLASTICO	8	309,00	2.472,00
TOTAL FORNECEDOR				**R$ 89.522,00**		

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **15 (quinze)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALÉRIA KATIA GARDIANO (CPF n° 545.738.901-49) – fiscal

LUCILEIDE ALVES DA CRUZ (CPF n° 00.836.741-45) - suplente

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 048/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 176/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 27 de Outubro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 292/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 176/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 048/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 292/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no

CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **ARGOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 42.262.411/0001-03, estabelecida na R DOUTOR FRITZ MUELLER, bairro DO SALTO, município de BLUMENAU, CEP 89.031-620, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor JONATHAN PEREIRA, nacionalidade BRASILEIRA, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, CPF nº 074.899.669-90, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5901185, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA BAHIA, 1447, DO SALTO, BLUMENAU, SC, CEP 89031001, BRASIL, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 176/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, adjunta a Prefeitura de Barra do Garças-MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
45373	ESTANTE ORGANIZADORA PORTA-COMPONENTES COM CAPACIDADE PARA 24 GAVETEIROS N.o 08 [BIN PB 24/8]. (DIMENSOES DA ESTRUTURA ALTURA 2000 X LARGURA 1000 X COMPRIMENTO 340 MM; DIMENSOES DOS GAVETEIROS ALTURA 190 X LARGURA 315 X COMPRIMENTO 435 MM).	UNIDADE	PLASBOX	18	2.227,99	40.103,82
81452	ESTANTE ORGANIZADORA PORTA-COMPONENTES COM CAPACIDADE PARA 30 GAVETEIROS N.o 08 [BIN PB 30/8]. (DIMENSOES DA ESTRUTURA ALTURA 1500 X LARGURA 1600 X COMPRIMENTO 340 MM; DIMENSOES DOS GAVETEIROS ALTURA 190 X LARGURA 315 X COMPRIMENTO 435 MM).	UNIDADE	PLASBOX	15	4.753,99	71.309,85
81455	ESTANTE ORGANIZADORA PORTA-COMPONENTES COM CAPACIDADE PARA 40 GAVETEIROS N.o 08 [BIN PB 40/8]. (DIMENSOES DA ESTRUTURA ALTURA 2000 X LARGURA 1600 X COMPRIMENTO 340 MM; DIMENSOES DOS GAVETEIROS ALTURA 190 X LARGURA 315 X COMPRIMENTO 435 MM).	UNIDADE	PLASBOX	12	4.753,99	57.047,88
81461	PALETE DE PLASTICO PVC RESISTENTE 1,0M DE FRENTE X 1,2M PROF. X 0,145M ALTURA.	UNIDADE	LAR	50	210,99	10.549,50
TOTAL FORNECEDOR			R$ 179.011,0500			

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **15 (quinze)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALÉRIA KATIA GARDIANO (CPF n° 545.738.901-49) – fiscal

LUCILEIDE ALVES DA CRUZ (CPF n° 00.836.741-45) - suplente

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 048/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 176/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 27 de Outubro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 289/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 176/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 048/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 289/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10,

quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO**

LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.870.717/0001-08, estabelecida na Rua Joaquim Murtinho, número 1140, bairro Centro Sul, município de Cuiabá, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor VLADEMIR DOMINGOS CARBONERA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado à Rua Vilibaldo Behling, número 367-S, Cidade Alta, em Tangará da Serra - MT, CEP 78.306-128, portador da Cédula de Identidade RG n° 3018621056 SSP/RS e do CPF n° 347.204.560-49 daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 176/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO 1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos. 1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993. **2. DOS PREÇOS** 2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, adjunta a Prefeitura de Barra do Garças-MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
45376	ESTANTE EM AÇO COM 36 GAVETAS E 13 PRA-TELEIRAS (CHAPA 24); COLUNAS EM CHAPA 14; FECHADA NO FUNDO – ALT. 1998 X LARG. 920 X PROF. 300MM. EDRG – 36/300. ESTANTE INDUSTRIAL REFORÇADA PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTIFERRUGI-NOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI- PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; PRATE-LEIRA E REFORÇO DE ÔMEGA DE FUNDO, PRO-PORCIONANDO MAIS RESISTÊNCIA E SUSTEN-TAÇÃO; COR CINZA PADRÃO.	UNIDADE	W3	12	4.890,00	58.680,00
80717	ESTANTE EM AÇO COM 24 GAVETAS E 13 PRATELEIRAS (CHAPA 24); COLUNAS EM CHAPA 14; FECHADA NO FUNDO – ALT. 1998 X LARG. 920 X PROF. 300MM. EDRG – 24/300. ESTANTE INDUSTRIAL REFORÇADA PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI-PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; PRATELEIRA E REFORÇO DE ÔMEGA DE FUNDO, PRO-PORCIONANDO MAIS RESISTÊNCIA E SUSTENTAÇÃO; COR CINZA PADRÃO.	UNIDADE	W3	18	5.449,0000	98.082,00
81449	ESTANTE EM AÇO COM 24 GAVETAS E 13 PRA-TELEIRAS (CHAPA 24); COLUNAS EM CHAPA 14; FECHADA NO FUNDO – ALT. 1998 X LARG. 920 X PROF. 420MM. EDRG – 24/400. ESTANTE INDUSTRIAL REFORÇADA PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTIFERRUGI-NOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI- PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; PRATE-LEIRA E REFORÇO DE ÔMEGA DE FUNDO, PRO-PORCIONANDO MAIS RESISTÊNCIA E SUSTEN-TAÇÃO; COR CINZA PADRÃO.	UNIDADE	W3	18,0000	5.889,0000	106.002,00
81450	ESTANTE EM AÇO COM 36 GAVETAS E 13 PRA-TELEIRAS (CHAPA 24); COLUNAS EM CHAPA 14; FECHADA NO FUNDO – ALT. 1998 X LARG. 920 X PROF. 420MM. EDRG – 36/400. ESTANTE INDUSTRIAL REFORÇADA PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTIFERRUGI-NOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI- PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; PRATE-LEIRA E REFORÇO DE ÔMEGA DE FUNDO, PRO-PORCIONANDO MAIS RESISTÊNCIA E SUSTEN-TAÇÃO; COR CINZA PADRÃO.	UNIDADE	W3	12,0000	6.144,0000	73.728,00
81459	PALLET DE AÇO GALVANIZADO COM ALTA RESISTÊNCIA. COMPOSTO POR UMA PLATA-FORMA RETANGULAR E PONTOS DE APOIO. POSSUI QUATRO ENTRADAS E SÃO INDICA-DOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PORTA-PALLET OU DIRETAMENTE NO PISO. FÁCIL AS-SEPSIA. LIVRE DE FARPAS OU CABEÇAS DE PREGO AS QUAIS DANIFICAM EMBALAGENS OU MATERI- AS, E GRANDE DURABILIDADE. DIMENSÕES 1000 X 1200 X 150MM. CAPACI-DADE DE CARGA DE 2000KG DISTRIBUÍDOS.	UNIDADE	LAR PLAST ICOS	50,0000	216,0000	10.800,00
81478	ESTANTE EM AÇO COM 24 GAVETAS E 13 PRA-TELEIRAS (CHAPA 24); COLUNAS EM CHA-PA 14; FECHADA NO FUNDO – ALT. 1998 X LARG. 920 X PROF. 600MM. EDRG – 24/600. ESTANTE INDUSTRIAL REFORÇADA PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTIFERRUGI-NOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI- PÓ POR PROCESSO ELE-TROSTÁTICO; PRATE-LEIRA E REFORÇO DE ÔMEGA DE FUNDO, PRO-PORCIONANDO MAIS RESISTÊNCIA E SUSTEN-TAÇÃO; COR CINZA PADRÃO.	UNIDADE	W3	18,0000	6.982,0000	125.676,00
81479	ESTANTE EM AÇO COM 36 GAVETAS E 13 PRA-TELEIRAS (CHAPA 24); COLUNAS EM CHA-PA 14; FECHADA NO FUNDO – ALT. 1998 X LARG. 920 X PROF. 600MM. EDRG – 36/600. ESTANTE INDUSTRIAL REFORÇADA PRODUZIDA EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTIFERRUGI-NOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI- PÓ POR PROCESSO ELE-TROSTÁTICO; PRATE-LEIRA E REFORÇO DE ÔMEGA DE FUNDO, PRO-PORCIONANDO MAIS RESISTÊNCIA E SUSTEN-TAÇÃO; COR CINZA PADRÃO.	UNIDADE	W3	12,0000	7.298,0000	87.576,00
Total Fornecedor						**R$ 560.544,00**

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA. 3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013. **3.2**- O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **15 (quinze)**

dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013. 3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM. **4 - DA CONTRATAÇÃO.** 4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo. 4.2 - Apenas serão emitidas notas

de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes. 4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados. 4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas. **5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.** 5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a: a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA; b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário; c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALÉRIA KATIA GARDIANO (CPF n° 545.738.901-49) – fiscal LUCILEIDE ALVES DA CRUZ (CPF n° 00.836.741-45) - suplente

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada; c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização; c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata; c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços; a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave; b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos; c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento. 5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP; 5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização. 5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a: a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos; b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento; c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados; e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona); **6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.** 6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021 6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta)

dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido. II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz. III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato. **7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.** 7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado. **8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.** 8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses: 8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços; 8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável; 8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; 8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável; 8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado; 8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis. 8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços. **9. PENALIDADES.** 9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato. 9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte: 9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão; 9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma: a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos: a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade; a.2)

demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa; a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa; b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia; c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis; 9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas. **10. DISPOSIÇÕES GERAIS.** 10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer; 10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 048/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 176/2022. 10.3 - Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro. **11. FORO.** 11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 26 de Outubro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 290/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 176/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 048/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 290/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde. O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. 70.429.956/0001-99, estabelecida Av Mato Grosso, 839, Bairro Centro, Cidade Juína, CEP 78.320-000, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor OLMIR IORIS, brasileiro, casado, CPF: 252.935.409-04, carteira de identidade 1483392, órgão expedidor SSP- PR, estabelecido e domiciliado na Rua Carmen Miranda, n° 205, bairro Modulo 02, Juína- MT, CEP: 78.320-000 daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 176/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) Adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição De Equipamentos, Mobiliários E Outros Materiais De Consumo Em Atendimento Da Equipe Do Programa Nacional De Qualificação E Assistência Farmacêutica (Qualifar-Sus) adstritos À Secretaria Municipal De Saúde, adjunta a Prefeitura de Barra do Garças-MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
81444	APARELHO DE AR CONDICIONADO; CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 24.000 BTUS/H; TENSAO 220V; FRIO; TIPO SPLIT INVERTER; MODELO HI WALL; GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	TCL / TAC 24C-SA INV	4	3.800,00	15.200,00
81445	REFRIGERADOR DOMÉSTICO/GELADEIRA – CAPACIDADE ENTRE 260 E 299 LITROS; 02 PORTAS; COR BRANCA; TENSÃO DE ALIMEN-TAÇÃO 220V, SELO PROCEL DE ECONOMIA DE ENERGIA 'A OU B'; FUNÇÃO DEGELO – DESCONGELAR, PUXADORES EXTERNOS RESIS-TENTES; ILUMINAÇÃO INTERNA; PRATELEI-RAS DAS PORTAS REMOVÍVEIS PARA LIMPEZA; TERMOSTATO QUE PERMITA O AJUSTE DA TEMPERATURA NO INTERIOR DO EQUIPAMEN-TO; PRATELEIRAS INTERNAS ARMADAS E COM ALTURA REGULÁVEL; PÉS NIVELADORES.	UNIDADE	ELECTROLUX / DC35A	4	2.480,00	9.920,00
81467	IMPRESSORA LASER COM PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE DE 35 PÁGINAS POR MINUTO – PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A5, A4, CARTA E OFÍCIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 200 PÁGINAS; CICLO MENSAL DE 50.000 PÁGINAS; INTERFACE USB; PERMI-TIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO E REDE 10/100/100 ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N; SUPORTAR FRENTE E VER-	UNIDADE	HP / 4003	8	2.500,00	20.000,00

	SO AUTOMÁTICO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, RE-FORMA OU RECONDICIONAMENTO GARANTIA DE 12 MESES. ESPECIFICAÇÃO MI-NIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRI-CANTE.					
81469	NOBREAK 1500VA 08 TOMADAS BIVOLT.	UNIDADE	TS SHARA / UPS PROFESSI-ONAL 1500VA 4436	5	1. 089,00	5. 445,00
Total Fornecedor				**R$ 50.565,00**		

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **15 (quinze)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALÉRIA KATIA GARDIANO (CPF n° 545.738.901-49) – fiscal

LUCILEIDE ALVES DA CRUZ (CPF n° 00.836.741-45) - suplente

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 048/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 176/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 26 de Outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO AVISO DE RESULTADO

CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO

AVISO DE RESULTADO

Pregão Eletrônico Nº 002/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, considerando a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa **FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA,** torna público para conhecimento dos interessados o resultado da convocação dos participantes remanescentes da Licitação com modalidade Pregão Eletrônico Nº 002/2022, onde o 2º colocado cumpriu os requisitos de habilitação, portanto foi convocado para assumir o item único, a empresa **TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA,** inscrita no **CNPJ** nº 02.416.362/0001-93, para o item único com valor total final de **R$ 1.250.000,00 (**Um milhão duzentos e cinquenta mil reais**).**

Brasnorte – MT, 24 de outubro de 2022.

David Eduardo Caeron Magrini, pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS 006/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE RESULTADO

TOMADA DE PREÇOS 006/2022

A Presidente e Membros da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Brasnorte/MT, nomeada pela Portaria 009/2022, torna público, o resultado da Tomada de Preços nº 006/2022, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA DE 45,50M SOBRE O RIO CRAVARI NA LOCALIZAÇÃO: LATITUDE-12°26'59.57"S E LONGITUDE-57°53'.57"O, NA CIDADE DE BRASNORTE - MT", sagrou-se vencedora do certame a empresa DEIZO DA SILVA GOMES EIRELI, inscrita no CNPJ: 27.970.739/0001-82, tendo apresentado proposta de preço para o Lote 02 no valor de R$ 208.398,33(duzentos e oito mil trezentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos). O Lote 01 foi FRACASSADO. Maiores informações poderão ser obtidas na sala de licitações da prefeitura municipal de Brasnorte-MT, pelo site brasnorte.mt.gov.br, ou pelo telefone 66 35923200.

BRASNORTE – MT 01 de novembro de 2022.

THAIS DA CUNHA FERREIRA DUARTE

PRESIDENTE DA CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, de 18 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
NILTON GREY OTTO LINS	178.784.541-91	9047/00145/2022
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00155/2022
JOSE NICOLA MONACO	175.651.201-97	9047/00157/2022
WALDOMIRO DIAS FLORES	228.308.128-91	9047/00158/2022
D D PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	03.387.646/0001-61	9047/00159/2022
DADICA AGROPECUARIA LTDA	68.350.792/0001-68	9047/00161/2022
JONAS GOMES DA SILVA	442.020.321-87	9047/00167/2022
ATAIDE DE MELO FRANCO	673.304.798-53	9047/00170/2022
OSVALDO LEMES DO PRADO	047.191.581-53	9047/00173/2022
ROSIMEIRE DA SILVA MORANDI	337.378.511-15	9047/00175/2022

IRACILDA ROCHA TEIXEIRA RITA	593.985.311-00	9047/00183/2022
ROSINEI SILVA FERREIRA	880.163.231-20	9047/00185/2022
LUCIA NEPUMOCENO MENDES DE SOUSA	140.531.101-06	9047/00193/2022
IEDE GONCALINA LEITE GARCIA	361.909.001-78	9047/00205/2022
JOAO ALVES FILHO	015.475.859-00	9047/00207/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 18/10/2022

Data de desafixação: 02/11/2022

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 071/2021-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 4° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 071/2021-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: NS CONSTRUTORA EIRELI

Objeto: Aditar o **PRAZO DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n. ° 071/2021-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **NS CONSTRUTORA EIRELI,** para mais **49 (quarenta e nove)** dias.

Cáceres – MT, 01 de novembro de 2022

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 74/2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas e acondicionadas em marmitex para atender à demanda do Município de Cáceres..

Realização: 17 de novembro de 2022 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de Novembro de 2022.

IGOR DE SOUZA OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 384/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 031/2022 - CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL - EDITAL N° 002/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 002/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 031/2022

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005, na Resolução de consulta nº 59/2011 (DOE, 26/09/2011) onde dispõe sobre as contratações temporárias no item: "**3.** Na contratação temporária não há necessidade de criação ou preexistência de cargos, exige-se sim a definição do quantitativo de vagas/funções, por meio da lei, que autorizou a contratação, sendo dispensável para os casos de substituição de servidor". E demais Leis que criaram os cargos.

RESOLVE:

I – CONVOCAR candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde, situadas na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel na sala da Coordenação de Gestão de Pessoas desta Secretaria, nos dias **03, 04/11 e 07/11/2022 das 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00** horas para apresentar as documentações para a devida contratação nos termos do **Edital 002/2022 do Processo Seletivo Simplificado**, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres-MT, 01 de novembro de 2022.

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

CARGO: ENFERMEIRO (A)

Nº	NOME	DATA NASCIMENTO	NOTA
41	CATIA VIRGINIA WEBER DE OLIVEIRA	06/06/1981	9,0
42	MARILUCI MACEDO DA SILVA	06/11/1982	9,0
43	ANDRÉA BATISTA DE ANDRADE SÃO BERNARDO	25/06/1984	9,0
44	SIMONE RODRIGUES DA SILVA	23/05/1987	9,0

CARGO: TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM

Nº	NOME	DATA NASCIMENTO	NOTA
71	DAYANA DELUQUI PORTES BALDOINO	09/12/1984	6,5
72	CARLA FATIMA GOMES	06/05/1986	6,5
73	ADRIANA DA SILVA SOARES	06/08/1992	6,5

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DOCUMENTOS	ENTREGUE
01	Cópia dos documentos: RG E CPF	
02	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento	
03	Cópia do Título de Eleitor	
04	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais	
05	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)	
06	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)	
07	Cópia CNH (em caso do cargo especifico verificar a categoria exigida)	
08	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP	
09	Cópia do Diploma/Comprovante de escolaridade **(autenticado)**	
10	1 Foto 3X4 Atualizada	
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.	
12	Número CPF Pai, Mãe, cônjuge quando for casado, filhos/Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado)	
13	Cópia da Certidão de Nascimentos dos Filhos	
14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos	
15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)**	
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES	
16	Comprovante de Residência atual (copia conta de água, luz, telefone ou contrato de locação imóvel	
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**	

18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.	
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso 1º e 2º Grau	
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau	
21	Declaração de Bens/Imposto de Renda, **com firma reconhecida.**	
22	Telefone e E-mail	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 803 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a permanência dos alunos nas Instituições de Ensino, garantindo-lhes o direito à educação, conforme prevê a Constituição Federal, bem como, o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 53;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar e alinhar as ações visando à conclusão do ano letivo 2022 na Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres/MT;

CONSIDERANDO a importância de definir algumas diretrizes para organização e execução do Ano Letivo de 2023 na Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres/MT;

CONSIDERANDO as normativas educacionais vigentes no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 39.709, de 21 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas e cronograma de execução das atividades da Rede Municipal de Ensino de Cáceres, pertinentes à conclusão do ano letivo 2022 e demais encaminhamentos necessários à organização do ano letivo 2023.

Art. 2º Estabelecer os critérios para a realização do processo de renovação de matrícula, matrícula de estudante proveniente de redimensionamento entre estado e município e matrícula de novos estudantes na Rede Pública Municipal de Cáceres, para o ano letivo de 2023.

I - 03/11/2022 a 18/11/2022 - Período de renovação de matrícula para os alunos das Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais(urbana e campo), inclusive para o Ensino Fundamental - Anos Finais, das escolas do campo que não serão redimensionadas, sendo:

a) EM 16 de Março; b) EM Buriti; c) Núcleo Paiol – EM Paulo Freire, EM Laranjeira e EM Limoeiro;

II - 21/11/2022 a 30/11/2022 - Enturmação de alunos na Plataforma de Gestão Educacional pela Instituição de Ensino;

III - 05/12/2022 a 16/12/2022 - Pré-Matrícula via Plataforma de Gestão Educacional/SME, para possibilidade de matrícula nova em Instituição de Ensino de Educação Infantil, conforme Decreto 955, de 26/11/2021;

IV - 19/12/2022 a 05/01/2023 - Análise das Pré-Matrículas *Online, da* Educação Infantil, realizada pela Comissão Central de Análise de Matrícula/SME;

V - 06/01/2023 - Divulgação das Pré-Matrículas *Online* deferidas, para efetivação da matrícula nas Instituições de Educação Infantil, pelos secretários escolares.

VI - 09/01/2023 a 12/01/2023 - Período para efetivação de matrícula nas Instituições de Ensino das crianças de Pré-Matrícula *Online,* deferidas pela Comissão Central de Matrículas/SME;

VII - 10 /01/2023 - Último prazo para finalização da prestação de contas de todos os Programas do ano de 2022**,** conforme cronograma realizado junto à Coordenação Contábil/SME;

VIII – Prazo final para lançamento no diário eletrônico de todos os dias letivos e carga horária do ano letivo/2022, conforme calendário escolar vigente:

a) 23/12/2022 – para as Instituições de Ensino Infantil e Ensino Fundamental, que não aderiram à greve; **b) 14/01/2023** – para as Instituições de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que aderiram à greve; **c) 20/01/2023 -** para as Instituições de Ensino do Ensino Fundamental, que aderiram à greve;

Art. 3º As matrículas de estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, oriundos do processo de redimensionamento e matrículas novas, serão realizadas no período de 19/12/2022 a 06/01/2023.

Parágrafo Único. Para efetivação da matrícula do estudante redimensionado e matrículas novas, a Instituição de Ensino deverá solicitar o preenchimento da ficha de matrícula com a assinatura dos pais ou responsável legal, bem como, a documentação necessária para matrícula de novos estudantes.

Art. 4º Cabe às Instituições de Ensino constituir a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais da Educação, referente ao ano letivo/2022, sendo composta da seguinte forma:

I- 01 representante do CDE; **II-** 01 representante do colegiado de professores; **III-** 01 representante da direção escolar.

IV - 07 a 09/11/2022 – Período de Avaliação de Desempenho Profissional na Instituição de Ensino, na presença do servidor avaliado;

V - 07 a 09/11/2022 – Período de Avaliação de Desempenho Profissional do ano letivo/2022, do Gestor Escolar, por Comissão constituída na Secretaria Municipal de Educação - SME, para tal fim, com representantes da Coordenadoria Administrativa e Coordenadoria Pedagógica;

VI - 10 e 11/11/2022 – Ingresso de recurso na primeira instância;

VII - 16 e 17/11/2022 - Período para análise de recursos em primeira instância e emissão de parecer;

VIII - 18 e 21/11/2022 - Período para análise de recursos em segunda instância e emissão de parecer na Secretaria Municipal de Educação;

IX - 22/11/2022 -Protocolo da Avaliação de Desempenho dos Profissionais, via 1Doc, para SME:

a) de servidores efetivos com média abaixo de 5,0 (cinco);

b) de todos os servidores em estágio probatório;

Art. 5º Cabe à Instituição de Ensino constituir a Comissão para contagem de pontos e atribuição da jornada de trabalho dos profissionais, em consonância ao Decreto 959/2021;

I – 22/11/2022 – Contagem de pontos dos profissionais efetivos na Instituição de Ensino (período matutino), para a Educação Infantil epara o Ensino Fundamental Anos Iniciais;

II – 23/11/2022 – Atribuição de aulas dos efetivos na Instituição de Ensino, para a Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Ensino Fundamental das Instituições não redimensionadas, e Sala de Recursos Multifuncionais;

III - 23/11/2022 – Manifestação individual de professores efetivos do Ensino Fundamental - Anos Finais, na Instituição de Ensino que será redimensionada, junto à gestão escolar, registrada em ata, com interesse em participar do Regime de Colaboração/Redimensionados entre a Secretaria de Estado de Educação/SEDUC e Prefeitura Municipal de Cáceres, para

compor o quadro de docentes das escolas reordenadas/redimensionadas, no âmbito do município de Cáceres.

IV – 28/11/2022 - Protocolo via 1Doc (matutino) do quadro de lotação de efetivos e aulas livres e a relação dos professores do Ensino Fundamental/ Anos Finais interessados no Regime de Colaboração/Redimensionamento, entre a SEDUC e PMC, para posterior publicação;

V - Os professores que não manifestaram interesse em participar Regime de Colaboração/Redimensionamento, entre a SEDUC e PMC, irão desempenhar suas atribuições conforme disposto na Lei Complementar nº 47/ 2003, de acordo com a reorganização/redistribuição do quadro de pessoal, nas Instituições de Ensino.

VI - 24 e 25/11/2022 - Protocolo de Requerimento de remoção de profissional efetivo para outra Instituição de Ensino, via 1Doc, na SME, sendo que o documento deverá constar ciência da direção da Instituição de Ensino de origem e Ficha de Contagem de Pontos, anexas;

VII – 05/12/2022 a 09/12/2022 – Período de análisede pedidos de remoção pela equipe da SME;

VIII- 12/12 e 13/12/2022 – Período de informação às Instituições de Ensino referente aos pedidos de remoção deferidos pela SME, com homologação e publicação no período de férias escolares;

Art. 6º As férias escolares das Instituições de Ensino da Rede Municipal, ocorrerãoconforme calendários e estão condicionadas aos lançamentos devidamente registrados no diário eletrônico e validados pelo coordenador pedagógico:

I - 26/12/2023 a 24/01/2023 - Férias Escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que não aderiram à greve;

II - 16/01/2023 a 14/02/2023 - Férias Escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que aderiram à greve, com encerramento do calendário escolar/2022, em 14/01/2023;

III - 23/01/2023 a 21/02/2023 - Férias Escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que aderiram à greve, com encerramento do calendário escolar/2022, em 20/01/2023;

IV – Durante as férias escolares a equipe gestora deverá promover organização interna de pessoal, mantendo o atendimento necessário à Comunidade Escolar;

Art. 8º Estabelecer o início do ano letivo de 2023 nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Cáceres, conforme abaixo:

a) 06/02/2023 – para as Instituições de Ensino Infantil e Ensino Fundamental, que não aderiram à greve;

b) 16/02/2023 – para as Instituições de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que aderiram à greve, com encerramento do calendário escolar/2022, em 14/01/2023;

c) 22/02/2023 - para as Instituições de Ensino do Ensino Fundamental, que aderiram à greve, com encerramento do calendário escolar/2022, em 20/01/2023;

§ 1º Ao término do primeiro semestre do ano letivo 2023, ocorrerá o período de férias escolares, pelo prazo de 15 (quinze) dias, que corresponderá de **03/07/2023 a 17/07/2023**, destinado aos alunos e servidores que se enquadram no usufruto, conforme legislação vigente, para todas as Instituições Escolares da Rede Municipal.

§ 2º Caberá à equipe gestora, juntamente com o Conselho Deliberativo da Instituição de Ensino, discutir e aprovar o calendário escolar do ano letivo 2023, que deverá ser encaminhado à SME, via 1DOC, devidamente assinado pelo diretor e presidente do CDE, até o dia **03/03/2023**.

§ 3º A Coordenadoria Administrativa Escolar/Inspeção Escolar deverá analisar, observar as normas e legislações vigentes, verificar as adequações e devolver, se necessária correção, para posterior homologação do Titular da Pasta.

I - 25/01/2023 - Retorno de professor da Educação Infantil eEnsino Fundamental que não aderiu à greve;

II - 15/02/2023 - Retorno do professor da Educação Infantil eEnsino Fundamental que aderiu à greve, com encerramento do calendário escolar/2022, em 14/01/2023;

III – 22/02/2023 – Retorno do ProfessorEducação Infantil eEnsino Fundamental que aderiu à greve, com encerramento do calendário escolar/2022, em 20/01/2023;

IV - 23 a 27/01/2023 – Lotação na SME, de professores em colaboração/ redimensionamento, para compor quadro de docente – Ensino Fundamental - Anos Iniciais;

V – 02/03/2023 - Aula Inaugural/SME

VI - 07/03/2023 (período vespertino), protocolar via 1Doc, quadro de lotação de profissionais efetivos e contratados. Para os professores deverá constar turma, turno e horário de cumprimento de hora atividade;

VII - Até o quinto dia útil do mês subsequente - Boletim de frequência mensal deverá ser protocolado na SME, impreterivelmente, acompanhado do relatório mensal/ espelho ponto dos guardas noturnos e motoristas, se for o caso, devidamente assinados para encaminhamentos à Coordenadoria de Recursos Humanos/Secretaria Municipal de Administração, em cumprimento aos prazos estabelecidos vigentes;

Art. 9º A Instituição de Ensino deve promover a busca ativa dos alunos infrequentes, no âmbito da escola, e com apoio de outros órgãos, se necessário, como Conselho Tutelar, Promotoria Infância e Juventude, busca ativa do Selo UNICEF/SME e Ação Social.

Art. 10 Cabe à direção escolar a organização das turmas, planejamento do ano letivo observando as normas e legislações vigentes, bem como, organização do espaço físico para a oferta de matrícula, sendo:

I - Educação Infantil:

a) Educação Infantil integral (creche I) - 1 ano completo ou a completar até 31/03/2023, **06 a 10 alunos por sala**;

b) Educação Infantil integral (creche II) - 2 anos completos ou a completar até 31/03/2023, **10 a 15 alunos por sala**;

c) Educação Infantil integral (creche III) - 3 anos completos ou a completar até 31/03/2023, **15 a 20 alunos por sala**;

d) Educação Infantil parcial (Pré- Escola IV e V) - 4 e 5 anos completos ou a completar até 31/03/2023, **20 a 25 alunos por turma**.

II - Ensino Fundamental:

a) 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental: **20 alunos**;

b) 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental: **30 alunos**;

c) Ensino Fundamental (1º ano) - 6 anos completos ou a completar até 31/ 03/2023.

III – Modalidade Educação Especial – Sala de Recursos Multifuncionais/SRM:

a) Educação Infantil e Ensino Fundamental: **05 a 15 alunos por turma**;

§1º Faz-se necessário observar a especificidade e legislação vigente acerca da Educação do Campo e Educação Especial para as turmas que não preencherem o número mínimo de alunos; os casos excepcionais deverão ser encaminhados à SME, para análise junto às Coordenadorias Administrativa e Pedagógica.

§ 2º Para as turmas com alunos da Educação Especial, garantir a quantificação mínima e máxima dos alunos com necessidades educacionais especiais por turma, da seguinte forma:

a) Em classes comuns: 02 alunos no máximo por turma de até 20 alunos;
b) Alunos com deficiência física (poliomielite, espinha bífida e outras) de-

verão ser matriculados em turmas sem redução de número de alunos por turma.

Art. 11 A Coordenação Pedagógica da Instituição de Ensino deve acompanhar semanalmente o diário eletrônico do professor.

Art. 12 Atestados Médicos deverão ser protocolados via 1Doc, impreterivelmente dentro de 48 (quarenta e oito) horas, com encaminhamento do documento físico dentro desse mesmo prazo, direcionado à Gerência de Gestão de Pessoas/SME.

§ 1º Atestado Médico deve conter data, período de afastamento e assinatura do médico.

§ 2º Após passar por perícia médica, o servidor deverá protocolar no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas o Resultado da Perícia na Secretaria Municipal de Educação/Gestão de Pessoas, com cópia à sua unidade/órgão de lotação.

§ **3º** Os Profissionais da Educação em **readaptação de função** terão suas atribuições definidas através de Portaria, conforme legislação vigente.

Art. 13 Somente fará jus a contratação de substituição, os Atestados Médicos de professores a partir de 03 (três) dias.

Parágrafo Único. Em caso de necessidade de substituição, a gestão escolar deverá encaminhar solicitação via 1Doc direcionada a Coordenadoria Administrativa Escolar/SME.

Art. 14 Em caso de Atestado Médico dos demais servidores, somente será possível contratação de substituto a partir de 30 (trinta) dias, devendo encaminhar solicitação via 1Doc direcionada à Coordenação Administrativa Escolar.

Parágrafo Único. Atestado Médico dos demais servidores com prazo inferior a 30 (trinta) dias, somente será atendido com substituição, se houver profissional disponível na Rede, para atender a demanda.

Art. 15 Servidoras contratadas, que estejam gestantes, independente do cargo, deverão apresentar à Instituição de Ensino, laudo ou exame que comprove a gravidez, para que o gestor protocole via 1Doc solicitação de prorrogação de contrato, garantindo o direito, conforme a legislação vigente.

Art. 16 As Instituições de Ensino deverão evitar documentos em duplicidade no 1Doc, **e quando essa situação ocorrer, deverão informar no documento "Arquiva-se."**

Art. 17 A gestão da Instituição de Ensino deverá protocolar via 1Doc, no período de **01/12 a 08/12/2022**, o pedido de férias coletivas dos professores e demais servidores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, para usufruírem em seguida ao término do ano letivo, conforme o calendário escolar.

Art. 18 Os casos omissos serão dirimidos pela SME, através da Coordenação Administrativa e Pedagógica.

Art.19 Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de outubro de 2022.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 785 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o § 3º Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 39.113 de 24 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Conceder as servidoras, abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, **Licença-Prêmio**, conforme cronograma.

Servidoras	Quinquênio	Período de Gozo	Dias de Gozo
Joselina Maria da Silva Mendonça	2005/2010	01/09/2022-30/09/2022	30 dias
Nilsa Cornelio de Oliveira	2013/2018	01/09/2022-30/10/2022	60 dias

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de outubro de 2022.

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66/2022

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS visando atender as necessidades das Unidades de Saúde Bucal (USB) e do Centro de Especialidade Odontológica (CEO) do Município de Cáceres/MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 249/2022

EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
41	CURETA TIPO FOICE RASPADOR PONTA MORSE 00 – EM AÇO INOX, CABO 08MM. ATU NAS FACES ANTERIORES, OU SEJA, DE MESIAL DE CANINO A MESIAL CANINO, TANTO SUPERIORES QUANTO INFERIORES. INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADOCORTANTE. REFERÊNCIA: MILLENIUM SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES,COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES	UN	25	CASSIFLEX	13,58	339,50
64	FORMOCRESOL 10ML – INDICADO PARA A TERAPIA PULPAR DE DENTES DECÍDUOS E PERMANENTES. COMPOSIÇÃO: FORMALDEÍDO, ÁCIDO CRESCÍLICO E HIDROALCOÓLICO. APRE-	UN	40	MAQUIRA	5,10	204,00

	SENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.REGISTRO NA ANVISA VALIDADE MINIMA DE 01 ANO NA DATA DA ENTREGA					
94	SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTÁVELSEM AGULHA PARA VOLUME DE 20 ml. PARA IRRIGAÇÃO DE SOLUÇÕES EM ODONTOLOGIA. PISTÃO EM TPE. ATÓXICO, LÁTEX-FREE. ESCALA DEGRADUAÇÃO. CILINDRO ALTAMENTE TRANSPARENTE E QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO FLUIDO ASPIRADO. ANÉL DE RETENÇÃO QUE IMPEDE O DESPRENDIMENTO DO ÊMBOLO. REFERÊNCIA: DESCARPACK. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES	UN	600	SR	0,52	312.00
95	SORO FISIOLÓGICO, EMBALAGEM COM 100 ML, CONCENTRAÇÃO: 09MG/ML	UN	1500	FARMAX - AMARAL	1,99	2. 985,00
103	TRICRESOL FORMALINA, EMBALAGEM COM 10 ml. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA..	UN	20	MAQUIRA	5,20	104,00
VALOR TOTAL: Três mil novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos R$: 3.944,50						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 250/2022

EMPRESA: PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIREL - CNPJ: 05.159.591/0001-68

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
49	EPI PROTETOR FACIAL - PROTE- TOR FACIAL (FACE SHIELD) COM REGULAGEM DE TAMANHOS ATRAVÉS DE CARNEIRA. CONSTI TUÍDO DE VISEIRA NO MATERIAL POLICARBONATO COM DIMEN- SÕES DE 345 X 200MM (TAMANHO8")	UN	150	VENKURI	R$:6,97	R$:1.045,50
55	ESPONJA HEMOSTÁTICA – OBTIDA DE GELATINA LIOFILIZADA DE ORIGEM PORCINA, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA, PESANDO NÃO MAIS DE 10MG, COMPLETAMENTE REABSORVÍVEL PELO ORGANIS-MO.DIMENSÕES: 1CMX1CM. INDICA- ÇÃO: ESPECIALMENTE INDICADA NA CIRURGIA DEVIDO AO SEU GRANDEPODER HEMOSTÁTICO E CICATRIZANTE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA. REFERÊNCIAS: MAQUIRA.SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	UN	50	MAQUIRA	R$:44,96	R$:2.248,00
91	ROLETE DE ALGODÃO Nº 02 – ROLETE DENTAL Nº 02 CONFECCIONADOS COM FIBRAS 100% ALGODÃO HIDRÓFILO,ESPESSO, MACIO E COM ÓTIMO PODER DE ABSORÇÃO. FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGENS COM 100 UNIDADES CADA. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA	UN	1000	SSPLUS	R$:4,62	R$:4,620,00
92	SELANTES DE SULCOS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL POSSUI 50% EM PESO DE CARGAS INORGÂNICAS (BÁRIO OUALUMINIO) CONTÉM FLUORETO DE SÓDIO E ÁCIDO, BISGMA, TEGMA, MATIZADO OU BRANCO OPACO. APRESENTAÇÃO: 05 SERINGAS DE SELADOR (MATIZADO OU BRANCO) COM 02G CADA. 01 SERINGA DE CONDICIONADOR DENTAL EM GEL COM 03 ML E 20 PONTAS APLICADORAS DESCARTÁVEIS. PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR AO FLUROSHIELD – DENTSPLY. SERÃOCONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	50	MAQUIRA	R$:27,92	R$:1.396,00
VALOR TOTAL: Nove mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos R$: 9.309,50						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 251/2022

EMPRESA: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI- CNPJ: 06.175.908/0001-12

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
28	CARIOSTÁTICO SOLUÇÃO CARIOSTÁTICA NA CONCENTRAÇÃO DE 12% PARA INDUZIR A REMINERALIZAÇÃO DOS SUBSTRATOS DENTAISE PARA INIBIR O DESENVOLVIMENTO MICROBIANO, PARALISANDO POSSÍVEIS LESÕES CARIOSAS E RETARDANDO A DESCALCIFICAÇÃO MINERALREFERÊNCIAS: MAQUIRA,BIODINÂMICA.SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	20	AF DO BRASIL	R$:19,54	R$:390,80
30	CIMENTO DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL TIPO I - COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL. INDICADA PARARESTAURAÇÕES TEMPORÁRIAS DE LONGA ESPERA. CAIXA CONTENDO 01 FRASCO DE PÓ COM 38G; 01 FRASCO DE LÍQUIDO COM 15 ML.REFERÊNCIA: MAQUIRA. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OUEQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	20	AF DO BRASIL	R$:16,46	R$:329,20
63	FLÚOR GEL NEUTRO - FLUORETO DE SODIO EM GEL TÓPICO, CONTENDO 2% DE FLUOR NEUTRO, COM PROPRIEDADE TIXOTROPICA, PROVIDOS DE BICO QUE POSSIBILITEM CONTROLE DE ESCAPE. EM FRASCO DE 200ML, PROCEDÊNCIA E LOTE, VALIDADE E DE REGISTRO NA ANVISA. . VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	150	MAQUIRA	R$:4,10	R$:615,00
81	PEDRA POMES EXTRA FINA. INDICADO PARA LIMPEZA E POLIMENTO DO ESMALTE DENTÁRIO ETRABALHOS PROTÉTICOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 100G. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO\,VALIDADE MINIMADE 1 ANO A PARTIR DA ENTREGA REFERENCIA: MAQUIRA.SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTE	UN	30	AF DO BRASIL	R$:3,99	R$:119,70
VALOR TOTAL: UM MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS R$: 1.454,70						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 252/2022

EMPRESA: C. PARRA VIEIRA- CNPJ: 10.641.724/0001-78

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
43	DETERGENTE ENZIMÁTICO DE 04 ENZIMAS PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. COMPROVADA EFICÁCIA CONTRA BACTÉRIAS E CONTRA MATÉRIA ORGÂNICA. ALTA CAPACIDADE DESENGORDURANTE. APRESENTAÇÃO PREFERENCIALMENTE EM EMBALAGEM DE5L. REFERÊNCIAS: RIO QUÍMICA, ASFER. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	500	BELALAUNDRY	R$:74,65	R$:37. 325,00
75	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 7,5 OU COMPATÍVEL. DEVEM TER CONTROLE DE QUALIDADE RIGOROSO. ESTERILIZADAS ATRAVÉS DO MÉTODO DE RADIAÇÃO GAMA E EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL CIRÚRGICO, OFERECENDO ADEQUADA BARREIRA MICROBIAN. A EMBALAGEM TIPO "WALLET" PROPORCIONA ABERTURA ASSÉPTICA. HIPOALERGÊNICA. BAINHA REFORÇADA. REFERÊNCIA: SUPERMAX. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. UNITÁRIA.COM VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	UN	500	LENGRUBER	R$:1,30	R$:650,00
VALOR TOTAL: TRINTA E SETE MIL E NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS R$: 37.975,00						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 253/2022

EMPRESA: L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA- CNPJ: 11.145.401/0001-56

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
03	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL – CALIBRE G 30 CURTA, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL, PAREDE FINA, SILICONIZADA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CAIXA COM 100UNIDADES. PADRÃO SIMILAR A INJECTA OU SUPERIOR.	UN	100	INJEX	R$:29,04	R$:2.904,00
15	BABADOR IMPERMEÁVEL E ABSORVENTE, PARA USO ODONTOLÓGICO. LAMINADO EM POLIETILENO E CONFECCIONADO EM PAPEL SUPER ABSORVENTE. DESCARTAVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES NA COR AZUL, BRANCO OU VERDE.	UN	200	QUALY BLESS	R$:13,29	R$:2.658,00
45	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. DEVE PROPICIAR UM VEDAMENTO COMPLETO. DIMENSÕES: 10CMX100M. APRESENTAÇÃO DESEJÁVEL: ROLO. REFERÊNCIAS: CRISTOFOLI, HOSPFLEX.SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UN	150	INJEX	R$:42,57	R$:6.385,50
46	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. DEVE PROPICIAR UM VEDAMENTO COMPLETO. DIMENSÕES:15CMX100M. APRESENTAÇÃO DESEJÁVEL: ROLO. REFERÊNCIAS: CRISTOFOLI, HOSPFLEX.SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UM	350	INJEX	R$66,01	R$:23.103,50
47	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE.DEVE PROPICIAR UM VEDAMENTO,COMPLETO.DIMENSÕES: 25CMX100M. APRESENTAÇÃO DESEJÁVEL ROLO. REFERÊNCIAS: CRISTOFOLI, HOSPFLEX SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES,COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UM	500	INJEX	R$:108,30	R$:54,150,00
62	FITA PARA AUTOCLAVE POSSUI LISTRAS QUE MUDAM DE COR (FICAM NEGRAS) APÓS SER UTI- LIZADA NAS ETAPAS DE ESTERI- LIZAÇÃO POR AUTOCLAVAGEM. MEDIDAS:19MM X 30M CONFEC-CIONADA COM DORSO DE PAPEL CRESPADO À BASE DE CELULO- SE,RECEBE, EM UMA DE SUAS FACES, MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS E, NA OU- TRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRÍLICA. REFERENCIA:CREMER . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES,COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	70	MASTERFIX	R$:3,55	R$:248,50
73	LÂMINA DE BISTURI №15 - EM AÇO CARBONO PARA USO ODONTOLÓGICO. ESTÉREIS E COM MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE ASSÉPTICA. GRANDE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E À PERDA DE AFIAÇÃO. FÁCIL ENCAIXE. EMBALAGEM INDIVIDUAL. REFERÊNCIA: ADVANTIVE. SERÃOCONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕESSUPERIORES,COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	60	MEDIX	R$:28,07	R$:1.684,20
76	MICROAPLICADOR DESCARTÁVEL BRUSH. TAMANHO REGULAR. INDICADO PARA LEVAR E APLICAR SOLUÇÕES COMO: EVIDENCIA- DORES, ADESIVOS, SELANTES, SOLUÇÕES HEMOSTÁTICAS, ÁCI- DOS, ETC. FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. REFERENCIA: KG SO- RENSEN.SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UN	100	FGM	R$:7,82	R$782,00
VALOR TOTAL: NOVENTA E UM MIL E NOVECENTOS E QUINZE REAIS E SETENTA CENTAVOS R$:91.915,70						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 254/2022

EMPRESA: CIRURGICA BIOMEDICA - EIRELI- CNPJ: 11.215.901/0001-17

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
74	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO DE LATÉX; TAMANHO PP. FORMA DE APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES CADA. PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR A NUGARD E CREMER. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	700	NUGARD	R$:13,30	R$:9.310,00
VALOR TOTAL: Nove mil e trezentos e dez reais R$: 9.310,00						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 255/2022

EMPRESA: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 21.504.525/0001-34

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
08	ANESTESICO ALPHACAINE - ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL, COM CADA ML CONTENDO 20MG DE CLORIDRATO DE LIDOCAINA (36MG/CARPULE), 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA BASE (18µG/CARPULE), ISENTO DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE VIDRO COM ÊMBOLOS SILICONIZADOS. APRESENTAÇÃO: CARTUCHO COM 50 TUBETES DE VIDRO, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA - 1,8 ML/TUBETE. REGISTRO NA ANVISA E DATA DE VALIDADE A CONTAR DE UM ANO NA DATA DA ENTREGA.	UN	700	DFL	R$:79,10	R$:55.370,00
59	FIO DENTAL – FIO DENTAL CLÍNICO PARA REMOÇÃO DE PLACA BACTERIANA INTERPROXIMAL, CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE, LUBRIFICADO COM CERA NATURAL, ISENTO DE IMPUREZAS. EMBALAGEM COM CORTADOR METÁLICO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CORTE DO FIO SEM DESFIÁ-LO. EMBALAGEM EM ESTOJO INDIVIDUAL DE POLIPROPILENO, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA DE LOTE, VÁLIDADE E REGISTRO NA ANVISA. ROLO COM 100 METROS.	UN	150	MEDFIO	R$:1,70	R$:255,00
78	OTOSPORIN, POLIMIXINA B + NEOMICINA + HIDROCORTISONA 10.000 + 5 + 10 UI + MG + MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA 10 ML. INDICAÇÃO: POLPA VITAL INFLAMADA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UN	35	OTOSPORIN	R$:13,59	R$:475,65
VALOR TOTAL: Cinquenta e seis mil e cem reais e sessenta e cinco centavos R$:56.100,65						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 256/2022

EMPRESA: - ORTO DENTE LTDA- CNPJ: 25.940.099/0001-32

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

100	TESOURA CIRÚRGICA MAYO RETA - 15 CM DE COMPRIMENTO, PONTA ROMBA, PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES	UN	80	GOLGRAN	R$:25,00	R$:2.00,00
VALOR TOTAL: Dois mil reaisR$: 2.000,00						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 257/2022

EMPRESA: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

- CNPJ: 21.504.525/0001-34

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNID	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
06	ALAVANÇA SELDIN RETA INDICAÇÃO: INDICADA PARA AUXILIAR EM CIRURGIAS DE EXTRAÇÃO DENTÁRIA. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. CABO DE CHAPA. EMPUNHADURA ERGONÔMICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE\, CONTENDO EXTERNAMENTE Nº2 REFERÊNCIA: QUINELATO; MILLENIUM. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	80	UNI	IMPLA	R$23,90	**R$1.912,00**
11	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA A 3% - CLORIDRATO DE MEPIVACAINA. SOLUCÇÃO INJETÁVEL (30MG/ML) SEM VASOCONTRITOR. CARTUCHO DE 1,8 ML. NA EMBALAGEM DEVERÃO CONSTAR INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMO: DADO DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANIVISA. ACONDICIONADA EM TUBETES COM 1,8 ML CADA, COM ÊMBOLO SILICONIZADO. CAIXA COM 50 TUBETES.	80	CAIXA	DFL	R$103,59	**R$8.287,20**
18	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO CA Nº 701. ALTA ROTAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL. COMPRIMENTO DE 25MM. INDICADA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ORAIS. AUTOCLAVÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. REFERÊNCIA: DENTSPLY, AMERICAN BURRS. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	150	UNID	KAVO	R$8,78	**R$1.317,00**
20	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA ZEKRYA/ ZECRYA DE HASTE LONGA. FORMATO TRONCO- CÔNICO. PONTA ATIVA. EFETIVO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA EDURABILIDADE. CONFERE UMA SUPERFÍCIE DE CORTE MAIS LISA E REGULAR, USO EM ALTA ROTA- ÇÃO, AUTOCLAVÁVEL. COMPRI- MENTO DE 21MM. AUTOCLAVÁ- VEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. REFERÊNCIA: DEN- TSPLY, AMERICAN BURRS. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICA- ÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	80	UNID	IMPLA	R$10,81	**R$864,80**
21	CONDICIONADOR ÁCIDO FOSFÓ- RICO 37%. INDICADO PARA O CONDICIONAMENTO DO ESMALTE E DENTINA, A FIM DE MELHORAR A ADESÃO DOS MATERIAIS RESTAURADORES AO DENTE. APRE- SENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 03 SERINGAS DE 2,5ML. REFERENCIA: FGM. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	100	UNID	IODONTOSUL	R$3,38	R$338,00
22	CERA - NUMERO 7, PARA ARTICU- LACAO, EM LAMINAS DE 13\,6 X 6\,9CM APROX., EMBALADA EM CAIXA COM 200G APROXIMADA- MENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMA- ZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	150	UNID	DENTARIA	R$16,90	R$2.535,00
23	CABO PARA ESPELHO - PARA ESPELHO BUCAL ADULTO E INFANTIL COMPATIVEL COM TODAS AS MARCAS\,CABO CONTENDO INSCRICAO DA MARCA\,SUPERFICIE IRREGU- LAR\,ACABAMENTO E POLIMEN- TO PERFE- TOS\,CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL\,PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO- QUIMICOS\,EMBALADO INDIVIDUALMENTE\,CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. REFERÊNCIA: MILLENIUM. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPA TÍVEIS OU EQUIVALENTES.	300	UNID	IMPLA	R$3,20	R$960,00
24	CABO PARA BISTURI NÚMERO 03. FORMA DE APRESENTAÇÃO: 01 UNIDADE; PARA USO ODONTOLÓ- GICO. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. EMPUNHADURA ERGONÔMICA, DE FÁCIL MANUSEIO E ENCAIXE DA LÂMINA. REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINE- LATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	50	UNID	IMPLA	R$8,90	R$445,00
31	CIMENTO DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL TIPO II - COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL. INDICADA PARA RESTAURAÇÕES TEMPORÁRIAS DE LONGA ESPERA. CAIXA CONTENDO 01 FRASCO DE PÓ COM 38G; 01 FRASCO DE LÍQUIDO COM 15 ml. REFERÊNCIA: MAQUIRA. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	60	CAIXA	BIODINAMICA	R$15,21	R$912,60
36	CUNHA DE MADEIRA, ANATOMICA, PRODUZIDA EM MADEIRA ESPECIAL, COM SECÇÃO TRIANGULAR, SEM FARPAS. DISPONIVEL EM 05 TAMANHOS CODIFICADOS POR CORES. EMBALAGEM COM 100. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	50	CAIXA	IMPLA	R$6,53	R$326,50
37	CURETA GRACEY 5-6 - INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃOARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL. SÃO UTILIZADAS PARA RASPAGEM DE TÁRTARO NOS DENTES ANTERIORES. NA REGIÃO VESTIBULAR E LINGUAL. REFERÊNCIA: MILLENIUM. . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. E LINGUAL. REFERÊNCIA: MILLENIUM. . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	25	UNID	IMPLA	R$9,97	R$249,25
38	CURETA GRACEY 7-8 - INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL. SÃO UTILIZADAS PARA RASPAGEM DE TÁRTARO NOS DENTES ANTERIORES. NA REGIÃO MESIAL E DISTAL.REFERÊNCIA: MILLENIUM. . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	25	UNID	IMPLA	R$9,97	R$249,25
39	CURETA GRACEY 11-12 - INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL. SÃO UTILIZADAS PARA RASPAGEM DE TÁRTARO NOS DENTES POSTERIORES. NA REGIÃO MESIAL E DISTAL. REFERÊNCIA: MILLENIUM. . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES	25	UNID	IMPLA	R$9,97	R$249,25
40	CURETA GRACEY 13-14 – INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL. SÃO UTILIZADAS PARA RASPAGEM DE TÁRTARO NOS DENTES POSTERIORES. NA REGIÃO VESTIBULAR E LINGUAL. REFERÊNCIA; MILLENIUM. . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	25	UNID	IMPLA	R$9,97	R$249,25
42	DESCOLADOR DE MOLT - MODELO COM A PONTA EM FORMA DE BOLINHA, PARA CIRURGIAS EM GERAL, DUPLAS PARA CIRURGIAS EM GERAL,SINDESMOTOMIA, DESLOCAMENTO OU DIERESE. TAMANHO MÉDIO: 18 CM. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL DE ALTA QUALIDADE. EFICÁCIA DE USO, EMPUNHA-	30	UNID	IMPLA	R$14,29	R$428,70

	DURA ERGONÔMICA E DURABILIDADE. REFERÊNCIA:MILLENIUM. QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.					
44	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12% - UTILIZADO PARA BOCHECHOS, ANTISSÉPTICO ANTIBACTERIANO. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA. FRASCO COM 1000 ML (1LITRO), COM VÁLVULA PARA RETIRADA DO PRODUTO. PADRÃO DE QUALIDADE RIOQUÍMICA OU SIMILAR. . SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	300	FRASCO	DENTAL CLEAN	R$19,50	R$5.850,00
48	ENDO ICE SPRAY – SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE DOS DENTES, FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO SPRAY COM 200ML, IDENTIFICAÇÃO CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE. . VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA..	50	UNID	IODONTOSUL	R$28,40	R$1.420,00
50	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS – ESCOVA COM CABO DE PLÁSTICO E CERDAS METÁLICAS PARA LIMPEZA DE BROCAS ODONTOLÓGICAS. FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO A MARCA, PROCEDÊNCIA E FABRICAÇÃO. (UNIDADE)	50	UNID	IMPLA	R$5,50	R$275,00
52	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S EM AÇO INOXIDAVEL, AUTOCLAVAVEL, VALIDADE INDETERMINADA. REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	60	UNID	IMPLA	R$7,20	R$432,00
53	ESPÁTULA DE INSERÇÃO DUPLA Nº 01 – INSTRUMENTO CIÚRGICO (SILICATO) NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL. UTILIZADO PARA MANIPULAÇÃO DE RESINA, AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE: INDETERMINADA. FORMA DE APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA, REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	30	UNID	IMPLA	R$10,60	R$318,00
60	FITA DE AÇO PARA ORTODONTIA – FITA BANDA MATRIZ ODONTOLOGICA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL, SUPERFICIE UNIFORME, COM BORDAS QUE NÃO MACHUCAM O PACIENTE, FLEXIVEL E FACIL REMOÇÃO, MEDINDO 0,05X5MM DE 50 cm.	400	UNID	IMPLA	R$1,30	R$520,00
61	FITA DE AÇO PARA ORTODONTIA – FITA BANDA MATRIZ ODONTOLOGICA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL, SUPERFICIE UNIFORME, COM BORDAS QUE NÃO MACHUCAM O PACIENTE, FLEXIVEL E FACIL REMOÇÃO. MEDINDO 0,05 x 07 mm x DE 50 cm	150	UNID	IMPLA	R$1,50	R$225,00
65	FÓRCEPS MODELO 203 - PARA CIRURGIA ORAL. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE. INDICAÇÃO:INCISIVOS BICUSPIDES E RAIZES INFERIORES. EMPUNHADURA ERGONÔMICA. REFERÊNCIA: DUFLEX. QUINELATO SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. UNITÁRIO.	25	UNID	IMPLA	R$67,96	R$1.699,00
67	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 208 (PRÉ-MOLARES SUPERIORES E INFERIORES.) INDICADO PARA SEGURAR O LENÇOL DE BORRACHA NO DENTE DURANTE O ISOLAMENTO ABSOLUTO. AÇO INOXIDÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. REFERÊNCIA: GOLGRAN. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	20	UNID	6B	R$10,23	R$204,60
68	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 210 (INCISIVOS, CANINOS E EM ALGUNS CASOS PRÉ-MOLARES.) INDICADO PARA SEGURAR O LENÇOL DE BORRACHA NO DENTE DURANTE O ISOLAMENTO ABSOLUTO. AÇO INOXIDÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.REFERÊNCIA: GOLGRAN. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	20	UNID	6B	R$10,23	R$204,60
77	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL SPRAY, PARA LUBRIFICAÇÃO DE CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, COM BAIXA VISCOSIDADE, ELEVADO GRAU DE PUREZA E ADITIVOS ESPECIAIS QUE PREVINAM OXIDAÇÕES E REDUZAM O ATRITO DAS PARTES MOVEIS. EMBALADOS EM FRASCOS DE APROXIMADAMENTE 200 ml, EM SPRAY, ACOMPANHADOS DE BICOS APLICADORES, ADAPTAVEIS AS CANETAS, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, DATA DE VALIDADE, NUMERO DE LOTE E NUMERO DO REGISTRONO MINISTERIO DA SAUDE.	5000	UNID	IMPLA	R$17,50	R$87,500
80	PASTA PROFILÁTICA. INDICADA PARA UTILIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA, REMOÇÃO DE DETRITOS, MANCHAS, PLACAS BACTERIANAS E POLIMENTO, COMO PARTE DO TRATAMENTO PROFISSIONAL DE PROFILAXIA DE CÁRIES E DOENÇAS PERIODONTAIS. FORAMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 90G. REFERÊNCIA: VIGODENT COLTENE; DENTSPLY SIRONA. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA..	80	UNID	IODONTOSUL	R$3,92	R$313,60
83	PINÇA KELLY DE PONTA RETA - PARA USO ODONTOLÓGICO. 14 CM, EMPUNHADURA ERGONÔMICA E APREENSÃO SEGURA DURANTE A MANIPULAÇÃO. AUTOCLAVÁVEL. REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES	20	UNID	6B	R$35,01	R$700,20
86	RESINA A1 - RESINA MICRO- HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES I, II, III, IV E V, INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS; COMPOSTA, COMPOSIÇÃO: TEGDMA, BISGMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTRIAZOLIL-4- METILFENOL; EMBALAGEM COM 01 SERINGA DE 4G. REFERÊNCIA: RESINA FILTEK Z250 XT - 3M. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	120	UNID	3M	R$42,18	R$5.061,60
89	RESINA A3,5 - RESINA MICRO- HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES EM CLASSES I, II, III, IV E V, INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS; COMPOSTA, COMPOSIÇÃO: TEGDMA, BISGMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTRIAZOLIL-4- METILFENOL; EMBALAGEM COM 01 SERINGA DE 4G. REFERÊNCIA: RESINA FILTEK Z250 XT - 3M. 2-BENZOTRIAZOLIL-4- METILFENOL; EMBALAGEM COM 01 SERINGA DE 4G. REFERÊNCIA: RESINA FILTEK Z250 XT - 3M. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 01 SERINGA DE 2G E 10 PONTAS APLICADORAS. REFERÊNCIA: 3M. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES	150	UNID	3M	R$40,25	R$6.037,50
90	RESTAURADOR PROVISÓRIO IRM - INDICADO PARA RESTAURA- ÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA, FORRAMENTO DE CAVI- DADES SOB-RESTAURAÇÃO DE AMALGAMA, MATERIAL RESTAU- RADOR DE DENTES DECIDUOS E TAMBÉM USADOS PARA ODON- TOGERIATRIA. NA ODONTOLOGIA GERIÁTRICA É UM PRODUTO IDE- AL DEVIDO À RAPIDEZ, À FACILI- DADE DE MANIPULAÇÃO E ÀS PROPRIEDADES SEDATIVAS. COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EU- GENOL. APRESENTAÇÃO: EMBA- LAGEM COM 38G DE PÓ + 15ML DE LÍQUIDO. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	70	UNID	BIODINAMICA	R$13,85	R$969,50
96	SONDA EXPLORADORA Nº 05 - PARA EXAME ODONTOLÓGICO. APLICAÇÃO: VERIFICAÇÃO DA PRESENÇA DE LESÃO CARIOSA, CÁLCULOS DENTAISE EXCESSOS/FALHAS EM RESTAURAÇÕES. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL.AUTOCLAVÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 01 UNIDADE. REFEREN-	60	UNID	IMPLA	R$7,35	R$441,00

	CIA:MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.					
97	SUGADOR DE SALIVA DESCARTÁVEL – PONTA PARA SUGADOR DE PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ATÓXICO. CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO. FORMA DE APRESENTAÇÃO: PACOTES COM 40 UNIDADES COLORIDOS. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA.	250	PACOT	SSPLUS	R$7,80	R$1.950,00
99	TESOURA CIRURGICA IRIS RETA – 12 CM DE COMPRIMENTO, RETA, PONTA FINA, PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	120	UNID	6B	R$18,35	R$2.202,00
101	TIRA DE POLIÉSTER PRÉ- CORTADA. 100% POLIÉSTER E SUPER FLEXÍVEL. INDICAÇÃO: UTILIZADAS EM ISOLAMENTO DE RESTAURAÇÕES INTERPROXIMAIS COM RESINA COMPOSTA. FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 50 UNIDADES PRÉ- CORTADAS, NO TAMANHO 0,05 X 10 X 100MM. REFERÊNCIA: FAVA; MAQUIRA. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES EQUIVALES OU SUPERIOR SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	40	UNID	IMPLA	R$1,40	R$56,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 258/2022

EMPRESA: V15 COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA- CNPJ: 32.428.456/0001-43

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
09	ANESTÉSICO ARTICAINE 4% 1/100.000, EMBALAGEM COM 50 TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML CADA. ARTICAINA COM EPINEFRINA (TUBETE DE VIDRO). REGISTRO NA ANVISA E DATA DE VALIDADE A CONTAR DE UM ANO NA DATA DA ENTREGA.	CAIXA	300	DFL	138,70	41.610,00
VALOR TOTAL: (R$ 41.610,00) Quarenta e um mil e seiscentos e dez reais						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 259/2022

EMPRESA: MBX PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS **- CNPJ: 37.205.854/0001-14**

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
04	AGULHA GENGIVAL LONGA 27G, AGULHAS GENGIVAIS, ESTÉREIS, ATÓXICAS, APIROGÊNICAS, BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA - PERMITE PENETRAÇÃO SUAVE E CONFORTO AO PACIENTE. CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL, BISEL INTERNO COM ÂNGULO CURTO, LONGA: 30 mm COM 100 UNIDADES. Padrão similar à Injecta ou superior.	CAIXA	20	PROCARE	34,00	680,00
16	BANDEJA CIRURGICA - EM AÇO INOX, LISA, PARA ACOMODAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, TRANSPORTE E ESTERILIZAÇÃO DE INSTRUMENTAIS DONTOLÓGICOS. DIMENSÕES: 30X20X4(CM). SEM SEPARAÇÃO E DIVISÓRIAS. REFERÊNCIAS: GOLGRAN, E/OU EQUIVALENTE, SIMILAR	UNIDADE	30	AÇONOX	60,00	1800,00
29	CICATRIZANTE PARA ALVÉOLO DENTAL – AÇÃO CICATRIZANTE, ANESTÉSICA, ANTIINFLAMATÓRIA E ANTIMICROBIANA. COM PRÓPOLIS E ISENTO DE EUGENOL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 10G. COM REGISTRO NA ANVISA. PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR AO ALVEOLEX – BIODINÂMICA. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA	UNIDADE	70	IODONTOSUL	23,00	1610,00
66	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 206. (PRÉ-MOLARES SUPERIORES E INFERIORES.) INDICADO PARA SEGURAR O LENÇOL DE BORRACHA NO DENTE DURANTE O ISOLAMENTO ABSOLUTO. AÇO INOXIDÁVEL. REFERÊNCIA: GOLGRAN. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UNIDADE	20	6B	10,00	200,00
69	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 211 (USO UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES EPRÉ- MOLARES.) INDICADO PARA SEGURAR O LENÇOL DE BORRACHA NO DENTE DURANTE O ISOLAMENTO ABSOLUTO. AÇO INOXIDÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO UNITÁRIA. REFERÊNCIA: GOLGRAN. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UNIDADE	20	6B	10,00	200,00
72	**KIT PARA POLIMENTO DE** RESINAS COMPOSTA – INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES DE RESINAS COMPOSTAS. FABRICADO EM PONTAS TIPO JIFFY ABRASIVAS DE SILICONE, ISENTAS DE LÁTEX, IMPREGNADAS COM CARBETO DE SÍLICO E PARTÍCULAS DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, AUTOCLAVÁVEIS, PARA USO EM CONTRA-ÂGULO, MATERIAL INERTO E SEGURO. EMBALAGEM COM 03 UNIDADES NS CORES: VERDE, AMARELO E BRANCO E EM TRES GRANULAÇÕES: GROSSA, MÉDIA E FINA MAIS O BROQUEIRO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR A MICRODONT OU SUPERIOR.	UNIDADE	200	MICRODONT	47,05	9410,00
82	PINÇA HEMOSTÁTICA Nº12 DE PONTA CURVA - EMPUNHADURA ERGONÔMICA E APREENSÃO SEGURA DURANTE A MANIPULAÇÃO. FORMA DE APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. REFERÊNCIA: MILLENNIUM; QUINELATO. SERÃO CONSIDERADAS ESPECIFICAÇÕES SUPERIORES, COMPATÍVEIS OU EQUIVALENTES.	UNIDADE	20	MARYAM	30,00	600,00
VALOR TOTAL: (R$14.500,00) Quatorze mil e quinhentos reais						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 260/2022

EMPRESA: A.FRANCA BARRETO – COMERCIO E SERVICOS CNPJ: 38.061.975/0001-00

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
102	TOUCA DESCARTÁVEL, USO HOSPITALAR, NÃO TECIDO 100% PROPILENO, COM ELASTICO EM TODA VOLTA, SEM COR, CERCA DE 30G/M2, ÚNICO, DESCARTAVEL, HIPOALERGENICA, ATOXICA, INODORA, UNISSEX, EMBALAGEM COM 100. COM REGISTRO NA ANVISA	PACOT	5000	VABENE	R$:6,70	R$:33,500,00
VALOR TOTAL: Trinta e três mil e quinhentos reais R$: 33,500,00						

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 261/2022

EMPRESA: PROGRAD COMERCIAL MEDICA LTDA- CNPJ: 80.330.046/0001-08

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
56	FILME PARA RADIOGRAFIA PERIAPICAL PARA ADULTO – ODONTOLÓGICO TAMANHO 3X4CM. EMBALAGEM COM 150 UNIDADES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA	200	FOMA DENTIX-E	155,00	31000,00
57	FILME RADIOGRAFICO INTRAORAL INFANTIL, PERIAPICAL, DIMENSOES 22X35MM. ALTA QUALIDADE DE IMAGEM COMPATIVEL COM TODOS OS APARELHOS DE RAIOS-X DO MERCADO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA	100	FOMA DENTIX-E	210,00	21000,00
VALOR TOTAL: (R$ 52000,00) Cinquenta e dois mil reais						

Cáceres-MT, 01 de novembro de 2022.

CONTRATANTE:

_____

MUNICIPIO DE CÁCERES – MT

Marilsi das Dores Queiroz

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATADA:

_____

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Representante Legal: Maicon Cordova Pereira

CPF Nº: 015.886.939-70

_____

PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIREL

CNPJ: 05.159.591/0001-68

Representante: Cleidson Godoy de Oliveira

CPF Nº: 336.137.371-91

_____

BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ: 06.175.908/0001-12

Representante: Luis Carlos dos Santos

CPF Nº: 365.440.519-34

_____

C. PARRA VIEIRA

CNPJ: 10.641.724/0001-78

Representante: Cristiano Parra Vieira

CPF Nº: 055.174.029-92

_____

L.A DALLA PORTA JUNIOR LTDA

CNPJ: 11.145.401/0001-56

Representante: Cesar Augusto Einloft

CPF Nº: 016.294.130-70

_____

CIRURGICA BIOMEDICA – EIRELI

CNPJ: 11.215.901/0001-17

Representante: Ana Paula Mendes

CPF Nº: 015.825.759-67

_____

DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 21.504.525/0001-34

Representante: Humberto Délio Donini

CPF Nº: 007.710.129-42

ORTO DENTE LTDA

CNPJ: 25.940.099/0001-32

Representante: Pablo Nunes Moyses

CPF Nº: 032.768.376-76

SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS **ODONTOLOGICOS EIREL**

CNPJ: 28.820.255/0001-10

Representante: Juliana Carolina Zaninelli

CPF Nº:050.536.699-10

V15 COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 32.428.456/0001-43

Representante: Ivan José Pieres

CPF Nº: 153.511.221-20

MBX PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS

CNPJ: 37.205.854/0001-14

Representante: Walter Lúcio Xavier

CPF Nº: 622.923.071-20

A.FRANCA BARRETO – COMERCIO E SERVICOS

CNPJ: 38.061.975/0001-00

Representante: Alyson França Barreto

CPF Nº: 021.453.411-10

PROGRAD COMERCIAL MEDICA LTDA

CNPJ: 80.330.046/0001-08

Representante: Sergio Luis Pereira Henriques

CPF Nº: 493.263.509-59

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Município de Cáceres, bem como da Lei Complementar nº 63, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 3º do art. 27 da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 27.** .....

.....

.....

§ 3º A administração municipal poderá adotar, à critério da Administração Superior, o regime de dedicação não exclusiva, ao servidor comissionado, o qual poderá desempenhar outra atividade profissional particular ou pública, havendo compatibilidade de horários, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. "(NR)

Art. 2º O art. 224 da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art.224.** .....

.....

.....

§ 4º Não se impedirá a aposentadoria pela existência de inquérito disciplinar em trâmite por prazo superior ao estipulado no *caput*, ressalvada a possibilidade de penalidade posterior gerar efeitos sobre a aposentadoria. "

Art. 3º O art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 14 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º** No caso de afastamento por período superior a 30 (trinta) dias, no lapso temporal de 12 (doze) meses, a contar da apresentação do atestado, não serão rateados e pagos ao Procurador do Município solicitante da licença, os valores tratados no art. 2º desta lei, salvo em razão de fé-

rias regulamentadas, licença-prêmio por assiduidade, licença à gestante e adotante.

Parágrafo único. Serão igualmente excluídos do rateio e pagamento o Procurador do Município, que não esteja recebendo a distribuição igualitária dos processos judiciais e administrativos, advindos para manifestação na Procuradoria Geral do Município, em razão de atribuição exercida em outro órgão ou setor, por período superior a 30 (trinta) dias no lapso temporal de 12 (doze) meses."

Art. 4º Os Procuradores do Município que se encontram em licença com prazo superior a 30 (trinta) dias, ou que já usufruiu de 30 (trinta) dias de afastamento, salvo as exceções, contados do início do presente ano civil, estarão sujeitos aos efeitos da alteração do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 14 de fevereiro de 2006, imediatamente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, em 1º de novembro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 779 DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 38.918, de 21 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Progressão de Nível e Classe aos servidores de carreira do Município de Cáceres relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Classe, no mês de **OUTUBRO/2022**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa Específico das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de outubro de 2022.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

OUTUBRO/2022

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº. 47 DE 29/09//2003, ART. 19 e SEGUINTES e LEI COMPLEMENTAR Nº. 48 de 05/09/2003, ART.18 E SEGUINTES - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL	DATA ADMISSÃO	DE CLASSE/ NÍVEL	PARA CLASSE/ NÍVEL
JESSICA OLIVEIRA DA SILVA	Assistente Administrativo (S/G)	Progressão de Classe e Nível	20/09/2019	A – I	B – II
RENAN TOMAZ SALOMÃO	Assistente Administrativo(S/G)	Progressão de Nível	17/11/2017	B – I	B - II
MATEUS GONÇALVES DE SÁ	Assistente Administrativo(S/G)	Progressão de Nível	17/08/2018	B – I	B – II
EDNILDA DE MORAES	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Nível	05/03/2018	B - II	B – III
MARCOS CEBALHO QUEIROZ	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	16/02/2001	G – II	H – II
WELITON APARECIDO DE MORAIS	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	05/07/2011	C – II	D – II
ATHANAGILDO DA COSTA E FARIA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	02/10/2013	C – I	D – I
ELIAS AGUILERA FILHO	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	07/10/2013	C – IV	D – IV
JUNIO TOMICHA SALVATERRA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	08/10/2013	C – II	D – II
LUIS ERCULANO DA COSTA LEITE	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	09/10/2013	C – II	D – II
RENE ALVES LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	11/10/2013	C – II	D – II
MOACYR RAMOS LEITE	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	23/10/1987	J – I	J – II
MILTON FERREIRA DA CRUZ	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	19/03/1996	I – I	I – II
ANDRE LUIS DOS SANTOS	Engenheiro Civil N/S	Progressão de Classe e Nível	19/09/2019	A – I	B – II
KLISMANN MARCOS RIBAS NOGUEIRA	Fiscal de Obras e Postura(S/G)	Progressão de Nível	11/10/2018	B – II	B – III
RODRIGO ALEX RODRIGUES	Mecânico de Automóvel (P/G)	Progressão de Classe	05/08/2002	F - IV	G – IV
ANA CRISTINA AMARAL TORRES HERMIDORFF	Médica Pediatra (N/S) 10hs	Progressão de Classe	02/10/2013	C - III	D – III

DAISE AMARAL TORRES	Médica Pediatra (N/S) 20hs	Progressão de Classe	02/10/2013	C - III	D – III
LAZARO EUGENIO TEIXEIRA	Motorista de Ônibus(P/G)	Progressão de Nível	16/04/2019	B – III	B – IV
ANA ROSA CARDOSO	Técnica em Enfermagem(S/G.T)	Progressão de Classe	02/03/2015	B – I	C – I
EVA DE FATIMA DUARTE ARTIAGA	Técnica em Enfermagem(S/G.T)	Progressão de Nível	03/09/2012	D – II	D - III

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 786 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o § 3º Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 39.135 de 24 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença-Prêmio**, conforme cronograma.

NOME	QUINQUENIO	PERÍODO DE GOZO	
Adna Rodrigues dos Santos Pires	2017/2022	05/09/2022-04/10/2022	30 dias
Anna Patricia Holanda Soares Ludwig	2015/2020	09/09/2022-08/12/2022	3 meses
Elaine da Chaga Oliveira Campos	2017/2022	20/09/2022-18/12/2022	3 meses
Raul Ramos Leite	2016/2021	15/09/2022-14/12/2022	3 meses
Suzana Garcia Araujo Nunes	2008/2013	12/09/2022-10/11/2022	3 meses
Tatiane Mussato de Candio	2017/2022	04/09/2022-03/10/2022	30 dias
Vilma Ribeiro de Campos Hallak	2017/2022	01/09/2022-30/11/2022	3 meses

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de outubro de 2022.

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Secretária Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2022

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, o resultado da realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia para a Ampliação de Salas Anexas nas Escolas Municipais: Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Professora Erenice Simão Alvarenga, todas localizadas no município de Cáceres – MT, a ampliação deverá ser executada de acordo com Projeto executivo de arquitetura e complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de execução de empreitada por preço global por lote.

Realização: 31 de outubro de 2022 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Resultado: Após parecer favorável do setor de engenharia sobre as planilhas apresentadas na proposta de preços, a Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa CONSTRUPEL COMERCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 09.492.967/0001-02, que apresentou a proposta para o lote 01 no valor de R$ 302.478,53 (trezentos e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos); para o LOTE 02 no valor de R$ 359.234,35 (trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos); para o LOTE 03 no valor de R$ 357.339,27 (trezentos e cinquenta e sete mil trezentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos) e para o LOTE 04 no valor de R$ 169.931,55 (cento e sessenta e nove mil novecentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos) vencedora da licitação. Fica, então, aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br ou pelo email: licitacao@caceres.mt.gov.br. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 01 de novembro de 2022.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00008, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00008, de 24 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
FERNANDO ANTONIO BERNARDES	237.533.749-20	9047/00195/2022
BENEDITO DE CAMPOS SANTOS	078.451.621-91	9047/00230/2022
JULIANO RODRIGUES DA SILVA	128.692.361-15	9047/00232/2022
LAURA GARCIA SALES	630.746.561-15	9047/00251/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 24/10/2022

Data de desafixação: 08/11/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 783 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o § 3º Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 39.100 de 24 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-Prêmio**, conforme cronograma.

NOME DO SERVIDOR	QUINQUÊNIO	PERÍODO DE GOZO	
Nadir Moreira dos Reis	2017-2022	25/09/2022-24/12/2022	3 meses
Valdeci Laurentino Silva	2014-2019	01/09/2022-30/11/2022	3 meses

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de outubro de 2022.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação em substituição

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova a Criação do COMITÊ intersetorial do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cáceres-CMDM, junto as Coordenações das Secretarias SMAS e SMS. Das providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, alterada pela Lei nº 8.028 de 12 de março de 1990 e Lei Municipal nº 1.996 de 28 de março de 2006, diante da DELIBERAÇÃO DO CONSELHO em Reunião extraordinária do dia 18 de outubrode 2022, com registro em Ata nº 208,

CONSIDERANDO o Plano Anual de Trabalho de 2022, sob a Meta 1.1 – que rege “Criar COMITÊ Intersetorial para discussão da Rede”, a criação deste COMITÊ está sob coordenações do Conselho Municipal dos direitos da Mulher, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, para discussão e fortalecimento da Rede de Enfrentamento de Violência contra Mulher. Torna pública a criação do COMITÊ Intersetorial do Conselho CMDM, e Secretarias SMAS e SMS.

RESOLVE:

Art. 1º - Eleger **Angelina de Oliveira Costa,** no cargo de titular e **Joelma Moreira Brito,** no cargo de Suplência, representando o CMDM -Conselho Municipal dos Direitos da Mulher,

Art. 2º - Eleger **Nathienne Aparecida da Silva Pinto**, no cargo de titular e **Daniele Cristine Gomes de Miranda,** no cargo de suplência, representando o SMS – Secretaria Municipal de Saúde,

Art. 3º - Eleger **Denise Maria de Oliveira Carvalho**, no cargo de titular e **Joicy Machado do Rosário Correa**, no cargo de suplência, representando a SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cáceres/MT, 18/10/2022.

Rafaela Ferreira Santos da Cunha

Presidenta do CMDM

Resolução nº05/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - NOVEMBRO 2022

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES

PAUTA DE JULGAMENTO

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020.

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020.

Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
03/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/ysq-fvbc-gzo

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
17.153/2022	Centro de Diagnóstico Dalbem	Miriele Garcia de Lima
2.504/2020	Nalzira Gonsalves	Nycollas Fernandes de ALmeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
08/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/qrg-stxo-pxk

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16.340/2022	José Antunes Magalhães	Jovanil de Campos
17.384/2022	Andreia Soares da s. Gomes	Antônio Carlos Leite
20.363/2020	Ronan de Oliveira G. de arruda	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
10/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/taq-osbd-umw

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
2.128/2022	Soelene de Fátima Oliveira	Nycollas Fernandes de Almeida
18.938/2020	E.de Fátima Ladeia	Eliana da Silva Carvalho Duarte

ATA E HORA	LINK DE ACESSO
14/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/hua-rqcb-eqz

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16.630/2022	Kaliny Almeida Duarte	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15.273/2022	Jackson Villa Assad	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
17/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/uaj-swcx-fcb

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9.688/2022	Carolina Bayer Ferreira	Nycollas Fernandes de Almeida
14.391/2022	Maria Salete de Morais	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
21/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/kzq-iqhq-dou

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
21.609/2022	Assoc. Atlética Banco Brasil	Miriele Garcia de Lima
9.362/2022	Zubeide Peixoto Ambrósio	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
24/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/bqz-cstv-sjq

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
15.877/2022	Imcoeste-Monte Gerizim	Antônio Carlos Leite
16.347/2022	Douglas F. de Arruda	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
28/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/hpo-fbvr-kuy

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
20.449/2022	SI contabilidade Unipessoal	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15.319/2022	Yoshi asses. Contabilidade	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA		LINK DE ACESSO
30/11/2022 – 17:30		https://meet.google.com/cnx-cydd-csr
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIR RELATOR**
22.192/2021	Rogério de Oliveira Costa	Miriele Garcia de Lima
Distribuição de pauta do mês de dezembro.		

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minuto para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 01 de novembro de 2022.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATOS DE DECISÕES - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - OUTUBRO 2022

PELO PRESENTE, O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES TORNA PÚBLICO O ENCERRAMENTO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

PROCESSO Nº	9968/2022
REQUERENTE	Maria Beatriz S. Brito
ASSUNTO	Reexame Necessário- Cancelamento de ISSQN
DATA DA SESSÃO	05/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de pedido de cancelamento de lançamento do ISSQN, sob o fundamento de que o contribuinte não realizará mais a atividade profissional autônoma. Seguindo os tramites do processo administrativo, após recebido o requerimento a autoridade fiscal que assim se manifestou: "Trata-se de solicitação de cancelamento de inscrição de contribuinte. Baseado nas metodologias mencionadas conforme aprovado na Lei Complementar nº 148/2019 e embasamento no que se refere aos procedimentos fiscais nos Art. 305 a 309. O contribuinte solicita baixa por não atuar como Dentista em Cáceres. O valor a devido a título de ISSQN será calculado proporcionalmente a 4 meses (R$ 1.030,15). Caso a contribuinte exerça as atividades após determinada a baixa do cadastro, irá sofrer sanções previstas nos Art. 98, art. 101, art.114, art.115 e art. 116 art.114 e art. 115 da LC 148/2019. A solicitação de cancelamento da inscrição no Cadastro Econômico da Secretaria de Fazenda feita por contribuinte pessoa física ou jurídica constitui fato gerador da taxa de baixa (art. 22, LC 148/2019). O valor da taxa é de 2 UFIC (R$ 112,38) que será lançado no CPF da contribuinte. O alvará de funcionamento não será cancelado nos termos do art.170, § 4º, LC 148/2019 "O encerramento das atividades com a respectiva baixa no curso do exercício financeiro, não o direito de devolução dos valores pagos ou abatimentos dos valores pendentes". O secretário de Fazenda acolheu o parecer técnico e deferiu o pedido em tela com pagamento dos valores de ISSQN correspondente aos 4 meses que antecederam a abertura do presente protocolo, bem como o pagamento da Taxa de Baixa correspondente a 2 UFICs. De acordo com o parecer fiscal constante nos autos do processo administrativo, verifica-se claramente que o contribuinte requereu o cancelamento do imposto dentro do exercício fiscal, porém, depois de decorridos 04 meses do inicio do ano, ou seja, na prática durante este período estava apto a exercer a atividade de autônomo profissional no Município de Cáceres e , do requerimento de baixa da atividade em diante o fato gerador do imposto deixou de existir. Portanto, com o pedido de baixa da atividade não há mais o que se falar em incidência do tributo, posto que inexistente o fato gerador. Quanto a aplicação da taxa da atividade é devida nos termos da legislação em comento. Nos termos do art. 365 do Código Tributário Municipal, recebo o reexame necessário e voto para que seja mantida a decisão exarada pelo secretário municipal de fazenda. Após leitura do voto os demais conselheiros seguiram o voto da relatoria.
DECISÃO	PEDIDO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO Nº	16.247/2020
REQUERENTE	Suzana Garcia Araújo Nunes
ASSUNTO	Cancelamento do Alvará 2019 e do ISSQN fixo e anual de 2019.
DATA DA SESSÃO	05/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de solicitação de Cancelamento de Alvará de 2019 e do ISSQN fixo e anual de 2019. No processo administrativo, as fls. 14/34 e 15/34, consta parecer do Auditor Fiscal de Tributos. No "PARECER TÉCNICO – ISS 250/2020", O auditor fiscal de tributos diante dos documentos apresentados junto ao Processo assim se manifesta. É dever de todo contribuinte comunicar ao município a descontinuação de sua atividade tempestivamente em até 30(trinta) dias, conforme descreve o CTM em seus artigos 113 e 379. Com tudo o que foi exposto, no uso das atribuições previstas na lei Complementar nº 110/2018, indefiro o cancelamento do Alvará de 2019 e do ISSQN fixo anual de 2019. Na decisão (fls. 24/34, 25/34 e 26/34) o secretário municipal de fazenda exara sua decisão. Pelo exposto, não acolho o parecer técnico e DEFIRO o pedido de CANCELAMENTO DOS DÉBITOS a título de ISSQN e taxa de Alvará discutidos. De acordo com interpretação do artigo 379 do CTM, exarada pelo Sr. Secretário de Fazenda, "observa-se que a baixa da inscrição só poderá ocorrer quando for requerida voluntariamente, quando ocorrer a cessação das atividades ou por convocação desta Secretaria. No caso em foco, não ocorreu nenhuma das opções citadas. A baixa somente deveria ocorrer se houvesse encerramento das atividades de modo geral, e nas hipóteses de mudança no caráter jurídico, o que deveria ter sido feito era atualização cadastral. Assim pelo exposto tenho que acertada a decisão de primeira instância em favor da contribuinte, que deferiu o pedido de cancelamento de Alvará de 2019 e do ISSQN fixo e anual de 2019. Os demais conselheiros acompanharam o voto da relatoria.
DECISÃO	PEDIDO DEFERIDO, DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO Nº	1689/2021
REQUERENTE	IFMT Campus Cáceres
ASSUNTO	Impugnação Cancelamento De Diferença Alvará De Pagamento de 2021
DATA DA SESSÃO	10/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de **IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO DE ALVARÁ** relativo ao lançamento tributário a título de alvará de funcionamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso- IFMT Campus Cáceres-prof. Olegário Baldo, CNPJ 10.784.782/0003-12, sob o fundamento que o valor cobrado de Alvará do exercício 2021, foi acima da metragem da área construída/utilizada. Em decisão de fls. 34, foi deferido pedido de correção de metragem constante no Alvará de inscrição nº 30797, onde a área de 132,84m², deveria ser corrigida para área de 19.321,89m², devendo ser paga a diferença do valor arbitrado a título de tributo municipal. Aos autos sobreveio recurso do IFMT ao Sr. Secretário de Fazenda esclarecimentos sobre a fórmula de cálculo da cobrança do m², bem como detalhamento "Fator Localização" para composição do valor cobrado na emissão do Alvará de Funcionamento 2021. Em Parecer Técnico de fls. 49, consta que foi realizada a revisão de medição da área do IFMT, tendo considerado os espaços que não estão em uso, opinando pelo cancelamento da diferença cobrada no tributo. Na decisão de fls. 55 o Secretário de Fazenda exarou sua decisão deferindo o pedido de revisão dos valores a título de diferença de cobrança no Alvará 2021 do IFMT. De acordo com os pareceres fiscais constantes nos autos do processo administrativo, verifica-se claramente que foi cobrado valor superior à área efetivamente utilizada no ano de 2021 referente ao tributo de Alvará de funcionamento, pelo que merece ser recalculado e cancelado o valor lançado no Alvará de 2021. Os documentos comprobatórios são fartos neste sentido, tanto assim o é que o próprio Fiscal de Tributos emitiu parecer que dá guarida à pretensão inicial. Pelo exposto CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO I. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA que deferiu o pedido de revisão e cancelamento dos valores a título de licença de funcionamento do ano de 2021 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus Cáceres-Prof. Olegário Baldo. Após leitura do voto, os demais conselheiros seguiram o voto da relatoria.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDO.

PROCESSO Nº	13.145/2022
REQUERENTE	Eliane Ribeiro de Jesus
ASSUNTO	Requerimento de Isenção de Cobrança de Juros e Multa - IPTU
DATA DA SESSÃO	10/10/2022
JULGAMENTO	A decisão de primeira instância (fls.22) foi exarada em 04/07/2022 e notificada a contribuinte em 06/07/2022. Em 14/07/2022 (FLS.22), a Recorrente protocolizou Recurso (despacho 12) sendo, portanto, o recurso tempes-

	tivo. Em síntese alega a recorrente que realizou o pagamento do IPTU 2018 conforme comprovante acostado nos autos (fls.2) mas que só após manifestação da Coordenação Tributária da SMFAZ (fls. 6) percebeu que o pagamento debitado em sua conta corrente na data de 16/04/2018 foi estornado pelo banco três dias depois (19/04/2018) conforme extrato acostado as fls. 13/14 e que de fato o pagamento não fora efetivado, na sua opinião, por um problema administrativo entre o Banco a SMFAZ. A SMFAZ, sob alerta da Coordenação Tributária de que aconteceram diversos ocorridos dessa natureza no ano de 2018, exarou decisão pelo indeferimento do pedido, eis que, o pagamento não foi registrado e o valor foi estornado a crédito em favor da contribuinte, não havendo, portanto, razão legal para que não seja cobrados os encargos de mora. A irresignação da contribuinte pelo valor cobrado atualmente por débito relativo ao IPTU de 2018, que segundo a mesma, representa um valor de aproximadamente 3 (três) vezes o valor que chegou a pagar naquele ano, atribuindo o incidente a "erro administrativo da Prefeitura junto ao Banco", sem, contudo, demonstrar ou comprovar tal erro. Não restou demonstrado ainda que o pagamento tenha sido efetivamente sido deduzido do seu saldo bancário. Ao contrário, as provas juntadas pela Contribuinte demonstram claramente que o valor do pagamento foi estornado a crédito em seu favor, não sendo, portanto, disponibilizado em nenhum momento em favor do erário público. Em que pese seu inconformismo e indignação pelo valor cobrado atualmente, o fato é que o montante permaneceu em sua conta corrente, não havendo nada que a SMFAZ pudesse fazer para evitar os transtornos e eventual prejuízo. Ademais, como bem destacou o Secretário de Fazenda em sua decisão, a cobrança dos encargos de mora está expressa na legislação municipal e não consta na mesma norma, qualquer possibilidade legal do mesmo se abster de tal cobrança (Lei Complementar nº 17/1994). Assim, agiu o julgador de primeira instância em estrita observância da lei e do Princípio da Legalidade, não havendo, portanto, nenhuma razão ou fundamentação legal que lhe permitisse reduzir o valor cobrado. Ante o exposto, não há outra alternativa senão manter a Decisão de Primeira instância, sendo, portanto, indeferido o pleito da Recorrente. Por fim, CONHEÇO DO RECURSO, E NEGO PROVIMENTO para manter incólume a decisão de primeira instância, sendo, portanto, indeferindo o pleito da Recorrente. Esse é o voto da relatoria e foi seguido pelos demais conselheiros.
DECISÃO	RECURSO INDEFERIDO.

PROCESSO Nº	8597/2022
REQUERENTE	Lucélia da Costa Sonaque
ASSUNTO	Pedido de Cancelamento de débitos
DATA DA SESSÃO	13/10/2022
JULGAMENTO	A Contribuinte solicitou o cancelamento de débito referente à multa por falta de atendimento ao Edital de Notificação para limpeza de seu terreno, alegando que sempre manteve seu terreno limpo e que não tem condições de pagar o valor absurdo fixado por ter um filho especial e encontra-se afastada do trabalho por problemas de saúde (depressão). Informa em seu recurso que na rua dos fundos do seu terreno, a Prefeitura, ao abrir a rua, quebrou o seu muro. Às fls. 04 dos autos, consta o Edital de lançamento de Auto de Infração- Limpeza de Terrenos. De acordo com o parecer técnico constante às fls. 10, o fiscal Sr. Elson Silva, da Secretaria de Fazenda, constatou in loco que "foi alterado o contribuinte por motivos que foi cadastrado um contribuinte que alegou nunca possuir imóvel no local e com memorando emitido pela Coordenação Tributária, foi encontrado a atual proprietária, comprovada com o contrato de compra e venda que adquiriu da imobiliária". Às fls. 16 consta informações dos memorandos que deram origem ao valor questionado, sendo o Memorando 41.113/2021 LIMPEZA DE TERRENO NÃO EDIFICADO, Memorando 1.462/2022 – EDITAL DE LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0001/2021 – LIMPEZA DE TERRENOS e Memorando 41.229/2021 – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0025/2021. Em 24/06/2022, o Secretário Municipal de Fazenda exarou decisão pelo indeferimento do pedido. Analisando detidamente toda documentação juntada aos autos, em especial os memorandos que deram origem ao valor questionado, denota-se que o contribuinte notificado se trata de pessoa diversa da proprietária do terreno. Restou devidamente comprovado que a verdadeira proprietária do imóvel não foi devidamente citada, ficando patente, desta forma, a nulidade da mesma. Para a validade de qualquer processo, seja administrativo ou judicial, é indispensável a citação do réu. Trata-se de corolário do Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, assegurados no art. 5º, LV, da Constituição Federal e, no plano infraconstitucional, erigido a categoria ne Norma Fundamental do Processo Civil, prevista no art. 7º, do CPC. Neste passo, entendo que a decisão de primeira instância que indeferiu o pedido da contribuinte deve ser reformada, visto que todas as publicações realizadas no procedimento fiscal foram direcionadas para pessoa diversa da contribuinte. Isto posto, conheço do recurso apresentado e no mérito dou provimento para reformar a decisão de primeira instância e reconhecer nula as citações realizadas no procedimento administrativo, com o consequente cancelamento do débito lançado em nome da contribuinte, Após tais providências, deve o fiscal comparecer novamente in loco, para verificar a atual situação do terreno e caso necessário, proceder com nova notificação para limpeza do mesmo, dando novo prazo para a contribuinte para cumprimento da obrigação. Ao término da leitura do voto, os demais conselheiros seguiram o voto da relatoria.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO.

PROCESSO Nº	12.600/2021
REQUERENTE	Consuelo Jorge da Cunha Fontes
ASSUNTO	Cancelamento de IPTU do ano de 2021.
DATA DA SESSÃO	17/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de solicitação de cancelamento de IPTU do ano de 2021. No processo administrativo, as fls. 152/172 e 153/172, consta parecer do Auditor Fiscal de Tributos, "PARECER TÉCNICO", trata-se de pedido de inexigibilidade do IPTU, por tratar de área de exploração de atividade rural, devendo pagar ITR. No "PARECER TÉCNICO", o Auditor Fiscal de Tributos assim se manifesta: **É possível área em questão pagar ITR? Entendo que sim, é possível pagar ITR em área nominada como urbana, para isso, o destino da "terra" deve ser o rural (agricultura/pecuária), mesmo que possua característica urbana. A classificação do imóvel rural deve ser realizada por sua destinação, e não por sua localização. Enfim, é a destinação que determina a natureza do imóvel, para fins de tributação. Neste caso é agrário, ITR. Foram feitas vistorias "in loco" e analisadas todas as documentações enviadas, cabe agora a Secretária Municipal de Fazenda acatar o pedido de inexigibilidade do IPTU, por tratar-se de área de exploração de atividade rural. Peço que façam os cancelamentos dos lançamentos dos IPTU/2021 e "exclusão logicamente' das inscrições imobiliárias: 5002.1455.0575.001 e 5002.1455.0650.001. Nada mais a considerar, encerro o presente parecer técnico. Sem mais para o momento defiro o pedido.** Na decisão (fls. 159/175, 160/172 e 161/172) o secretário municipal de fazenda exara sua decisão deferindo o pedido de CANCELAMENTO da cobrança do IPTU da inscrição imobiliária nº 5002.1455.0575.001 e 5002.1455.0650.001 a partir de 2021, acompanhando parecer do Auditor Fiscal de Tributos. De acordo com parecer do Auditor Fiscal de Tributos anexo ao processo administrativo, ficou demonstrado que o contribuinte apresentou documento que comprova destinação rural do imóvel, bem como apurou que o requerente paga o ITR do imóvel. Desse modo, considerando os comprovantes de declaração de ITR emitido pela Receita Federal e demais documentos, entendo ser procedentes a exclusão do IPTU sobre propriedade em comento a partir do exercício de 2021, época em que se iniciou o processo, motivo que merece ser cancelado IPTU 2021. Os documentos comprobatórios são fartos neste sentido, motivo que o Auditor Fiscal de Tributos concluiu seu parecer, "DIANTE DO EXPOSTO DEFIRO O CANCELAMENTO DO IPTU 2021. Nos termos do art. 326 do Código Tributário Municipal, recebo o reexame necessário e voto que seja mantida a decisão exarada pelo secretário Municipal de Fazenda.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO Nº	15.293/2022
REQUERENTE	Paulo André da Cruz Nunes
ASSUNTO	Cancelamento de notificação para pagamento de ISSQN fixo anual
DATA DA SESSÃO	24/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de Reexame necessário nos termos do art. 326 caputs e seu § único, eis que decisão de primeira instância julgou procedente o pedido da contribuinte, representado pelo seu requerente passou a exercer sua atividade profissional através de sua Pessoa Jurídica desde 01/2021. Até 12/2022, exerceu a mesma atividade como profissional liberal, não constando nos autos qualquer informação quanto a débitos relativos a períodos decorridos até esta data. Ao ser notificado da obrigação de recolher o ISSQN Fixo Anual na forma de Pessoa Física, apresentou requerimento em primeira instância justificando a ausência dos recolhimentos de ISSQN fixo anual relativos aos exercícios de 2021 e 2022, demonstrando comprovadamente que exerce atualmente sua atividade por PJ, recolhendo o ISSQN através do DASN (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). A Auditora Fiscal de Tributos, Sra. Yana Wallesca lica Mendonça, exarou parecer pelo deferimento do pedido(fls.20), indicando a necessidade de pagamento de taxa de baixa. O Secretário em Exercício, Sr. Gustavo Calábria Rondon, exarou Decisão pelo deferimento do pedido de Cancelamento da Notificação, mantendo a cobrança da TAXA DE baixa em valor equivalente a 2 UFIS conforme art. 228 c/c art. 230do CTM. Nos termos do art. 326 e seu § único do Código de Contribuintes do

	MUNICÍPIO DE Cáceres-MT (Lei Complementar nº 148/2019) em razão da Decisão de primeira instância que acolheu e deferiu o pedido de Cancelamento de Notificação para recolhimento de ISSQN Fixo Anual de Profissional Liberal (Pessoa Física) **em razão de que o contribuinte passou a exercer sua atividade como Pessoa Jurídica e desde então recolhe mensalmente o ISSQN através de Dasn**. Compulsando os autos, verifica-se de que de fato, desde 01/2021 restou constituída pessoa jurídica em nome da Contribuinte e que a mesma vem recolhendo o ISSQN devido através de DASN (fls. 6), não sendo, portanto, devido ISSQN pela Pessoa Física, devendo, contudo, ser procedida a baixa do Cadastro de Contribuinte anterior e cobrança de respectiva taxa. Neste sentido, acertadamente, réstou decidido em primeira instância pelo cancelamento da Notificação nº 10/2020 lavrada em 24/06/2022 por agente fiscal não identificado no documento (fls. 5), o que, diga-se, a princípio poderia ensejar sua nulidade, eis que ausente requisito essencial de validade de uma Notificação/Intimação/Auto de Infração conforme previsão do Inciso VIII, art. 312 da Lei Complementar nº 148/2019 (CTM). Assim, considerando que o contribuinte exerce sua atividade por meio de Pessoa Jurídica desde 01/2021, resta indevida obrigação do recolhimento de ISSQN fixo anual por sua Pessoa Física, tudo de acordo com parecer da Auditoria Fiscal e Decisão do Secretário em Exercício, devendo portando, a decisão de primeira instância ser mantida incólume e a notificação nº 010/2022 da SMFAZ ser CANCELADA. Devendo, contudo, ser cobrada taxa de baixa da inscrição do contribuinte como Pessoa Física. Após a leitura do voto os demais conselheiros seguiram o voto da relatoria.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO.DECISÃO DE PRIMEIRA INSTANCIA MANTIDA.

PROCESSO Nº	9637/2021
REQUERENTE	Adriano Silva Euzébio
ASSUNTO	Reexame Necessário-Cancelamento de Multa
DATA DA SESSÃO	24/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de pedido de CANCELAMENTO/ANULAÇÃO do Auto de Infração e multa lançado em nome do requerente Adriano Silva Euzébio em razão da falta de limpeza do lote/terreno localizado a Rua Noruega, Lote 16, Quadra 60, Bairro Vila Real, inscrição imobiliária nº 500300350225001, sob o fundamento que a área em questão estava limpa e não foi realizada qualquer limpeza pela Prefeitura de Municipal. Ao requerente, em 31 de março de 2020, foi aplicada penalidade prevista no artigo 161e 162, do Código de Obras e Posturas Municipais Lei Complementar nº 19, de 21/12/1995, atualizado até a Resolução nº 05, de 03/11/2015. Notificado por meio de EDITAL DE LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 005/2020- LIMPEZA DE TERRENOS LANÇAMENTOS DE AUTO DE INFRAÇÃO DE OFÍCIO, em 01 de abril de 2020, através de Diário da AMM. Posteriormente, encaminhado o processo ao Secretário de Fazenda, este identificou nulidade na tramitação do feito, proferindo a seguinte decisão: Conforme o parecer fiscal proferido no despacho 6 do Atendimento nº 185/2020 não foi possível notificar pessoalmente o requerente pelo fato do seu endereço estar desatualizado no sistema interno. Eis o trecho do parecer técnico. No entanto após diversas tentativas, obtivemos êxito em notificar apenas dois proprietários, conforme notificação nº 9792 de 10/02/2020 e notificação nº 9990de 10/02/2022, como o cadastro está desatualizado, estamos tendo muita dificuldade de localizar os referidos proprietários dos imóveis/terreno, portanto não foi possível proceder todas as devidas notificações pessoais, estaremos encaminhando para devida notificação via edital. Ocorre que o endereço de correspondência do requerente está atualizado, o mesmo que foi informado no requerimento consta no sistema SAT, qual seja a Rua Plenitude de Deus, nº 98, Bairro Espírito Santo, Cáceres-MT. Desde a época da lavratura do auto de infração o endereço é o informado na folha de requerimento. Desse modo, notasse claramente que não houve observância do devido processo legal nos procedimentos administrativos de notificação. A notificação via edital só pode ser adotada quando esgotada todos os outros meios de notificação pessoal. (...) Desse modo, visto o equívoco dos procedimentos administrativos e nos termos da Súmula 473/STF, o qual diz que “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que o tornem ilegais, porque deles não se originais direitos, ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. o Auto de Infração deverá ser anulada, assim como a multa pecuniária. Desta feita, atendendo ao disposto no art.326 do Código Tributário Municipal, os autos foram remetidos de ofício ao Conselho de Contribuintes para reexame necessário tendo em vista que os valores em discussão ultrapassam a quantia de 20(vinte) Unidades Fiscais de Cáceres-UFIC, e em análise ao apurado, entendo como correta a decisão do Secretário de fazenda e voto para que seja mantida a decisão de primeira instância que deferiu o pedido de CANCELAMENTO/ANULAÇÃO do Auto de Infração e multa lançado em nome do requerente Adriano Silva Euzébio em razão da falta de limpeza do lote/terreno localizado a Rua Noruega, Lote 16, Quadra 60, Bairro Vila Real, inscrição imobiliária nº 500300350225001, por nulidade no procedimento administrativo. Após leitura do voto os demais conselheiros seguiram o voto da relatoria.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO Nº	16661/2019
REQUERENTE	Mendes e Oliveira
ASSUNTO	Cancelamento do Auto de Infração
DATA DA SESSÃO	28/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de o presente requerimento administrativo de pedido de nulidade do Auto de Infração nº **04900090475102500030218201988,** sob fundamento de não serem verídicas as informações levantadas pela Autoridade Fiscal. O requerente alega que a empresa foi autuada por omissão de receitas de ISSQN referente ao ano de 2014. O fiscal de tributos, em seu parecer a respeito dos fatos narrados pela empresa recorrente rebateu as alegações. O Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda acompanhou o parecer fiscal e julgou indeferimento do pedido, mantendo o auto de infração aplicado. Discordando da decisão do Secretário de Fazenda a empresa recorrente interpôs p recurso administrativo. Os fundamentos recursais sustentam que a autoridade fiscal aplicou o auto de infração sem prova da conduta da empresa, simplesmente supondo omissão de receita. A omissão de receita é clara e objetiva a partir do momento em que se verifica que os valores efetivamente declarados pela contribuinte são insuficientes para cobrir a sua folha de pagamento, motivo pelo qual faz-se necessário o arbitramento da receita com base nos valores declarados: Primeiramente, cabe destacar a exigência legal: Lei nº 123/2006: Art.26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional fiscal obrigados a: I – emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor; (...), Art.29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se -á quando: VII – Houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária; XI - Houver descumprimento reiterado da obrigação contida no inciso I do caput do Art. 26. Portanto, resta clara a necessidade de emissão do documento fiscal da prestação do serviço. Indo mais além, temos que o auto de infração foi lavrado respeitando os termos da legislação vigente, senão vejamos: CGSN Nº 140/2018: **Subseção III – Do Auto de Infração E Notificação Fiscal:** Art. 87- Verificada infração à legislação tributária por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, deverá ser lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF), emitido por meio do Sefisc. **§ 1º - O AINF é o documento único de autuação,** aser utilizado por todos os entes federados, em relação ao inadimplemento da obrigação principal prevista na legislação do Simples Nacional. (...) **Art. 88**. O AINF será lavrado em duas (duas) vias e deverá conter: I - data, hora e local da lavratura; II - identificação do autuado; III - identificação do responsável solidário, quando cabível; IV - período autuado; V - descrição do fato; VI - o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável; VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la, no prazo fixado na legislação do ente federado; VIII - demonstrativo de cálculo dos tributos e multas devidos; IX - identificação do autuante; X – hipóteses de redução de penalidades. Parágrafo único. O documento de que se trata o caput deverá contemplar todos os tributos abrangidos pelo Simples Nacional. (Lei, art. 33, §§ 1º C e 4º). Verifica-se, no presente caso que o fiscal de tributos ao iniciar a ação fiscalizatória, ele notifica o contribuinte para apresentar os documentos para fins de verificar a veracidade dos fatos e valores declarados. E mais, verificando a falta de escrituração das receitas a omissão torna-se cabível, legal e válida. Não há fala-se em erro de arbitramento, pois foi o contribuinte quem deu causa ao mesmo, posto que, notificado, não prestou os esclarecimentos necessário para fins de embasar a decisão da autoridade fiscal. O Código Tributário Municipal é claro ao dispor sobre o arbitramento, pois: Art. 148 - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços, ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omisso ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial. Não resta dúvida que é dever da pessoa jurídica manter escrituração de forma correta e verdadeira, com observância das leis comercias e fiscais (Decreto-lei 1.598/1977, ART. 7º). Sendo que a escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, os resultados apurados em suas atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganho de capital auferidos (Lei 2.354/1954. Art. 2º, e Lei 96249/1995, art. 25). Desta forma não há falar-se em nulidade de infração. Entretanto em relação a multa aplicada, como forma de punição,

	em 150%, entendemos que esta questão já está superada neste conselho em virtude da Súmula 001/2020, devendo ser fixada em 100% a multa punitiva e 20% a multa moratória. Pelo exposto, conheço o recurso e dou parcial provimento ao mesmo, mantendo o auto de infração e fixando a multa punitiva em 100% e 20% a moratória. Após leitura do voto da relatoria e do voto de vista em votação deu-se o empate e foi desempatado pela presidente que manteve o voto de vistas.
DECISÃO	RECURSO PARCIALMENTE DEFERIDO.

PROCESSO Nº	11197/2022
REQUERENTE	Maria de Lourdes Faria Bloemer
ASSUNTO	Cancelamento de Auto de Infração
DATA DA SESSÃO	31/10/2022
JULGAMENTO	Trata-se de recurso administrativo contra a decisão de primeira instância proferida pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Vitor Miguel de Oliveira que indeferiu o pedido de cancelamento do auto de infração lançado por ausência de limpeza do terreno bem como a taxa de serviços de limpeza, sob a alegação que o imóvel de sua propriedade se encontrava sem manutenção, e após a notificação e não obtenção de resposta, a prefeitura efetuou a limpeza e ficou a cargo da requerente os valores do serviço e a multa aplicada. Segundo a recorrente, a mesma só tomou conhecimento da aplicação da multa e taxa de limpeza de terreno quando notificado pelo cartório de protesto de títulos para pagamento dos valores levados a protesto. Sustentou, ainda que o terreno estava devidamente limpo, juntando, inclusive recibo de pagamento à pessoa contratada para tanto. Analisando detidamente os autos do processo administrativo, verifica-se que a contribuinte ora recorrente, foi notificada por edital, tanto para providenciar a limpeza do terreno como do auto de infração, lançamento da multa e da taxa de limpeza dos serviços efetivados pelo município. Contudo, a tentativa de localizar a recorrente não se atentou ao fato de que a mesma possui endereço residencial de cobrança, devidamente cadastrado no sistema tributário da Prefeitura de Cáceres, conforme se pode verificar no documento de fls. 24, onde consta o endereço: "Rua Comandante Bauduíno, nº 1163, centro, Cáceres". Inclusive, este foi o endereço no qual a recorrente foi notificada pelo cartório de protesto de títulos e documentos. Verifica-se, portanto, que o fiscal de obras e posturas deveria, primeiro, tentar a notificação pessoal da contribuinte e, sendo infrutífera a tentativa, aí sim proceder com a notificação via edital, o que não ocorreu. Inexiste nos autos certidão ou parecer do fiscal sobre a tentativa de notificação pessoal. Notasse claramente que não houve observância do devido processo legal nos procedimentos administrativo de notificação e cobrança dos valores referente ao serviço de limpeza compulsória. Não respeitando os procedimentos correto, é desprezada a ampla defesa e contraditório assegurados pelo art. 5º inciso LV da Constituição Federal. Pelo contraditório, é necessário dar-se à parte ré a possibilidade de conhecimento do pedido que corre em seu desfavor, bem como dar ciência dos atos. Enquanto a ampla defesa consiste numa garantia que a parte tem de usar no processo todos os meios legais de prova para defender as suas alegações. Esta abre espaço para que o interessado litigante exerça, sem qualquer restrição, o seu direito de defesa. Assim, é direito da recorrente saber qual a finalidade do processo, bem como acompanhar e tomar vistas do mesmo, se defendendo sempre que o couber, produzir provas e expor suas razões de maneira ampla. Portanto, a ausência deste princípio e direito no âmbito administrativo, fere a Lei Maior do Estado, bem como, por derradeiro, toda a ordem democrática do Estado de Direito, o que poderia ser levado até judicialmente para posterior correção de irregularidade/ ilegalidade, caso em que poderia ser declarada a nulidade do processo administrativo. Portanto, verifica-se que as notificações por edital no presente caso estão eivadas de vício, pelo que torna o procedimento todo nulo. Ademais, entendemos também, que a taxa de limpeza de terreno também deve ser anulada pois ela é o ato decorrente da suposta ausência de limpeza pelo proprietário supostamente notificado, o que de fato não aconteceu. Pelo exposto, conheço do recurso e **DOU PROVIMENTO**, declarando nulo o auto de infração lançado, cancelando a multa bem como a taxa de limpeza de terreno, ambos lançados na **INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA** nº 600300160404001, **TENDO EM VISTA A NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO** por ausência de notificação válida.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº. 707 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 45 da Lei Complementar nº 025, de 27 de novembro de 1.997;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº. 35.263, de 26 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vacância ao servidor **DANILLO CESAR DA CONCEIÇÃO,** Técnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 03 de outubro de 2022, para tomar posse em Concurso Público.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de outubro de 2022.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN *Secretário Especial de Assuntos Estratégicos*

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, de 18 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ROSE ANNE SILVA MOURA	513.252.411-72	9047/00211/2022
ERNANI DA SILVA LARA	008.688.331-34	9047/00226/2022
SIDINEI APARECIDO GIRALDELLI	281.887.489-00	9047/00225/2022
SIDINEI APARECIDO GIRALDELLI	281.887.489-00	9047/00248/2022
JOSE DANIEL DA SILVA	208.032.811-53	9047/00255/2022
ELZA PEDROSA DA SILVA	303.730.771-49	9047/00262/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 18/10/2022

Data de desafixação: 02/11/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, com sede administrativa na Avenida Mato Grosso, 380 NE, Centro, torna público a adesão a Ata de Registro de Preço n° 87/2022, Pregão Eletrônico n° 11/2022, lançado pelo Município de Campo Novo do Parecis-MT, o qual objetiva a Adesão a Ata de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática visando atender as demandas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT". O FUNSEM contratará a empresa **FERRARI CELL LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 11. 350.664/0001-05, detentora da Ata de Registro de Preço n° 87/2022, no valor de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), aderida através do procedimento acima mencionado. A íntegra do ato de Adesão e demais documentos, encontram-se nos autos, na sede do FUNSEM.

Fundamento Legal: Regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto n° 3.931 de 19 de setembro de 2001 e Decreto Federal n° 7.892/2013.

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de novembro de 2022.

SANDRO SILVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 1101, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

AUTORIZA O SERVIDOR, **PAULO SOARES DE OLIVEIRA** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 1104, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2022, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Processo Administrativo Nº 013/2022, em desfavor da empresa BUTIQUIM BAR E PIZZARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.262.575/0001-60, devido o descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 320/2022, conforme descrito no Memorando 1386/2022 exarado pela Secretaria Municipal de Saúde. Art. 2º Designar membros da Comissão, a saber: Presidente: Fabricia Andrade de Oliveira Machado, matrícula funcional n° 3102; Membros: Vânia de Araújo Pompermayer, matrícula funcional n° 3008; Membros: Jailma Ferreira dos Santos, matrícula funcional n° 3275;

Art. 3º A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, com início a partir da data de publicação, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo ao final dos trabalhos apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação .

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 004/2022

Adjudico o procedimento licitatório na modalidade **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 004/2022,** tendo como objeto a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT".** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a Empresa **FERRARI CELL LTDA - EPP,** fora vencedora do presente certame, com valor de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 01 de novembro de 2022.

CLAUDIA VANUZA ESGANZELA

COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PE 104/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022**, destinado **a REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de confecção de impressos gráficos e carimbos para tender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA ME,** com valor total de **R$ 236.020,22 (duzentos e trinta e seis mil e vinte reais e vinte e dois centavos), MARIA LUIZA P DE MATOS,** com valor total de **R$ 28.761,50 (vinte e oito mil e setecentos e sessenta e um reais e cinqüenta centavos), F. RICIERI PARTICIPACOES EIRELI,** com valor total de **R$ 8.170,00 (oito mil e cento e setenta reais), A F GRAFICA EIRELI,** com valor total de **R$ 28.592,41 (vinte e oito mil e quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos), COMERCIO E REPRESENTACOES VARDASCA LTDA,** com valor total de **R$ 12.488,00 (doze mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), GRAFICA ELISA LTDA,** com valor total de **R$ 132.311,00 (cento e trinta e dois mil e trezentos e onze reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de novembro de 2022.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 395/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: MARIA LUIZA P DE MATOS

CNPJ: 30.635.573/0001-52

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA TENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 28.761,50

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 396/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: F. RICIERI PARTICIPACOES EIRELI

CNPJ: 09.168.383/0001-86

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA TENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 8.170,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 397/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: A F GRAFICA EIRELI

CNPJ: 30.657.865/0001-96

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA TENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 28.592,41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 398/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: COMERCIO E REPRESENTACOES VARDASCA LTDA

CNPJ: 44.120.619/0001-05

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA TENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 12.488,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 399/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: GRAFICA ELISA LTDA

CNPJ: 07.773.619/0001-88

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA TENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 132.311,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 400/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 104/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA ME

CNPJ: 13.278.238/0001-25

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA TENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 236.020,22

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1088, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

DELEGA AO SERVIDOR **JHONATA BONIFACIO BARBOSA** A FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO CARGO DE CONTADOR.

DELEGAR ao servidor **JHONATA BONIFACIO BARBOSA,** Técnico em Contabilidade, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, a função e responsabilidade técnica do cargo de Contador, no período de 16/11/2022 à 30/11/2022, em substituição ao servidor **Emerson de Lima Miranda**, matrícula nº 2849, que se encontrará em gozo de férias.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 268, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

REPUBLICADO POR CORREÇÃO

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.276/2021 e Lei Nº 2.244/2021 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 237.900,00 (duzentos e trinta e sete mil e novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**		
001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0002.20013	PESSOAL A DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000	Recursos ordinários – exercício anterior	R$	32.750,00
3.1.91.00.00.00	Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social		
2.500.0000000	Recursos ordinários -exerc. anterior	R$	8.500,00
04.122.0002.20014	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -TI		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		

2.500.0000000	Recursos ordinários -exerc. anterior	R$	30.000,00
3.1.91.00.00.00	Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social		
2.500.0000000	Recursos ordinários -exerc. anterior	R$	5.000,00
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
002	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO		
04.129.0002.20018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000	Recursos ordinários -exerc. anterior	R$	161.650,00
	TOTAL	R$	237.900,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto, onera o limite estabelecido no inciso II do Art. 6º da Lei Orçamentária nº 2.276/2021-LOA.

Art. 3º**.** As alterações constantes deste decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022– LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 19 de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 004/2022

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT".

O Diretor Executivo/Gestor Financeiro do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis – MT, **SANDRO SILVIO CATTANEO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e, considerando que a Comissão Técnica de Licitação cumpriu todas as exigências do procedimento de licitação, cujo objeto acima descrito e conforme especificações contidas no Termo de Referência do respectivo Edital vem **HOMOLOGAR** o resultado da licitação na modalidade **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 004/2022,** para que produza efeitos legais e jurídicos.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo **HOMOLOGADO** em favor da licitante **FERRARI CELL LTDA-EPP**, empresa vencedora do presente certame, com valor R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

SANDRO SILVIO CATTANEO

Diretor Executivo/Gestor Financeiro - FUNSEM

RECURSOS HUMANOS
DECRETO EXECUTIVO Nº 272, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

altera a nomenclatura E ATRIBUIÇÕES do cargo de ***ASSISTENTE DE BORRACHARIA****,VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 59, inciso VIII, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 13, da Lei Complementar nº 21, de 08 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o Memorando nº 094/2022 proveniente da Secretaria Municipal de Finanças;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 121 de 09 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Altera a nomenclatura do cargo de **Assistente de Borracharia,** vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, para **Assistente Administrativo e Financeiro** com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza:

I. Receber protocolo dos empenhos/documentos provenientes do Departamento de Contabilidade/Tesouraria, organizar e arquivar, para posterior Liquidação; II. Responsabilizar-se pelo encaminhamento de cópias das guias de INSS com comprovantes pagas aos fornecedores, bem como de toda documentação sempre que solicitado para atender outros órgãos, bem como responsabilizar-se pelo arquivamento das mesmas; III. Responsabilizar pela separação dos processos concluídos referente ao convênio e encaminha-los ao Departamento de Convênios para a devida prestação de contas; IV. Acompanhar o andamento dos processos de Liquidação no sistema de protocolo e os documentos de sua competência; V. Responsabilizar-se em revisar e concluir os processos e encaminhá-los para o arquivamento; VI. Responsabilizar-se pela digitalização e Inserção dos documentos fiscais necessários no sistema contábil, quando da Liquidação do empenho, vinculando aos seus processos, para envio pelo sistema APLIC; VII. Auxiliar no recebimento dos documentos fiscais ou equivalentes, proveniente do Setor de Protocolo; VIII. Auxiliar na conferência os documentos fiscais ou equivalentes e juntar ao processo de Empenho, para o devido lançamento no sistema contábil; IX. Auxiliar a conferência

da assinatura do Agente Fiscalizador dos contratos, Atas e outros, quando houver, nos documentos fiscais ou equivalentes; X. Auxiliar na conferência se a documentação fiscal foi entregue no período da vigência de Atas e Contratos; XI. Auxiliar na conferência da autenticidade e autenticar as certidões exigidas nos processos de Liquidação, para posterior pagamento; XII. Auxiliar no Lançamento das informações das notas fiscais, faturas e demais documentos no sistema contábil para e emissão da Nota de Liquidação, considerando suas particularidades, para envio pelo sistema Aplic TCE/MT; XIII. Auxiliar na conferência na solicitação, quando necessários, documentos complementares para instruir o processo de liquidação; XIV. Auxiliar na conferência da assinatura digital da liquidação se foi efetuada, bem como se pertence ao responsável legal da secretaria; XV. Auxiliar no encaminhamento das despesas já liquidadas e assinadas para a Tesoureira efetuar o pagamento; XVI. Executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTAO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

Anexo I

QUADRO GERAL DOS ORGÃOS E CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Órgão	Cargo
I - GABINETE DO PREFEITO	Prefeito
Gabinete do Prefeito	Diretor de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Assistente de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Diretor de Departamento de Convênios
Gabinete do Prefeito	Chefe de Gabinete do Governo Municipal
Gabinete do Prefeito	Chefe de Divisão de Eventos Culturais
Gabinete do Prefeito	Chefe Divisão de Apoio Administrativo
II - GABINETE DO VICE-PREFEITO	Vice-Prefeito
III - ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
VI – CONTROLADORIA MUNICIPAL	Controlador
V – OUVIDORIA MUNICIPAL	Ouvidor Municipal
VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de RH	Coordenador
Departamento de Legislação	Diretor
Departamento de Licitações	Diretor
Departamento de Compras	Diretor
Departamento de Recursos Humanos	Diretor
Departamento de Conciliação do PROCON	Diretor
Departamento Executivo do PROCON	Diretor
Diretor de Tecnologia	Diretor
Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Patrimônio de Bens Móveis	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Apoio em Tecnologia	Chefe
Divisão de Licitação	Chefe
Divisão de Almoxarifado	Chefe
Divisão de Compras	Chefe
Assistente de Apoio Administrativo	Assistente
Departamento de Legislação	Chefe
VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de Educação	Coordenador
Departamento de Ensino Fundamental	Diretor
Departamento Administrativo e Financeiro	Diretor
Departamento de Transporte Escolar	Diretor
Departamento de Educação Infantil	Diretor
Divisão de Programas e Convênios	Chefe
Divisão de Escrituração e Processo Escolar	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo e Financeiro	Chefe
Divisão de Merenda e Material Escolar	Chefe
IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Secretário
Departamento de Recursos e Convênios	Diretor
Departamento de Regulação, Controle e Avaliação	Diretor
Coordenador do Departamento de Atenção Básica	Coordenador
Departamento de Manutenção das Unidades de Saúde	Diretor
Departamento de Vigilância Ambiental	Diretor
Departamento Administrativo	Diretor
Departamento de Transporte de Veículos de Emergências	Diretor
Divisão de Administração e Finanças	Chefe
Divisão do Gabinete da Saúde	Chefe
Divisão de Compras e Licitação	Chefe
Assessor de Administração	Assessor
Assistente da Saúde	Assistente
Assistente do Gabinete da Saúde	Assistente
X - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Secretário
Assessor de Planejamento Orçamentário	Assessor
Coordenador Contábil e Financeiro	Coordenador
Departamento de Administração Tributária e Financeira	Diretor
Assessoria Técnica Contábil	Assessor
Departamento Financeiro e Tesouraria	Diretor
Departamento de Cadastro e Arrecadação	Diretor
Departamento de Lançamento, Controle Tributário e Dívida Ativa	Diretor
Departamento de Tesouraria	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Controle e Cadastro Imobiliário	Chefe
Divisão de Execução Fiscal	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo e Jurídico Fiscal	Chefe
Assistente Administrativo e Financeiro	**Assistente**
XI - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Secretário
Departamento de Frotas e Oficinas	Coordenador
Coordenadoria de Infraestrutura	Coordenador
Assessor de Transportes e Trânsito	Assessor
Departamento de Drenagem	Diretor
Divisão e Manutenção Elétrica	Diretor
Departamento Administrativo de Infraestrutura	Diretor
Departamento de Vias Públicas	Diretor
Departamento de Obras e Posturas	Diretor
Divisão de Infraestrutura	Diretor
Chefe de Compras de Oficina	Chefe
Divisão de Manutenção Asfáltica	Chefe
Divisão de Manutenção Elétrica	Chefe
Divisão de Manutenção de Serviço Distrital	Chefe
Departamento de Água, Esgoto e Serviços Urbanos	Chefe
XII- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Secretário
Coordenador do Sine	Coordenador
Coordenadoria de Trabalho e Ação Social	Coordenador
Departamento de Gestão Social	Diretor
Diretor de Divisão de Fomento e Trabalho	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Apoio a Criança e ao Adolescente	Chefe
Divisão Administrativa de Proteção Social Especial	Chefe
Divisão de Apoio à Criança e Adolescente	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão das Políticas Públicas para Mulheres	Chefe
Assistência da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente – Educador	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente	Assistente

Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente Educador	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente Cuidador	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente Cuidador	Assistente
XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	Secretário
Departamento de Agricultura e Pecuária	Diretor
Gestão do Aeródromo Municipal	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Chefe de Limpeza Urbana	Chefe
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável	Chefe
Divisão de Indústria e Comércio	Chefe
Apoio de Fiscalização e Licenciamento de Obras	Chefe
Apoio Administrativo e Engenharia	Chefe
Apoio de Paisagismo	Chefe
Apoio de Divisão de Engenharia Civil	Chefe
Analista de Meio Ambiente	Analista
Analista de Meio Ambiente	Analista
Analista de Meio Ambiente	Analista
Fiscal de Meio Ambiente	Fiscal
Fiscal de Meio Ambiente	Fiscal
XIV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	Secretário
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Manutenção de Espaços Esportivos	Chefe
Apoio Administrativo de Eventos Esportivos	Chefe
Escolinha de Futebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Basquetebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Voleibol	Treinador Desportivo
Escolinha de Karatê	Treinador Desportivo
Projeto Escolinha – Dist. Mal Rondon	Treinador Desportivo
Escolinha de Futebol – Distrito Itamarati Norte	Treinador Desportivo
Escolinha de Handebol	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Nossa Senhora Aparecida	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Boa Esperança	Treinador Desportivo
Projeto Educador Físico Multidisciplinar	Treinador Desportivo
XV – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	Secretário
Departamento de Cultura	Diretor
Maestro	Maestro
Divisão de Gestão Administrativa	Chefe
Divisão de Ações Artístico-Culturais	Chefe
Divisão de Planejamento e Fomento ao Turismo	Chefe
Chefe de Eventos	Chefe
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA DE SAUDE
PORTARIA 753 - CONTRATO 037

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 037/2022, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 23.5 do Edital de Abertura.

II - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 23.7 do Edital de Abertura.

III - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 23.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 03 de Novembro de 2022.

Cargo: **AUXILIAR DE CONTABILIDADE**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
421717	RENATA PINHEIRO DA SILVA	02/08/1989	51,0	5

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 011/2022

INEXIGIBILIDADE Nº 032/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público O **CREDENCIAMENTO** de pessoas JURIDICAS para ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PONTES,*** visando atender a Secretaria de Obras e demais órgãos competentes desta municipalidade na modalidade INEXIGIBILIDADE n° 032/2022 a começar no dia **14/11/2022 no horário de expediente das 7 as 11h e das 13h as 17h** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde . pedido de Edital no site https://novo.campoverde.mt.gov.br/ Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-2067 Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 01 de novembro de 2022.

HÉLIDA B. M. P. HUBNER

Presidente da CPL

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 093/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 093/2022

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **FRUTA SUL COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA**

CNPJ: 10.264.502/0001-83

Endereço: Av. Ribeirão Preto, B. CPA1, Cuiabá - MT

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n.º 437/2022, oriunda do Processo Licitatório n.° 2697/2022 – Pregão Presencial n.° 136/2022 respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do cronograma de entrega estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública.

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada pela **terceira vez**, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo e.

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
14937/2022	136/2022	Educação	21/10/2022	2.334,50
15286/2022	136/2022	Educação	21/10/2022	1.591,28
15372/2022	136/2022	Saúde - Caps	21/10/2022	233,45

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 01 de Novembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 083/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 083/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS TIPO DRONE, que teve como vencedora a empresa CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA – ME, CNPJ nº 12.467.040/0001-27, com o valor de R$ 73.850,00 (setenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais). Campo Verde, 01 de novembro de 2022. Fabrícia R. Zago – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Campo Verde/MT, 01 de novembro de 2022.

Referência: Proc. 2380/2022 – Pregão 121/2022 - Análise de Recurso Administrativo interposto pelas empresas LUPPA ADMINISTRATODA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA e VETOR SERVIÇOS RE TERCEIRIZAÇÕES LTDA.

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuidam-se de Recursos Administrativos manejados pelas empresas ***LUPPA ADMINISTRATODA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA e VETOR SERVIÇOS RE TERCEIRIZAÇÕES LTDA.,*** a qual visava a reforma da decisão da Comissão de Licitação de forma a desabilitar as empresas, **COOPSERV´S-COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO e LUPPA ADMINISTRATODA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**.

Em análise aos documentos acostados nos autos, trata-se o expediente de recurso interposto pelas empresas alhures mencionadas, com o escopo de reformar a decisão da CPL, que declarou vencedora as empresas já informadas anteriormente.

Foram alegados nos recursos que, cooperativas não poderiam participar em razão do disposto na Súmula nº 281, do Tribunal de Contas da União, aos precedentes termos de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

Discordaram das planilhas apresentadas, argumentando estar em desacordo com a legislação trabalhista. Alegam também que as cooperativas estão dispondo de lucros "altíssimos".

Por fim, requerem a reforma da decisão que considerou vencedoras as empresas **COOPSERV´S-COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO** e **LUPPA ADMINISTRATODA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**.

Aberto prazo para as demais licitantes interporem **Contrarrazões**, ambas as empresas recorridas se manifestaram no sentido de inexistência de motivos jurídicos para impedir a adjudicação do referido pregão, tendo a recorrida sido vencedora.

Citou rol extenso de jurisprudências positivas quanto a participação de cooperativas de trabalho em licitações.

Argumentou respeitar ás normas trabalhistas e ainda, oferecer uma série de serviços ao trabalhadores associados. Que recolhe em dia o INSS dos cooperados, respeita todos os direitos previstos na Lei nº 12.690/2012 e do Estatuto Social.

Requereu fosse mantida a decisão proferida de Comissão Permanente de Licitações.

No que concerne as contrarrazões da empresa LUPPA, está argumenta cumprir todas as obrigações trabalhistas e que a planilha de custos e formações de preços apresentada, contempla a previsão legal.

Consultada a Procuradoria Jurídica do Município, frisou que a emissão do parecer jurídico não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em

vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração.

Isto porque o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável.

Primeiramente, cabe esclarecer, que o processo licitatório é um procedimento administrativo burocrático que tem por finalidade escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública a partir de uma disputa isonômica, competitiva e que busque o desenvolvimento nacional sustentável, ou seja, é *"o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico"*[1].

Nesse contexto, os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da isonomia assumem importante papel para inibir e auxiliar no controle de atos que conflitem com essa finalidade pública da licitação. Outrossim, consoante ensina a professora Fernanda Marinela, os princípios da moralidade e da probidade administrativa "*exigem a observância dos padrões éticos e morais, da correção de atitudes, da lealdade e da boa-fé*".

De suma destacar, que o princípio da legalidade assume duas diferentes faces: para os particulares, a regra é a da autonomia da vontade, facultando-se fazer tudo aquilo que a lei não proíba; por outro lado, **quando se trata da administração pública, só lhe é dada a possibilidade de fazer aquilo que a lei determine ou autorize.**

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Diante disso, ensina o Tribunal de Contas da União – TCU, no Manual de Licitações e Contratos – Orientações Básica – 3ª edição:

"Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:

Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação".

Dispondo que em se tratando-se de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelece o artigo 3º da Lei de Licitações, *in verbis:*

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Apontou que na verdade trata-se de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Entretanto, além do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, existe o da Razoabilidade, a Proposta mais Vantajosa e o Formalismo Moderado.

Nota-se, que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios *(p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa*), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos**.**

No mesmo sentido, o TCU:

"Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, ***objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame.****" (Tribunal de Contas da União, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara).*

Aduziu que, em relação ao questionamento da legalidade da participação de cooperativas no presente pregão, já foi exaurido na fase impugnação ao edital e que recente decisão do TCE/MT, julgou procedente ao ação movida pela mesma Cooperativa recorrida, em face do Município de Campo Verde, referente ao pregão 010/2018, que foi suspenso pelos fundamentos análogos aos utilizados pela recorrente. Inclusive com ordem para cumprimento de decisão.

No que concerne a alegação dos diretos suprimidos e o afronto ao artigo 7º, II da Lei 12.690/2012, a recorrida comprovou entrar consonância com a legislação, conforme documentos e fundamentos apresentados nas contrarrazões.

No que diz respeito às planilhas apresentadas pela Luppa, estas passaram por análise do Departamento de Contabilidade da Administração Municipal, e sobre análise técnica não foi constato irregularidade, e sim computo proporcional de horas trabalhadas.

Destaca ainda que, a busca pela melhor proposta é uma das finalidades da Licitação (art. 3º da lei 8.666/93). Por isso não podem ser adotadas medidas que comprometam decisivamente o caráter competitivo do certame.

Comprovaram os autos que não houve descumprimento do instrumento convocatório, tão pouco do ordenamento legal, dispensando maiores fundamentações, visto se tratar de equivoco ou interpretação errônea por parte da recorrente.

Por todo o exposto, acolho o Parecer Jurídico, pugnando pelo **desprovimento** do recurso apresentado pelas empresas **LUPPA ADMINISTRATODA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA e VETOR SERVIÇOS RE TERCEIRIZAÇÕES LTDA.,** relativamente ao Pregão121/2022, Processo 2380/2022

Ficam os autos com vistas franqueadas as empresas para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

[1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.

CONTABILIDADE
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DOS ANEXOS DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 4º BIMESTRE DE 2022

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	217.551.976,89	240.716.267,11	49.620.411,84	20,61	207.184.227,03	86,07	33.532.040,08
RECEITAS CORRENTES	212.509.592,11	219.697.487,91	49.410.832,86	22,49	186.734.979,78	85,00	32.962.508,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	41.817.531,79	43.232.430,92	9.517.778,93	22,02	39.527.332,68	91,43	3.705.098,24
Impostos	38.099.192,36	38.552.702,49	8.561.733,74	22,21	34.697.395,82	90,00	3.855.306,67
Taxas	3.668.152,22	4.629.541,22	943.460,73	20,38	4.800.545,34	103,69	-171.004,12
Contribuição de Melhoria	50.187,21	50.187,21	12.584,46	25,08	29.391,52	58,56	20.795,69
CONTRIBUIÇÕES	12.246.571,68	12.846.571,68	2.314.141,80	18,01	8.462.465,02	65,87	4.384.106,66
Contribuições Sociais	4.505.500,00	4.505.500,00	1.151.415,92	25,56	3.984.208,87	88,43	521.291,13
Contribuições Econômicas	2.069.232,96	2.069.232,96		0,00		0,00	2.069.232,96
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.671.838,72	6.271.838,72	1.162.725,88	18,54	4.478.256,15	71,40	1.793.582,57
RECEITA PATRIMONIAL	1.588.199,15	1.588.199,15	5.895.339,82	371,20	10.419.143,03	656,04	-8.830.943,88
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	167.044,72	167.044,72	17.385,51	10,41	79.005,56	47,30	88.039,16
Valores Mobiliários	1.397.929,14	1.397.929,14	5.873.906,63	420,19	10.327.963,35	738,80	-8.930.034,21
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	21.906,96	21.906,96	4.047,68	18,48	12.174,12	55,57	9.732,84
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais	1.318,33	1.318,33		0,00		0,00	1.318,33
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	10.993,60	10.993,60		0,00		0,00	10.993,60
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.717,43	9.717,43		0,00		0,00	9.717,43
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	1.276,17	1.276,17		0,00		0,00	1.276,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	156.553.219,72	161.726.216,39	31.478.141,87	19,46	127.809.400,96	79,03	33.916.815,43
Transferências da União e de suas Entidades	54.846.430,71	54.846.430,71	8.970.903,34	16,36	37.774.349,31	68,87	17.072.081,40
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	67.525.924,64	71.417.454,73	15.450.571,59	21,63	62.900.082,92	88,07	8.517.371,81
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	58.481,25	58.481,25	81.086,22	138,65	150.692,52	257,68	-92.211,27
Transferências de Outras Instituições Públicas	34.083.795,62	35.365.262,20	6.975.580,72	19,72	26.984.276,21	76,30	8.380.985,99
Transferências do Exterior							
Outras Transferências	38.587,50	38.587,50		0,00		0,00	38.587,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	293.076,17	293.076,17	205.430,44	70,09	516.638,09	176,28	-223.561,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.620,66	1.620,66	108.650,95	6.704,12	145.107,65	8.953,61	-143.486,99
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	135.532,35	135.532,35	41.376,10	30,53	165.544,73	122,14	-30.012,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			14.450,81		23.991,63		-23.991,63
Demais Receitas Correntes	155.923,16	155.923,16	40.952,58	26,26	181.994,08	116,72	-26.070,92

Documento gerado em 01/11/2022 17:43:12

Página 1 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	5.042.384,78	21.018.779,20	209.578,98	1,00	20.449.247,25	97,29	569.531,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100,00	100,00		0,00	0,00	0,00	100,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	100,00	100,00		0,00		0,00	100,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	394.311,73	394.311,73	9.578,98	2,43	23.785,99	6,03	370.525,74
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis	394.311,73	394.311,73	9.578,98	2,43	23.785,99	6,03	370.525,74
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.647.973,05	20.624.367,47	200.000,00	0,97	20.425.461,26	99,04	198.906,21
Transferências da União e de suas Entidades	1.025.042,78	2.988.044,36		0,00	1.700.184,58	56,90	1.287.859,78
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.622.930,27	17.636.323,11	200.000,00	1,13	18.725.276,68	106,17	-1.088.953,57
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.485.500,00	6.485.500,00	1.777.057,98	27,40	6.115.113,65	94,29	370.386,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	224.037.476,89	247.201.767,11	51.397.469,82	20,79	213.299.340,68	86,29	33.902.426,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	224.037.476,89	247.201.767,11	51.397.469,82	20,79	213.299.340,68	86,29	33.902.426,43
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	224.037.476,89	247.201.767,11	51.397.469,82	20,79	213.299.340,68	86,29	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		66.828.021,51			66.828.021,51		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		66.828.021,51			66.828.021,51		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	213.771.734,91	303.631.061,57	37.195.425,01	218.836.076,54	84.794.985,03	54.117.301,02	173.305.599,27	130.325.462,30	169.304.602,09	
DESPESAS CORRENTES	191.847.997,27	236.395.225,36	32.775.738,81	184.538.899,65	51.856.325,71	46.000.084,24	155.493.293,43	80.901.931,93	152.280.543,97	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.078.968,48	98.153.238,19	17.395.275,03	68.526.546,33	29.626.691,86	17.733.833,31	68.526.546,33	29.626.691,86	68.066.856,06	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.460,00	9.784,00			9.784,00			9.784,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.751.568,79	138.232.203,17	15.380.463,78	116.012.353,32	22.219.849,85	28.266.250,93	86.966.747,10	51.265.456,07	84.213.687,91	
DESPESAS DE CAPITAL	14.333.663,81	59.645.762,38	4.419.686,20	34.297.176,89	25.348.585,49	8.117.216,78	17.812.305,84	41.833.456,54	17.024.058,12	
INVESTIMENTOS	12.313.465,14	57.659.563,71	4.419.686,20	32.467.592,50	25.191.971,21	7.789.991,01	16.670.238,72	40.989.324,99	15.881.991,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.020.198,67	1.986.198,67	0,00	1.829.584,39	156.614,28	327.225,77	1.142.067,12	844.131,55	1.142.067,12	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.590.073,83	7.590.073,83			7.590.073,83			7.590.073,83		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.265.741,98	10.398.727,05	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	6.105.594,72	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	224.037.476,89	314.029.788,62	38.974.945,38	225.821.208,39	88.208.580,23	55.896.821,39	180.290.731,12	133.739.057,50	175.410.196,81	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	224.037.476,89	314.029.788,62	38.974.945,38	225.821.208,39	88.208.580,23	55.896.821,39	180.290.731,12	133.739.057,50	175.410.196,81	
SUPERÁVIT (XIII)							33.008.609,56		37.889.143,87	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	224.037.476,89	314.029.788,62	38.974.945,38	225.821.208,39		55.896.821,39	213.299.340,68		213.299.340,68	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.485.500,00	6.485.500,00	1.777.057,98	27,40	6.115.113,65	94,29	370.386,35
RECEITAS CORRENTES	6.485.500,00	6.485.500,00	1.777.057,98	27,40	6.115.113,65	94,29	370.386,35
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	6.485.500,00	6.485.500,00	1.777.057,98	27,40	6.115.113,65	94,29	370.386,35
Contribuições Sociais	6.485.500,00	6.485.500,00	1.777.057,98	27,40	6.115.113,65	94,29	370.386,35
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.265.741,98	10.398.727,05	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	6.105.594,72	
DESPESAS CORRENTES	10.265.741,98	10.398.727,05	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	6.105.594,72	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.265.741,98	10.398.727,05	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	1.779.520,37	6.985.131,85	3.413.595,20	6.105.594,72	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 24950495000188
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	213.771.734,91	303.631.061,57	37.195.425,01	218.836.076,54	96,91	84.794.985,03	54.117.301,02	173.305.599,27	96,13	130.325.462,30	
Legislativa	6.404.000,00	6.404.000,00	821.001,99	3.623.007,85	1,60	2.780.992,15	869.182,73	3.499.157,00	1,94	2.904.843,00	
Ação Legislativa	6.404.000,00	6.404.000,00	821.001,99	3.623.007,85	1,60	2.780.992,15	869.182,73	3.499.157,00	1,94	2.904.843,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	639.173,37	609.173,37	141.819,43	401.692,98	0,18	207.480,39	114.219,14	371.731,18	0,21	237.442,19	
Defesa da Ordem Jurídica	639.173,37	609.173,37	141.819,43	401.692,98	0,18	207.480,39	114.219,14	371.731,18	0,21	237.442,19	
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	23.505.831,87	25.994.271,61	3.835.581,99	20.640.362,80	9,14	5.353.908,81	5.310.904,13	17.712.850,63	9,82	8.281.420,98	
Planejamento e Orçamento	6.462.758,74	6.606.664,66	579.022,05	5.505.613,90	2,44	1.101.050,76	1.351.970,37	4.712.709,68	2,61	1.893.954,98	
FU04 - Administração Geral	16.565.516,82	18.910.050,64	3.178.615,46	14.860.176,06	6,58	4.049.874,58	3.883.166,00	12.727.744,83	7,06	6.182.305,81	
Administração Financeira											
Controle Interno	421.556,31	421.556,31	77.944,48	274.572,84	0,12	146.983,47	75.767,76	272.396,12	0,15	149.160,19	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	56.000,00	56.000,00				56.000,00				56.000,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	2.538.983,24	2.759.134,71	295.885,50	2.255.841,66	1,00	503.293,05	578.738,42	1.773.879,79	0,98	985.254,92	
Policiamento	2.538.983,24	2.759.134,71	295.885,50	2.255.841,66	1,00	503.293,05	578.738,42	1.773.879,79	0,98	985.254,92	
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	6.939.966,08	8.637.986,32	754.921,15	5.653.027,87	2,50	2.984.958,45	1.160.192,98	4.082.716,45	2,26	4.555.269,87	
Assistência ao Idoso	14.025,00	14.025,00				14.025,00				14.025,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	2.100,00	2.100,00				2.100,00				2.100,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	727.129,56	1.257.905,57	72.775,65	905.959,82	0,40	351.945,75	147.693,86	557.668,20	0,31	700.237,37	
Assistência Comunitária	2.281.850,00	3.333.363,86	156.506,39	2.512.246,64	1,11	821.117,22	390.349,78	1.451.266,79	0,80	1.882.097,07	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	3.914.861,52	4.030.591,89	525.639,11	2.234.821,41	0,99	1.795.770,48	622.149,34	2.073.781,46	1,15	1.956.810,43	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	5.580.000,00	5.580.000,00	1.187.036,56	4.687.998,71	2,08	892.001,29	1.202.978,33	4.631.314,93	2,57	948.685,07	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	5.580.000,00	5.580.000,00	1.187.036,56	4.687.998,71	2,08	892.001,29	1.202.978,33	4.631.314,93	2,57	948.685,07	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	66.974.532,36	86.306.154,75	12.116.118,70	64.941.481,80	28,76	21.364.672,95	14.443.747,22	50.447.124,26	27,98	35.859.030,49	
Atenção Básica	20.063.399,39	23.935.669,74	4.388.648,63	15.990.983,47	7,08	7.944.686,27	3.779.159,98	14.076.476,77	7,81	9.859.192,97	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	36.395.695,78	50.229.169,87	5.971.322,86	39.522.190,93	17,50	10.706.978,94	8.357.726,06	27.593.626,38	15,31	22.635.543,49	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.794.645,86	1.909.464,66	128.274,95	1.373.439,27	0,61	536.025,39	392.249,06	1.274.307,06	0,71	635.157,60	
Vigilância Sanitária	340.400,00	316.750,00	33.711,31	174.680,59	0,08	142.069,41	38.168,17	166.247,35	0,09	150.502,65	
Vigilância Epidemiológica	1.277.803,40	1.776.297,85	327.040,08	1.311.502,52	0,58	464.795,33	425.447,37	1.237.536,28	0,69	538.761,57	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	7.102.587,93	8.138.802,63	1.267.120,87	6.568.685,02	2,91	1.570.117,61	1.450.996,58	6.098.930,42	3,38	2.039.872,21	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho		21.000,00	122,89	3.318,49	0,00	17.681,51	1.949,72	2.650,22	0,00	18.349,78	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho		21.000,00	122,89	3.318,49	0,00	17.681,51	1.949,72	2.650,22	0,00	18.349,78	
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	60.995.646,65	77.390.905,72	10.411.912,60	57.087.752,96	25,28	20.303.152,76	12.905.166,66	43.595.023,04	24,18	33.795.882,68	
Ensino Fundamental	35.257.251,36	47.473.148,91	7.043.183,93	35.877.652,07	15,89	11.595.496,84	8.276.712,32	27.150.493,46	15,06	20.322.655,45	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	130.361,96	130.361,96	13.372,96	104.008,95	0,05	26.353,01	21.696,27	82.752,37	0,05	47.609,59	
Educação Infantil	20.437.998,06	22.689.910,54	2.582.365,99	15.491.521,12	6,86	7.198.389,42	3.341.033,25	11.776.970,94	6,53	10.912.939,60	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	675.295,13	790.574,93	207.089,91	596.011,81	0,26	194.563,12	212.681,93	592.303,45	0,33	198.271,48	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	2.180.671,54	2.957.093,00	-12.069,47	2.254.808,62	1,00	702.284,38	451.629,07	1.930.027,73	1,07	1.027.065,27	
FU12 - Demais Subfunções	2.314.068,60	3.349.816,38	577.969,28	2.763.750,39	1,22	586.065,99	601.413,82	2.062.475,09	1,14	1.287.341,29	
Cultura	1.354.300,00	1.936.803,06	544.860,30	1.669.319,73	0,74	267.483,33	616.481,33	1.513.153,84	0,84	423.649,22	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.354.300,00	1.936.803,06	544.860,30	1.669.319,73	0,74	267.483,33	616.481,33	1.513.153,84	0,84	423.649,22	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania		19.014,55	1.713,54	1.713,54	0,00	17.301,01	188,00	188,00	0,00	18.826,55	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos		19.014,55	1.713,54	1.713,54	0,00	17.301,01	188,00	188,00	0,00	18.826,55	
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	13.335.868,50	22.293.341,14	2.866.498,29	20.326.867,65	9,00	1.966.473,49	4.626.605,69	16.068.005,59	8,91	6.225.335,55	
Infra-Estrutura Urbana	4.922.029,78	7.883.183,59	1.006.513,80	7.683.959,00	3,40	199.224,59	1.210.365,05	6.734.016,54	3,74	1.149.167,05	
Serviços Urbanos	8.413.838,72	14.410.157,55	1.859.984,49	12.642.908,65	5,60	1.767.248,90	3.416.240,64	9.333.989,05	5,18	5.076.168,50	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	331.348,36	383.696,36	57.326,11	183.503,75	0,08	200.192,61	20.000,00	75.975,75	0,04	307.720,61	
Habitação Rural	2.000,00	2.000,00	-201,89	39,45	0,00	1.960,55	0,00	39,45	0,00	1.960,55	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	329.348,36	381.696,36	57.528,00	183.464,30	0,08	198.232,06	20.000,00	75.936,30	0,04	305.760,06	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.885.700,00	2.438.531,37	307.317,97	2.321.489,64	1,03	117.041,73	471.961,57	1.675.371,87	0,93	763.159,50	
Saneamento Básico Rural	92.112,50	353.326,90	0,00	309.986,60	0,14	43.340,30	23.040,00	307.914,60	0,17	45.412,30	
Saneamento Básico Urbano	1.793.587,50	2.085.204,47	307.317,97	2.011.503,04	0,89	73.701,43	448.921,57	1.367.457,27	0,76	717.747,20	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	461.944,99	984.682,78	-253.449,26	586.871,53	0,26	397.811,25	142.860,64	396.178,87	0,22	588.503,91	
Preservação e Conservação Ambiental	461.944,99	984.682,78	-253.449,26	586.871,53	0,26	397.811,25	142.860,64	396.178,87	0,22	588.503,91	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	4.263.876,63	7.912.246,97	1.261.617,04	6.900.824,81	3,06	1.011.422,16	3.135.464,56	6.527.323,77	3,62	1.384.923,20	
Abastecimento	204.087,92	952.096,86	10.437,59	313.916,74	0,14	638.180,12	69.736,04	284.263,40	0,16	667.833,46	
Extensão Rural	53.777,64	57.727,64	3.979,32	44.210,18	0,02	13.517,46	5.367,16	24.140,81	0,01	33.586,83	
Irrigação	23.152,50	3.429,65				3.429,65				3.429,65	
Promoção da Produção Agropecuária	60.500,00	30.500,00				30.500,00				30.500,00	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	2.809.495,34	3.437.990,58	760.193,48	3.301.767,40	1,46	136.223,18	897.516,39	3.067.655,20	1,70	370.335,38	
FU20 - Demais Subfunções	1.112.863,23	3.430.502,24	487.006,65	3.240.930,49	1,44	189.571,75	2.162.844,97	3.151.264,36	1,75	279.237,88	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	66.162,50	246.303,37	20.155,70	187.607,97	0,08	58.695,40	14.417,16	158.177,70	0,09	88.125,67	
Promoção Industrial	66.162,50	246.303,37	20.155,70	187.607,97	0,08	58.695,40	14.417,16	158.177,70	0,09	88.125,67	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	635.450,00	904.367,09	81.129,02	468.355,22	0,21	436.011,87	331.647,86	401.767,56	0,22	502.599,53	
Promoção Comercial	353.350,00	224.596,39	12.811,12	27.993,28	0,01	196.603,11	839,00	16.021,16	0,01	208.575,23	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	268.600,00	666.270,70	65.790,94	435.334,98	0,19	230.935,72	330.808,86	383.246,40	0,21	283.024,30	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções	13.500,00	13.500,00	2.526,96	5.026,96	0,00	8.473,04		2.500,00	0,00	11.000,00	
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Documento gerado em 01/11/2022 17:43:12

Página 9 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	6.834.536,53	40.004.351,89	2.130.896,83	22.764.504,90	10,08	17.239.846,99	6.871.116,15	16.797.880,48	9,32	23.206.471,41	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	6.834.536,53	40.004.351,89	2.130.896,83	22.764.504,90	10,08	17.239.846,99	6.871.116,15	16.797.880,48	9,32	23.206.471,41	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	3.434.340,00	5.215.022,68	612.958,66	4.130.532,68	1,83	1.084.490,00	1.299.478,73	3.575.128,34	1,98	1.639.894,34	
Desporto de Rendimento	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Desporto Comunitário	950.930,00	2.100.810,21	93.777,34	1.576.060,92	0,70	524.749,29	667.350,01	1.426.207,98	0,79	674.602,23	
Lazer	629.740,00	1.093.154,25	152.727,30	985.680,78	0,44	107.473,47	211.538,08	675.954,86	0,37	417.199,39	
FU27 - Administração Geral	1.823.670,00	1.991.058,22	366.454,02	1.568.790,98	0,69	422.267,24	420.590,64	1.472.965,50	0,82	518.092,72	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	7.590.073,83	7.590.073,83				7.590.073,83				7.590.073,83	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.265.741,98	10.398.727,05	1.779.520,37	6.985.131,85	3,09	3.413.595,20	1.779.520,37	6.985.131,85	3,87	3.413.595,20	
TOTAL (III) = (I + II)	224.037.476,89	314.029.788,62	38.974.945,38	225.821.208,39	100,00	88.208.580,23	55.896.821,39	180.290.731,12	100,00	133.739.057,50	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.265.741,98	10.398.727,05	1.779.520,37	6.985.131,85	3,09	3.413.595,20	1.779.520,37	6.985.131,85	3,87	3.413.595,20	
Legislativa	176.000,00	176.000,00	28.225,42	113.503,76	0,05	62.496,24	28.225,42	113.503,76	0,06	62.496,24	
Ação Legislativa	176.000,00	176.000,00	28.225,42	113.503,76	0,05	62.496,24	28.225,42	113.503,76	0,06	62.496,24	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	58.482,12	58.482,12	8.146,18	24.352,21	0,01	34.129,91	8.146,18	24.352,21	0,01	34.129,91	
Defesa da Ordem Jurídica	58.482,12	58.482,12	8.146,18	24.352,21	0,01	34.129,91	8.146,18	24.352,21	0,01	34.129,91	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	1.147.612,26	1.214.014,22	204.343,02	816.117,43	0,36	397.896,79	204.343,02	816.117,43	0,45	397.896,79	
Planejamento e Orçamento	222.654,64	222.654,64	38.433,67	159.033,66	0,07	63.620,98	38.433,67	159.033,66	0,09	63.620,98	
FU04 - Administração Geral	857.046,00	923.447,96	152.314,96	605.252,58	0,27	318.195,38	152.314,96	605.252,58	0,34	318.195,38	
Administração Financeira											
Controle Interno	67.911,62	67.911,62	13.594,39	51.831,19	0,02	16.080,43	13.594,39	51.831,19	0,03	16.080,43	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	81.511,54	89.153,11	28.291,82	89.053,11	0,04	100,00	28.291,82	89.053,11	0,05	100,00	
Policiamento	81.511,54	89.153,11	28.291,82	89.053,11	0,04	100,00	28.291,82	89.053,11	0,05	100,00	
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	203.125,90	209.255,74	51.340,02	209.255,74	0,09	0,00	51.340,02	209.255,74	0,12	0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral	203.125,90	209.255,74	51.340,02	209.255,74	0,09	0,00	51.340,02	209.255,74	0,12	0,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	12.000,00	12.000,00	1.560,22	6.343,93	0,00	5.656,07	1.560,22	6.343,93	0,00	5.656,07	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	12.000,00	12.000,00	1.560,22	6.343,93	0,00	5.656,07	1.560,22	6.343,93	0,00	5.656,07	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.042.868,76	2.953.268,76	592.292,66	2.289.364,56	1,01	663.904,20	592.292,66	2.289.364,56	1,27	663.904,20	
Atenção Básica	1.639.282,56	1.639.282,56	328.090,13	1.232.768,51	0,55	406.514,05	328.090,13	1.232.768,51	0,68	406.514,05	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	537.241,80	556.141,80	91.953,89	374.452,13	0,17	181.689,67	91.953,89	374.452,13	0,21	181.689,67	
Suporte Profilático e Terapêutico	29.021,60	46.521,60	9.270,02	35.881,85	0,02	10.639,75	9.270,02	35.881,85	0,02	10.639,75	
Vigilância Sanitária	29.633,80	29.633,80	4.779,08	24.643,95	0,01	4.989,85	4.779,08	24.643,95	0,01	4.989,85	
Vigilância Epidemiológica	110.693,30	110.693,30	27.666,48	90.332,48	0,04	20.360,82	27.666,48	90.332,48	0,05	20.360,82	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	696.995,70	570.995,70	130.533,06	531.285,64	0,24	39.710,06	130.533,06	531.285,64	0,29	39.710,06	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	5.242.390,94	5.381.844,58	795.781,15	3.177.553,62	1,41	2.204.290,96	795.781,15	3.177.553,62	1,76	2.204.290,96	
Ensino Fundamental	3.085.653,86	3.096.884,39	436.575,46	1.914.969,42	0,85	1.181.914,97	436.575,46	1.914.969,42	1,06	1.181.914,97	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	12.399,58	12.399,58	2.406,60	10.250,67	0,00	2.148,91	2.406,60	10.250,67	0,01	2.148,91	
Educação Infantil	1.990.625,32	1.990.625,32	298.135,23	1.007.134,41	0,45	983.490,91	298.135,23	1.007.134,41	0,56	983.490,91	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	65.129,70	65.129,70	12.455,58	28.393,53	0,01	36.736,17	12.455,58	28.393,53	0,02	36.736,17	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	88.582,48	216.805,59	46.208,28	216.805,59	0,10	0,00	46.208,28	216.805,59	0,12	0,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	9.000,00	11.958,06	2.947,56	11.958,06	0,01	0,00	2.947,56	11.958,06	0,01	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	9.000,00	11.958,06	2.947,56	11.958,06	0,01	0,00	2.947,56	11.958,06	0,01	0,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	187.750,46	187.750,46	46.314,42	168.026,46	0,07	19.724,00	46.314,42	168.026,46	0,09	19.724,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	187.750,46	187.750,46	46.314,42	168.026,46	0,07	19.724,00	46.314,42	168.026,46	0,09	19.724,00	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	105.000,00	105.000,00	20.277,90	79.602,97	0,04	25.397,03	20.277,90	79.602,97	0,04	25.397,03	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 24950495000188
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral	105.000,00	105.000,00	20.277,90	79.602,97	0,04	25.397,03	20.277,90	79.602,97	0,04	25.397,03	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 24950495000188
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 023/2022 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Extraordinária do dia 01 de novembro de 2022, dispõe sobre os assuntos:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 1.236 de 22 de dezembro de 2006- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros; A Resolução nº 133/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Verde-MT; A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; A Resolução nº 157 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; A Resolução nº 194 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Exclusivamente a Lei Federal nº 13.019 de julho de 2014 no que se refere a parceria do FMDCA com OSCs; Deliberações da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 01 de novembro de 2022 na Ata nº 017/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR os seguintes projetos:

A) ASSOCIAÇÃO CASA DO HIP HOP CNPJ: 32.172.176/0001-40 com o título SONHANDO ALTO no valor de R$ 271.935,52 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e cindo reais e cinquenta e dois centavos); B) INSTITUTO GERMINANDO SONS CNPJ: 23.874.115/0001-00 com o título PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO IGS 2023 no valor de R$ 734.692,80 (setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos); C) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE CNPJ: 00.062.712/0001-35 com o título CONSTRUÇÃO DA VARANDA E PARTE DA TERCEIRA ETAPA DE AMPLIAÇÃO DA APAE no valor de R$ 166.470,27 (cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e vinte e sete centavos); D) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CNPJ: 24.029.704/0001-40 com o título CONVIVÊNCIA POSITIVA no valor de R$ 4.776,96 (quatro mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 01 de novembro de 2022.

ANDRÉ RÉGIS TAVARES NOVAIS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO:

Membros titulares:

WARLEY JUNIOR BRAS

PATRICIA DANTAS AMORIM BRESSAN

SOLANGE FERNANDES DE LIMA FERREIRA DA SILVA

Membros suplentes:

SUELEM AMORIM ROCHA

PRISCILLA DANTAS DE AMORIM

LUCAS GOMES MOREIRA LEITÃO

SECRETARIA DE SAUDE
PORTARIA 755 - CONTRATO 044

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 044/2022, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

SECRETARIA DE SAUDE
PORTARIA 754 - CONTRATO 038

NOMEIA A SERVIDORA RENATA HELAYNE PEREIRA ALENCAR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE ADESÃO N° 038/2022, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/ SECRETARIA DE FINANÇA - CONVÊNIOS
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS - MÊS DE OUTUBRO DE 2022

Em obediência aos Artigos 2º da Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Art. 38, inciso XII, da Resolução n° 026/2013/FNDE, comunicamos aos conselhos municipais, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, que foi repassado Recurso Federal e Estadual a este Município no mês de outubro/2022 para implementação dos programas abaixo relacionados:

Programa	Conta Bancária	Valor liberado	Data
PNAE (Alimentação Escolar)	23.353-6	R$ 281,60	04/10/2022
		R$ 26.373,60	04/10/2022
		R$ 15.215,40	04/10/2022
		R$ 689,00	04/10/2022
		R$ 13.324,20	04/10/2022
PNATE (Transporte Escolar)	33.895-8	R$ 2.274,75	11/10/2022
		R$ 19.507,75	11/10/2022
		R$ 5.652,42	11/10/2022
QSE (Quota Salário Educação)	11.668-8	R$ 128.608,54	17/10/2022
Convênio n. 2003/2022 - Implantação e Pavimentação Comunidade Santo Antônio da Fartura.	50.198-0	R$ 1.441.781,72	07/10/2022
Convênio n. 0545/2022 – Aquisição de Pá Carregadeira.	49.839-4	R$ 400.000,00	10/10/2022
Convênio n.1167/2022 - Aquisição de Patrulha Mecanizada, composta por trator agrícola, grade aradora e carreta agrícola.	49.996-X	R$ 250.000,00	26/10/2022

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 470/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA – ME, CNPJ Nº 12.467.040/0001-27

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS TIPO DRONE - PREGÃO Nº 083/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 01/11/2022 À 01/11/2023

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	DRONE AERONAVE PESO DE DECOLAGEM 249 G	02 UND	DJI DRONE MINI 2 FLY MORE COMBO – DJI002	R$ 5.500,00	R$ 11.000,00

ESPECIFICAÇÕES: DRONE AERONAVE
PESO DE DECOLAGEM 249 G
DIMENSÕES
DOBRADO: 138 × 81 × 58 MM (C×L×A)
DESDOBRADO: 159 × 203 × 56 MM (C×L×A)
DESDOBRADO (COM HÉLICES): 245 × 289 × 56 MM (C×L×A)
DISTÂNCIA DIAGONAL 213 MM
VELOCIDADE MÁX. DE ASCENSÃO
5 M/S (MODO S)
3 M/S (MODO N) P
2 M/S (MODO C)
VELOCIDADE MÁX. DE DESCENSÃO
3,5 M/S (MODO S)
3 M/S (MODO N)
1,5 M/S (MODO C)
VELOCIDADE MÁX. (PRÓXIMA AO NÍVEL DO MAR, SEM VENTO)
16 M/S (MODO S)
10 M/S (MODO N)
6 M/S (MODO C)
ALTURA MÁX. DE SERVIÇO ACIMA DO NÍVEL DO MAR
4000 M
DURAÇÃO MÁX. DE VOO
31 MINUTOS (MEDIDOS DURANTE O VOO A 4,7 M/S EM CONDIÇÕES SEM VENTO)
RESISTÊNCIA MÁX. AO VENTO
8,5-10,5 M/S (ESCALA 5)
ÂNGULO DE INCLINAÇÃO MÁX.
40° (MODO S)
25° (MODO N)
25° (MODO C)
* ATÉ 40° SOB VENTOS FORTES
VELOCIDADE ANGULAR MÁX.
130°/S (MODO S)
60°/S (MODO N)
30°/S (MODO C)
*PODE SER AJUSTADO PARA 250°/S COM O APLICATIVO
ALCANCE DA TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO
0 A 40 °C (32 A 104 °F).
ESTABILIZADOR
ALCANCE MECÂNICO
INCLINAÇÃO: -110° A 35°
ROLAGEM: -35° A 35°
PANORÂMICA: -20° A 20°
ALCANCE CONTROLÁVEL
INCLINAÇÃO: -90° A 0° (CONFIGURAÇÃO PADRÃO)
-90° A +20° (ESTENDIDO)
ESTABILIZAÇÃO
3 EIXOS (INCLINAÇÃO, ROTAÇÃO, PANORÂMICA)
VELOCIDADE MÁX. DE CONTROLE (INCLINAÇÃO)
100 °/S
ALCANCE DA VIBRAÇÃO ANGULAR
±0.01°
SISTEMAS DE DETECÇÃO
INFERIOR
ALCANCE ESTACIONÁRIO: 0,5-10 M
AMBIENTE DE OPERAÇÃO
SUPERFÍCIES NÃO REFLEXIVAS E DISCERNÍVEIS
REFLETIVIDADE DIFUSA (>20 %, COMO UM PAVIMENTO DE CIMENTO)
ILUMINAÇÃO ADEQUADA (LUX >15, AMBIENTE DE EXPOSIÇÃO NORMAL COM LÂMPADA
FLUORESCENTE INTERNA)
CÂMERA
SENSOR
CMOS DE 1/2,3 POL.
PIXELS EFETIVOS: 12 MP
LENTE
CAMPO DE VISÃO (FOV): 83°
EQUIVALENTE A FORMATO DE 35 MM: 24 MM
ABERTURA: F/2,8
ALCANCE DO FOCO: 1 M ATÉ ∞
ALCANCE ISO
VÍDEO:
100-3200 (AUTOMÁTICO)
100-3200 (MANUAL)
FOTOS:
100-3200 (AUTOMÁTICO)
100-3200 (MANUAL)
VELOCIDADE DO OBTURADOR
DISPARADOR ELETRÔNICO: 4-1/8000 S
TAMANHO DA IMAGEM
4:3: 4000×3000
16:9: 4000×2250
MODOS DE FOTOGRAFIA
DISPARO ÚNICO
INTERVALO: JPEG: 2/3/5/7/10/15/20/30/60 S
JPEG+RAW: 5/7/10/15/20/30/60 S
ENQUADRAMENTO AUTOMÁTICO DE EXPOSIÇÃO (AEB - AUTO EXPOSURE BRACKETING): 3
FRAMES ENQUADRADOS A 2/3 DE EV BIAS
PANORAMA: SPHERE, 180° E WIDE
RESOLUÇÃO DE VÍDEO
4K: 3840×2160 A 24/25/30 FPS
2,7K: 2720×1530 A 24/25/30/48/50/60 FPS
FHD: 1920×1080 A 24/25/30/48/50/60 FPS
TAXA DE BITES MÁX. DO VÍDEO
100 MBPS
FAIXA DE ZOOM

4K: 2X
2.7K: 3X
FHD: 4X
QUICKSHOT MODO
DRONIE, HELIX, ROCKET, CIRCLE, BOOMERANG
SISTEMA DE ARQUIVO SUPORTADO
FAT32 (≤32 GB)
EXFAT (>32 GB)
FORMATO DE FOTO
JPEG/DNG (RAW)
FORMATO DE VIDEO
MP4 (H.264/MPEG-4 AVC?
TRANSMISSÃO DE VÍDEO
QUALIDADE DA TRANSMISSÃO AO VIVO
OPERAÇÃO DO CONTROLE REMOTO: 720P/30 FPS
TAXA DE BITES MAX.
8 MBPS
LATÊNCIA (DEPENDE DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE E DO DISPOSITIVO MÓVEL)
SOBRE 200 MS
E ACESSORIOS VOE MAIS COMBO, (02 X BATERIAS INTELIGENTES DE VOO; 01 X CARREGADOR VEICULAR; 01 X HUB DE CARREGAMENTO DA BATERIA; 01 X ADAPTADOR DE CARGA; 02 X PARES DE HÉLICES; 01 X BOLSA DE OMBRO).
MARCA: DJI, XMOBOTS, PARROT OU SIMILAR.

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	DRONE BATERIA: 31 MINUTOS	01 UND	DRONE DJI MAVIC 2 ENTREPRISE ADVANCED	R$ 62.850,00	R$ 62.850,00

ESPECIFICAÇÕES: DRONE - BATERIA: 31 MINUTOS
CÂMERA RGB VISUAL: 48MP
32X DE ZOOM DIGITAL
CÂMERA TERMAL: 640X512
16X DE ZOOM DIGITAL
~ 2 GRAUS DE PRECISÃO
TIPO DE FOTO: R-JPG
ALCANCE: 10KM
ANTICOLISÃO: TUDO
ROTA AUTOMÁTICA: SIM
VELOCIDADE: 72KM/H
RECURSOS AUTOMÁTICOS: SIM
TEMPO DE CARREGAMENTO: 1H30
VENTO: 38 KM/H
CARGA: 200G
PRECISÃO: GPS + RTK (± 10CM),
INTERFERÊNCIA ELETROMAGNÉTICA: SIM
TEMPERATURA: -10º A 40º
COM ACESSÓRIOS VOE MAIS COMBO,
(02 X BATERIAS INTELIGENTES DE VOO; 01 X CARREGADOR USB 18W; 01 X HUB DE CARREGAMENTO DA BATERIA; 02X X PARES DE HÉLICES; 01 X BOLSA DE OMBRO; 01X SUPORTE DE HÉLICES).
MARCA: DJI, XMOBOTS, PARROT OU SIMILAR.

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 62.850,00 (OITENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 73.850,00 (SETENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA N.018/2022

DISPENSA Nº.018/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI CNPJ n. 07.281. 368/0001-14 DISPENSA Nº 018/2022** no valor **de R$ 15.000,00** (QUINZE MIL REAIS) Processo nº 3117/2022 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO ON-LINE/REMOTO DOS MÓDULOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, GESTÃO ADMINISTRATIVA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, GESTÃO DE FROTAS, GESTÃO PROTOCOLO, TCE E PORTAIS.**

Em conformidade com a legislação em vigor.

Campo Verde – MT,01 de novembro de 2022.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO N° 157/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**na modalidade Pregão (presencial) **n° 157/2022** a se realizar no **dia 11/11/2022 às 14horas na sede** da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-4202 ou 3419.2067.Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 01 de novembro de 2022.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 083/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 083/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS TIPO DRONE, que teve como vencedora a empresa CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA – ME, CNPJ nº 12.467.040/0001-27, com o valor de R$ 73.850,00 (setenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais). Campo Verde, 01 de novembro de 2022. Fabrícia R. Zago – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DECRETO Nº 000198/22 DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso no exercício das atribuições que lhe foram

conferidas pela Lei Orgânica do Município de CAMPOS DE JÚLIO e autorização contida na Lei Municipal nº 001368/21 de 9 de Dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - Secretaria Municipal de Administração **03.01 - Departamento de Administração**	
(40) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.009-0500 - DIARIAS - CIVIL	20.000,00
(41) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.009-0500 - MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
06 - Secretaria Municipal de Saúde	
06.01 - Fundo Municipal de Saúde	
(243) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.035-0500 - MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
(306) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.023-0500 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.000,00
(235) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.045-0600 - OBRIGACOES PATRONAIS	600,00
(307) 3.3.71.70.00.00.00.00.2.036-0500 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	30.000,00
08 - Secretaria Municipal de Educação	
08.01 - Departamento de Educação	
(468) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.074-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	23.000,00
09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	
09.01 - Departamento de Cultura	
(545) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.006-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.785,00
(531) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.089-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.400,00
Total Suplementação:	**204.785,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - Secretaria Municipal de Saúde

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

(305) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.023-0500 - OBRAS E INSTALACOES	50.000,00
(255) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.045-0600 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	600,00
(309) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.046-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	24.000,00
(274) 3.3.90.34.00.00.00.00.2.038-0500 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE TERCEIRIZACA	30.000,00
(265) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.022-0500 - OBRAS E INSTALACOES	25.000,00
(240) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.035-0500 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	5.000,00
08 - Secretaria Municipal de Educação	
08.01 - Departamento de Educação	
(447) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.083-0500 - MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
(450) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.083-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
(452) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.085-0500 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
(454) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.085-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
(451) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.085-0500 - DIARIAS - CIVIL	2.000,00
(453) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.085-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00
09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	
09.01 - Departamento de Cultura	
(538) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.005-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	500,00
(537) 3.3.90.33.00.00.00.00.1.005-0500 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	500,00
(536) 3.3.90.31.00.00.00.00.1.005-0500 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	1.000,00
(535) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.005-0500 - MATERIAL DE CONSUMO	3.785,00

09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

09.01 - Departamento de Cultura

(530) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.089-0500 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 1.400,00

90 - Reserva de Contingência

90.99 - Reserva de Contingência

(658) 9.9.99.99.00.00.00.00.9.999-0500 - RESERVA DE CONTINGENCIA 20.000,00

(658) 9.9.99.99.00.00.00.00.9.999-0500 - RESERVA DE CONTINGENCIA 20.000,00

Total Anulação: 204.785,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANIPrefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 78, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais faz saber que fica retificado a data da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para constar onde se lê no dia 04 de novembro de 2022, a partir das 18:00h, passa a ser lido **doravante como no dia 11 de novembro de 2022, a partir das 18:00h**, no Centro Cultural Ricieri Masutti, com o objetivo de apresentar os novos limites do perímetro urbano de da área de expansão urbanística do município de Campos de Júlio - MT, permanecendo inalterados os demais dispositivos do sobredito edital.

Campos de Júlio, 01 de novembro de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 312/2022

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de Motorista de Ambulância, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 2.439,17 (Dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dezessete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 01- Fundo Municipal de Saúde

Projeto / Atividade: 2.038 Gerenciamento das Atividades do Hospital Municipal.

Dotação 268 - 3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0500- Contratação para Tempo Determinado.

Dotação 227 - 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0500 – Obrigações Patronais.

DA VIGÊNCIA: 26/10/2022 à 26/10/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE e SIDNEY GOMES DE SOUZA / CONTRATADO.Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

PORTARIA Nº. 268, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA QUE MENCIONA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 134 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o atestado médico concedendo licença maternidade à servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade à **MARIA INÊS GOLFETTO ZANELLA,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada ao cargo de provimento efetivo de Enfermeira, através da Portaria nº. 077, de 01 de abril de 2012, pelo prazo de 120 dias, computados a partir do dia 31 de outubro do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de outubro de 2022.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

RESOLUÇÃO Nº 002/2022/CMDCA

Dispõe sobre a Comissão para inscrição das Entidades e/ou Programas no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 13 de setembro de 2022, Ata nº 060/2022/CMDCA.

CONSIDERANDO o uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°402, de 24 de agosto de 2009 e sua alteração pela Lei Municipal nº 543, de 20 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Fica definida a Comissão para Inscrição das Entidades e/ou Programas no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo composta pelas seguintes conselheiras: Maria de Fátima Menegassi Cassol, Idonete Rodrigues de França e Maria do Carmo Souza.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos de Júlio, 01 de novembro de 2022

Grazielle Pereira de Oliveira da Luz Teodoro Presidente do CMDCA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 77, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais faz saber que fica retificado a data da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para constar onde se lê no dia 03 de novembro de 2022, a partir das 18:00h, passa a ser lido **doravante como no dia 10 de novembro de 2022, a partir das 18:00h**, no Centro Cultural Ricieri Masutti, com o objetivo de apresentar o Projeto de Lei que trata da nova Planta Genérica de Valores Municipal, permanecendo inalterados os demais dispositivos do sobredito edital.

Campos de Júlio, 01 de novembro de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

CREDENCIAMENTO Nº 03/2022 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022 TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 03/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público para conhecimento dos interessados a relação atual de credenciados no Processo de Credenciamento nº 03/2022, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para contratações frequentes de **serviços de conservação, serviços de jardinagem, pedreiros, serventes de pedreiro, serralheiros, pintores, tratoristas, motoristas de caminhão, motoristas de veículos de transporte de passageiros, operadores de máquinas, mecânicos, auxiliares de mecânico, eletricistas automotivos e prediais**, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

1- Motorista de Transporte escolar	
SEVERINO ALVES DO NASCIMENTO	CNPJ 40.952.455/0001-21
ALESSANDRO MIRANDA DO NASCIMENTO	CNPJ 46.321.044/0001-46
ALCERI BARBOSA DOS SANTOS	CNPJ 42.782.924/0001-37
ROSENILDO FONTANELLI SOUZA	CNPJ 45.582.266/0001-28
JM TRANSPORTES	CNPJ 45.660.300/0001-35
SIDNEI BENACCHIO	CNPJ 46.097.505/0001-17
HUMBERTO CAVALCANTE KLITSKE	CNPJ 43.924.920/0001-09
BRUNO SILVA DE OLIVEIRA	CNPJ 47.404.650/0001-66
FABIO CAMPOS DE OLIVIRA	CNPJ 47.398.522/0001-57
JULIANO ARAUJO DA SILVA	CNPJ 47.400.398/0001-57

2- Pedreiro.	
PEDROCIAN COSTA TOMAZ	CNPJ 33.818.073/0001-44
OSVALDO GOMES DE OLIVEIRA	CNPJ 12.557.459/0001-70
JORGEMILIO RIBEIRO DA LUZ	CNPJ 44.752.508/0001-11
GETULIO ELIZEO CASSOL	CNPJ 44.074.427/0001-00
JOSIMAR DELFINO CORREA	CNPJ 45.027.043/0001-07
ORLANDO MENDES NERY DE OLIVEIRA	CNP 22.770.126/0001-88
VALDINEI ALVES PEREIRA	CNPJ 42.055.977/0001-56
CARLOS ALBERTO LIMA DA CRUZ	CNPJ 45.637.053/0001-56
DARCI GOMES DA SILVA	CNPJ 46.038.392/0001-89
CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS	CNPJ 46.592.349/0001-60
LUCIANO GOMES DE OLIVEIRA	CNPJ 46.866.459/0001-73

3- ELETRICISTA PREDIAL	
ERIC BRUNO DE MELLO	CNPJ 46.925.143/0001-05

4- Serviços de Pintor	
JANIELISON PINTURAS	CNPJ 46.840.908/0001-04

5- Serviços de Conservação	
VALDIRENE DOS SANTOS	CNPJ: 32.603.397/0001-00
ERICA MARIANO TAVARES	CNPJ 45.314.004/0001-82
LUCIENE FRANCISCO DA SILVA	CNPJ 41.371.447/0001-54
WANDERLEY SILVA COSTA	CNPJ 44.512.313/0001-02
MARIA EDILEUZA DA SILVA	CNPJ 34.222.055/0001-68
JOELMA SOUZA VIEIRA	CNPJ 42.469.591/0001-35
GENI DE ARAUJO TOLEDO	CNPJ 40.671.484/0001-15
CICERO APRIGIO DA SILVA	CNPJ 41.262.364/0001-27
JOSE CICERO DA SILVA	CNPJ 38.596.934/0001-00
NISONITA BEZERRA	CNPJ 43.257.689/0001-47

EDESIO JOSE DA SILVA	CNPJ 45.540.266/0001-65
LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO	CNPJ 45.392.789-0001-01
EDIGAR CAVALCANTE LAGOA JUNIOR	CNPJ 33.036.469/0001-30
MARIA GILVANETE BARBOSA DA SILVA	CNPJ 43.688.462/0001-56
MONTANA MARIA APRIGIO DA SILVA	CNPJ 43.060.996/0001-33
MARIA ELIZABETE FIRMINO DOS SANTOS	CNPJ 32.245.385/0001-43
LEIDILENE FARIAS	CNPJ 31.464.011/0001-56
LINDOMARCIA PEREIRA PRESTES	CNPJ 45.159.939/0001-31
MARIA DE FATIMA VALERIA DA SILVA	CNPJ 41.708.614/0001-00
VALDETE MARQUES DA ROCHA PERUCHI	CNPJ 45.500.752/0001-50
MIRENI BATISTA DA SILVA	CNPJ 43.286.679/0001-30
ELESSANDRA FARIAS NASCIMENTO	CNPJ 31.464.129/0001-84
LEONORA MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA	CNPJ 44.158.288/0001-00
SUZILENE DA SILVA VALMORBIDA	CNPJ 43.643.183/0001-76
LORENI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 41.220.956/0001-86
SILVANIA PAULA DE CUNHA CASTRO	CNPJ 41.968.664/0001-26
ALDERIANE SILVA DE FARIAS	CNPJ 36.296.539/0001-87
ELENICE DOS SANTOS	CNPJ 42.865.314/0001-05
ANA PAULA DE OLIVEIRA SOUZA COSTA	CNPJ 34.696.727/0001-77
ERICA SANTANA FILOMENA	CNPJ 41.605.691/0001-34
ROSA LUSIA DO CARMO	CNPJ 42.188.815/0001-96
VIVIANE TAVARES DA SILVA	CNPJ 42.864.316/0001-71
JAILSON DA SILVA NASCIMENTO	CNPJ 34.671.344/0001-19
ELIZAI DE ARAUJO TOLEDO	CNPJ 32.656.624/0001-58
MARIA JOSE BARBOSA SANTOS	CNPJ 34.836.678/0001-20
EVALDO RAMOS DE ABREU	CNPJ 44.670.631/0001-93
LARISSA DE OLIVEIRA	CNPJ 23.852.107/0001-63
MARCIAN BATISTA DA SILVA NUNES	CNPJ 43.082.439/0001-13
CICERO BERTOLDO	CNPJ 45.174.599/0001-18
JACIELI MOREIRA ALVES	CNPJ 45.510.301/0001-01
EDILENE NOGUEIRA DA SILVA	CNPJ 45.313.305/0001-91
ROSANGELA AFONSO DA SILVA	CNPJ 44.822.271/0001-06
LUZIA APARECIDA DA SILVA	CNPJ 45.751.564/0001-02
ALINE DOS SANTOS LESSE DOMINGOS	CNPJ 45.954.074/0001-03
ROSANA LIMA DA SILVA	CNPJ 41.324.004/0001-02
VERONICA DE ALMEIDA GASPARINI	CNPJ 35.917.290/0001-17
AGRINALDO CARMOS	CNPJ 45.911.076/0001-07
MAEVA DA SILVA	CNPJ 44.101.373/0001-24
REGIANE MARIA VARGAS DE BAIROS	CNPJ 45.576.700/0001-67
REGINALDO NOGUEIRA BISPO	CNPJ 45.725.684/0001-27
JOSE MILTON FRANCISCO DE SOUZA	CNPJ 45.954.470/0001-22
SEILA MARIA MORAES NOGUEIRA	CNPJ 46.182.803/0001-05
CICERO PEDRO DA SILVA	CNPJ 46.229.549/0001-53
MILEIDE KELLY VASCONCELOS GUSMÃO	CNPJ 46.056.114/001-54
CRISTIANE APARECIDA PEREIRA DE FREITAS	CNPJ 46.054.401/0001-25
JACDAIANE FERREIRA CARVALHO	CNPJ 45.320.133/0001-83
ANGELICA PAULA DE CASTRO BARBOSA	CNPJ 31.701.503/0001-18
MARIA ROSILENE BELO DA SILVA	CNPJ 45.934.424/0001-61
FABIO PIROLLA ELIAS	CNPJ 46.222.317/0001-73
MARIA ADRIANA ALVES	CNPJ 46.311.553/0001-66
ELIZANGELA MENDES DA COSTA	CNPJ 46.591.735/0001-38
FRANCISCA MARQUES DE SOUSA MELO	CNPJ 46.565.474/0001-81
ELIZANGELA GONÇALVES DA SILVA	CNPJ 46.681.028/0001-32
FRANCYELE REGINA VARGAS BAIROS	CNPJ 45.549.450/0001-76
LUCIANA MOREIRA DA SILVA	CNPJ 46.893.055/0001-79
CLEMILDA LIMA DA SILVA	CNPJ 47.094.290/0001-43
IVONE ALVES DA SILVA MORAIS	CNPJ 46.935.312/0001-98
GENEANDRA DOS SANTOS SILVA	CNPJ 32.235.684/0001-05
JAKSON DE SOUZA RODRIGUES	CNPJ 47.399.063/0001-26
THAMIRES DA SILVA	CNPJ 47.368.359/0001-80
FABIO MORAIS ALEXANDRE	CNPJ 48.018.968/0001-71
PAULO DE LIMA MORAES	CNPJ 48.168.328/0001-48

6-Mecânico de maquinas e veiculos pesados	
ODILON LOPES ACIOLI	CNPJ 40.437.838/0001-61
ARLILSON NOBRE AZEVEDO	CNPJ 47.386.036/0001-19

7- Serviços de Eletricista automotivo em geral	
JOSE LUIZ DO NASCIMENTO	CNPJ 35.078.988/0001-96

8- Motorista de trator	
JOSE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA	CNPJ 45.259.254/0001-67
ANTONIO DOS MILAGRES PINTOS SANTOS	CNPJ 48.077.560/0001-70

9- Motorista de caçamba	
LUIZ VANDERLEI MARTINS	CNPJ 45.381.227/0001-62
MARCOLINO CORTEZ DE VARGAS	CNPJ 43002.072/0001-80
ADAIR DUARTE VIEIRA	CNPJ 45.950.692/0001-77
VALDEMIR JOSE DA SILVA	CNPJ 45.845.382/0001-92
AFRANIO DELFINO DAS NEVES	CNPJ 47.995.676/0001-26
JORGE OLIVEIRA CUNHA	CNPJ 48.399.278/0001-00

10- Operador de maquinas pesadas	
TAELHEN RAMALHO VON STEIN	CNPJ 40.523.728/0001-12
TIAGO SOUZA BOSSI	CNPJ 44.626.579/0001-78
MAYKON RODRIHUES DE ARAÚJO RUIZ	CNPJ 43.956.497/0001-29

11- Serralheiro	
ODIRLEI MANOEL DA SILVA	CNPJ 41.630.011/0001-32

12- Servente de pedreiro	
ADAILDO SANTOS FEITOZA	CNPJ 42.518.568/0001-49
MATEUS PEREIRA DE ALMEIDA	CNPJ 38.043.630/0001-16
ELSINEI FERNANDES	CNPJ 38.300.589/0001-99
PAULO MANOEL BERTO	CNPJ 43.121.392/0001-50
JEAN DOS SANTOS SILVA	CNPJ 45.992.747/0001-01
JORGE FRANÇA MIGUEL DA SILVA	CNPJ 46.590.752/0001-50
CARLOS AUGUSTO FERREIRA	CNPJ 47.843.562/0001-60
SEBASTIÃO SOUZA SANTOS	CNPJ 32.234.011/0001-22
BRUNO JOSE DA SILVA	CNPJ 47.862.153/0001-01
DEURISVAN VALENCIA DA CONCEIÇÃO	CNPJ 47.915.586/0001-88

13- Auxiliar de mecânico lubrificador	
RODOLFO DO NASCIMETO	CNPJ 27.433.138/0001-30

14- Serviços de jardinagem	
JOSUEL SOARES DA SILVA	CNPJ 40.669.573/0001-27
JOSE ROBERTO PEREIRA SANTOS	CNPJ 28.873.215/0001-36
JOSE CARLOS JOSE DA SILVA	CNPJ 45.271.771.0001-40

Campos de Júlio - MT, 01 de novembro de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 32/202

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRENCIA Nº 003/2022

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA Nº 003/2022

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **concorrência nº 003/2022**, do tipo Maior Oferta, cujo objeto é a **concessão de serviço público precedida ou não da execução de obra do Terminal Rodoviário Municipal, nas áreas de transporte de passageiros, sala da Administração da Concessionária; sala para empresas de transportes de mercadorias e fretes, lojas comerciais diversificadas e lojas de prestação de serviços na área de alimentação, exceto gêneros alimentícios, cuja Concessionária executará todas as atividades necessárias e inerentes à prestação dos serviços** ede acordo com os anexos do Edital, que a realização da sessão pública, anteriormente marcada para o dia **07 de Novembro de 2022, às 13h30min (horário de Brasília)**, fica **SUSPENSA "*SINE DIE*",** até segundo aviso, para alteração do edital e anexos.

Canarana - MT, 01 de Novembro de 2022.

_____

SANDRA MARIA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, MATERIAIS PARA PINTURAS, FERRAMENTAS E EPI'S, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/11/2022.

HORÁRIO: 08H30MIN **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no sítio www.carlinda.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/ ou na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 01 de Novembro de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 079/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: G10 TRANSFORMADORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **38.120.508/0001-04**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULOS 0KM PARA ATENDER AS UNIDADES PERTENCENTES AO MUNUCIPIO DE CARLINDA/MT. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AMBULÂNCIA TIPO D.

COMPLEMENTO A CLAUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO 079/2022.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 319/2022

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica CONCEDIDA Licença Prêmio ao servidor MAURO CESAR LUCA no cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Artigo 2º - A licença a ser gozada se refere ao quinquênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2017/2022: Período de gozo: 01/11/2022 a 29/01/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de novembro de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 278/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica EXONERADA a partir de 31 de Dezembro de 2022 a Senhora MARIA HELENA DE OLIVEIRA no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de novembro de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 279/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - A PEDIDO fica EXONERADA a partir de 30 de Novembro de 2022 a Senhora KEILA CRISTINA BASSETO no cargo de ASSESSOR TÉCNICO, lotada na Secretaria de Assistência Social.

a Senhora KEILA CRISTINA BASSETO no cargo de ASSESSOR TÉCNICO, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de novembro de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 277/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica EXONERADA a Senhora HELENA PEREIRA DA SILVA no cargo de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de novembro de 2022.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 566 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **MARIA HELENA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de CHEFE DE DIVISÃO matricula 4224, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruído de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 2º - Conceder FÉRIAS a servidora **MARIA HELENA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de CHEFE DE DIVISÃO matricula 4224, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruído de **2021/2022.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 577 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **SIRLENE CONCEIÇÃO DE SOUZA PEREIRA**, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem matricula 295, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 18/11/2022 (18 dias)** sendo o terço de férias pago no mês de Outubro/2022. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2021/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 576 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **IVONILDO LIMA BARBOSA**, ocupante do cargo de Educador Físico matricula 4152, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 568 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **IVONE SANTOS DE SOUZA CORREIA**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3284, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2021/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 574 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **FERNANDA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3872, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2021/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 567 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **ODILIO PEREIRA LACERDA**, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária matricula 2798, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruído de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Conceder FÉRIAS ao servidor **ODILIO PEREIRA LACERDA**, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária matricula 2798, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruído de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 565 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **DIANA BELINI MARQUES**, ocupante do cargo de Assistente Social matricula 4121, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo ser usufruído de **03/11/2022 a 02/12/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2021/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 573 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **CLARICE FOSCARIM**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3256, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 570 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **ELIANA GOMES**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3838, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2021/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 569 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **IRIS APARECIDA SAVEDRA DOS ANJOS**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3262, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2021/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 572 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **APARECIDA MONTEIRO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3278, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 575 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **SUELY IMACULADA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo matricula 346, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser usufruída de **01/11/2022 a 30/11/2022**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 035/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 314/2022 de 17 de outubro de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 044/2022, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa HM CIRURGICA LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 30.981.531/0001-73, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 035/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 27 de outubro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 032/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 310/2022 de 13 de outubro de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 158/2021, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 032/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 27 de outubro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 031/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 310/2022 de 13 de outubro de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 164/2021, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 03.652.030/0001-70, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 031/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 27 de outubro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 030/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 309/2022 de 13 de outubro de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 077/2022, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, da Abertura de Pro-

cesso Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 030/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 27 de outubro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 033/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 312/2022 de 14 de outubro de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 076/2022, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa HM CIRURGICA LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 30.981.531/0001-73, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 033/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 27 de outubro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 578 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria de Educação, na data 27 de Outubro de 2022, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dia
4608	Poliana Caroline Ataíde Sampaio	Professora	Filho: Davi Luis Ataide Santana	24/10/2022 27/10/2022	24/10/2022 27/10/2022	02

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 571 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **EVALDENICE ARAUJO DOS REIS** matricula nº 118, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo na data 27 de outubro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 27 de outubro 2022.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO (LAC)

A Prefeitura Municipal de Castanheira/MT, CNPJ nº 24.772.154/0001-60, torna público que requereu junto a Secretaria de Estadual de Meio Ambiente (SEMA), a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), para Substituição de Ponte de Madeira Por Bueiro, nas seguintes localizações: Ponto 1 – Ponte Corgão 01/ Ponto 2 – Ponte Corgão 02/ Ponto 3 – Ponte Corgão 03/ Ponto 4 – Ponte Corgão 04/ Ponto 5 – Ponte Corgão 05/ Ponto 6 – Ponte Corgão 06, ambas Localizadas nas estradas vicinais –Linha 03,zona rural no Município de Castanheira/MT.

Castanheira-MT, 01 de novembro de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JÚNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
RECURSO

PUBLICAÇÃO DAS RESPOSTAS AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO No 001/2022

OSMAR FRONNER DE MELLO, Prefeito do Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são

conferidas por lei, em conjunto com a COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, nomeada pela Portaria no 197/2022 de 21 de Julho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, a PUBLICAÇÃO DAS RESPOSTAS AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO No 001/2022, conforme segue:

DATA DATA NOME PROTOCOLO PEDIDO ARGUMENTOS SITUAÇÃO RESPOSTA RESP.

ANA GABRIELI BRITO DA SILVA

403

25/10/2022

Olá me chamo Ana Gabrieli , quero muito uma vaga onde eu possa aprender juntamente com essas crianças, gosto muito de criança tenho muita paciência em contato com eles . Me dê uma oportunidade

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

ANNE CAROLINY ROSA DA SILVA

407

26/10/2022

Preciso trabalhar essa é minha oportunidade e no momento me encontro desempregada

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

GILBERTO MARQUES DOS SANTOS

405

25/10/2022

Venho através dessa comunicação contesta! A impugnação do cargo do auxília de desenvolvimento infantil. O valor da remuneração está desigual, muito abaixo da base salarial. E isso feri os princípios da constituição Federal. moral,e a desigualdade.

INDEFERIDO

O valor do salário é estabelecido por lei Municipal, aprovada pelos vereadores e respaldada juridicamente. Diante disso, não há atitude a tomar no momento.

31/10/2022

GLEICIELE SANTANA DA SILVA

402

25/10/2022

Sou gleiciele Santana da tenho 34 anos moro na comunidade capão das vacas naci e criei lá quero faser ese concurso e trabalho lá na região.

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA

406

25/10/2022

Verificar sobre a questão da prova de títulos a somatória ficou confusa, pois no

DEFERIDO

Não haverá aplicação de prova didática, o edital passará por retificação.

31/10/2022

JOVANA DA SILVA NOGUEIRA

404 25/10/2022

Pedagogia

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

discorrer do edital não diz que irá ter porca didática, somente a prova e a dissertação. Grata

JOCILENE ALMEIDA DE ANUNCIAÇÃO

400

25/10/2022

Quero me candidatar e passar no concurso público pra mim ser alguém na vida da uma vida melhor aos meus filhos..

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

KAYO HENRIQUE COSTA CUNHA

409

26/10/2022

No item 10.3. faz referência a nota de corte da prova didática, mas no anexo IV e nem em outra parte do edital consta que terá prova didática. sugiro que retifiquem o item 10.3.

DEFERIDO

Edital será retificado, excluindo as citações de prova didática, sendo que as mesmas não serão aplicadas, tão pouco estão previstas no Edital de Concurso Público.

31/10/2022

LAUCIDE CONRADO DE ARAUJO

401

25/10/2022

Desejo me canditar para o preenchimento de vagas. Curso superior Pedagogo anos inicias

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

MARCIO JOSE PEREIRA DA SILVA

408

26/10/2022

Não consigo fazer inscrição e não tem especificação de vaga para (pcd), pessoas com deficiência!

INDEFERIDO

Manifestação não se refere ao edital.

28/10/2022

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães/MT, 01 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
EDITAL

PUBLICAÇÃO DAS RESPOSTAS AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

OSMAR FRONNER DE MELLO, Prefeito do Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **PUBLICAÇÃO DAS RESPOSTAS AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme segue:

NOME	PROTOCOLO	DATA PEDIDO	ARGUMENTOS	SITUAÇÃO	RESPOSTA	DATA RESP.
ANA GABRIELI BRITO DA SILVA	403	25/10/2022	Olá me chamo Ana Gabrieli , quero muito uma vaga onde eu possa aprender juntamente com essas crianças, gosto muito de criança tenho muita paciência em contato com eles . Me dê uma oportunidade	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022
ANNE CAROLINY ROSA DA SILVA	407	26/10/2022	Preciso trabalhar essa é minha oportunidade e no momento me encontro desempregada	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022
GILBERTO MARQUES DOS SANTOS	405	25/10/2022	Venho através dessa comunicação contesta! A impugnação do cargo do auxília de desenvolvimento infantil. O valor da remuneração está desigual, muito abaixo da base salarial. E isso feri os princípios da constituição Federal. moral,e a desigualdade.	INDEFERIDO	O valor do salário é estabelecido por lei Municipal, aprovada pelos vereadores e respaldada juridicamente. Diante disso, não há atitude a tomar no momento.	31/10/2022
GLEICIELE SANTANA DA SILVA	402	25/10/2022	Sou gleicieleSantana da tenho 34 anos moro na comunidade capão das vacas naci e criei lá quero faserese concurso e trabalho lá na região.	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022
HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA	406	25/10/2022	Verificar sobre a questão da prova de títulos a somatória ficou confusa, pois no discorrer do edital não diz que irá ter porca didática, somente a prova e a dissertação. Grata	DEFERIDO	Não haverá aplicação de prova didática, o edital passará por retificação.	31/10/2022
JOCILENE ALMEIDA DE ANUNCIAÇÃO	400	25/10/2022	Quero me candidatar e passar no concurso público pra mim ser alguém na vida da uma vida melhor aos meus filhos..	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022
JOVANA DA SILVA NOGUEIRA	404	25/10/2022	Pedagogia	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022
KAYO HENRIQUE COSTA CUNHA	409	26/10/2022	No item 10.3. faz referência a nota de corte da prova didática, mas no anexo IV e nem em outra parte do edital consta que terá prova didática. sugiro que retifiquem o item 10.3.	DEFERIDO	Edital será retificado, excluindo as citações de prova didática, sendo que as mesmas não serão aplicadas, tão pouco estão previstas no Edital de Concurso Público.	31/10/2022
LAUCIDE CONRADO DE ARAUJO	401	25/10/2022	Desejo me canditarpara o preenchimento de vagas. Curso superior Pedagogo anos inicias	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022
MARCIO JOSE PEREIRA DA SILVA	408	26/10/2022	Não consigo fazer inscrição e não tem especificação de vaga para (pcd), pessoas com deficiência!	INDEFERIDO	Manifestação não se refere ao edital.	28/10/2022

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães/MT, 01 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022. O Prefeito Municipal de Cláudia/MT - Altamir Kurten, através da sua Presidente de Licitação – Hemilin F. Tiedt, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM SUPERCIAL E SINALIZAÇÃO, DAS DIVERSAS RUAS QUE FALTAM PAVIMENTAR.**Cláudia/MT, 01 de NOVEMBRO de 2022. **ALTAMIR KURTENPrefeito MunicipalHEMILIN FERNANDA TIEDT Presidente da C.P.L.**

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2022

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MARCOS S. BIUDES - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.257.279/0001-03, estabelecida a Rua Dom Pedro I, n.º 244, bairro Jardim Independência, cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.030-020, neste ato representada pelo Srº. **Marcos**

Sacardi Biudes, portador do CIRG n.º 1282173-0 SSP/MT e CIC n.º 995.129.981-49, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2022**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS NOVOS, RECARGAS DE TONERS, UNIDADE DE CILINDRO E KIT DE TINTA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens, quantitativos e valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CARTUCHO DE TINTA COMPATIVEL IMPRESSORA EPSON STYLUS OFFICE TX620FWD - MODELO T140 - CIANO	Un	4	X-FULL	R$ 19,00	R$ 76,00
2	TONER COMPATÍVEL COM BROTHER TN3492 TN890	Un	10	BYQUALY	R$ 89,00	R$ 890,00
3	KIT TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555 - PRETO AMARELO MAGENTA CIANO	Un	10	EPSON	R$ 259,00	R$ 2.590,00
4	CARTUCHO DE TINTA COMPATIVEL IMPRESSORA HP DESKJET 2050 - MODELO 122 - COLOR	Un	30	X-FULL	R$ 92,95	R$ 2.788,50
5	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555 - 70ml - AMARELO	Un	104	X-FULL	R$ 19,00	R$ 1.976,00
6	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555 - 70ml - CIANO	Un	104	X-FULL	R$ 19,00	R$ 1.976,00
7	CARTUCHO DE TINTA COMPATIVEL IMPRESSORA HP DESKJET 2050 - MODELO 122 -PRETO	Un	30	X-FULL	R$ 99,00	R$ 2.970,00
8	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555 - 70ml - MAGENTA	Un	104	X-FULL	R$ 19,00	R$ 1.976,00
9	CARTUCHO DE TINTA COMPATIVEL IMPRESSORA HP DESKJET 2136/ 3636- MODELO 664 - COLOR	Un	34	X-FULL	R$ 84,95	R$ 2.888,30
10	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555 - 70ml - PRETO	Un	97	X-FULL	R$ 19,00	R$ 1.843,00
11	CARTUCHO DE TINTA COMPATIVEL IMPRESSORA HP DESKJET 2136/ 3636- MODELO 664 - PRETO	Un	34	X-FULL	R$ 83,45	R$ 2.837,30
12	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO L365/L375/L395/L555 - 70ml - PRETO	Un	107	EPSON	R$ 69,00	R$ 7.383,00
13	CILINDRO COMPATIVEL IMPRESSORA CANON DCP1602 - DR1060	Un	10	BYQUALY	R$ 69,00	R$ 690,00
14	KIT TINTA ORIGINAL IMPRESSORA HP MODELO 532/617 - PRETO AMARELO MAGENTA CIANO	Un	10	HP	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00
15	KIT TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO DCP-720DW/820DW - PRETO AMARELO MAGENTA CIANO	Un	10	BROTHER	R$ 299,00	R$ 2.990,00
16	KIT TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G3100/G4100/G4110 - PRETO AMARELO MAGENTA CIANO	Un	10	CANON	R$ 299,00	R$ 2.990,00
17	KIT TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G7010 - PRETO+AMARELO+MAGENTA+CIANO	Un	10	CANON	R$ 899,00	R$ 8.990,00
18	premium laser toner cartridge d203u	Un	5	BYQUALY	R$ 149,00	R$ 745,00
19	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO I4160 - Amarelo	Un	5	X-FULL	R$ 19,00	R$ 95,00
20	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO I4160 - Ciano	Un	5	X-FULL	R$ 19,00	R$ 95,00
21	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO I4160 - Magenta	Un	5	X-FULL	R$ 19,00	R$ 95,00
22	TINTA COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO I4160 - Preto	Un	5	X-FULL	R$ 19,00	R$ 95,00
23	TINTA EPSON T544120 T544 PRETO | L3150 L3110 L5190 L3250 L3210 5190 3150 3110 | ORIGINAL 65ML	Un	10	EPSON	R$ 39,00	R$ 390,00
24	TINTA EPSON T544220 T544 CIANO | L3150 L3110 L5190 L3250 L3210 5190 3150 3110 | ORIGINAL 65ML	Un	10	EPSON	R$ 39,00	R$ 390,00
25	TINTA EPSON T544320 T544 MAGENTA | L3150 L3110 L5190 L3250 L3210 5190 3150 3110 | ORIGINAL 65ML	Un	10	EPSON	R$ 39,00	R$ 390,00
26	TINTA EPSON T544420 T544 AMARELO | L3150 L3110 L5190 L3250 L3210 5190 3150 3110 | ORIGINAL 65ML	Un	10	EPSON	R$ 39,00	R$ 390,00
27	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA BROTHER MODELO DCP-720DW/820DW - 108ml - PRETO	Un	10	CANON	R$ 129,00	R$ 1.290,00
28	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G3100/G4100/G4110 - 135ml - PRETO	Un	10	CANON	R$ 99,00	R$ 990,00
29	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G3100/G4100/G4110 - 70ml - AMARELO	Un	10	CANON	R$ 64,00	R$ 640,00
30	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G3100/G4100/G4110 - 70ml - CIANO	Un	10	CANON	R$ 64,00	R$ 640,00
31	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G3100/G4100/G4110 - 70ml - MAGENTA	Un	13	CANON	R$ 64,00	R$ 832,00
32	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G7010 - 170ml - PRETO	Un	10	CANON	R$ 99,00	R$ 990,00
33	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G7010 - 70ml - AMARELO	Un	10	CANON	R$ 99,00	R$ 990,00
34	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G7010 - 70ml - CIANO	Un	10	CANON	R$ 99,00	R$ 990,00
35	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA CANON MODELO G7010 - 70ml - MAGENTA	Un	10	CANON	R$ 99,00	R$ 990,00
36	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO DCP- 720DW/820DW - 48,8ml - AMARELO	Un	10	BROTHER	R$ 169,00	R$ 1.690,00
37	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO DCP- 720DW/820DW - 48,8ml - CIANO	Un	10	BROTHER	R$ 169,00	R$ 1.690,00
38	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON MODELO DCP- 720DW/820DW - 48,8ml - MAGENTA	Un	10	BROTHER	R$ 169,00	R$ 1.690,00
39	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP MODELO 532/617 - 70ml - AMARELO	Un	10	HP	R$ 169,00	R$ 1.690,00
40	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP MODELO 532/617 - 70ml - CIANO	Un	10	HP	R$ 169,00	R$ 1.690,00

41	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP MODELO 532/617 - 70ml - MAGENTA	Un	10	HP	R$ 169,00	R$ 1.690,00
42	TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP MODELO 532/617 - 90ml - PRETO	Un	10	HP	R$ 169,00	R$ 1.690,00
43	TONER CB436AB 36A	Un	4	BYQUALY	R$ 59,00	R$ 236,00
44	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA CANON DCP1602 - TN1060	Un	20	BYQUALY	R$ 49,00	R$ 980,00
45	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 1617 NW	Un	2	BYQUALY	R$ 49,00	R$ 98,00
46	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 5652 - MODELO - TN 3472	Un	50	BYQUALY	R$ 99,00	R$ 4.950,00
47	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 8080 DN - MODELO - TN 650	Un	40	BYQUALY	R$ 79,00	R$ 3.160,00
48	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 8112 - MODELO - TN 3382	Un	28	BYQUALY	R$ 89,00	R$ 2.492,00
49	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER L2520/L2540 - MODELO - TN 2370 / TN 660	Un	45	BYQUALY	R$ 57,95	R$ 2.607,75
50	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP 1020 - LASERJET - MODELO Q2612A (12A)	Un	15	BYQUALY	R$ 59,00	R$ 885,00
51	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP M102 - MODELO CF217A (17A)	Un	40	BYQUALY	R$ 59,00	R$ 2.360,00
52	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP M127FN - LASERJET - MODELO CF283A (83A)	Un	26	BYQUALY	R$ 59,00	R$ 1.534,00
53	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP P1005 - LASERJET - MODELO CB435A (35A)	Un	30	BYQUALY	R$ 59,00	R$ 1.770,00
54	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP P1102/M1132/M1212 - LASERJET - MODELO CE285A (85A)	Un	251	BYQUALY	R$ 59,00	R$ 14.809,00
55	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP PRO 400MFP - MODELO CF280A (280A)	Un	15	BYQUALY	R$ 89,00	R$ 1.335,00
56	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA KYOCERA ECOSYS FS-1020MFP - MODELO TK1112	Un	8	BYQUALY	R$ 59,45	R$ 475,60
57	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA SAMSUNG M2020 - MODELO D111	Un	100	BYQUALY	R$ 87,95	R$ 8.795,00
58	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA SAMSUNG M3375 - MODELO D204	Un	15	BYQUALY	R$ 109,00	R$ 1.635,00
59	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML2165 - MODELO D101	Un	16	BYQUALY	R$ 86,95	R$ 1.391,20
60	TONER COMPATIVEL PARA IMPRESSORA SAMSUNG PRO XPRESS M4070FR - MODELO D203E (10k)	Un	10	BYQUALY	R$ 149,00	R$ 1.490,00
61	Toner Pantum PB-211 EV	Un	10	BYQUALY	R$ 290,00	R$ 2.900,00
62	TONER TK-1172 1175 P/ KYOCERA M2040DN M2640IDW M2540 2040	Un	5	BYQUALY	R$ 79,00	R$ 395,00
63	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 1617 NW	Un	5	BYQUALY	R$ 69,00	R$ 345,00
64	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 5652 - MODELO - DR 3440	Un	30	BYQUALY	R$ 99,00	R$ 2.970,00
65	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 8080 - MODELO - DR 620	Un	20	BYQUALY	R$ 79,00	R$ 1.580,00
66	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 8112 - MODELO - DR 3302	Un	18	BYQUALY	R$ 99,00	R$ 1.782,00
67	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA BROTHER L2520/L2540 - MODELO - DR 2340	Un	30	BYQUALY	R$ 69,00	R$ 2.070,00
68	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA HP M102 - MODELO CF219A (19A)	Un	20	BYQUALY	R$ 89,00	R$ 1.780,00
69	UNIDADE DE CILINDRO COMPATIVEL PARA IMPRESSORA SAMSUNG M3375 - MODELO R204	Un	15	BYQUALY	R$ 119,00	R$ 1.785,00
70	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 1617 NW	Un	15	MSB	R$ 39,00	R$ 585,00
71	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORAS BROTHERS DCP 5652/8080/8112/2520/2540/1602	Un	40	MSB	R$ 49,00	R$ 1.960,00
72	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA 122 - HP COLOR	Un	20	MSB	R$ 29,00	R$ 580,00
73	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA 122 - HP PRETO	Un	20	MSB	R$ 29,00	R$ 580,00
74	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA 664 - HP COLOR	Un	35	MSB	R$ 29,00	R$ 1.015,00
75	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA 664 - HP PRETO	Un	35	MSB	R$ 29,00	R$ 1.015,00
76	RECARGA DE TONER HP LASER JET P1102	Un	12	MSB	R$ 39,00	R$ 468,00
77	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA HP 12/35/36/85/83A	Un	402	MSB	R$ 39,00	R$ 15.678,00
78	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA HP 17A C/ CHIP	Un	80	MSB	R$ 39,00	R$ 3.120,00
79	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA HP 280A C/ CHIP	Un	20	MSB	R$ 39,00	R$ 780,00
80	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA KYOCERA FS1020 - TK1112 C/ CHIP	Un	10	MSB	R$ 59,00	R$ 590,00
81	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG D101 C/ CHIP	Un	30	MSB	R$ 59,00	R$ 1.770,00
82	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG D111 C/ CHIP	Un	60	MSB	R$ 59,00	R$ 3.540,00
83	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG D203 C/ CHIP	Un	15	MSB	R$ 119,00	R$ 1.785,00
84	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG D204 C/ CHIP	Un	10	MSB	R$ 89,00	R$ 890,00
85	RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORAS BROTHERS DCP 5652/8080/8112/2520/2540	Un	464	MSB	R$ 49,00	R$ 22.736,00
						R$ 204.423,65

1.2 - Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 01/11/2022 até 01/11/2023.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos Materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2022**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser entregues/executados nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 48 **(quarenta e oito) horas após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2022**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2022** e a proposta da empresa **MARCOS S. BIUDES - EIRELI,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia– MT, 11 de Novembro 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARCOS S. BIUDES - EIRELI

EMPRESA

Marcos Sacardi Biudes

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: TANIA BORGES ARAÚJO

CPF: 020.862.761-84

NOME: TAINA DE SOUZA

CPF: 056.371.481-63

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 001, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de membros para compor a Comissão de Avaliação do Programa de Incentivo a Melhoria da Qualidade e Resolutividade – PIMQUARS, conforme Lei nº 889, de 03 de novembro de 2021.

JANAÍNA PEIXOTO ANGELO GIMENES DA SILVA, Secretária Municipal de Saúde de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE,

Art. 1º Designar para compor a Comissão de Avaliação do Programa de Incentivo e Melhoria da Qualidade e Resolutividade – PIMQUARS nos termos da Lei nº 889, de 03 de novembro de 2021, os membros a seguir:

1. Derli Haubert - Agente Comunitário de Saúde - Matrícula 2126

2. Francieli Vareschini - Enfermeira - Matrícula 2278

3. Silvia Mariza Togo Albertini - Médica – Matrícula 1863

Art. 2º A Comissão acima instituída desenvolverá suas atividades conforme o disposto na lei que a constituiu.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA/MT,

Em 25 de outubro de 2022.

JANAÍNA PEIXOTO ANGELO GIMENES DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde - Decreto nº 559/2021

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 01310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, snºCentro, CLÁUDIA – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Srº. **ALTAMIR KURTEN,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado a empresa **AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 06.936.513/0001-95, estabelecida na Rua Ceará, nº 616, bairro Jardim Da Oliveiras I, cidade de São José Dos Quatro Marcos/MT, neste ato representada pelo Srº. **Valdiney Leão De Lima**, portador do CIRG nº 1120810-4 SSP/MT e

CIC nº 839.203.581-04, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA – MT, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2022,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, INCLUINDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL, NOS PADRÕES PARA APROVAÇÃO NA SECRETARIA DE ESTADO E DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SINFRA – MT), O QUAL CONTEMPLARÁ AS ESTRADAS MUNICIPAIS DARLENE, VALDIRENE, CURUÁ, KENO 01 E KENO 06, TOTALIZANDO UM TRECHO APROXIMADO DE 100 KM,** sendo na oportunidade o registro dos itens mencionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONTENDO: - PROJETO GEOMÉTRICO; - PROJETO DE TERRAPLANAGEM; - PROJETO DE DRENAGEM; - PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS; - PROJETO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL; - PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO; - PROJETO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL; - ORÇAMENTO DA OBRA (PADRÃO SINFRA-MT)	KM	100	R$ 10. 700,00	R$ 1. 070. 000,00

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 01/11/2022 até 01/11/2023.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CLÁUDIA não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2022 – REGISTRO DE PREÇOS,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- O pagamento dos serviços contratados será realizado, apenas, após a aprovação do projeto junto ao órgão concedente, podendo ser parcelado em até 12 (doze) vezes, acompanhados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante, que é parte integrante do Edital e desta Ata.

4.3. A empresa contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após o recebimento da solicitação expedida pela Secretaria interessada e **finalizar em até 30 (trinta) dias.**

4.4. Ficará a cargo da contratada todas as despesas diretas ou indiretas para realização do serviço, incluindo a troca dos serviços que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.5. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.5. Os itens licitados deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato ou da ARP.

4.6. O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 -DO MUNICÍPIO:

5.1.1. Utilizar-se dos serviços observando o disposto na Ata de Registro de preços; 5.1.2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão; 5.1.3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Agendamentos ou requisições. 5.1.4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor "fiscal de contrato" designado por Portaria do senhor Prefeito.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1 - A empresa vencedora do certame (Detentora da Ata) obriga-se a: a) Atender as ordens de prestação dos serviços (requisições), prestando os serviços constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas na cláusula I desta Ata, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura desta Ata de Registro de Preços; b) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta ata, sem prévia anuência do Município; c) Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; d) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital; e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente. **5.2.2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONTENDO: - PROJETO GEOMÉTRICO; - PROJETO DE TERRAPLANAGEM; - PROJETO DE DRENAGEM; - PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS; - PROJETO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL; - PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO; - PROJETO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL; - ORÇAMENTO DA OBRA (PADRÃO SINFRA-MT)	KM	100	R$ 10. 700,00	R$ 1. 070. 000,00

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;

c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, aces-

sória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IPCA.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços será rescindida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 ou qualquer dos motivos elencados nos incisos I, II, IV, V, IX, X, XI, XII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços também poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.6. Por comum acordo entre as partes, desde que seja conveniente para Administração Pública.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A contratada reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 a 79, da Lei n° 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2022**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

14.1.1 A fiscalização ficará a cargo do servidor **Felipe Faustino Kunz,** nomeado através de Portaria**.**

14.2 A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata: o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2022 – REGISTRO DE PREÇOS, bem como** a proposta da empresa **AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA – MT, 01 de Novembro de 2022.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Valdiney Leão De Lima

EMPRESAPROMITENTE FORNECEDORA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: TANIA BORGES ARAÚJO

CPF: 020.862.761-84

NOME: TAINA DE SOUZA

CPF: 056.371.481-63

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

RESOLUÇÃO CMDCA N° 04/2022.

Resolução CMDCA n° 04/2022.

"Dispõe sobre convocação da A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**"**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocalinho- MT, no uso de suas competências legais e considerando a da Lei Municipal nº. 715/2015, de 03 de março de 2.015 e a Lei Federal nº. 8. 069, de 13 de julho de 1990 (ECA), e a deliberação, por unanimidade dos Conselheiros presentes na plenária da reunião extraordinária no dia 01 de Novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), registrada na Ata nº 007/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 17/11/2022, na cidade de Cocalinho das 13h00min às 17h00min, no Auditório da Educação, situado a Rua Serafim Pereira da Silva, s/nº, Bairro Terra Firme, tendo como tema central **"*Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade*".**

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Cocalinho-MT, 01 de Novembro de 2022.

Ronaires Machado Ferraz

Presidente do CMAS

SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea "d", Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que o aumento hora mencionados estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou um aumento no percentual do ETANOL 6.8% (seis ponto oito porcento) aumento de preço autorizado através da Petrobras previsão na ata na clausula decima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausula, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve aumento nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 3,72	R$ 3,97

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 31 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO – MT.

CONTRATADA: E. PEREIRA DE BARROS SERVIÇOS E LOCAÇÕES

CNPJ nº 37.920.472/0001-72

VALOR TOTAL: R$164.000,50 (Cento e Sessenta e Quatro Mil Reais e Cinquenta Centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CODIGO REDUZIDO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	SALDO DISPONIVEL
775	08.01	15.452.0004	1015	33.90.39.00.00	600.000,00
776	08.01	15.452.0004	1015	33.90.39.00.00	100.000,00
1077	08.01	15.451.0004	1015	33.90.39.00.00	250.000,00

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para locação de horas trabalhadas de maquinas pesadas, com finalidade de suprir a demanda da falta de equipamentos, tais como segue: (retroescavadeira, rolo compactador liso, spreed e vassourão), em bom estado

de conservação, lubrificantes e manutenção às expensas da contratada, de acordo com as especificações e detalhamentos do Edital de Carta Convite nº 008/2022.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 3 (três) meses a partir da data de sua assinatura.

COCALINHO – MT, 01 DE NOVEMBRO de 2022.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO CMDCA N° 05/2022.

Resolução CMDCA n° 05/2022.

''Dispõe aprovação dos membros da Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**''**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocalinho- MT, no uso de suas competências legais e considerando a da Lei Municipal nº. 715/2015, de 03 de março de 2.015 e a Lei Federal nº. 8. 069, de 13 de julho de 1990 (ECA), e a deliberação, por unanimidade dos Conselheiros presentes na plenária da reunião extraordinária no dia 01 de Novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), registrada na Ata nº 007/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os membros da Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a seguir;

Ronaires Machado Ferraz, Iolanda Cavalcante de Oliveira, Denise Ferreira dos Reis Abreu, Jéssica Sena da Silva, Naira Rosana Noronha Borges Coelho, Rosimeire José Alexandre.

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Cocalinho-MT, 01 de Novembro de 2022.

Ronaires Machado Ferraz

Presidente do CMAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2,206/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2,206/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor em cargo de Comissão e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado no cargo em comissão de **DIRETOR DE DIVISÃO DE TRÂNSITO RODOVIÁRIO MUNICIPAL** de livre nomeação e exoneração, a senhorita **ISABELLA PEREIRA DA SILVA**, portador da CI-RG nº 7109704, SSP/GO e CPF nº 061.397.151-56.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS UM DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA N° 06/2022.

Resolução CMDCA n° 06/2022.

''Dispõe sobre aprovação dos Regimento Interno da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**''**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocalinho- MT, no uso de suas competências legais e considerando a da Lei Municipal nº. 715/2015, de 03 de março de 2.015 e a Lei Federal nº. 8. 069, de 13 de julho de 1990 (ECA), e a deliberação, por unanimidade dos Conselheiros presentes na plenária da reunião extraordinária no dia 01 de Novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), registrada na Ata nº 007/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme anexo I;

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Cocalinho-MT, 01 de Novembro de 2022.

Ronaires Machado Ferraz

Presidente do CMAS

ANEXO I: REGIMENTO INTERNO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCALINHO/ MT

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art. 1º. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi convocada por meio da Resolução N.º 04/2022, de 01 de Novembro de 2022 publicada no 01/11/2022, organizada pela Comissão Organizadora .

Art. 2º. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será Presidida pela (o) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e na sua ausência pela Vice-Presidente e reger-se-á pelas normas deste Regimento.

Art. 3º. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 17/11/2022, na cidade de Cocalinho das 13h00-min às 17h00min, no Auditório da Educação, situado a Rua Serafim Pereira da Silva, s/nº, Bairro Terra Firme, tendo como tema central ***''Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade''.***

CAPITULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo geral:

Promover ampla mobilização social nas esferas municipal, estadual/Distrito Federal e nacional para refletir e avaliar os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças, adolescentes e de suas famílias e para a construção de propostas de ações e políticas públicas que garantam os seus direitos no contexto pandêmico e pós-pandemia.

Os objetivos estratégicos são:

Identificar os desafios a serem enfrentados durante e pós-pandemia da Covid 19;

Definir ações para garantir o pleno acesso de crianças e adolescentes às políticas sociais durante e após a pandemia, considerando as especificidades/diversidades;

Refletir sobre as dificuldades vivenciadas pela rede de promoção, proteção e defesa dos direitos para o enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico.

Formular propostas de enfrentamento às consequências das violências contra crianças e adolescentes agravadas pela pandemia da Covid-19;

Promover/garantir a participação de crianças e adolescentes no processo de discussão sobre os reflexos da pandemia da Covid-19 em suas vidas, bem como na definição de medidas para enfrentamento das vulnerabilidades identificadas;

Refletir sobre a necessidade de ampliação do orçamento destinado às ações, programas e políticas de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente, considerando os reflexos da pandemia da Covid-19;

Aprofundar a discussão sobre o papel dos conselhos de direitos na deliberação e controle social das ações e políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia.

CAPITULO III DO TEMÁRIO

Art. 5º. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocalinho-MT terá como tema **"*Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade.*"** e será desenvolvidaconforme tema e eixos orientadores, definidos pelo CONANDA, e constantes do Documento Base da XII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a saber:

Eixo 1: Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós- pandemia;

Eixo 2: Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19;

Eixo 3: Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia;

Eixo 4: Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico;

Eixo 5: Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e após a pandemia de Covid-19;

CAPITULO IV

DOS PARTICIPANTES, DO CREDENCIAMENTO E DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Art. 6º. São 04 (quatro) categorias de participantes.

I - Delegados (as) inscritos (as), conforme Art. 7º e 8º deste Regimento; II - Delegados (as) natos (as) Conselheiros (as) do CMDCA, com direito a voz e voto; III - Convidados (as) pelo CMDCA com direito a voz, mas sem direito a voto; IV - Acompanhantes e/ou responsáveis por pessoas com deficiência e pelas crianças, com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 7º. São **delegados (as)** da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocalinho/MT com direito a voz e voto:

I. Adolescentes e Crianças, se possivel considerar-se a diversidade: etária, étnico-racial, religiosa territorial (urbano e rural), gênero, orientação sexual, com deficiência, indígenas, povos da floresta e das águas, quilombolas, ciganos, em situação de rua, em cumprimento de medida socioeducativa, em acolhimento institucional, e com referentes adultos encarcerados; II. Conselheiros (as) dos direitos da criança e do adolescente; III. Conselheiros (as) tutelares;

Art. 8º. As inscrições dos Delegados (as) para participarem da IV Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, dar-se-á por meio de apresentação pessoal e preenchimento da ficha de inscrição a serem enviadas ao CMDCA, no prazo entre do dia 03/11/2022 a 17/11/2022 até as 8h00-min, como limite máximo para o credenciamento dos (as) delegados (as) da IV Conferência**.**

Art. 9º. O credenciamento dos (as) delegados (as) e convidados (as) será realizado no no Local da realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente noAuditório da Educação, situado a Rua Serafim Pereira da Silva, s/nº, Bairro Terra Firmena cidade de Cocalinho/MT.

Art. 10. Para efetivar o seu credenciamento, os (as) delegados (as) e convidados (as) deverão apresentar documento de identificação oficial, com foto, com exceção feita para as crianças e os adolescentes que não forem portadores deste tipo de documento.

Art. 11. Em hipótese alguma será fornecida segunda via do crachá.

Art. 12. Somente receberá o certificado da IV Conferência Muncipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dos (as) delegados (as), convidados (as) e acompanhantes das pessoas com deficiência que participarem de 75% das atividades, cuja comprovação da participação dar-se-á mediante o credenciamento, frequência registrada nas Plenárias, Palestra Magna e nos Grupos de Trabalho, por meio de listas de presença.

Parágrafo único. Os certificados serão entregues as 17h00min do dia 17 de novembro , no local da realização do evento .

CAPITULO V

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 13. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá a seguinte organização: (sugestão)

I - Abertura solene; II - Plenária para Leitura e Aprovação do Regimento Interno; III - Palestra Magna; IV - Apresentação dos Eixos Temáticos; V - Grupos de Trabalho; VI - Plenária para Apresentação e Aprovação das Propostas Deliberadas nos grupos de Trabalho para a XI Conferência Estadual e Eleição dos Delegados Municipais para participar da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; VII - Plenária Final para apresentação dos Resultados da Conferência Municipal, Apresentação das Propostas aprovadas e Delegados (as) Eleitos (as), para etapa estadual. **CAPITULO VI**

DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 14. Os Eixos Temáticos da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contarão com 05 (cinco) Grupos de Trabalho, com no máximo 15 (quinze) participantes, com listagem em local de fácil visualização.

Art. 15. Os Grupos de Trabalho terão a seguinte organização:

§1º. Os (as) delegados (as) e convidados (as) deverão optar pelo Grupo de Trabalho no ato do credenciamento, respeitando-se o limite de 15(quinze) inscritos em cada Grupo;

§2º. Nos Grupos de Trabalho dos (as) delegados (as) terão direito a voz e voto, enquanto os (as) convidados (as) e acompanhantes/responsáveis terão direito a voz.

§3º. Cada um dos 05 (cinco) Grupos de Trabalho contará com um (a) Coordenador (a)/Facilitador (a), indicado (a) pelo CMDCA, que conduzirá os trabalhos no dia e horário estabelecidos na programação, devendo apresentar aos participantes o eixo temático definido para o Grupo, estimulando a participação e discussão do Grupo, verificar se a fala dos (as) participantes (as) é coerente com a temática do Grupo, para alcance dos seus objetivos e deverá se responsabilizar por entregar as Propostas/Deliberações à Coordenação da IV Conferência Muncipal.

§4º. Cada um dos 05 (cinco) Grupos de Trabalho contará com a participação de 05 (cinco) Relatores, sendo 01 Conselheiro (as) ou Convidado

(as) do CMDCA e 01 escolhido dentre os seus participantes, para registro das propostas consensuais, preenchimento do instrumental próprio de registro das propostas/deliberações a ser encaminhado à Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal, imediatamente após o término dos trabalhos do Grupo.

§6º. Cada um dos 05 (cinco) Grupos de Trabalho contará, ainda, com a participação de 01(um) Apoio, indicado pelo CMDCA, que terá como função auxiliar o Coordenador (a) /Facilitador (a) e os Relatores, responsabilizando-se pelo registro da frequência dos participantes do Grupo, registrando as inscrições para manifestação e controle do tempo.

§7º. Nos Grupos de Trabalho serão permitidas intervenções orais, desde que solicitadas as suas inscrições, e cada intervenção ocorrerá no tempo máximo de 02(dois) minutos.

§8º. Iniciado o período de votação das propostas/deliberações, não será permitida nenhuma intervenção.

§9. As moções deverão ser apresentadas exclusivamente por delegados (as) credenciados e deverão ser de âmbito municipal, estadual ou nacional. Deverão ainda ser extraídas nos Grupos de Trabalho e poderão ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

§10. As moções, para serem submetidas à Plenária, deverão ser aprovadas pela maioria simples (50% mais um) dos participantes dos Grupos de Trabalho.

§11. As moções que cumprirem os requisitos descritos nos parágrafos 09 e 10 deste Regimento Interno deverão ser entregues à Comissão Organizadora, pelo Coordenador (a) /Facilitador (a) do Grupo, ao final dos trabalhos, juntamente com as Propostas/Deliberações**,** quando serão incluídas na pauta da Plenária a ser realizada no dia 17 de Novembro de 2022.

§12. Compete aos Relatores de cada Grupo de Trabalho, juntamente com a **Comissão Organizadora** responsabilizar-se por todo o material produzido nos Grupos de Trabalho (Propostas/Deliberações e Moções), a serem encaminhados para análise, discussão e aprovação na Plenária prevista na Programação para ser realizada de **13hmin às 17h00min** do dia 17 de novembro de 2022.

Art. 16. Os 5 (cinco) Grupos de Trabalho serão divididos por subtemas de acordo com os resultados que se espera alcançar, definidos pelo CONANDA:

Grupo 1. Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós- pandemia;

Perguntas Geradoras:

1. *Quais situações e como as políticas para crianças e adolescentes foram afetadas no seu território no contexto pandêmico?* ***2.*** *Quais ações são necessárias para superar as situações que afetaram as políticas para crianças e adolescentes no contexto pandêmico?* ***3.*** *Sobre o período pós-pandemia, quais ações são necessárias para reparação, promoção e garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes nas áreas da: Educação Saúde Física e Mental Segurança alimentar PrimeiraInfância*

Grupo 2. **Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19;**

Perguntas Geradoras:

1. Neste período houve registro de aumento das violações de direitos de crianças e adolescentes no seu território? É possível fazer este comparativo com o período anterior à pandemia?

2. Sobre o período pós-pandemia, quais ações são necessárias para:

Atendimento a crianças e adolescentes sequelados;

Atendimento a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e comunitária devido à Covid-19 e ao feminicídio;

Atendimento a crianças e adolescentes com ausência de contato nos serviços de acolhimento pela suspensão das visitas presenciais e pela falta de equipamentos para manter contato à distância (exclusão digital);

Atendimento a crianças e adolescentes evadidos ou não matriculados nas escolas, incluindo creche e educação infantil;

Atendimento a crianças e adolescentes em acolhimento;

Enfrentamento ao trabalho infantil;

Atendimento das medidas socioeducativas;

Outros.

Grupo 3. **Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia;**

Perguntas Geradoras:

1. Quais ações são necessárias para garantir o protagonismo de crianças e adolescentes nos diversos espaços de discussão, especialmente nos espaços dos conselhos?

2. Quais ações, estratégias e dinâmicas são necessárias para garantir fala, audiência e deliberação de crianças e adolescentes nos espaços de promoção, deliberação e controle social, inclusive com o uso de novas tecnologias da informação e comunicação?

3. Como garantir a participação ativa de crianças e adolescentes nas decisões judiciais que lhes digam respeito?

4. *Queestratégiassãopertinentesparaampliar a participação ativa de crianças e adolescentes nas escolas?*

Grupo 4. **Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico;**

Perguntas Geradoras:

1. Como e de que forma o período pandêmico afetou o funcionamento dos espaços de participação da sociedade no seu território? Em especial, houve suspensão dos processos de escolha, prorrogação de mandatos, descontinuidade das assembleias dos conselhos de direitos da criança e do adolescente?

2. Como e de que forma o período pandêmico afetou o funcionamento dos conselhos tutelares no seu território?

3. Quais ações a curto, médio e longo prazo são necessárias para o fortalecimento e consolidação da participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes?

Grupo 5. **Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e após a pandemia de Covid-19;**

Perguntas Geradoras:

1. Qual a situação orçamentária do fundo da criança e do adolescente nos municípios, estados/Distrito federal e nacional, considerando o período pandêmico? ***2. Qual a situação orçamentária das políticas públicas que envolvem crianças e adolescentes, considerando o período pandêmico? 3. Que ações são necessárias para garantir recursos para a promoção e garantia de direitos de crianças e adolescentes e reparação das violações aprofundadas com a pandemia de Covid-19? 4. Quais estratégias de monitoramento da execução orçamentária para ações que envolvem crianças e adolescentes podem ser adotadas?*** **Parágrafo único Deverão ser aprovadas 01 (uma) proposta para cada eixo mais 01 (uma) proposta que independente do eixo necessite de prioridade em relação às necessidades e especificidades locais, tota-**

lizando 06 (seis) propostas para serem encaminhadas para XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPITULO VII

DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 17. Serão 03 (três) as Sessões Plenárias da IV Conferência Municpal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I- Plenária para Leitura e Aprovação do Regimento Interno; II - Plenária para Apresentação e Aprovação das Propostas deliberadas nos Grupos de Trabalho e eleição dos (as) Delegados (as) para Etapa Estadual; III - Plenária Final com apresentação dos Resultados da Conferência, Propostas aprovadas para a Etapa Estadual e Delegados (as) Eleitos (as).

Art. 18. A Plenária para Apresentação, Discussão e Aprovação das Propostas Deliberadas nos Grupos de Trabalho para XI Conferência Estadual contará com uma mesa composta por 1 Coordenador (a) e 2 Secretários (as), a serem definidos pelo CMDCA e ainda pelos 5 Relatores definidos nos Grupos de Trabalho.

Art. 19. As discussões e deliberações das propostas na Plenária observarão os seguintes procedimentos:

I. As decisões da Plenária serão tomadas por maioria simples dos (as) delegados (as) presentes na hora da votação;

II. A Coordenação da mesa procederá à leitura do texto das Moções apresentadas, garantindo a cada proponente o tempo de 02 (dois) minutos para a defesa da Moção;

III. Serão concedidos 02 (dois) minutos para a defesa de ponto de vista contrário ao do expositor da Moção, desde que a proposta não tenha sido aprovada po aclamação.

IV. Leitura das deliberações que foram aprovadas nos 5 (cinco) Grupos de Trabalho, que será feita com auxílio de equipamento multimídia;

V. Aprovação das propostas e moções que serão encaminhadas para a Conferência Nacional.

VI. Eleição dos (as) delegados (as), conforme procedimentos constantes no capitulo VI deste.

Art. 20. A Plenária Final contará com uma mesa composta pelo (a) Presidente e Vice Presidente do CMDCA e pelos membros da Comissão Organizadora e deverá fazer a eleição dos (as) delegados (as), apresentar o resultado alcançado com a realização da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Boa e os (as) Delegados Eleitos (as).

CAPITULO VIII

DA INSCRIÇÃO E ELEIÇÃO DOS DELEGADOS (AS) PARA A XI CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 21. A **inscrição** para concorrer para delegado (a) à XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ocorrer nos grupos de trabalhos**.**

Art. 22. Somente será aceita a inscrição de delegados (as) que tiverem sido devidamente credenciados conforme procedimentos constantes no capitulo IV deste.

Art. 23. Somente será permitida a inscrição de delegados (as) para a XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente daqueles (as) delegados (as) municipais que tiverem **participado de no mínimo 75% de toda a -- Conferência Municipal.**

Art. 24. Para cada titular será eleito (a) um suplente.

Art. 25. A eleição dos (as) delegados (as) ocorrerá por categoria.

Art. 26. Serão eleitos (as) 05 delegados (as) titulares e seus respectivos suplentes para a XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CEDCA, a saber:

Nº de Delegados (as)	CMDCA GOV	CMDCA SCO	CT	Adolescentes OU Crianças
05	01	01	01	02

§ 1º - Na ausência de representação de algum segmento, não se poderá ampliar o número de delegados (as) de outros segmentos, ficando em vacância a representação.

§ 2º - No processo de eleição dos delegados e delegadas crianças e/ou adolescentes, deve-se garantir a representatividade de segmentos sociais com maior vulnerabilidade, epresentativos da diversidade brasileira ou ainda invisibilizados frente às políticas públicas.

§ 3º - Os (as) adolescentes eleitos não poderão ter 18 anos completos quando de sua participação na Conferência Estadual e Nacional previstas para ocorrer em julho e dezembro de 2023.

§ 4º - Dentre os (as) Conselheiros (as) de Direito ou Tutelar eleitos (as) como delegados (as) será escolhido 1 adulto que será responsável em acompanhar o (a) Criança/Adolescente na XI Conferencia Estadual.

CAPITULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O presente Regimento será considerado aprovado pela maioria simples dos votos da Plenária específica para este fim, realizada em 18 de OUTUBRO dentre os (as) delegados (as) presentes durante o processo conferencial .

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo (a) Presidente e Vice Presidente do CMDCA.

Cocalinho (MT), 01 de novembro de 2022.

RONAIRES MACHADO FERRAZ

PRESIDENTE DO CMDCA DE COCALINHO / MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT

ATOS DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2022

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 049/2022, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT"**

CONVENIO 13861.260000/1210-03.

Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITEM	VL. TOTAL (R$)
216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 15.631.700/0001-51	15 e 34	1.301,46
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – 00.802.002/0001-02	51 e 54	5.271,16
CENTRO CATARINENSE DE APOIO A AUDIÇÃO EIRELLI – EPP - 02.512.121/0001-48	10	16.000,00
COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI – ME - 10.942.831/0001-36	17	3.391,52
DS ESTETICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA BELEZA LTDA - 29.588.966/0001-73	32 e 70	2.814,94
FISIOMEDICA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME - 05.118.766/0001-99	12, 16, 33, 35, 36, 47, 62, 63, 64 e 66	12.650,00

GO ATACADISTA LTDA – EPP - 44.060.520/0001-65	07	11.899,93
J. RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA-EPP - 84.972.926/0001-39	04	930,00
KOLTUN E ANDERSEN COMERCIO E FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA LTDA – ME - 38.827.942/0001-10	50	7.464,00
LICITA HB INFORMATICA LTDA – ME - 38.422.516/0001-05	60	1.516,00
LICITAFISIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA – EIRELLI - 43.235.370/0001-10	03, 06, 14, 19, 27, 28, 38, 41, 44, 45 e 65	29.272,00
LK MEDICAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES – EIRELLI - 28.767.561/0001-30	18	63.652,00
LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELLI – ME - 42.650.279/0001-07	23, 24, 25, 37, 42, 43, 58 e 61	6.123,80
OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - 33.583.026/0001-69	11, 31 e 52	2.500,00
OLMIR IORIS E CIA LTDA – EPP - 70.429.956/0001-99	08, 40, 53 e 67	10.969,00
OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI – EPP - 22.228.679/0001-03	20, 49, 56 e 59	3.335,00
PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP - 27.806.274/0001-29	46 e 71	3.154,48
SINOMÉDICA COM PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME - 10.317.320/0001-23	01, 03, 05, 30 e 39	6.245,99
VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELLI - 33.419.290/0001-61	29	4.727,56

Colíder/MT, 28 de outubro de 2022.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 213/2022

PORTARIA 213/2022

"Nomeia servidor para exercer cargo em Comissão que especifica e dá outras providências.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de **COORD. DE CULT. DESP. E LAZER**, **EVERTON ROCHA DA SILVA** portador da Cédula de Identidade nº 172****-0 SSP/MT e do CPF: 026.***.***-78, a partir desta data

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos em contrario.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01 de Novembro de 2022.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 089/2022

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: LUCIANO ANTONIO NEVES – 993.155.566-15 - MEI

CNPJ: 47.539.922/0001-35

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO NA ESPECIALIDADE PROFESSOR DE MÚSICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV) DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICPAL DE CURVELÂNDIA – MT.

VALOR: R$: 12.000,00 (Doze Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 23/02/2023.

DATA DE ASSINATURA: 24/10/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. LUCIANO ANTONIO NEVES, Proprietário.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 323/2022

EXONERA COORDENADOR GERAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar HUDSON DE SOUSA NUNES, Matricula funcional 3028, com lotação na secretaria de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 329/2022

EXONERA GERENTE DE ESPORTES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar JOSUÉ FERREIRA DOS SANTOS, matricula funcional 3087, com lotação na secretaria de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 324/2022

EXONERA COORDENADOR GERAL DE FISCALIZAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar ARDOIL ANGELO PEREIRA, Matricula funcional 3116, com lotação na Secretaria municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 328/2022

EXONERA COORDENADOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar MAICON ITALO DE OLIVEIRA SILVA, Matricula funcional 3114, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 334/2022

EXONERA DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonera VITOR DE LAET NUNES, matricula funcional 2965, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 333/2022

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonera FRANCISCA ROSA DO CARMO, matricula funcional 2966 com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 332/2022

EXONERA GERENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar ANA PAULA DE ANDRADE BARBOSA, matricula funcional 3052, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 090/2022

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: EXPEDITO PEREIRA DE FIGUEIREDO – 365.721. 951-04 - MEI

CNPJ: 44.891.258/0001-09

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO AUTOMOTIVA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT.

VALOR: R$: 12.000,00 (Doze Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2022.

DATA DE ASSINATURA: 24/10/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. EXPEDITO PEREIRA DE FIGUEIREDO, Proprietário.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 318/2022

EXONERA SECRETÁRIO DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar ROBERTO SERENINI matricula funcional 2991, com lotação na SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 331/2022

EXONERA COORDENADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonera MAURO FRANCISCO DE MOURA, matricula funcional 2979, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 326/2022

EXONERA GERENTE DE CONTABILIDADE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar LEANDRA MORAES SIQUEIRA, matricula funcional 3018, com lotação na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT - 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 319/2022

EXONERA **GERENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **JOSÉ ENIO ESPANHOLATE SOBRINHO**, matrícula funcional 3111, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 327/2022

EXONERAÇÃO DE GERENTE DE ALMOXARIFADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar GUILHERME LAET MOREIRA, matricula funcional n° 3089, com lotação na Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 320/2022

EXONERA **ASSESOR DE APOIO INSTITUCIONAL CLASSE II** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **ELISABETE BORGES DA SILVA**, matricula funcional 3121 com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelandia -MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 330/2022

EXONERA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar PAMELA CAROLINY VIEIRA ROMANZINI, matrícula 3113, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelandia -MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT comunica às empresas que às **08h00min**, do dia **17/11/2022**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **060/2022**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO (PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E TÍTULOS) PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT.**". O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura ou através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou no site http://www.curvelandia.mt.gov.br maiores informações pelo telefone (65) 3273-1275, das 07:00 as 11:00 horas, 13:00 as 17:00. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 321/2022

EXONERA ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL - CLASSE II, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar ALINE SANTANA DA SILVA, Matricula funcional 2963, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 325/2022

EXONERA DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar LEONILDO DOS SANTOS, matricula funcional 2989, com lotação na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 322/2022

EXONERA DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO e ILUM. PUB, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar MATHEUS FRANCO SILVA, Matricula funcional 3002, com lotação na secretaria de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de outubro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 088/2022

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ: 03.817.702/0001-50

OBJETO: Contratação de Empresa Para Gerenciamento de Peças, Acessórios, Lubrificante, Serviço de Lavagem, Serviço de Borracharia, Serviço de Guincho, Serviço de Torno, Implantação e Operação de um Sistema Via Web Própria da Contratada com Utilização de Cartão Magnético, Através de Rede de Estabelecimento Credenciados Pela Contratada para Atender a Frota de Veículos e Maquinários da Prefeitura Municipal de Curvelândia/Mt.

VALOR: R$: 3.718.087,68 (Três Milhões, Setecentos e Dezoito Mil, Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 16/10/2023.

DATA DE ASSINATURA: 17/10/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. DARIO DA COSTA BARBOSA JÚNIOR, Diretor Administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
DECRETO Nº 234/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no **Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022**, **relacionado no anexo V**, deverá comparecer no prazo de **30 (Trinta)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 13:00h, para assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o **item 15 do Edital Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022**, mas os citados no anexo I, deste decreto.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 26 de Outubro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 234/2022

Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residência
Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial. Para os cargos de **Agente Comunitário de Saúde**, comprovante de residência (água, luz, telefone ou IPTU) em seu nome, desde a publicação do presente edital até posterior convocação, para comprovar a residência na área de atuação e, caso não possuam o respectivo comprovante em seu nome, os candidatos aprovados deverão apresentar uma Declaração de endereço, com firma reconhecida, atestando que desde a publicação do presente edital reside na área de atuação, e lá permanecerá até findar o contrato.
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca... - AUTENTICAÇÃO NO SITE**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-primeir... - AUTENTICAÇÃO (NO SITE)1º GRAU - 2º GRAU**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
DECLARAÇÃO NÃO INFRINGI O EDITAL
Comprovante de Escolaridade
Fotocópia do certificado do curso de qualificação básico para a formação de Agente Comunitário de Saúde até a data de início do contrato
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Salário BRADESCO - **Cópia do Cartão/CONTRATO -** **AG.** **C/S**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
FOTO 3X4 COLORIDA ATUALIZADA

ANEXO II DO DECRETO Nº 234/2022

017 - 017 - ENFERMEIRO - SECRETARIA DE SAÚDE	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
08º	ERICA MARQUES DE ABREU

SETOR RH
DECRETO Nº 236/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2022,PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **30(trinta)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7h as 11h e 13h as 17h, para assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com ao item 16 do Edital nº 005/2022, citado no anexo I deste decreto.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 26 de Outubro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 236/2022

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONFERÊNCIA
Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista **(quando do sexo masculino)**
Cartão do PIS/PASEP. **(Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar);**
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
Declaração da Escola, filhos que estão em sala de aula (filhos 5 a 14 Anos)
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca... - AUTENTICAÇÃO NO SITE**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-primeir... - AUTENTICAÇÃO (NO SITE)1º GRAU - 2º GRAU**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração Não Infringiu as Leis que fundamental este edital.
Comprovante de Escolaridade

Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMITIDA NO SETOR DE RH)**
Conta Salário **(BANCO BRADESCO)**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
FOTO 3X4 COLORIDA ATUALIZADA

ANEXO II DO DECRETO Nº 236/2022

003 - 003 - MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - CATEGORIA "E" - DIAMANTINO	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
003º	ADRIANO MAKOSKI ANDRETTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022

Aos 1 dias do mês de Novembro de 2022, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal , Sr(a). , brasileiro(a), portador do R.G. n.º e inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	CNPJ 05.870.717/0001-08
Endereço RUA JOAQUIM MURTINHO	Nº 1140
Bairro CENTRO SUL	
Cidade CUIABA/MT	CEP 78020290
Email stilusmt@hotmail.com	Telefone (65) 3322-3946
Representante Legal	CPF

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	36635	CADEIRA LONGARINA COM 03 LUGARES - CADEIRA LONGARINA - ESPALDAR ALTO COM APOIADOR LATERAL PARA BRAÇOS, COM 3 (TRÊS) LUGARES, MODELO DIRETOR COM APOIO DE BRAÇOS CROMADOS NAS LATERAIS, CONJUNTO DE CADEIRAS ACOPLADAS LATERALMENTE, COM ASSENTOS E ENCOSTO Detalhamento: CADEIRA LONGARINA COM 03 LUGARES - CADEIRA LONGARINA - ESPALDAR ALTO COM APOIADOR LATERAL PARA BRAÇOS, COM 3 (TRÊS) LUGARES, MODELO DIRETOR COM APOIO DE BRAÇOS CROMADOS NAS LATERAIS, CONJUNTO DE CADEIRAS ACOPLADAS LATERALMENTE, COM ASSENTOS E ENCOSTOS CONFECCIONADOS EM MADEIRA MULTILAMINADA DE APROXIMADAMENTE 12 MM DE ESPESSURA MOLDADA ANATOMICAMENTE, ASSENTOS E ENCOSTOS ESTOFADOS COM ESPUMA INJETADA DE NO MÍNIMO 50 MM E REVESTIDA EM COURO ECOLÓGICO, ESTRUTURA FIXA REFORÇADA EM TUBO DE AÇO CROMADO 50X30, POSSUIR SAPATAS COM REVESTIMENTO EM BORRACHA, MEDIDAS APROXIMADAS: ASSENTO COM PROF. DE 460 MM E LARG. DE 480 MM. ENCOSTO COM LARG. MÉDIA DE 470 MM E ALTURA DE 500 MM, COMPRIMENTO DE 1850 MM	UN - UNIDADE	VLFEX/0210 3L CR BR CR	50,00	2.177,0000	108.850,00
2	36648	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 12.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIR Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 12.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO "A", COMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÕES FLAP E SLEEP, TUBULAÇÃO 1/2 E 1/4, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE, INCLUSO INSTALAÇÃO COM GARANTIA DE 01 (UM) ANO NOS SERVIÇOS	UN - UNIDADE	AGRATTO/ECST12FR4-02	50,00	2.435,0000	121.750,00
3	36671	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - REFEITÓRIO COM 10 LUGARES, COMPOSTO DE MESA E 10 CADEIRAS TAMANHO JUVENIL. A MESA DEVE SER COMPOSTA POR TAMPOS MODULARES FABRICADA EM ABS. INJETADO DE ALTO IMPACTO, FORMADO POR 4 MÓDULOS QUE SE FIXAM A ESTRUTURA POR MEIO Detalhamento: CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - REFEITÓRIO COM 10 LUGARES. COMPOSTO DE MESA E 10 CADEIRAS TAMANHO JUVENIL. A MESA DEVE SER COMPOSTA POR TAMPOS MODULARES FABRICADA	UN - UNIDADE	JOTA/CJR10L	50,00	4.674,0000	233.700,00

		EM ABS. INJETADO DE ALTO IMPACTO, FORMADO POR 4 MÓDULOS QUE SE FIXAM A ESTRUTURA POR MEIO DE ENCAIXES, SENDO 4 ENCAIXES NAS LATERAIS DA MESA (2 DE CADA LADO) E 3 ENCAIXES CENTRAIS POR MODULO E 4 PARAFUSOS POR MODULO. APÓS MONTADA A MESA MEDE 2440X810MM E TEM 760MM DE ALTURA. A ESTRUTURA DEVE SER FORMADA POR UM QUADRO FABRICADO EM TUBO DE AÇO 1010/1020 DE SEÇÃO 20X40MM COM 1,2MM COMPOSTO POR 3 TRAVESSAS E 2 CABECEIRAS. AS PERNAS DEVEM SER FABRICADAS EM TUBO DE AÇO 1010/1020 Ø 1.1/2"X0,9 MM DE PAREDE E ENCAIXADAS SEM O USO DE PARAFUSOS. NA EXTREMIDADE INFERIOR DE CADA PÉ EXISTE DE UMA SAPATA COM REGULAGEM DE ALTURA PARA NIVELAMENTO DA MESA, FABRICADA EM POLIPROPILENO. TODAS AS PEÇAS METÁLICAS QUE COMPÕE A MESA RECEBEM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EM TINTA EPOXI. CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM.					
4	36684	MÁQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM AÇO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, COM PÉS NIVELADORES FRONTAIS, MODELO VERTICAL DOMÉSTICO PARA LAVAR ROUPAS, COM 04 CICLOS, LAVAGEM, MOLHO, ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, COM NO MÍNIMO 04 NÍVEIS DE AG Detalhamento: MÁQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM AÇO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, COM PÉS NIVELADORES FRONTAIS, MODELO VERTICAL DOMÉSTICO PARA LAVAR ROUPAS, COM 04 CICLOS, LAVAGEM, MOLHO, ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, COM NO MÍNIMO 04 NÍVEIS DE ÁGUA, CAPACIDADE PARA 15 KG, CESTO EM POLIPROPILENO, CENTRIFUGAÇÃO MÍNIMA DE 750 RPM, NA VOLTAGEM 220V, 60HZ, NA COR BRANCA, NORMAS ABNT COM GARANTIA DE 01 ANO E MANUAL EM PORTUGUÊS	UN - UNIDADE	COLORMAQ/LCA15	10,00	3.140,0000	31.400,00
5	36690	MESA - DE ESCRITÓRIO COM FORMATO EM ¨L¨, COMPENSADO DE QUALIDADE, COBERTO POR LAMINADO MELAMÍNICO, TAMPO EM MDF, (120 X 140) MM, LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, FITA DE BORDO EM PVC, PARTES METÁLICAS C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA PELO PROCE Detalhamento: MESA - DE ESCRITÓRIO COM FORMATO EM ¨L¨, COMPENSADO DE QUALIDADE, COBERTO POR LAMINADO MELAMÍNICO, TAMPO EM MDF, (120 X 140) MM, LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, FITA DE BORDO EM PVC, PARTES METÁLICAS C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA PELO PROCESSO ELETROSTÁTICO EPOXI-PO, POLIMERIZAÇÃO A 180C, CAMADA MÍNIMA DE 40 MÍCRON, PÉS PUNIDOS DE SAPATAS AJUSTÁVEIS, MONTAGEM ATRAVÉS DE PARAFUSOS AUTO ATARRAXANTES, SENDO 8 OS DO PAINEL EM NÚMERO 4	UN - UNIDADE	VLFLEX/LIGHT	15,00	946,0000	14.190,00

Total: 509.890,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA

_____

MARIA MARGARETH MOSCAL

PORTARIA Nº 155/2022

_____

MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA

PORTARIA Nº 280/2021

_____

RENATO DE SOUZA BEJOS

PORTARIA Nº 42/2021

_____

OLIVIA DA COSTA COELHO

PORTARIA Nº 139/2021

_____

LARISSA AROMA MARTINS

PORTARIA Nº 77/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022

Aos 1 dias do mês de Novembro de 2022, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal , Sr(a). , brasileiro(a), portador do R.G. n.º e inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA	CNPJ 47.169.415/0001-57
Endereço AV DOUTOR MEIRELLES 355-A QUADRA:01 LOTE:A SALA:02 SALÃO: D	Nº
Bairro ALTOS DO COXIPO	
Cidade CUIABA/MT	CEP 78088500
Email rahia.comercio@gmail.com	Telefone
Representante Legal	CPF

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	36622	ARMÁRIO DE COZINHA - AÉREO EM AÇO 4 MM, 3 PORTAS BRANCO, ARTICULADA COM DOBRADIÇAS EM AÇO E NÝLON E ACABAMENTO EM PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, ALTURA: 52CM. LARGURA: 105 CM. PROFUNDIDADE: 28 CM Detalhamento: ARMÁRIO DE COZINHA - AÉREO EM AÇO 4 MM, 3 PORTAS BRANCO, ARTICULADA COM DOBRADIÇAS EM AÇO E NÝLON E ACABAMENTO EM PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, ALTURA: 52CM. LARGURA: 105 CM. PROFUNDIDADE: 28 CM	UN - UNIDADE	TITANIUM A3PM	5,00	580,0000	2.900,00
2	36623	ARMÁRIO DE COZINHA DE AÇO, PARA COPA-COZINHA, BALCÃO, COM 3 PORTAS, 03 GAVETAS, COM PUXADORES, COM 01 PRATELEIRA, PUXADORES EM AÇO CROMADO, COM PÉS EM AÇO CROMADO, EM EPÓXI, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO PARA ENTREGA EM EMBALAGEM APROPRIADA Detalhamento: ARMÁRIO DE COZINHA DE AÇO, PARA COPA-COZINHA, BALCÃO, COM 3 PORTAS, 03 GAVETAS, COM PUXADORES, COM 01 PRATELEIRA, PUXADORES EM AÇO CROMADO, COM PÉS EM AÇO CROMADO, EM EPÓXI, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO PARA ENTREGA EM EMBALAGEM APROPRIADA	UN - UNIDADE	TELASUL	5,00	999,0000	4.995,00
3	36637	CADEIRA LONGARINA COM 05 LUGARES - CADEIRA LONGARINA COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADO EM POLTRONA FIXA SOBRE LONGARINA GIROFLEX MODELO 35 SE 050000 - LONGARINA COM 5 LUGARES PARA SALA DE ESPERA, REVESTIDOS EM ACABAMENTO DO REVESTIMENTO EM VINIL, E Detalhamento: CADEIRA LONGARINA COM 05 LUGARES - CADEIRA LONGARINA COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADO EM POLTRONA FIXA SOBRE LONGARINA GIROFLEX MODELO 35 SE 050000 - LONGARINA COM 5 LUGARES PARA SALA DE ESPERA, REVESTIDOS EM ACABAMENTO DO REVESTIMENTO EM VINIL, ESTOFAMENTO EM ALMOFADAS EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO ESTRUTURA FORMADA POR BARRA EM TUBO DE AÇO OVAL COM AS DIMENSÕES DE (30 X 60)MM., NO MODELO AS BASES DOS PÉS DA LONGARINA, COM 660MM DE COMPRIMENTO E CARACTERÍSTICAS AUTO PORTANTES, RECEBEM REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, COM GARANTIA E COM PINTURA, NA COR AZUL, ESTRUTURA DE ASSENTO E ENCOSTO MÉDIO, MODELO STANDARD, CONCHA ÚNICA EM RESINA DE POLIÉSTER E FIBRA DE VIDRO (MENSOLIT), ESPALDAR, NA COR A DEFINIR E COM 05 ACENTOS	UN - UNIDADE	IDEAL FLEX	20,00	2.150,0000	43.000,00
4	36641	CAMA - BELICHE, DE MADEIRA, DE MOGNO, COM ESTRADO DE MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, MEDINDO (1,90X0,90) M, E ESCADA DE ACESSO CAMA Detalhamento: CAMA - BELICHE, DE MADEIRA, DE MOGNO, COM ESTRADO DE MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, MEDINDO (1,90X0,90) M, E ESCADA DE ACESSO CAMA	UN - UNIDADE	MARIFLOR	20,00	889,0000	17.780,00
5	36643	CARRINHO AÇO INOXIDÁVEL MULTIUSO PARA COZINHA - CARRINHO AUXILIAR - PARA TRANSPORTE, 03 BANDEJAS, MEDIDAS DE 550X800X43, INOX, CARRO DE SERVIÇO INOX, 03 BAND, MEDIDAS 52X80X90 CM Detalhamento: CARRINHO AÇO INOXIDÁVEL MULTIUSO PARA COZINHA - CARRINHO AUXILIAR - PARA TRANSPORTE, 03 BANDEJAS, MEDIDAS DE 550X800X43, INOX, CARRO DE SERVIÇO INOX, 03 BAND, MEDIDAS 52X80X90 CM	UN - UNIDADE	REVITEC	5,00	2.624,0000	13.120,00
6	36675	FERRO DE PASSAR INDUSTRIAL - FERRO ELÉTRICO - PARA USO EM LAVANDERIA INDUSTRIAL, COM FIO ELÉTRICO HPN ANTI-CHAMAS, INDUSTRIAL, COM PESO MÁXIMO DE 2,5KG COM DESCANSO PARA FERRO, RESERVATÓRIO D'AGUA ANEXO, COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS CONECTADO AO FERR Detalhamento: FERRO DE PASSAR INDUSTRIAL - FERRO ELÉTRICO - PARA USO EM LAVANDERIA INDUSTRIAL, COM FIO ELÉTRICO HPN ANTI-CHAMAS, INDUSTRIAL, COM PESO MÁXIMO DE 2,5KG COM DESCANSO PARA FERRO, RESERVATÓRIO D'AGUA ANEXO, COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS CONECTADO AO FERRO ATRAVÉS DE MANGUEIRA DE SILICONE, 220 VOLTS-60HZ MONOFÁSICO, COM POTENCIA MÍNIMA DE 1.300W, PASSAR	UN - UNIDADE	LANMAX	6,00	1.022,0000	6.132,00
7	36680	FORNO TIPO MICRO-ONDAS 40 LITROS, GABINETE CONTRA CORROSÃO EM AÇO ESMALTADO, MEMÓRIAS PROGRAMÁVEIS, DE 40 LITROS, COM GRILL, CONSTRUÇÃO EM CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS DO INMETRO, CONTROLADO ATRAVÉS DE TIMER, ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS Detalhamento: FORNO TIPO MICRO-ONDAS 40 LITROS, GABINETE CONTRA CORROSÃO EM AÇO ESMALTADO, MEMÓRIAS PROGRAMÁVEIS, DE 40 LITROS, COM GRILL,	UN - UNIDADE	PAVASONIC	6,00	1.234,0000	7.404,00

		CONSTRUÇÃO EM CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS DO INMETRO, CONTROLADO ATRAVÉS DE TIMER, ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS					
8	36681	FORNO TIPO MICRO-ONDAS BRASTEMP, MODELO BMS45CB BRANCO, CAPACIDADE DE 32 LITROS, PAINEL DIGITAL, PRATO GIRATÓRIO, DIMENSÕES 301X539X43 CM, POTÊNCIA 900 V, CONSUMO DE 1,4 (KW, H) 110 V, COM 12 MESES DE GARANTIA. Detalhamento: FORNO TIPO MICRO-ONDAS BRASTEMP, MODELO BMS45CB BRANCO, CAPACIDADE DE 32 LITROS, PAINEL DIGITAL, PRATO GIRATÓRIO, DIMENSÕES 301X539X43 CM, POTÊNCIA 900 V, CONSUMO DE 1,4 (KW, H) 110 V, COM 12 MESES DE GARANTIA.	UN - UNIDADE	PHILCO	10,00	1.005,0000	10.050,00
9	36685	MÁQUINA DE LAVAR REDONDA EM PVC – TIPO MUELLER - EM PVC POLIURETANO, CARGA SUPERIOR DOMÉSTICA, CAPACIDADE PARA 5 KG DE ROUPA SECA, AUTOMÁTICA, 3/4 ¨, TURBO AGITAÇÃO, 1.00CV, 110/220 V, 50/60 HZ PORTA SUPERIOR EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BRANCA, ACONDIC Detalhamento: MÁQUINA DE LAVAR REDONDA EM PVC – TIPO MUELLER - EM PVC POLIURETANO, CARGA SUPERIOR DOMÉSTICA, CAPACIDADE PARA 5 KG DE ROUPA SECA, AUTOMÁTICA, 3/4 ¨, TURBO AGITAÇÃO, 1.00CV, 110/220 V, 50/60 HZ PORTA SUPERIOR EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BRANCA, ACONDICIONADA DE FORMA A EVITAR CHOQUE MECÂNICO	UN - UNIDADE	MUELLER	3,00	934,0000	2.802,00
10	36687	MÁQUINA DE LAVAR TIPO TANQUINHO 15 KG DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO 110/220, CATEGORIA A -MÁQUINA DE LAVAR - SEMI AUTOMÁTICA, MODELO TANQUINHO, CAPACIDADE 15 QUILOS, DISPENSER PARA SABÃO E AMACIANTE, PAINEL DE CONTROLE COM AJUSTE DE NÍVEL E MODO DE LAVAGEM Detalhamento: MÁQUINA DE LAVAR TIPO TANQUINHO 15 KG DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO 110/220, CATEGORIA A -MÁQUINA DE LAVAR - SEMI AUTOMÁTICA, MODELO TANQUINHO, CAPACIDADE 15 QUILOS, DISPENSER PARA SABÃO E AMACIANTE, PAINEL DE CONTROLE COM AJUSTE DE NÍVEL E MODO DE LAVAGEM	UN - UNIDADE	LAVAMAX	4,00	949,0000	3.796,00
11	36691	POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS, EM CORINO - POLTRONA HOSPITALAR - POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS RECLINÁVEL, ESTRUTURA DO ENCOSTO EM MADEIRA FIXADA COM GRAMPOS DE AÇO. MECANISMO DE RECLI Detalhamento: POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS, EM CORINO - POLTRONA HOSPITALAR - POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS RECLINÁVEL, ESTRUTURA DO ENCOSTO EM MADEIRA FIXADA COM GRAMPOS DE AÇO. MECANISMO DE RECLINIO EM AÇO DE 130 GRAUS, REVESTIMENTO EM CORINO PRETO, COM ENCHIMENTO DO ASSENTO 100 PORCENTO EM MANTA DE SILICONE, ENCHIMENTO DO ENCOSTO 100 PORCENTO EM MANTA DE SILICONE. BRAÇOS REVESTIDOS EM CORINO, COM ENCHIMENTO EM 100 PORCENTO EM MANTA SILICONE, DIMENSÕES 108X85X85, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO PARA PEÇAS E SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO ESTADO DE MATO GROSSO.	UN - UNIDADE	GENERALMEL	20,00	3.384,0000	67.680,00
12	36698	SUPORTE PARA CPU COM RODÍZIOS, AJUSTÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR PRETA, ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL, BASE PLÁSTICA E RODÍZIOS Detalhamento: SUPORTE PARA CPU COM RODÍZIOS, AJUSTÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR PRETA, ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL, BASE PLÁSTICA E RODÍZIOS	UN - UNIDADE	C3TECH	20,00	55,0000	1.100,00
13	36699	SUPORTE PARA TV E VÍDEO - ARTICULADO PARA TV LED, LCD, PLASMA, 3D E SMART DE 55 POLEGADAS, COM MOVIMENTAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, COM SUSTENTAÇÃO ATÉ 40 KG DE PESO, EM AÇO CARBONO, INCLUSO PARAFUSOS E BUCHAS Detalhamento: SUPORTE PARA TV E VÍDEO - ARTICULADO PARA TV LED, LCD, PLASMA, 3D E SMART DE 55 POLEGADAS, COM MOVIMENTAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, COM SUSTENTAÇÃO ATÉ 40 KG DE PESO, EM AÇO CARBONO, INCLUSO PARAFUSOS E BUCHAS	UN - UNIDADE	MULTILASER	10,00	90,0000	900,00
14	36702	VENTILADOR TIPO COLUNA, BASE REDONDA 60,00 CM, BASE REDONDA, COM GRADE PROTETORA METÁLICA, REMOVÍVEL E COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA, COM 3 PÁS EM PLÁSTICO. DIÂMETRO GRADE: 600MM. DIÂMETRO DA HÉLICE: 530MM, VELOCIDADE REGULÁVEL, TENSÃO: BIVOLT, POTÊ Detalhamento: VENTILADOR TIPO COLUNA, BASE REDONDA 60,00 CM, BASE REDONDA, COM GRADE PROTETORA METÁLICA, REMOVÍVEL E COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA, COM 3 PÁS EM PLÁSTICO. DIÂMETRO GRADE: 600MM. DIÂMETRO DA HÉLICE: 530MM, VELOCIDADE REGULÁVEL, TENSÃO: BIVOLT, POTÊNCIA 1/4CV -200 W GARANTIA MÍNIMA 12 MESES	UN - UNIDADE	VENTISUL	10,00	395,0000	3.950,00

Total: 185.609,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA

_____

MARIA MARGARETH MOSCAL

PORTARIA Nº 155/2022

_____

MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA

PORTARIA Nº 280/2021

_____

RENATO DE SOUZA BEJOS

PORTARIA Nº 42/2021

_____

OLIVIA DA COSTA COELHO

PORTARIA Nº 139/2021

_____

LARISSA AROMA MARTINS

PORTARIA Nº 77/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000146/2022

Modalidade Nr.: 00000058/2022

Classificação:: Pregão Presencial

Data da Adjudicação: 01/11/22

Data da Homologação: 01/11/22

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

4581 - STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA

CNPJ: 05.870.717/0001-08

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36635	CADEIRA LONGARINA COM 03 LUGARES - CADEIRA LONGARINA - ESPALDAR ALTO COM APOIADOR LATERAL PARA BRAÇOS, COM 3 (TRÊS) LUGARES, MODELO DIRETOR COM APOIO DE BRAÇOS CROMADOS NAS LATERAIS, CONJUNTO DE CADEIRAS ACOPLADAS LATERALMENTE, COM ASSENTOS E ENCOSTO Detalhamento: CADEIRA LONGARINA COM 03 LUGARES - CADEIRA LONGARINA - ESPALDAR ALTO COM APOIADOR LATERAL PARA BRAÇOS, COM 3 (TRÊS) LUGARES, MODELO DIRETOR COM APOIO DE BRAÇOS CROMADOS NAS LATERAIS, CONJUNTO DE CADEIRAS ACOPLADAS LATERALMENTE, COM ASSENTOS E ENCOSTOS CONFECCIONADOS EM MADEIRA MULTILAMINADA DE APROXIMADAMENTE 12 MM DE ESPESSURA MOLDADA ANATOMICAMENTE, ASSENTOS E ENCOSTOS ESTOFADOS COM ESPUMA INJETADA DE NO MÍNIMO 50 MM E REVESTIDA EM COURO ECOLÓGICO, ESTRUTURA FIXA REFORÇADA EM TUBO DE AÇO CROMADO 50X30, POSSUIR SAPATAS COM REVESTIMENTO EM BORRACHA, MEDIDAS APROXIMADAS: ASSENTO COM PROF. DE 460 MM E LARG. DE 480 MM. ENCOSTO COM LARG. MÉDIA DE 470 MM E ALTURA DE 500 MM, COMPRIMENTO DE 1850 MM	UNIDADE	VLFEX/0210 3L CR BR CR	50,0000	2.177,0000	108.850,00
36648	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 12.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIR Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 12.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO ?A?, COMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÕES FLAP E SLEEP, TUBULAÇÃO 1/2 E 1/4, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE, INCLUSO INSTALAÇÃO COM GARANTIA DE 01 (UM) ANO NOS SERVIÇOS	UNIDADE	AGRATTO/ECST12FR4-02	50,0000	2.435,0000	121.750,00
36671	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - REFEITÓRIO COM 10 LUGARES, COMPOSTO DE MESA E 10 CADEIRAS TAMANHO JUVENIL. A MESA DEVE SER COMPOSTA POR TAMPOS MODULARES FABRICADA EM ABS. INJETADO	UNIDADE	JOTA/CJR10L	50,0000	4.674,0000	233.700,00

	DE ALTO IMPACTO, FORMADO POR 4 MÓDULOS QUE SE FIXAM A ESTRUTURA POR MEIO Detalhamento: CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - REFEITÓRIO COM 10 LUGARES. COMPOSTO DE MESA E 10 CADEIRAS TAMANHO JUVENIL. A MESA DEVE SER COMPOSTA POR TAMPOS MODULARES FABRICADA EM ABS. INJETADO DE ALTO IMPACTO, FORMADO POR 4 MÓDULOS QUE SE FIXAM A ESTRUTURA POR MEIO DE ENCAIXES, SENDO 4 ENCAIXES NAS LATERAIS DA MESA (2 DE CADA LADO) E 3 ENCAIXES CENTRAIS POR MODULO E 4 PARAFUSOS POR MODULO. APÓS MONTADA A MESA MEDE 2440X810MM E TEM 760MM DE ALTURA. A ESTRUTURA DEVE SER FORMADA POR UM QUADRO FABRICADO EM TUBO DE AÇO 1010/1020 DE SEÇÃO 20X40MM COM 1,2MM COMPOSTO POR 3 TRAVESSAS E 2 CABECEIRAS. AS PERNAS DEVEM SER FABRICADAS EM TUBO DE AÇO 1010/1020 Ø 1.1/2?X0,9 MM DE PAREDE E ENCAIXADAS SEM O USO DE PARAFUSOS. NA EXTREMIDADE INFERIOR DE CADA PÉ EXISTE DE UMA SAPATA COM REGULAGEM DE ALTURA PARA NIVELAMENTO DA MESA, FABRICADA EM POLIPROPILENO. TODAS AS PEÇAS METÁLICAS QUE COMPÕE A MESA RECEBEM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EM TINTA EPÓXI. CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM.					
36684	MÁQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM AÇO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, COM PÉS NIVELADORES FRONTAIS, MODELO VERTICAL DOMÉSTICO PARA LAVAR ROUPAS, COM 04 CICLOS, LAVAGEM, MOLHO, ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, COM NO MÍNIMO 04 NÍVEIS DE ÁG Detalhamento: MÁQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM AÇO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, COM PÉS NIVELADORES FRONTAIS, MODELO VERTICAL DOMÉSTICO PARA LAVAR ROUPAS, COM 04 CICLOS, LAVAGEM, MOLHO, ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, COM NO MÍNIMO 04 NÍVEIS DE ÁGUA, CAPACIDADE PARA 15 KG, CESTO EM POLIPROPILENO, CENTRIFUGAÇÃO MÍNIMA DE 750 RPM, NA VOLTAGEM 220V, 60HZ, NA COR BRANCA, NORMAS ABNT COM GARANTIA DE 01 ANO E MANUAL EM PORTUGUÊS	UNIDADE	COLORMAQ/ LCA15	10,0000	3. 140,0000	31. 400,00
36690	MESA - DE ESCRITÓRIO COM FORMATO EM ¨L¨, COMPENSADO DE QUALIDADE, COBERTO POR LAMINADO MELAMÍNICO, TAMPO EM MDF, (120 X 140) MM, LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, FITA DE BORDO EM PVC, PARTES METÁLICAS C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA PELO PROCE Detalhamento: MESA - DE ESCRITÓRIO COM FORMATO EM ¨L¨, COMPENSADO DE QUALIDADE, COBERTO POR LAMINADO MELAMÍNICO, TAMPO EM MDF, (120 X 140) MM, LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, FITA DE BORDO EM PVC, PARTES METÁLICAS C/ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA PELO PROCESSO ELETROSTÁTICO EPOXI-PO, POLIMERIZAÇÃO A 180C, CAMADA MÍNIMA DE 40 MICRON, PÉS PUNIDOS DE SAPATAS AJUSTÁVEIS, MONTAGEM ATRAVÉS DE PARAFUSOS AUTO ATARRAXANTES, SENDO 8 OS DO PAINEL EM NÚMERO 4	UNIDADE	VLFLEX/LIGHT	15,0000	946,0000	14. 190,00

Total Fornecedor: 509.890,0000

42233810 - L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA

CNPJ: 22.328.534/0001-84

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36619	APARELHO CELULAR SMARTPHONE COM PROCESSADOR OCTA-CORE OU SUPERIOR COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2 GHZ SNAPDRAGON OU SIMILAR, COM NO MÍNIMO 6 GB DE RAM DDR5 OU SUPERIOR, COM REDE DE DADOS MÍNIMA DE QUARTA GERAÇÃO, 4G, COM PELO MENOS 128 GB DE ARMAZENAMEN Detalhamento: APARELHO CELULAR SMARTPHONE COM PROCESSADOR OCTA-CORE OU SUPERIOR COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2 GHZ SNAPDRAGON OU SIMILAR, COM NO MÍNIMO 6 GB DE RAM DDR5 OU SUPERIOR, COM REDE DE DADOS MÍNIMA DE QUARTA GERAÇÃO, 4G, COM PELO MENOS 128 GB DE ARMAZENAMENTO INTERNO NATIVO, COM SUPORTE PARA CARTÃO MICRO SD E BANDEJA PARA DOIS SIM CARDS, VERSÃO ANDROID 11 OU SUPERIOR, TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD, TELA LCD IPS OU AMOLED COM PROTEÇÃO ANTI RISCO, CÂMERA FOTOGRÁFICA COM PELO MENOS 48 MEGA PIXELS, TELA COM NO MÍNIMO 6,5 POLEGADAS, BLOQUEIO COM SENSOR DE DIGITAIS, CÂMERA FRONTAL COM NO MÍNIMO 8 MPX,	UNIDADE	SAMSUNG A12	10,0000	2. 195,0000	21. 950,00
36621	APARELHO CELULAR DO TIPO SMARTPHONE, ARMAZENAMENTO A PARTIR DE 64 GIGAS E EXPANSÍVEL; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4GB; TELA DE NO MÍNIMO 6,55 POLEGADAS; COM SISTEMA 4G OU SUPERIOR, CÂMERA FOTOGRÁFICA TRASEIRA QUADRUPLA DE 13M+W5M+D2M+M2M; CÂMERA FOTOGRA Detalhamento: APARELHO CELULAR DO TIPO SMARTPHONE, ARMAZENAMENTO A PARTIR DE 64 GIGAS E EXPANSÍVEL; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4GB; TELA DE NO MÍNIMO 6,55 POLEGADAS; COM SISTEMA 4G OU SUPERIOR, CÂMERA FOTOGRÁFICA TRASEIRA QUADRUPLA DE 13M+W5M+D2M+M2M; CÂMERA FOTOGRÁFICA FRONTAL DE NO MÍNIMO 8 MEGAPIXELS; SISTEMA ANDROID 9 OU SUPERIOR; WI-FI, DESBLOQUEADO PARA QUALQUER OPERADORA, SENSORES, ACELERÔMETRO, PROXIMIDADE E LUZ, DIGITAL COMPASS, DUAL CHIP, VELOCIDADE DO PROCESSADOR NO MÍNIMO DE 2.0GHZ	UNIDADE	SAMSUNG A13	10,0000	1. 760,0000	17. 600,00
36624	ARMÁRIO EM AÇO, MEDINDO (1,33MX0,47CMX0,60CM), 01 PORTA, COM 05 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS, PUXADORES COM PINTURA METÁLICA NA COR PRATA, NA COR CINZA, ESTILO ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO Detalhamento: ARMÁRIO EM AÇO, MEDINDO (1,33MX0,47CMX0,60CM), 01 PORTA, COM 05 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS, PUXADORES COM PINTURA METÁLICA NA COR PRATA, NA COR CINZA, ESTILO ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO	UNIDADE	W3 SMART	10,0000	1. 399,9900	13. 999,90
36625	ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO - MULTIUSO COM 08 PORTAS EM AÇO SAE 1008/1020, SENDO A ÁREA DE ENTRADA DE CADA PORTA (22,5 X 25) CM E ÁREA INTERNA (29,5 X 27,5 X 42) CM, COM 02 DOBRADIÇAS INTERNAS E 01 FECHADURA UNIVERSAL COM 02 CHAVES CADA. EM CHAPA DE AÇO A Detalhamento: ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO - MULTIUSO COM 08 PORTAS EM AÇO SAE 1008/1020, SENDO A ÁREA DE ENTRADA DE CADA PORTA (22,5 X 25) CM E ÁREA INTERNA (29,5 X 27,5 X 42) CM, COM 02 DOBRADIÇAS INTERNAS E 01 FECHADURA UNIVERSAL COM 02 CHAVES CADA. EM CHAPA DE AÇO ANTI-FERRUGINOSO E FOSFATIZANTE, ELETROSTÁTICO A PÓ COM CAMADA MÍNIMA DE TINTA, COM 70 MICRAS, COM 05 BANDEJAS INTERMEDIÁRIAS PARA SEPARAÇÃO INTERNAS EM AÇO 0,6MM DE ESPESSURA NA PARTE FRONTAL PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO DOS COM-	UNIDADE	W3 RSP08	5,0000	1. 609,0000	8. 045,00

	PARTIMENTOS, CONTEM01 RODAPÉ EM AÇO DE 1,20MM E 04 PÉS REGULÁVEIS. CORPO CINZA E PORTAS NA COR AZUL, ÁREA TOTAL MEDINDO (2,00 X 1,20 X 0,40) M (ALT X LARG X PROF)					
36626	ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO/ROUPEIRO - COM 02 PORTAS, COM FECHADURAS, COM PUXADORES Detalhamento: ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO/ROUPEIRO - COM 02 PORTAS, COM FECHADURAS, COM PUXADORES	UNIDADE	W3 RSPI02	5,0000	1.064,0000	5.320,00
36632	CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM COURO, SEM REGULAGEM Detalhamento: CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM COURO, SEM REGULAGEM	UNIDADE	VFLEX 0600	55,0000	209,9900	11.549,45
36633	CADEIRA GIRATÓRIA - OPERATIVA EXECUTIVA COM BACK PLAX - BASE SECRETARIA - ACABAMENTO - PRETO ? COM BRAÇO REGULÁVEL - GIRATÓRIA - REVESTIDO EM ? COURO ECOLÓGICO Detalhamento: CADEIRA GIRATÓRIA - OPERATIVA EXECUTIVA COM BACK PLAX - BASE SECRETARIA - ACABAMENTO - PRETO ? COM BRAÇO REGULÁVEL - GIRATÓRIA - REVESTIDO EM ? COURO ECOLÓGICO	UNIDADE	VFLEX 1000 S/L	50,0000	649,0000	32.450,00
36634	CADEIRA GIRATÓRIA PARA ESCRITÓRIO PRODUTO: CADEIRA EXECUTIVA. MODELO: GIRATÓRIA. GARANTIA:2 ANOS. PÉS: RODÍZIOS EM P.U. ASSENTO E ENCOSTO: ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE A QUENTE. REVESTIMENTO: COURO ECOLÓGICO E CREPE. BASE: GIRATÓRIA C/ PISTÃO A GÁS Detalhamento: CADEIRA GIRATÓRIA PARA ESCRITÓRIO PRODUTO: CADEIRA EXECUTIVA. MODELO: GIRATÓRIA. GARANTIA:2 ANOS. PÉS: RODÍZIOS EM P.U. ASSENTO E ENCOSTO: ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE A QUENTE. REVESTIMENTO: COURO ECOLÓGICO E CREPE. BASE: GIRATÓRIA C/ PISTÃO A GÁS.	UNIDADE	VFLEX 1000	50,0000	899,9000	44.995,00
36636	CADEIRA LONGARINA COM 04 LUGARES - CADEIRA DO TIPO LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES GOMADA COM BRAÇO TIPO CORSA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MÍNIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MÍNIMO 12MM; ACABAMENTO TRAS Detalhamento: CADEIRA LONGARINA COM 04 LUGARES - CADEIRA DO TIPO LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES GOMADA COM BRAÇO TIPO CORSA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MÍNIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MÍNIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MÍNIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LAMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTÉTICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MÍNIMO DE PESO SUPORTADO 120 QUILOS; ESTRUTURA PRETA.	UNIDADE	VFLEX 1000	20,0000	1.699,9900	33.999,80
36638	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO, DE MADEIRA, REVESTIDA EM TECIDO OU COURVIN, COM ESTRUTURA DE AÇO 3/4, TUBULAR 3/4, EM EPÓXI PRETO Detalhamento: CADEIRA PARA ESCRITÓRIO, DE MADEIRA, REVESTIDA EM TECIDO OU COURVIN, COM ESTRUTURA DE AÇO 3/4, TUBULAR 3/4, EM EPÓXI PRETO	UNIDADE	VFLEX 500	20,0000	219,9000	4.398,00
36642	CAMA - SOLTEIRO, DE MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO EM MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, COR NATURAL, MEDINDO (1,90X0,90) M Detalhamento: CAMA - SOLTEIRO, DE MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO EM MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, COR NATURAL, MEDINDO (1,90X0,90) M	UNIDADE	CAVAZOTTO CRECIA	15,0000	515,0000	7.725,00
36644	CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA - CARRO DE LIMPEZA - CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA, 01 BALDE DOBLO ESPREMEDOR 30 LITROS (P/ 2 ÁGUAS), 01 MOP ÚMIDO ESFREGÃO 320G LOOP CRU C/ CABO ALUMÍNIO RETRÁTIL 1,40 MTROS, 01 MOP PÓ 60 CM, 01 PLACA SINAL Detalhamento: CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA - CARRO DE LIMPEZA - CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA, 01 BALDE DOBLO ESPREMEDOR 30 LITROS (P/ 2 ÁGUAS), 01 MOP ÚMIDO ESFREGÃO 320G LOOP CRU C/ CABO ALUMÍNIO RETRÁTIL 1,40 MTROS, 01 MOP PÓ 60 CM, 01 PLACA SINAL	UNIDADE	BRASLIMPIA KIT3	10,0000	1.900,0000	19.000,00
36646	COLCHÃO - PARA CAMA HOSPITALAR ORTOPÉDICO, TAMANHO ADULTO, EM ESPUMA, DENSIDADE D33, REVESTIDO EM NAPA VULCANIZADA COM ZÍPER, NA COR CINZA, DIMENSÕES: 1,90 X 0,90 X 0,10M, É EXIGIDA A COMPROVAÇÃO DA DENSIDADE DO COLCHÃO, GARANTIA DE 01 ANO Detalhamento: COLCHÃO - PARA CAMA HOSPITALAR ORTOPÉDICO, TAMANHO ADULTO, EM ESPUMA, DENSIDADE D33, REVESTIDO EM NAPA VULCANIZADA COM ZÍPER, NA COR CINZA, DIMENSÕES: 1,90 X 0,90 X 0,10M, É EXIGIDA A COMPROVAÇÃO DA DENSIDADE DO COLCHÃO, GARANTIA DE 01 ANO	UNIDADE	PROBEL GUARDA COSTA	50,0000	595,0000	29.750,00
36673	CORTINA DE AR EM METAL, VOLUME DE AR DE NO MÍNIMO 1200 M-/H,220 V, POTÊNCIA 250 W, MEDINDO 120X 22,1 X 18,3CM Detalhamento: CORTINA DE AR EM METAL, VOLUME DE AR DE NO MÍNIMO 1200 M-/H,220 V, POTÊNCIA 250 W, MEDINDO 120X 22,1 X 18,3CM	UNIDADE	ELGIN CAD3012	20,0000	1.170,0000	23.400,00
36678	FOGÃO INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO DE NO MÍNIMO 87 LITROS, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, FOGÃO E FORNO DESMONTÁVEIS, 03 QUEIMADORES COM DUPLA CHAMA E 03 QUEIMADORES SIMPLES Detalhamento: FOGÃO INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO DE NO MÍNIMO 87 LITROS, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, FOGÃO E FORNO DESMONTÁVEIS, 03 QUEIMADORES COM DUPLA CHAMA E 03 QUEIMADORES SIMPLES	UNIDADE	CRISTAL AÇO ECONOMY	2,0000	2.860,0000	5.720,00
36682	LIQUIDIFICADOR - INDUSTRIAL, EM INOX, 220V, EM EMBALAGEM ADEQUADA (02 LITROS) Detalhamento: LIQUIDIFICADOR - INDUSTRIAL, EM INOX, 220V, EM EMBALAGEM ADEQUADA (02 LITROS)	UNIDADE	VITALEX LI02/220	10,0000	590,0000	5.900,00
36683	LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMÉSTICO, CAPACIDADE DE 02 (DOIS) LITROS, COR BRANCA, COPO PLÁSTICO TRANSPARENTE E GRADUADO, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) VELOCIDADES, SISTEMA PULSAR, TENSÃO 110 VOLTS, (OBS.: 220 VOLTS), OU BIVOLT Detalhamento: LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMÉSTICO, CAPACIDADE DE 02 (DOIS) LITROS, COR BRANCA, COPO PLÁSTICO TRANSPARENTE E GRADUADO, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) VELOCIDADES, SISTEMA PULSAR, TENSÃO 110 VOLTS, (OBS.: 220 VOLTS), OU BIVOLT	UNIDADE	BRITANIA BLACK	10,0000	185,0000	1.850,00
36688	MAQUINA LAVAR ROUPAS - TIPO AUTOMÁTICA, CAPACIDADE APROXIMADA 12 KG, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS (1,30X0,82X0,83), APLICAÇÃO DOMÉSTICA, LAVAGEM/ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, VOLTAGEM TRIFÁSICO, 220V. REFERÊNCIA: ELECTROLUX LT12F, EQUIVALENTE, SIMILA Detalhamento: MAQUINA LAVAR ROUPAS - TIPO AUTOMÁTICA, CAPACIDADE APROXIMADA 12 KG, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS (1,30X0,82X0,83), APLICAÇÃO DOMÉSTICA, LAVAGEM/ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, VOLTAGEM TRIFÁSICO, 220V. REFERÊNCIA: ELECTROLUX LT12F, EQUIVALENTE, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE	UNIDADE	COLORMAQ LCA12	10,0000	2.195,0000	21.950,00

36689	MESA - DE ESCRITÓRIO 120 CM X 60 CM, ALTURA DE 75 CM, FORMATO RETANGULAR, EM MDP, TAMPO AZUL E BASE CINZA CLARO, COM 2 GAVETAS C/ CHAVE. Detalhamento: MESA - DE ESCRITÓRIO 120 CM X 60 CM, ALTURA DE 75 CM, FORMATO RETANGULAR, EM MDP, TAMPO AZUL E BASE CINZA CLARO, COM 2 GAVETAS C/ CHAVE.	UNIDADE	VFLEX LIGHT	10,0000	549,9900	5.499,90
36694	PURIFICADOR DE ÁGUA - CAPACIDADE DE 20L, COM 2 TORNEIRAS, FORNECE ÁGUA FRIA E NATURAL, PERMITE ARMAZENAR E MANTER A ÁGUA A UMA TEMPERATURA IDEAL Detalhamento: PURIFICADOR DE ÁGUA - CAPACIDADE DE 20L, COM 2 TORNEIRAS, FORNECE ÁGUA FRIA E NATURAL, PERMITE ARMAZENAR E MANTER A ÁGUA A UMA TEMPERATURA IDEAL	UNIDADE	LIBELL ACQUAFLEX	5,0000	899,9900	4.499,95
36700	TELEVISOR - 32 TV-NOVO (PROINFÂNCIA) SMART TV 32 POLEGADAS COM ACESSO À INTERNET LED. WI-FI INTEGRADO. ACESSO À INTERNET. RESOLUÇÃO DE IMAGEM EM HD. CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO. ENTRADAS ESPECIAIS - HDMI (MÍNIMO 2), LAN, USB. TENSÃO (VOLTAGEM): BIVOLT Detalhamento: TELEVISOR - 32 TV-NOVO (PROINFÂNCIA) SMART TV 32 POLEGADAS COM ACESSO À INTERNET LED. WI-FI INTEGRADO. ACESSO À INTERNET. RESOLUÇÃO DE IMAGEM EM HD. CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO. ENTRADAS ESPECIAIS - HDMI (MÍNIMO 2), LAN, USB. TENSÃO (VOLTAGEM): BIVOLT AUTOMÁTICO. DIMENSIONAMENTO E ROBUSTEZ DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO. VOLTAGEM: 110V E 220V, CONFORME DEMANDA. CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INDICAÇÃO DA VOLTAGEM. MÍNIMA DE UM ANO A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, DE COBERTURA INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. O FABRICANTE/CONTRATADO É OBRIGADO A DAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA NA SUA REDE CREDENCIADA DE ASSISTÊNCIA, DURANTE O PERÍODO DA GARANTIA, SUBSTITUINDO AS PEÇAS COM DEFEITO	UNIDADE	PHILCO PTV32G70RCH	15,0000	2.025,0000	30.375,00

Total Fornecedor: 349.977,0000

42233814 - OLMIR IORIS & CIA LTDA

CNPJ: 70.429.956/0001-99

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36627	BALCÃO PARA COZINHA - EM AÇO, COM DUAS PORTAS E QUATRO GAVETAS, MEDINDO 1,20 METROS, COM TAMPO, 1 CUBA E COM PÉS, COR BRANCO Detalhamento: BALCÃO PARA COZINHA - EM AÇO, COM DUAS PORTAS E QUATRO GAVETAS, MEDINDO 1,20 METROS, COM TAMPO, 1 CUBA E COM PÉS, COR BRANCO	UNIDADE	TELASUL	5,0000	1.100,0000	5.500,00
36628	BATEDEIRA PLANETÁRIA DE INOX, CUBA DE AÇO INOX DE 5 LITROS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO DE 220V, POTÊNCIA 1000W, DIMENSÕES 290X360X410MM Detalhamento: BATEDEIRA PLANETÁRIA DE INOX, CUBA DE AÇO INOX DE 5 LITROS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO DE 220V, POTÊNCIA 1000W, DIMENSÕES 290X360X410MM	UNIDADE	BLACKDCKER	10,0000	1.405,0000	14.050,00
36629	BEBEDOURO ELÉTRICO - DO TIPO INDUSTRIAL DE AÇO INOX (100 LITROS - 03 TORNEIRAS), GABINETE DE AÇO INOX 430 COM PELÍCULA EM PVC; RESERVATÓRIO DE 150 LITROS DE AGUA GELADA; RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM PP ATÓXICO, PARA ALIMENTO; SISTEMA DE RESFRIAMENTO Detalhamento: BEBEDOURO ELÉTRICO - DO TIPO INDUSTRIAL DE AÇO INOX (100 LITROS - 03 TORNEIRAS), GABINETE DE AÇO INOX 430 COM PELÍCULA EM PVC; RESERVATÓRIO DE 150 LITROS DE AGUA GELADA; RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM PP ATÓXICO, PARA ALIMENTO; SISTEMA DE RESFRIAMENTO ATRAVÉS DE SERPENTINA 9MM EM AÇO INOX 304, COM RECIRCULAÇÃO DE REFRIGERAÇÃO INTERNA; SISTEMA DE BÓIA PARA CONTROLE DE NÍVEL DE AGUA REFRIGERADA; TERMOSTATO DE CONTROLE DE TEMPERATURA; TAMPA DE AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA; APARADOR DE ÁGUA EM PP REMOVÍVEL PARA LIMPEZA; 03 TORNEIRAS GELADAS; CONSUMO MÉDIO 24KW; UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO EMBUTIDA PARA PROTEÇÃO; COMPRESSOR DE ¼ + DE HP HERMÉTICO, COM AR FORÇADO; SISTEMA DE ALTA REFRIGERAÇÃO, TEMPO DE RESPOSTA RÁPIDO; ATENDE EM MÉDIA 290 PESSOAS NO FLUXO, ALIMENTAÇÃO: 110/127 V. GARANTIA DE 1 ANO. CERTIFICADO DO INMETRO	UNIDADE	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	10,0000	2.980,0000	29.800,00
36630	BEBEDOURO ELÉTRICO - TIPO INDUSTRIAL, DE 50 LITROS COM CHASSI EM TUBO METÁLICO AÇO INOX, COM 2 TORNEIRAS, SENDO 1 TORNEIRA PARA COPO E 1 TORNEIRA PARA ESGUICHO FRONTAL CROMADA, FILTRO EXTERNO, MOTOR HERMÉTICO, TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA Detalhamento: BEBEDOURO ELÉTRICO - TIPO INDUSTRIAL, DE 50 LITROS COM CHASSI EM TUBO METÁLICO AÇO INOX, COM 2 TORNEIRAS, SENDO 1 TORNEIRA PARA COPO E 1 TORNEIRA PARA ESGUICHO FRONTAL CROMADA, FILTRO EXTERNO, MOTOR HERMÉTICO, TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA DA ÁGUA. RECIPIENTE EM POLIURETANO NÃO TÓXICO, BOIA COM REGULAGEM AUTOMÁTICA PARA ÁGUA, COM VOLTAGEM DE 127V OU 220V, GÁS REFERENCIA 134ª (40G), POTÊNCIA 80W. CERTIFICADO DO INMETRO	UNIDADE	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	10,0000	2.570,0000	25.700,00
36631	CADEIRA AVULSA EM PVC ? COM BRAÇO, CONFECCIONADA EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESTRUTURA EM PVC, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 4 MM, NA COR BRANCA, MODELO COM BRAÇO TIPO POLTRONA Detalhamento: CADEIRA AVULSA EM PVC ? COM BRAÇO, CONFECCIONADA EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESTRUTURA EM PVC, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 4 MM, NA COR BRANCA, MODELO COM BRAÇO TIPO POLTRONA	UNIDADE	DOLFIN	50,0000	84,5000	4.225,00
36639	CAIXA DE SOM - DE MATERIAL RESISTENTE, MULTIUSO AMPLIFICADA COM ENTRADA USB, SCARD, ENTRADA PARA PC-NOTEBOOK, NOTEBOOK E TABLET, COM ENTRADA PARA 02 MICROFONES COM E SEM FIO, ALIMENTAÇÃO 110/220 VOLTS, POTÊNCIA DE K5 RMS, AUTOFALANTE DE 1X15¨(POLEGAD Detalhamento: CAIXA DE SOM - DE MATERIAL RESISTENTE, MULTIUSO AMPLIFICADA COM ENTRADA USB, SCARD, ENTRADA PARA PC-NOTEBOOK, NOTEBOOK E TABLET, COM ENTRADA PARA 02 MICROFONES COM E SEM FIO, ALIMENTAÇÃO 110/220 VOLTS, POTÊNCIA DE K5 RMS, AUTOFALANTE DE 1X15¨(POLEGADA)	UNIDADE	MULTILASER	5,0000	2.120,0000	10.600,00
36647	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 9.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA,	UNIDADE	TCL	10,0000	2.190,0000	21.900,00

	AJUSTE NA DIRE Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 9.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO ?A?, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES					
36670	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONT Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO ?A OU B?, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES,	UNIDADE	TCL	20,0000	4.643,0000	92.860,00
36672	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA COM 4 CADEIRAS, NAS CORES VARIADAS, DE PLÁSTICO RÍGIDO, MESA COM FORMATO QUADRADO Detalhamento: CONJUNTO DE MESA E CADEIRA COM 4 CADEIRAS, NAS CORES VARIADAS, DE PLÁSTICO RÍGIDO, MESA COM FORMATO QUADRADO	CONJUNTO	DOLFIN	150,0000	369,0000	55.350,00
36676	FOGÃO - TIPO CONVENCIONAL, CORPO E MESA EM INOX, ALIMENTAÇÃO A GÁS, COM 06 (SEIS) BOCAS, QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO AUTOLIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, PROTEÇÃO TRASEIRA, CONTENDO 04 PÉS NIVELADORES Detalhamento: FOGÃO - TIPO CONVENCIONAL, CORPO E MESA EM INOX, ALIMENTAÇÃO A GÁS, COM 06 (SEIS) BOCAS, QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO AUTOLIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, PROTEÇÃO TRASEIRA, CONTENDO 04 PÉS NIVELADORES, O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANÇA PRAZO DE GARANTIA DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 12 MESES E DEVERÁ CONTER MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS	UNIDADE	ESMALTEC	10,0000	1.895,0000	18.950,00
36679	FORNO ELÉTRICO COM GRELHA INTERNA EM INOX, REMOVÍVEL E REGULÁVEL, TERMOSTATO REGULÁVEL PARA TEMPERATURA, PORTA EM VIDRO TEMPERADO, LUZ INTERNA, NO MÍNIMO 40L, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500W, VOLTAGEM: 220V, CAPACIDADE 60 LITROS; PRATELEIRAS R Detalhamento: FORNO ELÉTRICO COM GRELHA INTERNA EM INOX, REMOVÍVEL E REGULÁVEL, TERMOSTATO REGULÁVEL PARA TEMPERATURA, PORTA EM VIDRO TEMPERADO, LUZ INTERNA, NO MÍNIMO 40L, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500W, VOLTAGEM: 220V, CAPACIDADE 60 LITROS; PRATELEIRAS REGULÁVEIS; BASE ANTIDERRAPANTE; TEMPERATURA DE 09C ATÉ 2509C; TIMER 120 MINUTOS; LUZ PILOTO DE INDICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO; FUNÇÕES GRELHA, ASSA, (TOSTA, GRATINA E AQUECE; RESISTÊNCIAS BLINDADAS, 4 RESISTÊNCIAS QUE DISTRIBUEM MELHOR O CALOR; CERTIFICADO PELO INMETRO; MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA 12 MESES	UNIDADE	NARDELLI	20,0000	775,0000	15.500,00
36695	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 80 LITROS, FRIGOBAR, NA COR BRANCA,220V, COM SELO PROCEL A Detalhamento: REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 80 LITROS, FRIGOBAR, NA COR BRANCA,220V, COM SELO PROCEL A	UNIDADE	MIDEA	4,0000	1.860,0000	7.440,00
36696	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 345 LITROS, GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROST FREE, REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A VOLTAGEM 127/220 V Detalhamento: REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 345 LITROS, GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROST FREE, REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A VOLTAGEM 127/220 V	UNIDADE	CONTINENTAL	10,0000	3.855,0000	38.550,00
36701	TELEVISOR A CORES, TELA COM 42 POLEGADAS, TECNOLOGIA LED, TELA PLANA ALTA DEFINIÇÃO (1920X1080), ENTRADA HDMI, ENTRADA PC, RECEPÇÃO PARA VHF, UHF, CABO E TV DIGITAL, PAL-M/NTSC, PAL-N, ALIMENTAÇÃO 110/220V, COM MENU EM PORTUGUÊS E INGLÊS, CONTROLE RE Detalhamento: TELEVISOR A CORES, TELA COM 42 POLEGADAS, TECNOLOGIA LED, TELA PLANA ALTA DEFINIÇÃO (1920X1080), ENTRADA HDMI, ENTRADA PC, RECEPÇÃO PARA VHF, UHF, CABO E TV DIGITAL, PAL-M/NTSC, PAL-N, ALIMENTAÇÃO 110/220V, COM MENU EM PORTUGUÊS E INGLÊS, CONTROLE REMOTO, MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO COM ASSISTÊNCIA ABRANGENDO TODO O ESTADO DE MATO GROSSO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO BRASILEIRA, PADRÕES DE VÍDEO ADOTADO NO BRASIL PARA TV DIGITAL	UNIDADE	MULTILASER	10,0000	2.882,0000	28.820,00
36703	CORTADOR DE LEGUMES ? EM AÇO INOXIDAVEL, COM LÂMINA EM AÇO, DO TIPO INDUSTRIAL, MECANICA COM TRIPE, ALTURA: 112,4CM LARGURA: 40CM Detalhamento: CORTADOR DE LEGUMES ? EM AÇO INOXIDAVEL, COM LÂMINA EM AÇO, DO TIPO INDUSTRIAL, MECANICA COM TRIPE, Altura: 112,4cm Largura: 40cm	UNIDADE	JL COLOMBO	3,0000	245,0000	735,00

Total Fornecedor: 369.980,0000

42236976 - JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA

CNPJ: 05.083.549/0001-00

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36668	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 36.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, NÃO SUPERIOR À 80 KWH/MÊS FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, CA-	UNIDADE	ELGIN	15,0000	7.873,0000	118.095,00

	PACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 36.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, NÃO SUPERIOR A 80 KWH/MÊS FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NIVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO ?A, B OU C?, NA COR BRANCA, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES,					
36669	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA COM CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 22 Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA COM CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NIVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO ?A OU B?, NA COR BRANCA, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES	UNIDADE	ELGIN	25,0000	4.125,0000	103.125,00
36677	FOGÃO - TIPO FOGÃO DOMESTICO A GÁS, ELÉTRICO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, 5 BOCAS, EM ACHO INOX E MESA EM VIDRO TEMPERADO, VOLTAGEM DE 110/220 VOLTS, COM BOTÕES REMOVÍVEIS, CAPACIDADE MINIMA DO FORNO 65 LITROS, FORNO COM VIDRO FRONTAL, SISTEMA DE BLOQ Detalhamento: FOGÃO - TIPO FOGÃO DOMESTICO A GÁS, ELÉTRICO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, 5 BOCAS, EM ACHO INOX E MESA EM VIDRO TEMPERADO, VOLTAGEM DE 110/220 VOLTS, COM BOTÕES REMOVÍVEIS, CAPACIDADE MINIMA DO FORNO 65 LITROS, FORNO COM VIDRO FRONTAL, SISTEMA DE BLOQUEIO DE GÁS, COM PELO MENOS UM QUEIMADOR RÁPIDO E UM SEMI RÁPIDA, COM QUEIMADOR CENTRAL MAIOR, COM NO MINIMO UM ANO DE GARANTIA	UNIDADE	MUELLER	10,0000	1.959,0000	19.590,00
36693	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - INDUSTRIAL, COM 06 DISCOS, 1/2 CV, 110/220V Detalhamento: PROCESSADOR DE ALIMENTOS - INDUSTRIAL, COM 06 DISCOS, 1/2 CV, 110/220V	UNIDADE	BECKER	1,0000	4.290,0000	4.290,00
36697	REFRIGERADOR TIPO DUPLEX, COM DEGELO SEMIAUTOMÁTICO, CAPACIDADE 462 LITROS, MODELO VERTICAL, USO DOMESTICO PÉS ESTABILIZADORES COM RODÍZIOS E TRAVAMENTO, PUXADOR EXTERNO, PRATELEIRAS INTERNAS E DA PORTA REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSÃO Detalhamento: REFRIGERADOR TIPO DUPLEX, COM DEGELO SEMIAUTOMÁTICO, CAPACIDADE 462 LITROS, MODELO VERTICAL, USO DOMESTICO PÉS ESTABILIZADORES COM RODÍZIOS E TRAVAMENTO, PUXADOR EXTERNO, PRATELEIRAS INTERNAS E DA PORTA REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSÃO APROXIMADA 1865X702X733MM, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V, FREQUÊNCIA 60 HZ, GARANTIA MINIMA 12 MESES ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES	UNIDADE	CONTINENTAL	10,0000	5.062,0000	50.620,00

Total Fornecedor: 295.720,0000

42237178 - RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 47.169.415/0001-57

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36622	ARMÁRIO DE COZINHA - AÉREO EM AÇO 4 MM, 3 PORTAS BRANCO, ARTICULADA COM DOBRADIÇAS EM AÇO E NYLON E ACABAMENTO EM PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, ALTURA: 52CM. LARGURA: 105 CM. PROFUNDIDADE: 28 CM Detalhamento: ARMÁRIO DE COZINHA - AÉREO EM AÇO 4 MM, 3 PORTAS BRANCO, ARTICULADA COM DOBRADIÇAS EM AÇO E NYLON E ACABAMENTO EM PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, ALTURA: 52CM. LARGURA: 105 CM. PROFUNDIDADE: 28 CM	UNIDADE	TITANIUM A3PM	5,0000	580,0000	2.900,00
36623	ARMÁRIO DE COZINHA DE AÇO, PARA COPA-COZINHA, BALCÃO, COM 3 PORTAS, 03 GAVETAS, COM PUXADORES, COM 01 PRATELEIRA, PUXADORES EM AÇO CROMADO, COM PÉS EM AÇO CROMADO, EM EPÓXI, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO PARA ENTREGA EM EMBALAGEM APROPRIADA Detalhamento: ARMÁRIO DE COZINHA DE AÇO, PARA COPA-COZINHA, BALCÃO, COM 3 PORTAS, 03 GAVETAS, COM PUXADORES, COM 01 PRATELEIRA, PUXADORES EM AÇO CROMADO, COM PÉS EM AÇO CROMADO, EM EPÓXI, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO PARA ENTREGA EM EMBALAGEM APROPRIADA	UNIDADE	TELASUL	5,0000	999,0000	4.995,00
36637	CADEIRA LONGARINA COM 05 LUGARES - CADEIRA LONGARINA COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADO EM POLTRONA FIXA SOBRE LONGARINA GIROFLEX MODELO 35 SE 050000 - LONGARINA COM 5 LUGARES PARA SALA DE ESPERA, REVESTIDOS EM ACABAMENTO DO REVESTIMENTO EM VINIL, E Detalhamento: CADEIRA LONGARINA COM 05 LUGARES - CADEIRA LONGARINA COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADO EM POLTRONA FIXA SOBRE LONGARINA GIROFLEX MODELO 35 SE 050000 - LONGARINA COM 5 LUGARES PARA SALA DE ESPERA, REVESTIDOS EM ACABAMENTO DO REVESTIMENTO EM VINIL, ESTOFAMENTO EM ALMOFADAS EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM ESPESSURA DE NO MINIMO ESTRUTURA FORMADA POR BARRA EM TUBO DE AÇO OVAL COM AS DIMENSÕES DE (30 X 60)MM., NO MODELO AS BASES DOS PÉS DA LONGARINA, COM 660MM DE COMPRIMENTO E CARACTERÍSTICAS AUTO PORTANTES, RECEBEM REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, COM GARANTIA E COM PINTURA, NA COR AZUL, ESTRUTURA DE ASSENTO E ENCOSTO MÉDIO, MODELO STANDARD, CONCHA ÚNICA EM RESINA DE POLIÉSTER E FIBRA DE VIDRO (MENSOLIT), ESPALDAR, NA COR A DEFINIR E COM 05 ACENTOS	UNIDADE	IDEAL FLEX	20,0000	2.150,0000	43.000,00
36641	CAMA - BELICHE, DE MADEIRA, DE MOGNO, COM ESTRADO DE MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, MEDINDO (1,90X0,90) M, E ESCADA DE ACESSO CAMA Detalhamento: CAMA - BELICHE, DE MADEIRA, DE MOGNO, COM ESTRADO DE MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, MEDINDO (1,90X0,90) M, E ESCADA DE ACESSO CAMA	UNIDADE	MARIFLOR	20,0000	889,0000	17.780,00

36643	CARRINHO AÇO INOXIDÁVEL MULTIUSO PARA COZINHA - CARRINHO AUXILIAR - PARA TRANSPORTE, 03 BANDEJAS, MEDIDAS DE 550X800X43, INOX, CARRO DE SERVIÇO INOX, 03 BAND, MEDIDAS 52X80X90 CM Detalhamento: CARRINHO AÇO INOXIDÁVEL MULTIUSO PARA COZINHA - CARRINHO AUXILIAR - PARA TRANSPORTE, 03 BANDEJAS, MEDIDAS DE 550X800X43, INOX, CARRO DE SERVIÇO INOX, 03 BAND, MEDIDAS 52X80X90 CM	UNIDADE	REVITEC	5,0000	2.624,0000	13.120,00
36675	FERRO DE PASSAR INDUSTRIAL - FERRO ELÉTRICO - PARA USO EM LAVANDERIA INDUSTRIAL, COM FIO ELÉTRICO HPN ANTI-CHAMAS, INDUSTRIAL, COM PESO MÁXIMO DE 2,5KG COM DESCANSO PARA FERRO, RESERVATÓRIO D'ÁGUA ANEXO, COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS CONECTADO AO FERR Detalhamento: FERRO DE PASSAR INDUSTRIAL - FERRO ELÉTRICO - PARA USO EM LAVANDERIA INDUSTRIAL, COM FIO ELÉTRICO HPN ANTI-CHAMAS, INDUSTRIAL, COM PESO MÁXIMO DE 2,5KG COM DESCANSO PARA FERRO, RESERVATÓRIO D'ÁGUA ANEXO, COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS CONECTADO AO FERRO ATRAVÉS DE MANGUEIRA DE SILICONE, 220 VOLTS-60HZ MONOFÁSICO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.300W, PASSAR	UNIDADE	LANMAX	6,0000	1.022,0000	6.132,00
36680	FORNO TIPO MICRO-ONDAS 40 LITROS, GABINETE CONTRA CORROSÃO EM AÇO ESMALTADO, MEMÓRIAS PROGRAMÁVEIS, DE 40 LITROS, COM GRILL, CONSTRUÇÃO EM CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS DO INMETRO, CONTROLADO ATRAVÉS DE TIMER, ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS Detalhamento: FORNO TIPO MICRO-ONDAS 40 LITROS, GABINETE CONTRA CORROSÃO EM AÇO ESMALTADO, MEMÓRIAS PROGRAMÁVEIS, DE 40 LITROS, COM GRILL, CONSTRUÇÃO EM CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS DO INMETRO, CONTROLADO ATRAVÉS DE TIMER, ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS	UNIDADE	PAVASONIC	6,0000	1.234,0000	7.404,00
36681	FORNO TIPO MICRO-ONDAS BRASTEMP, MODELO BMS45CB BRANCO, CAPACIDADE DE 32 LITROS, PAINEL DIGITAL, PRATO GIRATÓRIO, DIMENSÕES 301X539X43 CM, POTÊNCIA 900 V, CONSUMO DE 1,4 (KW, H) 110 V, COM 12 MESES DE GARANTIA. Detalhamento: FORNO TIPO MICRO-ONDAS BRASTEMP, MODELO BMS45CB BRANCO, CAPACIDADE DE 32 LITROS, PAINEL DIGITAL, PRATO GIRATÓRIO, DIMENSÕES 301X539X43 CM, POTÊNCIA 900 V, CONSUMO DE 1,4 (KW, H) 110 V, COM 12 MESES DE GARANTIA.	UNIDADE	PHILCO	10,0000	1.005,0000	10.050,00
36685	MÁQUINA DE LAVAR REDONDA EM PVC ? TIPO MUELLER - EM PVC POLIURETANO, CARGA SUPERIOR DOMÉSTICA, CAPACIDADE PARA 5 KG DE ROUPA SECA, AUTOMÁTICA, 3/4 ¨ TURBO AGITAÇÃO, 1.00CV, 110/220 V, 50/60 HZ PORTA SUPERIOR EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BRANCA, ACONDIC Detalhamento: MÁQUINA DE LAVAR REDONDA EM PVC ? TIPO MUELLER - EM PVC POLIURETANO, CARGA SUPERIOR DOMÉSTICA, CAPACIDADE PARA 5 KG DE ROUPA SECA, AUTOMÁTICA, 3/4 ¨ TURBO AGITAÇÃO, 1.00CV, 110/220 V, 50/60 HZ PORTA SUPERIOR EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, BRANCA, ACONDICIONADA DE FORMA A EVITAR CHOQUE MECÂNICO	UNIDADE	MUELLER	3,0000	934,0000	2.802,00
36687	MÁQUINA DE LAVAR TIPO TANQUINHO 15 KG DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO 110/220, CATEGORIA A -MÁQUINA DE LAVAR - SEMI AUTOMÁTICA, MODELO TANQUINHO, CAPACIDADE 15 QUILOS, DISPENSER PARA SABÃO E AMACIANTE, PAINEL DE CONTROLE COM AJUSTE DE NÍVEL E MODO DE LAVAGEM Detalhamento: MÁQUINA DE LAVAR TIPO TANQUINHO 15 KG DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO 110/220, CATEGORIA A -MÁQUINA DE LAVAR - SEMI AUTOMÁTICA, MODELO TANQUINHO, CAPACIDADE 15 QUILOS, DISPENSER PARA SABÃO E AMACIANTE, PAINEL DE CONTROLE COM AJUSTE DE NÍVEL E MODO DE LAVAGEM	UNIDADE	LAVAMAX	4,0000	949,0000	3.796,00
36691	POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS, EM CORINO - POLTRONA HOSPITALAR - POLTRONA RECLINAVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS RECLINÁVEL, ESTRUTURA DO ENCOSTO EM MADEIRA FIXADA COM GRAMPOS DE AÇO. MECANISMO DE RECLI Detalhamento: POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS, EM CORINO - POLTRONA HOSPITALAR - POLTRONA RECLINÁVEL, ENCOSTO RECLINÁVEL, COM APOIO PARA OS PÉS RECLINÁVEL, ESTRUTURA DO ENCOSTO EM MADEIRA FIXADA COM GRAMPOS DE AÇO. MECANISMO DE RECLINIO EM ACO DE 130 GRAUS, REVESTIMENTO EM CORINO PRETO, COM ENCHIMENTO DO ASSENTO 100 POR CENTO EM MANTA DE SILICONE, ENCHIMENTO DO ENCOSTO 100 POR CENTO EM MANTA DE SILICONE. BRAÇOS REVESTIDOS EM CORINO, COM ENCHIMENTO EM 100 PORCENTO EM MANTA SILICONE, DIMENSÕES 108X85X85, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO PARA PEÇAS E SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO ESTADO DE MATO GROSSO.	UNIDADE	GENERALMEL	20,0000	3.384,0000	67.680,00
36698	SUPORTE PARA CPU COM RODÍZIOS, AJUSTÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR PRETA, ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL, BASE PLÁSTICA E RODÍZIOS Detalhamento: SUPORTE PARA CPU COM RODÍZIOS, AJUSTÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR PRETA, ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL, BASE PLÁSTICA E RODÍZIOS	UNIDADE	C3TECH	20,0000	55,0000	1.100,00
36699	SUPORTE PARA TV E VÍDEO - ARTICULADO PARA TV LED, LCD, PLASMA, 3D E SMART DE 55 POLEGADAS, COM MOVIMENTAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, COM SUSTENTAÇÃO ATÉ 40 KG DE PESO, EM AÇO CARBONO, INCLUSO PARAFUSOS E BUCHAS Detalhamento: SUPORTE PARA TV E VÍDEO - ARTICULADO PARA TV LED, LCD, PLASMA, 3D E SMART DE 55 POLEGADAS, COM MOVIMENTAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, COM SUSTENTAÇÃO ATÉ 40 KG DE PESO, EM AÇO CARBONO, INCLUSO PARAFUSOS E BUCHAS	UNIDADE	MULTILASER	10,0000	90,0000	900,00
36702	VENTILADOR TIPO COLUNA, BASE REDONDA 60,00 CM, BASE REDONDA, COM GRADE PROTETORA METÁLICA, REMOVÍVEL E COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA, COM 3 PÁS EM PLÁSTICO. DIÂMETRO GRADE: 600MM. DIÂMETRO DA HÉLICE: 530MM, VELOCIDADE REGULÁVEL, TENSÃO: BIVOLT, POTÊ Detalhamento: VENTILADOR TIPO COLUNA, BASE REDONDA 60,00 CM, BASE REDONDA, COM GRADE PROTETORA METÁLICA, REMOVÍVEL E COM PINTURA EPOXI NA COR PRETA, COM 3 PÁS EM PLÁSTICO. DIÂMETRO GRADE: 600MM. DIÂMETRO DA HÉLICE: 530MM, VELOCIDADE REGULÁVEL, TENSÃO: BIVOLT, POTÊNCIA 1/4CV -200 W GARANTIA MÍNIMA 12 MESES	UNIDADE	VENTISUL	10,0000	395,0000	3.950,00

Total Fornecedor: 185.609,0000

Total Geral: 1.711.176,0000

GAUCHA DO NORTE, Terça-feira, 1 de Novembro de 2022

_____

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 154/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 059/2022

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna se público o Procedimento Administrativo de Dispensa de licitação nº 059/2022, com vistas a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para fornecimento de "SELF- SERVICE" na zona rural,** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração e conforme especificações do objeto contidas no procedimento Nº 123/2022 EDITAL Nº 051/2022 que foi realizada no dia 28/09/2022 a qual deu DESERTA. Foi contratada a empresa **LUCILAINE APARECIDA DA SILVA 54951739100** com registro no cadastro de pessoas jurídicas sob nº 20.767.788/0001-73, no **valor Global de R$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais).** Essa dispensa será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 art. 24 inciso V, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

Gaúcha do Norte, 01 de novembro de 2022.

ITAYANA ALVES DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022

Aos 1 dias do mês de Novembro de 2022, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal , Sr(a). , brasileiro(a), portador do R.G. n.º e inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA	CNPJ 22.328.534/0001-84
Endereço RUA 200	Nº 94
Bairro JARDIM IMPERIAL	
Cidade CUIABA/MT	CEP 78075648
Email licitacao01@rmmicro.com.br	Telefone (65) 3634-0804
Representante Legal	CPF

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	36619	APARELHO CELULAR SMARTPHONE COM PROCESSADOR OCTA-CORE OU SUPERIOR COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2 GHZ SNAPDRAGON OU SIMILAR, COM NO MÍNIMO 6 GB DE RAM DDR5 OU SUPERIOR, COM REDE DE DADOS MÍNIMA DE QUARTA GERAÇÃO, 4G, COM PELO MENOS 128 GB DE ARMAZENAMEN Detalhamento: APARELHO CELULAR SMARTPHONE COM PROCESSADOR OCTA-CORE OU SUPERIOR COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2 GHZ SNAPDRAGON OU SIMILAR, COM NO MÍNIMO 6 GB DE RAM DDR5 OU SUPERIOR, COM REDE DE DADOS MÍNIMA DE QUARTA GERAÇÃO, 4G, COM PELO MENOS 128 GB DE ARMAZENAMENTO INTERNO NATIVO, COM SUPORTE PARA CARTÃO MICRO SD E BANDEJA PARA DOIS SIM CARDS, VERSÃO ANDROID 11 OU SUPERIOR, TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD, TELA LCD IPS OU AMOLED COM PROTEÇÃO ANTI RISCO, CÂMERA FOTOGRÁFICA COM PELO MENOS 48 MEGA PIXELS, TELA COM NO MÍNIMO 6,5 POLEGADAS, BLOQUEIO COM SENSOR DE DIGITAIS, CÂMERA FRONTAL COM NO MÍNIMO 8 MPX,	UN - UNIDADE	SAMSUNG A12	10,00	2.195,0000	21.950,00
2	36621	APARELHO CELULAR DO TIPO SMARTPHONE, ARMAZENAMENTO A PARTIR DE 64 GIGAS E EXPANSÍVEL; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4GB; TELA DE NO MÍNIMO 6,55 POLEGADAS; COM SISTEMA 4G OU SUPERIOR, CÂMERA FOTOGRÁFICA TRASEIRA QUADRUPLA DE 13M+W5M+D2M+M2M; CÂMERA FOTOGRÁ Detalhamento: APARELHO CELULAR DO TIPO SMARTPHONE, ARMAZENAMENTO A PARTIR DE 64 GIGAS E EXPANSÍVEL; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4GB; TELA DE NO MÍNIMO 6,55 POLEGADAS; COM SISTEMA 4G OU SUPERIOR, CÂMERA FOTOGRÁFICA TRASEIRA QUADRUPLA DE 13M+W5M+D2M+M2M; CÂMERA FOTOGRÁFICA FRONTAL DE NO MÍNIMO 8 MEGAPIXELS; SISTEMA ANDROID 9 OU SUPERIOR; WI-FI, DESBLOQUEADO PARA QUALQUER OPERADORA, SENSORES, ACELERÔMETRO, PROXIMIDADE E LUZ, DIGITAL COMPASS, DUAL CHIP, VELOCIDADE DO PROCESSADOR NO MÍNIMO DE 2.0GHZ	UN - UNIDADE	SAMSUNG A13	10,00	1.760,0000	17.600,00
3	36624	ARMÁRIO EM AÇO, MEDINDO (1,33MX0,47CMX0,60CM), 01 PORTA, COM 05 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS, PUXADORES COM PINTURA METÁLICA NA COR PRATA, NA COR CINZA, ESTILO ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO Detalhamento: ARMÁRIO EM AÇO, MEDINDO (1,33MX0,47CMX0,60CM), 01 PORTA, COM 05 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS, PUXADORES COM PINTURA METÁLICA NA COR PRATA, NA COR CINZA, ESTILO ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO	UN - UNIDADE	W3 SMART	10,00	1.399,9900	13.999,90
4	36625	ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO - MULTIUSO COM 08 PORTAS EM AÇO SAE 1008/1020, SENDO A ÁREA DE ENTRADA DE CADA PORTA (22,5 X 25) CM E ÁREA INTERNA (29,5 X 27,5 X 42) CM, COM 02 DOBRADIÇAS INTERNAS E 01 FECHADURA UNIVERSAL COM 02 CHAVES CADA. EM CHAPA DE AÇO A Detalhamento: ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO - MULTIUSO COM 08 PORTAS EM AÇO SAE 1008/1020, SENDO A ÁREA DE ENTRADA DE CADA PORTA (22,5 X 25) CM E ÁREA INTERNA (29,5 X 27,5 X 42) CM, COM 02 DOBRADIÇAS INTERNAS E 01 FECHADURA UNIVERSAL COM 02 CHAVES CADA. EM CHAPA DE AÇO ANTI-FERRUGINOSO E FOSFATIZANTE, ELETROSTÁTICO A PÓ COM CAMA-	UN - UNIDADE	W3 RSP08	5,00	1.609,0000	8.045,00

		DA MÍNIMA DE TINTA, COM 70 MICRAS, COM 05 BANDEJAS INTERMEDIARIAS PARA SEPARAÇÃO INTERNAS EM AÇO 0,6MM DE ESPESSURA NA PARTE FRONTAL PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS, CONTEM01 RODAPÉ EM AÇO DE 1,20MM E 04 PÉS REGULÁVEIS. CORPO CINZA E PORTAS NA COR AZUL, ÁREA TOTAL MEDINDO (2,00 X 1,20 X 0,40) M (ALT X LARG X PROF)					
5	36626	ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO/ROUPEIRO - COM 02 PORTAS, COM FECHADURAS, COM PUXADORES Detalhamento: ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO/ROUPEIRO - COM 02 PORTAS, COM FECHADURAS, COM PUXADORES	UN - UNIDADE	W3 RSPI02	5,00	1.064,0000	5.320,00
6	36632	CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM COURO, SEM REGULAGEM Detalhamento: CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM COURO, SEM REGULAGEM	UN - UNIDADE	VFLEX 0600	55,00	209,9900	11.549,45
7	36633	CADEIRA GIRATÓRIA - OPERATIVA EXECUTIVA COM BACK PLAX - BASE SECRETARIA - ACABAMENTO - PRETO – COM BRAÇO REGULÁVEL - GIRATÓRIA - REVESTIDO EM – COURO ECOLÓGICO Detalhamento: CADEIRA GIRATÓRIA - OPERATIVA EXECUTIVA COM BACK PLAX - BASE SECRETARIA - ACABAMENTO - PRETO – COM BRAÇO REGULÁVEL - GIRATÓRIA - REVESTIDO EM – COURO ECOLÓGICO	UN - UNIDADE	VFLEX 1000 S/L	50,00	649,0000	32.450,00
8	36634	CADEIRA GIRATÓRIA PARA ESCRITÓRIO PRODUTO: CADEIRA EXECUTIVA. MODELO: GIRATÓRIA. GARANTIA:2 ANOS, PÉS: RODÍZIOS EM P.U. ASSENTO E ENCOSTO: ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE A QUENTE. REVESTIMENTO: COURO ECOLÓGICO E CREPE. BASE: GIRATÓRIA C/ PISTÃO A GÁS Detalhamento: CADEIRA GIRATÓRIA PARA ESCRITÓRIO PRODUTO: CADEIRA EXECUTIVA. MODELO: GIRATÓRIA. GARANTIA:2 ANOS, PÉS: RODÍZIOS EM P.U. ASSENTO E ENCOSTO: ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE A QUENTE. REVESTIMENTO: COURO ECOLÓGICO E CREPE. BASE: GIRATÓRIA C/ PISTÃO A GÁS.	UN - UNIDADE	VFLEX 1000	50,00	899,9000	44.995,00
9	36636	CADEIRA LONGARINA COM 04 LUGARES - CADEIRA DO TIPO LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES GOMADA COM BRAÇO TIPO CORSA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MÍNIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MÍNIMO 12MM; ACABAMENTO TRAS Detalhamento: CADEIRA LONGARINA COM 04 LUGARES - CADEIRA DO TIPO LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES GOMADA COM BRAÇO TIPO CORSA; ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO MOLDADA ANATOMICAMENTE DE NO MÍNIMO 40MM; MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA DE NO MÍNIMO 12MM; ACABAMENTO TRASEIRO EM VINIL TIPO NAPA MÍNIMO DE 0,28 MM E ESPUMA LAMINADA; COM LAMINA DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E ENCOSTO, ACABAMENTO EM PERFIL PVC TIPO FRANCIS 13,5MM; REVESTIMENTO EXTERNO EM COURO SINTÉTICO NA COR PRETA; ESPALDAR MÉDIO; MÍNIMO DE PESO SUPORTADO 120 QUILOS; ESTRUTURA PRETA.	UN - UNIDADE	VFLEX 1000	20,00	1.699,9900	33.999,80
10	36638	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO, DE MADEIRA, REVESTIDA EM TECIDO OU COURVIN, COM ESTRUTURA DE AÇO 3/4, TUBULAR 3/4, EM EPÓXI PRETO Detalhamento: CADEIRA PARA ESCRITÓRIO, DE MADEIRA, REVESTIDA EM TECIDO OU COURVIN, COM ESTRUTURA DE AÇO 3/4, TUBULAR 3/4, EM EPÓXI PRETO	UN - UNIDADE	VFLEX 500	20,00	219,9000	4.398,00
11	36642	CAMA - SOLTEIRO, DE MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO EM MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, COR NATURAL, MEDINDO (1,90X0,90) M Detalhamento: CAMA - SOLTEIRO, DE MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO EM MADEIRA, ESTRUTURA DE MADEIRA, COR NATURAL, MEDINDO (1,90X0,90) M	UN - UNIDADE	CAVAZOTTO CRECIA	15,00	515,0000	7.725,00
12	36644	CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA - CARRO DE LIMPEZA - CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA, 01 BALDE DOBLO ESPREMEDOR 30 LITROS (P/ 2 ÁGUAS), 01 MOP ÚMIDO ESFREGÃO 320G LOOP CRU C/ CABO ALUMÍNIO RETRÁTIL 1,40 MTROS, 01 MOP PÓ 60 CM, 01 PLACA SINAL Detalhamento: CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA - CARRO DE LIMPEZA - CARRINHO FUNCIONAL DE LIMPEZA, 01 BALDE DOBLO ESPREMEDOR 30 LITROS (P/ 2 ÁGUAS), 01 MOP ÚMIDO ESFREGÃO 320G LOOP CRU C/ CABO ALUMÍNIO RETRÁTIL 1,40 MTROS, 01 MOP PÓ 60 CM, 01 PLACA SINAL	UN - UNIDADE	BRASLIMPIA KIT3	10,00	1.900,0000	19.000,00
13	36646	COLCHÃO - PARA CAMA HOSPITALAR ORTOPÉDICO, TAMANHO ADULTO, EM ESPUMA, DENSIDADE D33, REVESTIDO EM NAPA VULCANIZADA COM ZÍPER, NA COR CINZA, DIMENSÕES: 1,90 X 0,90 X 0,10M, E EXIGIDA A COMPROVAÇÃO DA DENSIDADE DO COLCHÃO, GARANTIA DE 01 ANO Detalhamento: COLCHÃO - PARA CAMA HOSPITALAR ORTOPÉDICO, TAMANHO ADULTO, EM ESPUMA, DENSIDADE D33, REVESTIDO EM NAPA VULCANIZADA COM ZÍPER, NA COR CINZA, DIMENSÕES: 1,90 X 0,90 X 0,10M, E EXIGIDA A COMPROVAÇÃO DA DENSIDADE DO COLCHÃO, GARANTIA DE 01 ANO	UN - UNIDADE	PROBEL GUARDA COSTA	50,00	595,0000	29.750,00
14	36673	CORTINA DE AR EM METAL, VOLUME DE AR DE NO MÍNIMO 1200 M-/H,220 V, POTÊNCIA 250 W, MEDINDO 120X 22,1 X 18,3CM Detalhamento: CORTINA DE AR EM METAL, VOLUME DE AR DE NO MÍNIMO 1200 M-/H,220 V, POTÊNCIA 250 W, MEDINDO 120X 22,1 X 18,3CM	UN - UNIDADE	ELGIN CAD3012	20,00	1.170,0000	23.400,00
15	36678	FOGÃO INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO DE NO MÍNIMO 87 LITROS, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, FOGÃO E FORNO DESMONTÁVEIS, 03 QUEIMADORES COM DUPLA CHAMA E 03 QUEIMADORES SIMPLES Detalhamento: FOGÃO INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO DE NO MÍNIMO 87 LITROS, PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, FOGÃO E FORNO DESMONTÁVEIS, 03 QUEIMADORES COM DUPLA CHAMA E 03 QUEIMADORES SIMPLES	UN - UNIDADE	CRISTAL AÇO ECONOMY	2,00	2.860,0000	5.720,00
16	36682	LIQUIDIFICADOR - INDUSTRIAL, EM INOX, 220V, EM EMBALAGEM ADEQUADA (02 LITROS) Detalhamento: LIQUIDIFICADOR - INDUSTRIAL, EM INOX, 220V, EM EMBALAGEM ADEQUADA (02 LITROS)	UN - UNIDADE	VITALEX LI02/220	10,00	590,0000	5.900,00
17	36683	LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMÉSTICO, CAPACIDADE DE 02 (DOIS) LITROS, COR BRANCA, COPO PLÁSTICO TRANSPARENTE E GRADUADO, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) VELOCIDADES, SISTEMA PULSAR, TENSÃO 110 VOLTS, (OBS.: 220 VOLTS), OU BIVOLT Detalhamento: LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMÉSTICO, CAPACIDADE DE 02 (DOIS) LITROS, COR BRANCA, COPO PLÁSTICO TRANSPARENTE E GRADUADO, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) VELOCIDADES, SISTEMA PULSAR, TENSÃO 110 VOLTS, (OBS.: 220 VOLTS), OU BIVOLT	UN - UNIDADE	BRITANIA BLACK	10,00	185,0000	1.850,00
18	36688	MAQUINA LAVAR ROUPAS - TIPO AUTOMÁTICA, CAPACIDADE APROXIMADA 12 KG, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS (1,30X0,82X0,83), APLICAÇÃO DOMÉSTICA, LAVAGEM/ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, VOLTAGEM TRIFÁSICO, 220V. REFERÊNCIA: ELECTROLUX LT12F, EQUIVALENTE, SIMILA Detalhamento: MAQUINA LAVAR ROUPAS - TIPO AUTOMÁTICA, CAPACIDADE APROXIMADA 12 KG, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS (1,30X0,82X0,83), APLICAÇÃO DOMÉSTICA, LAVAGEM/ENXAGUE E CENTRIFUGAÇÃO, VOLTAGEM TRIFÁSICO, 220V. REFERÊNCIA: ELECTROLUX LT12F, EQUIVALENTE, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE	UN - UNIDADE	COLORMAQ LCA12	10,00	2.195,0000	21.950,00

19	36689	MESA - DE ESCRITÓRIO 120 CM X 60 CM, ALTURA DE 75 CM, FORMATO RETANGULAR, EM MDP, TAMPO AZUL E BASE CINZA CLARO, COM 2 GAVETAS C/ CHAVE. Detalhamento: MESA - DE ESCRITÓRIO 120 CM X 60 CM, ALTURA DE 75 CM, FORMATO RETANGULAR, EM MDP, TAMPO AZUL E BASE CINZA CLARO, COM 2 GAVETAS C/ CHAVE.	UN - UNIDADE	VFLEX LIGHT	10,00	549,9900	5.499,90
20	36694	PURIFICADOR DE ÁGUA - CAPACIDADE DE 20L, COM 2 TORNEIRAS, FORNECE ÁGUA FRIA E NATURAL, PERMITE ARMAZENAR E MANTER A ÁGUA A UMA TEMPERATURA IDEAL Detalhamento: PURIFICADOR DE ÁGUA - CAPACIDADE DE 20L, COM 2 TORNEIRAS, FORNECE ÁGUA FRIA E NATURAL, PERMITE ARMAZENAR E MANTER A ÁGUA A UMA TEMPERATURA IDEAL	UN - UNIDADE	LIBELL ACQUAFLEX	5,00	899,9900	4.499,95
21	36700	TELEVISOR - 32 TV-NOVO (PROINFÂNCIA) SMART TV 32 POLEGADAS COM ACESSO À INTERNET LED. WI-FI INTEGRADO. ACESSO À INTERNET. RESOLUÇÃO DE IMAGEM EM HD. CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO. ENTRADAS ESPECIAIS - HDMI (MÍNIMO 2), LAN, USB. TENSÃO (VOLTAGEM): BIVO Detalhamento: TELEVISOR - 32 TV-NOVO (PROINFÂNCIA) SMART TV 32 POLEGADAS COM ACESSO À INTERNET LED. WI-FI INTEGRADO. ACESSO À INTERNET. RESOLUÇÃO DE IMAGEM EM HD. CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO. ENTRADAS ESPECIAIS - HDMI (MÍNIMO 2), LAN, USB. TENSÃO (VOLTAGEM): BIVOLT AUTOMÁTICO. DIMENSIONAMENTO E ROBUSTEZ DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO. VOLTAGEM: 110V E 220V, CONFORME DEMANDA. CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INDICAÇÃO DA VOLTAGEM. MÍNIMA DE UM ANO A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, DE COBERTURA INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. O FABRICANTE/CONTRATADO E OBRIGADO A DAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA NA SUA REDE CREDENCIADA DE ASSISTÊNCIA, DURANTE O PERÍODO DA GARANTIA, SUBSTITUINDO AS PEÇAS COM DEFEITO	UN - UNIDADE	PHILCO PTV32G70RCH	15,00	2.025,0000	30.375,00

Total: 349.977,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA

_____

MARIA MARGARETH MOSCAL

PORTARIA Nº 155/2022

_____

MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA

PORTARIA Nº 280/2021

_____

RENATO DE SOUZA BEJOS

PORTARIA Nº 42/2021

_____

OLIVIA DA COSTA COELHO

PORTARIA Nº 139/2021

_____

LARISSA AROMA MARTINS

PORTARIA Nº 77/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 156/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 060/2022

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna se público o Procedimento Administrativo

De Dispensa de licitação nº 060/2022, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREPARO DOS BOIS E BUFFET DO 27º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT,** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração econforme especificações do objeto contidas procedimento Nº 145 EDITAL Nº 057 que foi realizada do dia 28/10/2022 a mesma deu DESERTA. Foi contratada a empresa **MAICON ELIAS GOMES com registro no cadastro de pessoas jurídicas sob nº 21.554.832/0001-20**, no valor Global de valor Global de R$ 66.300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais). Essa dispensa será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 art. 24 inciso V, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

Gaúcha do Norte, 01 de novembro de 2022.

ITAYANA ALVES DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 – C

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o horário e local de realização da prova escrita objetiva para o cargo de **VIGILANTE SANITÁRIO**, referente ao Concurso Público aberto através do Edital Nº 001/2022, conforme segue:

HORÁRIO: 18H00MIN (horário oficial – MT)

LOCAL: ESCOLA ESTADUAL GERVÁSIO DOS SANTOS COSTA, sito à Rua Capanema, n.º 974 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT.

Art. 2º - INFORMA aos candidatos que os portões dos locais de aplicação das provas escritas objetivas serão abertos 30 (trinta) minutos antes do horário de início das provas.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gaúcha do Norte – MT, 01 de novembro de 2022.

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 080/2022

CONTRATO Nº 080/2022

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E A EMPRESA MAICON ELIAS GOMES, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1200, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **MAICON ELIAS GOMES** ,doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ Nº 21.554.832/0001-20 estabelecida na Avenida Brasil Nº 678 município de Gaúcha do Norte - MT, neste ato representado por ***MAICON ELIAS GOMES***, Carteira de Identidade nº 97305951 SESP/PR CPF nº 063.549.409-40 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 156/2022**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 060/2022**, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	UND	QNT	ESPECIFICAÇÃO
1.	Pessoas	3.000	Buffet com os seguintes itens: Arroz; Farofa de banana com bacon; Mandioca; Creme de alho; Salada (repolho, folhas verdes, abacaxi, uva, manga entre outras).
2.	Serviços	01	Serviços de Preparo de Bois no Rolete

1.1 **–** O objeto do presente contrato é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREPARO DOS BOIS E BUFFET DO 27º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT**, conforme descrição no Termo de Referência que é parte integrante desse contrato e conforme descrito abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do Procedimento Administrativo nº 156/2022, na modalidade de **Dispensa de Licitação n°. 060/2022 e** do Procedimento Administrativo nº 145/2022 do Pregão Presencial nº 057/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

COMPOSIÇÃO DAS REFEIÇÕES (BUFFET):

Ø A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 700g (setecentos gramas), composta de arroz, farofa de banana com bacon, mandioca, salada (repolho, folhas verdes, abacaxi, uva, manga entre outras) tudo de primeira qualidade e creme de alho; Ø As refeições devem ser servidas em recipientes grandes, no local do evento não deixando faltar alimento nos recipientes enquanto estiverem pessoas servindo; Ø As refeições serão do tipo self-servisse, sem que haja qualquer restrição na escolha ou quantidade dos alimentos escolhidos, porém sem serem pesados, pois as pessoas serviram à vontade; Ø As refeições a serem servidas serão preparadas com alimentos e ingredientes novos, não permitidos, portanto, a reutilização ou aproveitamento de sobras, oriundos de evento diverso.

PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS:

Ø As refeições serão preparadas com gêneros de primeira qualidade, dentro das exigências de higiene e segurança alimentar determinados pela vigilância sanitária, por profissionais, utilizando técnicas culinárias. **PREPARAÇÃO DOS SERVIÇOS NO PREPARO DO BOI NO ROLETE**

Ø O Município de Gaúcha do Norte MT se responsabiliza em entregar os animais abatidos e

Limpos, ficando a cargo da licitante vencedora temperar, embalar e assar os bois e entregar cortados em pedaços pequenos, para a empresa vencedora do buffet.

Ø A licitante deverá apresentar-se no local indicado pela Administração para a realização do

Evento com seus equipamentos, materiais e profissionais com a antecedência mínima necessária para execução dos serviços, considerando a data de realização da 27ª Aniversario do Município dois dias antes do evento que será no **dia 19 novembro de 2022**.

Ø A responsabilidade de servir os bois fica a cargo da empresa vencedora do buffet, que formará equipes;

Ø Todas as despesas necessárias para a execução do serviço ficam a cargo do contratado, inclusive com deslocamentos, pagamento de auxiliares, tributos e impostos, despesas com alimentação e hospedagem (se necessário), equipamentos, mão-de-obra e materiais (exceto a churrasqueira e o carvão, que serão fornecidos pelo Município).

Terá como prazo de vigência a parti da assinatura do contrato até a data **de 31 de dezembro de 2022.**

CLAÚSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado **de R$ 66. 300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais),** cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pela **secretaria municipal, ou podendo ser pago cinquenta por cento uma semana antes do evento e cinquenta por cento na data do evento**.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2022, conforme Lei Municipal, nas seguintes dotações orçamentárias:

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

ORGAO: 12

UNIDADE: 007

PROJ/ATIV: 20004

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00

COD REDUZIDO: 263

CLAÚSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERENCIA;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento dos serviços do presente contrato;

c) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem o fornecimento do objeto, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

d) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pelas Secretarias Municipais.

e) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

f) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.1.1 – Será ainda de responsabilidade da CONTRATADA:

I – Realizar com seus próprios meios, o objeto deste edital, de acordo com as necessidades das Secretarias municipais;

II – Atender com prontidão as reclamações por parte da Administração;

6.2 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3-As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 -A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.3 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.4 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.5 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.6- Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

CLAUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de vinte dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE COMPRA" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

b) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

c) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

d) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

e) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

f) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

91 - O fornecimento dos serviços e produtos deverão ser em conformidade com o especificado no Edital e Proposta da licitante contratada.

9.2 - Em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9.3 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida Por um Agente Administrativo, denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

CLAUSULA DÉSCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente da Dispensa de Licitação **nº. 060/2022**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 01 de novembro de 2022.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MAICON ELIAS GOMES

CNPJ Nº 21.554.832/0001-20

CONTRATADO

NOME

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS: 1)_____ CPF: _____

2)_____ CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022

Aos 1 dias do mês de Novembro de 2022, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal , Sr(a). , brasileiro(a), portador do R.G. n.º e inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA	CNPJ 05.083.549/0001-00
Endereço AV. FERNANDO CORREIA DA COSTA	Nº 6940 D
Bairro SÃO JOSE	
Cidade CUIABA/MT	CEP 78080535
Email JHCORREACOMERCIO@HOTMAIL.COM	Telefone
Representante Legal	CPF

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	36668	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 36.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, NÃO SUPERIOR A 80 KWH/MÊS FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 36.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, NÃO SUPERIOR A 80 KWH/MÊS FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO “A, B OU C”, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES,	UN - UNIDADE	ELGIN	15,00	7.873,0000	118.095,00
2	36669	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA COM CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 22 Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA COM CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO “A OU B”, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES	UN - UNIDADE	ELGIN	25,00	4.125,0000	103.125,00
3	36677	FOGÃO - TIPO FOGÃO DOMESTICO A GÁS, ELÉTRICO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, 5 BOCAS, EM ACHO INOX E MESA EM VIDRO TEMPERADO, VOLTAGEM DE 110/220 VOLTS, COM BOTÕES REMOVÍVEIS, CAPACIDADE MÍNIMA DO FORNO 65 LITROS, FORNO COM VIDRO FRONTAL, SISTEMA DE BLOQ Detalhamento: FOGÃO - TIPO FOGÃO DOMESTICO A GÁS, ELÉTRICO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, 5 BOCAS, EM ACHO INOX E MESA EM VIDRO TEMPERADO, VOLTAGEM DE 110/220 VOLTS, COM BOTÕES REMOVÍVEIS, CAPACIDADE MÍNIMA DO FORNO 65 LITROS, FORNO COM VIDRO FRONTAL, SISTEMA DE BLOQUEIO DE GÁS, COM PELO MENOS UM QUEIMADOR RÁPIDO E UM SEMI RÁPIDA, COM QUEIMADOR CENTRAL MAIOR, COM NO MÍNIMO UM ANO DE GARANTIA	UN - UNIDADE	MUELLER	10,00	1.959,0000	19.590,00
4	36693	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - INDUSTRIAL, COM 06 DISCOS, 1/2 CV, 110/220V Detalhamento: PROCESSADOR DE ALIMENTOS - INDUSTRIAL, COM 06 DISCOS, 1/2 CV, 110/220V	UN - UNIDADE	BECKER	1,00	4.290,0000	4.290,00
5	36697	REFRIGERADOR TIPO DUPLEX, COM DEGELO SEMIAUTOMÁTICO, CAPACIDADE 462 LITROS, MODELO VERTICAL, USO DOMESTICO PÉS ESTABILIZADORES COM RODÍZIOS E TRAVAMENTO, PUXADOR EXTERNO, PRATELEIRAS INTERNAS E DA PORTA REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSÃO Detalhamento: REFRIGERADOR TIPO DUPLEX, COM DEGELO SEMIAUTOMÁTICO, CAPACIDADE 462 LITROS, MODELO VERTICAL, USO DOMESTICO PÉS ESTABILIZADORES COM RODÍZIOS E TRAVAMENTO, PUXADOR EXTERNO, PRATELEIRAS INTERNAS E DA PORTA REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSÃO APROXIMADA 1865X702X733MM, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V, FREQUÊNCIA 60 HZ, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES	UN - UNIDADE	CONTINENTAL	10,00	5.062,0000	50.620,00

Total: 295.720,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA

_____

MARIA MARGARETH MOSCAL

PORTARIA Nº 155/2022

_____

MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA

PORTARIA Nº 280/2021

_____

RENATO DE SOUZA BEJOS

PORTARIA Nº 42/2021

_____

OLIVIA DA COSTA COELHO

PORTARIA Nº 139/2021

_____

LARISSA AROMA MARTINS

PORTARIA Nº 77/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022

Aos 1 dias do mês de Novembro de 2022, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal , Sr(a). , brasileiro(a), portador do R.G. n.º e inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2022, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor OLMIR IORIS & CIA LTDA	CNPJ 70.429.956/0001-99
Endereço AV. MATO GROSSO	Nº 116 N
Bairro MODULO 2	
Cidade JUINA/MT	CEP 78320000
Email OLMIELETRO@GMAIL.COM	Telefone (66) 3566-1240
Representante Legal	CPF

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

1	36627	BALCÃO PARA COZINHA - EM AÇO, COM DUAS PORTAS E QUATRO GAVETAS, MEDINDO 1,20 METROS, COM TAMPO, 1 CUBA E COM PÉS, COR BRANCO Detalhamento: BALCÃO PARA COZINHA - EM AÇO, COM DUAS PORTAS E QUATRO GAVETAS, MEDINDO 1,20 METROS, COM TAMPO, 1 CUBA E COM PÉS, COR BRANCO	UN - UNIDADE	TELASUL	5,00	1.100,0000	5.500,00
2	36628	BATEDEIRA PLANETÁRIA DE INOX, CUBA DE AÇO INOX DE 5 LITROS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO DE 220V, POTÊNCIA 1000W, DIMENSÕES 290X360X410MM Detalhamento: BATEDEIRA PLANETÁRIA DE INOX, CUBA DE AÇO INOX DE 5 LITROS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO DE 220V, POTÊNCIA 1000W, DIMENSÕES 290X360X410MM	UN - UNIDADE	BLACKDCKER	10,00	1.405,0000	14.050,00
3	36629	BEBEDOURO ELÉTRICO - DO TIPO INDUSTRIAL DE AÇO INOX (100 LITROS - 03 TORNEIRAS), GABINETE DE AÇO INOX 430 COM PELÍCULA EM PVC; RESERVATÓRIO DE 150 LITROS DE AGUA GELADA; RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM PP ATÓXICO, PARA ALIMENTO; SISTEMA DE RESFRIAMENTO Detalhamento: BEBEDOURO ELÉTRICO - DO TIPO INDUSTRIAL DE AÇO INOX (100 LITROS - 03 TORNEIRAS), GABINETE DE AÇO INOX 430 COM PELÍCULA EM PVC; RESERVATÓRIO DE 150 LITROS DE AGUA GELADA; RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM PP ATÓXICO, PARA ALIMENTO; SISTEMA DE RESFRIAMENTO ATRAVÉS DE SERPENTINA 9MM EM AÇO INOX 304, COM RECIRCULAÇÃO DE REFRIGERAÇÃO INTERNA; SISTEMA DE BOIA PARA CONTROLE DE NÍVEL DE AGUA REFRIGERADA; TERMOSTATO DE CONTROLE DE TEMPERATURA; TAMPA DE AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA; APARADOR DE AGUA EM PP REMOVÍVEL PARA LIMPEZA; 03 TORNEIRAS GELADAS; CONSUMO MÉDIO 24KW; UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO EMBUTIDA PARA PROTEÇÃO; COMPRESSOR DE ¼ + DE HP HERMÉTICO, COM AR FORCADO; SISTEMA DE ALTA REFRIGERAÇÃO, TEMPO DE RESPOSTA RÁPIDO; ATENDE EM MÉDIA 290 PESSOAS NO FLUXO, ALIMENTAÇÃO: 110/127 V. GARANTIA DE 1 ANO. CERTIFICADO DO INMETRO	UN - UNIDADE	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	10,00	2.980,0000	29.800,00
4	36630	BEBEDOURO ELÉTRICO - TIPO INDUSTRIAL, DE 50 LITROS COM CHASSI EM TUBO METÁLICO AÇO INOX, COM 2 TORNEIRAS, SENDO 1 TORNEIRA PARA COPO E 1 TORNEIRA PARA ESGUICHO FRONTAL CROMADA, FILTRO EXTERNO, MOTOR HERMÉTICO, TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA Detalhamento: BEBEDOURO ELÉTRICO - TIPO INDUSTRIAL, DE 50 LITROS COM CHASSI EM TUBO METÁLICO AÇO INOX, COM 2 TORNEIRAS, SENDO 1 TORNEIRA PARA COPO E 1 TORNEIRA PARA ESGUICHO FRONTAL CROMADA, FILTRO EXTERNO, MOTOR HERMÉTICO, TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA DA ÁGUA. RECIPIENTE EM POLIURETANO NÃO TOXICO, BOIA COM REGULAGEM AUTOMÁTICA PARA ÁGUA, COM VOLTAGEM DE 127V OU 220V, GÁS REFERENCIA 134ª (40G), POTÊNCIA 80W. CERTIFICADO DO INMETRO	UN - UNIDADE	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	10,00	2.570,0000	25.700,00
5	36631	CADEIRA AVULSA EM PVC – COM BRAÇO, CONFECCIONADA EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESTRUTURA EM PVC, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 4 MM, NA COR BRANCA, MODELO COM BRAÇO TIPO POLTRONA Detalhamento: CADEIRA AVULSA EM PVC – COM BRAÇO, CONFECCIONADA EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESTRUTURA EM PVC, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 4 MM, NA COR BRANCA, MODELO COM BRAÇO TIPO POLTRONA	UN - UNIDADE	DOLFIN	50,00	84,5000	4.225,00
6	36639	CAIXA DE SOM - DE MATERIAL RESISTENTE, MULTIUSO AMPLIFICADA COM ENTRADA USB, SCARD, ENTRADA PARA PC-NOTEBOOK, NOTEBOOK E TABLET, COM ENTRADA PARA 02 MICROFONES COM E SEM FIO, ALIMENTAÇÃO 110/220 VOLTS, POTÊNCIA DE K5 RMS, AUTOFALANTE DE 1X15¨(POLEGAD Detalhamento: CAIXA DE SOM - DE MATERIAL RESISTENTE, MULTIUSO AMPLIFICADA COM ENTRADA USB, SCARD, ENTRADA PARA PC-NOTEBOOK, NOTEBOOK E TABLET, COM ENTRADA PARA 02 MICROFONES COM E SEM FIO, ALIMENTAÇÃO 110/220 VOLTS, POTÊNCIA DE K5 RMS, AUTOFALANTE DE 1X15¨(POLEGADA)	UN - UNIDADE	MULTILASER	5,00	2.120,0000	10.600,00
7	36647	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 9.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIRE Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, FIXO EM PAREDE, 9.000 BTU/H, TENSÃO DE 220 VOLTS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO “A”, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES	UN - UNIDADE	TCL	10,00	2.190,0000	21.900,00
8	36670	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONT Detalhamento: CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT, UNIDADE INTERNA HORIZONTAL, PISO TETO/TETO PISO OU HI WALL, FIXO EM PAREDE, COMPRESSOR ROTATIVO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24.000 BTU/H, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO DE 220 VOLTS, FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO, CONTROLE REMOTO DISPLAY NA EVAPORADORA, AJUSTE NA DIREÇÃO DO FLUXO DE AR VERTICAL E HORIZONTAL, FUNÇÕES E INDICADOR DE TEMPERATURA, SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE AR, BAIXO NÍVEL DE RUIDO, DEVERA POSSUIR SELO PROCEL DO INMETRO COM CLASSIFICAÇÃO “A OU B”, NA COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO, COM MANUAL DE INSTRUÇÕES,	UN - UNIDADE	TCL	20,00	4.643,0000	92.860,00
9	36672	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA COM 4 CADEIRAS, NAS CORES VARIADAS, DE PLÁSTICO RÍGIDO, MESA COM FORMATO QUADRADO Detalhamento: CONJUNTO DE MESA E CADEIRA COM 4 CADEIRAS, NAS CORES VARIADAS, DE PLÁSTICO RÍGIDO, MESA COM FORMATO QUADRADO	UN - UNIDADE	DOLFIN	150,00	369,0000	55.350,00
10	36676	FOGÃO - TIPO CONVENCIONAL, CORPO E MESA EM INOX, ALIMENTAÇÃO A GÁS, COM 06 (SEIS) BOCAS, QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO AUTOLIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, PROTEÇÃO TRASEIRA, CONTENDO 04 PÉS NIVELADORES Detalhamento: FOGÃO - TIPO CONVENCIONAL, CORPO E MESA EM INOX, ALIMENTAÇÃO A GÁS, COM 06 (SEIS) BOCAS, QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO AUTOLIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, PROTEÇÃO TRASEIRA, CONTENDO 04 PÉS NIVELADORES, O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANÇA PRAZO DE GA-	UN - UNIDADE	ESMALTEC	10,00	1.895,0000	18.950,00

		RANTIA DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 12 MESES E DEVERÁ CONTER MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS					
11	36679	FORNO ELÉTRICO COM GRELHA INTERNA EM INOX, REMOVÍVEL E REGULÁVEL, TERMOSTATO REGULÁVEL PARA TEMPERATURA, PORTA EM VIDRO TEMPERADO, LUZ INTERNA, NO MÍNIMO 40L, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500W, VOLTAGEM: 220V, CAPACIDADE 60 LITROS; PRATELEIRAS R Detalhamento: FORNO ELÉTRICO COM GRELHA INTERNA EM INOX, REMOVÍVEL E REGULÁVEL, TERMOSTATO REGULÁVEL PARA TEMPERATURA, PORTA EM VIDRO TEMPERADO, LUZ INTERNA, NO MÍNIMO 40L, COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.500W, VOLTAGEM: 220V, CAPACIDADE 60 LITROS; PRATELEIRAS REGULÁVEIS; BASE ANTIDERRAPANTE; TEMPERATURA DE 09C ATÉ 2509C; TIMER 120 MINUTOS; LUZ PILOTO DE INDICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO; FUNÇÕES GRELHA, ASSA, (TOSTA, GRATINA E AQUECE; RESISTÊNCIAS BLINDADAS, 4 RESISTÊNCIAS QUE DISTRIBUEM MELHOR O CALOR; CERTIFICADO PELO INMETRO; MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA 12 MESES	UN - UNIDADE	NARDELLI	20,00	775,0000	15.500,00
12	36695	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 80 LITROS, FRIGOBAR, NA COR BRANCA,220V, COM SELO PROCEL A Detalhamento: REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 80 LITROS, FRIGOBAR, NA COR BRANCA,220V, COM SELO PROCEL A	UN - UNIDADE	MIDEA	4,00	1.860,0000	7.440,00
13	36696	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 345 LITROS, GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROST FREE, REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A VOLTAGEM 127/220 V Detalhamento: REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 345 LITROS, GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROST FREE, REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A VOLTAGEM 127/220 V	UN - UNIDADE	CONTINENTAL	10,00	3.855,0000	38.550,00
14	36701	TELEVISOR A CORES, TELA COM 42 POLEGADAS, TECNOLOGIA LED, TELA PLANA ALTA DEFINIÇÃO (1920X1080), ENTRADA HDMI, ENTRADA PC, RECEPÇÃO PARA VHF, UHF, CABO E TV DIGITAL, PAL-M/NTSC, PAL-N, ALIMENTAÇÃO 110/220V, COM MENU EM PORTUGUÊS E INGLÊS, CONTROLE RE Detalhamento: TELEVISOR A CORES, TELA COM 42 POLEGADAS, TECNOLOGIA LED, TELA PLANA ALTA DEFINIÇÃO (1920X1080), ENTRADA HDMI, ENTRADA PC, RECEPÇÃO PARA VHF, UHF, CABO E TV DIGITAL, PAL-M/NTSC, PAL-N, ALIMENTAÇÃO 110/220V, COM MENU EM PORTUGUÊS E INGLÊS, CONTROLE REMOTO, MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO COM ASSISTÊNCIA ABRANGENDO TODO O ESTADO DE MATO GROSSO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO BRASILEIRA, PADRÕES DE VÍDEO ADOTADO NO BRASIL PARA TV DIGITAL	UN - UNIDADE	MULTILASER	10,00	2.882,0000	28.820,00
15	36703	CORTADOR DE LEGUMES – EM AÇO INOXIDAVEL, COM LÂMINA EM AÇO, DO TIPO INDUSTRIAL, MECANICA COM TRIPE, ALTURA: 112,4CM LARGURA: 40CM Detalhamento: CORTADOR DE LEGUMES – EM AÇO INOXIDAVEL, COM LÂMINA EM AÇO, DO TIPO INDUSTRIAL, MECANICA COM TRIPE, Altura: 112,4cm Largura: 40cm	UN - UNIDADE	JL COLOMBO	3,00	245,0000	735,00

Total: 369.980,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

OLMIR IORIS & CIA LTDA

_____

MARIA MARGARETH MOSCAL

PORTARIA Nº 155/2022

_____

MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA

PORTARIA Nº 280/2021

_____

RENATO DE SOUZA BEJOS

PORTARIA Nº 42/2021

_____

OLIVIA DA COSTA COELHO

PORTARIA Nº 139/2021

_____

LARISSA AROMA MARTINS

PORTARIA Nº 77/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO Nº 017/2022-HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

DECRETO Nº 017/2022 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de General Carneiro - MT, Marcelo de Aquino, no uso das atribuições legais e com base no relatório final do Concurso Público 001/2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado e publicado o resultado final do Concurso público 001/2022, contendo a relação dos aprovados e dos classificados, conforme ANEXO “I”.

Art. 2º - A presente homologação demonstra o desempenho final dos candidatos aprovados e dos classificados.

Art. 3º - O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal, no jornal oficial do município AMM, no site da empresa responsável pelo Concurso e no site da Prefeitura Municipal de General Carneiro - MT.

Art. 4º - O Concurso público terá validade pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em General Carneiro - MT, 03 de novembro de 2022.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal de General Carneiro – MT

Registre-se

Publique-se

ANEXO I

Cargo: 001 - Agente Administrativo									
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000055	ELDYS SILVA VALADAO	16/07/1987	**1**	60	16	8	6		90	AP
0000000423	GABRIELLA ALMEIDA ARRAIS	29/12/1997	**2**	52	16	8	6		82	AP
0000000293	WENDER PEREIRA DOS SANTOS	10/05/1992	**3**	44	16	8	8		76	CL
0000000041	LUCAS DO CARMO PEREIRA	08/11/2002	**4**	44	14	10	8		76	CL
0000000356	LARISSA DE OLIVEIRA VERON	16/12/2000	**5**	40	14	10	6		70	CL
0000000487	NAILTON ARAUJO LEITE	29/09/1998	**6**	36	20	10	4		70	CL
0000000479	MIKAELI RODRIGUES SILVA	13/05/1993	**7**	40	12	10	6		68	CL
0000000418	MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA	17/05/1995	**8**	40	10	10	8		68	CL
0000000387	SELMA PEREIRA DA SILVA XAVIER	27/04/1969	**9**	40	16	4	6		66	CL
0000000301	LEONARDO DE SOUZA NERES	06/10/1987	**10**	36	16	6	8		66	CL
0000000553	LINDIANE FRANCISCA MOTA	28/04/1980	**11**	36	12	8	8		64	CL
0000000123	LUAN FERREIRA LIMA	02/07/2004	**12**	32	18	6	8		64	CL
0000000311	GUSTAVO DE JESUS GERMANO	02/07/1992	**13**	40	10	4	6		60	CL
0000000248	ANA CAROLINA LOPES SILVA	20/07/1994	**14**	32	14	10	4		60	CL
0000000140	DIEGO FERREIRA LIMA	22/05/2000	**15**	28	14	6	10		58	CL
0000000054	REGIANE BORGES MACHADO	20/04/1992	**16**	28	14	8	6		56	CL
0000000227	MARCO AURÉLIO ALMEIDA NOGUEIRA	29/12/1999	**17**	24	16	10	4		54	CL
0000000437	PAULO GABRIEL BUSANELLO MACHADO	07/11/1999	**18**	28	10	6	8		52	CL
0000000013	ROZANGELA ALVES PEREIRA	12/08/1977	**19**	32	6	6	6		50	CL
0000000430	LUIZ SOARES PAULO FILHO	31/12/1997	**20**	24	14	6	6		50	CL
Cargo: 002 - Apoio - Sec. Educação									
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000156	FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM	09/05/1988	**1**	0	36	24	30		90	AP
0000000232	THIAGO VINICIUS PEREIRA CAMILO	10/12/1988	**2**	0	36	24	30		90	AP
0000000314	SUELEM ALVES DIAS SILVA	17/09/1996	**3**	0	40	24	24		88	AP
0000000543	DELCILAINE ALVES GARCIA	29/08/2001	**4**	0	36	21	24		81	AP
0000000550	GEUCILENE MARTINS LOPES	23/08/1988	**5**	0	32	24	24		80	CL
0000000199	ANIELLY CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA	20/12/2000	**6**	0	36	24	18		78	CL
0000000021	KLEIA SOUZA PINHEIRO OLIVEIRA	16/05/1973	**7**	0	36	21	21		78	CL
0000000221	KAREN CRISTINA DE ALMEIDA MOURA	16/08/2002	**8**	0	36	24	15		75	CL
0000000254	ANA BEATRIZ RIBEIRO DE SOUZA	27/05/2004	**9**	0	36	21	18		75	CL

0000000529	PAULA ANDREIA COSTA DA SILVA	26/01/1983	**10**	0	32	18	24		74	CL
0000000336	DÉBORA PEREIRA DE SOUZA	25/07/1987	**11**	0	32	18	24		74	CL
0000000228	THAYRINE VIANA COSTA	08/07/1995	**12**	0	32	18	24		74	CL
0000000377	VIVIANE SOARES FREITAS SOUZA	03/10/1974	**13**	0	32	15	27		74	CL
0000000079	CRISTINA MARQUES DA ROCHA	08/09/1978	**14**	0	36	15	21		72	CL
0000000347	MARCIA PEREIRA DE SOUSA	23/02/1990	**15**	0	32	24	15		71	CL
0000000215	ELMA BEATRIZ LIMA TEIXEIRA	29/08/2000	**16**	0	32	21	18		71	CL
0000000187	MARIA HELENA DOS SANTOS MOURA	25/09/1979	**17**	0	32	18	21		71	CL
0000000456	MARCILENE MENDES DE LIMA	24/09/1970	**18**	0	32	15	24		71	CL
0000000210	NAYARA SOARES PAULA	23/08/1993	**19**	0	32	15	24		71	CL
0000000364	PÂMELA CAMILA MOREIRA LOPES	28/04/2003	**20**	0	36	12	21		69	CL
0000000380	VICTOR HUGO FARIAS CARVALHO	07/08/2000	**21**	0	32	18	18		68	CL
0000000438	DEUZÉLIA SOUZA SANTOS	01/04/1984	**22**	0	32	12	24		68	CL
0000000470	ANDREIA MATOS DA SILVA OLIVEIRA	20/12/1989	**23**	0	20	21	27		68	CL
0000000081	GLEICY DIAS LEDIO DE SOUSA	02/12/2001	**24**	0	28	18	21		67	CL
0000000407	JARLISON CAIRO MORAES DE REZENDE	02/04/1994	**25**	0	28	15	24		67	CL
0000000441	ROSIDETE RESPLANDE DE FREITAS	18/11/1976	**26**	0	36	15	15		66	CL
0000000015	MOARA FARIAS CAMPOS	04/01/1989	**27**	0	24	21	21		66	CL
0000000544	LUCIANA ALVES DE MELO	06/03/1982	**28**	0	32	18	15		65	CL
0000000132	JERUZA SANTANA ROSA GOMES	09/01/1990	**29**	0	32	12	21		65	CL
0000000252	KATRINY MOTA ALVES	09/04/2004	**30**	0	32	12	21		65	CL
0000000135	LUCENIR FRANCISCA DE SOUSA	09/09/1976	**31**	0	32	15	15		62	CL
0000000442	MARIA EUNICE VIEIRA DE MOURA	28/08/1965	**32**	0	28	15	18		61	CL
0000000150	FRANCIELLY PINHEIRO BELO	27/04/1998	**33**	0	28	15	18		61	CL
0000000158	ERICA CAMILA FERNANDES DE ARRUDA	30/12/1994	**34**	0	28	12	21		61	CL
0000000302	RAIKELY QUEIROZ DAVID	12/06/2005	**35**	0	28	12	21		61	CL
0000000338	GESSICA NOVAES GUIMARÃES	28/07/1993	**36**	0	24	21	15		60	CL
0000000279	HENRIQUE CAMARGO COSTA	25/09/2001	**37**	0	24	21	15		60	CL
0000000274	ANA FABIA LEANDRO	03/12/1987	**38**	0	24	15	21		60	CL
0000000069	VALERIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA	04/07/1984	**39**	0	24	9	27		60	CL
0000000072	LEOMARIA CARLOS ASSUNÇÃO	05/10/1984	**40**	0	20	15	24		59	CL
0000000214	SONILDA SOARES DA SILVA	02/03/1985	**41**	0	28	18	12		58	CL
0000000144	BEATRIZ OLIVEIRA SANTOS	26/09/1999	**42**	0	28	15	15		58	CL
0000000169	MARIANA LIMA DA SILVA	28/07/1998	**43**	0	32	6	18		56	CL
0000000466	FERNANDA RODRIGUES LIMA	12/11/1979	**44**	0	20	15	21		56	CL
0000000401	DEBORA REGINA PEREIRA LIMA	19/05/1989	**45**	0	24	15	15		54	CL
0000000542	POLIANA KAROLINE NARCISA DE SOUSA RIBEIRO	18/04/1996	**46**	0	24	15	15		54	CL
0000000234	MARCIA DOS SANTOS ARAÚJO	22/10/1980	**47**	0	20	12	21		53	CL
0000000545	ELIZA MEL GOMES DE JESUS	17/11/2002	**48**	0	36	9	6		51	CL
0000000046	ALINE NATALIA ALVES DA SILVA	09/12/1992	**49**	0	24	12	15		51	CL
0000000102	CRISLAINE PEREIRA DE SOUZA	01/10/1994	**50**	0	24	12	15		51	CL
0000000515	VIVIANE BARBOSA LOPES	03/04/1980	**51**	0	24	9	18		51	CL
0000000464	GIZELY NOVAES GUIMARÃES	10/07/1989	**52**	0	24	9	18		51	CL
0000000486	MÁRCIA ALVES DA SILVA	26/01/1998	**53**	0	20	18	12		50	CL
0000000212	MARIA VALE DA CRUZ	01/04/1970	**54**	0	20	15	15		50	CL
0000000078	MARISTELA PEREIRA RIOS DE JESUS	23/11/1976	**55**	0	20	15	15		50	CL

Cargo: 003 - Auxiliar de Serviços Gerais

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000213	GUILHERME VIGATO CASTANON	22/08/2002	**1**	0	40	27	30		97	AP
0000000480	ANDRESA DUARTE DE ARAUJO	20/07/2000	**2**	0	40	27	27		94	AP
0000000157	LEYDIANA SOARES SILVA	24/01/1987	**3**	0	36	27	30		93	AP
0000000376	LUZIA PRIMO PARREIRA	24/01/1966	**4**	0	36	27	27		90	AP
0000000093	ARIELE MENDES DE ARAUJO	13/08/1991	**5**	0	36	27	27		90	AP
0000000384	LAZARA JESUS DO NASCIMENTO	27/09/1991	**6**	0	36	27	27		90	AP
0000000465	VALDELI FORTE FERREIRA	24/06/1964	**7**	0	32	27	30		89	CL
0000000269	LINACY SOUSA BORGES	19/07/1970	**8**	0	36	27	24		87	CL
0000000453	ADRIANA CABRAL DE JESUS ALVES	01/02/1978	**9**	0	36	27	24		87	CL
0000000080	DÉBORA ALVES DE SOUZA SILVA	17/03/1998	**10**	0	32	30	24		86	CL
0000000267	WISBLER CAENEIRO LEAO NEPOMUCENO	02/10/1982	**11**	0	32	27	27		86	CL
0000000330	MARIA FERREIRA DE SOUZA	02/11/1985	**12**	0	32	24	30		86	CL
0000000181	MARLI TEODORA CAMARGO	18/08/1979	**13**	0	36	21	27		84	CL
0000000504	ZANKEON DAVI DE ARAÚJO	08/08/1991	**14**	0	28	27	27		82	CL
0000000106	NATHALIA VIANA COSTA	28/08/1996	**15**	0	36	18	27		81	CL
0000000421	THATILLA DUARTE BORGES	30/11/1995	**16**	0	32	24	24		80	CL
0000000099	LUCIENE MOREIRA DA SILVA	29/09/1985	**17**	0	36	24	18		78	CL
0000000112	JULIANA BARCELO DA SILVA	07/12/1987	**18**	0	36	21	21		78	CL
0000000103	JUCELIA SILVA DE MORAES	08/08/1988	**19**	0	36	18	24		78	CL
0000000371	JOSELIA ALVES FERREIRA	27/01/1981	**20**	0	32	21	24		77	CL
0000000556	IGOR CAVALCANTE SALES	28/08/2001	**21**	0	28	24	24		76	CL
0000000045	MILLENNA CAVALCANTE SALES	23/07/1999	**22**	0	36	12	27		75	CL
0000000145	ELIZANETE DA COSTA SOUZA MOURA	11/04/1983	**23**	0	32	21	21		74	CL
0000000266	ELIZABETH DA SILVA SANTOS	20/07/1986	**24**	0	32	21	21		74	CL
0000000238	VALDESI DAVID DE MORAES	31/10/1983	**25**	0	28	21	24		73	CL
0000000477	RAFAELA COSTA NEVES	20/10/1989	**26**	0	28	18	27		73	CL

0000000443	GLORINHA ROSA DE SOUZA	04/10/1972	**27**	0	32	12	27		71	CL
0000000319	VANDERLEY RODRIGUES IKUIE KUDU	06/10/1972	**28**	0	32	12	27		71	CL
0000000485	ANA PAULA DE ANDRADE FÉLIX	06/11/1989	**29**	0	32	9	30		71	CL
0000000037	MARIA JOSE MOREIRA SANTOS GUIMARAES	17/09/1978	**30**	0	28	21	21		70	CL
0000000435	MAYKON DANIEL DUARTE SANTOS	29/04/2002	**31**	0	28	21	21		70	CL
0000000261	MIKAELA SANTANA ALVES	15/12/2000	**32**	0	28	18	24		70	CL
0000000164	CARLA APARECIDA ALVES VIEIRA	12/10/1996	**33**	0	28	15	27		70	CL
0000000077	TEREZINHA CARMARGO DA SILVA	17/01/1970	**34**	0	28	12	30		70	CL
0000000308	RONDINELO ALMEIDA ARRUDA	16/10/1985	**35**	0	24	24	21		69	CL
0000000141	MARCILENE SOUSA PINHEIRO	24/08/1968	**36**	0	24	21	24		69	CL
0000000335	MARCOS VINICIOS RIBEIRO ALVES	10/06/1997	**37**	0	32	12	24		68	CL
0000000491	VANUBIA MORAES FILHO	11/02/1978	**38**	0	32	9	27		68	CL
0000000162	ELISMAR SIQUEIRA DOS SANTOS	13/09/1981	**39**	0	32	9	27		68	CL
0000000431	DOMINGAS MOREIRA SANTOS	14/01/1970	**40**	0	24	21	21		66	CL
0000000570	NAIURI MAIELE MESSIAS DA SILVA	28/04/1995	**41**	0	32	15	18		65	CL
0000000040	MARCIA DE FATIMA MALAQUIA BRITO	19/04/1978	**42**	0	28	12	24		64	CL
0000000121	DANIELA DO NASCIMENTO SILVA	10/10/1989	**43**	0	32	12	18		62	CL
0000000325	MARIANA MAUERVERCK VIEIRA	04/06/1996	**44**	0	28	6	27		61	CL
0000000075	DAIANE HELENA TEIXEIRA DA SILVA	12/12/1986	**45**	0	24	12	24		60	CL
0000000532	LUCIA ADRIANA TOMASI	06/02/1974	**46**	0	20	12	27		59	CL
0000000042	GLEUCIA DIAS LEDIO	29/04/1982	**47**	0	28	3	27		58	CL
0000000223	ELIETE VIEIRA DE SOUSA	17/05/1977	**48**	0	24	9	21		54	CL
0000000310	HYASMIN PEREIRA DE ARAÚJO	07/04/2004	**49**	0	28	9	15		52	CL

Cargo: 004 - Enfermeiro

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000044	MARIA TEREZA FERREIRA MARMORE	14/04/1979	**1**	36	20	0	18		74	AP
0000000413	ADRIEL ANDRÉ NUNES	18/05/1989	**2**	32	16	0	18	1	67	CL
0000000270	GABRIELLA BUENO SOUSA	31/03/1989	**3**	28	14	0	14	1	57	CL
0000000255	ROGERIO DOS SANTOS	26/12/1976	**4**	32	10	0	14		56	CL
0000000390	RAFAEL UBIDA GROSSI JUNIOR	08/12/1988	**5**	28	12	0	16		56	CL
0000000326	NAIANNE ALVES DE LIMA	08/01/1990	**6**	24	16	0	14	1	55	CL
0000000001	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	05/03/1998	**7**	24	14	0	16		54	CL
0000000315	WENDER GONÇALVES COELHO	11/12/1985	**8**	28	12	0	10		50	CL
0000000233	MARIA APARECIDA FERREIRA DE FREITAS	14/07/1986	**9**	24	12	0	14		50	CL
0000000166	CÁSSIA ALVES DA SILVA CARVALHO	09/12/1993	**10**	24	10	0	16		50	CL

Cargo: 005 - Enfermeiro - Zona Rural

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000285	LAURO FERNANDO RIBEIRO	14/10/1986	**1**	16	16	0	20		52	AP
0000000025	GRAZZIELA SOUZA PINHEIRO DE OLIVEIRA	25/11/1996	**2**	28	10	0	12		50	CL
0000000360	GEICIELLEK KHAUANY DE MELLO IZEPPI	12/09/2000	**3**	24	10	0	16		50	CL

Cargo: 006 - Guarda

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000559	FABIO LIMA LIBERALESSO	17/04/1981	**1**	0	36	24	30		90	AP
0000000014	INEIS GOMES DE SOUZA	27/02/1987	**2**	0	40	21	27		88	AP
0000000332	JOAQUIM FERREIRA NETO	20/08/1968	**3**	0	36	24	27		87	AP
0000000115	FERNANDO CARLOS AYRES DE ALMEIDA	22/11/1989	**4**	0	36	24	27		87	CL
0000000427	MURIEL AUGUSTO GONÇALVES DE ARAÚJO	15/04/2004	**5**	0	36	24	27		87	CL
0000000492	MARCOS VELOSO OLIVEIRA	06/06/1984	**6**	0	32	27	27		86	CL
0000000458	ALEX LEITE CARVALHO	08/08/1975	**7**	0	36	21	27		84	CL
0000000128	FERNANDO HENRIQUE SOARES CARDOSO VIEIRA	13/11/1989	**8**	0	36	21	27		84	CL
0000000528	MARCOS GLEYB OLIVEIRA DA SILVA	09/01/1975	**9**	0	36	24	21		81	CL
0000000490	ROGERIO BALBINO MARTINS	26/10/1980	**10**	0	32	24	24		80	CL
0000000163	MIGUEL VITORIO GOIS MENDONÇA	01/02/2005	**11**	0	32	24	24		80	CL
0000000186	WICKYTOR WINNICIOS DE SOUSA VILELA	20/04/1987	**12**	0	28	24	27		79	CL
0000000172	EDINIR BATISTA FILHO	24/08/1968	**13**	0	28	21	30		79	CL
0000000429	ANTONIO MOREIRA DA SILVA	13/06/1979	**14**	0	36	21	21		78	CL
0000000424	THAIS DUARTE PEREIRA	25/09/1993	**15**	0	36	21	21		78	CL
0000000111	WIRIK DIEF ALVES DA SILVA	05/05/1995	**16**	0	36	21	21		78	CL
0000000549	PAULO WAGNER DE SOUSA	05/04/1976	**17**	0	32	21	24		77	CL
0000000226	LEANDRO PEREIRA LIMA	06/02/1980	**18**	0	28	24	24		76	CL
0000000386	LUAN LIMA GOMES	05/07/2002	**19**	0	36	21	18		75	CL
0000000561	ELEANDRO MATIAS DA SILVA JUNIOR	07/10/1994	**20**	0	36	18	21		75	CL
0000000341	IGOR FERREIRA DE ARAUJO	17/08/1997	**21**	0	32	24	18		74	CL
0000000061	THIAGO ARAUJO DA SILVA	13/11/1986	**22**	0	28	21	24		73	CL
0000000482	RODRIGO DANILO RODRIGUES BARROS	21/12/1983	**23**	0	32	21	18		71	CL
0000000440	KAUARA DE ALMEIDA LARA PEREIRA	21/07/1990	**24**	0	32	12	27		71	CL
0000000020	ALEFY PEREIRA LIMA	12/09/1998	**25**	0	28	21	21		70	CL
0000000420	MARCOS VAGNER DE CARVALHO	20/06/1989	**26**	0	36	21	12		69	CL
0000000389	RENATO COSTA DA SILVA	07/07/1988	**27**	0	24	24	21		69	CL
0000000358	ESIO BENTO DE AGUIAR	30/12/1961	**28**	0	32	12	24		68	CL
0000000028	EVA CRISTINA LAURENTINO DA COSTA	24/01/1972	**29**	0	32	15	21		68	CL
0000000459	DIVINO MOREIRA SANTOS	02/10/1971	**30**	0	32	12	24		68	CL
0000000039	GILBERTO GUIMARAES	27/08/1976	**31**	0	24	18	24		66	CL
0000000415	YGOR ALVES MENEZES	13/08/1997	**32**	0	32	18	15		65	CL

0000000110	JEFERSON VALE DA SILVA	03/01/1997	33	0	32	15	18		65	CL
0000000108	CELIA CRISTINA VIANA FERREIRA	16/12/1976	34	0	32	15	15		62	CL
0000000410	WISLAINY DE OLIVEIRA NERES VIEIRA	16/07/1999	35	0	32	12	18		62	CL
0000000117	ELIO DIAS DA SILVA	28/07/1976	36	0	20	21	21		62	CL
0000000546	PAULO FRANCISCO QUEIROZ	02/04/1976	37	0	28	21	12		61	CL
0000000318	JUNIOR DOS SANTOS ARAUJO	03/06/1996	38	0	28	15	18		61	CL
0000000454	SANDRO MARETH PEREIRA DE ALMEIDA	27/12/1976	39	0	24	15	21		60	CL
0000000554	EVANDRO ARRAIS DE CARVALHO	16/03/1975	40	0	20	21	18		59	CL
0000000088	WESLEY SANTOS MARQUES	28/01/1999	41	0	24	18	15		57	CL
0000000378	EMIDIO SOUSA SILVA	01/05/1976	42	0	24	12	21		57	CL
0000000114	JOSE SOUZA COSTA	23/08/1963	43	0	20	12	24		56	CL
0000000003	JHEYZON DANILO DE SOUZA PENA	26/08/1994	44	0	20	12	24		56	CL
0000000170	ROSA ELIANE GOMES DE SOUZA	23/08/1975	45	0	28	12	15		55	CL
0000000218	JAIRO RODRIGUES DE MORAIS	10/03/1979	46	0	24	15	15		54	CL
0000000095	CLEIDINEY MOREIRA DA SILVA	08/01/1978	47	0	20	21	12		53	CL
0000000101	NAYSA MARTINS BARBOSA	25/11/1996	48	0	20	15	18		53	CL

Cargo: 007 - Motorista - Sec. Educação

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000333	ALCEU DOS SANTOS	16/09/1984	1	0	36	24	21		81	AP
0000000195	CLAUDIO LEITE DE CARVALHO	10/04/1968	2	0	36	15	27		78	AP
0000000219	RHONEYBER GONÇALVES BARBOSA	20/12/1978	3	0	28	21	21		70	AP
0000000520	RENATO DOS REIS VERON	23/07/1975	4	0	28	15	27		70	AP
0000000467	AUDIO LEITE GUIMARAES	08/10/1966	5	0	32	18	18		68	CL
0000000468	LEANDRO PEREIRA DUARTE	10/11/1987	6	0	20	21	24		65	CL
0000000538	ARMANDO RODRIGUES TEIXEIRA DE SOUSA DA SILVA FILHO	22/07/1990	7	0	28	18	18		64	CL
0000000189	TIAGO DE JESUS ANDRADE	26/11/1992	8	0	24	18	21		63	CL
0000000245	ELIZABETE VICENTE DE OLIVEIRA	16/11/1976	9	0	24	18	18		60	CL
0000000116	CLEUDES ETERNO DA SILVA	11/09/1988	10	0	24	18	18		60	CL
0000000005	MURILLO DAVID DE MORAES	25/01/1989	11	0	20	15	18		53	CL

Cargo: 008 - Motorista - Sec. Administração

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000359	RENAN REIS DE SOUZA CARNEIRO LEÃO	06/01/2001	1	0	36	27	24		87	AP
0000000167	MARCOS VINICIOS FERREIRA CARVALHO	23/02/1995	2	0	36	24	21		81	AP
0000000136	RAQUEL SANTANA TEIXEIRA	31/01/1992	3	0	36	21	24		81	CL
0000000337	LAERTE CARNEIRO LEAO JUNIOR	22/05/1954	4	0	24	27	24		75	CL
0000000557	CARLOS EDUARDO LEITE DE LIMA	04/08/1999	5	0	24	27	24		75	CL
0000000345	AERTON GUEDES SÁ	19/06/1970	6	0	32	21	21		74	CL
0000000305	FLÁVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA COSTA	19/09/1999	7	0	32	18	18		68	CL
0000000032	GABRIELA SOUZA PINHEIRO PEREIRA	14/09/1994	8	0	28	18	21		67	CL
0000000222	FABRICIO VIEIRA DE ARAUJO	25/10/1999	9	0	28	18	18		64	CL
0000000571	EDRIANO BARBOSA DE MORAES	24/09/1986	10	0	16	21	27		64	CL
0000000280	RAWAN JUNIOR BISPO SANTANA	02/12/2002	11	0	24	24	15		63	CL
0000000411	CLAUDIO SOBRINHO CUNHA FERREIRA	26/10/2001	12	0	24	21	18		63	CL
0000000514	ATHOS VINICIUS LOPES FERREIRA	16/03/2002	13	0	20	24	18		62	CL
0000000537	DIEGO ALEX SILVA LOPES	01/08/1997	14	0	28	18	15		61	CL
0000000527	VINICIUS MORAES ROCHA DOS SANTOS	17/01/1994	15	0	28	12	21		61	CL
0000000502	SERGIO ALVINO DE SOUSA	11/03/1972	16	0	20	12	24		56	CL
0000000461	DONIZETE VILELA DE MORAES FILHO	21/07/1993	17	0	24	15	15		54	CL
0000000422	LUIZ GUSTAVO PAZ GOUVEIA NERIS	11/05/1996	18	0	24	9	18		51	CL

Cargo: 009 - Professor - Sec. Educação

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000519	LILIAN APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES	01/01/1985	1	40	20	0	14	1	75	AP
0000000060	LUCIVANIA TELES SILVA	20/07/1994	2	44	12	0	16	1	73	AP
0000000455	LEILA MARTINS DA SILVA PEREIRA	25/04/1978	3	36	16	0	18	1	71	AP
0000000010	ENILDIS CARDOSO LAURIANO	27/12/1983	4	40	14	0	14	1	69	AP
0000000408	EDINEIA MENDES BATISTA	27/11/1993	5	32	20	0	16	1	69	CL
0000000193	ANNA PAULA LINS BRANDÃO	31/05/1982	6	36	18	0	14		68	CL
0000000043	SILVIANE CAVALCANTE DA SILVA SALES	25/12/1979	7	40	8	0	16	1	65	CL
0000000292	IVANA MARIA SALES ARRUDA DOS SANTOS	23/06/1997	8	32	14	0	18		64	CL
0000000019	ELAINE MARIA DE SOUZA	18/08/1989	9	28	16	0	18	1	63	CL
0000000058	DEYVILY ALVES TAPETY	06/09/1978	10	32	12	0	12	1	57	CL
0000000306	ELOIZA ALVES MARTINS	05/11/1964	11	28	12	0	16	1	57	CL
0000000312	GLAYSE DE JESUS GERMANO	02/07/1992	12	32	14	0	10		56	CL
0000000522	TATIANE COSTA RIBEIRO	27/07/1983	13	32	10	0	14		56	CL
0000000243	JOICIELE HELENA BARATTO	02/07/1990	14	28	14	0	14		56	CL
0000000524	WESLAINE RIBEIRO DA SILVA	06/05/1985	15	28	12	0	16		56	CL
0000000541	CHRISTIANE LOPES DE SOUZA	25/03/1987	16	32	12	0	10	1	55	CL
0000000217	AUDISLENE SILVERIA BABOSA LEMOS	04/02/1969	17	24	10	0	20	1	55	CL
0000000237	MARIA IVANILDES TORRES SERRÃO	26/02/1978	18	32	8	0	14		54	CL
0000000383	SUZANA SOUSA SILVA	26/04/1987	19	28	10	0	16		54	CL
0000000350	TALITA ANDRADE DE SOUZA FURQUIM	05/03/1990	20	24	18	0	12		54	CL
0000000008	ISABELA ARAUJO AIRES	19/04/1994	21	24	14	0	16		54	CL
0000000446	LILIAN TEIXEIRA DOS SANTOS	28/12/1980	22	24	10	0	18	1	53	CL
0000000525	ELAINE ROSA DA SILVA	09/08/1984	23	28	12	0	12		52	CL

0000000375	ÉRICA FRANCISCA BORGES	14/11/1983	**24**	24	16	0	12		52	CL
0000000555	CLAUDIA DOS SANTOS	26/01/1987	**25**	24	12	0	16		52	CL
0000000137	ELIANE MELO BEZERRA RODRIGUES	16/02/1991	**26**	20	14	0	18		52	CL
0000000346	LEILA VIEIRA DE SOUSA	19/01/1976	**27**	24	12	0	14	1	51	CL
0000000498	LUZIA GOMES FERREIRA	25/09/1977	**28**	24	12	0	14	1	51	CL
0000000297	CLEIDILAINE VIEIRA DE JESUS	01/07/1979	**29**	24	12	0	14	1	51	CL
0000000159	SUELE FERNANDA DESTRI	14/01/1982	**30**	28	8	0	14		50	CL
0000000070	PAULA REGINA DE SOUZA FERREIRA	04/10/1982	**31**	20	14	0	16		50	CL
Cargo: 010 - Técnico de Enfermagem										
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000575	FABIO VICENTE ALVES	20/08/1977	**1**	36	12	6	8		62	AP
0000000029	LAURA DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA	26/05/1979	**2**	36	14	4	6		60	AP
0000000091	CLAUDIA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	14/06/1980	**3**	36	12	6	6		60	CL
0000000119	CLÉIA DA SILVA BARROS	15/09/1974	**4**	28	16	8	6		58	CL
0000000536	LARISSA CRISTHINA DE OLIVEIRA ROHDEN	31/12/1996	**5**	28	12	8	4		52	CL
0000000073	CHARLES ALVES DA SILVA	07/02/1997	**6**	24	16	6	4		50	CL
0000000396	MONICA MARTA FERREIRA DOS SANTOS	09/08/1985	**7**	24	14	8	4		50	CL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA Nº 219 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O

CONSELHO ANTIDROGAS – COMAD DO

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE MATO

GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, prefeita do Município de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, para compor o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD do Município de Glória D'Oeste, os seguintes membros:

Representante da Prefeitura Municipal

Titular: Rosalina Rodrigues da Silva

CPF: 536.129.491 - 87

RG: 809.771 SSP/MT

Endereço: Rua 24 de Junho S/N – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Larissa Mendes Ortiz

CPF: 031.026.381-63

RG: 0940521040 SSP/MT

Endereço: Rua Paraná S/N – Glória D'Oeste – MT.

Titular: Josenilda Alves das Neves

CPF: 142.812.588 – 41

RG: 226811463 SSP/MT

Endereço: Rua Elóy Custódio da Silva Nº 1973 – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Vanderlei Rodrigues da Silva

CPF: 721.037.361 – 68

RG: 15147193 SSP/MT

Endereço: Rua Elóy Custódio da Silva S/N – Glória D'Oeste – MT.

Titular: Silvana Perez Martins

CPF: 014.112.261 – 78

RG: 1412588 – 9 SSP/MT

Endereço: Rua Juliano Mateus S/N – Glória D'Oeste – MT

Suplente: Daniele Silva Zeviani Ramos

CP F: 228.884.178 – 80

RG: 292.148.215 SSP/MT

Endereço: Avenida dos Imigrantes S/N – Glória D'Oeste – MT.

Titular: Amanda Rosa Medeiros

CPF: 060.817.021 – 62

RG: 2502861 – 8 SSP/MT

Endereço: Rua Juliano Mateus S/N – Glória D'Oeste – MT

Suplente: Kepury de Carvalho

CPF: 774.535.761 – 91

RG: 2226154 – 0 SSP/MT

Endereço: Rua João Cardoso – Glória D'Oeste – MT.

Representantes da Sociedade Civil

Titular: Jaqueliny de Almeida Silva

CPF: 050.850.361 – 23

RG: 2232233 – 7 SSP/MT

Endereço: Rua Antônio Barbosa Nº 2381 – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Sara Ferreira de Matos

CPF: 059.942.001 – 40

RG: 2705313 – 0 SSP/MT

Endereço: Rua Paraná Nº 2528 – Glória D'Oeste – MT.

Titular: Débora Ferreira Lemes

CPF: 053.916.771 - 14

RG: 2232269 – 8 SSP/MT

Endereço: Rua Elóy Custódio da Silva S/N – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Elizabete de Fátima Bonfim Palermo

CPF: 956.679.201 – 82

RG: 1237931 – 0 SSP/MT

Endereço: Rua João Garnica S/N – Glória D'Oeste – MT.

Titular: Silvia Martins de Almeida

CPF: 96.748.901 – 97

RG: 1095105 – 9 SSP/MT

Endereço: Rua Luiz Emanuel da Silva Nº 1939 – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Suely Cristina dos Anjos

CPF: 000.426.851 – 25

RG: 14995551 – 4 SSP/MT

Endereço: Rua Antônio Assone S/N – Glória D'Oeste – MT.

Titular: Elaine Cristina de Oliveira Barbosa

CPF: 536.300.331 – 72

RG:0949537 – 8 SSP/MT

Endereço: Avenida dos Imigrantes S/N – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Gicele de Oliveira Giandotte

CPF: 030.184.621 – 90

RG: 1798015 – 1 SSP/MT

Endereço: Rua João Cardoso Nº 2547 – Glória D'Oeste – MT.

Representantes da Polícia Militar

Titular: Rinaldo Gomes da Silva

CPF:651.580.081 – 91

RG: 880861 PM/MT

Endereço: Rua Professora Maria Flores S/N – Glória D'Oeste – MT.

Suplente: Aurélio Gonçalves Serapião

CPF: 002.307.881 – 22

RG: 885562 PM/MT

Endereço: Rua Professora Maria Flores S/N – Glória D'Oeste – MT.

Representantes de Autoridades Estadual de Ensino

Titular: Halassi Nunes dos Santos

CPF: 906.275.391 - 49

RG: 1140237 – 7 SJ/MT

Endereço: Rua Antenor Paulino S/N – Monte Castelo D'Oeste – MT.

Suplente: Uslaine Aparecida Palermo dos Santos

CPF: 022.163.241 - 75

RG: 1598689 – 6 SSP/MT

Endereço: Rua Divino Espírito Santo S/N – Glória D'Oeste – MT.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Glória D'Oeste Estado de Mato Grosso, 01 de novembro de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 214 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A) EFETIVO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Executivo Municipal, dentro dos parâmetros legais, buscando sempre a prioridade da eficiência da Administrativa, promover a organização do serviço público no Município, por meio da adequada designação dos servidores nos órgãos públicos, alocando os recursos humanos de acordo com a necessidade e sempre que verificada a conveniência e a oportunidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 017 de 01 de 4 abril de 2002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Glória D' Oeste), estabelece no Art. 41 que a redistribuição e o deslocamento de cargo efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

RESOLVE:

Artigo 1º – **TRANSFERIR EX–OFICIO** no interesse da Administração o (a) servidor(a)**, JAQUELINY DE ALMEIDA SILVA,** que exerce a Função de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** na Secretaria Municipal de Educação, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 028/ 2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes n.º 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 37.464.955/0001-00, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1100***-** SSP/MT e CPF/MF nº 722.***.***-20, residente e domiciliada na rua Juliano Mateus S/N, nesta cidade de Gloria D'Oeste – MT.

CONTRATADO: KENIS APARECIDA MENACHO, inscrita no CPF sob o N.º 027***.***-32.

OBJETO: Necessidade de contratação na função de Auxiliar de serviços Gerais em substituição a Servidora Nilza Maria Moura Sanches que se encontra de atestado.

VALOR: R$ 1.438,74 (Um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 02/11/2022

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Kenis Aparecida Menacho.

PORTARIA N. 213 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - **Conceder 45** (quarenta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do Art. 86, da Lei Complementar 017 de 01 de Abril de 2002, ao servidor **APARECIDO CARDOSO NEVES,** portadora da Cédula de Identidade RG N. º 504.864 SSP/MT e do CPF 531. 312.901-53, conforme Atestado médico.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativos a partir de 03/10/2022,

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 24 DE OUTUBRO DE 2022

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita do Município de Glória D' Oeste - MT

PORTARIA N.º 212 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A) EFETIVO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Executivo Municipal, dentro dos parâmetros legais, buscando sempre a prioridade da eficiência da Administrativa, promover a organização do serviço público no Município, por meio da adequada designação dos servidores nos órgãos públicos, alocando os recursos humanos de acordo com a necessidade e sempre que verificada a conveniência e a oportunidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 017 de 01 de 4 abril de 2002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Glória D' Oeste), estabelece no Art. 41 que a redistribuição e o deslocamento de cargo efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

RESOLVE:

Artigo 1º – **TRANSFERIR EX–OFICIO** no interesse da Administração o (a) servidor(a)**, NILZA MARIA MOURA SANCHES,** que exerce a Função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** na Secretaria Municipal de Educação, para a Secretaria Municipal de Administração devido a mesma está em desvio de função, conforme atestado médico.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N.º 211 DE 20 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A) EFETIVO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Executivo Municipal, dentro dos parâmetros legais, buscando sempre a prioridade da eficiência da Administrativa, promover a organização do serviço público no Município, por meio da adequada designação dos servidores nos órgãos públicos, alocando os recursos humanos de acordo com a necessidade e sempre que verificada a conveniência e a oportunidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 017 de 01 de 4 abril de 2002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Glória D' Oeste), estabelece no Art. 41 que a redistribuição e o deslocamento de cargo efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

RESOLVE:

Artigo 1º – **TRANSFERIR EX-OFICIO** no interesse da administraçãoo Servidor **(a) EDISON MARTINS DOS SANTOS FILHO,** que exerce a Função de **MOTORISTA DE VEICULO PEQUENO E AMBULANCIA**, na Secretaria Municipal de Saúde, para a secretária Municipal de Administração do Município de Glória D' Oeste – MT.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N. 210 DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - **Conceder 45** (quarenta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do Art. 86, da Lei Complementar 017 de 01 de Abril de 2002, ao servidor **MARCIO HENRIQUE DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG N. º 14693356 SSP/MT e do CPF 019. 575.771-85, conforme Atestado médico.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativos a partir de 14/09/2022,

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 20 DE OUTUBRO DE 2022

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita do Município de Glória D' Oeste - MT

EXTRATO DE CONTRATO N.º 163/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes n.º 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 37.464.955/0001-00, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1100***-** SSP/MT e CPF/MF nº 722.***.***-20, residente e domiciliada na rua Juliano Mateus S/N, nesta cidade de Gloria D'Oeste – MT.

CONTRATADO: CLAUDINEI BARBOSA DA SILVA, inscrito no CPF sob o N..028***.***-77

OBJETO: Necessidade de contratação na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM em substituição a NARA MICHELE DA SILVA BORGES que se encontra de LICENÇA PREMIO.

VALOR: R$ 1.654,60 (Um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) mais insalubridade.

VIGÊNCIA: 18/10/2022 a 30/11/2022

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Claudinei Barbosa da Silva

EXTRATO DE CONTRATO N.º 160/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes n.º 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 37.464.955/0001-00, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1100***-** SSP/MT e CPF/MF nº 722.***.***-20, residente e domiciliada na rua Juliano Mateus S/N, nesta cidade de Gloria D'Oeste – MT.

CONTRATADO: ANTONIA BONFIM SOLDERA, inscrita no CPF sob o N.º 816***.***-68

OBJETO: Necessidade de contratação na função MERENDEIRA em substituição a MONICA PARECIDA DA SILVA, que se encontra de LICENÇA PREMIO.

VALOR: R$ 1.438,74 (Um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 17/10/2022 a 15/12/2022

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Antonia Bonfim Soldera

EXTRATO DE CONTRATO N.º 166/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes n.º 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 37.464.955/0001-00, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1100***-** SSP/MT e CPF/MF nº 722.***.***-20, residente e domiciliada na rua Juliano Mateus S/N, nesta cidade de Gloria D'Oeste – MT.

CONTRATADO: JUCILEIA DA SILVA CARNIELO, inscrita no CPF sob o N.º 018**.***-63, portadora da cédula de identidade RG: 62.***.***-8, Residente e domiciliado na Rua Amazonas, 1913. Nesta cidade de Glória D' Oeste.

OBJETO: Necessidade de contratação na função MONITORA em substituição a Servidora Raquel Viana Nogueira , que se encontra de Atestado médico.

VALOR: R$ 1.294,87 (Um mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 20/11/2022

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Jucileia da Silva Carnielo.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 156/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes n.º 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 37.464.955/0001-00, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1100***-** SSP/MT e CPF/MF nº 722.***.***-20, residente e domiciliada na rua Juliano Mateus S/N, nesta cidade de Gloria D'Oeste – MT.

CONTRATADO: ELIZANGELA APARECIDA GEREMIAS DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o N.º 041.***.***-77. RG. Nº 222****-2 - SSP/MT, residente e domiciliada a Rua Dos Tico Tico s/n, nesta cidade de Glória D' Oeste-MT.

OBJETO: Necessidade de contratação na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, tendo em vista a necessidade junto a Secretaria Municipal de Saúde considerando a essencialidade do serviço supramencionado e em substituição a servidora Efetiva **GESSILENE OLIVEIRA BARBOSA, que se encontra de Licença Premio** surge a situação de excepcional interesse público.

VALOR: R$ 1.438,74 (Um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), mais Insalubridade.

VIGÊNCIA: 03/10/2022 a 29/11/2022

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Elizangela Aparecida Geremias de Oliveira

EXTRATO DE CONTRATO N.º 154/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes n.º 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 37.464.955/0001-00, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1100***-** SSP/MT e CPF/MF nº 722.***.***-20, residente e domiciliada na rua Juliano Mateus S/N, nesta cidade de Gloria D'Oeste – MT.

CONTRATADO: JURANDIR FERREIRA DA SILVA, portador da cédula de identidade n° 051.***. -3, inscrito no CPF sob o N.º 363***.***-00,residente e domiciliado no Município de Glória D'Oeste, na Rua Carlos Junior Marquioreto, CEP: 78293-000.

OBJETO: Necessidade de contratação na função de MOTORISTA CATEGORIA D, na Secretaria Municipal de Educação em substituição ao **servidor Orivaldo de Lima Leao**, que se encontra de **Atestado Médico.**

VALOR: R$ 3.730,26 (Três mil, setecentos e trinta reais e vinte e seis centavos),

VIGÊNCIA: 14/09/2022 a **30/10/2022**

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Jurandir Ferreira da Silva

PORTARIA N.º 218 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE – MT"

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** 30 dias de férias ao servidor (a) relacionado (a) abaixo, de acordo com a Lei n.º 017 de 01 de abril de 2002, que rege o Estatuto e o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos do Município de Glória D' Oeste, a partir de 01/11/2022 a 30/11/2022, correspondente ao período conforme consta:

SERVIDOR	REFERENTE AO PERÍODO	
MARIA DA PENHA DE LIMA BEZERRA	02/08/2021	01/08/2022

Artigo 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE, CUMPRA – SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT

PORTARIA N.º 217 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE CLASSE ao servidor abaixo relacionada;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	GESSILENE OLIVEIRA BARBOSA	AGENTE DE SERV. GERAIS	B/II	C/II

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N.º 216 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE NIVEL ao servidor abaixo relacionada;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	VANDERLEI RODRIGUES DA SILVA	ALMOXARIFE	C/II	C/III

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA Nº 209 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DO

NOVO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, tendo em vista o que dispõe o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Nº 695 de 25 de março de 2021 e Lei nº 14. 113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) do Município de Glória D´Oeste-MT, em conformidade com a Lei Federal nº14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Artigo 2º - A Comissão terá a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DO SEGUIMENTO EXECUTIVO MUNICIPAL					
POSIÇÃO	NOME	RG	CPF	ENDEREÇO	DATA NASC.
Titular	PATRÍCIA APARECIDA MATEUS GUTIERRES FAZOLO	1679541-5-SSP/MT	020.089.351-32	Rua Maria de Lourdes, s/n	10/09/1991
Suplente	FETTERMMAN F. SEBASTIÃO	2993585/4	024.462.851-39	Rua Divino Espírito Santo	12/04/1990
II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Titular	JOSÉLIA BRESSANIN BOSSOLANI	11038667-7 SSP/MT	522.920.021-91	Rua Maria Augusta de Carvalho, 1867	13/10/1973
Suplente	ÉRICA DOMINGUES DE LIMA DA MOTTA	0912219-2 SSP/MT	771.541.851-04	Sítio São Luiz	29/04/1974

III – REPRESENTANTE DO SEGUIMENTO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA					
Titular	ELIANE PIRES DA SILVA MOCHI SANTOS	19.880.23-5	025.603.851-12	Rua Juliano Mateus, 2381	27/08/1987
Suplente	CRISTIANE NUNES DA SILVA	979953-SSP-MT	651.065.551-91	Rua Eloy Custódio da Silva,1825	31/08/1975

IV – REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS					
Titular	GICELI OLIVEIRA GIANDOTTI	1798015-1/SSP/MT	030.184.621-90	Rua Maria Cecília Della Costa	23/05/1989
Suplente	ROSIMEIRE FERREIRA CORDEIRO	114.948-67 SSP/MT	948.069.261-91	Rua João Garnica, 1994	18/09/1975

V– REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS					
Titular	SANDRA ESMÉRIA BERGAMASCO TAVEIRA	104.365-SSP/MT	469.109.721-04	Rua Ataydes Bernardo, 1898	30/07/1969
Suplente	JAQUELINY DE ALMEIDA SILVA	2232233-7 SSP/MT	050.850.361-23	Rua Antonio Barbosa – Glória D´Oeste	11/08/1993

VI – REPRESENTANTE DO SEGUIMENTO DOS PAIS DE ALUNOS					
Titular	RAQUEL VIANA NOGUEIRA	2226096-0 SSP/MT	051.047.431-44	Sítio São José, Glória D´Oeste	18/09/1993
Suplente	WANDERLEI SABATINO BEJAS	09576940-SSP/MT	631.178.601-00	Rua Eloy Custódio da Silva,1839	17/08/1974
Titular	FERNANDA CRISTINA QUEIROZ FERNANDES	13960792	907.395.901-20	Rua Maria Augusta de Carvalho,1839	11/09/1980
Suplente	JANAINA MENKES NEGRO	1612485-5 – SSP/MT	025.386.971-40	Glória D´Oeste-MT	18/04/1986

VII – REPRESENTANTE DO SEGUIMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA					
Titular	ELOISA BONFIM BORGATO	Cert. Nasc.: 000099 01 552011 1 00002 274 0001881 82		Rua Juliano Mateus, s/n Glória D´Oeste-MT.	28/04/ 2011
Suplente	ISADORA EVANGELISTA DE SOUZA	Cert. Nasc.: 000099 01 552011 1 00002 274 0001879 68		Glória D´Oeste-MT.	29/04/ 2011
Titular	SOFIA ALVES SABATINO	Cert. Nasc.: 000099 01 55 2011 1 0000 2 274 0001881 82	063.567. 801-26	Rua Eloy Custódio	04/08/ 2011
Suplente	SOFIA CINTRA DE CARVALHO	Cert. Nasc.: 000099 02 55 2009 1 0000 2 258 0001815 10		Glória D´Oeste-MT.	08/07/ 2009

VIII – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME					
Titular	JOELMA DE SOUZA CINTRA CARVALHO	10259511-SSP/MT	697.731.811-20	Rua Maria de Lourdes, s/n – Glória D´Oeste	27/12/1976
Suplente	MÁRCIA HELENA MARTINS DOS SANTOS	0809.772-0	531.347.611-49	Rua Juliano Mateus, 2341	Ver data

IX – REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR					
Titular	DAGMAR PERPÉTUA DE FARIA	1322557-0 SSP/MT	942.137.801-63	Ave. Dos Imigrantes, 2179	17/04/1978
Suplente	JAQUELINE PINTO DA CUNHA	20738803 SSP/MT	030.997.361-98	Rua Divino Espirito Santo, 2.258	05/08/1993

X – REPRESENTANTE DAS ESCOLAS DO CAMPO					
Titular	HALASSI NUNES DOS SANTOS	1140237-7 SSP/ MT	906.275. 391-49	Rua Antenor Paulino, s/n – Monte Castelo D´Oeste	07/05/ 1981
Suplente	USLAINE APARECIDA PALERMOS DOS SANTOS	1598689-6 – ssp/ mt	022.163. 241-75	Rua Divino Espírito Santo s/n Centro – Glória D´Oeste	06/06/ 1987

Artigo 3º - Fica eleita para compor a Presidência do Conselho Municipal do FUNDEB a Senhora ***GICELI OLIVEIRA GIANDOTTI***, Vice_Presidente ***Eliane Pires da Silva Mochi Santos***, Secretária ***Josélia Bressanin Bossolani,*** para o mandato de 02 anos.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a |Portaria nº 077 de 20 de julho de 2021.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 208 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE - MT

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1° - **CONCEDER** 02 (dois) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N.º 057 de 16/02/2016 a Servidora **MÔNICA APARECIDA DA SILVA,** brasileira, portadora do RG n.º 16795636 SSP/MT e do CPF n.º 015.645.511-05que exerce o Cargo de MERENDEIRA, referente ao período de 01/12/2016 à 30/11/2021 - a partir de 17/10/2022 à 15/12/2022.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 17 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N.º 207 DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA CEDIDA A CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D' OESTE, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º – **DETERMINAR** o retorno da Servidora **SANDRA ESMERIA BERGAMASCO TAVEIRA,** brasileira, portadora do RG n.º 104365 SSP/MT e do CPF n.º 469.109.721-04, exerce o Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, que se encontra cedida para a Câmara Municipal de Gloria D' Oeste-MT, conforme o Termo de Cessão, nº 01/2022, referente ao período de 01/02/2022 a 30/09/2022.

.**Artigo 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** retroagindo seus efeitos a partir do dia 11/10/2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 03 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N.º 206 DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE - MT

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1° - **CONCEDER** 02 (dois) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N.º 057 de 16/02/2016 a Servidora **NARA MICHELE DA SILVA BORGES,** brasileira, portadora do RG n.º 22083278 SSP/MT e do CPF n.º 041.301.171-22, que exerce o Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM , referente ao período de 03/07/2021 à 01/07/2022 - a partir de 03/10/2022 à 01/12/2022.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** retroagindo seus efeitos a partir do dia 11/10/2022.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 11 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N.º 215 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE NIVEL ao servidor abaixo relacionada;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	VOLNEI CASTRO DE PADRO	MOTORISTA CAT. D	A/III	A/IV

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA Nº 003 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO ÔNIBUS ESCOLAR DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

O Exmo. Sr. WILLIANS CARLINO DA COSTA, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Laser do Município de Glória D´Oeste, e de acordo com os termos do Artigo 4º, da Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013

RESOLVE

Artigo 1º - AUTORIZAR temporariamente, a utilização do ÔNIBUS ESCOLAR VW/NEOBUS 15.190 ESC, PLACA RRM5B76, CHASSI:9532E82WONR049675 - ANO MODELO 2022, do Programa Caminho da Escola, para o transporte de Acadêmicos do Município, para suas respectivas Universidades.

Artigo 2º - O transporte dos Acadêmicos não impactará de forma alguma o transporte de alunos da Educação Básica, da zona rural do município.

Artigo 3º - A excepcional utilização do referido veículo dá-se pelo fato do ÔNIBUS MODELO ELLO - PLACA: RAZ3G41, CHASSI: 9532G82WXNR040718, estar na oficina para conserto.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GLÓRIA D´OESTE, EM 31 DE OUTUBRO DE 2022.

WILLIANS CARLINO DA COSTA

Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAIS DE CONTRATOS

PORTARIA DLC N° 273/2022

DATA: 27 de outubro de 2022.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Rebeca Saron Pastene Moreira, inscrita no CPF n° ***.883.751-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 013/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **DIANA ALBARELLO CLINICA MEDICA EIRELLI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.045.113/0001-95, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos, para atendimento junto ao PSF I e realização de plantões em regime de sobreaviso para suprir as necessidades no Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Rayana Lilian Souza Cruz, portadora do CPF n° ***.946.561-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e

ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 424/2021;

Itanhangá – MT, 27 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 274/2022

DATA: 27 de outubro de 2022.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Veronica de Souza Cavasin, inscrita no CPF n° ***.711.701-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 084/2022**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **JAVA AUTO PEÇAS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.572/0001-71, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos em veículos da linha leve (passeio, utilitários, camionetes, ambulâncias e vans) da Frota Municipal do Município de Itanhangá – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Rebeca Saron Pastene Moreira – CPF: ***.883.751-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 205/2022;

Itanhangá – MT, 27 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 275/2022

PORTARIA DLC N° 275/2022

DATA: 28 de outubro de 2022.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Jacir de Lara, inscrito no CPF n° ***.555.101-**, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 039/2022, qual tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de vestuários (camiseta e bermuda) e mochilas escolares, para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 054/2022 tendo como detentora a empresa **AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.136.749/0001-30.

Ata de Registro de Preços n° 055/2022 tendo como detentora a empresa **VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.257.978/0001-45.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, a servidora Jocilene Oliveira da Silva – CPF: ***.473.751-**.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras

obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 28 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PP 039/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2022

Pregão Presencial n° 039/2022

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 4**.**4 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° ***.269.551-**, doravante e denominado **"MUNICÍPIO"** e do outro lado a empresa **AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI – EPP**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°21.136.749/0001-30, situada na Rua Frei Livio Panizza, n° 115, bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.270-720, Curitiba – PR, neste ato representada por seu proprietário Edison de Souza Oliveira, portador do RG n° 31***27-1 SESP/PR e inscrito no CPF sob n° ***.134.439-**, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 039/2022, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de vestuários (camiseta e bermuda) e mochilas escolares, para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itanhangá – MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 039/2022, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **28/10/2022** até **28/10/2023.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 039/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Und	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	**MOCHILA ESCOLAR** - ENSINO FUNDAMENTAL. MOCHILA COM TRÊS COMPARTIMENTOS, CORPO PRINCIPAL, FOLE ZÍPER, FOLE FUNDO, FOLE ZIPER HORIZONTAL, ALÇAS DAS COSTAS, DETALHE DO BOLSO INFERIOR, FOLES ZIPER VERTICAL, CANAL DO ZÍPER E REFORÇO DE ALÇA, EM TECIDO RIP STOP COM DESENHO EM TRIANGULO 4X4X4 MM.	PNK	Und	1.350	R$ 73,61	R$ 99.373,50

3.2. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira dos órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.3. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.3.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.4. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega dos produtos entregues, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da OF (Ordem de Forncecimento) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.7. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.10. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a contratada os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação será de acordo com as necessidades da contratante, podendo ser no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da OF (Ordem de Fornecimento) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 24 (vinte e quatro) horas contados da ciência da convocação;

4.3.2. A Detentora da Ata, quando do recebimento da OF (Ordem de Fornecimento), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.4. É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens, no horário, local e prazo estipulado, bem como nas condições estabelecidas neste termo;

4.5. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e seus anexos, proposta de preços e Ata de Registro de Preços; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.5.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.7. Os produtos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

4.8. A empresa Detentora da Ata não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens licitados.

4.9. Serão recebidos apenas os itens nas quantidades estabelecidas nas Notas de Autorizações de Despesa embalados adequadamente e de acordo com as exigências deste termo;

4.10. A Detentora da Ata deverá colocar a disposição do contratante todos os meios necessários a comprovação de qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

4.11. A Detentora da Ata deverá submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal;

4.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para as providencias relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização;

4.13. Os produtos entregues em desacordo com as especificações deste termo de referência não serão atestados pela fiscalização;

4.14. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

4.15. A PREFEITURA terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para aceitar os produtos pela CONTRATADA, sendo que serão recebidos da seguinte forma:

4.15.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

4.15.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;

4.15.3. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

4.16. Apresentadas irregularidades ou defeitos, a contratada será notificada pel fiscal e terá prazo de 05 (cinco) dias úteis dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, a Secretaria requisitante certificará o fato e submeterá ao Prefeito Municipal para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

4.17. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega dos produtos, a licitante vencedora deverá retirar os produtos no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

4.18. Caso o fornecedor não cumpra com as condições postas neste Termo de Referência, especialmente no que se refere a entrega dos bens no prazo definido acima, o gestor da contratação ou o responsável pelo recebimento dos bens providenciará o cancelamento da Nota de Autorização de Despesa, comunicação ao fornecedor e cancelamento da nota de empenho junto a Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade.

5. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

5.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

5.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

5.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

5.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

5.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

5.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

5.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

5.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

5.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

5.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

5.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

5.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

6.1.1. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos na quantidade, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A Detentora da Ata obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A Detentora da Ata deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos produtos objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no Art. 77 da Lei n° 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela **"PROMITENTE FORNECEDORA".**

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

8.2.1. A detentora não retirar qualquer Nota de Autorização de Despesa, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

10. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 039/2022, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI – EPP

Edison de Souza Oliveira – Proprietário

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 055/2022

Pregão Presencial n° 039/2022

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 4**.**.**4 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° ***.269.551-**, doravante e denominado **"MUNICÍPIO"** e do outro lado a empresa **VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°08.257.978/0001-45, situada na Rua Timbo, n° 96, bairro: Rio Morto, CEP: 89.082-305, Indail – SC, neste ato representada por sua proprietária Nilce Salete Trombetta, portadora do RG n° 40***94-0 SESP/PR e inscrita no CPF sob n° ***.715.089-**, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 039/2022, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de vestuários (camiseta e bermuda) e mochilas escolares, para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itanhangá – MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 039/2022, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **28/10/2022** até **28/10/2023.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 039/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Und	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

01	**CAMISETA:** CONFECCIONADA EM MEIA MALHA PV ANTI-PILLING 65% POLIÉSTER 35% VISCOSE TOLERÂNCIA 3+/-, GRAMATURA 170GR/M² TOLERÂNCIA 5%+/-, COR AMARELA PANTONE 12-0752 TPX APROXIMADAMENTE.	TK2	Und	4000	R$ 24,00	R$ 96.000,00
02	**BERMUDA ESCOLAR UNISSEX:** CONFECCIONADA EM HELANCA PIQUÊ 65,5% POLIÉSTER 26% ALGODÃO 8,5% VISCOSE TOLERÂNCIA 3+/-, GRAMATURA 285GR/M² TOLERÂNCIA 5%+/-, COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX.	TK2	Und	3000	R$ 30,00	R$ 90.000,00
Valor total: R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).						

3.2. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira dos órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.3. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.3.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no “item 3.1.”, devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.4. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega dos produtos entregues, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da OF (Ordem de Forncecimento) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.7. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.10. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a contratada os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação será de acordo com as necessidades da contratante, podendo ser no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da OF (Ordem de Fornecimento) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 24 (vinte e quatro) horas contados da ciência da convocação;

4.3.2. A Detentora da Ata, quando do recebimento da OF (Ordem de Fornecimento), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.4. É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens, no horário, local e prazo estipulado, bem como nas condições estabelecidas neste termo;

4.5. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e seus anexos, proposta de preços e Ata de Registro de Preços; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.5.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.7. Os produtos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

4.8. A empresa Detentora da Ata não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens licitados.

4.9. Serão recebidos apenas os itens nas quantidades estabelecidas nas Notas de Autorizações de Despesa embalados adequadamente e de acordo com as exigências deste termo;

4.10. A Detentora da Ata deverá colocar a disposição do contratante todos os meios necessários a comprovação de qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

4.11. A Detentora da Ata deverá submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal;

4.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para as providencias relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização;

4.13. Os produtos entregues em desacordo com as especificações deste termo de referência não serão atestados pela fiscalização;

4.14. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

4.15. A PREFEITURA terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para aceitar os produtos pela CONTRATADA, sendo que serão recebidos da seguinte forma:

4.15.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

4.15.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;

4.15.3. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

4.16. Apresentadas irregularidades ou defeitos, a contratada será notificada pel fiscal e terá prazo de 05 (cinco) dias úteis dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, a Secretaria requisitante certificará o fato e submeterá ao Prefeito Municipal para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

4.17. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega dos produtos, a licitante vencedora deverá retirar os produtos no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

4.18. Caso o fornecedor não cumpra com as condições postas neste Termo de Referência, especialmente no que se refere a entrega dos bens no prazo definido acima, o gestor da contratação ou o responsável pelo recebimento dos bens providenciará o cancelamento da Nota de Autorização de Despesa, comunicação ao fornecedor e cancelamento da nota de empenho junto a Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade.

5. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

5.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

5.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

5.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

5.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

5.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

5.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

5.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

5.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

5.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

5.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

5.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

5.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

6.1.1. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos na quantidade, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A Detentora da Ata obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A Detentora da Ata deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos produtos objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no Art. 77 da Lei n° 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela **"PROMITENTE FORNECEDORA".**

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

8.2.1. A detentora não retirar qualquer Nota de Autorização de Despesa, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

10. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 039/2022, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP

Nilce Salete Trombetta – Proprietária

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 087/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA DRYWALL E STEEL FRAME LTDA – ME – CNPJ: 26.237.379/0001-41

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo suprimir o valor contratual, em decorrência dos serviços não executados após a conclusão da obra, alterando os valores previstos na cláusula Quinta do Contrato nº 087/2021.

VALOR DE SUPRESSÃO: R$ 3.973,38 (três mil novecentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos)

DATA DE ASSINATURA: 28/10/2022

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 034/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: KB CONSTRUTORA LTDA – ME – CNPJ: 36.573.565/0001-05

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogação dos prazos de execução dos serviços e da vigência contratual, alterando os prazos previstos na cláusula Quarta do Contrato nº 034/2022.

DATA DE ASSINATURA: 28/10/2022

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) meses

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2022

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de vestuários (camiseta e bermuda) e mochilas escolares, para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itanhangá – MT".

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI – EPP	21.136.749/0001-30
VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP	08.257.978/0001-45

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 28 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 046/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514 ou (065) 9944-7513, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo Vereador/Presidente - Sr. **ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA,** brasileiro, casado, filho de Roberto Ferreira da Silva e Maria Paixão Campos da Silva, natural de Itiquira - MT, nascido em 06/10/1973, portador da Cédula de Identidade sob o n.º RG: 0771919-1 SSP/MT., expedida em 05/05/2009, devidamente inscrito no CPF sob o nº 615.604.641-00:

CONTRATADA: C. E. GONÇALVES POLETTO EIRELI, Nome fantasia – Davi Planejados Industria e Comércio, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 27.931.043/0001-47, inscrição estadual n.º 13.704.763-0, localizada na Rua das Chácaras, (LOT PRQ N Esperança II), S/nº, Lote 03 J, Jardim Industriário, Cuiabá-MT, telefone (65) 9 9230-8970, neste ato representada pelo Sr. Claison Eduardo Gonçalves Poletto, brasileiro, empresário, CPF n.º 026.788.919-41, RG n.º 77986464, SSP/PR.

OBJETO: Contratação de empresa para Aquisição de Móveis Planejados, (confecção e instalação) para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, nos quantitativos abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD M²
1	31415	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF **18mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF de no mínimo **6mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: - **Mesa/ou similares=** altura x comprimento (visão superior) (profundidade até 600mm) - **Estações trabalho/ mesa L=** comprimento 1x comprimento 2 (visão superior) (profundidade até 600mm) **- Balcões recepção=** altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 600mm) **- Painéis/painéis divisores ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Portas falsas/ paredes ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Aparadores tipo aberto ou similares=** largura x comprimento (profundidade até 600mm)	46,98
2	31416	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/laterais/saias/prateleiras MDF **25mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/caixaria/tamponamento e ré engrosso MDF de no mínimo **6mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: **- Mesas/ou similares=** largura x comprimento (visão superior) (profundidade até 600mm) **- Estação trabalho/ mesa L=** comprimento 1 x comprimento 2 (visão superior) (profundidade até 600mm) **- Balcões recepção=** altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 600mm) **- Painéis/ painéis divisores ou similares=** altura x cumprimento (visão frontal) **- Portas falsas/paredes ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Aparadores tipo aberto ou similares=** largura x comprimento (profundidade até 600mm)	47,78
3	31417	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF de no mínimo **30mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/ caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF de no mínimo **15mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: **- Mesas/ ou similares=** largura x comprimento (visão superior) (profundidade até 800mm) **- Estações trabalho/ mesa L=** comprimento 1 x comprimento 2 (visão superior) (profundidade até 600mm) **- Balcão recepção=** altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 600mm) **- Painéis/ painéis divisores ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Portas falsas/paredes ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Aparadores tipo aberto ou similares=** largura x comprimento (profundidade até 600mm)	118,98
4	31427	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF de no mínimo **60mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/ caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF **15mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: **- Mesas/ou similares=** largura x comprimento (visão superior) (profundidade até 800mm) **- Estações trabalho/ mesa L=** comprimento 1 x (visão superior) (profundidade até 800mm) **- Balcão recepção=** altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 800mm) **- Painéis tv/ painéis divisores ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Portas falsas/ paredes ou similares=** altura x comprimento (visão frontal) **- Aparadores tipo aberto ou similares=** largura x comprimento (profundidade até 600mm)	39,88
5	31428	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **FECHADO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF **15mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/ caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF **6mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: **- Armários/ arquivos/ roupeiros ou similares=** altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 5 prateleiras) **- Gaveteiros ou similares=** altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 4 gavetas).	20,51
7	31430	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **FECHADO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF **30mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF **15mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: **- Armários/arquivos/roupeiros ou similares=** altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 5 prateleiras) **- Gaveteiros ou similares=** altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 4 gavetas).	102,33

VALOR GLOBAL: R$ 295.548,67 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

PRAZO PARA ENTREGA: 40 (quarenta) dias, a partir da assinatura do contato.

DATA DE EMISSÃO: 01/11/2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

CONTRATANTE

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 095, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 095, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 4.294.153,16 (quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), em favor da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

FABIANO DALLA VALLE, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.212/2022 de 18/10/2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar por Previsão Superávit, no valor de R$ 4.294.153,16 (quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.210	1956	3.1.90.04.00.00.00.00	1.240.853,16
2.210	1957	3.1.90.11.00.00.00.00	1.200.000,00
2.210	1958	3.1.90.13.00.00.00.00	260.000,00
2.210	1959	3.1.90.94.00.00.00.00	10.000,00
2.210	1960	3.1.91.13.00.00.00.00	200.000,00
2.212	1961	3.1.90.04.00.00.00.00	180.000,00
2.212	1962	3.1.90.11.00.00.00.00	180.000,00
2.212	1963	3.1.90.13.00.00.00.00	35.000,00
2.212	1964	3.1.90.94.00.00.00.00	1.000,00
2.212	1965	3.1.91.13.00.00.00.00	30.000,00
2.214	1966	3.1.90.04.00.00.00.00	60.000,00
2.214	1967	3.1.90.11.00.00.00.00	390.000,00
2.214	1968	3.1.90.13.00.00.00.00	13.000,00
2.214	1969	3.1.90.94.00.00.00.00	1.000,00
2,214	1970	3.1.91.13.00.00.00.00	65.000,00
2.216	1971	3.1.90.04.00.00.00.00	10.000,00
2.216	1972	3.1.90.11.00.00.00.00	100.000,00
2.216	1973	3.1.90.13.00.00.00.00	1.300,00
2.216	1974	3.1.90.94.00.00.00.00	1.000,00
2.216	1975	3.1.91.13.00.00.00.00	16.000,00
2.218	1976	3.1.90.04.00.00.00.00	160.000,00
2.218	1977	3.1.90.11.00.00.00.00	90.000,00
2.218	1978	3.1.90.13.00.00.00.00	33.000,00
2.218	1979	3.1.90.94.00.00.00.00	1.000,00
2.218	1980	3.1.91.13.00.00.00.00	16.000,00
TOTAL			**4.294.153,16**

Art. 2º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, os resultantes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2021, resultante da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, na Fonte de Recurso 00.02.0540 – Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos, conforme discriminado abaixo:

Fonte de Recurso - 00.01.0540 – Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos

Ativo Financeiro R$ 4.296.869,67

Passivo Financeiro R$ 2.716,51

Superavit R$ 4.294.153,16

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, Itiquira/MT aos 18 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DE BANDAS MUSICAIS, PARA REALIZAÇÃO DO RÉVEILLON NA CIDADE DE ITIQUIRA E DISTRITO DE OURO BRANCO DO SUL,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **18 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 09H00 - Horário de Brasília/DF**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 01 de novembro de 2022.

Juliane Presotto

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514 ou (065) 9944-7513, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo Vereador/Presidente - Sr. **ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA,** brasileiro, casado, filho de Roberto Ferreira da Silva e Maria Paixão Campos da Silva, natural de Itiquira - MT, nascido em 06/10/1973, portador da Cédula de Identidade sob o n.º RG: 0771919-1 SSP/MT., expedida em 05/05/2009, devidamente inscrito no CPF sob o nº 615.604.641-00:

CONTRATADA: ARUANAS INFORMATICA LTDA, Nome fantasia – Aruanas Informática, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 40.735.739/0001-66, inscrição estadual n.º 13.856.184-2, localizada na Avenida V-2 (Lot PRQ N Esperança II), n.º10, Quadra 01 3Etapa, Jardim Industriário, Cuiabá-MT, telefone (65) 9 9246-2772, neste ato representada pelo Sra. Aruana Thais Ferreira de Oliveira Silva, brasileira, empresária, CPF n.º 037.345.831-28, RG n.º 2193213-1, SEJUSP/MT.

OBJETO: Contratação de empresa para Aquisição de materiais permanentes, para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, nos quantitativos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE PADRÃO	QUANTIDADE
01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MFC – IMPRESSÃO, DIGITALIZÃO, CÓPIA E FAX, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASE ELETRO FOTOGRÁFICO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO(PPM) 52/50 PPM (CARTA/A4), RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO (MAXIMA EM DPI) ATÉ 1200X1200 DPI, MEMORIOA PADRÃO 1 GB, VELOCIDADE DA CPU (PROCESSADOR) 800MHZ, VOLUME DE IMPRESSÃO MENSAL RECOMENDADO 10.000 COPIAS/IMPRESSÃO, CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL ALIMENTAÇÃO 520 FOLHAS, CAPACIDADE DE SAIDO DO PAPEL 250 FOLHAS, BANDEJA MULTIUSO 50 FOLHAS, CAPACIADDE DE IMPRESSÃO DUPLEX (FRENTE/VERSO), RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO INTERPOLADA (DPI) ATE 19200X19200 DPI, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO OPTICA (DPI) 1200X1200 DPI, FORMATOS (EXPORTAÇÃO) JPEG.PDF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE (PDF SEGURO, PDF PESQUISAVEL, PDF/A), TIFF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE, TXT, BMP,XML, PPTX, XPS, PNG, INTERFACE DE REDE EMBUTIDA WIRELES 802.22 B/G/N, GIGABIT THERNET, HI-SPEED USB 2.0, COMPATIBILIDADE COM O DRIVE DE IMPRESSORA WINdos – IGUAL OU SIMILAR MODELO BROTHER MFO-L6902 DW	UNIDADE	05
02	NOTBOOK, INTEL CORE I7- 11ª GERAÇÃO, 12GB DE RAM DDR4, 500GB SSD, TELA 15,6	UNIDADE	01
03	TELEVISOR TIPO SMART TV LED, TAMANHO DA TELA DE 43” ULTRA HD, 4K COM CONVERSOR DIGITAL, COM MINIMO 2 HDMI, MINIMO 1 USB, WI-FI-5 INTEGRADO (802.11AC), CONEXÃO ETHERNET 802.11AC, HDR PREMIUM E BLUETOOTH, TAXA DE ATUALIZAÇÃO 60HZ, COMPATIBILIDADE COM OS APLICATIVOS YOUTUBE, NETFLIX, CONTROLE REMOTO E PILHAS, MANUAL DO USUARIO, SUPORTE DE CABOS, CABO DE FORÇA, SUPORTE FIXO DE PAREDE PARA TV 14” A 56” COM KIR INSTALAÇÃO EM AÇO CARBONO DE ALTA RESISTENCIA.	UNIDADE	09

VALOR GLOBAL: R$ 57.050,00 (cinquenta e sete mil e cinquenta reais).

PRAZO PARA ENTREGA: 15 (quinze) dias, a partir da autorização de fornecimento, conforme item 13.1 do Edital de Pregão Presencial n.º 124/2021/PMPL da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda.

DATA DE EMISSÃO: 01/11/2022.

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

CONTRATANTE

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2022.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MARIA DO CARMO TOME DE OLIVEIRA SILVA.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 091/2022, a partir de 18/10/2022, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA- FAM.

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 096, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 096, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

“Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências”.

FABIANO DALLA VALLE, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.213/2022 de 18/10/2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), em favor das Unidades, conforme abaixo:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 – Coordenadoria de Estudos e Projetos da Educação Básica

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 **– Ensino Fundamental**

Recurso: 00.01.0500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Projeto/Atividade: 2.064 **– Manutenção e Encargos com a Coordenadoria de Estudos e Projetos da Educação Básica**

Elemento de Despesa: 3.3.90.31.00.0500 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Valor: R$ 350.000,00

Art. 2º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no nos termos do exposto nos §§ 3º e 4º do art 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente da previsão de Excesso de Arrecadação das transferências compulsórias constitucionais federais e estaduais, e do recebimento efetivo de recursos oriundos de transferências voluntárias da União e/ou do Estado, nos termos do(s) respectivo(s) convênio(s) celebrado(s), que ampliarão o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, Itiquira/MT aos 18 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 094, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 094, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 494.237,81 (quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências".

FABIANO DALLA VALLE, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.209/2022 de 18/10/2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 494.237,81 (quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos), em favor das Unidades, conforme abaixo:

Órgão: 10 **– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade: 02 **– Fundo Municipal de Saúde**

Função: 10 **– Saúde**

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 – Saúde

Recurso: 00.01.0632 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde

Projeto/Atividade: 2.116 **– Manutenção e Encargos com a Coordenadoria do Hospital Municipal**

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.01.0632 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R$ 494.237,81

Art. 2º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no nos termos do exposto nos §§ 3º e 4º do art 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente da previsão de Excesso de Arrecadação das transferências compulsórias constitucionais federais e estaduais, e do recebimento efetivo de recursos oriundos de transferências voluntárias da União e/ou do Estado, nos termos do(s) respectivo(s) convênio(s) celebrado(s), que ampliarão o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, Itiquira/MT aos 18 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 097, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 097, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

FABIANO DALLA VALLE, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.216/2022 de 18/10/2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em favor das Unidades, conforme abaixo:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 – Coordenadoria de Estudos e Projetos da Educação Básica

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 **– Ensino Fundamental**

Recurso: 00.01.0500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Projeto/Atividade: 1.157 **– Construção de Usina de Energia Solar nas Escolas Públicas no Município de Itiquira-MT**

Elemento de Despesa: 3**.3.90.30.00.0500 – Material de Consumo R$ 20.000,00**

3.3.90.36.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 10.000,00

3.3.90.39.00.0500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

4.4.90.51.00.0500 – Obras e Instalações R$ 450.000,00

Valor: R$ 500.000,00

Art. 2º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no nos termos do exposto nos §§ 3º e 4º do art 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente da previsão de Excesso de Arrecadação das transferências compulsórias constitucionais federais e estaduais, e do recebimento efetivo de recursos oriundos de transferências voluntárias da União e/ou do Estado, nos termos do(s) respectivo(s) convênio(s) celebrado(s), que ampliarão o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, Itiquira/MT aos 18 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
RESUMO A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 044/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE-MT.

A Câmara Municipal de Itiquira Mato Grosso, Inscrita no CNPJ nº 00.176.362/0001-38, estabelecida na Rua João Batista Vidotti 407 – Centro , Itiquira – MT, CEP: 78.790-000, Telefone (065) 3491-1514 ou (065) 99447513, E-mail: camaraitiquira@hotmail.com, torna público a Adesão a Ata de Registro de Preço nº 044/2022, referente Pregão Presencial – Registro de Preço n.º 037/2022 – Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT. CNPJ01.614.539/0001-01, Objetivando A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, conforme objeto abaixo descritos:

EMPRESA VENCEDORA: **C. E. GONÇALVES POLETTO LTDA,** inscrita no CNPJ 27.931.043/0001-47.

VALOR DA ADESÃO: R$ **295.548,67**(duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

OBJETO DA ADESÃO: Contratação de empresa para Aquisição de Móveis Planejados (confecção e instalação), para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, nos quantitativos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	M²	VALOR M²	VALOR TOTAL
1	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/laterais/saias/prateleiras MDF **18mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF de no mínimo 6mm ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: -Mesa/ou similares= altura x comprimento (visão superior) (profundidade até 600mm) -Estações trabalho/ mesa L= comprimento 1x comprimento 2 (visão superior) (profundidade até 600mm) - Balcões recepção= altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 600mm) - Painéis/painéis divisores ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Portas falsas/ paredes ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Aparadores tipo aberto ou similares= largura x comprimento (profundidade até 600mm).	46,98	548,3556	25.761,75
2	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/laterais/saias/prateleiras MDF **25mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/caixaria/tamponamento e ré engrosso MDF de no mínimo 6mm ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: - Mesas/ou similares= largura x comprimento (visão superior) (profundidade até 600mm) - Estação trabalho/ mesa L= comprimento 1 x comprimento 2 (visão superior) (profundidade até 600mm) - Balcões recepção= altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 600mm) - Painéis/ painéis divisores ou similares= altura x cumprimento (visão frontal) - Portas falsas/paredes ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Aparadores tipo aberto ou similares= largura x comprimento (profundidade até 600mm)	47,78	711,609	34.000,68
3	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF de no mínimo **30mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/ caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF de no mínimo 15mm ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: - Mesas/ ou similares= largura x comprimento (visão superior) (profundidade até 800mm) - Estações trabalho/ mesa L= comprimento 1 x comprimento 2 (visão superior) (profundidade até 600mm) - Balcão recepção= altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 600mm) - Painéis/ painéis divisores ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Portas falsas/paredes ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Aparadores tipo aberto ou similares= largura x comprimento (profundidade até 600mm)	118,98	905,2254	107.703,72
4	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **ABERTO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF de no mínimo **60mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/ caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF 15mm ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: - Mesas/ou similares= largura x comprimento (visão superior) (profundidade até 800mm) - Estações trabalho/ mesa L= comprimento 1 x (visão superior) (profundidade até 800mm) - Balcão recepção= altura x comprimento (visão frontal) (profundidade até 800mm) - Painéis tv/ painéis divisores ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Portas falsas/ paredes ou similares= altura x comprimento (visão frontal) - Aparadores tipo aberto ou similares= largura x comprimento (profundidade até 600mm)	39,88	792,1248	31.589,94
5	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **FECHADO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF **15mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/ caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF 6mm ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: - Armários/arquivos/roupeiros ou similares= altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 5 prateleiras) - Gaveteiros ou similares= altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 4 gavetas).	20,51	573,7369	11.767,34
7	Confecção e instalação de m² em móvel planejado tipo **FECHADO** em MDF sendo utilizados para tampos/ laterais/ saias/ prateleiras MDF **30mm** ou de acordo com projeto apresentado, na cor amadeirada a escolha do cliente e para fundos/caixaria/ tamponamento e ré engrosso MDF 15mm ou de acordo com projeto apresentado, na cor branca. Para cálculo da totalização dos m² de cada móvel serão utilizados os seguintes parâmetros em conformidade com o móvel fabricado: - Armários/arquivos/roupeiros ou similares= altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 5 prateleiras) - Gaveteiros ou similares= altura x largura (visão frontal) (profundidade até 600mm e até 4 gavetas).	102,33	827,961	84.725,25
			295.548,67	

Itiquira-MT, 01 de novembro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

CONTRATANTE

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 247/ 2022.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 247/ 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ETIENE DA SILVA DE LIMA SOUZA.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 247/2022, a partir de 24/ 109/2022, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA- ITIQUIRA.

CAMARA MUNICIPAL
RESUMO A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 109/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2021 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA.

A Câmara Municipal de Itiquira Mato Grosso, Inscrita no CNPJ nº 00. 176.362/0001-38, estabelecida na Rua João Batista Vidotti 407 – Centro , Itiquira – MT, CEP: 78.790-000, Telefone (065) 3491-1514 ou (065) 99447513, E-mail: camaraitiquira@hotmail.com, torna público a Adesão a Ata de Registro de Preço nº 109/2021, referente Pregão Presencial – Registro de Preço n.º 124/2021 – Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda – MT, Objetivando A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, conforme objeto abaixo descrito:

EMPRESA VENCEDORA: **ARUANAS INFORMÁTICA LTDA,** inscrita no CNPJ 40.735.739/0001-66.

VALOR DA ADESÃO: R$ **57.050,00** (cinquenta e sete mil e cinquenta reais).

OBJETO DA ADESÃO: Contratação de empresa para Aquisição de materiais permanentes, para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, nos quantitativos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE PADRÃO	QUANTIDADE
01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MFC – IMPRESSÃO, DIGITALIZÃO, CÓPIA E FAX, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASE ELETRO FOTOGRÁFICO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO(PPM) 52/50 PPM (CARTA/A4), RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO (MAXIMA EM DPI) ATÉ 1200X1200 DPI, MEMORIOA PADRÃO 1 GB, VELOCIDADE DA CPU (PROCESSADOR) 800MHZ, VOLUME DE IMPRESSÃO MENSAL RECOMENDADO 10.000 COPIAS/IMPRESSÃO, CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL ALIMENTAÇÃO 520 FOLHAS, CAPACIDADE DE SAIDO DO PAPEL 250 FOLHAS, BANDEJA MULTIUSO 50 FOLHAS, CAPACIADDE DE IMPRESSÃO DUPLEX (FRENTE/VERSO), RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO INTERPOLADA (DPI) ATE 19200X19200 DPI, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO OPTICA (DPI) 1200X1200 DPI, FORMATOS (EXPORTAÇÃO) JPEG,PDF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE (PDF SEGURO, PDF PESQUISAVEL, PDF/A), TIFF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE, TXT, BMP,XML, PPTX, XPS, PNG, INTERFACE DE REDE EMBUTIDA WIRELES 802.22 B/G/N, GIGABIT THERNET, HI-SPEED USB 2. 0, COMPATIBILIDADE COM O DRIVE DE IMPRESSORA WINDOWS – IGUAL OU SIMILAR MODELO BROTHER MFO-L6902 DW	UNIDADE	05
02	NOTBOOK, INTEL CORE I7- 11ª GERAÇÃO, 12GB DE RAM DDR4, 500GB SSD, TELA 15,6	UNIDADE	01
03	TELEVISOR TIPO SMART TV LED, TAMANHO DA TELA DE 43” ULTRA HD, 4K COM CONVERSOR DIGITAL, COM MINIMO 2 HDMI, MINIMO 1 USB, WI-FI-5 INTEGRADO (802.11AC), CONEXÃO ETHERNET 802,11AC, HDR PREMIUM E BLUETOOTH, TAXA DE ATUALIZAÇÃO 60HZ, COMPATIBILIDADE COM OS APLICATIVOS YOUTUBE, NETFLIX, CONTROLE REMOTO E PILHAS, MANUAL DO USUARIO, SUPORTE DE CABOS, CABO DE FORÇA, SUPORTE FIXO DE PAREDE PARA TV 14” A 56” COM KIR INSTALAÇÃO EM AÇO CARBONO DE ALTA RESISTENCIA.	UNIDADE	09

Itiquira-MT, 01 de novembro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alcides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

CONTRATANTE

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 469, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 469, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o Laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função a **TERESA JANJACOMO DOS REIS,** servidor efetivo no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a qual passará a exercer as atividades inerentes ao cargo de GUARDA, a partir de 27/10/2022 até 24/04/2023.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/10/2022.

Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 01 de novembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2022.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LEONARDO MARTINS COSTA.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 158/2022, a partir de 27/10/2022, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de SERVENTE DE PEDREIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

NOTIFICAÇÃO Nº 026/2022

Referente: Execução do Contrato nº 077/2020 **(SOLICITAÇÃO DE RETRABALHO IMEDIATA, E RETOMADA DE FRENTE DE SERVIÇO)**

Objeto: **“Contratação de empresa especializada para executar obra de Pavimentação e Drenagem em Diversas Ruas – Contrato de Repasse nº 892522/2019/MDR/CAIXA, no Município de Jaciara – MT”**

Interessado: CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.

360.460/0001-70

NOTIFICAMOS a empresa:CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.360.460/0001-70, A encargos dos serviços executados referente ao Pavimento Asfáltico em TSD, solicita-se a execução do Retrabalho em toda a via Pavimentada que apresenta deformação precoce.

Pontos de erosões nas sarjetas das Ruas Beatriz, Amélia, Fabíola e Genilda, e deterioração na camada superficial em diversos pontos da faixa de rodagem do Pavimento Asfáltico.

O Retrabalho de tais serviços devem ser executados com urgência, afim de evitar a ampliação do não atendimento a Normas.

As características físicas não condizem com a necessidade a ser atendida, causando avarias na segurança e confiabilidade da Obra.

Solicita-se a máxima urgência de execução de Retrabalho em Todas as Vias Danificadas.

ATENTANDO-SE QUE, O OBJETO DO CONTRATO ESTA EM VIGÊNCIA, E QUE O PRAZO DE GARANTIA DA OBRA É DE 05 (CINCO) ANOS CONFORME CONTRATO, ENTENDE-SE A EMERGÊNCIA NO POSICIONAMENTO DA CONTRATADA QUANTO A REALIZAÇÃO DO RETRABALHO NA VIA.

Ocasionalmente causa-se o descumprimento dos termos da contratação celebrada entre as partes, do qual menciona que:

Item **15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 15.1- O Contrato de Prestação de Serviço deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, sendo obrigações da **CONTRATADA**: **a)** Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, com absoluta diligência e perfeição; **b)** A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual; **c)** A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Evidencia-se que:

Esta Notificação trata-se da **TERCEIRA NOTIFICAÇÃO** em que solicita-se retrabalho, da qual foi republicada devido ao não cumprimento da solicitação.

O objeto deve estar concluído dentro do prazo de vigência contratual.

Vale ressaltar que, o descumprimento do contrato, conforme **Art. 78 da Lei Federal Nº 8.666/93, Atualizada pela Lei Federal Nº 8.883/94** e item 11 do contrato nº 077/2020 ocorrera às seguintes penalidades.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 – Pelo inadimplemento total ou parcial do presente contrato ficará a **CONTRATADA** sujeita às seguintes penalidades, a critério do **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa:

11.1.1 – Advertência;

11.1.2 – Multas;

11.1.3 – Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses.

11.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

Fica a empresa CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.

360.460/0001-70,notificada a apresentar desenvolvimento de forma ágil nas correções dos apontamentos realizados nesta no Prazo máximo de **10 dias Úteis** a contar da data da Publicação e/ou recebimento desta notificação, sob pena da aplicação das penalidades contratuais e legais.

Jaciara, 01 de Novembro de 2022.

ANDRÉIA WAGNER
Prefeita Municipal

CAMILA DOSS
Superintende de Engenharia

PORTARIA Nº 267, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA nº 267, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º NOMEAR, o servidor SIDNEY DE SOUZA SOARES, para exercer o cargo de Assessor Especial – Secretário, a partir do dia 04 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria retroage a data de 04 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 20 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LEI Nº 2.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

LEI nº 2.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a denominação de praça pública localizada no Município de Jaciara/MT.

A Prefeita Municipal de Jaciara/MT, Andréia Wagner, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se “Praça José Tributino dos Santos”, a praça pública, localizada na Rua Baituva, bairro João de Barro, no Município de Jaciara/MT.

Art. 2º A Prefeitura Municipal, através do setor responsável, deverá providenciar o emplacamento da Praça, conforme acima descrito.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaciara/MT, em 24 de outubro de 2022.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

TERMO DE COMODATO Nº 01/2022

TERMO DE COMODATO Nº 01/2022

TERMO DE PARCERIA COOPERATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JOANNA DE ÂNGELIS E O MUNICIPIO DE JACIARA – ESTADO DE MATO GROSSO, COM OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE ABRIGO NA MODALIDADE CRECHE EM REGIME DE PARCERIA.

A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JOANNA DE ÂNGELIS, inscrita no CNPJ sob nº 03.407.718/0001-95, com sede na Rua Ibitinga s/nº - Bairro Santa Luzia – Jaciara/MT, neste ato representado por **ANTÔNIO CESAR MOSER**, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG 4-R 99674 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 494.488.979-87, residente e domiciliado na Rua Timbiras nº 514 – Bairro Santa Rita – Jaciara/MT, e, do outro lado, o **MUNICÍPIO DE JACIARA**, entidade de Direito Público, com sede administrativa na Av. Antônio Ferreira Sobrinho, Centro, na cidade de Jaciara-MT, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 03.347.135/0001-16,

neste ato representado pela sua Prefeita Senhora **ANDRÉIA WAGNER**, brasileira, casada, empresária, devidamente inscrita no RG sob o n° 970. 179 SSP/MT, e no CPF sob n.º 632.656.721-15, residente e domiciliada nesta cidade, resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA COOPERATIVA, com fulcro na legislação vigente aplicável e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A **ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JOANNA DE ÂNGELIS,** na qualidade de legítima proprietária do imóvel localizado na Rua Ibitinga s/nº - Bairro Santa Luzia – Jaciara/MT, cede gratuitamente o referido bem imóvel ao **MUNICÍPIO DE JACIARA** a título de parceria para fins de funcionamento da **UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL – CRECHE CASA DA CRIANÇA,** para dar continuidade às atividades da mesma sob a administração do Município, em consonância com os objetivos e diretrizes da UMEI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

O MUNICÍPIO DE JACIARA através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, se obriga a zelar pela conservação do imóvel que lhe é cedido em comodato, responsabilizando-se por todos os custos com a manutenção do mesmo, bem como pela aquisição de utensílios e equipamentos necessários ao bom funcionamento da UMEI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os danos advindos do mau uso ou negligência na conservação do imóvel cedido em parceria serão suportados pelo **MUNICÍPIO DE JACIARA**, que arcará com todas as despesas para a devida recuperação do bem.

Durante a vigência do presente TERMO DE PARCERIA COOPERATIVA havendo a necessidade da realização de reformas/benfeitorias no imóvel, para melhor adequação do funcionamento da creche, as mesmas serão de responsabilidade do **MUNICÍPIO DE JACIARA**, devendo ser incorporadas ao imóvel sem qualquer ressarcimento pela **ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JOANNA DE ÂNGELIS** ao término do presente termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica o **MUNICÍPIO DE JACIARA** responsável por enviar à **ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JOANNA DE ÂNGELIS** cópia do projeto das reformas/benfeitorias realizadas no imóvel, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das obras.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **MUNICÍPIO DE JACIARA**, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, se responsabiliza pelo pagamento da energia elétrica, IPTU, Alvará do Bombeiro e exigências da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente TERMO DE PARCERIA COOPERATIVA correrão da conta dotação orçamentária nº 01.10.03.08.242.0033.2018.3.3.50.43. As despesas decorrentes com a aquisição de equipamentos e material permanente para a educação infantil correrão da conta da dotação orçamentária nº 010502.12.365.0029.1182.4.4.90.39. As despesas decorrentes com a adaptação e/ou ampliação da UMEI e manutenção e encargos com a pré-escola conforme plano de trabalho e cronograma de desembolso apresentado anualmente correrão da conta da dotação orçamentária nº 010501.12.365.0029.2063.3.3.90.39. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura, e terá vigência pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser rescindido de pleno direito a qualquer tempo por qualquer das partes desde que haja prévio atendimento entre as mesmas, e em caso de inobservância de qualquer das cláusulas, mediante simples comunicação independentemente de aviso judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em qualquer das hipóteses a rescisão deverá ser comunicada com antecedência mínima de três meses, o que não exime a Prefeitura Municipal do cumprimento de suas obrigações correspondentes ao período de carência da comunicação.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO DE PARCERIA COOPERATIVA deverá ser obrigatoriamente registrado pela Prefeita Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após sua assinatura, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e publicado no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT.

CLÁUSULA SEXTA – ELEIÇÃO DE FORO

Os conflitos oriundos deste TERMO DE COMODATO Nº 01/2022, que não possam ser resolvidos pela administração municipal e acordo entre as partes, fica eleito o foro da Comarca de Jaciara – Estado de Mato Grosso, para solucionar e dirimir os conflitos existentes.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, que passam a ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Jaciara/MT, em 02 de janeiro de 2022.

Andréia Wagner

Município de Jaciara - MT

Prefeita

Márcia Cristina Ferreira Farias Geraldo

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº 03/2021

Antônio Cesar Moser

Presidente da Sociedade Espírita Joanna de Angelis

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO	ASSINATURA
CPF Nº	

NOME COMPLETO	ASSINATURA
CPF Nº	

LEI Nº 2.128, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

LEI nº 2.128, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

"Institui boas práticas e padrões de qualidade no atendimento ao usuário dos serviços públicos do Município, e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Jaciara/MT, Andréia Wagner, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 1º Esta lei institui boas práticas e padrões de qualidade no atendimento aos usuários de serviços públicos no âmbito Municipal, a serem obedecidos por todos os órgãos da administração pública direta ou indireta, bem como por particulares que atuam mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

Parágrafo único. Os dispositivos desta lei se aplicam aos particulares somente no que concerne ao serviço público delegado.

Art. 2º O atendimento ao usuário de serviços públicos na administração municipal observará os seguintes princípios:

I - a proteção e a defesa dos usuários de serviços públicos;

II - a dignidade, boa-fé, transparência, eficiência da administração municipal;

III - a celeridade, cordialidade, respeito e atenção no atendimento;

IV - a ausência de pré-julgamento ou qualquer tipo de discriminação e preconceito;

V - confidencialidade e sigilo quando solicitado;

VI - responsabilidade pelas ações e decisões;

VII - a busca pela constante melhoria do atendimento;

VIII - a valorização dos agentes públicos e dos usuários;

IX - o caráter prioritário da função de atendimento ao usuário.

Art. 3º O atendimento ao usuário dos serviços públicos na administração municipal tem os seguintes objetivos:

I - a satisfação dos usuários em suas demandas;

II - o aprimoramento da qualidade dos serviços públicos;

III - o comprometimento de todos os agentes públicos no atendimento ao usuário;

IV - a identificação e o direcionamento de recursos para as expectativas dos munícipes;

V - acesso aos serviços públicos.

Art. 4º Sem prejuízo da observância das demais disposições legais vigentes a administração municipal deverá adotar medidas que assegurem nas relações com os usuários de serviços públicos:

I - a preservação contra práticas não equitativas, mediante prévio e integral conhecimento das condições de atendimento, evidenciando, especialmente, os dispositivos que imputem responsabilidades e eventuais sanções;

II - respostas tempestivas as todas as demandas de modo a sanar, com brevidade e eficiência, dúvidas relativas aos serviços prestados ou oferecidos.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 5º Para efeitos desta lei, entende-se por:

I - usuário: aquele a quem é destinada a prestação do serviço público;

II - atendimento: O conjunto de atividades necessárias a recepcionar e dar consequência às demandas dos usuários, em especial, manifestações contendo opinião, percepção, apreciação ou qualquer outro sentimento relacionado à prestação do serviço público;

III - boas práticas de atendimento: o conjunto de regras e medidas de caráter geral, consideradas como melhores e mais adequadas, aplicáveis a todos os atendimentos prestados pela administração municipal aos usuários de serviços públicos;

IV - padrões de qualidade: são compromissos assumidos pela administração municipal, especificando de modo sucinto e de fácil compreensão, as características do atendimento que o usuário deverá receber.

CAPÍTULO III

BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Art. 6º As boas práticas de atendimento ao usuário de serviços públicos devem ser direcionadas às suas expectativas e abranger todas as etapas do processo de atendimento.

Art. 7º Na função de atendimento constituem-se como boas práticas de atendimento:

I - estabelecer canais de comunicação abertos e objetivos com os usuários;

II - atender com respeito, cortesia e integridade;

III - atuar com conhecimento, agilidade e precisão;

IV - respeitar toda e qualquer pessoa, preservando sua dignidade e identidade;

V - reconhecer a diversidade de opiniões;

VI - preservar o direito de livre expressão e julgamento de cada pessoa;

VII - exercer atividades com competência e assertividade;

VIII - ouvir o usuário com paciência, compreensão, ausência de pré-julgamento e de todo e qualquer preconceito;

IX - resguardar o sigilo das informações atinentes ao serviço;

X - facilitar o acesso ao serviço de atendimento de reclamações;

XI - simplificar procedimentos;

XII - agir com imparcialidade e senso de justiça;

XIII - responder ao usuário no menor tempo possível, com clareza, objetividade e conclusivamente;

XIV - buscar a constante melhoria das práticas de atendimento;

XV - utilizar de modo eficaz e eficiente os recursos colocados à disposição;

XVI - atuar de modo diligente e fiel no exercício dos deveres e responsabilidades;

XVII - adotar postura pedagógica e propositiva apresentando ao usuário são seus direitos e deveres;

XVIII - usar técnicas de mediação e negociação para administrar impasses e conflitos;

XIX - promover a reparação de erros cometidos contra os interesses dos usuários;

XX - buscar a correção dos procedimentos errados ou indesejados, evitando sua repetição.

CAPÍTULO IV

PADRÕES DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO

Art. 8º Os padrões de qualidade no atendimento ao usuário de serviços públicos deverão ser:

I - observados em todo e qualquer atendimento realizado na administração municipal;

II - avaliados e revisados periodicamente;

III - mensuráveis;

IV - públicos e divulgados ao usuário.

Art. 9º Cada órgão da administração pública municipal deverá estabelecer seus padrões de qualidade que deverão refletir o que se quer controlar no atendimento, observando:

I - as prioridades a serem consideradas no atendimento, conforme legislação em vigor;

II - horário de atendimento ampliado;

III - o tempo de espera para o atendimento;

IV - os documentos necessários para o registro da demanda;

V- eventuais taxas cobradas pelo serviço;

VI - os prazos para o cumprimento dos serviços;

VII - as formas de comunicação com os usuários;

VIII - os locais, meios e procedimentos para receber reclamações, denúncias, elogios e sugestões;

IX - as formas de identificação dos agentes públicos;

X - o sistema de sinalização visual;

XI - as condições de limpeza e conforto de suas instalações.

Parágrafo único. Poderão ser inseridos outros padrões de qualidade, bem como definidas quaisquer condutas que vierem beneficiar o atendimento aos usuários de serviços públicos, desde que obedecida à legislação em vigor.

Art. 10. Os órgãos relacionados no art. 1º deverão estabelecer padrões de qualidade de atendimento, de acordo com as diretrizes previstas nesta lei, bem como dar ampla divulgação aos usuários dos serviços.

CAPÍTULO V

DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

Art. 11. O usuário deverá saber que todos os atendimentos prestados pela administração municipal têm seu padrão de qualidade pré-estabelecido.

Art. 12. A divulgação das boas práticas e dos padrões de qualidade no atendimento será admitida por diversas formas, podendo, entre outras, ser por meio de:

I - folhetos ou cartazes afixados nas áreas ou próximo às áreas de atendimento nas dependências da administração municipal;

II - publicação de artigos em jornais e revistas;

III - divulgação em emissoras de rádio e TV;

IV - por carta enviada aos usuários;

V - divulgação para associações e representantes de usuários;

VI - pela rede mundial de computadores.

Art. 13. No fornecimento aos usuários de material impresso, nas dependências da administração municipal, ou em meio eletrônico, deverão ser informadas as providências que se fizerem necessárias ao atendimento, bem como os documentos pertinentes e necessários à demanda.

Art. 14. A administração municipal deverá colocar a disposição dos usuários, em suas dependências e em meio eletrônico:

I - informações que assegurem total conhecimento acerca das situações que possam implicar na recusa e na recepção de documentos;

II - o número do telefone da Central de Atendimento Telefônico, SAC, Ouvidoria Geral do Município, ou outro canal de atendimento, acompanhado da observação de que eles se destinam ao atendimento a denúncias, reclamações elogios e sugestões.

CAPÍTULO VI

ACOMPANHAMENTO E TRAMITAÇÃO

Art. 15. O usuário tem direito ao acompanhamento da tramitação de seu atendimento, preferencialmente por meio de sistema eletrônico ou telefônico, tomando ciência de cada etapa a ser executada.

Art. 16. A cada demanda caberá um número de protocolo que deverá ser fornecido ao usuário, no ato do registro, contendo ainda o prazo estimado para resposta, retorno, execução ou cumprimento do serviço.

Art. 17. O registro deverá conter data, horário, nome do agente público responsável pelo atendimento, objeto e histórico.

Art. 18. No momento do registro o agente público poderá estabelecer critérios de prioridade e urgência no atendimento, de acordo com a gravidade, complexidade, impacto e necessidade de ação imediata.

Art. 19. O encerramento do atendimento não poderá ser feito se ainda pairar dúvidas ou pendências a respeito do assunto ou serviço demandado.

Art. 20. O usuário sempre será informado do resultado de sua demanda.

CAPÍTULO VII

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 21. A administração municipal deverá, anualmente, avaliar a satisfação dos usuários com os serviços prestados, inclusive aqueles prestados mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato, convênio ou parceria.

Art. 22. As metodologias utilizadas para avaliar a satisfação dos usuários deverão ser avaliadas pelo Comitê de Usuários, podendo ser utilizados:

I - avaliação estatística do desempenho de cada órgão;

II - utilização de pesquisas de satisfação e opinião;

III - caixas de sugestões próximas aos locais de atendimento;

IV - criação de bancos de sugestões e comentários dos usuários;

V - reclamações, denúncias, sugestões e elogios apresentados aos canais de atendimento;

VI - registros da Ouvidoria Geral da Cidade.

Art. 23. A administração municipal deverá divulgar os resultados obtidos na avaliação de satisfação, considerando os padrões de desempenho fixados por seus órgãos e a comparação com anos anteriores.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. No atendimento ao usuário de serviços públicos é vedado:

I - prevalecer-se, em razão de idade, saúde, conhecimento, condição social ou econômica do usuário, para impor-lhe exigências e medidas não razoáveis;

II - deixar de estipular prazo para o cumprimento de suas obrigações;

III - portar aparelhos eletroeletrônicos de uso individual ou coletivo que desviem a atenção do atendimento, exceto aqueles destinados a transmitir materiais informativos e educativos;

IV- manter conversas, ações paralelas ou alheiras ao atendimento;

V- interromper, adiar ou preterir o atendimento em razão de tarefas de ordem administrativa ou burocrática;

VI - usar terminologias, siglas ou jargões que dificultem o entendimento de forma clara e inequívoca;

VII - adotar medidas administrativas que possam implicar em restrições ao horário e acesso às áreas destinadas ao atendimento ao usuário.

Art. 25. Os agentes públicos designados para o atendimento ao usuário serão valorizados e respeitados profissionalmente, devendo receber capacitação e ter habilidades técnicas e procedimentais para realizar atendimentos com qualidade.

Art. 26. Os agentes públicos dedicados ao atendimento ao usuário deverão estar identificados de forma clara, visível e ostensiva, devendo o agente público portar o crachá mantendo sempre visível seus dados funcionais.

Art. 27. As boas práticas e padrões de qualidade estabelecidos pela administração municipal deverão ser revisados regularmente, de forma a aprimorar, atualizar e promover ações corretivas.

Art. 28. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei mediante decreto.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaciara/MT, em 26 de outubro de 2022.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

PORTARIA Nº 268, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA nº 268, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a Portaria nº 195/19, que declara a vacância do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, ocupado pela servidora Larisse Edwirges Correa Castro, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, desporto e Lazer;

CONSIDERANDO, o Término do Estágio Probatório do cargo de Professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, junto a Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer - SEDUC, conforme Ato nº 4.380/2019 publicado no Diário Oficial, regido pelo Edital nº 01/2017, resolve:

Art. 1º EXONERAR, a servidora Larisse Edwirges Correa Castro, do cargo de Técnico Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, desporto e Lazer, a partir do dia 24 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 24 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 266, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA nº 266, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º NOMEAR, o servidor MÁRIO MÁRCIO SMOLSKI DEGASPERY SILVA, para exercer o cargo de Assessor III – Mídias Sociais, a partir do dia 04 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria retroage a data de 04 de outubro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 20 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 271, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA nº 271, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a servidora CLAUDINEIA REGINA MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, cargo Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, referente ao quinquênio de 2016 a 2021, a partir de 07 de novembro de 2022 a 06 de dezembro de 2022 (trinta dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 26 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

ATA 016/2022

ATA 016/2022

Ao dia quatorze do mês de outubro de dois mil e vinte dois, realizou-se nas dependências da secretaria municipal de saúde de Jangada/MT, com início ás 7:45 min, conforme orientação e convocação a reunião do conselho municipal de saúde, tendo em vista discutir as pautas e encaminhamento do conselho. A **1º pauta** encaminhamento será quanto a habilitação e prestação de registro de preços de acordo com a ficha técnica de balizamento retirado do SIGEM para o equipamento de raio – x, físico digital que será adquirido pelo município de Jangada e a contrapartida financeira que o município disponibilizara para aquisição do equipamento. **2º pauta** apreciação e leitura da Pactuação Interfederativa de Indicadores de Saúde de 2022, totalizando 33 indicadores municipais (SISPACTO). **3º pauta** apresentação e apreciação do Plano de Ação Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). **4º pauta** referente a intenção de habilitação de uma nova unidade de saúde no bairro de Nova Jangada, localizada as margens da BR – 364. **5º pauta** refere-se a constituição e composição do EMA (Equipe Multidisciplinar de Planejamento Familiar), e os profissionais médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social que prestará atendimento conforme resolução CIB/MT Nº 007 de 10 de fevereiro de 2011, encaminhamento para aconselhamento em laqueadura tubária/vasectomia. **6º pauta** apresentação e apreciação dos instrumentos de gestão do município ciclo 2018 – 2021: Programação Anual de Saúde 2018; Programação Anual de Saúde 2019; Programação Anual de Saúde 2020; Programação Anual de Saúde 2021; Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025 e Programação Anual de Saúde 2022. Referente a **pauta nº 1** foi verificado que a mesma possui histórico com o objeto de liquidação: aquisição de 01 (um) aparelho de raio – x, FMS – Jangada/MT, oficio GJR/EP nº 239/2021 fls.02. Portaria 078/2021/GBSES fls 16: emenda parlamentar nº 167 TC nº 313/2021, fls 17/21; resolução CIR nº 050 fls. 22/23 memo nº 6380/2021 GB SAAF/SES autorizando pgto fls. 28 Anne Rayol, Historico comp: oficio nº 1473/2021/GAB/CCV fls 28 a 30 usuário: Anne do Socorro Rayol Miranda Souza, realizado pagamento de empenho 216010001210231602 e liquidação216010001210272766 em complemento para aquisição de 01 equipamento fixo para raio –x conforme ficha técnica do SIGEM com prazo de 12 meses contendo a seguinte especificação: equipamento fixo para Raio - x de alta frequência, versão digital contendo Comando/Gerador de alta tensão: mesa de comando com painel em membrana soft touch para visualização das técnicas aplicadas e ajuste de Kv, Ma, tempo em mAs; técnicas programáveis e editáveis; indicação de exposição por sinal sonoro e luminoso; gerador em alta frequência controlado por microprocessadores; alimentação 220/380 V, trifásico 50/60 HZ, opcional, alimentação monofásica; potência de 16 kWa 80Kw; capacidade de 200 M a P W M. tubo de raio – x de alta

performance, inserido em unidade selado de alumínio totalmente blindada contra radiação; ponto focal de 0,3 mm a 2,0 mm, coluna porta tubo, deslocamento longitudinal; movimento giratório eixo da coluna, freios eletromagnéticos, braço telescópio de 30 cm, goniômetro para indicação da angulação do tubo. Mesa radiográfica tampo flutuante com deslocamento transversal e longitudinal, com freios eletromagnéticos; Potter Bricky oscilante, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18 cm a 35 x 43 em qualquer direção; tampo flutuante móvel ou fixo; grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas. Bucky mural potter bucky oscilante bandeja com sistema de auto centralização chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas. Colimador luminoso, colimador manual; temporizador de 30 a 60 segundos para desligamento automático; luz de led. Em concordância com a reunião do conselho municipal de saúde ATA nº 8/2021 realizada no dia 08/10/2021 às 13 vias web, aprova a pauta referente ao fundo estadual de saúde conforme o termo do compromisso nº 313/2021, no valor de 150.000,000 (cento e cinquenta mil reais), para aquisição de 01 (um) aparelho de raio – x conforme reunião do conselho de saúde necessário a complementação de valores o instrumento caberá ao município de Jangada, através da secretaria municipal de saúde (SMS), conselho municipal de saúde, e da secretaria municipal de administração no seu aspecto operacional e coordenação jurídica de licitações nas questões legais, conforme balizamento com valores de referência retirados e equiparados aos outros municípios com a mesma aquisição de equipamentos o SIGEM disponibiliza conforme pesquisa o valor de 359.148, 00 (TREZENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E QUARENTA E OITO REAIS), segue os valores de referência de pregão dos seguintes municípios: 02 pregão presencial 05/2022 Nova Ubiratã 288.000,00 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL REAIS); valor de referência 03 pregão presencial 06/2022 Jaciara no valor de 203.760, 00 (DUZENTOS E TRÊS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS), valor de referência 04 pregão presencial 029/2022 Novo Horizonte do Norte 507.000,00 (QUINHENTOS E SETE MIL) totalizando 1.357.908,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E OITO REAIS), chegando a uma média de 339.477,00 (TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS) conforme balizamento. Em especificação conforme a média do SIGEM, o valor para o cronograma de desembolso do equipamento raio – x digital será equiparado ao valor de média 339.477,00 (TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS) conforme ficha técnica do SIGEM, sendo recebido em emenda parlamentar o valor total de 150.000,000 (cento e cinquenta mil) e o montante de acréscimo e decréscimo na compra do equipamento terá contrapartida através dos entes responsáveis pelas compras, sendo que a contrapartida municipal para aquisição do equipamento de Raio – x será no valor de 189.477,000 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA SETE REAIS) podendo ocorrer acréscimo ou decréscimo. **2º pauta** leitura e apreciação da pactuação interfederativa de indicadores de saúde de 2022 do município de Jangada resultados referentes a 2021 de metas que deverão ser alcançadas em 2022, os indicadores servem para alcance de metas alguns indicadores os mais relevantes foram explanados aos conselheiros e explicado que os indicadores foram pactuados de acordo com os parâmetros dos municípios da baixada cuiabana. Disponibilizado o material para acesso aos conselheiros. Aprovado por unanimidade pelos conselheiros**. 3º pauta** apresentação e apreciação do plano de ação sobre a rede de atenção psicossocial (RAPS). O planejamento está relacionado a conferência de saúde mental, todas as metas estão contidas no plano de ação que será destinado verbas para cumprimento das ações, o plano de ação foi apresentado para conhecimento dos conselheiros que aprovaram com unanimidade. **4º pauta** intenção de construção e habilitação de uma nova unidade de saúde no bairro de nova Jangada. Justifica-se que a intenção de construção dessa nova unidade, deverá ocorrer devido a distância do bairro de Nova Jangada até a cidade de Jangada, aumentando o fluxo de movimentação na BR 364 com risco de acidentes. Com o objetivo de desenvolver a atenção básica de qualidade possibilitando a acessibilidade da população do bairro aos serviços básicos. **5º pauta** apresentação e constituição do EMA (Equipe de Planejamento Familiar) essa equipe multidisciplinar avaliará homens e mulheres para laqueadura tubária e vasectomia instituído em Jangada. **A equipe terá como composição: a) Jocielli Trajano Vasconcelos (Enfermeira); b) Hellen Fátima de Arruda (Psicóloga); c) Lilian Tavares Valentin (Médica); d) Indiara Maria do Nascimento (Assistente Social). 6º pauta** apresentação e apreciação dos instrumentos de gestão do município ciclo 2018 – 2021: Programação Anual de Saúde 2018 aprovada anteriormente, sem ressalvas; Programação Anual de Saúde 2019; Programação Anual de Saúde 2020; Programação Anual de Saúde 2021; Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025 e Programação Anual de Saúde 2022, todos os instrumentos foram explanados para os conselheiros sobre a sua importância e encaminhado os arquivos para conhecimento dos conselheiros. As 6 (seis) pautas com todos os itens propostos foram aprovadas por unanimidade por todos os conselheiros sem ressalvas. Foi declarada encerrada a reunião do conselho.

RESOLUÇÃO CMS Nº 18 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a aprovação da complementação de valores para recursos advindos de emendas federais do município de Jangada-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Saúde - MT, no exercício das suas atribuições legais e considerando:

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; e revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

O Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

A Portaria n° 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a complementação de valores advindos de recursos próprios para a Proposta Federal de Aquisição de Equipamento e/ou Material Permanente referente a ata Nº 08/2021 realizado no dia 08/10/2021, com a resolução nº 02/2021 do conselho municipal de saúde de Jangada em concordância com o termo do compromisso nº 313/2021, no valor de 150.000,000 (cento e cinquenta mil reais) com a complementação de recursos próprios no valor de 189.477,00 (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais) podendo ocorrer acréscimos ou decréscimos, para aquisição de 01 (um) aparelho de Raio - x conforme Anexo Único desta resolução, para o município de Jangada-MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jangada, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO

O objeto de liquidação: aquisição de 01 (um) aparelho de raio – x, FMS – Jangada/MT, oficio GJR/EP nº 239/2021 fls.02. Portaria 078/2021/GBSES fls 16: emenda parlamentar nº 167 TC nº 313/2021, fls 17/21; resolução CIR nº 050 fls. 22/23 memo nº 6380/2021 GB SAAF/SES autorizando pgto fls. 28 Anne Rayol, Historico comp: oficio nº 1473/2021/GAB/CCV fls 28 a 30 usuário: Anne do Socorro Rayol Miranda Souza, realizado pagamento de empenho 216010001210231602 e liquidação216010001210272766 em complemento para aquisição de 01 equipamento fixo para raio –x conforme ficha técnica do SIGEM com prazo de 12 meses contendo a seguinte especificação: equipamento fixo para Raio - x de alta frequência, versão digital contendo Comando/Gerador de alta tensão: mesa de comando com painel em membrana soft touch para visualização das técnicas aplicadas e ajuste de Kv, Ma, tempo em mAs; técnicas programáveis e editáveis; indicação de exposição por sinal sonoro e luminoso; gerador em alta frequência controlado por microprocessadores; alimentação 220/380 V, trifásico 50/60 HZ, opcional, alimentação monofásica; potência de 16 kWa 80Kw; capacidade de 200 M a P W M. tubo de raio – x de alta performance, inserido em unidade selado de alumínio totalmente blindada contra radiação; ponto focal de 0,3 mm a 2,0 mm, coluna porta tubo, deslocamento longitudinal; movimento giratório eixo da coluna, freios eletromagnéticos, braço telescópio de 30 cm, goniômetro para indicação da angulação do tubo. Mesa radiográfica tampo flutuante com deslocamento transversal e longitudinal, com freios eletromagnéticos; Potter Bricky oscilante, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18 cm a 35 x 43 em qualquer direção; tampo flutuante móvel ou fixo; grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas. Bucky mural potter bucky oscilante bandeja com sistema de auto centralização chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas. Colimador luminoso, colimador manual; temporizador de 30 a 60 segundos para desligamento automático; luz de led. Em concordância com a reunião do conselho municipal de saúde ATA nº 8/2021 realizada no dia 08/10/2021 às 13 vias web, aprova a pauta referente ao fundo estadual de saúde conforme o termo do compromisso nº 313/2021, no valor de 150.000,000 (cento e cinquenta mil reais), para aquisição de 01 (um) aparelho de raio – x conforme reunião do conselho de saúde necessário a complementação de valores o instrumento caberá ao município de Jangada, através da secretaria municipal de saúde (SMS), conselho municipal de saúde, e da secretaria municipal de administração no seu aspecto operacional e coordenação jurídica de licitações nas questões legais, conforme balizamento com valores de referência retirados e equiparados aos outros municípios com a mesma aquisição de equipamentos o SIGEM disponibiliza conforme pesquisa o valor de 359.148, 00 (TREZENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E QUARENTA E OITO REAIS), segue os valores de referência de pregão dos seguintes municípios: 02 pregão presencial 05/2022 Nova Ubiratã 288. 000,00 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL REAIS); valor de referência 03 pregão presencial 06/2022 Jaciara no valor de 203.760, 00 (DUZENTOS E TRÊS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS), valor de referência 04 pregão presencial 029/2022 Novo Horizonte do Norte 507.000,00 (QUINHENTOS E SETE MIL) totalizando 1.357.908,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E OITO REAIS), chegando a uma média de 339.477,00 (TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS) conforme balizamento. Em especificação conforme a média do SIGEM, o valor para o cronograma de desembolso do equipamento raio – x digital será equiparado ao valor de média 339.477,00 (TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS) conforme ficha técnica do SIGEM, sendo recebido em emenda parlamentar o valor total de 150.000,000 (cento e cinquenta mil) e o montante de acréscimo e decréscimo na compra do equipamento terá contrapartida através dos entes responsáveis pelas compras, sendo que a contrapartida municipal para aquisição do equipamento de Raio – x será no valor de 189. 477,000 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA SETE REAIS) podendo ocorrer acréscimo ou decréscimo.

RESOLUÇÃO CMS Nº 19 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a aprovação de valores para recursos advindos de emendas estaduais para o município de Jangada-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Saúde - MT, no exercício das suas atribuições legais e considerando:

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; e revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

O Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

A Portaria n° 684, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a o recebimento do recurso unidade Orçamentária 21601 Fundo Estadual de Saúde, para aquisição de equipamentos para os Consultórios de Saúde Bucal e para Sala de Estabilização do pronto atendimento no município de Jangada, realizado no dia 26/10/2021, com a resolução nº 19 do conselho municipal de saúde de Jangada referente a ata de nº 17 em concordância com o termo do compromisso nº440/2022.

Proveniente de:

Unidade Orçamentária 21601 Fundo Estadual de Saúde.

N° do Processo/protocolo: EXTERNOSCAP202206736

Nº da Emenda: 246 Programa: 996 Ação: 8026

Valor: R$ 100.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Jangada, 26 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

ATA 017/2022

Ao dia vinte e seis do mês de outubro de dois mil e vinte dois, realizou-se nas dependências da secretaria municipal de saúde de Jangada/MT, com início às 8:00 min em virtude de reunião extraordinária do conselho municipal de saúde, tendo em vista discutir uma única pauta encaminhada ao conselho. **Pauta:**Aprovar o recebimento do recurso unidade Orçamentária 21601 Fundo Estadual de Saúde, para aquisição de equipamentos para os Consultórios de Saúde Bucal e para Sala de Estabilização do pronto atendimento no município de Jangada; Proveniente de: Unidade Orçamentária 21601 Fundo Estadual de Saúde. N° do Processo/protocolo: EXTERNOSCAP202206736 Nº da Emenda: 246 Programa: 996 Ação: 8026 no valor: R$ 100.000,00; com o termo do compromisso nº440/2022. Houve aprovação da pauta apresentada por todos conselheiros a qual se dispõe de tempo, tempo hábil para a explanação, e sendo assim, não tendo nenhuma manifestação em contrário à mesma foi aprovada, desta forma concordando com as deliberações propostas, sem mais assuntos a serem tratados, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, assinada por todos os membros presentes.

AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizado no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, CEP 78. 490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a Abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Item”, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 008/2022, Por Registro de Preço. Objeto: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS E NAO PERECÍVEIS PARA FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇAO ESCOLAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇAO INFANTIL E CRECHE DE JANGADA-MT**, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; ainda a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de Agosto de 2014 e suas alterações; Decreto 10.024/2019 e Outras normas e regu-

lamentos, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00m. do dia 09/11/2022. (horário de Brasília).

Local: www.bllcompras.org.br.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacao@jangada.mt.gov.br ou pelo SITE: https://www.jangada.mt.gov.br

Jangada – MT, 01 de Novembro de 2022.

_____

Adilson Pereira Nunes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº 272/2022

PORTARIA Nº 272 DE 31 OUTUBRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença-Prêmio a servidora abaixo relacionada em conformidade com art. da Lei Complementar nº 161 da Lei Complementar nº045/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº077/2011.

Nome	Período	Gozo
MARCIA MARIA PESTILE DE CARVALHO	2012-2017	06/10/2022 a 04/11/2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 31 de outubro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADESÃO (CARONA).

Interessado: Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

Processo Licitatório n° 0154/2022.

Modalidade: Adesão de Ata de Registro de Preço Nº 058/2022.

Especificação do Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preço n° 058/2022, oriunda do Pregão Presencial n° 039/2022, Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ONIBUS ESCOLAR PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Fundamento: Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

CÓDIGO FICHA	ÓRGAO	UNIDADE	DOTAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
736	06	01	12.361.0042.1058.0000	4.4.90.52.00
EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)				
MACROPEÇAS MULTIMARCAS COM. DE CAMINHÕES E ONIBUS EIRELI (07.838.209/0001-78)				
VALOR TOTAL			R$ 1.020.000,00 (UM MILHÃO E VINTE MIL REAIS)	

E Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., nomeada pela Portaria nº 175/2021, **ADJUDICA** a presente Adesão (Carona).

Prefeitura Municipal de Jauru-MT, 01 de novembro de 2022.

KEILA TELES FERREIRA

Presidente da C.P.L

UYARA LEAL RAMOS ZORZAL

Secretaria da C.P.L

KAMILA DUARTE GONÇALVES

Vice-Presidente da C.P.L

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal: nº. 8666/93, a Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o Decreto Federal n° 7.892/2013, **o parecer é pela HOMOLOGAÇÃO** da presente Adesão (Carona).

MARCO LEMES VIEIRA

Procurador Municipal de Jauru-MT

OAB-MT n° 29182/B-MT

Cumpridas todas as formalidades legais **HOMOLOGO** a decisão aos vencedores, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas ao setor competente para que proceda na forma dos arts. 60 e seguintes, da Lei federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Jauru-MT, 01 de novembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal, de Jauru-MT

PORTARIA Nº 243/2022

PORTARIA Nº 243 DE 05 OUTUBRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, com alteração dada pela Lei complementar 173/2022.

Nome	Período	Gozo
FÉRIAS INTEGRAL		
CIRLEIA LEMOS GONCALVES	2020/2021	01/11/2022 a 30/11/2022
CRISTALINO FERREIRA LEOPOLDINO	2021/2022	03/10/2022 a 01/11/2022
ILDEU GOMES DE OLIVEIRA	2017/2018	31/10/2022 a 29/11/2022
MARCIO JOSE DE PAULA	2020/2021	01/11/2022 a 30/11/2022
MARIA APARECIDA DA SILVA	2021/2022	01/11/2022 a 30/11/2022
MARCELO DURIGAN BRITO	2018/2019	31/10/2022 a 29/11/2022
MAURICIO MARCIANO DA SILVA	2019/2020	03/10/2022 a 01/11/2022
SOLANGELA APARECIDA DA SILVA	2020/2021	01/11/2022 a 30/11/2022
PERIODO FRACIONADO		
FABIANE ASSIS OSMARIO	2020/2021	05/10/2022 a 19/10/2022
FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM	2019/2020	15/10/2022 a 29/10/2022
WELDER OLIVEIRA DOS SANTOS	2021/2022	17/10/2022 a 26/10/2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 05 de outubro de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº271/2022, DE 31 DE OUTUBRO 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art - 1º RETIFICAR a Portaria nº 230 de 16 de setembro de 2022, onde se lê:

NOME	PERIODO
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	2013/2018

LEIA-SE:

NOME	PERIODO
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	2013/2018
EVALEIS FÁTIMA CURVO	2012/2017

Art. 2º - Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2022.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru – MT, 31 de outubro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2022

PORTARIA Nº 255 DE 21 OUTUBRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor abaixo relacionado, a conversão em espécie remunerada de 90 dias de Licença Prêmio, em conformidade com o art. 161 da Lei Complementar nº 045/2006 com redação dada pela lei complementar nº. 077/2011.

Nome	Período
ADELSON GONCALVES DOS SANTOS	2017-2022
MAURICIO MARCIANO DA SILVA	2017-2022
MAURO FERREIRA	2007-2012
RICARDO RAMIRES DA SILVA	2017-2022
SIONEI DE FATIMA LIANDRO	2014-2019
UDANIA ERMISDORFF DE SOUZA OLIVEIRA	2017-2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 21 de outubro de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 251/2022

PORTARIA Nº. 251 DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

"EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 117, DE 01 DE MARÇO DE 2016 – PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECI JOSE DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010.

R E S O L V E:

Artigo 1º. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
ALMEDINA MANSUETO DE ALMEIDA RAMOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
ANA MARIA RODRIGUES DE SOUZA SILVA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	VII
ANDREIA APARECIDA DO NASCIMENTO	TECNICA EM INFORMATICA	D	IV
ANGELA CRISTINA DE ALMEIDA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
BEATRIZ PAVINI	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
BRASILIANO GARCIA DE MOURA	ENGENHEIRO CIVIL 20 HRS	D	VI
CICERO GUILHERME DA SILVA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	D	VII
CORDENCIANO MOREIRA RODRIGUES	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	A	VII
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IX
CLAUDECI DE SOUZA DA CRUZ	BRAÇAL	D	VII
CLOTER OLIVEIRA DAVI	CONTADOR	D	VII
CREUZA LANA NASCIMENTO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
CRISTALINO FERREIRA LEOPOLDINO	BRAÇAL	A	VII
DELMA PAULINA DE CARVALHO	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IX
EDIMAR RODRIGUES DA SILVA	CONTROLADOR INTERNO	D	VII
EDSON CANDIDO DA SILVA	BRAÇAL	A	VII
ELIANA MARQUES ROSSI	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	VII

EUNICE PAVINE EUFRAZIO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VII
EZEQUIEL LESSI DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE MATEMATICA	C	IV
HERICA DEBORA SOUZA PERRUT	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
IRANI MOREIRA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
IRENILDA PERES MADRONA PEREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
ISABEL CRISTINA LEMOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	D	VII
IVONE APARECIDA DOS SANTOS SOUZA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VII
JOAO BATISTA DE SOUZA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	B	IX
JOSE CARLOS NOVATO BORBA	MOTORISTA II	A	VI
JOSE DO CARMO BRAZ	MOTORISTA II	A	IX
JOSE FIDEL DE SOUZA	BRAÇAL	A	VII
JOSIANA APARECIDA MIRANDA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VII
KEILA TELES FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VII
LAUDIRENE SANTANA DE SOUSA FERREIRA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
MARIA APARECIDA SEABRA BRASIL DA SILVA	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA	C	VII
MARIA DE JESUS GONCALVES DE ABREU	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA	A	VII
MARIA DO PILAR DE JESUS GONCALVES	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IX
MARIA LUCIA DOS SANTOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
MARIA NEUZA RIBEIRO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IX
MARILEIDE DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
MARILENE DAS DORES ARAUJO DA SILVA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VII
MARISA DOS ANJOS HOLANDER	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
NILZA MARIA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
OLIVIA COELHO DE MACEDO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IX
OSMARINO PEREIRA DO NASCIMENTO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	A	VII
RITA COELHO DE BARROS	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IX
ROBERTO COSTA CHAVES	BRAÇAL	A	VII
ROSA ALVES DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	VII
ROSENILDA DOS SANTOS LIMA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	IX
SANDRA DA CRUZ SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	VII
SIONEI DE FATIMA LIANDRO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IV
VALNIR DO PILAR MEIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	VII
VERA LUCIA DA SILVA FREZ	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
ZANA GABRIELA MARQUES ALBEFARO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VII

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de outubro/2.022.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Paço Municipal “José Perez”, Prefeitura Municipal de Jauru - MT, 18 de outubro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252/2022

PORTARIA Nº. 252 DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

“EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 117, DE 01 DE MARÇO DE 2016 – PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDECI JOSE DE SOUZA, Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010;

R E S O L V E:

Artigo 1º. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
ADAUTO BENEDITO ALVES	VIGIA	C	IV
ADELSON GONCALVES DOS SANTOS	BRACAL	A	IV
ADRIANA GOMES DE ASSIS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
ADRIANA GONCALVES LANA CUNHA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VIII
AGRICELIA DE LANA CARVALHO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	D	IV
ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDAVERIFICAR	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	D	IV
ALCINEIA NASCIMENTO DA SILVA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IV
AMARILSON ROSA FERREIRA PEREIRA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA	C	IV
ANA CARLA DOS SANTOS BATISTA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IV
ANA MARIA ALVES	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VIII
ANA MARIA PEREIRA LEITE	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	IV
ANTONIO JOSE ALVES DE SOUZA	VIGIA	A	IV
AURICELIA RODRIGUES MONCAO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA PARA EDUCACAO INFANTIL	C	IV
CAMILA BRAGA DOS SANTOS GARCIA	FISCAL DE TRIBUTOS	D	IV
CARLOS DE SOUZA SANTOS	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS III	C	IV
CELIO MARTINS DOS SANTOS	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	IV
CLAUDIA MARIA RODRIGUES TEIXEIRA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IV
CLAUDIANE DIAS DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
CLAUDIENE REIS COSTA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	VII
CLAUDINEY RIBEIRO ALVES	VIGIA	A	IX
DANIEL AUGUSTO RODRIGUES	MOTORISTA II	A	V
DARLENE RIBEIRO MENDES	TECNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IV
DENISE PACHECO LIMA	PROFESSORA DE MATEMATICA	C	VI
DOMINGA MARIA DA SOLIDADE	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
EDILSON PEREIRA DE CAMPOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	B	III
ELENO ELIAS DOS SANTOS	PEDREIRO	B	III
ELIANA ERMISDORFF DA CUNHA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV

ELIANA MARIA FERREIRA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	III
ELIATA PAIVA DE PAULA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	VI
ELIETE MARIA RIBEIRO DE SOUZA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VI
ELISEU MANSANO	PEDREIRO	A	IV
ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	III
ELIZABETE VIEIRA DE MORAES	GESTORA DE RECURSOS HUMANOS	D	X
EURIDES SOUZA RAMOS MACHADO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	X
EVA ALVES DA ROCHA NUNES	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VI
EVALEIS FATIMA CURVO	PROFESSORA DE MATEMATICA	C	VI
FABIANE ASSIS OSMARIO	MEDICO VETERINARIO	C	IV
FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	IV
FERNANDA SILVA AVELAR	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	B	IV
GILBERTO PEREIRA ALCANTARA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	X
GILMAR JUNIOR FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	A	IV
GISLAINE DOS SANTOS	PROFESSORA DE PORTUGUES	D	IV
HERIKA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	C	III
ILDA ALVES BARBOSA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	C	X
JOAO FRANCISCO	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	A	X
JOAO MARIA OLIVEIRA DA SILVEIRA	VIGIA	C	IV
JOSE CLAUDIO DE ALPINO	MOTORISTA II	C	VIII
JOSE RODRIGUES DE FARIAS	VIGIA	B	IV
KEILA MARTINS CORREA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IV
LINDONETE DA SILVA SIQUEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
LUCELENA MARIA RESENDE	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	A	IV
LUCINEIDE OLIVEIRA DA SILVA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IV
LUIS PAULO FREITAS GARCIA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA	C	IV
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
MARIA DA SILVA FERREIRA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VI
MARIA JOSE JUSTO DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	C	IX
MARCILEIA DE ALCANTARA E SILVA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	VI
MACILENE COELHO DE MACEDO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
MARCIO JOSE DE PAULA	MOTORISTA II	C	IV
MARCOS CLEMENTINO DA SILVA SOUZA	MONITOR DE INFORMATICA	D	IV
MARCOS TEIXEIRA DA SILVA	MECANICO DE CARROS E CAMINHOES	C	IV
MARLUCINEIA FIRMINA DA SILVA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	X
MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA	FISCAL DE POSTURAS E OBRAS	D	IV
MAURICIO MARCIANO DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	A	IV
NELSON CALISTO DA SILVA	AUXILIAR DE OFICINA	C	IV
NELZA APARECIDA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	X
NILCIANE RODRIGUES CALDAS	PROFESSORA DE INGLÊS	C	VI
NIVALDA VITALINO DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	X
POLIANA CANDIDA VIEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	V
RICARDO RAMIRES DA SILVA	MECANICO DE MAQUINAS PESADAS	C	IV
ROBERTO LUCIO FERREIRA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	X
RONILDA AUGUSTO DA SILVA COSTA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA PARA EDUCACAO INFANTIL	C	IV
RONILTON GLYCERIO RIBEIRO	MOTORISTA I	B	IV
ROSANGELA CRISTIANE CASTILHO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
SANDRA ALBEFARO MARQUES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	X
SELMA APARECIDA RAIMUNDO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	X
SIMONI CARRIJO BATISTA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VI
SIMONE COELHO DE LIMA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	D	IV
SINVAL ROSA DA CUNHA	MOTORISTA II	A	V
SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	V
SOLANJA CABRAL LOPES	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IX
TEREZINHA COELHO	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	IV
UDANIA ERMISDORFF DE SOUZA OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	D	VI
UYARA LEAL RAMOS ZORZAL	ASSISTENTE SOCIAL	C	IV
VALDINEI TEIXEIRA PONCIANO	VIGIA	C	IV
VILMA RENATA PEREIRA DE OLIVEIRA	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	A	IV
VIVIANE APARECIDA SILVA NEVES	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	VI
VIVIANE CRISTINA DA SILVA SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	IV
WALTER LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS III	A	X
ZIRLENE PEREIRA DA SILVA	MONITOR DE INFORMATICA	D	IV

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de outubro/2.022.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Paço Municipal “José Perez”, Prefeitura Municipal de Jauru - MT, 18 de outubro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2022

PORTARIA Nº 242 DE 03 OUTUBRO DE 2022

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPALDE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a pedido, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem usufruídas e 10 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, com alteração dada pela Lei complementar 173/2022, no período a seguir dos servidores abaixo relacionados:

GISLANE FERREIRA ANGIL	2020/2021	03/10/2022 a 22/10/2022

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 03 de outubro de 2022.

_____

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº273/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCAL DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar os membros da Portaria nº. 127, de 31 de maio de 2022 e designar os seguintes servidores municipais, para compor a Comissão de Fiscal de Contrato no âmbito da Administração Pública Municipal, conforme preceitua o Decreto Municipal n.º 021 de 25 de fevereiro de 2013.

§ 1º - Os membros indicados terão a função de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, na Secretaria em que estiverem lotados, pelo período dos próximos 02 (dois) anos.

§ 2º - A Comissão será composta por um coordenador o qual terá função de elaborar e gerenciar os contratos, 07 (sete) fiscais e 07 (sete) Suplentes, os quais exercerão as funções fiscalizatórias, conforme determina o Artigo 1º, do Decreto 21/13, de 25 de fevereiro de 2013.

***COORDENADOR DE CONTRATOS*:**
TITULAR: MARIA CAROLYNE OLIVEIRA FELICÍSSIMO **SUPLENTE: GABRIEL DAVID GOMES**
***SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO*:**
TITULAR: LUAN RICARDO DORNELES DUARTE **SUPLENTE: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA LEITE**
***SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*:**
TITULAR: DAILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA COSTA **SUPLENTE: CAIO GABRIEL MACEDO GONÇALVES**
***SECRETARIA DE EDUCAÇÃO*:**
TITULAR: EVALEIS FÁTIMA CURVO **SUPLENTE: ELIANA MARQUES ROSSI**
SECRETARIA DE FINANÇAS:
TITULAR: MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA **SUPLENTE: HECTON JHON RODRIGUES DE BARROS**
GABINETE DO PREFEITO:
TÍTULAR: MATHEUS GOMES AZEVEDO **SUPLENTE: CLÁUDIO WELLKER OLIVEIRA TAVARES**
***SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL*:**
TITULAR: FABIANE ASSIS OSMÁRIO **SUPLENTE: CRISTIANE SOUZA ROCHA**
***SECRETARIA DE OBRAS INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL*:**
TITULAR: JUVENIL GOMES DA SILVA **SUPLENTE: JOÃO BATISTA DE SOUZA**
SECRETARIA DE SAÚDE:
TITULAR: ADRIANO JOHNNY FIGUEIROA PAES LANDIM **SUPLENTE: MARCOS CLEMENTINO DA SILVA SOUZA**

Artigo 2º - Cabe à Comissão Constituída no Artigo 1º deste Decreto, analisar os contratos, bem como elaborar o Relatório técnico, se necessário for, sobre os andamentos dos contratos, dizendo se a empresa contratada está fornecendo os serviços e ou materiais, conforme estipulado no Edital de Licitação e no instrumento contratual.

Parágrafo Único – Se elaborado o Relatório técnico, o mesmo deverá ser repassado para o Coordenador de Contratos, onde o Relatório deverá ser encaminhado para a Autoridade Superior, para análise e providências que entender pertinentes.

Artigo 3º. – Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, EM ESPECIAL A PORTARIA 127/2022.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru- MT, 01 de novembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 274/2022 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a designação de servidores da Prefeitura Municipal de Jauru, para acompanhamento e fiscalização referente ao Processo de Inexigibilidade nº 001/2021 – PREVIJAURU".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas legais, conferidas pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU para responder pelo acompanhamento e fiscalização referente ao Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 001/2021 do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JAURU, referente ao CONTRATO Nº 001/2021 da EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A CNPJ de nº 42.422.253/0001-01 DE 2022, localizada na SAS Quadra 01, Bloco E/F, Brasília/DF.

Art. 2º - Os servidores deverão desempenhar as seguintes funções: CATARINA BATISTA – Gestor de Contrato, MARIA DE FÁTIMA PEREIRA LEITE, Fiscal Técnico e; MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA – Fiscal Administrativo.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente a portaria 360/2021, de 17 de Dezembro de 2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 01 de novembro de 2022.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°089/2022 DE 01/11/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº089/2022 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 REFERENTE AO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº011/2022/SME-CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 3.981 DO DIA 16/05/2022.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°011/2022/SME, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°011/2022/SME, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR/PEDAGOGIA

ZONA URBANA

Item	Nome	Classificação
01	FLAVIA C. BOTELHO FRANCISCO	19°
02	ANA PAULA GOMES SALES	20°
03	ELIZA BEZERRA DE MACEDO	21°
04	LAIANE OLIVEIRA DA ROSA	22°
05	SUELI DE JESUS DA COSTA	23°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documenta-

ção necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 01 de Novembro de 2022

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°001/2021 de 04/01/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022.

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022.

A Câmara Municipal de Juara, através da Comissão Permanente deLicitação, informa que o Presidente deste Poder Legislativo Ratifica aDispensa nº 006/2022 para Contratação da engenheira civil Patrícia daSilva, pessoa física, portadora da cédula de identidade nº 2871591-8 edo CPF nº 062.017.951-11, residente e domiciliada na rua Barbacena,214-S Centro, nesta cidade de Juara/MT, Cep 78.575-000. Objeto:Contratação de serviço para elaboração de projeto de manutenção parcialde instalação elétrica predial de baixa tensão no prédio da CâmaraMunicipal de Juara, contendo memorial descritivo, quantificação demateriais necessários e acompanhamento da execução total do serviço,conforme termo de referência. O valor global estimado para estacontratação será de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais). Deacordo com o disposto no art. 24, inciso II da Lei Federal n 8.666, de21 de junho de 1993 c/c artigo 1º do Decreto Federal nº 9.412/2018 e osartigos 1º e 2º da Lei Municipal 2.716, de 10 de outubro de 2018.

Maiores informações pelo telefone (66) 3556-1260.Juara-MT, 31 de outubro de 2022.

Fabiane PereiraPresidente

Comissão de Licitação

Poder Legislativo – Juara-MT

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 123/2022 TIPO: ELETRÔNICO

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, a licitação na modalidade de Pregão, do Tipo Eletrônico, apuração pelo Menor Lance ou Oferta por Item, cujo objeto é o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo Zero KM Tipo Ambulância Tipo A - Simples Remoção Tipo Furgão, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme Termo de referência e especificações em Anexos.

A realização do Pregão será no dia **17.11.2022 às 09h00m (Horário de Brasília)**, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada na Sede da Prefeitura Municipal de Juara, localizada à Rua Niterói n.º 81N - Centro - Juara/MT, junto à Divisão de Licitação de segunda e sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 (Horário de Brasília) ou pela internet nos endereços: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Para participação no presente certame será permitida somente representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou credenciados pelas empresas interessadas em participar do certame. O credenciamento deverá ser único e exclusivamente por meio do endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Luís Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 84/2022/GS/SME/MT.

Dispõe sobre processo de Levantamento de Demanda e Matrículas via on-line para a Educação Infantil, nas Unidades de Creche de Juara para ano letivo de 2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUARA, no uso das atribuições legais, torna público o processo de pré-matrícula via on-line da rede Municipal e, considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069/90, Lei nº 9394/96, Resolução 05/2009/CEB/CNE, EC 59/2009, Resolução Normativa 02/2015/CEE/MT, Lei 12.764/2012, Lei 13.146/2015, Lei 13.348/16, Lei Nº 13.257/2016, Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e demais leis vigentes.

RESOLVE:

Art. 1º Considerando a necessidade de definir critérios que visem à normatização dos períodos de levantamento de demanda e matrículas para o ano letivo de 2023 da Educação Infantil (Creches – crianças de 04 meses a 3 anos e 11meses) conforme etapas abaixo.

Primeira Etapa: Levantamento de Demanda

a. ***07/11/2022 à 11/11/2022*** **–** Levantamento de Demanda dos alunos novos da Educação Infantil – Creche, disponibilizadas no **link** jra.mt.mn.omegaeducacional.com no site da Prefeitura Municipal.

b. 18/11/2022 – Disponibilizar no **site da Prefeitura** e nas unidades escolares a lista de classificação dos alunos da Educação Infantil (Creche-crianças de 04 meses a 03 anos e 11 meses), bem como a lista de cadastro de reserva.

Parágrafo Único: Pais ou responsáveis deverão inscrever a criança em uma única Creche.

Art 2º. A veracidade dos dados é de inteira responsabilidade dos pais ou responsáveis ao inserir no ato da inscrição via Web.

Art.3º. Caso as informações prestadas no ato da inscrição não conferir com os documentos comprobatórios exigidos, será cancelado a inscrição e o pai terá que realizar novo cadastro da criança no sistema e não havendo mais vagas inserido no cadastro de reserva.

Art. 4º. A matrícula para Educação Infantil (Creches **-** crianças de 04 meses a 03 anos e 11 meses) serão observados os seguintes critérios de priorização.

Crianças de famílias Beneficiárias do **Programa Auxilio Brasil**, na forma estabelecida pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

a. Crianças Beneficiárias do **Benefício de Prestação Continuada - BPC**, na forma estabelecida pela **Lei nº 8.742,** de 7 de dezembro de 1993; ou (incluído pela **Lei nº 13.348**, de 2016) e Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007.

b. Crianças com deficiência conforme preconiza a **Lei nº 13.146** de 6 de julho de 2015, (incluído pela **Lei nº 13.348**, de 2016) anexar o laudo

c. Matrícula para as crianças de **Creche (04 meses a 03 anos e 11 meses),** cadastradas e não contemplada nas **alíneas a b e c, do artigo 2º,** serão efetuadas conforme existência de vagas.

Segunda Etapa

Da Confirmação e Efetivação da matrícula na Creche

a. 23, 24 e 25/11/2022, os pais e ou responsáveis munidos de toda documentação deverá comparecer a Creche para **confirmação e efetivação da matrícula** para o ano letivo de 2023. **b.** Durante o período efetivação será realizado o máximo 03 contato com pais ou responsáveis nos os números disponíveis na inscrição, a ausência de contato ou retorno a inscrição será cancelada. Após o cancelamento pai ou responsável terá que realizar nova inscrição e não havendo vagas entrará no cadastro de reversa. **c.** Os pais e ou responsáveis que não comparecer para realizar a matrícu-

la na data acima a inscrição será cancelada e o pai terá que realizar uma nova inscrição.

Art. 5º O Cadastro de Reserva será automaticamente aberto quando o número de inscritos em cada unidade Creche excederem ao número total de vagas disponíveis, o nome da criança seguirá na lista permanecerá como **Cadastro de Reserva** na rede municipal:

a. Os pais ou responsáveis que desejarem mudar de instituição, deverá solicitar cancelamento da inscrição e efetivar novo cadastro na unidade de preferência. Não havendo vagas entrará no cadastro de reservas.

Das vagas para as Unidades de Creche.

a. Nas unidades de Creche Municipal Madre Paulina; Creche Municipal Luiz Inácio do Nascimento e Escola Municipal Cantinho Mágico a oferta será de **vaga parcial** no período matutino ou vespertino. **b.** Na unidade de Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais a oferta será para **período integral.**

Dos Documentos necessários para efetivar

a. Os pais ou responsáveis deverão comparecer no dia, data e local de matrícula, munidos dos seguintes documentos:

1. Cópia da certidão de nascimento da criança; 2. Cópia do CPF da Criança; 3. Cópia do cartão **atualizado** de vacina da criança de acordo com a Lei Estadual Nº 10.736, de 09 de agosto de 2018); 4. Cópia da carteira do SUS; 5. Cópia do Cartão Auxilio Brasil (para os beneficiários); 6. Cópia do Cartão BPC (para os beneficiários); 7. 01 fotografias 3x4 recente da criança; 8. Cópia dos documentos pessoais, **RG e CPF** do pai, mãe ou do responsável; **9.** Comprovante de endereço da residência do pai, mãe ou do responsável (**conta de água, luz ou telefone).** 10. Crianças com alguma deficiência apresentar Laudo Médico ou do Psicólogo. 11. E-mail do pai ou responsável em que possua acesso.

Art.6º. A veracidade dos dados é de inteira responsabilidade dos pais ou responsáveis ao inserir o estudante no ato da pré-matrícula.

Art.7º. Os casos omissos serão resolvidos pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação ou qualquer dúvida ligar pelo telefone (66) 3556 2763.

Juara – MT. 1 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº003 /2022/GS/SME/MT

Dispõe sobre os critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes do Professor, bem como do regime/jornada de trabalho dos cargos/funções Técnico Administrativo Educacional, Técnico Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional- Auxiliar de professor pertencentes ao quadro das Unidades Escolares e Educacionais da Rede Municipal de Ensino *para o ano letivo de **2023*** demais providências.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº. 9.394/1996, Lei Complementar n°.28/2007, Lei Complementar nº. 068/2009, Lei 11.494/2007- FUNDEB e do Decreto Federal nº 6.094/2007, Lei Municipal nº 1.896, de 13 de dezembro de 2007, Lei Municipal nº 2.638 de 10 de março de 2017 e 14.113 de 25 de Dezembro de 2020, leis que regulamentam a Educação Básica em consonância com suas alterações.

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem da rede.

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades educacionais da rede municipal assegurando o compromisso os direitos fundamentais da Educação Básica.

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Regulamentaro processo de atribuição de classes do Professor, bem como do regime/jornada de trabalho dos cargos/funções **Técnico Administrativo Educacional, Técnico Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional**, Apoio Administrativo Educacional- Auxiliar de professor pertencentes ao quadro das Unidades Escolares e Educacionais da Rede Municipal de Ensino *para o ano letivo de **2023*** demais providências.

Art. 2º Para o processo de atribuição serão considerados as turmas formadas pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de **2023**, bem como o cumprimento dos parâmetros da Portaria de Composição de Turmas.

Art. 3º Todos os profissionais da educação efetivos que integram o quadro de pessoal da **Rede Municipal de Ensino**, deverão participar do processo de atribuição nas unidades escolares educacional vinculada a esta secretaria, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, **exceto** os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I – em afastamento por licença para tratamento saúde ou de interesse particular (por período de 2 anos);

II- servidores cedidos sem ônus para outros órgãos que ainda estiverem em vigência no período de atribuição.

III- servidores cedidos com ônus para outras Secretarias Municipais no ano de **2022**, oficializando a permanência no órgão no ano de **2023.**

Parágrafo único - Os profissionais da educação que em **2023** *f*icarem cedido para outras Secretarias Municipais, e em caso de regresso repentino no decorrer do ano letivo, assumirão as vagas que estão sendo ocupadas com profissionais em contrato temporário, dada ciência oficializada pelo chefe imediato do órgão a SME.

Art. 4º 03/11/2022 – Constituição da comissão que conduzirá as etapas de contagem de pontos, atribuição e demais processos sendo - **Comissão Escolar e Comissão SME**, em cada esfera de competência.

§ 1º - Composição da Comissão Escolar.

I - Diretor (a) da escola;

II - Secretário (a) escolar;

III - Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - Profissional da Educação escolhido pelos pares.

§ 2º- Composição da **Comissão da SME**, para os processos subsequentes de atribuição será composta da seguinte forma:

I - Secretária Municipal de Educação

II- Representante dos Diretores

III - Chefe do Recursos Humanos da SME

IV – 02 (dois) Representantes- Técnico Administrativo Educacional da SME

Parágrafo único: O número de membros da Comissão deverá ser definido de acordo com a demanda de trabalho da unidade educacional e SME sendo no mínimo de 04 (quatro) e máximo de 08 (oito) membros.

Art. 5º Mês 10 e 11/2022- Divulgação nos meios de comunicação da unidade escolar, para todos os profissionais os processos abertos conforme normas estabelecidas nas portarias e editais vigentes para o ano letivo de 2022 e 2023 descritos abaixo:

a. Portaria Rematrícula;

b. Edital para Designação função Diretor Escolar;

c. Edital de Seleção CDCE;

d. Instrução Normativa;

e. Edital de Coordenador Pedagógico;

f. Portaria de Férias Coletivas, Composição de Turma, Calendário letivo;

g. Portaria de Remoção;

h. Portaria de Assiduidade;

i. Portaria de Contagem de Pontos e Atribuição;

j. Portaria Laboratório de Aprendizagem;

k. Portaria Sala de Recurso;

l. Portaria Levantamento Demanda e Matricula para Creche;

m. Portaria Pré Matrículas e Confirmação matrícula Pré Escola e Fundamental.

SEÇÃO II

Da Atribuição de Classes e Regime da Jornada de Trabalho dos Profissionais Efetivos da Educação para 2023.

Art. 6º O quadro de recursos humanos da Educação Pública Municipal das unidades educacionais será composto conforme prevê a LC nº 068/2009 em consonância com suas alterações.

DA ATRIBUIÇÃO

Art. 7º Após cada etapa de Atribuição na unidade a direção deverá entregar ao setor de Recursos Humanos/SME via ofício, o quadro de vagas livres e/ou em substituição.

a. Após a entrega do quadro de vagas livres/ ou em substituição no setor de Recursos Humanos/SME não é permitido realizar trocas de turmas, sendo o gestor responsabilizado pelas informações.

Art. 8º 17/01/2023- A gestão escolar deverá conferir e chancelar com a SME relação de Turmas com lista de alunos efetivamente matriculados após a primeira etapa escolar. Serão atribuídas somente as turmas completas de acordo com os números de alunos constantes na Portaria de Composição de Turmas:

a. A direção escolar é responsável pela gestão de matriculas por turno, devendo abrir vaga para nova turma somente após fechamento do número de aluno por turma.

ETAPA NA SME

Art. 9º 18/01/2023 - Atribuição da jornada de trabalho em todas as escolas e na SME coordenada pelas Comissões**:**

a. **8h30 min -** Atribuição para os profissionais TAE e AAE pertencentes ao quadro de efetivos lotados na **SME.**

b. **14h -** Atribuição para os profissionais pertencentes ao quadro de efetivos lotados nas unidades escolares do **Campo** com gestão centralizada na SME**.**

c. **15h**- A direção escolar encaminhará o quadro de profissionais remanescentes da unidade a SME, para continuidade nos demais processos de atribuição.

Art. 10. Atribuição jornada de trabalho, organizada e coordenada pela SME acompanhado da gestão da escola, compreenderá etapa específica, a saber:

I. Profissionais Remanescentes;

II. Profissionais solicitante de remoção;

III. Profissionais em readaptação permanente e temporária conforme cronograma abaixo:

Art. 11. Para efeito de atribuição de regime jornada de trabalho deverão ser considerados como vaga livre, onde não houver servidor efetivo na respectiva função ou ainda que se encontrem **afastado para interesse particular e em readaptação permanente** amparado nas leis vigentes.

§ 1º **19/01/2023- Matutino** Atribuição para **Apoio Administrativo Educacional nas funções Infraestrutura e Nutrição.**

I. 08h - Para os profissionais efetivos remanescentes;

II. 09h - Para os profissionais que solicitaram remoção e permuta;

III. 10h - Para os profissionais que estão em Readaptação de função permanente e temporária;

Vespertino

Atribuição para - Técnico Administrativo Educacional na função de Técnico Desenvolvimento Infantil e TAE-Administração Escolar

I. **14h - Para os profissionais efetivos remanescentes;**

II. **15h**- Para os profissionais que solicitaram remoção e permuta;

§ 2º **20/01/2023 – Matutino Atribuição para Professores**

I. 08h Para os professores efetivos **remanescentes**;

II. **09h** - Para os professores que solicitaram **remoção e permuta**;

Art. 11. Para efeito de atribuição de regime jornada de trabalho deverão ser considerados como vaga livre, onde não houver servidor efetivo na respectiva função ou ainda que se encontrem **afastado para interesse particular e em readaptação permanente** amparado nas leis vigentes.

SEÇÃO III

Das Disposições Finais

Art. 12. Para organização do quadro na atribuição dos professores nas etapas da Educação Básica, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade:

§ 1º – Educação Infantil, Ensino Fundamental 09 (nove) Anos (anos iniciais).

a. Licenciatura Plena em Pedagogia.

b. Habilitação de concurso de Magistério.

c. Licenciatura em áreas do conhecimento em face de concurso.

Art. 13. Aos profissionais efetivos que estejam prestando serviços no Órgão Central SME e a ele vinculados UAB, será garantido à pontuação constante na Portaria de Contagem de Pontos e Atribuição.

Art.14. Compete a Secretaria Municipal de Educação regulamentar o processo de atribuição jornada de trabalho das unidades escolares e educacionais da Rede Municipal de Ensino, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham comprometer o processo.

Art.15. Equipe Gestora das unidades escolares educacionais e da SME, que **descumprir as orientações normativas** em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes, desconsiderando a lista de classificação dos profissionais da educação básica, as prioridades de atuação de acordo com a formação, dados ou informações, praticando ação que caracterize NEPOTISMO no processo de atribuição de classes e regime da jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a LEGALIDADE e TRANSPARÊNCIA no processo de atribuição, será responsabilizada pelos seus atos na forma das leis em vigência.

Parágrafo único: A gestão das unidades educacionais não deverá fazer alteração no que se refere à troca de regência de turma e regime/jornada de trabalho após atribuição, porém, durante o ano letivo havendo necessidade será realizado alteração tanto na turma quanto no quadro de recursos humanos das escolas ou da SME .

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação a qualquer momento poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias e Instrução Normativa, que estabelecem critérios para o processo da jornada de trabalho, para o ano letivo de 2023 nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 17 A inobservância pela direção e secretário escolar, do disposto nesta Instrução Normativa, poderá incorrer em responsabilização conforme legislação vigente.

Art. 18 Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições da escola e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados ao Setor Administrativo da SME.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação.

Portaria GP/005/2021

ANEXO I –

Diretrizes Orientadoras das Atividades na Escola

18 a 27/01/2023 - A gestão escolar juntamente com o CDCE realizará e participará das seguintes atividades:

Atribuição de classes/aulas e jornada de trabalho na unidade e nos processos na SME;

Organização do espaço escolar e atividades coletivas administrativas com todos os profissionais da unidade escolar;

Organização dos atendimentos do setor administrativo.

Organização da escola em seus tempos: Entrada, lanche, saída e previsão do espaço de uso externo na escola (rotina anual da escola).

Demais ações necessárias para o bom funcionamento do ano letivo.

1. 30/01 a 03/02/2023 Estudo Gerais da Unidade- **com duração de 12 horas todos juntos em alguns momentos demais momentos alternados pois a Semana Pedagógica dos Professores será paralela**:	
1º Dia todos juntos: Professores TAE, AAE e TDI´s 4h	Portaria de Assiduidade. Atualização do termo de responsabilidade e conduta no ambiente escolar, lembrete das funções de cada cargo; Calendário escolar e principais datas comemorativas alinhada aos eventos educativos/BNCC/DRC-MT incluídas no calendário escolar.
2º Dia profissionais TAE, AAE e TDI´s 4h	Revisão da Normativa escolar, Estudo da Lei do Programa PMDDE e demais atividades que
3º Dia TAE, AAE e TDI´s 4h	*Explorar as ações propostas pelos programas: Tempo de Aprender, Alfabetiza MT e PUFV conforme as orientações.* **Ajustes e atualização dos temas dos projetos institucionais da unidade escolar com base nos diagnósticos prévios da aprendizagem e os objetivos e habilidades da BNCC/DRC-MT e unidade de Creche alinhamento conforme expedição investigativa com as turmas.**

2. **30/01 a 03/02/2023 - Realização das Atividades da Semana Pedagógica Professores nas unidades com 20 horas de duração.**	
1º dia junto com os demais profissionais	O Computo de 4h deste dia e aquele que fez com os demais profissionais
2º dia 4h	**Dinâmica da função do coordenador pedagógica, função de professor e atividades da hora atividade.** **Estudo da Portaria do Laboratório de Aprendizagem- Ensino Fundamental.** **Apresentação das ficha de expectativas mínimas da turma organizada pela rede para uso no ano letivo de 2023 na Educação Infantil.** **Apresentação e exploração para uso nas unidades do ensino fundamental das habilidades mínimas definidas pelo MEC para condução das atividades diagnósticas.** **Estabelecer prazo para atualização e entrega do plano de ensino anual das turmas da unidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental com base no PPP/BNCC/DRC-MT, a Coordenação pedagógica (40 dias).**
3º dia 4h	**Discussão coletiva com base nos documentos pedagógicos do Ensino Fundamental: resultados finais das turmas (dados dos alunos com dificuldades de aprendizagem que não atenderam nas habilidades ou objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do ano-PPAP), resultados das últimas avaliações externas da escola -Tempo de Aprender e Alfabetiza-MT.** **Ajustes e atualização dos temas dos projetos institucionais da unidade escolar com base nos diagnósticos prévios da aprendizagem e os objetivos e habilidades da BNCC/DRC-MT e unidade de Creche alinhamento conforme expedição investigativa com as turmas.** **Organização do cronograma individual de cumprimento da hora atividade, sendo no mínimo em dois dias da semana, de acordo com a realidade dos professores, conforme Portaria de Assiduidade.**
4º dia 4h	Implementação do plano de aula quinzenal (15 dias letivos) conforme realidade da escola a partir do plano de ensino anual para que não haja distinção dos tópicos constantes entre os anos. **Preparação das atividades diagnósticas das primeiras semanas de aula.**
5º dia 4h	**Preparação das atividades diagnósticas das primeiras semanas de aula.**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 516,517,518,519,520,521,522,523,524,525,526,527

PORTARIA Nº 516/2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª ADRIANA ESTEVANELLI DOS SANTOS GATO NO CARGO DE ASSESSORIA TÉCNICA.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 16.871 de 26/10/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª **Adriana Estevanelli dos Santos Gato**, brasileira, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do CI RG nº 13696912 SSP/MT e do CPF nº 906.108. 491-15, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Assessoria Técnica,** junto ao Gabinete do Prefeito/Assessoria Técnica, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

02	- Gabinete do Prefeito
02.03	- Assessoria Técnica
2346	- Gestão Administrativa/Departamento Administrativo
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 517/2022.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRª ROSENILDE ANTÔNIA DOS SANTOS NO CARGO DE CHEFE DE SETOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, o Processo SAD nº 17.169 de 01/11/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora **Rosenilde Antônia dos Santos-8182**, **brasileira**, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 13863045 SSP/MT e do CPF nº 819. 939.781-00, que exercia o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe de Setor de Atenção ao Idoso,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor de Atenção ao Idoso, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 518/2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª MARIA DO SOCORRO ABILIO NO CARGO DE CHEFE DE SETOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, o Processo SAD nº 17.170 de 01/11/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª **Maria do Socorro Abílio**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 09255729 SSP/MT e do CPF nº 973.086.681-34, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe de Setor de Atenção ao Idoso,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/ Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor de Atenção ao Idoso, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

10	- Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
10.02	- Divisão de Programas e Projetos Sociais
10.02.02	- Setor de Atenção ao Idoso
2385	- Gestão Adm.Sec.Assist. Social Progr Proj Sociais.
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 519/2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª ROSENILDE ANTÔNIA DOS SANTOS NO CARGO DE CHEFE DE SETOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, o Processo SAD nº 17.169 de 01/11/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª **Rosenilde Antônia dos Santos**, **brasileira**, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 13863045 SSP/MT e do CPF nº 819.939.781-00, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe de Setor Proteção Social Básica,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor de Proteção Básica, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

10	- Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
10.02	- Divisão de Programas e Projetos Sociais
10.02.05	- Setor de Proteção Social Básica
2385	- Gestão Adm.Sec.Assist. Social Progr Proj Sociais.
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 520/2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª NAIR DE FATIMA GOUVEIA GOMES NO CARGO DE DIRETORA.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 17.162 de 01/11/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra **Nair de Fátima Gouveia Gomes**, brasileira, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do CI RG nº 08798427-SSP/MT e do CPF nº 328.142.321-34, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Diretora do Departamento de Recursos Humanos,** junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

07	- Secretaria Municipal de Administração
07.02	- Departamento de Recursos Humanos
2275	- Gestão Administrativa –Administração de Pessoal
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 521/2022.

Dispõe sobre a Prorrogação da Portaria nº450/2022 que nomeou os membros para compor a Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 16.942 de 27/10/2022.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir desta data, a Portaria nº 450/2022, incumbida de apurar a eventual irregularidade na Escola Municipal Cantinho Mágico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 522/2022.

Dispõe sobre a Prorrogação da Portaria nº451/2022 que nomeou os membros para compor a Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 16.800 de 25/10/2022.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir desta data, a Portaria nº 451/2022, incumbida de apurar eventual irregularidade do Processo nº14.309/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 523/2022.

Dispõe sobre a Prorrogação da Portaria nº452/2022 que nomeou os membros para compor a Comissão de Sindicância

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 16.944 e 27/10/2022.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir desta data, a Portaria nº 452/2022, incumbida de apurar irregularidade quanto a manifestação da Escola Municipal Cantinho Mágico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 524/2022.

Dispõe sobre nomeação dos membros para compor a Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo de SAD nº 16.830 de 25/10/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar:**Elza Aparecida de Araújo K. Lima,** Técnico Saúde, **Fabiana Fatima Pereira**, Agente Administrativo da Saúde, **Patrícia Alves da Silva**, Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão **de Sindicância,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbida de apurar atos e fatos de eventual omissão narrada no SIMP.nº002705.038/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 525/2022.

DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA DA SERVIDORA PUBLICA MARIA DE FATIMA VIEIRA DA SILVA COSTA NO CARGO DE PROFESSOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo de SAD nº 16.224 de 14/10/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar vago o cargo de **PROFESSOR,** ocupada pelo servidora **MARIA DE FATIMA VIEIRA DA SILVA COSTA-1461,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 884671 SSP/MT e do CPF nº 571.491.191-15, motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 526/2022.

DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA DA SERVIDORA PUBLICA MARIA DE LOURDES SOUTO NO CARGO DE TECNICO SAUDE.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo de SAD nº 12.132 de 04/08/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar vago o cargo de **TÉCNICO SAÚDE,** ocupada pelo servidora **MARIA DE LOURDES SOUTO-4487,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 0884133 SSP/MT e do CPF nº 924.760.231-91, motivo de Aposentadoria por Idade, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 527/2022.

DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA DA SERVIDORA PUBLICA CELY REGINA NOVAIS DA SILVA SOUZA NO CARGO DE PROFESSOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo de SAD nº 13.964 de 02/09/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar vago o cargo de **PROFESSOR,** ocupada pelo servidora **CELY REGINA NOVAIS DA SILVA SOUZA-1477,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 2939223 SSP/PE e do CPF nº 612.682.674-49, motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de novembro de 2022.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 79/2022 /GS/SME/MT

Dispõe sobre registro de Assiduidade dos Profissionais da Educação Básica.

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes dos cargos de Professor e do regime/ jornada de trabalho dos cargos/funções do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino em conformidade com LDB, Lei Complementar 068/2009, Lei Complementar nº 28/2009, Decreto nº 6.094/2007, Decreto Municipal nº 1.826/2022 , Decreto Municipal nº 1.377 de 05 de julho de 2019, Decreto Municipal nº 1.392 de 21 de agosto de 2019, Lei Complementar Municipal nº 177 de 16 de setembro de 2019 e Lei nº. 14.113 de 25 de dezembro de 2020 – FUNDEB e leis complementares que regulamentam a Educação Básica em consonância com suas alterações.

Considerando *que é dever dos chefes imediatos resguardar a assiduidade e a pontualidade de sua equipe, que provoca impacto no alcance das metas educacionais e garante a moralidade pública.*

Considerando *que é dever dos servidores públicos manter seus dados cadastrais, de natureza pessoal e funcional, atualizados, para uma gestão eficiente e a moralidade do órgão ou entidade.*

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar o registro de assiduidade dos profissionais da Educação Básica efetivos na SME lotados nas Unidades Escolares e demais Instituições vinculadas a esta secretaria.

§ 1º O registro de assiduidade deverá ser feito no livro ponto e ponto digital com encaminhamento das faltas não justificadas ao Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa/SME.

§ 2º O livro-ponto deverá conter termo de abertura, discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade/ou responsável geral pela unidade quando for o caso, o registro de entrada e saída do profissional, observando a jornada de trabalho diária do profissional.

§ 3º O ponto digital é registrado diariamente pelo servidor detentor de cargo na unidade e acompanhado pela gestão de cada unidade educacional, podendo solicitar via requerimento à emissão do relatório mensal, Cf. Instrução Normativa nº01/2014.

§ 4º O registro da assiduidade no ponto digital assim como no livro ponto, deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado e ou posterior e quanto menos o registro por pessoas não autorizadas.

§ 5º *O cadastramento do servidor ao chegar na unidade escolar é de responsabilidade do diretor escolar e do secretário escolar da unidade, bem como verificar o cadastramento junto ao setor responsável se foi realizado com sucesso.*

Art. 2º O servidor deverá cumprir integralmente a carga horária do respectivo cargo/função efetivo e/ou da contratação, bem como, o horário encaminhado para registro no ponto eletrônico no início do ano letivo para a SME.

Art. 3º Para efeito de jornada de trabalho/carga horária do professor efetivo e do quadro temporário será considerado:

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
30 horas	20 horas	10 horas

Parágrafo Único: *Recomenda-se aos professores que no cumprimento da jornada de trabalho semanal seja respeitado os intervalos previstos na legislação em vigência.*

Art. 4º Os professores efetivos e contratados deverão cumprir integralmente a carga horária atribuída em regência e o período destinado à hora-atividade**.**

§ 1º. Entende-se por **hora-atividade** aquelas destinadas a planejamento preparação e execução, acompanhamento sistemático da aprendizagem, registro das avaliações interna e externa incluindo, diário online, intervenção pedagógica aos alunos com dificuldades de aprendizagem, às reuniões pedagógicas com foco no planejamento, à articulação com a comunidade e o aperfeiçoamento profissional formação continuada em grupos de estudo na escola e na rede, de acordo com a proposta pedagógica da rede municipal de ensino.

§ 2º *As dez horas-atividades dos professores, deverá ser cumprida em horário diferente da atribuição de sala de aula, integralmente na unidade escolar e possível de outros ambientes quando organizado pela rede conforme oferta dos aperfeiçoamentos.*

§ 3º *Quando na escola, as horas atividades será distribuída em no mínimo dois dias da semana, podendo sofrer alterações quando necessário para melhor desenvolvimento do crescimento intelectual.*

§ 4º **A hora-atividade nas escolas do campo deverá ser organizada de acordo com as especificidades das escolas** e organização da gestão.

§ 5º. O profissional da educação (professor, estando em docência ou horas atividades), (TAE, TAE-TDI, AAE – INFRAESTRUTURA /NUTRIÇÃO ESCOLAR, e Auxiliar de aluno) que se ausentar das atividades do cargo, sem comunicar imediatamente seu superior e não apresentar justificativa plausível dentro da legislação, será considerada falta injustificada, logo o gestor encaminhará a SME para as devidas providências junto a administração e se necessário ao setor jurídico.

§ 6º. Para o cumprimento da **jornada de trabalho semanal das horas atividades**, deverão observar-se as seguintes orientações:

a. Organização do planejamento quinzenal de acordo com o Plano de Ensino anual da Escola.

b. Realizar intervenção pedagógica aos alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

c. Participação na Formação Contínua em grupos de estudo na escola, na rede e demais atividades de capacitação da Unidade Escolar e do aperfeiçoamento profissional organizado pela SME;

d. Registro Avaliativo do Processo Ensino Aprendizagem (Acompanhamento da Aprendizagem por meio dos instrumentos internos e externos com base nos objetivos/ habilidades da BNCC, fichas de acompanhamento da aprendizagem, incluindo o Diário de Classe);

e. Registrar semanalmente os planos pedagógicos e frequências dos alunos, para conclusão do preenchimento no bimestre o diário eletrônico no sistema virtual implantado na rede.

f. Atividades pedagógicas propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas de conselho de classe por ano/turmas e atendimento a comunidade escolar, com foco no desenvolvimento integral do aluno conforme plano de ensino anual.

§ 7º A jornada de trabalho do profissional fora da regência de sala de aula, em situação de Dedicação Exclusiva (diretor, secretário escolar e coordenador pedagógico) quando realizar atendimento complementar, não efetuar desconto das horas conforme lei vigente.

Art. 5º A jornada de trabalho do profissional dos cargos/funções - Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 6º. O profissional administrativo (Técnico Administrativo Educacional Administração Escolar/Multimeios didáticos) na função de **Secretário Escolar** em regime de dedicação exclusiva deverá organizar uma escala de atendimento em todos os turnos de funcionamento da escola, quando necessário realizar atendimento complementar sem desconto das horas conforme lei vigente.

Parágrafo Único: O profissional da educação pública em efetivo exercício nas funções de dedicação exclusiva (Direção, Coordenação Pedagógica e Secretário Escolar) será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Ex-

clusiva com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada, conforme Artigo 39 da Lei Complementar Nº068/2009.

Art. 7º Quaisquer ausências justificadas regulamentado Artigo 60 da LC nº68/2009 PCCs e do Artigo 136 da LC nº28/2007 Estatuto do Servidor Público e Instrução Normativa do Ponto deverá ser comprovada documentalmente e autorizada pelo chefe imediato para efeito do cumprimento da Jornada de Trabalho.

Art. 8º. Ao servidor em efetivo exercício a licença para tratamento de saúde e referente as ausências justificadas e ou não, deverá em conjunto com o gestor da unidade escolar observar as normas municipal: **Decreto Municipal nº 1.377 de 05 de julho de 2019, Decreto Municipal nº 1.392 de 21 de agosto de 2019, Lei Complementar Municipal nº 177 de 16 de setembro de 2019, LC nº68/2009 PCCs e LC nº28/2007 Estatuto do Servidor Público e Instrução Normativa do Ponto**, devendo ser comunicada imediatamente a chefia imediata, a considerar regulamentação na legislação vigente.

Art. 9º. O cumprimento integral da jornada de trabalho de todos os profissionais da educação na unidade escolar será acompanhado pela Equipe Gestora (direção, secretário escolar e coordenação pedagógica) e quando necessário encaminhado ao setor Administrativo/RH da SME.

Art.10. O profissional da educação em efetivo exercício que se ausentar das atividades do cargo jornada de trabalho, sem justificativa legal e autorização do chefe imediato, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto em seus subsídios, conforme legislação vigente.

Art. 11 A inobservância pela direção e secretário escolar, do disposto nesta portaria, poderá incorrer em responsabilização conforme legislação vigente.

Art.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa/SME.

Art. 13 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Juara, 01 de novembro de 2022

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 80/2022/GS/SME/MT

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de contagem de pontos e Atribuição de classes do Professor, do regime/ jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, e demais providências.

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo *contagem de pontos e Atribuição de classes do Professor, do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino em conformidade com* LDB, Lei Complementar 068/2009, Lei Municipal nº 1.896, de 13 de dezembro de 2007, Lei nº. 14.113 de 25 de dezembro de 2020 – FUNDEB *e* leis complementares que regulamentam a Educação Básica em consonância com suas alterações.

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem da rede.

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades educacionais da rede municipal assegurando o compromisso e os direitos fundamentais da Educação Básica

RESOLVE:

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de contagem de pontos e atribuição de classes*/salas de aula* e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades educacionais, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A realização da contagem de pontos será via sistema de software atual da rede, acompanhada e conferida pela Comissão Escolar responsável pela condução do processo em cada unidade. Após encerramento do processo a relação de pontuação/classificação por cargos/funções do quadro de pessoal das unidades educacionais deverão ser afixados em local público e de fácil acesso.

Art. 3º Para contagem de pontos referente à formação/titulação será considerado o ponto da **maior** titulação que o profissional tiver concluído, não será permitido à contagem de dois títulos.

Art. 4º Para o processo de contagem de pontos será necessário que o profissional preencha a ficha de dados pessoais, atualize todas as informações referentes à escolaridade e, formação profissional, responsabilizando–se pela inserção no sistema **dos documentos** (diploma, histórico das graduações ou cópia da Ata de colação de grau, atestado funcional/declaração, certificados entre outros documentos requisitados comprovação).

Parágrafo único: Caso julgue necessário a Comissão Escolar solicitará apresentaçãodos documentos ao servidor.

Art. 5º Para comprovação do item **tempo de serviço** o servidor aproveitará o último atestado funcional e em caso de permanência do ano letivo 2022 em única escola, será emitido pela unidade de ensino a comprovação do tempo do ano vigente. Caso o servidor tenha desenvolvido as funções em mais de uma unidade deverá solicitar do Departamento de Recurso Humanos/setor administrativo da SME a comprovação.

Art. 6º. Para a função de professor no ato da contagem de pontos nas escolas mistas urbanas e do campo com gestão própria, no preenchimento da Ficha de Contagem de Pontos é preciso assinalar a escolha do perfil profissional dentro da **etapa de ensino** escolhida a concorrer e trabalhada:

§ 1º . Escolas urbanas mistas

a. Educação Infantil: Pré Escola I e II

b. Ensino Fundamental em turmas completas:

I. 1º ano

II. 2º ano

III. 3º ano

IV. Laboratório de Aprendizagem conforme critérios de Portaria Específica.

§ 2º . Escolas do campo *centralizada na SME* mistas

a. Educação Infantil-Pré Escola I e II – (*multiano ou turmas completas*)

b. Ensino Fundamental**:**

I. 1º e 2º ano (*multiano ou turmas completas*)

II. 3º ano**,** ***4º ano e 5º ano*** (*multiano ou turmas completas* – poderão ser *organizadas por área/disciplinas)***quandoturmas no mesmo turno.**

III. Ensino Fundamental: Salas multiano de 1º ao 5º ano, quando número de alunos for insuficiente para formar a turmas únicas.

Parágrafo Único: *O atendimento das turmas poderá ser por área/disciplinas de acordo com perfil profissional, nas turmas de 3º ao 5º ano, quando completas, sendo organizadas junto com a SME.*

Art. 7º Quando da apuração final dos pontos, os profissionais da educação deverão ser classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Maior Titulação

II - Maior tempo de serviço

III - Maior idade

Art. 8º Nas escolas que atendem mais de uma etapa da educação básica, o processo de atribuição será por ordem geral decrescente dentro de cada **etapa inscrita**, respeitando a habilitação exigida para o cargo/etapa **"Pedagogia"**, habilitação de concurso **"Magistério"** e **Licenciados nas Áreas de Conhecimento** conforme leis vigentes.

Parágrafo Único: Caso não haja turma suficiente para todos os inscritos por etapa de ensino, a atribuição deste será em seguida nas turmas em aberto existentes durante o processo.

Art. 9º Os profissionais da educação básica efetivos, afastados para interesse particular ou cedidos, quando retorno as atividades funcionais deverão apresentar-se para fim de contagem de pontos e possível atribuição classes regime/jornada de trabalho na unidade escolar de última lotação.

§ 1º . O profissional citado neste artigo, aguardará o processo final da unidade e em caso de vaga livre deverá ser atribuído e permanecer lotado na própria escola:

I. Após encerramento do processo de atribuição na unidade e confirmada a inexistência da vaga livre para lotação o servidor participará do processo de atribuição da rede na SME por estar remanescente da rede.

Art. 10 A Equipe Gestora é responsável em informar à SME, o nome do profissional da educação efetivo que constam na lotação da escola e **NÃO** realizou o processo de contagem de pontos bem como o que não compareceu na atribuição sem apresentar documento legal chancelado e deferido pelo chefe imediato autorizando o afastamento dos processos.

§ 1º O servidor que não realizou a contagem de pontos nos dias definido nesta portaria e não comprovar amparos legais de sua ausência, com o fechamento do sistema, deverá de posse dos documentos procurar a Comissão Escolar e realizar a contagem de pontos, contudo **não entrará na classificação geral decrescente da escola, permanecendo no final da classificação independente da sua da pontuação.**

§ 2º O servidor que estiver ausente do processo de atribuição da unidade escolar sem os amparos legais, *ficará remanescente da rede e participará do processo de atribuição para remanescentes organizado pela SME nas vagas* existentes na rede.

Art. 11 Para a função de professor o Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa da SME e a equipe gestora deverão observar:

I - Os professores com vínculo em outra rede de ensino (pública ou privada) ou horas excedentes, devem apresentar documento de sua carga horária que **comprove a compatibilidade** de horário e que assegure o cumprimento do regime de trabalho (em sala de aula e horas atividades), e ainda organizar a jornada na unidade com equipe gestora.

Art. 12 Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quanto ao processo de atribuição caberá recurso fundamentado por escrito interposto a **Comissão de Contagem de Pontos e do Processo de Atribuição.**

Parágrafo Único - O recurso referido deste artigo não terá efeito suspensivo do processo**,** devendo ser interposto, impreterivelmente, até 24 (vinte e quatro) horas após cada etapa, tendo as Comissões da unidade escolar e/ou SME, o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 13 Para as unidades escolares que atendem alunos AEE inclusos nas turmas regulares, comprovada necessidade mediante laudo médico do aluno, é possível à solicitação do profissional de apoio/auxiliar de turma, mediante análise da equipe gestora em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa,

§ 1º A disponibilidade do profissional de apoio, com regime de trabalho de 30 horas conforme previsto na legislação está condicionado à organização das turmas, análise, e parecer da SME, podendo o profissional atender mais de uma turma de alunos com deficiência conforme este parágrafo.

Art.14 Os profissionais dos cargos/funções da educação efetivos, em **readaptação** desenvolverão atividades conforme previsto no **Decreto n° 1.377 de 05 de julho de 2019,** de acordo com a organização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º *Todos os profissionais em situação de:*

a. ***Licença constante*** *para tratamento de saúde conta pontos e atribui na unidade escolar normalmente em sua função de concurso no turno escolhido;*

*b. Em **readaptação temporária** contar pontos na unidade escolar e atribui normalmente em sua função de concurso no turno escolhido, caso não haja vaga na escola para funções compatíveis, o servidor participa da segunda etapa de atribuição na SME.*

***§ 2º** Todos os profissionais **readaptação permanente** participará do processo de contagem depontos na unidade escolar atual bem como da atribuição a resguardo os casos:*

a. O aluno que foi atendido pelo profissional em 2022 permanecer na unidade escolar o profissional poderá dar continuidade ao atendimento prezando pelo bom desenvolvimento da criança.

b. Caso não haja a possibilidade, o profissional participará da atribuição segunda etapa na SME, obedecendo à necessidade de manutenção do quadro das unidades educacionais conforme leis em vigência.

***Art. 15**O quantitativo de profissionais efetivos nos cargos/funções das unidades educacionais será definido de acordo com o critério estabelecido em anexo desta Portaria. Contudo, "as unidades escolares que atende discentes das duas redes públicas "Municipais e Estaduais" o quantitativo de servidores conforme anexo da portaria deverá ser consideradoentre as redes.*

§ 1º Para as unidades escolares onde o número de turmas estiver conforme anexo III, entretanto o número de alunos for inferior ao quantitativo de 160 (cento e sessenta), o quadro será composto conforme anexo III-B.

§ 2º As unidades escolares do campo com gestão centralizada na SME, será organizado o quadro de profissionais de acordo com o número de alunos da unidade.

***Parágrafo Único:** Caso o número de* profissionais não atenda às necessidades da unidade, exceder ou se organize abaixo do quantitativo estipulado nos (anexos), o quadro será organizado pela SME de acordo com as leis em vigência.

Art. 16 Para dar cumprimento a datas e prazos das Etapas do processo de atribuição de classes, regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação, Remanescentes, Readaptação, as Comissões responsáveis deverão seguir as datas estabelecidas na Instrução Normativa.

§ 1º Para a Etapa de Atribuição de classes e jornada de trabalho no ano ***de 2023,*** caso o servidor não possa fazer presente dentro das justificativas legais, poderá instituir procurador para representá-lo, este sendo maior deverá apresentar-se à Comissão de Atribuição munido de documento outorgante (**Procuração registrada em cartório**), documentos de identificação e demais documentação que for necessária ao Processo.

Do Processo de Contagem de Pontos

Art. 17 O processo de Contagem de Ponto será on-line Sistema Ômega a todos os profissionais, o servidor terá acesso ao sistema e realizará a auto contagem de seus títulos e pontos de acordo com as normas constante no anexo V:

I. **28 e 29/11/2022**– Contagem de pontos para todos os profissionais efetivos da rede municipal de ensino.

II. **30/11/2022** – Conferência realizada pela Comissão Escolar da contagem de pontos dos profissionais efetivos, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa com horário definido pela gestão da unidade em organização do trabalho.

III. **01/12/2022** - Divulgação em local de fácil visualização, assim como nos canais de comunicação e mídias sociais da unidade, a relação nominal dos Profissionais da Educação por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos e **etapa de ensino inscrito.**

Da Atribuição na unidade escolar

Art. º 18 O processo de atribuição acontecerá em todas as escolas da rede municipal para os profissionais efetivos em duas etapas sendo:

§1ª etapa –**02/12/2022** atribuição a todos servidores efetivo das unidades, considerando regime/jornada de trabalho e classe/salas de aula das turmas completas com o número de alunos efetivamente realizado as rematrículas, seguindo os critérios e números estabelecidos na Portaria de Composição de Turmas.

Caso o professor e o técnico de desenvolvimento infantil considere que as turmas disponíveis na 1º etapa não faz parte de seu perfil de atuação e deixe de participar nesta, registra em ata a escolha do mesmo com sua classificação e motivo de escolha de ficar para segunda etapa.

§2ª etapa – 18/01/2023 - atribuição do quadro de servidores das unidades, considerando regime/jornada de trabalho ou classe/salas de aula, das turmas completas com as novas matrículas em caso de vagas em aberto bem como, seguindo os critérios e números estabelecidos na Portaria de Composição de Turma.

Art. 19 O Técnico Administrativo Educacional, na função de Secretário Escolar, e a direção escolar são os responsáveis no preenchimento e gerenciamento dos dados e demais informações da unidade escolar referente à organização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira, Recursos Humanos e demais informações referentes aos Programas e Políticas Públicas em vigência no município e na unidade conforme previsto nas leis municipais e complementares.

***Art. 20** A distribuição dos Coordenador Pedagógico por unidade escolar será em conformidade ao Anexo I desta Portaria. O coordenador cumpriráa função com Regime de Dedicação Exclusiva de modo que contemplem os turnos de funcionamento da unidade escolar, conforme portaria de assiduidade.*

Art. 21 *A distribuição de profissionais nas unidades escolares previstas nos anexos será de acordo com o número de turmas completas para funcionamento no ano de **2023**, sendo o quadro possível de alterações excepcionais, para suprir a demanda.*

Art. 22 Caso apareçam vagas em substituição nas unidades escolares em qualquer função, após o início do ano letivo serão preenchidas pela SMEde acordo com a orientação prevista na legislação do Tribunal de Contas TCE, na Lei Orgânica e demais leis complementares em vigência.

§ 1º - A SME durante o ano letivo de 2023 a qualquer momento analisará as demandas das unidades escolares e reorganizará profissionais para suprir a necessidade da escola.

Art. 23 Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Contagem de Pontos e Atribuições de classes e regime/jornada de trabalho instituídas nas unidades educacionais e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a SME para conhecimento, análise e parecer.

Art. 24 A inobservância pela direção e secretário escolar, do disposto nesta portaria, poderá incorrer em responsabilização conforme legislação vigente.

Art. 25Caberá à SME através do Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME acompanhar o cumprimento desta Portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 26 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, salvo alterações de lei, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação.

Portaria GP nº005/2021

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Escolas com etapa exclusiva de educação infantil - creche

Educação Infantil	Turmas	**N° de Coordenadores**
Unidade de Creche	06 a 12 creche	1
	08 a 20 creche	2
Creche com Pré Escola	10 a 20 Creche e Pré escola	2
Educação Infantil Pré Escola	06 a 09	1
	10 a 15	2

Obs. As turmas a serem consideradas serão com atendimento presencial regular.

Anexo I – A

Escolas com etapa mistas urbanas

Etapas de Ensino	Turmas	**N° de Coordenadores**
Pré escola	04 a 08	1
Ensino Fundamental	09 a 18	1
Educação do Campo	04 a 10	1

Anexo I - B

Para as unidades Escolares **da Educação do Campo -** Compartilhada a função de Coordenador Pedagógico será composto conforme quadro abaixo.

	Número de Alunos	**N° de Coordenadores**
Escola do Campo Compartilhadas	Mais de 160 alunos	1
Escola do Campo com Gestão Centralizada na SME do Ensino fundamental	Mais de 100 alunos	1

***Observação: O atendimento pedagógico das turmas anexas da Educação Infantil será realizado pela Coordenação da SME.**

ANEXO II

Distribuição do Técnico Administrativo Educacional por funcionamento das escolas de Educação Básica

Critérios para Dimensionamento para **escolas mistas** Pré Escola e Ensino Fundamental na função de Administração Escolar e Multimeio Didático.				
Categoria	Nº de Alunos	Administrativo	Secretário	Total
A	Até 200	01	-	**01**
B	201 a 430	02	-	**02**

ANEXO II-A

Critérios para Dimensionamento para escolas que atendem exclusivamente **Educação Infantil – Creche e Pré Escola**				
Categoria	Nº de Alunos	Administrativo	Secretário	Total
A	100 a 400	01	*	01

ANEXO II-B-SME

Critérios para Dimensionamento para atender as 7 (sete) Escolas do/no Campo Centralizada na SME para função de Secretário Escolar.				
Categoria	Nº de Alunos	Técnico Administrativo	Secretário	Total
A	Mais de 100	01	*	**01**

-* A função de dedicação exclusiva Secretário Escolar será escolhido pelo diretor escola

e nomeado pela SME, dos anexos II, II-A, II-B.

ANEXO II – C/SME

Critérios para Dimensionamento a SME para desenvolvimento das atividades administrativas da educação.		
Setores	Técnico Administrativo	Total
Setor Merenda Escolar	01	01
Nutricionista	-	01

Setor Transporte Escolar	01	01
Departamento de Organização Jurídica	01	01
Assessoramento Políticas Educacionais –Monitoramento e Execução de Programas Educacionais Federais	01	01
Administrativo - Recursos Humanos, Execução Financeira da Educação e Setor Patrimonial	03	03
Psicóloga	01	01
Assistente Social	01	01

ANEXO III

Distribuição do Apoio Administrativo Educacional - nutrição e infraestrutura, por funcionamento das escolas de Educação Básica

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONAL		
Classificação da Unidade Ensino Parcial	**Nutrição**	**Infraestrutura**
Até 3 turmas por turno	**01**	**01**
De 5 até 15 turmas por turno	**02**	**02**
De 11 a 30 turmas por turno	****	**01 (intermediária)**

ANEXO III A

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONAL		
Classificação da Unidade com atendimento Ensino Integral	**Nutrição**	**Infraestrutura**
De 10 a 20 turmas por turno em Período Integral	**03 (considerar o lactário)**	**03 (considerar lavanderia)**

ANEXO III – B

Para as Escolas Educação Básica compartilhadas no campo

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINITSRATIVO EDUCACIONAL		
	NUTRIÇÃO	**INFRAESTRUTURA**
Unidades com número de alunos inferior a 160 (cento e sessenta)	**01**	**01**

ANEXO IV

Distribuição Técnico de Desenvolvimento Infantil/Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de professor, por funcionamento das escolas de Educação Básica

Critérios para Dimensionamento por Turmas nas Creches		
Classificação da Turma	Período com professor regente em sala	Quando turma Integral Período oposto
0 - 1 ano	01	02
1 a 3 anos	01	02

ANEXO V

Ficha de Pontuação Atribuição de Classes do professor efetivo-zona urbana-2022/2023

1.Dados Pessoais

Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/___/_____
End._____nº_____
Complemento:_____Bairro:_____Cidade: Juara CEP: 78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação de Concurso:_____
Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
a. ( ) SIM b. ( ) NÃO
TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO:_____ Horas / semanais

2. Opção de Inscrição para Atribuição em:

( ) Educação Infantil ( ) Ensino Fundamental de 1º ao 3º ano
( ) Laboratório de Aprendizagem ( ) Sala de Recursos

2.1 Opção de atribuir Horas Excedentes conforme Lei Municipal nº 2.638 de 10 de março de 2017.

Tem interesse em atribuir Horas Excedentes quando possível.
( )Sim ( ) Não

3. Número de pontos obtidos pelo professor:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo**)- mediante documento comprobatório.**

		CRITÉRIOS	**INDICADORES**	**Pontos**
a.	Pós Graduação	Doutorado	80,0(oitenta) pontos	
b.		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos	
		Especialização	40,0 (quarenta) pontos	
	Licenciatura	Pedagogia	30,0 (trinta) pontos	
c.	Nível Médio	Magistério	10,0 (dez) pontos	

4. DO TEMPO DE SERVIÇO - mediante documento comprobatório- considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/ SME.

a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (décimo)por mês

5. Da jornada de trabalho no ano 2022

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022,**	**100%**	**10 (dez) pontos**
		90%	**8 (oito) pontos**

	com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.	**75%**	6 (seis) pontos
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: **Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.**	100 % 16h	**8 (oito) pontos**
		75 % 12h	5 (cinco) pontos
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto

6. Qualificação profissional complementar/formação continuada			
a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas	
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capitulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
7. Total de pontos obtidos			
8. Em caso de empate			
a	Maior Titulação		
b	Maior tempo de serviço		
c	Maior idade		
9.Total de pontos obtidos p/desempate			

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

Atribuição será de acordo com a classificação, porém respeitando ainda a ordem de prioridade para atuar na educação básica da rede municipal de ensino Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Assinatura do (a) Professor (a) Responsável pela Atribuição na

Juara ___/___/2022

Ficha de Pontuação Atribuição de Classes do Professor Efetivo – Escolas do Campo-2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/_____/_____
End._____nº_____
Complemento:_____Bairro::_____ Cidade: Juara CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação de Concurso:_____
Jornada de Trabalho : 30 horas semanais
POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?
a. ( ) SIM b. ( ) NÃO
TIPO:( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO

2. Opção de inscrição para atribuição em

Educação Infantil
( ) Pré I , Pré II (quando turmas completas) ( ) Salas multi/educação infantil
Ensino Fundamental
( ) Ciclo de alfabetização 1º, 2º e 3º ano, (quando turmas)
( ) 4º ano e 5º ano, (quando turmas completas) turmas no mesmo turno (organizado por área/disciplinas conforme Portaria de Atribuição)
( ) Salas multiano anos iniciais de 1º ao 5º ano (por número incompletos para formação de turmas)

2.1 Opção de atribuir Horas Excedentes conforme Lei Municipal nº 2.638 de 10 de março de 2017.

Tem interesse em atribuir Horas Excedentes quando possivel.
( )Sim ( ) Não

3. Número de pontos obtidos:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório

CRITÉRIOS	INDICADORES	Pontos

a.	Pós Graduação	Doutorado	80,0(oitenta) pontos	
b.		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos	
		Especialização	40,0 (quarenta) pontos	
	Licenciatura	Pedagogia	30,0 (trinta) pontos	
c.	Nível Médio	Magistério	10,0 (dez) pontos	
4. DO TEMPO DE SERVIÇO - mediante documento comprobatório- considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/ SME.				
a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.		0,1 (décimo)por mês	
5. Da jornada de trabalho no ano 2022				
a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**	
		90%	**8 (oito) pontos**	
		75%	6 (seis) pontos	
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.	100 % 16h	**8 (oito) pontos**	
		75 % 12h	5 (cinco) pontos	
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto	
6. Qualificação profissional complementar/formação continuada				
a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas		
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.	
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.	
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais. (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
7.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**			
8. EM CASO DE EMPATE				
a	**Maior Titulação**			
b	**Maior tempo de serviço**			
c	**Maior idade**			
9.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:				

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

Atribuição será de acordo com a classificação, porém respeitando ainda a ordem de prioridade para atuar na educação básica da rede municipal de ensino Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Assinatura do (a) Responsável Professor (a) pela Atribuição

Juara ___/___/2022

Ø Ficha de Pontos Regime/Jornada De Trabalho do Servidor do Cargo de Técnico Administrativo Educacional – Efetivo 2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt. Nasc:____/_____/____
End._____nº_____
Complemento: _____Bairro::_____Cidade: Juara CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:_____/_____/_____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação: Concurso:_____
Regime de Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
Função: _____
POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
a ( ) SIM b. ( ) NÃO
TIPO: ( ) PUBLICO ( ) PRIVADO

2. Números de pontos obtidos pelo profissional:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório

Critérios		**Indicadores**	**Pontos**
a.	Pós Graduação	Doutorado	80,0 (oitenta) pontos
		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos

		Especialização	40,0 (quarenta) pontos
b.	Ensino Superior	Licenciatura	30,0 (trinta) pontos
c	Curso Profissionalizante Específico	Arara Azul, Profuncionário	20,0 (vinte) pontos
d	Ensino Médio	Propedêutico-/Magistério	10,0 (dez) pontos

3.DO TEMPO DE SERVIÇO - mediante documento comprobatório- considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/ SME.			
a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (um décimo) por mês	
4. DA JORNADA DE TRABALHO no ano 2022.			
a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**
		90%	**8 (oito) pontos**
		75%	6 (seis) pontos
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: **Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.**	100 % 16h	**8 (oito) pontos**
		75 % 12h	5 (cinco) pontos
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto

5. Qualificação profissional complementar			
a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas	
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais e, (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.

6.ESPECÍFICO PARA ÁREA A QUE CONCORREM, mediante documento comprobatório			
a.	Curso básico de informática	2,0 (dois) pontos	
7.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**		
8. EM CASO DE EMPATE			
a	**Maior Titulação**		

b	**Maior tempo de serviço**	
c	**Maior idade**	
9.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:		

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Assinatura do (a)

Responsável pela Atribuição

Juara ___/___/2022

FICHA DE PONTOS REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR DO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NAS FUNÇÕES DE INFRAESTRUTURA E NUTRIÇÃO 2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt. Nasc:____/_____/____
End._____ nº_____
Complemento:_____Bairro::_____Cidade:_____CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:_____/_____/____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação: Concurso:_____
Regime de Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
Função: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
( ) AAE – Nutrição ( ) AAE – Infraestrutura
1. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?
a ( ) NÃO b. ( ) SIM
TIPO:( ) PUBLICO ( ) PRIVADO

2. OPÇÃO de ATRIBUIÇÃO MOTIVO READAPTAÇÃO PERMANENTE (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PORTARIA ATUALIZADA)

( ) Servidor em readaptação permanente deverá atribuir em segundo momento na SME em funções organizadas de acordo com as leis municipais LC 068/2009 , LC 028/2007 e demais leis em vigência.

3. Número de pontos obtidos pelo profissional:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório.

CRITÉRIOS			**INDICADORES**	**PONTOS**
a.	**Ensino Médio**	**Curso Profissionalizante - Arara Azul, Pro funcionário**	**30 (trinta) pontos**	
	Ensino Médio	**Não Profissionalizante**	**20 (vinte) pontos**	
	Ensino Fundamental	**Ensino Fundamental**	**10 (dez) pontos**	

4 - DO TEMPO DE SERVIÇO: AAE (mediante documento comprobatório) considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/SME.

a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (um décimo) por mês	

5. DA JORNADA DE TRABALHO no ano 2022.

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**	
		90%	**8 (oito) pontos**	
		75%	6 (seis) pontos	
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.	100 % 16h	**8 (oito) pontos**	
		75 % 12h	5 (cinco) pontos	
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto	

6. Qualificação profissional complementar

a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas		
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.	
		Artigo completo em periódicos on-line com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.	
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais e, (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	

7.APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA

a.	**Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem). Com limite máximo de 3,0 pontos.**	**0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas**	

8. APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-NUTRIÇÃO ESCOLAR

a.	**Certificado, na área específica (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos).**	**0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas.**	

	Com limite máximo de 3,0 pontos.		
9.	**Total de pontos obtidos**		
10. EM CASO DE EMPATE			
a	**Maior Titulação**		
b	**Maior tempo de serviço**		
c	**Maior idade**		
11. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS por DESEMPATE			

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Assinatura do (a)

Responsável pela Atribuição

Juara-Mt ____/___/2022

FICHA DE PONTOS REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt. Nasc:____/_____/____
End._____nº_____
Complemento:_____Bairro::_____Cidade: Juara CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:_____/_____/____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação: Concurso:_____
Regime de Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
Função: Técnico Desenvolvimento Infantil

1.1 POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?

a ( ) NÃO b. ( ) SIM
TIPO:( ) PUBLICO ( ) PRIVADO

2. OPÇÃO de ATRIBUIÇÃO MOTIVO READAPTAÇÃO PERMANENTE (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PORTARIA ATUALIZADA)

( ) Servidor em readaptação permanente deverá atribuir em segundo momento na SME em funções organizadas de acordo com as leis municipais LC 068/2009 , LC 028/2007 e demais leis em vigência.

2.1 Número de pontos obtidos pelo profissional: DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório.

	CRITÉRIOS	**INDICADORES**		**PONTOS**
a.	**Pós Graduação**	**Doutorado**	**80,0 (oitenta) pontos**	
b.		**Mestrado**	**60,0 (sessenta) pontos**	
c.	**Ensino Superior**	**Especialização**	**40,0 (quarenta) pontos**	
	Ensino Médio	**Licenciatura**	**30,0 (trinta) pontos**	
		Ensino Médio	**20,0 (vinte) pontos**	

3. DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/SME-mediante documento comprobatório

a.	**Para cada mês de serviço prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.**	**0,1 (um décimo) por mês**	

4. DA JORNADA DE TRABALHO no ano 2022.

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**	
		90%	**8 (oito) pontos**	
		75%	6 (seis) pontos	
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.	100 % 16h	**8 (oito) pontos**	
		75 % 12h	5 (cinco) pontos	
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto	

5. Qualificação profissional complementar

a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas		
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.	
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.	
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais e, (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	

	Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.	Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
6.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**			
7 .	**EM CASO DE EMPATE**			
a.	**Maior Titulação**			
b.	**Maior tempo de serviço**			
c.	**Maior idade**			
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS por DESEMPATE				

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Assinatura do (a)

Responsável pela Atribuição

Juara____/____/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº.009/2022/GS/SME/MT

Dispõe sobre processo de escolha de Coordenador Pedagógico das Escolas da Rede Municipal para ano letivo de **2023.**

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, comunica que estão abertas as inscrições para o processo de escolha de Professores ao provimento da função de **Coordenador Pedagógico** das escolas públicas municipais nos termos da Constituição Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 6.094/2007, Lei Complementar 068/2009 e Leis vigentes.

Resolve:

Art. 1º Determinar a abertura do **Processo de Escolha** de Coordenador Pedagógico nas escolas da rede municipal, para o ano letivo de **2023**, conforme Lei Municipal em vigência e regulamentado nesta Portaria.

§ 1º O processo de escolha deverá ocorrer nas unidades escolares da rede de Pública Municipal que possuem Gestão Própria, desde que atenda as normas de composição e números de turmas para **2023**.

Art. 2º Para concorrer à função de Coordenador Pedagógico conforme lei vigente e de acordo com esta portaria, o professor candidato deverá:

I Comprovar formação mínima, curso de licenciatura plena, experiência docente de no mínimo, 3 (três) anos de **efetivo** exercício no Município.

II - Apresentar Proposta de Trabalho em reunião com os Profissionais da Educação da Unidade Escolar a qual se candidatou, em dia e horário marcados pela Comissão da unidade escolar.

Parágrafo Único - Poderá se inscrever para o processo de escolha de coordenação pedagógica, regulamentado por esta portaria, o professor que esteja usufruindo de licença-prêmio.

Art. 3º A reunião de apresentação da Proposta de trabalho dos candidatos (as) a coordenação pedagógica com os profissionais da unidade escolar deverá ser registrada em Ata pela comissão.

Da Inscrição

Art. 4º Os professores que desejam se inscrever para a função de **Coordenador Pedagógico** deverão realizar a inscrição **na própria escola,** usando o modelo de Ficha constante em anexo a esta portaria.

I. **07 e 08/11/2022 -** das 7h às 11h e das 13h às 17h - As inscrições estarão abertas nas unidades escolares para os candidatos professores lotados da **própria unidade**.

II. **09 e 10/11/2022 -** das 7h às 11h e das 13h às 17h – Não havendo candidato inscrito na unidade, as inscrições estarão abertas para os professores da **rede**, observando os critérios e normas desta Portaria.

III. Não serão aceitas inscrições fora do período determinado nesta portaria, com ressalvas nos amparos legais.

Art. 5º O processo de escolha de professor para a função dedicação exclusiva de Coordenador Pedagógico será realizado da seguinte forma:

I. O candidato a Coordenação Pedagógica deverá apresentar uma Proposta de Trabalho que atenda a estrutura das dimensões de ensino e aprendizagem do Projeto Político Pedagógico, aos Profissionais da Educação da unidade escolar, no dia definido pela comissão da unidade.

II. O Candidato que não se submeter à apresentação da Proposta de Trabalho estará automaticamente desclassificado.

III. **09/12/2022-** Processo de escolha para função de Coordenação Pedagógica em horário definido pela comissão da unidade escolar, com auxílio da cédula individual.

Art. 6º A inscrição do candidato implica no conhecimento e na plena aceitação das normas estabelecidas nesta portaria, e nas normas legais específicas para exercer a função estratégica de Coordenador Pedagógico.

Parágrafo único. Orienta-se aos profissionais da educação que evitem manifestação ou atos contrários à ética referentes aos candidatos, junto à comunidade escolar.

Art. 7 º No ato da pré-inscrição o candidato deverá apresentar e assinar os documentos descrito no anexo II desta portaria.

Art.8º Os atuais coordenadores **eleitos e/ou designados**, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o processo de escolha referente ao ano **2023.**

Art. 9º A comissão da unidade escolar que conduzirá a escolha de candidato à Coordenador Pedagógico, será a mesma constituída na unidade para os processos de contagem de pontos e atribuição.

Art.10. Encerrado o prazo de inscrição a Comissão da unidade escolar encaminhará oficialmente no dia seguinte, ao Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME solicitação de informações da vida funcional dos candidatos para dar sequência ao processo de análise, deferimento e ou indeferimento das inscrições.

Art.11 O Coordenador Pedagógico será eleito anualmente **pelos professores** lotados e em exercício no próprio estabelecimento, conforme preconiza a Lei em vigência.

§ 1º. Poderá votar em caso de substituição temporária de até 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Escolar, até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito, votará seu substituto.

§ 2º. Comprovado o afastamento do titular do cargo, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias votará o seu substituto.

Art. 12. Os Coordenadores Pedagógicos eleitos para o ano de **2023** assumirão suas atividades após nomeação de ato do poder executivo.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 83/2022/SME/MT

Dispõe sobre remoção dos Profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Orgânica do Municipal, na Lei Complementar nº. 068/2009 e Lei nº. 9.394/1996 – LDB, Lei Municipal nº 1.896, de 13 de dezembro de 2007 em consonância com suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Considerando a necessidade de organização da Remoção entre as Escolas Municipaispara o ano de **2023.**

Art. 2º Remoção é o deslocamento, do Professor, do Técnico-Administrativo Educacional ou de Apoio Administrativo Educacional da Educação Pública Municipal, entre as Unidades de Ensino no Município, observada a existência de **vagas livre ou Remoção por Permuta** conforme Lei Municipal 068/2009.

Art. 3°. A abertura do pedido de **Remoção dos Profissionais para o ano de 2023** das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinodeverá ser realizada na própria escola em horário de atendimento regular.

05/12/2022 a 09/12/2022–O profissional que pleiteia a remoção deverá preencher o requerimento (anexo) na secretaria escolar confirmando a unidade educacional para onde pretende remover-se. **12/12/2022– A direção escolar deverá encaminhar os requerimentos devidamente preenchidos e assinados a SME para organização do processo de atribuição.**

Art. 4º. O processo de remoção será organizado, observando os seguintes procedimentos:

I. A Secretaria Municipal de Educação através Departamento de Recursos/SME constituirá uma comissão, composta por três servidores em exercício nesta secretaria, que receberá os requerimentos e analisará as solicitações de acordo com a pontuação obtida na unidade educacional.

II. Para a reclassificação de pontos levar-se-á em conta o resultado da pontuação obtida na ficha de contagem de pontos do servidor na unidade em que estiver lotado atualmente.

Art. 5º. Nos casos de remoção por permuta conforme LC nº. 068/09, Art. 43 o profissional deverá aguardar o deferimento e/ou indeferimento no exercício do cargo.

Art. 6º. O Profissional da Educação Básica que tiver sua remoção deferida no processo de atribuição, deverá apresentar-se na unidade para o qual foi removido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Único: O profissional da educação deverá deixar organizada toda documentação e informação do cargo em exercício no local de trabalho que exerceu o último ano.

Art. 7º. Não será permitido nenhum deslocamento ou afastamento de servidor sem autorização da Secretaria Municipal de Educação a qualquer órgão, para que haja transparência e registro da vida funcional com objetivos de manter as informações na pasta do servidor.

Art. 8°. Em caso do profissional que requerer a remoção e desistir deverá solicitar por escrito o cancelamento impreterivelmente um dia antes da etapa de atribuição de salas.

Paragrafo Único: O não comparecimento do servidor no ato da atribuição ou representação formal com procurador, a comissão entenderá desistência automática da solicitação requerida.

Art. 9º. Comporá a Comissão os membros abaixo, para sob a Coordenação do primeiro, possa analisar e emitir parecer nos processos referentes às solicitações de remoção.

• Marinha Francisca da Silva

• Roneide Moraes Silva Pereira

• Eliane Fernandes da Silva

Art. 10. Caberá à SME através do Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME acompanhar o cumprimento desta Portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 11. *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Juara-MT, 1 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação.

Portaria GP/005/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº.82/2022/GS/SME/MT

Dispõe sobre critérios e procedimentos para funcionamento do **Laboratório de Aprendizagem** nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino-Ensino Fundamental (anos iniciais) e demais providências.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº. 9.394/1996 – LDB**,** do Decreto Federal nº 6.094/2007 *e* leis que regulamentam a Educação Básica em consonância com suas alterações, bem como os documentos que regulamentam o Retorno Presencial das atividades escolares.

Considerando a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 que institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente nas etapas da Educação Básica.

Considerando o Parecer Nº 01/2018 do CEE/MT de 28 de novembro de 2018 que homologou o DRC/MT para a Educação Básica no Estado de Mato Grosso.

Considerando a Resolução CEB Nº 07 de 14 de dezembro de 2020, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Considerando a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que visa o trabalho colaborativo de famílias, professores, escolas, redes de ensino e poder público será possível elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro.

Considerando as Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação, que visam promover avanços contínuos na qualidade de ensino, melhorar a proficiência dos estudantes de Ensino Fundamental e assegurar a eles o direito de uma aprendizagem significativa;

Considerando os índices das avaliações externas e internas que, por diversos fatores, há em nossas unidades escolares estudantes que não foram alfabetizados na idade certa.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar as Diretrizes de funcionamento do **Laboratório de Aprendizagem** implantado nas Unidades Escolares da rede municipal que ofertam o Ensino-Ensino Fundamental (anos iniciais):

§1º O Laboratório de Aprendizagem é um ambiente de intervenção pedagógica de suma importância para a escola, a considerar que os estudantes com defasagens em alfabetização são acolhidos, se organizam, constroem e produzem, individual e coletivamente, diversos conhecimentos sobre a leitura, escrita e matemática.

§2º OLaboratório de Aprendizagem tem a finalidade de assegurar aos estudantes o direito a alfabetização (leitura/escrita e matemática) e recomposição das aprendizagens a fim de promover a cidadania e o desenvolvimento social das famílias da rede municipal de ensino.

§3º Os componentes curriculares contemplados são: Língua Portuguesa e Matemática.

§4º O professor alfabetizador terá uma jornada de trabalho de 30 horas, sendo 20 horas correspondem à regência (carga horária de atendimento ao estudante distribuídas nos turnos matutino e vespertino), as outras 10 horas-atividade, ações extraclasse, tais como: planejamento, organização, avaliação e atividades pedagógicas etc.

§5º Com o intuito de garantir o funcionamento do Laboratório de Aprendizagem/atendimento do Professor Alfabetizador o espaço físico necessário nas escolas de ensino fundamental (anos iniciais) da rede municipal urbana e dos distritos será:

I. 01 (uma) sala, para atender os estudantes;

II. Os estudantes que frequentarão o laboratório de aprendizagem serão das turmas de 2º ao 5º ano com defasagens críticas em alfabetização Língua Portuguesa e Matemática.

III. A Equipe Gestora junto com os professores das turmas deverá utilizar os resultados das avaliações internas e externa dos Programas Alfabetiza MT, Tempo de Aprender e resultados da progressão individual do estudante (Ata de resultados finais do ano letivo 2022), para compor a lista dos estudantes que comporão a turma do Laboratório de Aprendizagem.

IV. Após a formação da turma o professor alfabetizador organizará os grupos, o cronograma de atendimento e fará a avaliação diagnóstica de entrada.

V. A quantidade máxima de estudantes na turma do laboratório é de 25 alunos, caso o diagnóstico de entrada supere a capacidade de atendimento serão priorizados principalmente não alfabetizados, e ao avançar nas aprendizagens organize-se as substituições.

VI. Os grupos de atendimento poderão ser formados: agrupamentos pela mesma necessidade de aprendizagem ou estudantes que necessitam de intervenção nas mesmas habilidades defasados da alfabetização (leitura/escrita e matemática).

VII. O professor alfabetizador utilizará a matriz de habilidades mínimas de alfabetização instituídas pelo Programa Tempo de Aprender para desenvolver a intervenção de modo focado, e consolidar a efetivação da alfabetização.

VIII. Serão desenvolvidas atividades em Língua Portuguesa e Matemática nos agrupamentos nas horas destinadas a regência.

IX. Os estudantes dos anos iniciais usuários do transporte escolar que necessitam de frequentar o Laboratório de Aprendizagem poderão ser atendidos durante o turno regular.

§ 6º As unidades escolares de Ensino Fundamental – anos iniciais do campo com gestão centralizada na SME fará o atendimento aos estudantes com defasagens em alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática durante o turno regular por meio de atividades pedagógicas diversificadas (apostilas, simulados, cadernos etc) ações interventivas planejadas e aplicadas individual ou coletivamente conforme as propostas e realidade de cada unidade escolar. Caso exista professor efetivo de Pedagogia em unidades próximas será assegurada a continuidade do funcionamento do Laboratório de Aprendizagem nos termos desta portaria.

DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

Art. 2º As unidades educacionais da rede municipal urbana e dos distritos de Ensino Fundamental (anos iniciais) com alto número de estudantes PPAP - defasados em alfabetização, comprovada a necessidade, organizar-se-ão para divulgar e orientar o professor efetivo Pedagogo a assinalar esta opção na Ficha de Pontuação e Atribuição de Classes, conforme perfil e critérios desta Portaria.

§1º Perfil do Professor Alfabetizador:

a) Alfabetizador: para atendimento aos estudantes com defasagens na alfabetização.

b) Acolhedor: os estudantes que frequentarão o Laboratório de Aprendizagem serão das turmas do 2º ano ao 5º ano do EF.

c) Criativo, ativo e inovador: o alfabetizador deverá utilizar nas aulas atividades significativas e contextualizadas que contribuam para efetivação da alfabetização.

d) Pesquisador/observador: quando se trata de avanços na aprendizagem, o primeiro passo é observar e avaliar, depois intervir e por último reavaliar. Nesse sentido, o alfabetizador tem o papel fundamental de pesquisar, analisar, observar e criar situações de aprendizagens para o estudante.

e) **Parceiro:** para que os estudantes tenham bom desempenho, o alfabetizador e o professor regente precisam estar alinhados em seus planejamentos didáticos. Essa parceria irá proporcionar, grandes avanços e bons resultados para toda a escola.

§2º Critérios para assinalar esta opção na Ficha de Pontuação e Atribuição de Classes **do Professor efetivo na Função de Alfabetizador:**

I -Ser professor alfabetizador.

II- Ter licenciatura plena em Pedagogia, com experiência comprovada em Alfabetização.

III- Ter experiência comprovada (declaração da unidade escolar) em alfabetização nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental de no mínimo 2 anos.

IV- Ter disponibilidade nos períodos matutino e vespertino para atender os estudantes público alvo do Laboratório de Aprendizagem.

§3º Não poderão ser inscritos nem atribuídos na função de **Professor Alfabetizador**, os professores efetivos que:

I - que estejam de licenças médicas contínuas;

II - com previsão de usufruto de licença gestacional no decorrer do exercício letivo;

III - que se encontram em processo de aposentadoria;

IV - que tenham licenças-prêmio agendadas;

V - que tenham vínculos com outras redes públicas e/ou privadas ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de função;

VI - profissionais que representam instituições ou segmentos educacionais, cuja função exige ausentar-se do município.

§4º Cabe ao professor Alfabetizador cumprir todas as diretrizes inerentes ao exercício da função, sendo competências básicas:

a) Confirmar a defasagem do estudante por meio de avaliação e atividades diagnósticas;

b) Assegurar aos estudantes a Alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática;

c) Controlar e zelar pela frequência do estudante;

d) Avaliar continuamente o desempenho do estudante;

e) Participar dos conselhos de turmas, reunião de professores e reunião de pais;

f) Participar de todas as formações realizadas pela escola e/ou SME;

g) Cumprir a carga horária, atendendo os estudantes nos turnos de funcionamento da escola;

h) Realizar os registros de frequência e do desempenho do estudante conforme orientações da SME.

i) Receber do professor regente a ficha individual com diagnóstico dos estudantes, identificar as defasagens diagnosticadas, considerando o estágio de desenvolvimento e a habilidade que estão tendo dificuldade.

j) Elaborar o plano de atendimento dos estudantes com defasagens de aprendizagem, e adequá-lo conforme as necessidades de aprendizagem.

k) Organizar o cronograma e os agrupamentos para atendimento dos estudantes. O horário do professor deve se adequar de modo a atender os dois turnos da escola.

l) Organizar pedagogicamente o tempo e o espaço escolar, no sentido de assegurar os processos de aprendizagem explorando todo material existente na unidade escolar.

m) Proporcionar atividades para que os estudantes desenvolvam o hábito da leitura e a auto estima visando a construção dos conhecimentos e a integração no ambiente escolar.

n) Investigar e avaliar continuamente o processo de construção do conhecimento e desenvolvimento do estudante liberando-o do Laboratório de Aprendizagem assim que consolidada a alfabetização, após realização da avaliação de saída e preenchimento da ficha avaliativa final.

o) Realizar os registros frequência em planilhas manual diariamente, organizar as informações em pastas-fichas sobre as situações de aprendizagem dos estudantes atendidos, destacando os avanços no processo de desenvolvimento e superação das dificuldades iniciais e/ou avanços no processo de alfabetização.

p) Utilizar diferenciados multimeios didáticos na sala de aula, proporcionando um ambiente alfabetizador e diferenciado que propicie o letramento, como também outros espaços para atender estudantes em processo de intervenção e apoio pedagógico.

q) Fazer da avaliação uma das ferramentas pedagógica para realizar intervenções focadas na aprendizagem.

r) Participar das reuniões de turmas em que os estudantes estão regularmente matriculados, quando promovidas pela escola.

s) Participar das formações continuadas articuladas e/ou realizadas pela escola e SME incluindo os programas de alfabetização.

t) Cumprir integralmente a carga horária atribuída com o estudante.

u) Focar na recuperação das aprendizagens de modo que os estudantes possam de fato, superá-las.

v) Considerar a rotatividade de cada estudante, dispensando os que consolidarem a alfabetização e agrupando novos estudantes, conforme a necessidade.

Art. 3º Para atuar no Laboratório de Aprendizagem os professores pedagogos alfabetizadores interessados preencherão esta opção na Ficha de Pontuação e Atribuição de Classes, conforme perfil e critérios desta Portaria.

§1º Em caso de empate nos pontos obtidos da Contagem de Pontos terá preferência para atuar no Laboratório de Aprendizagem o professor pedagogo efetivo que apresentar:

a) Maior tempo de experiência em alfabetização;

b) Maior idade.

§2º Caso não exista professor pedagogo efetivo da unidade interessado em atuar no Laboratório, será atribuído na segunda etapa na SME.

Parágrafo Único: Caso não exista nenhum professor pedagogo efetivo da unidade/rede para atuar no Laboratório será atribuído professor pedagogo em Contrato Temporário pela SME, de acordo com os critérios desta Portaria.

Art.4° Caberá à SME acompanhar o cumprimento desta Portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art.5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 81/2022/SME/MT

Dispões sobre período de férias, critérios para composição de Turmas e Calendário Escolar das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Orgânica Municipal de Juara-MT, LC n. º49/98, Lei Complementar nº. 068/2009, do Decreto Federal nº 6.094/2007 em consonância com suas alterações. *A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Resolução Normativa nº 002/2015-CEE/MT; Resolução Normativa nº 001/2022 CEE/MT;* Resolução CNE/CP Nº. 02 de 5 de agosto de 2021, e, leis em vigência.

RESOLVE:

Art. 1º Considerando a necessidade de organização das Férias Coletivas no âmbito do quadro de efetivos da Secretaria Municipal de Educação referente ao período aquisitivo de **2022.**

Art. 2°. A concessão de férias coletivas aos profissionais da educação efetivos que compõe o quadro da SME, serão organizadas da seguinte forma.

a. **19/12/2022 a 17/01/2023**- período de Férias Coletivas.

b. Férias dos Secretários Escolar que atuam nas Unidades de Educação Infantil/Creche e Pré Escola usufruirão das férias escolares coletivamente com os demais profissionais.

c. As férias **escalonadas** para os Secretários Escolar e Técnicos Administrativos Educacional das Unidades de Ensino Fundamental mista deverão ser protocoladas junto a SME com 30 dias de antecedência para encaminhamento junto a SAD.

DO REGRESSO

Art. 3°. **18/01/2023 –** Regresso as atividades de todos os servidores que usufruirão somente os trinta dias. **Art. 4°**. **26/01/2023** - Regresso as atividades dos profissionais que exerceram serviços a **justiça eleitoral,** os dias de direto a usufruir serão prorrogados no período de férias a ser organizado com devida comprovação, evitando qualquer prejuízo ao atendimento a alunos e manter o funcionamento regular da unidade escolar.

Art. 5°. **16/01/2023** - O regresso da equipe gestora direção, coordenação e Secretário Escolar de todas unidades de ensino da rede municipal para organizar o início das atividades do ano letivo de 2023 sendo composição das turmas e ambiente escolar.

Parágrafo Único: Os dias constantes do regresso antecipado serão usufruídos até dezembro de 2023 a ser informado a SME para fins de justificativa junto ao relógio ponto.

***Art. 6º** Os professores em função de gestão escolar Direção e Coordenação organizarão o usufruto do período de julho juntamente com a equipe pedagógica para que não haja prejuízo no desenvolvimento do ensino.*

***Parágrafo Único**: Em caso de alguma gestão escolar julgar necessário a permanência do professor na função de direção, deverá encaminhar a SME o período que será usufruído sendo este até mês de dezembro.*

Art. 7°. O servidor Técnico Administrativos Educacional – TAE na função de Secretário Escolar, deverá organizar o período de usufruto de férias com a chefia imediata, **exceto** nos meses de lançamentos e ou retificação do Censo Escolar.

Parágrafo Único: Em caso de usufruto dentro do período citado no artigo 7º, a chefia imediata deverá liberar por ofício e assumir qualquer e eventual situação nos lançamentos e fechamentos dos dados para que não haja prejuízo a unidade escolar.

DA COMPOSIÇÃO DE TURMA

Art. 8º Considerando a necessidade de definir critérios que visem a **Composição de Turmas** nas Escolas Municipais e a organização anual de seu respectivo Quadro de Pessoal **dispõe:**

§1º Compete à Secretaria Municipal de Educação a publicação das normas de composição de turmas para rede de ensino.

§2º A equipe Gestora deverá acompanhar a **Composição de Turmas**, de acordo com a demanda, número de matrículas existentes, etapas de ensino e turnos de funcionamento nas unidades escolares respeitando os parâmetros desta portaria.

Art. 9º Para o ingresso na Educação Infantil e Ensino Fundamental de 09 anos, a criança deverá ter idade completa **até** o dia 31/03/2023 conforme Resolução Normativa Nº 002/2015- CEE-MT.

Art.10 A unidade escolar ao receber documentos de matrículas oriundos de outras cidades fora das normas da idade série/ano deverá buscar orientações junto a Secretaria Municipal de Educação antes da efetivação da matrícula.

Parágrafo Único: A gestão escolar que permitir a realização de matrícula, fora da legislação da idade série/ano citadas nas orientações, responderá caso comprove algum ato lesivo a vida escolar da criança.

Art. 11 A composição das turmas na sala regular será feita com base no número de alunos por turma, obedecendo aos critérios:

I – **Na Educação Infantil**:

a. Creche Berçário I – 12 alunos.

b. Creche Berçário II – 14 alunos.

c. Creche Maternal I e II – 16 alunos

d. Pré I e II – 20 alunos por turma.

II – **Nas Unidades Escolares de Educação Infantil – Proinfância**

a. Creche Berçário I – 10 alunos.

b. Creche Berçário II – 12 alunos.

c. Creche Maternal I e II - 15 alunos

III - **Ensino Fundamental Escolas Urbanas.**

a. Ensino Fundamental - 1º ao 2º ano – 25 alunos por turma;

b. Ensino Fundamental - 3° ano – de 27 alunos por turma;

IV – **Ensino Fundamental Escolas do Campo com gestão própria**, a composição de turmas será feita com base no número de alunos obedecendo aos seguintes critérios:

a. Educação Infantil – pré-escola I e II, de 15 a 20 alunos;

b. Ensino Fundamental - 1º ao 2º ano – de 15 a 25 por turma;

c. Ensino Fundamental -3° ao 5° ano – de 15 a 27 alunos por turma;

V - **Escolas do Campo Turmas de Educação Infantil e Ensino fundamental Multi/ano.**

a. Educação Infantil – pré-escola I e II, de 15 a 20 alunos;

b. Ensino Fundamental - 1º ao 2º ano – de 15 a 25 por turma;

c. Ensino Fundamental -3° ao 5° ano – de 15 a 25 alunos por turma;

Parágrafo Único: *Caso haja número de alunos inferior às alíneas acima será feito com autorização da SME com justificativas em Ata sobre cada especificidade, e mais poderão ocorrer turmas compostas multi/ano nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental de acordo com as leis vigentes.*

Art. 12 Em cada unidade de ensino, a inclusão de alunos com necessidades especiais, dar-se-á nas turmas regulares respeitando a organização das matrículas da etapa atendida:

§1º - *Nas **unidades escolares** do Ensino Regular a inclusão de alunos da Educação Especial no máximo de 02 (dois) alunos por turma, (**comprovadas mediante laudo médico),** para compor as turmas de acordo com os parâmetros acima considerar o grau de deficiência e graves transtornos neuro-motores o peso de matrícula dupla, conforme os documentos do estudante.*

§2º - *Na composição da turma regular a matrícula da educação especial é parametrizada (o aluno mais 01= sendo 02).*

Art. 13 As unidades escolares que não conseguirem compor as turmas conforme prevê esta Portaria informará oficialmente à SME para análise e deferimento. A gestão escolar deverá promover as adequações no seu quadro de pessoal com o devido suporte da secretaria, a qualquer momento durante o ano letivo, principalmente nos casos de redução e/ou ampliação de turmas.

Art. 14 Compete à Equipe Gestora da Unidade Escolar e o Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME acompanhar bimestralmente a movimentação do número de alunos, conforme preceitua esta portaria e proceder ao ajuste de turma e do Quadro de Pessoal da Escola, se for o caso.

DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 15 - A Equipe Gestora e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar atendendo a legislação, acompanhar e organizar o **Calendário Escolar** da unidade respeitando com o mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, e carga horária mínima de 800h (oitocentas horas) anuais.

§ 1º. O Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME encaminhará o calendário base do ano letivo de 2023, com as datas estabelecidas de início meio e fim, para adequação das especificidades na escola.

§ 2º. Ao elaborar as ações do calendário escolar a unidade deverá detalhar o período das atividades de acompanhamento da aprendizagem (conselho de classe por ano/turmas e reunião pedagógica bimestral com os pais ou responsáveis).

§ 3º. Caberá à Unidade Escolar discutir, validar e aprovar em assembleia geral, encaminhando duas vias do presente documento para o Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME para deferimento, validação e devolutiva.

Art. 16 . 16/12/2022 – Conclusão da escola, da documentação administrativa/pedagógica referente à vida acadêmica dos alunos e fechamento do ano letivo de 2022, incluindo diário de classe, documentos avaliativos e Ata de Resultados Finais.

Art. 17 Estabelece e regulamenta o início, as férias e o encerramento do ano letivo de 2023:

I. **06/02/2023** - Início do ano letivo de 2023;

II. **03/07/2023 a 17/07/2023**-15 dias de férias escolares destinado aos alunos e professores que se enquadram no usufruto conforme legislação.

III. **20/12/2023** - Término do ano letivo de 2023;

Parágrafo Único: No encerramento do ano letivo as férias regulamentares de **30 dias** terão início no seu 1º dia útil imediato.

Art. 18 Para atender a organização escolar própria na **Educação do Campo** especificidades, local da realidade do município de Juara, o calendário escolar deverá ser adequado a cada Unidade Escolar respeitando a legislação vigente, quanto ao mínimo de dias letivos e carga horária anual.

Art. 19 Os dias acrescentados a mais ao direito dos alunos dos "duzentos dias letivos", serão reservados para necessidades atípicas, bem como para aperfeiçoamento profissional a ser definido em data ao longo do ano.

Art. 20 A inobservância pela direção e secretário escolar, do disposto nesta portaria, poderá incorrer em responsabilização conforme legislação vigente.

Art. 21 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 090/2022 DE 01/11/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº090/2022 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 REFERENTE AO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº012/2022/SME-CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.090 DO DIA 18/10/2022.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°012/2022/SME, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°012/2022/SME, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR PEDAGOGIA

ZONA URBANA

Item	Nome	Classificação
01	JOSE ALENTINO CAMPO	01°

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

AUXILIAR DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

ZONA URBANA

Item	Nome	Classificação
01	QUELY FERNANDA BESERRA DOS SANTOS	03°
02	CLEIDE DE FREITAS MORAES SOUZA	04°

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

INFRA ESTRUTURA/NUTRIÇÃO

ZONA URBANA

Item	Nome	Classificação
01	LUCIANE DE SOUSA	02°
02	VANIA ALINE NERY BORGES	03°
03	MARCIA PEREIRA DE CASTRO	04°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 01 de Novembro de 2022.

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°001/2021 de 04/01/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 80/2022/GS/SME/MT

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de contagem de pontos e Atribuição de classes do Professor, do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, e demais providências.

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo *contagem de pontos e Atribuição de classes do Professor, do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino em conformidade com* LDB, Lei Complementar 068/2009, Lei Municipal nº 1.896, de 13 de dezembro de 2007, Lei nº. 14.113 de 25 de dezembro de 2020 – FUNDEB *e* leis complementares que regulamentam a Educação Básica em consonância com suas alterações.

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem da rede.

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades educacionais da rede municipal assegurando o compromisso e os direitos fundamentais da Educação Básica

RESOLVE:

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de contagem de pontos e atribuição de classes*/salas de aula* e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades educacionais, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A realização da contagem de pontos será via sistema de software atual da rede, acompanhada e conferida pela Comissão Escolar responsável pela condução do processo em cada unidade. Após encerramento do processo a relação de pontuação/classificação por cargos/funções do quadro de pessoal das unidades educacionais deverão ser afixados em local público e de fácil acesso.

Art. 3º Para contagem de pontos referente à formação/titulação será considerado o ponto da **maior** titulação que o profissional tiver concluído, não será permitido à contagem de dois títulos.

Art. 4º Para o processo de contagem de pontos será necessário que o profissional preencha a ficha de dados pessoais, atualize todas as informações referentes à escolaridade e, formação profissional, responsabilizando–se pela inserção no sistema **dos documentos** (diploma, histórico das graduações ou cópia da Ata de colação de grau, atestado funcional/declaração, certificados entre outros documentos requisitados comprovação).

Parágrafo único: Caso julgue necessário a Comissão Escolar solicitará apresentaçãodos documentos ao servidor.

Art. 5º Para comprovação do item **tempo de serviço** o servidor aproveitará o último atestado funcional e em caso de permanência do ano letivo 2022 em única escola, será emitido pela unidade de ensino a comprovação do tempo do ano vigente. Caso o servidor tenha desenvolvido as funções em mais de uma unidade deverá solicitar do Departamento de Recurso Humanos/setor administrativo da SME a comprovação.

Art. 6º. Para a função de professor no ato da contagem de pontos nas escolas mistas urbanas e do campo com gestão própria, no preenchimento da Ficha de Contagem de Pontos é preciso assinalar a escolha do perfil profissional dentro da **etapa de ensino** escolhida a concorrer e trabalhada:

§ 1º . Escolas urbanas mistas

a. Educação Infantil: Pré Escola I e II

b. Ensino Fundamental em turmas completas:

I. 1º ano

II. 2º ano

III. 3º ano

IV. Laboratório de Aprendizagem conforme critérios de Portaria Específica.

§ 2º . Escolas do campo *centralizada na SME* mistas

a. Educação Infantil-Pré Escola I e II – (*multiano ou turmas completas*)

b. Ensino Fundamental**:**

I. 1º e 2º ano (*multiano ou turmas completas*)

II. 3º ano**,** ***4º ano e 5º ano*** (*multiano ou turmas completas* – poderão ser *organizadas por área/disciplinas)***quandoturmas no mesmo turno.**

III. Ensino Fundamental: Salas multiano de 1º ao 5º ano, quando número de alunos for insuficiente para formar a turmas únicas.

Parágrafo Único: *O atendimento das turmas poderá ser por área/disciplinas de acordo com perfil profissional, nas turmas de 3º ao 5º ano, quando completas, sendo organizadas junto com a SME.*

Art. 7º Quando da apuração final dos pontos, os profissionais da educação deverão ser classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Maior Titulação

II - Maior tempo de serviço

III - Maior idade

Art. 8º Nas escolas que atendem mais de uma etapa da educação básica, o processo de atribuição será por ordem geral decrescente dentro de cada **etapa inscrita**, respeitando a habilitação exigida para o cargo/etapa **"Pedagogia"**, habilitação de concurso **"Magistério"** e **Licenciados nas Áreas de Conhecimento** conforme leis vigentes.

Parágrafo Único: Caso não haja turma suficiente para todos os inscritos por etapa de ensino, a atribuição deste será em seguida nas turmas em aberto existentes durante o processo.

Art. 9º Os profissionais da educação básica efetivos, afastados para interesse particular ou cedidos, quando retorno as atividades funcionais deverão apresentar-se para fim de contagem de pontos e possível atribuição classes regime/jornada de trabalho na unidade escolar de última lotação.

§ 1º . O profissional citado neste artigo, aguardará o processo final da unidade e em caso de vaga livre deverá ser atribuído e permanecer lotado na própria escola:

I. Após encerramento do processo de atribuição na unidade e confirmada a inexistência da vaga livre para lotação o servidor participará do processo de atribuição da rede na SME por estar remanescente da rede.

Art. 10 A Equipe Gestora é responsável em informar à SME, o nome do profissional da educação efetivo que constam na lotação da escola e **NÃO** realizou o processo de contagem de pontos bem como o que não compareceu na atribuição sem apresentar documento legal chancelado e deferido pelo chefe imediato autorizando o afastamento dos processos.

§ 1º O servidor que não realizou a contagem de pontos nos dias definido nesta portaria e não comprovar amparos legais de sua ausência, com o fechamento do sistema, deverá de posse dos documentos procurar a Comissão Escolar e realizar a contagem de pontos, contudo **não entrará na classificação geral decrescente da escola, permanecendo no final da classificação independente da sua da pontuação.**

§ 2º O servidor que estiver ausente do processo de atribuição da unidade escolar sem os amparos legais, *ficará remanescente da rede e participará do processo de atribuição para remanescentes organizado pela SME nas vagas* existentes na rede.

Art. 11 Para a função de professor o Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa da SME e a equipe gestora deverão observar:

I - Os professores com vínculo em outra rede de ensino (pública ou privada) ou horas excedentes, devem apresentar documento de sua carga horária que **comprove a compatibilidade** de horário e que assegure o cumprimento do regime de trabalho (em sala de aula e horas atividades), e ainda organizar a jornada na unidade com equipe gestora.

Art. 12 Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quanto ao processo de atribuição caberá recurso fundamentado por escrito interposto a **Comissão de Contagem de Pontos e do Processo de Atribuição.**

Parágrafo Único - O recurso referido deste artigo não terá efeito suspensivo do processo**,** devendo ser interposto, impreterivelmente, até 24 (vinte e quatro) horas após cada etapa, tendo as Comissões da unidade escolar e/ou SME, o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 13 Para as unidades escolares que atendem alunos AEE inclusos nas turmas regulares, comprovada necessidade mediante laudo médico do aluno, é possível à solicitação do profissional de apoio/auxiliar de turma, mediante análise da equipe gestora em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos/Divisão Administrativa,

§ 1º A disponibilidade do profissional de apoio, com regime de trabalho de 30 horas conforme previsto na legislação está condicionado à organização das turmas, análise, e parecer da SME, podendo o profissional atender mais de uma turma de alunos com deficiência conforme este parágrafo.

Art.14 Os profissionais dos cargos/funções da educação efetivos, em **readaptação** desenvolverão atividades conforme previsto no **Decreto n° 1.377 de 05 de julho de 2019,** de acordo com a organização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º *Todos os profissionais em situação de:*

a. ***Licença constante*** *para tratamento de saúde conta pontos e atribui na unidade escolar normalmente em sua função de concurso no turno escolhido;*

b. Em ***readaptação temporária*** *contar pontos na unidade escolar e atribui normalmente em sua função de concurso no turno escolhido, caso não haja vaga na escola para funções compatíveis, o servidor participa da segunda etapa de atribuição na SME.*

§ 2º *Todos os profissionais* ***readaptação permanente*** *participará do processo de contagem depontos na unidade escolar atual bem como da atribuição a resguardo os casos:*

a. O aluno que foi atendido pelo profissional em 2022 permanecer na unidade escolar o profissional poderá dar continuidade ao atendimento prezando pelo bom desenvolvimento da criança.

b. Caso não haja a possibilidade, o profissional participará da atribuição segunda etapa na SME, obedecendo à necessidade de manutenção do quadro das unidades educacionais conforme leis em vigência.

Art. 15*O quantitativo de profissionais efetivos nos cargos/funções das unidades educacionais será definido de acordo com o critério estabelecido em anexo desta Portaria. Contudo, "as unidades escolares que atende discentes das duas redes públicas "Municipais e Estaduais" o quantitativo de servidores conforme anexo da portaria deverá ser consideradoentre as redes.*

§ 1º Para as unidades escolares onde o número de turmas estiver conforme anexo III, entretanto o número de alunos for inferior ao quantitativo de 160 (cento e sessenta), o quadro será composto conforme anexo III-B.

§ 2º As unidades escolares do campo com gestão centralizada na SME, será organizado o quadro de profissionais de acordo com o número de alunos da unidade.

Parágrafo Único: *Caso o número de* profissionais não atenda às necessidades da unidade, exceder ou se organize abaixo do quantitativo estipulado nos (anexos), o quadro será organizado pela SME de acordo com as leis em vigência.

Art. 16 Para dar cumprimento a datas e prazos das Etapas do processo de atribuição de classes, regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação, Remanescentes, Readaptação, as Comissões responsáveis deverão seguir as datas estabelecidas na Instrução Normativa.

§ 1º Para a Etapa de Atribuição de classes e jornada de trabalho no ano ***de 2023,*** caso o servidor não possa fazer presente dentro das justificativas legais, poderá instituir procurador para representá-lo, este sendo maior deverá apresentar-se à Comissão de Atribuição munido de documento outorgante (**Procuração registrada em cartório**), documentos de identificação e demais documentação que for necessária ao Processo.

Do Processo de Contagem de Pontos

Art. 17 O processo de Contagem de Ponto será on-line Sistema Ômega a todos os profissionais, o servidor terá acesso ao sistema e realizará a auto contagem de seus títulos e pontos de acordo com as normas constante no anexo V:

I. **28 e 29/11/2022**– Contagem de pontos para todos os profissionais efetivos da rede municipal de ensino.

II. **30/11/2022** – Conferência realizada pela Comissão Escolar da contagem de pontos dos profissionais efetivos, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa com horário definido pela gestão da unidade em organização do trabalho.

III. **01/12/2022** - Divulgação em local de fácil visualização, assim como nos canais de comunicação e mídias sociais da unidade, a relação nominal dos Profissionais da Educação por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos e **etapa de ensino inscrito.**

Da Atribuição na unidade escolar

Art. º 18 O processo de atribuição acontecerá em todas as escolas da rede municipal para os profissionais efetivos em duas etapas sendo:

§1ª etapa –**02/12/2022** atribuição a todos servidores efetivo das unidades, considerando regime/jornada de trabalho e classe/salas de aula das turmas completas com o número de alunos efetivamente realizado as rematrículas, seguindo os critérios e números estabelecidos na Portaria de Composição de Turmas.

Caso o professor e o técnico de desenvolvimento infantil considere que as turmas disponíveis na 1º etapa não faz parte de seu perfil de atuação e deixe de participar nesta, registra em ata a escolha do mesmo com sua classificação e motivo de escolha de ficar para segunda etapa.

§2ª etapa – 18/01/2023 - atribuição do quadro de servidores das unidades, considerando regime/jornada de trabalho ou classe/salas de aula, das turmas completas com as novas matrículas em caso de vagas em aberto bem como, seguindo os critérios e números estabelecidos na Portaria de Composição de Turma.

Art. 19 O Técnico Administrativo Educacional, na função de Secretário Escolar, e a direção escolar são os responsáveis no preenchimento e gerenciamento dos dados e demais informações da unidade escolar referente à organização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira, Recursos Humanos e demais informações referentes aos Programas e Políticas Públicas em vigência no município e na unidade conforme previsto nas leis municipais e complementares.

Art. 20 *A distribuição dos Coordenador Pedagógico por unidade escolar será em conformidade ao Anexo I desta Portaria. O coordenador cumpriráa função com Regime de Dedicação Exclusiva de modo que contemplem os turnos de funcionamento da unidade escolar, conforme portaria de assiduidade.*

Art. 21 *A distribuição de profissionais nas unidades escolares previstas nos anexos será de acordo com o número de turmas completas para funcionamento no ano de* ***2023****, sendo o quadro possível de alterações excepcionais, para suprir a demanda.*

Art. 22 Caso apareçam vagas em substituição nas unidades escolares em qualquer função, após o início do ano letivo serão preenchidas pela SMEde acordo com a orientação prevista na legislação do Tribunal de Contas TCE, na Lei Orgânica e demais leis complementares em vigência.

§ 1º - A SME durante o ano letivo de 2023 a qualquer momento analisará as demandas das unidades escolares e reorganizará profissionais para suprir a necessidade da escola.

Art. 23 Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Contagem de Pontos e Atribuições de classes e regime/jornada de trabalho instituídas nas unidades educacionais e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a SME para conhecimento, análise e parecer.

Art. 24 A inobservância pela direção e secretário escolar, do disposto nesta portaria, poderá incorrer em responsabilização conforme legislação vigente.

Art. 25Caberá à SME através do Departamento de Recursos Humanos/Jurídico/SME acompanhar o cumprimento desta Portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 26 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, salvo alterações de lei, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 01 de novembro de 2022.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação.

Portaria GP nº005/2021

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Escolas com etapa exclusiva de educação infantil - creche

Educação Infantil	Turmas	**N° de Coordenadores**
Unidade de Creche	06 a 12 creche	1
	08 a 20 creche	2
Creche com Pré Escola	10 a 20 Creche e Pré escola	2
Educação Infantil Pré Escola	06 a 09	1
	10 a 15	2

Obs. As turmas a serem consideradas serão com atendimento presencial regular.

Anexo I – A

Escolas com etapa mistas urbanas

Etapas de Ensino	Turmas	**N° de Coordenadores**
Pré escola	04 a 08	1
Ensino Fundamental	09 a 18	1
Educação do Campo	04 a 10	1

Anexo I - B

Para as unidades Escolares **da Educação do Campo -** Compartilhada a função de Coordenador Pedagógico será composto conforme quadro abaixo.

Escola do Campo Compartilhadas	Número de Alunos	**N° de Coordenadores**
	Mais de 160 alunos	1
Escola do Campo com Gestão Centralizada na SME do Ensino fundamental	Mais de 100 alunos	1

***Observação: O atendimento pedagógico das turmas anexas da Educação Infantil será realizado pela Coordenação da SME.**

ANEXO II

Distribuição do Técnico Administrativo Educacional por funcionamento das escolas de Educação Básica

Critérios para Dimensionamento para **escolas mistas** Pré Escola e Ensino Fundamental na função de Administração Escolar e Multimeio Didático.

Categoria	Nº de Alunos	Administrativo	Secretário	Total
A	Até 200	01	-	**01**
B	201 a 430	02	-	**02**

ANEXO II-A

Critérios para Dimensionamento para escolas que atendem exclusivamente **Educação Infantil – Creche e Pré Escola**				
Categoria	Nº de Alunos	Administrativo	Secretário	Total
A	100 a 400	01	*	01

ANEXO II-B-SME

Critérios para Dimensionamento para atender as 7 (sete) Escolas do/no Campo Centralizada na SME para função de Secretário Escolar.				
Categoria	Nº de Alunos	Técnico Administrativo	Secretário	Total
A	Mais de 100	01	*	**01**

-* A função de dedicação exclusiva Secretário Escolar será escolhido pelo diretor escola

e nomeado pela SME, dos anexos II, II-A, II-B.

ANEXO II – C/SME

Critérios para Dimensionamento a SME para desenvolvimento das atividades administrativas da educação.		
Setores	Técnico Administrativo	Total
Setor Merenda Escolar	01	01
Nutricionista	-	01
Setor Transporte Escolar	01	01
Departamento de Organização Jurídica	01	01
Assessoramento Políticas Educacionais –Monitoramento e Execução de Programas Educacionais Federais	01	01
Administrativo - Recursos Humanos, Execução Financeira da Educação e Setor Patrimonial	03	03
Psicóloga	01	01
Assistente Social	01	01

ANEXO III

Distribuição do Apoio Administrativo Educacional - nutrição e infraestrutura, por funcionamento das escolas de Educação Básica

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONAL		
Classificação da Unidade Ensino Parcial	**Nutrição**	**Infraestrutura**
Até 3 turmas por turno	**01**	**01**
De 5 até 15 turmas por turno	**02**	**02**
De 11 a 30 turmas por turno	****	**01 (intermediária)**

ANEXO III A

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONAL		
Classificação da Unidade com atendimento Ensino Integral	**Nutrição**	**Infraestrutura**
De 10 a 20 turmas por turno em Período Integral	**03 (considerar o lactário)**	**03 (considerar lavanderia)**

ANEXO III – B

Para as Escolas Educação Básica compartilhadas no campo

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINITSRATIVO EDUCACIONAL		
Unidades com número de alunos inferior a 160 (cento e sessenta)	**NUTRIÇÃO**	**INFRAESTRUTURA**
	01	**01**

ANEXO IV

Distribuição Técnico de Desenvolvimento Infantil/Apoio Administrativo Educacional – Auxiliar de professor, por funcionamento das escolas de Educação Básica

Critérios para Dimensionamento por Turmas nas Creches		
Classificação da Turma	Período com professor regente em sala	Quando turma Integral Período oposto
0 - 1 ano	01	02
1 a 3 anos	01	02

ANEXO V

Ficha de Pontuação Atribuição de Classes do professor efetivo-zona urbana-2022/2023

1.Dados Pessoais
Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/___/_____ End._____nº_____ Complemento:_____Bairro:_____Cidade: Juara CEP: 78.575-000 Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____ Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____ Escola: _____ Habilitação de Concurso:_____ Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
a. ( ) SIM b. ( ) NÃO
TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO:_____ Horas / semanais

2. Opção de Inscrição para Atribuição em:

( ) Educação Infantil ( ) Ensino Fundamental de 1º ao 3º ano
( ) Laboratório de Aprendizagem ( ) Sala de Recursos

2.1 Opção de atribuir Horas Excedentes conforme Lei Municipal nº 2.638 de 10 de março de 2017.

Tem interesse em atribuir Horas Excedentes quando possível.
( )Sim ( ) Não

3. Número de pontos obtidos pelo professor:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo**)- mediante documento comprobatório.**

	CRITÉRIOS	**INDICADORES**	**Pontos**
a.	Pós Graduação	Doutorado	80,0(oitenta) pontos
b.		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos
		Especialização	40,0 (quarenta) pontos
	Licenciatura	Pedagogia	30,0 (trinta) pontos
c.	Nível Médio	Magistério	10,0 (dez) pontos

4. DO TEMPO DE SERVIÇO - mediante documento comprobatório- considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/ SME.

a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (décimo)por mês

5. Da jornada de trabalho no ano 2022

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**
		90%	**8 (oito) pontos**
		75%	6 (seis) pontos
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: **Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.**	100 % 16h	**8 (oito) pontos**
		75 % 12h	5 (cinco) pontos
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto

6. Qualificação profissional complementar/formação continuada

a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas	
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capitulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.

7. Total de pontos obtidos	
8. Em caso de empate	
a	Maior Titulação
b	Maior tempo de serviço
c	Maior idade
9.Total de pontos obtidos p/desempate	

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

Atribuição será de acordo com a classificação, porém respeitando ainda a ordem de prioridade para atuar na educação básica da rede municipal de ensino Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Assinatura do (a) Professor (a) Responsável pela Atribuição na

Juara ___/___/2022

Ficha de Pontuação Atribuição de Classes do Professor Efetivo – Escolas do Campo-2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/_____/_____
End._____nº_____
Complemento:_____Bairro::_____ Cidade: Juara CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação de Concurso:_____
Jornada de Trabalho : 30 horas semanais
POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?
a. ( ) SIM b. ( ) NÃO
TIPO:( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO

2. Opção de inscrição para atribuição em

Educação Infantil
( ) Pré I , Pré II (quando turmas completas) ( ) Salas multi/educação infantil
Ensino Fundamental
( ) Ciclo de alfabetização 1º, 2º e 3º ano, (quando turmas)
( ) 4º ano e 5º ano, (quando turmas completas) turmas no mesmo turno (organizado por área/disciplinas conforme Portaria de Atribuição)
( ) Salas multiano anos iniciais de 1º ao 5º ano (por número incompletos para formação de turmas)

2.1 Opção de atribuir Horas Excedentes conforme Lei Municipal nº 2.638 de 10 de março de 2017.

Tem interesse em atribuir Horas Excedentes quando possivel.
( )Sim ( ) Não

3. Número de pontos obtidos:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório

	CRITÉRIOS	INDICADORES	Pontos
a.	Pós Graduação	Doutorado	80,0(oitenta) pontos
b.		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos
		Especialização	40,0 (quarenta) pontos
	Licenciatura	Pedagogia	30,0 (trinta) pontos
c.	Nível Médio	Magistério	10,0 (dez) pontos

4. DO TEMPO DE SERVIÇO - mediante documento comprobatório- considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/ SME.

a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (décimo)por mês

5. Da jornada de trabalho no ano 2022

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**
		90%	**8 (oito) pontos**
		75%	6 (seis) pontos
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.	100 % 16h	**8 (oito) pontos**
		75 % 12h	5 (cinco) pontos
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto

6. Qualificação profissional complementar/formação continuada

a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas	
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais. (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.

7.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**

8. EM CASO DE EMPATE

a	**Maior Titulação**
b	**Maior tempo de serviço**
c	**Maior idade**

9.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

Atribuição será de acordo com a classificação, porém respeitando ainda a ordem de prioridade para atuar na educação básica da rede municipal de ensino Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Assinatura do (a) Responsável Professor (a) pela Atribuição

Juara ___/___/2022

Ø Ficha de Pontos Regime/Jornada De Trabalho do Servidor do Cargo de Técnico Administrativo Educacional – Efetivo 2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt. Nasc:____/_____/____
End._____nº_____
Complemento: _____Bairro::_____Cidade: Juara CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:_____/_____/_____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação: Concurso:_____
Regime de Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
Função: _____
POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
a ( ) SIM b. ( ) NÃO
TIPO: ( ) PUBLICO ( ) PRIVADO

2. Números de pontos obtidos pelo profissional:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório

	Critérios	**Indicadores**	**Pontos**
a.	Pós Graduação	Doutorado	80,0 (oitenta) pontos
		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos
		Especialização	40,0 (quarenta) pontos
b.	Ensino Superior	Licenciatura	30,0 (trinta) pontos
c	Curso Profissionalizante Específico	Arara Azul, Profuncionário	20,0 (vinte) pontos
d	Ensino Médio	Propedêutico-/Magistério	10,0 (dez) pontos

3.DO TEMPO DE SERVIÇO - mediante documento comprobatório- considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/ SME.

a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (um décimo) por mês

4. DA JORNADA DE TRABALHO no ano 2022.

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**
		90%	**8 (oito) pontos**
		75%	6 (seis) pontos
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: **Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.**	100 % 16h	**8 (oito) pontos**
		75 % 12h	5 (cinco) pontos
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto

5. Qualificação profissional complementar

a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**		0,5 (meio), ponto para 40 horas
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Texto ou resumo em re-	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.

		vista ou jornal	
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais e, (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.
6.ESPECÍFICO PARA ÁREA A QUE CONCORREM, mediante documento comprobatório			
a.	Curso básico de informática	2,0 (dois) pontos	
7.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**		
8. EM CASO DE EMPATE			
a	**Maior Titulação**		
b	**Maior tempo de serviço**		
c	**Maior idade**		
9.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:			

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Assinatura do (a)

Responsável pela Atribuição

Juara ___/___/2022

FICHA DE PONTOS REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR DO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NAS FUNÇÕES DE INFRAESTRUTURA E NUTRIÇÃO 2022/2023

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____Dt. Nasc:____/_____/____
End._____ nº_____
Complemento:_____Bairro::_____Cidade:_____CEP:78.575-000
Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:_____/_____/____CPF: _____
Escola: _____
Habilitação: Concurso:_____
Regime de Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
Função: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
( ) AAE – Nutrição ( ) AAE – Infraestrutura
1. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?
a ( ) NÃO b. ( ) SIM
TIPO:( ) PUBLICO ( ) PRIVADO

2. OPÇÃO de ATRIBUIÇÃO MOTIVO READAPTAÇÃO PERMANENTE (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PORTARIA ATUALIZADA)

( ) Servidor em readaptação permanente deverá atribuir em segundo momento na SME em funções organizadas de acordo com as leis municipais LC 068/2009 , LC 028/2007 e demais leis em vigência.

3. Número de pontos obtidos pelo profissional:
DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório.

CRITÉRIOS			**INDICADORES**	**PONTOS**
a.	**Ensino Médio**	**Curso Profissionalizante - Arara Azul, Pro funcionário**	**30 (trinta) pontos**	
	Ensino Médio	**Não Profissionalizante**	**20 (vinte) pontos**	
	Ensino Fundamental	**Ensino Fundamental**	**10 (dez) pontos**	

4 - DO TEMPO DE SERVIÇO: AAE (mediante documento comprobatório) considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/SME.

a.	Para cada mês de efetivo exercício prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.	0,1 (um décimo) por mês	

5. DA JORNADA DE TRABALHO no ano 2022.

a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**	
		90%	**8 (oito) pontos**	
		75%	6 (seis) pontos	
b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.	100 % 16h	**8 (oito) pontos**	
		75 % 12h	5 (cinco) pontos	
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto	

6. Qualificação profissional complementar				
a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas		
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.	
		Artigo completo em periódicos on-line com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.	
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais e, (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
7.APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA				
a.	**Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem). Com limite máximo de 3,0 pontos.**		**0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas**	
8. APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-NUTRIÇÃO ESCOLAR				
a.	**Certificado, na área específica (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos). Com limite máximo de 3,0 pontos.**		**0,5 (meio) ponto p/cada 08 horas.**	
9.	**Total de pontos obtidos**			
10. EM CASO DE EMPATE				
a	**Maior Titulação**			
b	**Maior tempo de serviço**			
c	**Maior idade**			
11. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS por DESEMPATE				

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Assinatura do (a)

Responsável pela Atribuição

Juara-Mt ____/___/2022

FICHA DE PONTOS REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 2022/2023

1. Dados Pessoais:				
Nome do Servidor (a): _____Dt. Nasc:____/_____/____ End._____nº_____ Complemento:_____Bairro::_____Cidade: Juara CEP:78.575-000 Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____ Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:_____/_____/____CPF: _____ Escola: _____ Habilitação: Concurso:_____ Regime de Jornada de Trabalho: 30 horas semanais Função: Técnico Desenvolvimento Infantil				
1.1 POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?				
a ( ) NÃO b. ( ) SIM TIPO:( ) PUBLICO ( ) PRIVADO				
2. OPÇÃO de ATRIBUIÇÃO MOTIVO READAPTAÇÃO PERMANENTE (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PORTARIA ATUALIZADA)				
( ) Servidor em readaptação permanente deverá atribuir em segundo momento na SME em funções organizadas de acordo com as leis municipais LC 068/2009 , LC 028/2007 e demais leis em vigência.				
2.1 Número de pontos obtidos pelo profissional: DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório.				
	CRITÉRIOS	**INDICADORES**		**PONTOS**
a.	**Pós Graduação**	**Doutorado**	**80,0 (oitenta) pontos**	
b.		**Mestrado**	**60,0 (sessenta) pontos**	
		Especialização	**40,0 (quarenta) pontos**	
c.	**Ensino Superior**	**Licenciatura**	**30,0 (trinta) pontos**	
	Ensino Médio	**Ensino Médio**	**20,0 (vinte) pontos**	
3. DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso na Prefeitura Municipal/SME-mediante documento comprobatório				
a.	**Para cada mês de serviço prestado na Rede Municipal de Educação de Juara.**		**0,1 (um décimo) por mês**	
4. DA JORNADA DE TRABALHO no ano 2022.				
a.	**Curso de Formação Continuada/Aperfeiçoamento Profissional da rede pública municipal de ensino, conforme Portaria nº 41/2022, com apresentação de certificado/declaração do ano vigente.**	**100%**	**10 (dez) pontos**	
		90%	**8 (oito) pontos**	
		75%	6 (seis) pontos	

b.	Por participação no 2º Seminário da Educação Municipal de Juara MT: Práticas, Interações e intervenções pedagógicas no contexto da Educação Infantil e da Alfabetização: tecendo redes de aprendizagem.	100 % 16h	**8 (oito) pontos**	
		75 % 12h	5 (cinco) pontos	
c.	Por participação efetiva/assídua e ativa em Conselhos, Comissões, Fóruns, GT – PDDE Interativo e comitês educacionais		1,0 (um) ponto	
5. Qualificação profissional complementar				
a.	Cursos de aperfeiçoamento presencial e ou on-line, na área da educação, ofertados por Instituições de Ensino Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC e órgãos vinculados a educação. Máximo 3,0 (três) pontos. **Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos incluindo ano vigente.**	0,5 (meio), ponto para 40 horas		
b.	Publicação Científica, com o parecer do Conselho Editorial com limite de 3,0 (três) pontos. **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Livros (completo e ou capítulo);	1,0 (um), ponto p/ cada livro.	
		Artigo completo em periódicos online com ISSN ou ISBN.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Texto ou resumo em revista ou jornal	0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ cada texto ou resumo.	
c.	Publicação cientifica ou minicurso registrada em anais de eventos, instituições de nível superior, Secretarias Municipais, Estaduais e, (impresso, CD ou home Page do trabalho/URL) com limite de 3,0 (três) pontos **Considerar apenas os últimos 03 anos incluindo ano vigente.**	Resumo com apresentação de pôster, banner e relato de experiência apresentado em seminários, e conferências proferidas na área de educação básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
		Palestra ou minicurso proferidos em instituição promotora de eventos na área da Educação Básica.	0,5 (meio) ponto para cada certificado.	
6.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**			
7 .	**EM CASO DE EMPATE**			
a.	**Maior Titulação**			
b.	**Maior tempo de serviço**			
c.	**Maior idade**			
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS por DESEMPATE				

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Assinatura do (a)

Responsável pela Atribuição

Juara____/____/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 314/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre **Alteração na Composiçao da** Comissão de Contratação de Agentes Publicos da Prefeitura Municipal de Juscimeira para o Exercício de 2022 e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o Artigo 6º Inciso L da Lei nº 14.133.

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar Composição da Comissão Permanente de Contratação de Agentes Públicos, nomeada pela portaria nº 225/2022 de 02 de Agosto de 2022, com a função de receber, examinar e julgar documentos Relativos às Licitações e aos procedimentos auxiliares, que passa a ser composta pelos seguintes servidores:

JOAO PAULO BEZERRA SANTOS.....PRESIDENTE

GUSTAVO VINICIUS RODRIGUES SALES..... SECRETARIO

BEATRIZ CORREA DA SILVA PEREIRA.....MEMBRO

Artigo 2º - Fica designado como Membro Suplente o Servidor **ENILTON LEITAO DE ALMIEDA.**

Artigo 3º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Novembro de 2022.

LEANDRO CARDOSO LEITAO

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 035/2022

DECRETO LEGISLATIVO Nº 035/2022

DE: 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre **APROVAÇÃO** das Contas Anuais de Governo do Exercício de 2021 da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Gestão do Senhor **MOISÉS DOS SANTOS**, e dá outras providências.

O Senhor **ROSIEL FERREIRA DE OLIVEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, faz saber que o Plenário **APROVOU** e Ele **PROMULGA** o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas de Governo do Poder Executivo Municipal, referentes aos Balancetes e Balanço Geral do exercício financeiro de 2021, Gestão do Senhor **MOISÉS DOS SANTOS, FAVORAVEL** ao Parecer Prévio nº 057/2022 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EM: 31 DE OUTUBRO DE 2022.

ROSIEL FERREIRA DE OLIVEIRA

PRESIDENTE

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 007/2022

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Rocha De Freitas e Amaral Ltda - ME

OBJETO "Contratação De Empresa, Menor Preço Sob Regime De Empreitada Por Preço Global, Para Execução De Reforma E Manutenção De Psf – Beira Rio, Localizado No Município De Juscimeira/Mt"

PRAZO: 10/11/2022

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Rocha De Freitas e Amaral Ltda - ME – CNPJ: 30.636.970/0001-49

PORTARIA Nº 313/2022, 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO** PARA OCUPAR O **CARGO DE SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sr.ª CLEONICE MOREIRA DOS SANTOS TABOSA, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Avenida JK, Nº 1685, Centro, Juscimeira - MT, para ocupar o **Cargo de Secretária de Educação,** do Município de Juscimeira.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Novembro de 2022.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA N.º 144/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR RENATO RIBEIRO DARY E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 144/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR RENATO RIBEIRO DARY E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** ao servidor **RENATO RIBEIRO DARY,** portador do RG nº 12371938 SSP/MT e CPF n.º 006.075.621-70.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 135/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSÉ NÉLIO AIRES COSTA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 135/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSÉ NÉLIO AIRES COSTA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** ao servidor **JOSÉ NÉLIO AIRES COSTA,** portador do RG nº 662940 SSP/MT e CPF n.º 459.877.261-15.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 032/2022

EXTRATO DO CONTRATO N.º 032/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO E ANÁLISE DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS, NAS ÁREAS TÉCNICAS DOS MINISTÉRIOS DA SAÚDE, MDR, MAPA E DEFESA EM BRASÍLIA-DF, BUSCANDO VIABILIZAR POR MEIO DE PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE LUCIARA - MT.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 054/2022

ADESÃO Nº: 013/2022

CONTRATO Nº: 032/2022, emitido em 31 de outubro de 2022.

FAVORECIDO: ANDRESSA ELIANA ACONSOERDE ZAGATTO (ACONSOERDE SERVIÇOSESPECIALIZADOS ADMINISTTRATIVOS), CNPJ: 44.984.121/0001-90

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MESES

VIGÊNCIA: Com início em 31/10/2022 e término em 31/10/2023.

VALOR GLOBAL: R$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato decorre do Processo de Adesão à Ata de Registro de Preço n° 019/2022, do Pregão Presencial n° 010/2022, do Processo Administrativo n° 015/2022, do município de Santa Terezinha/MT, tendo como fundamento legal na Lei Federaln° 10.520/02, e subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006, observadas as condições e exigências contidas neste Termo.

Luciara-MT, 31 de outubro de 2022.

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 134/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EMILDA VIANA BARROS E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 134/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EMILDA VIANA BARROS E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora **EMILDA VIANA BARROS,** portadora do RG nº 883656 SSP/MT e CPF n.º 535.559.701-78.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 133/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA VERA LUCIA ALVES CARNEIRO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 133/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA VERA LUCIA ALVES CARNEIRO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora **VERA LUCIA ALVES CARNEIRO,** portadora do RG nº 2285887-3 SSP/MT e CPF n.º 042.121.721-94.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 808/2022 - "DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA RUA "M" DO SETOR MIRANDA DE LUCIARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI Nº 808/2022

DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA RUA "M" DO SETOR MIRANDA DE LUCIARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

OPrefeito Municipal de Luciara-MT, Estado de Mato Grosso, **Parassu de Souza Freitas**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Luciara-MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Artigo 1° - É denominada Pedro Santana (Pedro da Iva) a Rua situada no Bairro Miranda, antes denominada "Rua M".

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo Municipal providenciar a substituição da placa de nomenclatura de que trata esta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luciara-MT, 31 de outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito municipal

PORTARIA N.º 145/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ORLANDO ALVES DE MELO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 145/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ORLANDO ALVES DE MELO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** ao servidor **ORLANDO ALVES DE MELO,** portador do RG nº 33108 SSP/MT e CPF n.º 340.345.951-91.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 140/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SOLANGE LOPES DA SILVA LUZ SANTOS E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 140/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SOLANGE LOPES DA SILVA LUZ SANTOS E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora**SOLANGE LOPES DA SILVA LUZ SANTOS,** portadora do RG nº 14988399 SSP/MT e CPF n.º 962.516.621-15.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 141/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LEILACY ALVES CORREIA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 141/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LEILACY ALVES CORREIA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora **LEILACY ALVES CORREIA,** portadora do RG nº 11568992 SSP/MT e CPF n.º 939.168.761-04.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 139/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JAIRO PEREIRA SANTOS FONSECA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 139/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JAIRO PEREIRA SANTOS FONSECA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **07/11/2022,** tendo seu retorno dia **07/12/2022,** ao servidor **JAIRO PEREIRA SANTOS FONSECA,** portador do RG nº 18025340 SSP/MT e CPF n.º 016.691.851-25.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 142/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA SOUSA KAUFFMANN E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 142/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA SOUSA KAUFFMANN E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora **ADRIANA SOUSA KAUFFMANN,** portadora do RG nº 18837069 SSP/MT e CPF n.º 021.312.671-00.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 809/2022 - "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 774/2021, QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

LEI Nº 809/2022

31 de Outubro de 2022

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 774/2021, QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022, e da outras providencias".

O Prefeito Municipal de Luciara - MT. Sr. Parassu de Souza Freitas, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona o seguinte.

Artigo 1º - Por força desta Lei, fica alterado o Artigo 5º da Lei Municipal nº 774/2021 – Lei Orçamentária Anual 2022, que passa a ter a seguinte redação:

...

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 50,00% (cinquenta por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei.

II - até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, não afetando o limite do inciso I.

III – fica autorizado alterações orçamentárias entre fontes de destinações de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetando o limite previsto no *caput* deste artigo;

IV – conforme art. 6º da Portaria interministerial nº 163/2001 e Resolução de Consulta nº 15/2010 do TCE-MT, a discriminação da despesa quanto a sua natureza, far-se-á, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

...

Artigo 2º - Os demais artigos da Lei Municipal nº 774/2021 permanecerão inalterados.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Luciara – MT, em 31 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 143/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELIZABETE FERREIRA DA SILVA LOPES E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 143/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELIZABETE FERREIRA DA SILVA LOPES E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora **ELIZABETE FERREIRA DA SILVA LOPES,** portadora do RG nº 334124 SSP/MT e CPF n.º 415.909.101-68.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 138/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA RUTE DA SILVA LUZ E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 138/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA RUTE DA SILVA LUZ E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** a servidora **RUTE DA SILVA LUZ,** portadora do RG nº 701084 SSP/MT e CPF n.º 328.789.311-49.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 137/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE FRANCISCO ALVES ESTEVES E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 137/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE FRANCISCO ALVES ESTEVES E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** ao servidor **JOSE FRANCISCO ALVES ESTEVES,** portador do RG nº 342795 SSP/MT e CPF n.º 318.432.981-04.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 807/2022 - "DISPÕE SOBRE O TRAÇADO E A DENOMINAÇÃO DA ESTRADA VICINAL QUE PASSA A SER DE USO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI Nº 807/2022

DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

"**DISPÕE SOBRE O TRAÇADO E A DENOMINAÇÃO DA ESTRADA VICINAL QUE PASSA A SER DE USO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

OPrefeito Municipal de Luciara-MT, Estado de Mato Grosso, **Parassu de Souza Freitas**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Luciara-MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica considerada de uso público a estrada vicinal que passa a ter a denominação de **ESTRADA LU-009 (DOZE DE JUNHO), criada pela Lei nº 225/97, de 8 de julho de 1997, e reconhecida pela Lei nº 642/2014, de 15 de julho de 2014,** com seu inicio na propriedade do Sr. Miro Jessé e Finalizando a Propriedade do Sr Jazon de Souza Freitas, com o traçado de 8,920,00m (Oito mil e novecentos e vinte metros) de extensão, que tem início com às coordenadas LAT 11º14'53.19"S e LONG 50º48'30.09"W, deste segue, a distância de 8,920,00m (Oito mil e novecentos e vinte metros), até as coordenadas: LAT 11º17'26.30"S e LONG 50º46'10.93", ponto final da descrição deste traçado.

Art. 2º A presente estrada passa a integrar a malha viária Municipal.

Parágrafo único. Integram a presente lei os respectivos memoriais descritivos e as imagens via satélite (mapas).

Art. 3º Esta lei tem fulcro legal na legislação municipal vigente, respeitando todos os direitos normativos à espécie.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir e manter em bom estado de conservação a estrada vicinal criada de acordo com o disposto no art. 1º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luciara-MT, 31 de outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

Prefeito municipal

PORTARIA N.º 136/2022 DE 28 DE OUTUBRO "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE RUBEMÁRIO SEIXAS DA SILVA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 136/2022 DE 28 DE OUTUBRO

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE RUBEMÁRIO SEIXAS DA SILVA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** férias a partir do dia **01/11/2022,** tendo seu retorno dia **01/12/2022,** ao servidor **JOSE RUBEMÁRIO SEIXAS DA SILVA,** portador do RG nº 270625 SSP/MT e CPF n.º 460.115.281-04.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 28 de Outubro de 2022.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4325 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
ELISANGELA FERREIRA BARBOSA	**06107027181**	22	20º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4320 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal Secretaria de Saúde, situado a Rua Luiz Mena, nº 1601, Bairro - Centro, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2265, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Qualificação Cadastral através do Site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

17- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

18- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

19- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

20- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

21- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

22- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

23- Declaração de Bens;

24- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

25- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

26- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

27- Número para contato*;*

28- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

29- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: RECEPCIONISTA - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
AMANDA FERNANDES DA SILVA	**04071732342**	22	11°	**Classificado(a)**

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4319 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de

ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
RAYLA DE PALMA FERNANDES	**04395497101**	22	19º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 058/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 de novembro de 2022 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.bro "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) POLTRONAS PARA ACOMPANHANTES E 03 (TRÊS) CADEIRAS DE RODAS ESPECIAIS PARA PESSOAS OBESAS CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 371-2022 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO MATO GROSSO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 22/11/2022 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0136/2022, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 01 de novembro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 057/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 21 de novembro de 2022 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.bro "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE BANDEIRAS OFICIAIS, MASTROS, PEDESTAL E ROSETA/FLOR EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 21/11/2022 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0135/2022, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 01 de novembro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

RH
DECRETO DE CONVOCAÇÃO Nº 4.368/2022

DECRETO Nº 4.368 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, Estado de Mato Grosso, Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse Público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 4.213/2022, e o item 18, e o Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2020 de 17/02/2020 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal exclusivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocado para posse e entrada em exercício no respectivo cargo efetivo no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL, o candidato classificado dentro do número de vaga, conforme consta do Anexo único deste Decreto:

Artigo 2º - O candidato ora convocado na forma deste Decreto e conforme seu Anexo Único deverá comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito à Rua Antonio Tavares, nº 3310, em até 30 dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis com vistas aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Artigo 3º - Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar em cópias, xerox ou fotocópias autenticadas, toda documentação que comprove:

a) Foto 3x4 colorida atual;

b) Cópia: RG E CPF (original e cópia);

c) Cópia: Título de Eleitor (original e cópia);

d) Cópia: Comprovante das 2 ultimas votações (original e cópia) ou documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade;

e) Cópia: Cartão PIS/PASEP;

f) Cópia: da Carteira de Trabalho;

g) Cópia: Comprovante de residência (original e cópia);

h) Cópia: Comprovante de escolaridade (original e cópia) comprovando a exigência disposta no Anexo I do Edital de Abertura do Concurso Público 01/2020;

i) Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;

j) Cópia: Documentos do cônjuge; (RG e CPF)

k) Cópia: Certidão de nascimento de filhos;

l) Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos;

m) Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos ente 5 anos até 14 anos;

n) Declaração de não acumulo de Cargo (original e cópia);

o) Declaração de Bens e Comprovante;

p) Cópia: CNH;

q) Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (original e cópia);

r) Cópia: RG e CPF dos Pais;

s) Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (original e cópia);

t) Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

u) Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência especificas de determinados cargos;

v) Certidão de Nada Consta ou Negativa de Debito a nível federal;

w) Certidão de Antecedentes Criminais;

Artigo 4º - Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar os Exames Obrigatórios Para a Posse constantes no Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Publico 01/2020, bem como declaração constante no Anexo II deste Decreto:

1. Hemograma completo;

2. Glicemia em jejum;

3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L);

4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase);

5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista;

7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial;

8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista;

9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista;

10. Exame de urina tipo I (E.A.S);

11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina;

12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica);

13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos;

14. Colpo citologiaOncótica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos;

Artigo 5º - A Nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo Único: A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Artigo 7º - Revogam as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 01 de Novembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

ANEXO I DO DECRETO Nº 4.368 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

ATENDENTE EM FARMÁCIA	CLASSIFICAÇÃO
ROSANA DO NASCIMENTO ORLANDO	1º COLOCADO (A)

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

ANEXO II DO DECRETO Nº 4.368 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DECLARAÇÃO DE SAÚDE

Eu, Doutor_____, CRM nº _____, atesto para os devidos fins que o Senhor _____

_____, candidato aprovado em Concurso Público para o cargo de _____, está apto e plenamente habilitado fisicamente para o desempenho de suas funções laborais conforme as atribuições do cargo abaixo descritas e exames de saúde elencados:

Atribuições do cargo: (Conforme Edital de Abertura do Concurso Público 001/2020).	Prestar atendimento administrativo aos usuários da Farmácia Municipal.
Exames apresentados: (Obrigatório conforme Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Publico 001/2020).	1. Hemograma completo. 2. Glicemia em jejum. 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L). 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase). 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides). 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista. 7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial. 8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista. 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista. 10. Exame de urina tipo I (E.A.S). 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina. 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica). 13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 14. Colpo citologiaOncótica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

E para que surta os efeitos legais, firmo a presente Declaração de Saúde do candidato, em duas vias de igual teor e uma só forma.

_____de _____ de 2022.

_____

Assinatura e Carimbo do Declarante

HAB/pcm

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
LEI Nº 1.805 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, A "ASSOCIAÇÃO VALE DO CAETÉ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 31 de outubro de 2022, e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública Municipal, a "ASSOCIAÇÃO VALE DO CAETÉ", com sede no do município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, sito Rodovia a + ou – 8 KM da BR-174, lado esquerdo, s/nº, zona rural, fundada em 04 de março de 2017, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 30.333.237/0001-55.

Art. 2º - A Associação mencionada no artigo anterior, será subsidiada com todos os benefícios que a Declaração de Utilidade Pública pode trazer às entidades declaradas como tais, e em contrapartida estará subordinada à legislação que a estas entidades são aplicadas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 01 de novembro de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇAO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 77/2022 –Tipo de Licitação: Menor Preço por item.OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, EVENTOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE RÁDIO, TELEVISÃO, JORNAL, SONORIZAÇÃO, CARRO E MOTO SOM,CONTRATAÇÃO DE MÚSICOS E BRIGADISTAS - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. - . Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **17/11/2022 às 9h. (horário de Brasília).** Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO: LUISMAR DA SILVA MARTINS - Portaria 073/2021. M. D'Oeste, 03/11/2022.**

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
DECRETO Nº 4.365 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 4.365 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições e,

Considerando o Planejamento Estratégico Elaborado em 2022 em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento dos princípios basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste/MT, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

I. homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

II. apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

III. deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

IV. homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

V. criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

VI. exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

VII. decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobre as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – Designar membros do referido Comitê ocupante das seguintes Unidades:

I. Gabinete do Prefeito;

II. Procuradoria Jurídica Municipal;

III. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

IV. Secretaria Municipal de Fazenda;

V. Secretaria Municipal de Infraestrutura;

VI. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

VII. Secretaria Municipal de Educação, Esporte Lazer e Cultura;

VIII. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

IX. Secretaria Municipal de Saúde;

ART. 5º – O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade da Unidade de Controle Interno municipal.

Art. 6º – Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 01 de novembro de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

DATA	HORÁRIO	LOCAL

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 693 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 693 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DESIGNA COMITÊ DE TRABALHO DO PROGRAMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – GPE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar comissão de trabalho do programa de apoio ao Gerenciamento de Planejamento Estratégico - GPE, conforme abaixo relacionado:

I. Héctor Alvares Bezerra – Presidente; II. Jeffer Kleber de Oliveira – Coordenador; III. Célia Regina de Mattos Prado – Secretária; IV. Marcos Antônio dos Santos – Representante do Gabinete do Prefeito; V. Robyson Barcelos Galeano – Representante serviço de tecnologia da informação – TI; VI. Gessimar Charles de Barros – Representante da Secretaria de Desenvolvimentos Sustentável; VII. Paula Magalhães Sousa Pádua – Representante da Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; VIII. Haroldo Gustavo Greve – Representante da Secretaria de Fazenda; IX. Silvana Khippaiz Nogueira – Representante da Coordenadoria de Planejamento; X. Wellington Rocha Dias – Representante da Secretaria de Infraestrutura; XI. Elisângela Vicentini Fazalo da Silva – Representante da Secretaria de Saúde; XII. Carlos Eduardo Tolon – Representante da Coordenadoria de Contabilidade; XIII. Mara Aparecida Amarante – Representante da Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos; XIV. Robson dos Reis Silva – Representante da Procuradoria Jurídica Municipal; XV. Fábio Ângelo Hordonho Leite Silveira.

Art. 2º. Compete ao Presidente conduzir o processo de implementação do plano estratégico.

Art. 3º. Compete ao coordenador do programa:

I – Conduzir as reuniões de trabalho junto ao consultor;

II – Receber as capacitações operacionais;

III – Conduzir as agendas de trabalho com as secretarias;

IV – Apoiar as equipes no desenvolvimento do Plano Estratégico;

V – Comunicar com a equipe de apoio do TCE/MT;

VI – Cobrar os lançamentos dos resultados das metas e ações;

VII – Disseminar o Plano Estratégico na Prefeitura;

VIII – Coordenar os ciclos de monitoramento e a execução das reuniões de resultado.

Art. 4º. Compete ao secretário registrar, documentar e organizar as informações decorrentes dos trabalhos de implementação do plano estratégico.

Art. 5º. Compete aos representantes de cada secretaria ou unidade administrativa executar as ações de implementação do plano estratégico conforme cronograma de trabalho.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 01 de novembro de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

RH
EXTRATO DE CONTRATO 2022

CONTRATO Nº 101/2022 - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E **RUBIANA QUINTANA MARTINS. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de ***PROFESSOR DA ÁREA DE PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR*** com lotação na Secretaria de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, desempenhando as funções do cargo no **"Centro Educacional Municipal Vereador Edson Athier Almeida Tamandaré"**, em substituição à servidora *Roseli Pereira Da Silva*, que se encontra de atestado médico. **Período de**: 01/11/2022 a 15/12/2022. **Valor Global**: R$ 5.642,55. Carga horária: 30 horas semanal. **Data da Assinatura:** 01/11/2022.

CONTRATO Nº 102/2022 - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E **LUCIANA FRANCISCA DE SENA. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de ***PROFESSOR DA ÁREA DE PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR*** com lotação na Secretaria de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, desempenhando as funções do cargo no **"Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho"***,* em substituição à servidora *Thais Cristina Guerra Silva* que assumirá a sala de *Atenção Educacional Especializada*. **Período de**: 01/11/2022 a 16/12/2022. **Valor Global**: R$ R$ 5. 767,94. Carga horária: 30 horas semanal. **Data da Assinatura:** 01/11/ 2022.

CONTRATO Nº 103/2022 - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E **RONICLEIA SOUZA DE JESUS. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de ***MERENDEIRA.*** Com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, desempenhando as funções do cargo na "**Escola Municipal Inedi Fonte Castilho Queiroz**", em substituição a servidora *Zulmira Antonia Da Silva Possavatz* que se encontra em desvio de função. **Período de**: 01/11/2022 a 16/12/2022. **Valor Global**: R$ R$ 2.277,46. Carga horária: 40 horas semanal. **Data da Assinatura:** 01/11/ 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022

A Comissão permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Presidente Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 426/2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 05/2022**, do tipo MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS URBANAS, EM DIVERSAS RUAS, NO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT, COM EXTENSÃO DE 31.722,03M, PARA ATENDER AO TERMO DE CONVÊNIO ESTADUAL Nº 0840-2021.** Local: **Setor de Licitações**, Prefeitura Municipal de Nobres/MT. Data Abertura: **06/12/2022.** Hora Abertura: **08h00min.** Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital e seus anexos encontrar-se-á a disposição dos interessados no site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia.

Nobres, 01 de novembro de 2022.

Hemily Natalye Alves Pereira

Presidente

PORTARIA Nº. 504/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Pedro Henrique Profeta de Alcantara****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. ***Pedro Henrique Profeta de Alcantara***, portador do RG nº. 2956842-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 013. 003.322-71, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022

A Comissão permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Presidente Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 426/2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 04/2022**, do tipo MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL. Objeto: **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS URBANAS NO BAIRRO SÃO JOSÉ, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO N° 0363/2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES/MT E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA.** Local: **Setor de Licitações**, Prefeitura Municipal de Nobres/MT. Data Abertura: **05/12/2022.** Hora Abertura: **08h00-min.** Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital e seus anexos encontrar-se-á a disposição dos interessados no site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia.

Nobres, 01 de novembro de 2022.

Hemily Natalye Alves Pereira

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 10/2022

Fica rescindido a partir de 03 de Novembro de 2022, o Contrato Temporário nº **10/2022**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **o Sr. Marcelo Rodrigues Ferreira – Enfermeiro,**

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 27 de Outubro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: KAROLINE APARECIDA SILVA DE SOUZA

OBJETO: Prorrogação do prazo

Cargo: Enfermeiro

Vigência: até 30 de Abril 2023.

DOTAÇÃO: **007.007002.1500 - FICHA 269.**

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: MICHELY DIANA MUNIZ

OBJETO: Prorrogação do prazo

Cargo: Apoio Municipal

Vigência: até 30 de Abril 2023.

DOTAÇÃO: **007.007002.1500 - FICHA 269**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 27 de Outubro de 2022.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA N° 002/2022

A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Finanças e Departamento de Tributação e Cadastro, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto/ não conhecido, ausentes e os que recusaram o recebimento da notificação entregue pelo agente de fiscalização, com débitos referentes a Imposto Predial Territorial – IPTU, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Taxas de Licença/Alvará ou de Serviços, **dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021** a procurarem o Departamento de Tributação e Cadastro.

A presente notificação tem prazo de 30 dias para a regularização dos débitos ou apresentação de defesa formal. O contribuinte que já tenha efetuado o pagamento de seus débitos tributários até a publicação do presente Edital e que porventura ainda constar na relação em anexo, favor comparecer no departamento com os respectivos comprovantes de pagamento para a regulação de seu cadastro.

Frise-se que, caso não seja feita tal regularização, a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT** promoverá, nos termos do artigo 158 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar Municipal n° 820 de 16 de dezembro de 2013 e Lei Federal n°6830 de 22 de setembro de 1980, as medidas administrativas e judiciais cabíveis, tais como Protesto Extrajudicial e ajuizamento de Execução Fiscal.

Maiores esclarecimentos poderão serem obtidos por meio do telefone (66) 3572-1959 e pelo e-mail tributos@novabandeirantes.mt.gov.br, pode ainda o contribuinte comparecer ao Departamento de Tributação e Cadastro no prédio da Prefeitura de Nova Bandeirantes, situada na Rua Lázaro Moreira dos Santos, n°1244, Centro, de segunda a sexta-feira das 07h às 11h e das 13h às 17h.

Nova Bandeirantes-MT, 01 de novembro de 2022

REGINA DE SOUZA MENDONÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FLÁVIA BARBOSA DE ARAÚJO SILVA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

ANEXO – LISTA DE CONTRIBUINTES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA

	CONTRIBUINTE		CONTRIBUINTE		CONTRIBUINTE
1	ADAO MARTINS DE JESUS	34	FERNANDO RODRIGUES DE MORAIS	67	MOIZES GALDINO DA SILVA
2	ADILSON RAIMUNDO GOMES	35	FIORENTINO DA ROSA	68	NIVALDO RIBAS DOS REIS
3	AILTON PEREIRA DOS SANTOS	36	FRANCISCO GONZAGA RIBEIRO	69	OLIRIO JESUS CARNEZELLA
4	AIRTON DE SOUZA	37	G. COELHO BARBOSA - ME	70	OLIVIO GOMES
5	AIRTON DE SOUZA BARRIN	38	GENI APARECIDA GONÇALVES	71	OTHAIR ALVES
6	ALOIZE LEVANDOSKI	39	GLEICE JUCELI COURA MOREIRA	72	OZIEL BISPO DA SILVA
7	AMAURI CAMARGO	40	IRENE ZUPELLI ARRUDA	73	PAULO BENEDITO DE OLIVEIRA
8	ANA CLAUDIA ROCHA DOS SANTOS	41	ISAIAS FERMINIO RAMOS	74	PAULO CESAR SILVA
9	ANDREIA CRISTINE DE JESUS	42	IVALDO MARTINS GOMES	75	PAULO SOARES DOS SANTOS
10	ANGELITA CHABOWSKI	43	IVONE DA CUNHA SANCHES	76	REINALDO MACEDO MIRANDA
11	ANTONIO ANDRADE SANTOS	44	JEFERSON ANDRE FERREIRA	77	RENATO DE OLIVEIRA
12	ANTONIO JIMENEZ FILHO	45	JOAO AUGUSTO ALVES	78	ROGERIO APAARRECIDO NOCHELLI
13	ANTONIO JUCELINO DE SOUZA BURDA	46	JOAO BATISTA COSTA	79	ROGERIO GALVAO
14	ANTONIO VALDECI DOS SANTOS	47	JOEL FRANCISCO OTENIO	80	ROGERIO RODRIGUES DE SOUZA
15	ANTONIO VIEIRA LEITE	48	JOSE BARBOSA	81	ROSA MARIA VALERO SIANI
16	ARILDO TRINDADE DE OLIVEIRA	49	JOSE CARLOS MAGALHAES	82	ROSALINA PEREIRA DE SOUZA
17	ARILTO AFONSO MARCONDES DA SILVA	50	JOSE DE LIMA FILHO	83	ROSIMAR LAGES DOS SANTOS
18	ARSENIO AUGUSTO SELLA	51	JOSE FAUSTINO	84	RUBENS BARBOSA DA SILVA
19	BAMBOO WOOD MP. EXP. MAD. BRUT.	52	JOSE NELSON LOPES	85	SABINO RIBEIRO SOARES NETO
20	BEATRIZ JOB DA SILVA	53	JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	86	SANTO BORGES DE SOUZA
21	CELIA SABOIA KUSS	54	JULIANA DA ROCHA DE OLIVEIRA	87	SEBASTIÃO PAULO DA SILVA
22	CLAUDEIR PEREIRA BATISTA	55	LEONILDA ALVES PIRES SEVERINO	88	SETEMBRINO SILVEIRA GONÇALVES
23	CLEVERSON DE LIMA LERBACH	56	LOURIVAL DE ARAUJO SILVA	89	T. B. AMARAL
24	DARIANE PEREIRA	57	LUCIMAR TEIXEIRA DOS SANTOS	90	TIAGO MISSIO DA SILVA
25	DENILSON VIEIRA	58	LUIZ ANDRADE VAZ	91	VALDECI PIRAK DELUSKI
26	DORACY BATISTA PEREIRA DE MELLO	59	LUIZ BEZERRA DE ARAUJO	92	VALDEMAR JOSE ANDRES
27	DORVALINA LUZIA DA SILVA	60	LUIZ CARLOS CAVALIERE	93	VALMIR ALEXANDRE DOS SANTOS
28	EDMO DOS SANTOS	61	MARCIA CRISTINA DA CRUZ	94	VANSNEI FELIX DE LIMA
29	EDSON CAMPOS DE AZEVEDO	62	MARIA ACIOLI DOS SANTOS	95	VERA LUCIA AMORIM PEREIRA
30	ELZA PRECILIANA DE ARAUJO	63	MARIA APARECIDA SOUZA ALONSO	96	WALTAIR PACHECO DA SILVA
31	ELZALINA DE SOUZA	64	MARIA VAZ LENCAR	97	WELINGTON GARCES RIBAS
32	EULENICE AP. DA SILVA FERREIRA	65	MARILUCIA DOS ANJOS SOUZA		
33	EZEQUIEL REIS SOARES	66	MAURILIO FRINHANI FILHO		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°.088/2022

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°.010/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 993, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão Permanente de Licitação, Constituída pela **Portaria n°.018/2022 de 06 de Janeiro de 2022,** torna público que se encontra aberto a partir do dia 03 de novembro de 2022, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014,** cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE PONTES DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA NO MUNICIPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS. **DATA DA ABERTURA: Dia 22 de Novembro de 2022 as 08:00 Horas (Horário do Estado de Mato Grosso).** CRITÉRIO DE JULGAMENTO**: Menor Preço Lote.**

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.

Nova Brasilândia – MT, 01 de Novembro de 2022.

_____

JÚLIO CESAR BONFIM LOPES

Presidente CPL

Portaria: 018/2022

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 117/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 117/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: J.B. PENIDO E J.F. DE ARRUDA LTDA.**

CNPJ: **18.262.815/0001-04.**

OBJETO:O presente termo aditivo tem por objeto: Prorrogação de prazo de execução do contrato original por mais **60 (sessenta)** dias, vigorando a partir de **15 de outubro de 2022 a 14 de dezembro de 2022.**

ASSINATURA: **14 de outubro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 117/2021

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 117/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: J.B. PENIDO E J.F. DE ARRUDA LTDA.**

CNPJ: **18.262.815/0001-04.**

OBJETO:O presente termo aditivo tem por objeto: Prorrogação de prazo de execução do contrato original por mais **89 (oitenta e nove)** dias, vigorando a partir de **16 de julho de 2022 a 14 de outubro de 2022.**

ASSINATURA: **13 de outubro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, de 31 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
FLORINDO PILHALARME (ESPÓLIO DE)	204.898.208-59	8981/00019/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141

Cargo: SECR. MUN DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS / 12021

Data de afixação: 31/10/2022

Data de desafixação: 15/11/2022

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N°.105/2019

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N°.105/2019

CONCEDENTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

PROPONENTE:**INSTITUTO GERMINANDO SOM**

CNPJ: 23.874.115/0001-00

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Termo de Colaboração Original por mais 12 (doze) meses**,** vigorando a partir de 17 de outubro de 2022 a 17 de outubro de 2023. Valor total do aditivo do Termo de Colaboração será de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais),**conforme descrição do objeto no ***TERMO DE COLABORAÇÃO DE Nº 105/2019***.

ASSINATURA**: 14 de outubro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 01 de Novembro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
CARLOS ANGELO MOIOLI (ESPÓLIO DE)	128.174.499-91	8981 /00017/2022
CARLOS ANGELO MOIOLI (ESPÓLIO DE)	128.174.499-91	8981 /00018/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141

Cargo: SECR. MUN DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS / 12021

Data de afixação: 01/11/2022

Data de desafixação: 16/11/2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, de 31 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
FLORINDO PILHALARME (ESPÓLIO DE)	204.898.208-59	8981/00019/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141

Cargo: SECR. MUN DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS / 12021

Data de afixação: 31/10/2022

Data de desafixação: 15/11/2022

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 035/2019

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 035/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI ME**

CNPJ**:** 17.286.917/0001-05

OBJETO:Prorrogação do prazo de duração do Contrato Original por mais 12 (doze) meses**,** vigorando a partir de 29 de outubro de 2022 a 29 de outubro de 2023. O Valor total do aditivo do contrato será de **R$ 42. 000,00 (quarenta e dois mil reais). Pregão Presencial nº 010/2019.**

ASSINATURA**: 28 de outubro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 091/2022/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 1182/2022

PRAZO: 20/10/2022 A 16/12/2022

CONTRATADO: **KATIA TREVISOL DE CAMARGO**

CPF SOB O N.º 038.908.071-35

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE MONITOR DE CRECHE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR PERÍODO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.

VALOR: R$ 3.046,08 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0013.2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 089/2022/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 1177/2022

PRAZO: 20/10/2022 A 16/12/2022

CONTRATADO: **JOSÉ APARECIDO GONÇALVES DE JESUS**

CPF SOB O N.º 535.433.861-15

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE MOTORISTA VEICULO GRANDE (CNH-D), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR PERÍODO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.

VALOR: R$ 4.666,66 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0013.2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 090/2022/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 1178/2022

PRAZO: 20/10/2022 A 16/12/2022

CONTRATADO: **GIVALDO ALVES DE OLIVEIRA**

CPF SOB O N.º 027.532.801-50

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE MOTORISTA VEICULO GRANDE (CNH-D), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR PERÍODO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.

VALOR: R$ 4.666,66 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0013.2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 088/2022/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 1176/2022

PRAZO: 20/10/2022 A 16/12/2022

CONTRATADO: **PEDRO NATARI BOLOGNESI**

CPF SOB O N.º 496.109.109-04

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE MOTORISTA VEICULO GRANDE (CNH-D), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR PERÍODO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.

VALOR: R$ 4.666,66 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0013.2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO Nº 010/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT

Contratado: Ronei Gomes Brattficher

Rescisão de Contrato: Fica rescindido a pedido o contrato de prestação de serviços nº 022/22/SMAF/PMNG, que expiraria em 08/08/2023 rescisão esta, motivada por interesses particulares e inadiáveis.

Data: 01/11/2022.

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 31/2022, cujo objeto é a: **Seleção de melhor proposta objetivando o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais e Medicamentos para uso no centro de saúde do município de Nova Guarita - MT,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital e nos termos da Lei Federal n. º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para **Abertura da Sessão no dia 17/11/2022 às 08:30horas** (**horário de Mato Grosso**) no site www.licitanet.com.br.

Cópias do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00h às 11:00h e 13:00h às 17:00h ou através do e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.novaguarita.mt.gov.br e www.licitanet.com.br.

Nova Guarita – MT, em 01 de Novembro de 2022.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022 SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Data da Realização: 01/11/2022

EMPRESAS VENCEDORAS:

MERCANTIL COMERCIO DE ALIMENTO MARILANDIA LTDA-ME – CNPJ 14.301.827/0001-40. VALOR TOTAL: 935.250,10;

T.S. MIRANDA MERCADO EIRELI - ME - CNPJ: 14.888.194/0001-18. VALOR TOTAL: R$ 954.702,00.

NOVA MARILANDIA - MT, 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

HYAN DE SOUZA SANTANA

PREGOEIRO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIARIAS, EM REGIME DE HORAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES **CNPJ:** 21.679.098/0001-25

ASSUNTO: ADITIVO DE SERVIÇOS

R$ 588.662,50

Assinatura: 01/11/2022

Nova Marilândia-MT, 01 de Novembro de 2022

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 309/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 309/2022

Data: 01 de Novembro de 2022.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL RELACIONADOS ABAIXO**.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º – Conceder férias aos Servidores Público Municipal relacionados abaixo, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com o Art. 180 da Lei Nº 725/2016, alterada pela Lei Municipal Nº 782/2017.

NOME	CARGO	LOTAÇÃO/ SECRETARIA	FÉRIAS	
			INÍCIO	FIM
ADRIANA PATRICIA ANDRADE ALVES	CHEFE DE SETOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	01/11/2022	30/11/2022
CRISTIANO A. DE MOURA SMITH	MONITOR DE PROGRAMA	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SANEAMENTO	01/11/2022	30/11/2022
HIAMBBA CARLA CAVALCANTE NASCIMENTO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	01/11/2022	30/11/2022

Art. 2º - Ao término do período concedido neste ato deverão os servidores retornar às atividades concernentes aos seus cargos junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DOIS – 01/11/2022.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 310/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 310/2022

DATA: 01 de Novembro de 2022.

EMENTA: DISPÕE SOBRE ACONCESSÃO DO AFASTAMENTO PARA O BENEFICIO DE AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SR.º. **VANDERLEY PICALHO.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder Afastamento para o Benefício Auxílio Doença, ao Servidor Público Municipal Sr.º. **VANDERLEY PICALHO**, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Nova Marilândia-MT, a partir de 28/04/2022 à 27/04/2023, retornando as atividades dia 28/04/2023.

Art. **2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS – 01/11/2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 002/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE RATEIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N°.002/2022

O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Amos Bernardino Zanchet, 50E, Centro, Nova Maringá – MT, inscrito no CNPJ/MF nº 37.464.831/0001-24, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE,** brasileira, viúva, portadora do RG n°.14.XX.XX-X SSP/PR e CPF n°.378.869.XXX-XX, residente e domiciliada no Município de Nova Maringá/MT e **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI,** CNPJ 07.898.631/0001-19, doravante denominado CIDES-ARP, neste ato representado pelo prefeito Presidente do consórcio **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, portador do RG nº. 35XXXX SSP/MT e CPF 503.511.XXX-XX, considerando o constante Lei Federal nº 11.107/05, no Decreto nº 6.017/07, **RESOLVEM ADITAR** o Contrato de Rateio de Cooperação Técnica nº 002/2022, mediante os termos das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à **Cláusula Segunda – "DOS REPASSES FINANCEIROS, FORMAS E VENCIMENTOS" –**, para o fim de Aditivar em **R$ 12.000,00 (Doze mil reais)**, ao contrato, com a seguinte redação:

1.1. Fica aditivado o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) como complementação ao valor de 0,4% (quatro décimo por cento) da Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

1.2. O valor global do contrato, após o segundo termo aditivo do contrato de rateio n°. 02/2022, será de R$ 50.484,58 (Cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas contratuais constantes do Contrato Originário nº 002/2022, que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o Segundo termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Presidente do CIDES-ARP

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

Adjudico os itens supracitados, objeto desta licitação, as empresas vencedoras do certame:

VENCEDORES**: MAX LAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS**, inscrito no CNPJ: 04.724.729/0001-61. ITENS: 02, 06, 13, 37, 51, e 54. Com o Valor Total de R$ 12.602,84 (doze mil e seiscentos e dois reais e oitenta e quatro centavos).

NORTELAB PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 28.729.142/0001-03. ITENS: 03, 04, 05, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 34, 35, 39, 40, 42, 45, 47, 49, 50, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, e 70. Total de R$ 18.886,20(dezoito mil e oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA, inscrito no CNPJ: 02.248.312/0001-44. ITENS:07, 38, e 69. Total de R$ 9.664,00(nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

GLOBO REAGENTES E EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 02.407.183/00001-90. ITENS: 09, 11, 12, 18, 21, 26, 28, 31, 32, 33, 36, 55, 56, 57, 58, 67, 68, 72, 73 e 74. Total de R$ 26.448,50(vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

A.C.L ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 22.627.453/0001-85. ITENS: 17 e 46. Total de R$ 362,72(trezentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

M.S DIAGNOSTICA LTDA inscrito no CNPJ: 00.970.175/0001-93. ITENS: 41, 43, e 52. Total de R$ 4.821,45(quatro mil e oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos).

EASY SOLUÇÕES DIAGNOSTICAS LTDA-ME inscrito no CNPJ: 19.993.061/0001-25. ITEM: 44. Total de R$ 376,20(trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

ITENS CANCELADOS: 01, 08, 48, 59, e 71.

Nova Maringá – MT, 01 de novembro de 2022.

EMILY R. BUCHS

Pregoeira/Port. 136/2022

PORTARIA 243

PORTARIA Nº 243/2022

"Nomeia fiscais de tributos para receber Verba indenizatória do mês de Novembro de 2022"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, prefeita Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto pelo art. 1º, da Lei Municipal nº 1.449 de 28 de abril de 2022;

RESOLVE

ART. 1º - NOMEAR os Fiscais de Tributos abaixo relacionados, para recebimento da Verba indenizatória, referente ao mês de Novembro de 2022, de acordo com os valores definidos pelo art. 3º da lei 1.449 de 28 de abril de 2022.

Servidor	Dotação	C.P.F.	Matricula	Valor
17563 - Loriany Cassia Lordano	99	027.508.611-95	2828	R$ 1.500,00
2819 - Mayza da Silva Souza	99	053.856.721-06	2628	R$ 1.500,00
6690 - Vera Maria Padilha da Silva	99	634.141.630-04	2724	R$ 1.500,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, em 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2022. PREGÃO PRESENCIAL 039/2022.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ**, com CNPJ 37.464.831/0001-24, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr.ª ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, RESOLVE reajustar os preços da **EMPRESA AUTO POSTO TIBIRISSA NOVA MARINGÁ LTDA**, inscrito no CNPJ **09.675.468/0001-50**, neste ato representado pelo Sr. **FÁBIO DE ALMEIDA PAZ PINTO** portador do **RG. nº 108.xxxxx SSP/RS** e **CPF/MF n.º 003.622.xxx-xx**, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 089/2022, oriunda do Pregão Presencial n° 039/2022, ajustam e celebram o presente Termo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais dispositivas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constantes na Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de Reequilíbrio encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

LOTE 03 - ÓLEO DIESEL S-10, OLEO DIESEL BS500, ETANOL E GASOLINA – PARA ABASTECIMENTO EM "**BOMBA"** NO **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**. O PRAZO DE ENTREGA É IMEDIATO APÓS A ORDEM DE FORNECIMENTO E MEDIANTE REQUISIÇÃO.				
ITEM	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UND ATUAL	VALOR UND APÓS REAJUSTE
02	LITRO	ETANOL BOMBA	R$ 3,48	R$ 3,68
03	LITRO	ÓLEO DIESEL S-10 BOMBA	R$ 7,64	R$ 7,31
04	LITRO	ÓLEO DIESEL BS500 BOMBA	R$ 7,58	R$ 7,28

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. LOTE 03 – ITENS 02, 03 e 04: A Petrobras anunciou uma nova redução no preço dos combustíveis vendido às distribuidoras. O barateamento acompanha a evolução dos preços de referência, que se estabilizaram em patamar inferior para o diesel, informa a Petrobras**.**

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089/2022, PREGÃO PRESENCIAL 039/2022 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 01 de novembro de 2022.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Contratante

_____

AUTO POSTO TIBIRISSÁ NOVA MARINGÁ LTDA

CNPJ/MF 09.675.468/0001-50

FÁBIO DE ALMEIDA PAZ PINTO

Detentor da Ata de Registro

_____

EDI CARLOS RODRIGUE SJULIO

CPF 849.406.xxx-xx

FISCAL DA ATA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS.

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela Portaria n.º 136/2022/GAPRE, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO 005/2022 menor preço por Item, cujo Objeto é o **PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDORES**: MAX LAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS**, inscrito no CNPJ: 04.724.729/0001-61. ITENS: 02, 06, 13, 37, 51, e 54. Com o Valor Total de R$ 12.602,84 (doze mil e seiscentos e dois reais e oitenta e quatro centavos).

NORTELAB PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 28.729.142/0001-03. ITENS: 03, 04, 05, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 34, 35, 39, 40, 42, 45, 47, 49, 50, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, e 70. Total de R$ 18.886,20(dezoito mil e oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA, inscrito no CNPJ: 02.248.312/0001-44. ITENS:07, 38, e 69. Total de R$ 9.664,00(nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

GLOBO REAGENTES E EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 02.407.183/00001-90. ITENS: 09, 11, 12, 18, 21, 26, 28, 31, 32, 33, 36, 55, 56, 57, 58, 67, 68, 72, 73 e 74. Total de R$ 26.448,50(vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

A.C.L ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 22.627.453/0001-85. ITENS: 17 e 46. Total de R$ 362,72(trezentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

M.S DIAGNOSTICA LTDA inscrito no CNPJ: 00.970.175/0001-93. ITENS: 41, 43, e 52. Total de R$ 4.821,45(quatro mil e oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos).

EASY SOLUÇÕES DIAGNOSTICAS LTDA-ME inscrito no CNPJ: 19.993.061/0001-25. ITEM: 44. Total de R$ 376,20(trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

ITENS CANCELADOS: 01, 08, 48, 59, e 71.

Nova Maringá – MT, 01 de novembro de 2022.

EMILY R. BUCHS Pregoeira/Port. 136/2022

PORTARIA Nº. 245/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAR EM CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO O SR. BRUNO NUNES GRIEBELER.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado o Sr.*BRUNO NUNES GRIEBELER* portador do RG Nº 2717203-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n. º 035.961.561-60 do cargo de *CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO* do município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Novembro de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e 22/2018 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

VENCEDORES**: MAX LAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS**, inscrito no CNPJ: 04.724.729/0001-61. ITENS: 02, 06, 13, 37, 51, e 54. Com o Valor Total de R$ 12.602,84 (doze mil e seiscentos e dois reais e oitenta e quatro centavos).

NORTELAB PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 28.729.142/0001-03. ITENS: 03, 04, 05, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 34, 35, 39, 40, 42, 45, 47, 49, 50, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, e 70. Total de R$ 18.886,20(dezoito mil e oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA, inscrito no CNPJ: 02.248.312/0001-44. ITENS:07, 38, e 69. Total de R$ 9.664,00(nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

GLOBO REAGENTES E EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 02.407.183/00001-90. ITENS: 09, 11, 12, 18, 21, 26, 28, 31, 32, 33, 36, 55, 56, 57, 58, 67, 68, 72, 73 e 74. Total de R$ 26.448,50(vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

A.C.L ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA-EPP inscrito no CNPJ: 22.627.453/0001-85. ITENS: 17 e 46. Total de R$ 362,72(trezentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

M.S DIAGNOSTICA LTDA inscrito no CNPJ: 00.970.175/0001-93. ITENS: 41, 43, e 52. Total de R$ 4.821,45(quatro mil e oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos).

EASY SOLUÇÕES DIAGNOSTICAS LTDA-ME inscrito no CNPJ: 19.993.061/0001-25. ITEM: 44. Total de R$ 376,20(trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

ITENS CANCELADOS: 01, 08, 48, 59, e 71.

Nova Maringá – MT, 01 de novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA, com CNPJ**: 02.248.312/0001-44.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITENS: 07, 38 e 69. Valor Total de **R$9.664,00** (Nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

FISCAL DE ATA: **RICARDO AFONSO GRINGS**

PORTARIA Nº. 240/2022

DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DO CARGO EFETIVO DE TECNICO ADMINIST EDUCACIONAL - MONITOR A SRA. ROSIANE AURIA SANT ANA.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 124, inciso III, c/c art. 131, inciso VII, da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – DEMISSÃO do Cargo Efetivo a Sra. *ROSIANE AURIA SANT ANA* portadora do RG Nº 46539397 SSP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 744.328.939-15 do cargo de *TECNICO ADMINIST EDUCACIONAL – MONITOR* do Município de Nova Maringá-MT, em razão da decisão do Processo Disciplinar 001/2022.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: M.S DIAGNOSTICA LTDA, com CNPJ**: 00.970.175/0003-93.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS

DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITENS: 41 43 e 52. Valor Total de **R$ 4.821,45** (Quatro mil e oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos).

FISCAL DE ATA: **RICARDO AFONSO GRINGS**

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: EASY SOLUÇÕES DIAGNÓSTICAS LTDA ME, com CNPJ**: 19.993.061/0001-25.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITEM: 44. Valor Total de **R$ 376,20** (Trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

FISCAL DE ATA: RICARDO AFONSO GRINGS

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA, com CNPJ**: 04.724.729/0001-61.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITENS: 02, 06, 13, 37, 51 e 54. Valor Total de **R$ 12. 602,84** (Doze mil e seiscentos e dois reais e oitenta e quatro centavos).

FISCAL DE ATA: **RICARDO AFONSO GRINGS**

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: GLOBO REAGENTES E EQUIP. PARA LAB. LTDA, com CNPJ**: 02.407.183/0001-90.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITENS: 09, 11, 12, 18, 21, 26, 28, 31, 32, 33, 36, 55, 56, 57, 58, 67, 68, 72, 73 e 74. Valor Total de **R$ 26.448,50** (Vinte e seis mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

FISCAL DE ATA: **RICARDO AFONSO GRINGS**

PORTARIA 242

PORTARIA Nº 242/2022

"Nomeia agentes políticos e cargos comissionados para receber Verba indenizatória do mês de Novembro de 2022"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, prefeita Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto pelo art. 1º, Paragrafo Único da Lei Municipal nº 1.224 de 07 de fevereiro de 2022;

RESOLVE

ART. 1º - NOMEAR os agentes políticos e cargos comissionados abaixo relacionados, para recebimento da Verba indenizatória, referente ao mês de Novembro de 2022, de acordo com os valores definidos pela portaria de nomeação de cada agente público na forma da lei 1.224 de 07 de fevereiro de 2022.

Agente politico / cargos Comissionados	dotação	Cargo	Portaria	Valor
4423 - Anderson Rafael Porta Montadon	1108	Assessor Jurídico	58/ 2022	R$ 1. 200,00
928 - Jonas Máximo da Silva	16	Assessor de Gabinete	126/ 2022	R$ 1. 500,00
516 - Cristiane Maria de Jesus	16	Assessora Especial de segurança institucional	182/ 2022	R$ 1. 850,00
8215 - Paulo da Silva Pereira	64	Secretário de administração	51/ 2022	R$ 2. 500,00
65 - Cleverson Eduardo Allievi	99	Secretário de finanças	53/ 2022	R$ 2. 500,00
6121 - Simone da Cruz Montanha	143	Secretária de educação	215/ 2022	R$ 2. 500,00
1318 - Gerson Valentin Casari	1107	Secretário de Obras	54/ 2022	R$ 2. 500,00
7786 - Nilceia Moraes Eugenio Ono	1073	Secretária Geral	47/ 2022	R$ 2. 500,00
3843 - Clovis Clair Cassol	792	Secretário de agricultura	55/ 2022	R$ 2. 500,00
821 - Edinete Alice da Silva	848	Secretária de assistência social	50/ 2022	R$ 2. 500,00
3416 - Ricardo Ono	996	Secretário de planejamento	52/ 2022	R$ 2. 500,00
19530 - Renata Gisele Wahl de Alcântara	1027	Secretária de meio ambiente	48/ 2022	R$ 2. 500,00
16919 - Maryhelen Birkhahn e Silva Nascimento	531	Secretária de Saúde	115/ 2022	R$ 3. 500,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, em 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 052/2022. REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 136/2022/ GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **21/11/2022 as 09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, Fone: (66) 98154-3919, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Itemcom Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT, com re**cebimento e abertura das documentações e propostas de preços, conforme especificado no Edital de Licitação n° **052/ 2022.**

O pregão presencial encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supracitado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia e e-mail: licitacao@novamaringa.mt.gov.br .

Nova Maringá - MT, 01 de novembro de 2022.

EMILY R. BUCHS DA CRUZ Pregoeira/Port.136/2022

PORTARIA Nº. 248/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONV. E PRES. DE CONTAS O SR. ADRYAN NERI ALVES BERTE.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR no Cargo Comissionado o Sr. ADRYAN NERI ALVES BERTE portador do RG Nº 28360532 SESP/MT, inscrito no CPF sob o n. º 082.026.351-60 do cargo de *CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONV. E PRES. DE CONTAS* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Novembro de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PROD. LABORATORIAIS LTDA, com CNPJ**: 28.729.142/0001-03.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITENS: 03, 04, 05, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 34, 35, 39, 40, 42, 45, 47, 49, 50, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 70. Valor Total de **18.886,20** (Dezoito mil e oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

FISCAL DE ATA: **RICARDO AFONSO GRINGS**

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/2022. REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: A.C.L ASSIST. E COMÉRCIO DE PROD. PARA LABORATÓRIO LTDA-EPP, com CNPJ**: 22.627.453/0001-85.**

VIGÊNCIA: 01/11/2022 a 01/11/2023

OBJETO: PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE USO LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITENS: 17 e 46. Valor Total de **R$ 362,72** (Trezentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

FISCAL DE ATA: RICARDO AFONSO GRINGS

PORTARIA Nº. 244/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CHEFE DO DEPTO RECURSOS HUMANOS O SR. LUCAS FERREIRA PINTO.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR no Cargo Comissionado o Sr.*LUCAS FERREIRA PINTO* portador do RG Nº 3.874.510 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º 06403752197 do cargo de *CHEFE DO DEPTO RECURSOS HUMANOS* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Novembro de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através de seu Agente de Contratação, designada pela portaria 230/2022, torna público o processo de Dispensa nº 034/2022, para dar amplo conhecimento aos futuros interessados em participar do presente processo. Assim se cumpre o disposto no art. 75 paragrafo terceiro da Lei 14.133/2021, tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA O EVENTO NATALINO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,** a empresa **CENTRO SUL COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGO DE PAPELARIA E UTILIDADES DOMESTICA LTDA** com o **CNPJ: 14.929.091/0001-59,** apresentou a menor proposta no Valor total de **R$ 47.500,00** (Quarenta e sete mil e quinhentos reais).

O processo referente a licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público e no site http://www.gp.srv.br/transparencia_novamaring/serv...

Nova Maringá - MT, 01 de novembro de 2022.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº. 247/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAR EM CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS O SR. YGOR FERNANDO DA COSTA KOLOGI.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado o Sr.*YGOR FERNANDO DA COSTA KOLOGI* portador do RG Nº 2234510-8 SSP/MT, inscrito no CPF

sob o n.º 043.638.181-82 do cargo de *CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS* do município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Novembro de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 246/2022

DISPÕE SOBRE NOMEAR EM CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO A SRA. LAUDICEIA SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a Sra.*LAUDICEIA SANTOS DE OLIVEIRA RIBEIRO* portadora do RG Nº 12246956 SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 007.421.071-83 do cargo de *CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO* do município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Novembro de 2022, até posterior deliberação.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Novembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 198/2022 SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO FINAL DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E LIBERAÇÃO PARA EDIFICAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO ALMEIDA PRADO II".

DECRETO Nº 198/2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO FINAL DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E LIBERAÇÃO PARA EDIFICAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO ALMEIDA PRADO II".

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Projeto de Loteamento Almeida Prado II apresentado pela empresa APUI INVESTIMENTOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ 25.175.369/0001-66, sobre a Matrícula n. 7037, Livro 2-AK, do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Monte Verde-MT, devidamente aprovado, sendo o Loteamento Almeida Prado II localizado na Estrada Vicinal Piracicaba, Chácara 27, desmembrada do Cinturão de Chácaras Almeida Prado II, com área de 56.500m² (cinquenta e seis mil e quinhentos metros quadrados), com 100 lotes, 04 quadras e 03 equipamentos comunitários e 01 área verde;

CONSIDERANDO o Termo de Verificação de Loteamento, bem como a Carta de Habitação do Loteamento Almeida Prado II;

CONSIDERANDO que o Departamento de Engenharia do Município de Nova Monte Verde-MT realizou a vistoria das obras propostas no Projeto de Loteamento Almeida Prado II, e emitiu parecer atestando que a empresa cumpriu com as obrigações propostas no Projeto de Loteamento Almeida Prado II;

DECRETA:

Art. 1º. Estão cumpridas as obrigações assumidas por APUI INVESTIMENTOS LTDA sobre o LOTEAMENTO ALMEIDA PRADO II, no Projeto de Loteamento apresentado perante o Município de Nova Monte Verde-MT.

Art. **2º.** Ficam recebidas definitivamente as obras de infraestrutura do LOTEAMENTO ALMEIDA PRADO II.

Art. **3º.** Ficam liberadas as edificações do LOTEAMENTO ALMEIDA PRADO II.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NOVA MONTE VERDE-MT

Em, 01 de Novembro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº197/2022 SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO FINAL DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E LIBERAÇÃO PARA EDIFICAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO ALMEIDA PRADO I".

DECRETO Nº197/2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO FINAL DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E LIBERAÇÃO PARA EDIFICAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO ALMEIDA PRADO I".

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Projeto de Loteamento Almeida Prado I apresentado pela empresa AGT REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ 12.584.691/0001-05, sobre a Matrícula n. 628, Livro 2-C, do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Monte Verde-MT, devidamente aprovado, sendo o Loteamento Almeida Prado I, localizado na Estrada Vicinal Piracicaba, Setor de Chácaras, com área de 74.000m² (setenta e quatro mil metros quadrados), com 100 lotes, 04 quadras e 03 equipamentos comunitários e as APP-I e APP-II e área verde I e área verde II, III e IV;

CONSIDERANDO o Termo de Verificação de Loteamento, bem como a Carta de Habitação do Loteamento Almeida Prado I;

CONSIDERANDO que o Departamento de Engenharia do Município de Nova Monte Verde-MT realizou a vistoria das obras propostas no Projeto de Loteamento Almeida Prado I, e emitiu parecer atestando que a empresa cumpriu com as obrigações propostas no Projeto de Loteamento Almeida Prado I;

DECRETA:

Art. 1º. Estão cumpridas as obrigações assumidas por AGT REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA sobre o LOTEAMENTO ALMEIDA PRADO I, no Projeto de Loteamento apresentado perante o Município de Nova Monte Verde-MT.

Art. **2º.** Ficam recebidas definitivamente as obras de infraestrutura do LOTEAMENTO ALMEIDA PRADO I.

Art. **3º.** Ficam liberadas as edificações do LOTEAMENTO ALMEIDA PRADO I.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NOVA MONTE VERDE-MT

Em, 01 de Novembro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
RESUMO DE CONTRATOS OUTUBRO DE 2022

RESUMO DE CONTRATOS OUTUBRO DE 2022

CONTRATO Nº. 108/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA

2.OBJETO: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS PARA ATENDER A UNIDADE MISTA DE SAUDE IGNACIO KONOPKA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

3. DATA ASSINATURA: 07 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 07 de outubro de 2022 a 07 de dezembro de 2022

5.VALOR: R$ 6.280,00 (seis mil, duzentos e oitenta reais)

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 80/2022

CONTRATO Nº. 109/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada JORGE L. L. ALVES

2.OBJETO: LOCAÇÃO *DE BRINQUEDOS ESPECIAIS PARA A SEMANA DA CRIANÇA NO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.*

3. DATA ASSINATURA: 07 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 07 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2022

5.VALOR: R$ 30.540,00 (trinta mil, quinhentos e quarenta reais)

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 81/2022

CONTRATO Nº. 110/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada **ASSOCIAÇÃO GRUPO DE IDOSOS UNIDOS VENCEREMOS**

2.OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER AOS PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL E DO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

3. DATA ASSINATURA: 07 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 14 de outubro de 2022 a 14 de outubro de 2023

5.VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 85/2022

CONTRATO Nº. 111/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada ADRIELLY DA SILVA LOPES - PRODUTOS AGROPECUARIOS

2.OBJETO: *AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO PARA MANUTENÇÃO DO BOTIJAO DE SEMEN DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

3. DATA ASSINATURA: 18 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 18 de outubro de 2022 a 14 de abril de 2023

5.VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 82/2022

CONTRATO Nº. 112/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada VIDROLAR VIDRAÇARIA E METALURGICA EIRELI

2.OBJETO: *AQUISIÇÃO DE SUPORTE PARA CLIMATIZADORES PARA ATENDER AO SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO LOTADO NA ASSISTENCIA SOCIAL.*

3. DATA ASSINATURA: 18 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 18 de outubro de 2022 a 18 de dezembro de 2022

5.VALOR: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 83/2022

CONTRATO Nº. 113/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada M A DA S DE SOUSA

2.OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO DE CADEIRA ODONTOLOGICA DOS PSF"s I, II e III DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

3. DATA ASSINATURA: 18 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 18 de outubro de 2022 a 18 de dezembro de 2022

5.VALOR: R$ 5.750,00 *(cinco mil, setecentos e cinquenta reais)*

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 84/2022

CONTRATO Nº. 114/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada EXTRA MAQUINAS S/A

2.OBJETO: *AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE 100 HORAS PARA A MOTONIVELADORA NOVA 01 XCMG1803BR CHASSI XUG01803NJPB01516, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS.*

3. DATA ASSINATURA: 21 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 21 de outubro de 2022 a 21 de dezembro de 2022

5.VALOR: R$ 7.795,91 *(sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos)*

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 86/2022

CONTRATO Nº. 115/2022/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada SIPVOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

2.OBJETO: *AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) DISPLAY INTERATIVO MULTITOUCH, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

3. DATA ASSINATURA: 26 de outubro de 2022

4.VIGÊNCIA: 26 de outubro de 2022 a 26 de abril de 2023

5.VALOR: R$ 399.999,90 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)

6.LICITAÇÃO: CARONA DE PREGÃO N. 78/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 117/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 223/2022,

REF: AO CONTRATO Nº 015/2022, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2022/PMNO**. *CONTRATANTE:*** O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30. EMPRESA ***CONTRATADA*** **INOVALLY – INOVAÇÃO TECNOLOGICA LTDA NIRE Nº 35232866090, CNPJ Nº 07.523.075/0001-04**. ***OBJETO:*** **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE E PROGRAMA DE CONFORMIDADE E INTEGRIDADE PARA ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS E LEGISLAÇÕES VI-**

GENTES PREVISTAS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - LEI Nº 13.709 PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT. ***MOTIVO:*** O aditivo se refere a necessidade de aditar o contrato para alocação de mão de obra que se faz essencial para continuidade do projeto. Deste modo, surgiu a necessidade de aditar o contrato para contratação de uma pessoa capacitada alocada nas dependências da Prefeitura de Nova Olímpia. Com base nas considerações e apontamentos acima relatados, os estudos e cálculos apontaram um aditivo geral de acréscimo. ***VALOR:*** de reequilíbrio econômico financeiro deste aditivo é de R$ 65.031,80 (sessenta e cinco mil, trinta e um reais e oitenta centavos), e que representa um percentual de 17% de acréscimo sobre o total contratual. Fundamentado *Art 65. Inciso I alínea "a"* da Lei nº 8. 666/93. ***DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA*****:** 03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3. 90.39.00.00.0150000000. ***VIGÊNCIA***: 31/10/2022 Á 16/03/2022.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

AO CONTRATO Nº 053/2022, REFERENTE Á TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 006/2022/PMNO**, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2022/PMNO,**QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA **R.C. MARÇAL EIRELI LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 32. 806.659/0001-26.

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois no gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente termo de apostilamento, tendo como partes: de um lado **O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT** inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Av. Mato Grosso, N.º 175, centro, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **R.C. MARÇAL EIRELI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.806.659/0001-26, situada na Rua Osvaldo Pereira de Araújo, nº 833, Bairro: Jardim Rio Preto, no município de Tangará da Serra – MT, CEP: 78.300-000, neste ato representado pelo senhor Reni Coelho Marçal, brasileiro, portador da carteira de identidade RG Nº 04732103 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o Nº 352.553.401-97, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Pereira de Araújo, Nº 833 Setor S, Bairro: Jardim Ouro Preto, no município de Tangará da Serra-MT, CEP: 78. 300-000, Telefone (065) 99904-6450, email: marcalservice@hotmail.com, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o **Processo Administrativo nº 076/2022,** resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado doravante denominado simplesmente, de comum acordo, **Primeiro Termo de Apostilamento** oriundo ***Á TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 006/2022/PMNO***, mediante as seguintes cláusulas a seguir delineadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL APARECIDA PORTILHO BENTO DE AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT,

O presente Termo de Apostilamento tem por objetivo alterar a **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS**– Justificamos as considerações da ASSESSORIA CONTABIL MUNICIPAL, afim de subsidiar o andamento do processo licitatório acima citado, observando os dispositivos legais previstos no artigo 14 da lei 8666/63combinado com o artigo 80 da lei federal 4.320/64 emite o segundo parecer:

Há possibilidades de abertura de processo licitatório para aquisição pleiteada, tendo em vista que o orçamento aprovado para o exercício 2022(LEI MUNICIPAL 1146/2018) e sua a posteriores alterações legais, possuem dotações orçamentarias e respectivas fontes de destinação de recursos e recursos para atendimento das despesas publica com essa finalidade.

(X). Há recursos orçamentário para pagamento das obrigações conforme dotação constante nas solicitações em anexo.

12.365.0012.2064 MELHORAR /AMPLIAR ESTRUTURA FISICA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

05.050.0.2.12.361.0013.1024.4.4.90.51.00.00.15001001000 Obras e Instalações

Nova Olímpia - MT, 01 de novembro de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 007/2022

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 218/2022 de 31 de Agosto de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022**;

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS

ESF – RUBENS GONÇALVES (OURO VERDE I)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**FERNANDA DE SOUSA MEDEIROS**	**75**	**APROVADO**
2°	**DILMA FERREIRA DOS SANTOS**	**74**	**APROVADO**
3°	**NOE LEANDRO DA SILVA**	**73**	**APROVADO**
4º	CAMILA SILVA LOPES	72	Classificado
5º	MARIA DOS HUMILDES SANTOS COELHO	70	Classificado
6º	EDNA SOUZA DA SILVA	68	Classificado
7º	SAMIRE EVELYN MACEDO DA SILVA	67	Classificado
8º	THAIS GONÇALVES CARVALHO DE ALFENAS	65	Classificado
9º	LUANA FELIX DOS SANTOS	64	Classificado
10º	DJEVANE BARBOSA DO NASCIMENTO	64	Classificado

11º	DANIEL ESPINOSA CUNHA	63	Classificado
12º	THAISLLA KAROLINE APARECIDA DA SILVA	63	Classificado
13º	ADRIANA DA SILVA GOMES	62	Classificado
14º	DEBORA CRUZ DOS SANTOS	62	Classificado
15º	FRANCIELE CRISTINA DE LIMA	59	Classificado
16º	FABIANA KRIZIA MENDES DE OLIVEIRA	59	Classificado
17º	NATHALLY DAIANNY DE MAGALHAES VIEIRA	59	Classificado
18º	KAWANY FERNANDES DA SILVA	59	Classificado
19º	EMANUELLY ALVES BARRETO MEDRADO	58	Classificado
20º	JOCELIA SARAIVA DE SOUSA	56	Classificado
21º	EDNA SANTINA PEREIRA	54	Classificado
22º	WESLEY ALVES BATISTA	53	Classificado
23º	KETLLYN KELLY ALMEIDA DA CRUZ	50	Classificado
24º	ELISNAN RODRIGUES DO NASCIMENTO	50	Classificado
25º	KARLA FERNANDA BARRETOS PEREIRA T	50	Classificado
26º	JAKCILIANA PEREIRA SALVADOR BIZERRA	49	Classificado
27º	ADRIANA SOARES DE MORAES	49	Classificado
28º	LORENA LORRAINE NEVES DE ALMEIDA	49	Classificado
29º	ELAINE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	47	Classificado
30º	LORRAINE SILVA DA CRUZ	42	Classificado
31º	FLAVIA MARCELA BEZERRA DE MENDONÇA	42	Classificado
	RONE CARLOS DA GUIA DIAS	0	Não Compareceu
	BIANCA MATIAS DA SILVA	0	Não Compareceu
	ADRIANA RESENDE	0	Não Compareceu
	BÁRBARA GOMES AMORIM DA SILVA	0	Não Compareceu
	LUCIANA DE SOUZA SANTOS	0	Não Compareceu
	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA	0	Não Compareceu

ESF – JOSÉ BEZERRA DE LIMA (OURO VERDE II)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS JÚNIOR	77	Classificado
2º	ELISMARA RODRIGUES DO NASCIMENTO	77	Classificado
3º	EDNALVA OLIVEIRA DE ALMEIDA	72	Classificado
4º	VIVIANE AZARIAS DE OLIVEIRA.	65	Classificado
5º	LETICIA BRITO DE OLIVEIRA	63	Classificado
6º	JOCEANE DA SILVA	60	Classificado
7º	EWERTON ANDERSON FERREIRA DE LIMA	60	Classificado
8º	ELINIA MARIA DA SILVA	59	Classificado
9º	PAMELA RIOS DE SOUSA MACEDO	58	Classificado
10º	EDILAINE DE ALMEIDA LUIZ DE OLIVERIA	56	Classificado
11º	ADRIANA DO CARMO OLIVEIRA	54	Classificado
12º	SILVANA DAS DORES NETA	48	Classificado
13º	BRUNA VITÓRIA DA SILVA FERREIRA	48	Classificado
14º	LENI APARECIDA JORGE DOS SANTOS	46	Classificado
15º	MARIA DAS VITORIAS DA SILVA MARANHAO	46	Classificado
16º	DANIELA SANTOS DA SILVA	44	Classificado
17º	ADNAIR DE SOUZA FERREIRA	43	Classificado
18º	RAQUEL VIEIRA BENICIO	42	Classificado
19º	MARIA ELIZABETE DA SILVA SANTOS	42	Classificado
20º	CLEIDE ALVES GONÇALVES DO LINO	41	Classificado
21º	DIONE RUFINO PIRES	39	Classificado
22º	JOANA ALVES MARQUARDT	37	Classificado
23º	MARIA ROSINEIDE DO NASCIMENTO ALENCAR OLI	37	Classificado
24º	EDVANIA AZARIAS DA SILVA BRAGA	24	Classificado
	MARCIA ALENCAR SOUZA	0	Não Compareceu
	MARINALVA LUIZ DOS SANTOS	0	Não compareceu
	LAURA FERNANDA CAMPOS FRANCELINO	0	Não compareceu

ESF – MARIO MONTERO GALLARDO (SÃO JOÃO)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**DANIELA MENEZES DE LARA**	**80**	**APROVADO**
2°	**THAYS EMANUELLE GOMES MARIANO**	**79**	**APROVADO**
3º	**HELOÍSA RIBEIRO CAMPOS**	**78**	**APROVADO**
4º	ANA LUIZA DA SILVA LEMES	77	Classificado
5º	JANAINA TALITA OLIVERIA SANTOS	73	Classificado
6º	BRENDA CAROLINE DA SILVA	73	Classificado
7º	RAYANNE DANIELLA ESTEVAO FERREIRA	71	Classificado
8º	MARIA ZILDA DE SOUZA LIMA	70	Classificado
9º	NICOLAS CAVALCANTE ARNALDO DE ARRUDA	68	Classificado
10º	CLAUDETE FERREIRA DE SOUZA	68	Classificado
11º	LOLRRAYNE GABRIELLA DA SILVA BARROS	67	Classificado
12º	MARIA ROSÂNIA BARBOSA	67	Classificado
13º	JOANA MONTEIRO DA SILVA	66	Classificado
14º	NICOLE BARBOSA DA SILVA	66	Classificado
15º	MICHEL PEREIRA DA SILVA	63	Classificado
16º	DERLANI MUNIZ DE SOUZA	61	Classificado
17º	ADRIANE CARINE GOMES DA SILVA BARBOSA	61	Classificado

18º	DEJEANE GONÇALVES DE CARVALHO	61	Classificado
19º	SABRINA ANDRADE DE LIMA FELIX	60	Classificado
20º	GABRIELLY MARCENA PEREIRA	59	Classificado
21º	SHIRLEY CRISTIAN DIAS COSTA	59	Classificado
22º	WISLAYNE APARECIDA PEREIRA DA SILVA	58	Classificado
23º	JOCYLAINE ALVES FERNANDES DE OLIVEIRA	57	Classificado
24º	RAFAELLA DE PAULA CAMPOS	57	Classificado
25º	JOSÉ VINICIUS ARAÚJO DA SILVA	56	Classificado
26º	MARIA EDUARDA GONZALES DE ALMEIDA	56	Classificado
27º	GISLAINE JESUS SANTANA	54	Classificado
28º	LARISSA KAROLINY SOUZA SANTOS	54	Classificado
29º	TATIANE SABINO	53	Classificado
30º	ALLAN APARECIDO DOS SANTOS FERREIRA	53	Classificado
31º	MARLON RONDA RODRIGUES	53	Classificado
32º	VANESSA LEITE DOS SANTOS OLIVEIRA	53	Classificado
33º	EVA MONIQUE BUENO DA SILVA	52	Classificado
34º	ANAEL JOSE CARDOSO DE SOUZA	51	Classificado
35º	MAYARA MUNIZ DE GOES	51	Classificado
36º	JUCINETE MELONI DE SOUZA	51	Classificado
37º	WEDILA JANAINA MEDEIROS DE ALMEIDA	51	Classificado
38º	AMANDA CRISTINA AQUINO DA SILVA	51	Classificado
39º	THATIANY CAMARGO DE ALMEIDA	50	Classificado
40º	GEOVANIA SILVA DE JESUS	49	Classificado
41º	MARCIA FERREIRA DE OLIVEIRA	48	Classificado
42º	ALCILENE DA COSTA GONCALVES	48	Classificado
43º	DALYSON ÂNTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA	47	Classificado
44º	MARIA DE JESUS SANTOS	47	Classificado
45º	CLEONICE ROBERTO DE MELO	46	Classificado
46º	ROSINETE LEMES DE MORAIS DO NASCIMENTO	46	Classificado
47º	MIRIAN BORGES GUIMARÃES FERREIRA	44	Classificado
48º	GRACIENE FRANCISCA OLIVEIRA	42	Classificado
49º	DANELLY DOS SANTOS MARTINS	42	Classificado
50º	JANAINA APARECIDA DE ALMEIDA	40	Classificado
51º	GIRLANE DAS NEVES SILVA	38	Classificado
52º	MARILUCIA SCARIOT	35	Classificado
53º	NAILLY HAGATTA ALVES MARQUES	35	Classificado
54º	KETELYN LORRAINE OLIVEIRA DE SOUSA	30	Classificado
55º	POLIANA SILVA DA CRUZ	29	Classificado
56º	CLAUDIVANIA DE LIMA SILVA	26	Classificado
57º	CAMILA DANIELA CAVALCANTE DA SILVA	24	Classificado
	GERMANINE ARAÚJO DOS SANTOS	0	Não Compareceu
	THATIANY PRIETO CHIQUEZI SANTOS	0	Não Compareceu
	IGESINEIA COSTA DE LIMA	0	Não Compareceu
	LARRIANE SILVA DO NASCIMENTO	0	Não Compareceu
	YASMIM MARQUES ANASTACIO DOS SANTOS	0	Não Compareceu
	NATALIA KAROLINY DE ALMEIDA CAMILO	0	Não Compareceu
	MATHEUS DE OLIVEIRA SOUZA BRITO	0	Não Compareceu
	FILIPE DA SILVA	0	Não Compareceu
	EMILLY RODRIGUES FERREIRA REIS	0	Não Compareceu
	LUCICLEIA LIMA SILVA	0	Não Compareceu
	ALINE KELHULYN BUENO DOS SANTOS DE ALMEIDA	0	Não Compareceu
	WENDALA RAFAELA SANTOS DA SILVA	0	Não Compareceu

ESF – HORTÊNCIO BORGES (ITAMARATI)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**ERICKA REGINA DA ROCHA OLIVEIRA**	**82**	**APROVADO**
2º	**LENARA NASCIMENTO FERREIRA**	**79**	**APROVADO**
3º	**POLIANA NOVAES DA SILVA**	**72**	**APROVADO**
4º	**SIDINÉIA APARECIDA DE LIMA LIRA**	**71**	**APROVADO**
5º	DALTON MARCOS DA SILVA	71	Classificado
6º	ANDREYNA LIRA RODRIGUES DA SILVA	69	Classificado
7º	GIZELLI ROSSI GHISLERI	68	Classificado
8º	JULY ANDRY RODRIGUES DE ALENCAR SANTOS	68	Classificado
9º	DANIELE STEFANY CONCEIÇÃO DA SILVA PEREIRA	66	Classificado
10º	EDCEIA DA ROCHA PEREIRA VIANA	65	Classificado
11º	ANALICY TEIXEIRA FREITAS	65	Classificado
12º	ROBSON CAMARGO DE ALMEIDA	65	Classificado
13º	NAYARA SEVERO AGUILAR	65	Classificado
14º	ALINE DE OLIVEIRA	62	Classificado
15º	KELLY CLEOMARIA DE QUEIROZ	62	Classificado
16º	VIVIANE DE CARVALHO FERREIRA SOARES	62	Classificado
17º	KARINA MARQUES NASCIMENTO	59	Classificado
18º	DERLANI MUNIZ DE SOUZA	59	Classificado
19º	ALINE TAVARES DE FREITAS	57	Classificado
20º	LUANA MONYQUE SANTOS DE LIMA	57	Classificado
21º	WILLANE FELIX DA SILVA MENDES	56	Classificado

22º	MARIA NATALICIA ZUZA DOS SANTOS	54	Classificado
23º	GRASYELLE LUZIA DA SILVA SANTOS	52	Classificado
24º	JAMILY FLORES DA SILVA	51	Classificado
25º	ANA KELIS DA SILVA SANTOS	51	Classificado
26º	JOSIANE MARQUES DA SILVA GUIA	50	Classificado
27º	REGILAINE APARECIDA DA SILVA ARAÚJO	50	Classificado
28º	ROBERIA CONCEIÇÃO DA SILVA	49	Classificado
29º	DAIANE RODRIGUES DA SILVA	49	Classificado
30º	JAQUELINE HENRIQUE PEREIRA	48	Classificado
31º	ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS LIMA	48	Classificado
32º	KARINE CAEL SILVA SANTOS	48	Classificado
33º	MARIELE MOREIRA DE LIMA	48	Classificado
34º	WILLIANE DOS SANTOS PEREIRA	48	Classificado
35º	ALINIELLE DE LIMA	47	Classificado
36º	LETÍCIA MOREIRA DE LIMA	46	Classificado
37º	ALCIENE MARIA DOS SANTOS	43	Classificado
38º	MAURIA SOUZA ARAÚJO	42	Classificado
39º	GABRIELLY COSTA LIMA	42	Classificado
40º	SUZANA GONÇALVES DA SILVA	41	Classificado
41º	JESSICA FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS	40	Classificado
42º	JOSEFA CRISTIANE HONORATO DA SILVA	38	Classificado
43º	MARYSANDRA MARQUES DA SILVA GUIA	37	Classificado
44º	EDINEIDE CARNEIRO MELO	35	Classificado
45º	DAMILLY NICOLLY OLIVEIRA NEVES DA SILVA	34	Classificado
	DANIELE DARKS DA SILVA	0	Não Compareceu
	JACIENE MARIA DA SILVA AURELIANO	0	Não Compareceu

ESF – ROSELI GOMES DO NASCIMENTO (BOA ESPERANÇA)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**ANGÉLICA DA SILVA FERREIRA**	**85**	**APROVADO**
2º	LARISSA DE MELO SILVA	77	Classificado
3º	ERLAINE DE MOURA	69	Classificado
4º	LUCINEIA SOARES DA CRUZ	69	Classificado
5º	JAQUELINE MELLO BATISTA DAS VIRGENS	66	Classificado
6º	LAUREN GONÇALVES MATEUS	66	Classificado
7º	JHENNIFER ALVES MACIEL BONFIM	64	Classificado
8º	DIANY VASCONCELOS FARIAS	62	Classificado
9º	MIRIAM DA SILVA NASCIMENTO	61	Classificado
10º	MARIA ERICA PAULINO DA SILVA	61	Classificado
11º	JOESLEY BARBOSA DE LIMA	61	Classificado
12º	JOSE EDMILSON SANTOS JUNIOR	61	Classificado
13º	BRUNA LAYS SOARES TROVAO	61	Classificado
14º	THAIS DA SILVA LOPES	60	Classificado
15º	JANETE LEMES DE MORAES	60	Classificado
16º	SHEILA APARECIDA DE MORAES DE FREITAS	59	Classificado
17º	JOSEFA AUTIENE LUCIO DOS SANTOS	59	Classificado
18º	CAROLINE FERREIRA PENA	59	Classificado
19º	RHAYANNE MARIA SARAIVA	59	Classificado
20º	RIKELY BEZERRA DA SILVA	58	Classificado
21º	SYNTIA FABIELLA DA SILVA MARINHO	56	Classificado
22º	VERÔNICA SOARES BERNARDO	52	Classificado
23º	MARIA EDUARDA NASCIMENTO DE SANTANA	51	Classificado
24º	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	48	Classificado
25º	NARA GABRIELLY SOARES ORLANDO	47	Classificado
26º	MARIA TAISA GUIMARÃES DA SILVA	47	Classificado
27º	ANA MARIA GOMES DE SOUZA	47	Classificado
28º	ERICA TEODORO JOTA	47	Classificado
29º	EMANUELLY VALERIANA FERREIRA NERES	45	Classificado
30º	JOAO PEDRO SILVA SOUZA	45	Classificado
31º	FABIANE MELO BRITO DOS SANTOS	44	Classificado
32º	MARINES DOMINGOS DE ALENCAR	42	Classificado
33º	FLAVIA MARIA DA SILVA MORAIS	38	Classificado
34º	EDNA MONTEIRO DA SILVA	33	Classificado
35º	KENNIA ANABEL HILBERTO FERNANDES	32	Classificado
36º	MARIA AUREA DA SILVA	31	Classificado
	MARIA LUCIENE DA SILVA	0	Não Compareceu
	PEDRO AMÉRICO SCARIOT SILVA	0	Não Compareceu

ESF – EDILSON IVO DOS SANTOS (ZONA RURAL)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**JOSUE FERNANDES FRANCISCO DA SILVA**	**72**	**APROVADO**
2º	**ANA CRISTINA HONORATO DA SILVA**	**64**	**APROVADO**
3º	**JOCILENE MOREIRA GOMES**	**62**	**APROVADO**
4º	**SONIA DE PAULA GOMES**	**62**	**APROVADO**
5º	TATIANE DE SOUZA SILVA	60	Classificado
6º	LUZINETE HORTÊNCIO DE BARROS MATIAS	57	Classificado

7º	CÉLIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	53	Classificado
8º	MARIA JOSE MOREIRA GOMES	50	Classificado
9º	IVONETE DA COSTA DE LIMA	45	Classificado
10º	MAGDA GONÇALVES COELHO GAMA	39	Classificado
11º	GLEICIELLY SANTOS COSTA	37	Classificado
12º	HEVELLYN ALVES DA SILVA	30	Classificado
13º	PAULO HENRIQUE DAS NEVES CAVALCANTE	26	Classificado

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

POSIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1º	**ALYSSON DE CAMARGO BAERRETO MEDRADO**	**84**	**APROVADO**
2º	**CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR**	**77**	**APROVADO**
3º	**ALDILENE FERNANDA PEREIRA DE LIMA**	**75**	**APROVADO**
4º	**JOCIMAR BRAGA DOS SANTOS**	**75**	**APROVADO**
5º	MAXSUELLEN DE ALENCAR GOMES FERNANDES	72	Classificado
6º	SILVANA LIMA FERREIRA	72	Classificado
7º	LUCILEIA RODRIGUES MOURA	67	Classificado
8º	ARITANA EIDI DE FREITAS SOUZA	67	Classificado
9º	WANESSA MOREIRA DE LIMA	67	Classificado
10º	PRISCILA ZANINI	66	Classificado
11º	ELLEN THAÍSY DE CAMARGO BARRETO MEDRADO	65	Classificado
12º	LORANA DA SILVA ERMITA	64	Classificado
13º	LUCIMAR JOSÉ DO NASCIMENTO SILVA	63	Classificado
14º	GUSTAVO ANTÔNIO ALVES DA CUNHA	63	Classificado
15º	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	62	Classificado
16º	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	62	Classificado
17º	ANA KAROLINE GOMES MEDEIROS	62	Classificado
18º	STEFANY ALEXYAN DA SILVA SANTOS	62	Classificado
19º	BRUNA APARECIDA BAFIN SCOTTI	61	Classificado
20º	ALYSON EDUARDO SOUZA DIAS	60	Classificado
21º	CAYTON JUNIOR DA SILVA SANTOS	60	Classificado
22º	DAYANE FERREIRA DE OLIVEIRA	60	Classificado
23º	EDUARDO GABRIEL SILVA DOS SANTOS	60	Classificado
24º	LUNARA CRISTINA DOS SANTOS	60	Classificado
25º	MARIA ELENICE RODRIGUES DE BRITO VIEIRA	60	Classificado
26º	NATALIA SILVA DOS SANTOS	60	Classificado
27º	ROSINEIDE DOMINGOS DE ALENCAR	60	Classificado
28º	GABRIEL DAVI ZUZA BARBALHO	59	Classificado
29º	ISADORA FERREIRA RAMOS DE OLIVEIRA	59	Classificado
30º	ADRIANO DUTRA DE JESUS	58	Classificado
31º	CARLOS EDUARDO FONSECA DA SILVA	58	Classificado
32º	LUZIA KATHELIN ALENCAR DA SILVA	58	Classificado
33º	CLEIDE GONÇALVES	57	Classificado
34º	GUSTAVO GREGÓRIO COUTINHO	57	Classificado
35º	MARIANA VITORIA DE AZEVEDO FELIX	57	Classificado
36º	ROSÂNGELA SANTOS DE LIMA	57	Classificado
37º	CICERO ALVES DA SILVA	56	Classificado
38º	CLEONICE ALVES DOS SANTOS	56	Classificado
39º	DARLES CAYRES FERNANDES FILHO	56	Classificado
40º	JEFFERSON VIEIRA RODRIGUES SOUSA	56	Classificado
41º	JUAN CARLOS SCABORA DA SILVA	56	Classificado
42º	LUANA DE SOUSA VIEIRA	56	Classificado
43º	NAEDJA DA SILVA CORREIA	56	Classificado
44º	JUMARA HELENA LEMES DE MORAIS	55	Classificado
45º	SENIVAN SILVA DE ARAÚJO GOMES	55	Classificado
46º	EVANILZA RIBEIRO MACHADO	54	Classificado
47º	INGRIDDY DA SILVA FLORES	54	Classificado
48º	JULIANA DE SOUZA SILVA	54	Classificado
49º	MARIA QUITERIA LEITE DE AZEVEDO FELIX	54	Classificado
50º	ALEX DE JESUS ARAUJO	53	Classificado
51º	JESSICA MARIA DA SILVA	49	Classificado
52º	REGINA SOARES DE PAULA	49	Classificado
53º	DANIELLY GONÇALVES GOMES	48	Classificado
54º	JESSICA PEREIRA RODRIGUES	48	Classificado
55º	JULIANA FERREIRA	48	Classificado
56º	LUIS MARCELO ALVES DE PAULA	48	Classificado
57º	PATRÍCIA ARAÚJO SILVA GARCIA	48	Classificado
58º	RONILDA SEVERINA DE ALMEIDA	48	Classificado
59º	ALICE BOMFIM DA SILVA	46	Classificado
60º	AUZENÍ PEREIRA DA SILVA	46	Classificado
61º	JÉSSICA BRENDA NUNES BRANCO RICI	46	Classificado
62º	JOSE GOMES DE LIMA	46	Classificado
63º	MARIA VÂNIA DA SILVA NUNES	46	Classificado
64º	LEIDIANE SOARES DE FARIAS SOUZA	44	Classificado
65º	EDINA BRANDAO DOS SANTOS	42	Classificado

66º	LINDALVA CÍCERO DOS SANTOS	42	Classificado
67º	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	41	Classificado
68º	PATRÍCIA MOREIRA DE LIMA	41	Classificado
69º	VIVIANE DA SILVA CARVALHO	40	Classificado
70º	ANGELITA SANTOS DO NASCIMNETO	39	Classificado
71º	PAMELA CAMILA DOS SANTOS RIBEIRO	39	Classificado
72º	IZAILDA MARIA DOS SANTOS DIONIZIO	38	Classificado
73º	LUANA KARINA DOS SANTOS	37	Classificado
74º	MARIA DE FATIMA DA SILVA MARTINS	36	Classificado
75º	JOSEFA MARIA DA SILVA	35	Classificado
76º	SIRLEIDE LIMA DA SILVA	34	Classificado
77º	EDENILDA DOS SANTOS	30	Classificado
	BRUNA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	0	Não Compareceu
	CASSIA GONÇALVES MÜLLER	0	Não Compareceu
	JOSEFA CICERA DA SILVA	0	Não Compareceu
	LETICIA SILVA FERREIRA LIMA	0	Não Compareceu
	MARIA APARECIDA SORAIA FERREIRA	0	Não Compareceu
	MARILENE DA SILVA FORTUNATO	0	Não Compareceu
	MILLENA PEREIRA DOS SANTOS MORAIS	0	Não Compareceu

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT 31, de Outubro de 2022.

ROBSON DA SILVA OLIVEIRA

PRESIDENTE COMISSÃO EXAMINADORA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA OLIMPIA/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 006/2022

DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 218/2022 de 31 de Agosto de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022**;

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – PORTUGUÊS:

1	**2**	**3**	**4**	**5**
B	C	A	C	D

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – MATEMÁTICA:

6	**7**	**8**	**9**	**10**
B	**Anulada**	D	A	C

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – CONHECIMENTOS GERAIS:

11	**12**	**13**	**14**	**15**
Anulada	D	A	B	C

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – INFORMÁTICA:

16	**17**	**18**	**19**	**20**
D	A	C	C	B

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ACE:

21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	B	D	A	A	C	B	C	B	D	A	D	C	A	C	C	B	D	D	**Anulada**

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ACS:

21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	B	D	A	A	C	B	C	B	D	A	D	C	B	D	C	A	C	B	C

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 26 de Outubro de 2022.

ROBSON DA SILVA OLIVEIRA

PRESIDENTE COMISSÃO EXAMINADORA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2022/PMNO DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.099, PAGINA 146.

ONDE SE LE: **CONTRATADA:** EMPRESA **ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.319.010/0001-61**.**

LEIA-SE: **CONTRATADA:** EMPRESA **L2 INOVA-INOVAÇÃO TECNOLOGICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.523.075/0001-04**.**

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 005/2022

DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 218/2022 de 31 de Agosto de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022**;

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – PORTUGUÊS:

1	2	3	4	5
B	C	A	C	D

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – MATEMÁTICA:

6	7	8	9	10
B	D	D	A	C

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – CONHECIMENTOS GERAIS:

11	12	13	14	15
Anulada	D	A	B	C

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – INFORMÁTICA:

16	17	18	19	20
D	A	C	C	B

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ACE:

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	D	A	A	C	B	C	B	D	A	D	C	A	C	C	B	D	D	C

GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ACS:

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	D	A	A	C	B	C	B	D	A	D	C	B	D	C	A	C	B	C

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 23 de Outubro de 2022.

ROBSON DA SILVA OLIVEIRA

PRESIDENTE COMISSÃO EXAMINADORA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA OLIMPIA/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 007/2022

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022,** nomeada pela **Portaria nº 218/2022 de 31 de Agosto de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2022**;

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS

ESF – RUBENS GONÇALVES (OURO VERDE I)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**FERNANDA DE SOUSA MEDEIROS**	**75**	**APROVADO**
2°	**DILMA FERREIRA DOS SANTOS**	**74**	**APROVADO**
3°	**NOE LEANDRO DA SILVA**	**73**	**APROVADO**
4º	CAMILA SILVA LOPES	72	Classificado
5º	MARIA DOS HUMILDES SANTOS COELHO	70	Classificado
6º	EDNA SOUZA DA SILVA	68	Classificado
7º	SAMIRE EVELYN MACEDO DA SILVA	67	Classificado
8º	THAIS GONÇALVES CARVALHO DE ALFENAS	65	Classificado
9º	LUANA FELIX DOS SANTOS	64	Classificado
10º	DJEVANE BARBOSA DO NASCIMENTO	64	Classificado
11º	DANIEL ESPINOSA CUNHA	63	Classificado
12º	THAISLLA KAROLINE APARECIDA DA SILVA	63	Classificado
13º	ADRIANA DA SILVA GOMES	62	Classificado
14º	DEBORA CRUZ DOS SANTOS	62	Classificado
15º	FRANCIELE CRISTINA DE LIMA	59	Classificado
16º	FABIANA KRIZIA MENDES DE OLIVEIRA	59	Classificado
17º	NATHALLY DAIANNY DE MAGALHAES VIEIRA	59	Classificado
18º	KAWANY FERNANDES DA SILVA	59	Classificado
19º	EMANUELLY ALVES BARRETO MEDRADO	58	Classificado
20º	JOCELIA SARAIVA DE SOUSA	56	Classificado
21º	EDNA SANTINA PEREIRA	54	Classificado
22º	WESLEY ALVES BATISTA	53	Classificado
23º	KETLLYN KELLY ALMEIDA DA CRUZ	50	Classificado
24º	ELISNAN RODRIGUES DO NASCIMENTO	50	Classificado
25º	KARLA FERNANDA BARRETOS PEREIRA T	50	Classificado
26º	JAKCILIANA PEREIRA SALVADOR BIZERRA	49	Classificado
27º	ADRIANA SOARES DE MORAES	49	Classificado
28º	LORENA LORRAINE NEVES DE ALMEIDA	49	Classificado
29º	ELAINE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	47	Classificado
30º	LORRAINE SILVA DA CRUZ	42	Classificado
31º	FLAVIA MARCELA BEZERRA DE MENDONÇA	42	Classificado
	RONE CARLOS DA GUIA DIAS	0	Não Compareceu
	BIANCA MATIAS DA SILVA	0	Não Compareceu
	ADRIANA RESENDE	0	Não Compareceu
	BÁRBARA GOMES AMORIM DA SILVA	0	Não Compareceu
	LUCIANA DE SOUZA SANTOS	0	Não Compareceu
	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA	0	Não Compareceu

ESF – JOSÉ BEZERRA DE LIMA (OURO VERDE II)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS JÚNIOR	77	Classificado
2º	ELISMARA RODRIGUES DO NASCIMENTO	77	Classificado
3º	EDNALVA OLIVEIRA DE ALMEIDA	72	Classificado
4º	VIVIANE AZARIAS DE OLIVEIRA.	65	Classificado
5º	LETICIA BRITO DE OLIVEIRA	63	Classificado
6º	JOCEANE DA SILVA	60	Classificado
7º	EWERTON ANDERSON FERREIRA DE LIMA	60	Classificado
8º	ELINIA MARIA DA SILVA	59	Classificado
9º	PAMELA RIOS DE SOUSA MACEDO	58	Classificado
10º	EDILAINE DE ALMEIDA LUIZ DE OLIVERIA	56	Classificado
11º	ADRIANA DO CARMO OLIVEIRA	54	Classificado
12º	SILVANA DAS DORES NETA	48	Classificado
13º	BRUNA VITÓRIA DA SILVA FERREIRA	48	Classificado
14º	LENI APARECIDA JORGE DOS SANTOS	46	Classificado
15º	MARIA DAS VITORIAS DA SILVA MARANHAO	46	Classificado
16º	DANIELA SANTOS DA SILVA	44	Classificado
17º	ADNAIR DE SOUZA FERREIRA	43	Classificado
18º	RAQUEL VIEIRA BENICIO	42	Classificado
19º	MARIA ELIZABETE DA SILVA SANTOS	42	Classificado
20º	CLEIDE ALVES GONÇALVES DO LINO	41	Classificado
21º	DIONE RUFINO PIRES	39	Classificado
22º	JOANA ALVES MARQUARDT	37	Classificado
23º	MARIA ROSINEIDE DO NASCIMENTO ALENCAR OLI	37	Classificado

24º	EDVANIA AZARIAS DA SILVA BRAGA	24	Classificado
	MARCIA ALENCAR SOUZA	0	Não Compareceu
	MARINALVA LUIZ DOS SANTOS	0	Não compareceu
	LAURA FERNANDA CAMPOS FRANCELINO	0	Não compareceu

ESF – MARIO MONTERO GALLARDO (SÃO JOÃO)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**DANIELA MENEZES DE LARA**	**80**	**APROVADO**
2º	**THAYS EMANUELLE GOMES MARIANO**	**79**	**APROVADO**
3º	**HELOÍSA RIBEIRO CAMPOS**	**78**	**APROVADO**
4º	ANA LUIZA DA SILVA LEMES	77	Classificado
5º	JANAINA TALITA OLIVERIA SANTOS	73	Classificado
6º	BRENDA CAROLINE DA SILVA	73	Classificado
7º	RAYANNE DANIELLA ESTEVAO FERREIRA	71	Classificado
8º	MARIA ZILDA DE SOUZA LIMA	70	Classificado
9º	NICOLAS CAVALCANTE ARNALDO DE ARRUDA	68	Classificado
10º	CLAUDETE FERREIRA DE SOUZA	68	Classificado
11º	LOLRRAYNE GABRIELLA DA SILVA BARROS	67	Classificado
12º	MARIA ROSÂNIA BARBOSA	67	Classificado
13º	JOANA MONTEIRO DA SILVA	66	Classificado
14º	NICOLE BARBOSA DA SILVA	66	Classificado
15º	MICHEL PEREIRA DA SILVA	63	Classificado
16º	DERLANI MUNIZ DE SOUZA	61	Classificado
17º	ADRIANE CARINE GOMES DA SILVA BARBOSA	61	Classificado
18º	DEJEANE GONÇALVES DE CARVALHO	61	Classificado
19º	SABRINA ANDRADE DE LIMA FELIX	60	Classificado
20º	GABRIELLY MARCENA PEREIRA	59	Classificado
21º	SHIRLEY CRISTIAN DIAS COSTA	59	Classificado
22º	WISLAYNE APARECIDA PEREIRA DA SILVA	58	Classificado
23º	JOCYLAINE ALVES FERNANDES DE OLIVEIRA	57	Classificado
24º	RAFAELLA DE PAULA CAMPOS	57	Classificado
25º	JOSÉ VINICIUS ARAÚJO DA SILVA	56	Classificado
26º	MARIA EDUARDA GONZALES DE ALMEIDA	56	Classificado
27º	GISLAINE JESUS SANTANA	54	Classificado
28º	LARISSA KAROLINY SOUZA SANTOS	54	Classificado
29º	TATIANE SABINO	53	Classificado
30º	ALLAN APARECIDO DOS SANTOS FERREIRA	53	Classificado
31º	MARLON RONDA RODRIGUES	53	Classificado
32º	VANESSA LEITE DOS SANTOS OLIVEIRA	53	Classificado
33º	EVA MONIQUE BUENO DA SILVA	52	Classificado
34º	ANAEL JOSE CARDOSO DE SOUZA	51	Classificado
35º	MAYARA MUNIZ DE GOES	51	Classificado
36º	JUCINETE MELONI DE SOUZA	51	Classificado
37º	WEDILA JANAINA MEDEIROS DE ALMEIDA	51	Classificado
38º	AMANDA CRISTINA AQUINO DA SILVA	51	Classificado
39º	THATIANY CAMARGO DE ALMEIDA	50	Classificado
40º	GEOVANIA SILVA DE JESUS	49	Classificado
41º	MARCIA FERREIRA DE OLIVEIRA	48	Classificado
42º	ALCILENE DA COSTA GONCALVES	48	Classificado
43º	DALYSON ÂNTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA	47	Classificado
44º	MARIA DE JESUS SANTOS	47	Classificado
45º	CLEONICE ROBERTO DE MELO	46	Classificado
46º	ROSINETE LEMES DE MORAIS DO NASCIMENTO	46	Classificado
47º	MIRIAN BORGES GUIMARÃES FERREIRA	44	Classificado
48º	GRACIENE FRANCISCA OLIVEIRA	42	Classificado
49º	DANELLY DOS SANTOS MARTINS	42	Classificado
50º	JANAINA APARECIDA DE ALMEIDA	40	Classificado
51º	GIRLANE DAS NEVES SILVA	38	Classificado
52º	MARILUCIA SCARIOT	35	Classificado
53º	NAILLY HAGATTA ALVES MARQUES	35	Classificado
54º	KETELYN LORRAINE OLIVEIRA DE SOUSA	30	Classificado
55º	POLIANA SILVA DA CRUZ	29	Classificado
56º	CLAUDIVANIA DE LIMA SILVA	26	Classificado
57º	CAMILA DANIELA CAVALCANTE DA SILVA	24	Classificado
	GERMANINE ARAÚJO DOS SANTOS	0	Não Compareceu
	THATIANY PRIETO CHIQUEZI SANTOS	0	Não Compareceu
	IGESINEIA COSTA DE LIMA	0	Não Compareceu
	LARRIANE SILVA DO NASCIMENTO	0	Não Compareceu
	YASMIM MARQUES ANASTACIO DOS SANTOS	0	Não Compareceu
	NATALIA KAROLINY DE ALMEIDA CAMILO	0	Não Compareceu
	MATHEUS DE OLIVEIRA SOUZA BRITO	0	Não Compareceu
	FILIPE DA SILVA	0	Não Compareceu
	EMILLY RODRIGUES FERREIRA REIS	0	Não Compareceu
	LUCICLEIA LIMA SILVA	0	Não Compareceu
	ALINE KELHULYN BUENO DOS SANTOS DE ALMEIDA	0	Não Compareceu
	WENDALA RAFAELA SANTOS DA SILVA	0	Não Compareceu

ESF – HORTÊNCIO BORGES (ITAMARATI)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**ERICKA REGINA DA ROCHA OLIVEIRA**	**82**	**APROVADO**
2º	**LENARA NASCIMENTO FERREIRA**	**79**	**APROVADO**
3º	**POLIANA NOVAES DA SILVA**	**72**	**APROVADO**
4º	**SIDINÉIA APARECIDA DE LIMA LIRA**	**71**	**APROVADO**
5º	DALTON MARCOS DA SILVA	71	Classificado
6º	ANDREYNA LIRA RODRIGUES DA SILVA	69	Classificado
7º	GIZELLI ROSSI GHISLERI	68	Classificado
8º	JULY ANDRY RODRIGUES DE ALENCAR SANTOS	68	Classificado
9º	DANIELE STEFANY CONCEIÇÃO DA SILVA PEREIRA	66	Classificado
10º	EDCEIA DA ROCHA PEREIRA VIANA	65	Classificado
11º	ANALICY TEIXEIRA FREITAS	65	Classificado
12º	ROBSON CAMARGO DE ALMEIDA	65	Classificado
13º	NAYARA SEVERO AGUILAR	65	Classificado
14º	ALINE DE OLIVEIRA	62	Classificado
15º	KELLY CLEOMARIA DE QUEIROZ	62	Classificado
16º	VIVIANE DE CARVALHO FERREIRA SOARES	62	Classificado
17º	KARINA MARQUES NASCIMENTO	59	Classificado
18º	DERLANI MUNIZ DE SOUZA	59	Classificado
19º	ALINE TAVARES DE FREITAS	57	Classificado
20º	LUANA MONYQUE SANTOS DE LIMA	57	Classificado
21º	WILLANE FELIX DA SILVA MENDES	56	Classificado
22º	MARIA NATALICIA ZUZA DOS SANTOS	54	Classificado
23º	GRASYELLE LUZIA DA SILVA SANTOS	52	Classificado
24º	JAMILY FLORES DA SILVA	51	Classificado
25º	ANA KELIS DA SILVA SANTOS	51	Classificado
26º	JOSIANE MARQUES DA SILVA GUIA	50	Classificado
27º	REGILAINE APARECIDA DA SILVA ARAÚJO	50	Classificado
28º	ROBERIA CONCEIÇÃO DA SILVA	49	Classificado
29º	DAIANE RODRIGUES DA SILVA	49	Classificado
30º	JAQUELINE HENRIQUE PEREIRA	48	Classificado
31º	ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS LIMA	48	Classificado
32º	KARINE CAEL SILVA SANTOS	48	Classificado
33º	MARIELE MOREIRA DE LIMA	48	Classificado
34º	WILLIANE DOS SANTOS PEREIRA	48	Classificado
35º	ALINIELLE DE LIMA	47	Classificado
36º	LETÍCIA MOREIRA DE LIMA	46	Classificado
37º	ALCIENE MARIA DOS SANTOS	43	Classificado
38º	MAURIA SOUZA ARAÚJO	42	Classificado
39º	GABRIELLY COSTA LIMA	42	Classificado
40º	SUZANA GONÇALVES DA SILVA	41	Classificado
41º	JESSICA FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS	40	Classificado
42º	JOSEFA CRISTIANE HONORATO DA SILVA	38	Classificado
43º	MARYSANDRA MARQUES DA SILVA GUIA	37	Classificado
44º	EDINEIDE CARNEIRO MELO	35	Classificado
45º	DAMILLY NICOLLY OLIVEIRA NEVES DA SILVA	34	Classificado
	DANIELE DARKS DA SILVA	0	Não Compareceu
	JACIENE MARIA DA SILVA AURELIANO	0	Não Compareceu

ESF – ROSELI GOMES DO NASCIMENTO (BOA ESPERANÇA)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**ANGÉLICA DA SILVA FERREIRA**	**85**	**APROVADO**
2º	LARISSA DE MELO SILVA	77	Classificado
3º	ERLAINE DE MOURA	69	Classificado
4º	LUCINEIA SOARES DA CRUZ	69	Classificado
5º	JAQUELINE MELLO BATISTA DAS VIRGENS	66	Classificado
6º	LAUREN GONÇALVES MATEUS	66	Classificado
7º	JHENNIFER ALVES MACIEL BONFIM	64	Classificado
8º	DIANY VASCONCELOS FARIAS	62	Classificado
9º	MIRIAM DA SILVA NASCIMENTO	61	Classificado
10º	MARIA ERICA PAULINO DA SILVA	61	Classificado
11º	JOESLEY BARBOSA DE LIMA	61	Classificado
12º	JOSE EDMILSON SANTOS JUNIOR	61	Classificado
13º	BRUNA LAYS SOARES TROVAO	61	Classificado
14º	THAIS DA SILVA LOPES	60	Classificado
15º	JANETE LEMES DE MORAES	60	Classificado
16º	SHEILA APARECIDA DE MORAES DE FREITAS	59	Classificado
17º	JOSEFA AUTIENE LUCIO DOS SANTOS	59	Classificado
18º	CAROLINE FERREIRA PENA	59	Classificado
19º	RHAYANNE MARIA SARAIVA	59	Classificado
20º	RIKELY BEZERRA DA SILVA	58	Classificado
21º	SYNTIA FABIELLA DA SILVA MARINHO	56	Classificado
22º	VERÔNICA SOARES BERNARDO	52	Classificado
23º	MARIA EDUARDA NASCIMENTO DE SANTANA	51	Classificado
24º	TATIANE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	48	Classificado

25º	NARA GABRIELLY SOARES ORLANDO	47	Classificado
26º	MARIA TAISA GUIMARÃES DA SILVA	47	Classificado
27º	ANA MARIA GOMES DE SOUZA	47	Classificado
28º	ERICA TEODORO JOTA	47	Classificado
29º	EMANUELLY VALERIANA FERREIRA NERES	45	Classificado
30º	JOAO PEDRO SILVA SOUZA	45	Classificado
31º	FABIANE MELO BRITO DOS SANTOS	44	Classificado
32º	MARINES DOMINGOS DE ALENCAR	42	Classificado
33º	FLAVIA MARIA DA SILVA MORAIS	38	Classificado
34º	EDNA MONTEIRO DA SILVA	33	Classificado
35º	KENNIA ANABEL HILBERTO FERNANDES	32	Classificado
36º	MARIA AUREA DA SILVA	31	Classificado
	MARIA LUCIENE DA SILVA	0	Não Compareceu
	PEDRO AMÉRICO SCARIOT SILVA	0	Não Compareceu

ESF – EDILSON IVO DOS SANTOS (ZONA RURAL)			
POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**JOSUE FERNANDES FRANCISCO DA SILVA**	**72**	**APROVADO**
2º	**ANA CRISTINA HONORATO DA SILVA**	**64**	**APROVADO**
3º	**JOCILENE MOREIRA GOMES**	**62**	**APROVADO**
4º	**SONIA DE PAULA GOMES**	**62**	**APROVADO**
5º	TATIANE DE SOUZA SILVA	60	Classificado
6º	LUZINETE HORTÊNCIO DE BARROS MATIAS	57	Classificado
7º	CÉLIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	53	Classificado
8º	MARIA JOSE MOREIRA GOMES	50	Classificado
9º	IVONETE DA COSTA DE LIMA	45	Classificado
10º	MAGDA GONÇALVES COELHO GAMA	39	Classificado
11º	GLEICIELLY SANTOS COSTA	37	Classificado
12º	HEVELLYN ALVES DA SILVA	30	Classificado
13º	PAULO HENRIQUE DAS NEVES CAVALCANTE	26	Classificado

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – ACE

POSIÇÃO	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1º	**ALYSSON DE CAMARGO BAERRETO MEDRADO**	**84**	**APROVADO**
2º	**CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR**	**77**	**APROVADO**
3º	**ALDILENE FERNANDA PEREIRA DE LIMA**	**75**	**APROVADO**
4º	**JOCIMAR BRAGA DOS SANTOS**	**75**	**APROVADO**
5º	MAXSUELLEN DE ALENCAR GOMES FERNANDES	72	Classificado
6º	SILVANA LIMA FERREIRA	72	Classificado
7º	LUCILEIA RODRIGUES MOURA	67	Classificado
8º	ARITANA EIDI DE FREITAS SOUZA	67	Classificado
9º	WANESSA MOREIRA DE LIMA	67	Classificado
10º	PRISCILA ZANINI	66	Classificado
11º	ELLEN THAÍSY DE CAMARGO BARRETO MEDRADO	65	Classificado
12º	LORANA DA SILVA ERMITA	64	Classificado
13º	LUCIMAR JOSÉ DO NASCIMENTO SILVA	63	Classificado
14º	GUSTAVO ANTÔNIO ALVES DA CUNHA	63	Classificado
15º	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	62	Classificado
16º	ELAINE GRACIELY ZANATA DE OLIVEIRA	62	Classificado
17º	ANA KAROLINE GOMES MEDEIROS	62	Classificado
18º	STEFANY ALEXYAN DA SILVA SANTOS	62	Classificado
19º	BRUNA APARECIDA BAFIN SCOTTI	61	Classificado
20º	ALYSON EDUARDO SOUZA DIAS	60	Classificado
21º	CAYTON JUNIOR DA SILVA SANTOS	60	Classificado
22º	DAYANE FERREIRA DE OLIVEIRA	60	Classificado
23º	EDUARDO GABRIEL SILVA DOS SANTOS	60	Classificado
24º	LUNARA CRISTINA DOS SANTOS	60	Classificado
25º	MARIA ELENICE RODRIGUES DE BRITO VIEIRA	60	Classificado
26º	NATALIA SILVA DOS SANTOS	60	Classificado
27º	ROSINEIDE DOMINGOS DE ALENCAR	60	Classificado
28º	GABRIEL DAVI ZUZA BARBALHO	59	Classificado
29º	ISADORA FERREIRA RAMOS DE OLIVEIRA	59	Classificado
30º	ADRIANO DUTRA DE JESUS	58	Classificado
31º	CARLOS EDUARDO FONSECA DA SILVA	58	Classificado
32º	LUZIA KATHELIN ALENCAR DA SILVA	58	Classificado
33º	CLEIDE GONÇALVES	57	Classificado
34º	GUSTAVO GREGÓRIO COUTINHO	57	Classificado
35º	MARIANA VITORIA DE AZEVEDO FELIX	57	Classificado
36º	ROSÂNGELA SANTOS DE LIMA	57	Classificado
37º	CICERO ALVES DA SILVA	56	Classificado
38º	CLEONICE ALVES DOS SANTOS	56	Classificado
39º	DARLES CAYRES FERNANDES FILHO	56	Classificado
40º	JEFFERSON VIEIRA RODRIGUES SOUSA	56	Classificado
41º	JUAN CARLOS SCABORA DA SILVA	56	Classificado
42º	LUANA DE SOUSA VIEIRA	56	Classificado

43º	NAEDJA DA SILVA CORREIA	56	Classificado
44º	JUMARA HELENA LEMES DE MORAIS	55	Classificado
45º	SENIVAN SILVA DE ARAÚJO GOMES	55	Classificado
46º	EVANILZA RIBEIRO MACHADO	54	Classificado
47º	INGRIDDY DA SILVA FLORES	54	Classificado
48º	JULIANA DE SOUZA SILVA	54	Classificado
49º	MARIA QUITERIA LEITE DE AZEVEDO FELIX	54	Classificado
50º	ALEX DE JESUS ARAUJO	53	Classificado
51º	JESSICA MARIA DA SILVA	49	Classificado
52º	REGINA SOARES DE PAULA	49	Classificado
53º	DANIELLY GONÇALVES GOMES	48	Classificado
54º	JESSICA PEREIRA RODRIGUES	48	Classificado
55º	JULIANA FERREIRA	48	Classificado
56º	LUIS MARCELO ALVES DE PAULA	48	Classificado
57º	PATRÍCIA ARAÚJO SILVA GARCIA	48	Classificado
58º	RONILDA SEVERINA DE ALMEIDA	48	Classificado
59º	ALICE BOMFIM DA SILVA	46	Classificado
60º	AUZENÍ PEREIRA DA SILVA	46	Classificado
61º	JÉSSICA BRENDA NUNES BRANCO RICI	46	Classificado
62º	JOSE GOMES DE LIMA	46	Classificado
63º	MARIA VÂNIA DA SILVA NUNES	46	Classificado
64º	LEIDIANE SOARES DE FARIAS SOUZA	44	Classificado
65º	EDINA BRANDAO DOS SANTOS	42	Classificado
66º	LINDALVA CÍCERO DOS SANTOS	42	Classificado
67º	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	41	Classificado
68º	PATRÍCIA MOREIRA DE LIMA	41	Classificado
69º	VIVIANE DA SILVA CARVALHO	40	Classificado
70º	ANGELITA SANTOS DO NASCIMNETO	39	Classificado
71º	PAMELA CAMILA DOS SANTOS RIBEIRO	39	Classificado
72º	IZAILDA MARIA DOS SANTOS DIONIZIO	38	Classificado
73º	LUANA KARINA DOS SANTOS	37	Classificado
74º	MARIA DE FATIMA DA SILVA MARTINS	36	Classificado
75º	JOSEFA MARIA DA SILVA	35	Classificado
76º	SIRLEIDE LIMA DA SILVA	34	Classificado
77º	EDENILDA DOS SANTOS	30	Classificado
	BRUNA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	0	Não Compareceu
	CASSIA GONÇALVES MÜLLER	0	Não Compareceu
	JOSEFA CICERA DA SILVA	0	Não Compareceu
	LETICIA SILVA FERREIRA LIMA	0	Não Compareceu
	MARIA APARECIDA SORAIA FERREIRA	0	Não Compareceu
	MARILENE DA SILVA FORTUNATO	0	Não Compareceu
	MILLENA PEREIRA DOS SANTOS MORAIS	0	Não Compareceu

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT 31, de Outubro de 2022.

ROBSON DA SILVA OLIVEIRA

PRESIDENTE COMISSÃO EXAMINADORA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA OLIMPIA/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 575/2022

PORTARIA Nº. 575/2022

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2022

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. EXONERAR a pedido, a Sra. **STEPHANE VASCONCELOS LEANDRO,** portadora da Cédula de Identidade RG n°.6832613 SSP/SP e CPF nº. 016.842.022-80, do cargo em Comissão de **ASSESSORA TÉCNICA EM PSICULTURA,** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de novembro de 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 067/2022

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **MEDMAX2022 MEDICINA E CONSULTORIA DO TRABAHO LTDA,** inscrito no **CNPJ n. º**

48.009.365/0001-03. O presente contrato tem por objeto a **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PLANTÕES DOS PROFISSIONAIS E, SUAS ESPECIALIDADES, ENFERMEIRO, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, TÉCNICO DE LABORATÓRIO, TÉCNICO DE RIO-X, TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO, TÉCNICO DE SAÚDE INTEGRATIVA TERAPÊUTICA, AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR, PEDAGOGO (CAPSI), COM VISTAS À COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SAÚDE.** Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato é de R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022

RECURSO: IMPUGNAÇÃO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO 002/2022, DA NOVA XAVANTINA-MT.

Diante da interposição de recurso contra o Edital de Abertura de Concurso Público nº 002/2022, passamos a responder o item abaixo relacionado:

Do(s) Recurso(s):

1. CONTRA O CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022 (DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS):

Conteúdo do recurso:

*"(...) subitem 9.1. As provas objetivas serão realizadas no dia **08/01/2023** (...)"*

*"**Neste mesmo dia, estará ocorrendo a aplicação da prova prática do Processo Seletivo – 001/2022**- Município de Nova Xavantina (https://novaxavantina.selecao.net.br/informacoes/1...). Portanto, acho oportuno que a data de aplicação deste concurso seja alterada." **(Grifamos)***

Da Resposta ao Recurso:

1. RECURSO DEFERIDO: Devido à coincidência do dia definido em cronogramas para a realização tanto da prova prática do Processo Seletivo Público nº 001/2022 da Prefeitura de Nova Xavantina quanto das provas escritas do Concurso Público do Município de Nova Xavantina nº 002/2022, cuja data seria 08/01/2023, fica estabelecido que a data de realização das provas escritas do Concurso Público nº 002/2022 será alterada para o dia **15/01/2023**, conforme Edital Complementar 001, a fim de não causar eventuais prejuízos entre candidatos participantes dos referidos Certames.

Diante do exposto, deferimos o presente recurso para alteração de data.

Fonte:

https://novaxavantina.selecao.net.br/informacoes/1...

LICITAÇÃO
1º TERMO APOSTILAMENTO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N°. 067/2.022

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a *empresa* **MEDMAX2022 MEDICINA E CONSULTORIA DO TRABALHO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 48.009.365/0001-03, resolvem celebrar primeiro termo apostilamento de supressão de valor ao contrato nº 067/2022, Baseia-se este Credenciamento nas condições previstas neste Edital e art.197 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde de nº 8. 080/1990, Lei Federal nº 8666/93 c/c a Lei Municipal de nº 2.394/2022 e as alterações posteriores realizadas pela Lei nº 2.456 de 28 de setembro de 2022. Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 6.1 da Cláusula Sexta, que passa a ter a seguinte redação: **6.1.** O CONTRATANTE pagará ao (à) CONTRATADO (A) de acordo com o quantitativo de serviços prestados, conforme faturamento aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e valores definidos pelo Conselho Municipal de Saúde, previstos no Edital de Credenciamento nº 001/2.022, **estimando-se o valor mensal de** R$ 81.250,00 (oitenta e um mil e duzentos e cinquenta reais), **perfazendo o valor total estimado de** R$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais), para efeito de empenho.

JOÃO MAHADO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 - CONCURSO PUBLICO Nº 002/2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

RETIFICA O EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Senhora **Bruna Carolina Borges Soares**, Presidente da **Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público nº 002/2022**, nomeada pela **Portaria nº 1537, de 23 de setembro de 2022**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Concurso Público nº 002/2022, torna público o que segue:

1. Retifica o **subitem 3.1.** do Edital de Abertura, quanto ao cronograma do Concurso Público, conforme a seguir:

Onde se lê:

Data da realização das provas objetivas e práticas dissertativas	**08/01/2023**
Publicação dos gabaritos preliminares de provas objetivas	Até as 16h00 do dia 09/01/2023
Recurso dos gabaritos preliminares de provas objetivas	10/01/2023 e 11/01/2023
Publicação da Lista de Classificados para 2ª etapa (para entrega de títulos, realização de prova prática e correção de prova prática dissertativa); Divulgação de julgamento de recursos de provas objetivas e gabaritos definitivos	Até o dia 30/01/2023
Prazo de recursos contra Lista de Classificados para 2ª etapa	31/01/2023 e 01/02/2023
Lista de Classificados definitiva para 2ª etapa e Resultado do julgamento de recursos	Até o dia 03/02/2023
Prazo para entrega de títulos	De 07/02/2023 a 09/02/2023

[...]	
Publicação do resultado preliminar das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas, padrão de resposta de provas práticas dissertativas, e pontuação de títulos	Até o dia 03/03/2023
Prazo de Recursos contra o Resultado Preliminar das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas e pontuação de títulos	06/03/2023 e 07/03/2023

Leia-se:

Data da realização das provas objetivas e práticas dissertativas	**15/01/2023**
Publicação dos gabaritos preliminares de provas objetivas	Até as 16h00 do dia 16/01/2023
Recurso dos gabaritos preliminares de provas objetivas	17/01/2023 e 18/01/2023
Publicação da Lista de Classificados para 2ª etapa (para entrega de títulos, realização de prova prática e correção de prova prática dissertativa); Divulgação de julgamento de recursos de provas objetivas e gabaritos definitivos	Até o dia 01/02/2023
Prazo de recursos contra Lista de Classificados para 2ª etapa	02/02/2023 e 03/02/2023
Lista de Classificados definitiva para 2ª etapa e Resultado do julgamento de recursos	Até o dia 08/02/2023
Prazo para entrega de títulos	De 14/02/2023 a 16/02/2023
[...]	
Publicação do resultado preliminar das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas, padrão de resposta de provas práticas dissertativas, e pontuação de títulos	Até o dia 06/03/2023
Prazo de Recursos contra o Resultado Preliminar das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas e pontuação de títulos	07/03/2023 e 08/03/2023

2. Retifica o **subitem 9.1. do Edital de Abertura**, **quanto à data de realização das provas**, conforme a seguir:

Onde se lê:

9.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 08/01/2023, a partir das 07h00, **HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO**, constituindo-se de questões objetivas com quatro alternativas, sendo que somente uma terá a resposta correta, com tempo de duração de **4 (quatro**) horas ininterruptas.

Leia-se:

9.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 15/01/2023, a partir das 07h00, **HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO**, constituindo-se de questões objetivas com quatro alternativas, sendo que somente uma terá a resposta correta, com tempo de duração de **4 (quatro**) horas ininterruptas.

3. Retifica o **Anexo V do Edital de Abertura**, quanto às atribuições do cargo **09-Assistente Administrativo-Câmara**,conforme a seguir:

Onde se lê:

09-Assistente Administrativo-Câmara:Síntese das atividades: Receber e remessar correspondências e documentos; Cotação e Compras; Emitir requisições e empenhos; Emitir notas fiscais; Preparar e encaminhar documentos e correspondências oficiais internas e externas; Atender o público e esclarecer dúvidas sobre as funções pertinentes independentes do meio de comunicação quando solicitado; Manter organizados arquivos, almoxarifados e cadastros; Alimentar os sistemas e programas correspondentes ao setor de lotação; operar sistemas de informática e office, digitação e digitalização; Instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais; Prestação de contas e elaboração da folha de pagamento; Elaborar juntamente com o chefe imediato o plano de trabalho estratégico; Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações; Operar máquinas de fotocópia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho; Auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; Redigir Projetos de Lei, Justificativas, Regulamentos, Contratos e outros atos de natureza administrativa, bem como Decretos, Resoluções e demais atos de natureza legislativa encaminhados pelo Presidente ou pelo Corpo Legislativo; E outras atividades afins.

Leia-se:

09-Assistente Administrativo-Câmara:Síntese das atividades: Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e munícipes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Transcrever atas das sessões e registrar documentos oficiais; Receber e remessar correspondências e documentos; Cotação e Compras; Emitir requisições e empenhos; Emitir notas fiscais; Preparar e encaminhar documentos e correspondências oficiais internas e externas; Atender o público e esclarecer dúvidas sobre as funções pertinentes independentes do meio de comunicação quando solicitado; Manter organizados arquivos, almoxarifados e cadastros; Alimentar os sistemas e programas correspondentes ao setor de lotação; operar sistemas de informática e office, digitação e digitalização; Instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais; Prestação de contas e elaboração da folha de pagamento; Elaborar juntamente com o chefe imediato o plano de trabalho estratégico; Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações; Operar máquinas de fotocópia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho; Auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; Redigir Projetos de Lei, Justificativas, Regulamentos, Contratos e outros atos de natureza administrativa, bem como Decretos, Resoluções e demais atos de natureza legislativa encaminhados pelo Presidente ou pelo Corpo Legislativo; E outras atividades afins.

4. Fica divulgado o **Resultado de Impugnação** contra o **Edital de Abertura do Concurso Público nº 002/2022**, conforme **Anexo I** deste Edital Complementar.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal de Nova Xavantina -MT, nos sites oficiais da Prefeitura - www.novaxavantina.mt.gov.br/ e no site da empresa organizadora - www.atamemt.com.br/concurso/

Nova Xavantina/MT, 01 de novembro de 2022.

Bruna Carolina Borges Soares

Presidente da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

Danilo Francisco da Silva

Secretário da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

João Bosco Pereira da Silva Junior

Membro da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

Zildene Ferreira Miranda

Membro da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

Vera Lúcia Alves Teixeira

Membro da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 056/2022

EXTRATO DE CONTRATO

056/2022

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	empresa **LELIS FONOAUDIOLOGIA**, inscrita no CNPJ Nº 45. 909.515/0001-47 situada na Rua TV dos Ipês, nº 55, Bairro Centro, na cidade de Guarantã do Norte – MT, neste ato representada pelo seu proprietária Srª Renata Souza Lelis, brasileira, casado/solteira, fonoaudióloga , CPF 714.984. 001-91 e RG 19175906, SSP-MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente de contrato de fornecimento, que será regido pela Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelos dispostos nas cláusulas seguintes: **DO FUNDAMENTO LEGAL** – Este Contrato decorre de **processo Administrativo nº 086/2022** e **Inexigibilidade por credenciamento nº 03/2022** cujo resultado foi ratificado em data de **24/10/2022** pelo Prefeito Municipal de NOVO MUNDO, no Estado de Mato Grosso, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições e condições da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, às cláusulas e condições aqui estabelecidas.
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOUADIOLOGIA, DOIS DIAS POR SEMANA EM PERIODO INTEGRAL COM HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE AS 07:00 ATÉ AS 11:00 E 13:00 ATÉ AS 17:00 HORAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT.**
Valor	O valor estimado global para a futura e eventual contratação é de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais).
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados do dia 01 de novembro de 2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
Dotação Orçamentaria	Os recursos para o pagamento deste contrato serão oriundos de recursos do Governo Federal e recursos próprios da **CONTRATANTE**, e serão empenhados globalmente nas dotações orçamentária: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** 343.-06.002.10.301.0016.2041.3390.34.00.00.00
Processo	**Processo Administrativo nº 086/2022** e **Inexigibilidade por credenciamento nº 03/2022**

Novo Mundo/MT, 01 de novembro 2022.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 7º ADITIVO CONTRATO Nº 004/2018

EXTRATO DE 7º aditivo

CONTRATO Nº 004/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**LABORVIDA – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n.º 05.627.752/0001-09, com sede a Avenida Ayrton Senna, CEP 78. 528-000, na cidade de Novo Mundo – MT aqui denominada **CONTRATADA**, que neste ato é representada pelo(a) senhor ***Fábio Junqueira Machado*** portador da cédula deidentidade sob RG n.º 20.005.634-7 e CPF/MF n.º 135.589.298-88, em comum acordo resolvem celebrar o presenteContrato na forma do Procedimento de Pregão Presencial nº 041/2017.
Objeto	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL FARMACEUTICO/ BIOQUIMICO PARA ATENDIMENTO NO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS DE NOVO MUNDO PARA COLETA, PREPARO E REALIZAÇÃO DE TODOS OS EXAMES SOLICITADOS INCLUSIVE OS DE URGÊNCIA DA UNIDADE DE SAUDE NOVO MUNDO, CATARINA ZIN MAFINE E DORICO PEREIRA DE ARAUJO, NO PERIODO DAS 13:00 AS 17:00 HORAS SEMANAIS.
Objetivo Aditivo	O objetivo do presente Termo Aditivo é realizar o reequilíbrio econômico de 7,63% ao contrato totalizando um valor mensal em 3.551,79 (três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos).
Valor Global	O valor global para a execução do presente CONTRATO/ ADITIVO para os próximos 3 **(três) meses** é de R$10. 655,37(dez mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), sendo pago um valor de R$3.551,79 (três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos) mensais, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada juntamente com os relatórios de monitoramento.
Prazo de Vigência	O prazo de execução do contrato é de 31/10/2022 a 31/12/ 2022.
Dotação Orçamentaria	06.002.10.301.0016.2041.3390.39.00.00 Órgão: Secretaria de Saúde
	Pregão Presencial nº 041/2017.

Novo Mundo/MT, 31 de outubro de 2022.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 070/2022 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 070/2022

De 19 de outubro de 2022.

"Dispõe sobre a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. "

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica Convocada a IV Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de mobilizar os integrantes do sistema de Garantia de Direitos – SGD, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da

proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias/ ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade.

Artigo 2º. A IV Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente realizar-se-á no dia 25 de novembro de 2022, horário das 08h00min às 17h00min, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso, localizada na Rua Santa Catarina, s/n. Setor II - nesta cidade.

Artigo 3º. A conferencia terá como tema central: "SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM TEMPOS E PANDEMIA DA COVIDE-19: VIOLAÇOES E VULNERABILIDADE, AÇOES NECESSARIAS PARA A REPARAÇÃO E GARANTIA DE POLITICAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL, COM RESPEITO A DIVERSIDADE".

Artigo 4º. A IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá uma comissão Coordenadora com a seguinte composição:

a) Elena de Oliveira Guimarães – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA- Coordenadora da comissão.

b) Indianara Deniz de Oliveira Gamboa - Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA.

c) João Paulo Barbosa Cunha - Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA.

d) **Tainara Heinen Scheuermann –** Representante da Secretaria de Assistência Social.

Artigo 5º. A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá promover todos os procedimentos para a realização da IV Conferencia Municipal, especialmente nos aspectos técnicos, administrativos financeiros para a realização da Conferência.

Artigo 6º. A comissão organizadora da IV Conferência Municipal deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos, além de elaborar a sua programação.

Artigo 7º. A IV Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e será desenvolvida em consonância com a diretrizes estabelecidas no Texto Base elaboração pelo CEDCA/CONANDA.

Artigo 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 19 de outubro de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 057/2022

EXTRATO DE CONTRATO

057/2022

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa Nayara Neves da Silva - ME, inscrita no CNPJ Nº. 27.165.843/0001-02 situada na Avenida Sebastião Alves Junior, nº 921, Bairro Centro, na cidade de Matupá – MT, neste ato representada pela sua proprietária Sr.ª. Nayara Neves da Silva, brasileiro, casada, medica, CPF 037.107. 681-10 e RG 5055381 SPTC- GO, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente de contrato de fornecimento, que será regido pela Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelos dispostos nas cláusulas seguintes: **DO FUNDAMENTO LEGAL** – Este Contrato decorre de **processo Administrativo nº 088/2022** e **Inexigibilidade por credenciamento nº 04/2022** cujo resultado foi ratificado em data de **21/10/2022** pelo Prefeito Municipal de NOVO MUNDO, no Estado de Mato Grosso, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições e condições da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, às cláusulas e condições aqui estabelecidas
Objeto	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO HANSENOLOGO – ESPECIALISTA EM HANSENIASE – PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CATARINA ZIN MAFINI, NO ASSENTAMENTO RURAL CINCO MIL COM ATENDIMENTO PERIODICO NA GLEBA ROCHEDO, COM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS, INCLUINDO AS REMOÇÕES DE PACIENTES PARA O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO (EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE), EVENTUAIS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA OCORRIDOS NO PERIODO DAS 11:00 ÀS 13:00 E DAS 17:00 ÀS 19:00, ALÉM DA PRESTAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE SEIS (6) HORAS MENSAIS EM ATENDIMENTO EXCLUSIVO À PACIENTES DE HANSENÍASE REALIZADO NO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, NÃO CONFLITANDO COM O HORÁRIO DA UBS CATARINA ZIN MAFINI EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT.
Valor	O valor estimado global para a futura e eventual contratação é de **R$ 360.000,00** (**trezentos e sessenta mil reais**).
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados do dia 01 de novembro de 2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
Dotação Orçamentaria	Os recursos para o pagamento deste contrato serão oriundos de recursos do Governo Federal e recursos próprios da **CONTRATANTE**, e serão empenhados globalmente nas dotações orçamentária: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** 343.-06.002.10.301.0016.2041.3390.34.00.00.00
Processo	**Processo Administrativo nº 088/2022** e **Inexigibilidade por credenciamento nº 04/2022**

Novo Mundo/MT, 01 de novembro 2022.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 019/2022

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS CORRELATOS COMO IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTOS E SUPORTE PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO - MT.

AVISO DE PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 003/2022

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 003/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2022

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 119/2022 de 25 de Abril de 2.022 torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas, que **FICA PRORROGADA** a abertura da **Tomada de Preço nº 003/2022**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DE METAS COM EXECUÇÃO DE CONCRETO PROJETADO EM ESTRUTURA DE MURO DE GABIÃO E CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE AGUAS PLUVIAIS NO CAIS BEIRA RIO, MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO**. O referido procedimento realizar-se-á às **14:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASILIA), DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2022**, no Endereço, Av. 29 de Setembro, nº 244 – Centro - Novo Santo Antônio – MT - Sede da Prefeitura Municipal, reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, conforme especificado no **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2022**, para Obras e Serviços de Engenharia. Informamos que a Entrega do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado e no site oficial da prefeitura: www.novosantoantonio.mt.gov.br (aba: licitações).

A comissão permanente de licitação estará à disposição dos interessados para a prestação de informações no horário de expediente da prefeitura

municipal de Novo Santo Antônio, pelo telefone (66) 3548-1140, e-mail licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br.

Novo Santo Antônio - MT, 01 de Novembro de 2022.

HENRIQUE DE SOUSA CARDOSO

Presidente Comissão de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
LEI MUNICIPAL Nº 505/2022

LEI MUNICIPAL Nº 505/2022

DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar até o limite de 6,00% (Seis por cento) do Orçamento da Despesa do Exercício de 2022, previstos no artigo 3º da Lei Municipal nº 471/2021, de 08 de Dezembro de 2021 – LOA 2022.

Art. 2º- Os créditos abertos no artigo anterior somar-se-ão ao limite dos créditos autorizados pela Lei Municipal nº 471/2021, de 08 de Dezembro de 2021 – LOA 2022.

Art. 3º - Para dar cobertura aos créditos adicionais serão utilizados os recursos mencionados no Artigo 43 da lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2022, por afixação nos locais de costume.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Santo Antônio, 31 de Outubro de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 364 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 364 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. EDIVANIA BORGES RICHTIC, brasileira, matricula n. 7459 e portadora do RG de número RG n. 23955554 SSP/MT, para responder pelo Cargo de**CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO – LEI N. 1409/2017.**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de novembro de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 365 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 365 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, a servidora**Sra. FABIANE ALVES OLIVEIRA**, Matrícula 5473, portadora do RG sob o nº 2396131-7 SEJSP/MT, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 03 de novembro de 2022.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 01 de novembro de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT.

Dispensa de Licitação nº 70/2022.

RATIFICAÇÃO:

CONTRATADA: DOUGLAS SILVA RODRIGUES 06790174109, **CNPJ:** 30.734.559/0001-06.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços Elétricos (Cerca Elétrica)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Paranatinga-MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Fundamento Legal: com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Valor da contratação: R$: **5.900,00** (cinco mil e novecentos reais).

Data da contratação: 01/11/2022.

Dispensa de Licitação nº 70/2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social a Senhora **Fatima Rosane Ritter Pereira** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT, 01 de Novembro de 2022.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 66/2022

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2022 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços paraFutura e Eventual **Aquisi-**

ção de Pães, Bolos e Salgados, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 16/11/2022. Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/ 1756. Paranatinga-MT, 01 de novembro de 2022. Devenilson da silva Pregoeiro Portaria 025/2020.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 366 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA N° 366 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – NOMEAR o **Sr. HENRIQUE SEVERINO ARRUDA DE SOUZA,** inscrito na matricula n. 7460 e portadora do RG nº 18452221 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO,** nos termos da Lei Municipal n. 1402/2017, a partir do dia 03 de novembro de 2022.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de novembro de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE PRORROGAÇÃO PARA CONCLUSÃO E ENTREGA DOS ESTUDOS E PROJETOS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI

O Presidente do Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Paranatinga/MT), no uso das atribuições que lhe confere na forma do disposto no art. 1° do Decreto 2.122 de 10 de junho de 2.022, considerando a documentação que instrui os autos do processo em comento, e conforme decisão tomada na reunião do dia 26 de Outubro de 2022, na apreciação da solicitação da Empresa PROGRESSIO CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ 21.303.964/ 0001-89, via Oficio nº 022/2022 – 25/10/2022, com a devida justificativa descriminando:

" dificuldades que estão sendo encontradas para o adequado levantamento das Contas de Energia Elétrica das diferentes Unidades Consumidoras do município, incluindo o serviço de Iluminação Pública."

Solicitação Aceita e Deferida por este Conselho Gestor, ficando AUTORIZADO a dilação de prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão e entrega dos ESTUDOS TÉCNICOS, acerca da viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica, com vistas à consolidação e adequada modelagem do PROJETO IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DE USINA(S) SOLAR(ES) FOTOVOLTAICA(S) A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA/MT, prazo legal de entrega 27/12/2022.

Com fulcro EDITAL PMI n°. 001/2022 – Paranatinga/MT.

ITEM 8 - **DO PRAZO E DA ENTREGA DOS ESTUDOS TÉCNICOS**

8.3 O prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica, por decisão da autoridade competente.

Paranatinga-MT, 27 de Outubro de 2022.

CLAUDECY BARRETO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Paranatinga/MT)

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 059/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 59/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Recarga e Manutenção de Extintores, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 24/10/2022 até o dia 24/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

META EXTINTORES LTDA - EPP CNPJ: 05.621.915/0001-38
581.830,40 (quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e trinta reais e quarenta centavos).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	994499	EXTINTOR DE INCENDIO DO TIPO PORTATIL, CARGA DE ESPUMA MECANICA, CAPACIDADE DE 10 LITROS EM CONFORMIDADE COM A NBR 12808	UND	59	R$ 730,1200	R$ 43. 077,08
2	994498	EXTINTOR DE INCENDIO PÓ QUIMICO SECO - TIPO VEICULAR E MARITIMO, 1KG, CLASSE ABC	UND	107	R$ 123,0900	13. 170,63
3	499245	EXTINTORES DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 06 (SEIS) LITROS, CARGA CLASSE DE FOGO A, CONFORME NORMA NBR 11715 DA ABNT DE FABRICAÇÃO ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA. CASCO VALIDADE DE 5 ANOS CONTEUDO DO CASCO COM VALID.UM ANO	UND	40	R$ 286,2800	11. 451,20

4	494655	EXTINTORES DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 (DEZ) LITROS, CARGA CLASSE DE FOGO A, CONFORME NORMA NBR 11715 DA ABNT DE FABRICAÇÃO ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA. CASCO VALIDADE DE 5 ANOS CONTEUDO DO CASCO COM VALIDADE DE 1 ANO	UND	73	R$ 289,5700	21. 138,61
5	494656	EXTINTORES DE CO2 (DIÓXIDO DE CARBONO) DE 06 (SEIS) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO BC DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 11716, ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA, CASCO COM VAL DE 5 ANOS, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. 1 ANO.	UND	60	R$ 879,3600	52. 761,60
6	499244	EXTINTORES DE CO2 (DIÓXIDO DE CARBONO) DE 10 (DEZ)QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO BC DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 11716, ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA, CASCO COM VAL DE 5 ANOS, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. 1 ANO.	UND	71	R$ 3. 620,7600	257. 073,96
7	494657	EXTINTORES DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 (QUATRO) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721,ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA, CASCO COM VAL. DE 5 ANOS,CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	52	R$ 269,2800	14. 002,56
8	494658	EXTINTORES DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 (SEIS) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721,ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA, CASCO COM VAL. DE 5 ANOS,CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	70	R$ 292,8700	20. 500,90
9	494675	EXTINTORES DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 10 (DEZ) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721,ACOMPANHADO DE SUPORTE DE PAREDE OU PISO E PLACA SINALIZADORA, CASCO COM VAL. DE 5 ANOS,CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	71	R$ 383,7500	27. 246,25
10	494668	PLACA SINALIZADORA PARA SUPORTE DE PISO, IDENTIFICANDO 25 EXTINTORES DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PADRONIZADA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR LOCAL.	UND	66	R$ 24,3500	1. 607,10
11	494667	PLACA SINALIZADORA PARA SUPORTE DE PISO, IDENTIFICANDO 25 EXTINTORES DE ÁGUA PRESSURIZADA, PADRONIZADA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR LOCAL.	UND	66	R$ 24,3500	1. 607,10
12	494669	PLACA SINALIZADORA PARA SUPORTE DE PISO, IDENTIFICANDO 25 EXTINTORES DE GÁS CARBÔNICO (CO2), PADRONIZADA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR LOCAL.	UND	58	R$ 24,3500	1. 412,30
13	994497	RECARGA PARA EXTINTORES CAPACIDADE 1KG PARA VEICULOS, TIPO PO QUIMICO SECO (PQS) CLASSE ABC 1A-5B PRESSURIZADO	UND	117	R$ 105,0800	12. 294,36
14	994491	RECARGA PARA EXTINTORES DE AGUA (H20) PRESSURIZADA DE 06(SEIS) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	75	R$ 79,1100	5. 933,25
15	994471	RECARGA PARA EXTINTORES DE AGUA (H20) PRESSURIZADA DE 10 (DEZ) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	84	R$ 79,1100	6. 645,24
16	994477	RECARGA PARA EXTINTORES DE CO2 (DIÓXIDO DE CARBONO) DE 06 (SEIS) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO BC DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 11716, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. 1 ANO.	UND	84	R$ 176,3700	14. 815,08
17	994492	RECARGA PARA EXTINTORES DE CO2 (DIÓXIDO DE CARBONO) DE 10 (DEZ) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO BC DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 11716, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. 1 ANO.	UND	73	R$ 305,5500	22. 305,15
18	994481	RECARGA PARA EXTINTORES DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 (QUATRO) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721,CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	40	R$ 98,2400	3. 929,60
19	994483	RECARGA PARA EXTINTORES DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 (SEIS) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	65	R$ 249,7700	16. 235,05
20	994475	RECARGA PARA EXTINTORES DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 10 (DEZ) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA NBR 10721, CONTEUDO DO CASCO COM VAL. DE 1 ANO	UND	76	R$ 243,3000	18. 490,80
21	499235	REPOSICAO DE PECAS PARA EXTINTOR DE PQS (P¾ QUÝMICO SECO) DE 10 (DEZ) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, MANOMETRO, VALVULA, MANGUEIRA E DIFUSOR.	UND	47	R$ 11,7600	552,72
22	994493	REPOSICAO DE PECAS PARA EXTINTOR DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 10 (DEZ) QUILOGRAMAS, CLASSE DE FOGO ABC, MANOMETRO, VALVULA, MANGUEIRA E DIFUSOR.	UND	66	R$ 78,8500	5. 204,10
23	494665	SUPORTE DE PISO, EM METAL, PINTADO NA COR VERMELHA 25 PADRÃO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, COM CAPACIDADE PARA ACOMODAR EXTINTOR DE INCÊNDIO DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 (DEZ) LITROS, PLACA SINALIZADORA PADRONIZADA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR LOCAL.	UND	59	R$ 88,3200	5. 210,88
24	494666	SUPORTE DE PISO,EM METAL, PINTADO NA COR VERMELHA 25 PADRÃO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, PARA ACOMODAR EXTINTOR DE INCÊNDIO CO2 (DIÓXIDO DE CARBONO) OU DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, PLACA SINALIZADORA PADRONIZADA CORPO DE BOMBEIROS MILITAR LOCAL	UND	56	R$ 92,2300	5. 164,88

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 24 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 63/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Água Mineral, recarga de Gás de Cozinha e botijão de gás (vasilhame), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações constantes no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 31/10/2022 até o dia 31/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

ROSINEI BRAGA DO NASCIMENTO EIRELI						
VALOR GLOBAL R$: 695.188,50 (seiscentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	7255	AGUA MINERAL (20 LITROS)	UND	2934	R$ 14,0000	41.076,00
2	29082	RECARGA DE GAS DE COZINHA P45 KG	UND	250	R$ 545,0000	136.250,00
3	7257	RECARGA DE GAS DE COZINHA (BOTIJAO 13 KG)	UND	2529	R$ 160,0000	404.640,00
4	991973	AGUA MINERAL - SEM GAZ FARDO 12 X 1 FRASCO DE 497 ML	FARDO	617	R$ 25,0000	15.425,00
6	334408	CASCO DE BOTIJAO DE 13 KG	UND	243	R$ 275,0000	66.825,00
7	998338	GARRAFAO VAZIO - PLASTICO, COM CAPACIDADE DE 20 LITROS, CILINDRO, NO FORMATO REDONDO, PARA AGUA MINERAL	UND	385	R$ 28,5000	10.972,50
8	349389	CASCO DE BOTIJAO DE P45	UND	20	R$ 1.000,0000	20.000,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 31 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 117/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 32/2022.

Contrato: nº 117/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: JAIR PONTES DE OLIVEIRA - ME CNPJ: 45.200.098/0001-69.

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa especializadaem locação de **01 (um) cavalo mecânico, com no mínimo 360 cavalos, 4x2 toco, com no máximo 10 anos de fabricação**, incluso lubrificação, pneus e demais manutenções, motorista e combustível por conta da contratante e locação de **01 (um) cavalo mecânico, com no mínimo 380 cavalos, 6x4 trucado, com no máximo 10 anos de fabricação, incluso lubrificação, pneus e demais manutenções**, motorista e combustível por conta da contratante, suprindo as necessidades da secretaria municipal de transportes de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

1.2. Especificações do Maquinário:

b) Item: 997779 – Placa: **onr9f65/Go.** Ano de Fabricação: **2013**. Ano Modelo: **2013**. Marca/ Modelo/ Versão: **Volvo/FH 460 6X4T.** Cor Predominante: **Branca.**

Do período de paralisação: 31/10/2022 até 31/12/2022.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 31 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 62/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Betuminoso (Emulsão Asfáltica) para utilização na Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, com Recursos Próprios e Recursos do FETHAB, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 26/10/2022 até o dia 26/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA CNPJ: 04.420.916/0003-13						
VALOR GLOBAL R$ 4.312.720,00 (quatro milhões, trezentos e doze mil, setecentos e vinte reais)						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	499654	EMULSAO ASFALTICA RR-2C (TONELADA)	TON	300	R$ 5.429,00	R$ 1.628.700,00
2	991900	EMULSAO ASFALTICA RL -1C (TONELADA)	TON	200	R$ 5.186,00	R$ 1.037.200,00
3	998514	ASFALTO DILUIDO CM30	TON	180	R$ 9.149,00	R$ 1.646.820,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 26 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 026/2021.

Processo: Tomada de Preço nº 01/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CNPJ: 29.516.527/0001-55.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Execução de Obras de Iluminação do Mini Estádio de Futebol, com recursos oriundos Financeiro do Município de Paranatinga - MT, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal

de Esportes e Lazer. Conforme especificações contidas nos respectivos **ANEXOS** do Edital.

Data de Rescisão: 31/10/2022.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 31 de outubro de 2022.

DEPARTAMENTO PESSOAL
RESCISOES - 2022

RESCISÕES – 2022.

JULHO DE 2022

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
ANDRESSA APARECIDA DA SILVA LEAL	**279 - Agente de Serviços gerais**	10/07/2022	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
ERNA ANGELICA STAKE	**081-Vigia**	25/07/2022	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
LUCIANA SANTOS SILVA	**279 - Agente de Serviços gerais**	12/07/2022	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
ADRIANA DA SILVA FERREIRA	**128 – Ag de Insp Sanitária III**	30/07/2022	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 03 AO CONTRATO Nº 049/2022.

Processo: Dispensa de Licitação nº 33/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: ASSESSORIA MATOGROSSENSE DO VALE LTDA – ME CNPJ: 19.340.701/0001-06.

Objeto: Contratação de Empresas para Prestar Serviços de **Elaboração de Laudo Técnico de Avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) Municipal, de Acordo com as Normas da Receita Federal Brasileira – RFB e da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, refletindo o Preço de MERCADO da Terra Nua Apurado no Dia 1º de Janeiro de 2022,** em Atendimento da Demanda da Secretaria Municipal de Finanças de Paranatinga - MT,com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

Prazo: 26/10/2022 até 26/12/2022.

Departamento de Licitações e Contratos.

Em 26 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DE COMPRAS DIRETAS Nº 367/2022 À 403/2022

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no mês de outubro entre os dias 01/10/2022 à 31/10/2022, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.

Solicitação	Data	Reduzido	Fornecedor	Descrição	Quantidade	Destinação	Valor	Dotação Orçamentária
2424	03/10/2022	402	59.970.624/0030-19 - RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	5- AGENTE ANTICORROSÃO; 1-CORREIA DE TRANSMISSÃO; 1-RETENTOR RADIAL; 1-POLIA DO MOTOR; 1-ANEL VEDAÇÃO 14X20; 1-LITRO DE QUEROSENE; 8-ABRAÇADEIRA NYLON 6.6 PRETA; 2-PANO; 1-KIT DE FILTRO DE REPOSIÇÃO	21	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 6.771,24	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.14.00.00.
2423	03/10/2022	404	59.970.624/0030-19 - RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	1- PACOTES DE FILTROS; 1-POLIA DA CORREIA; 1-POLIA DA CORREIA DA ARVORE; 1-RETENTOR DIANTEIRO; 1-RADIADOR REM/INST	5	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 2.849,00	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00.
2454	06/10/2022	36	01.639.744/0004-66 - PAETTO VEICULOS LTDA	3-OLEO MOTOR; 1-ELEMENTO FILTRO; 1-FILTRO DE COMBUSTIVEL; 1-FILTRO DE OLEO; 1-KIT PALHETAS LIMPADOR PARABRISA; 1- LIMPA BICO lamec; 1-KIT SAUDE AR CONDICIONADO; 1-KIT REVISAO; 1-DESCARBONIZANTE P/ LIMPEZA; 1- OTIMIZADOR 100 ML; 1-ESTOPA BRANCA; 1-PESOS PARA BALANCEAMENTO; 1-PROTETOR DE CAR	15	Secretaria Geral e Coordenação Administrativa	R$ 1.453,60	03.001.04.122.0001.2.009.3.3.90.30.00.00.
2456	06/10/2022	38	01.639.744/0004-66 - PAETTO VEICULOS LTDA	1-PROTETOR CARTER; 1,2- 4A. REV. FLEX/2A.RE; 1- ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO; 1-LIMPEZA DE BICO; 1- HIGIENIZAÇÃO	5,2	Secretaria Geral e Coordenação Administrativa	R$ 810,00	03.001.04.122.0001.2.009.3.3.90.39.00.00.
2493	07/10/2022	256	05.467.978/0001-81 - CIRILO SUPERMERCADO LTDA	1000-REFRESCO/GELADINHO (CADA PACOTE COM 40 UNIDADES DE SABORES SORTIDOS).	1.000	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 8.990,00	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.30.00.00.
2494	07/10/2022	256	17.757.607/0001-13 - CARLOS ALBERTO DE PAULA COELHO-ME	1000-PIPAS CONFECCIONADAS COM PAPEL DE SEDA; 1000-LINHA 100 JDS; 1000-RABIOLAS DE PIPA	3.000	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 4.250,00	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.30.00.00.
2502	07/10/2022	258	43.998.074/0001-71 - AMELIA BROVINE SOARES	1-LOCACAO DE TRIBOGÃ INFLÁVEL - BRINQUEDO COM CORES VARIADAS COM FORRO DE PROTEÇÃO E UM MONITOR RESPONSAVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO) TAMANHO 5 X5; 1-LOCAÇÃO DE TOMBO LEGAL - BRINQUEDO COM CORE VARIA-	33	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 30.750,00	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.39.00.00.

				DAS, ESCADA COM PROTEÇÃO E UM MONITOR RESPONSÁVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO0 TAMANHO 2 X 3.; 3-LOCAÇÃO DE TOBOGAM INFLÁVEL - BRINQUEDO COM CORES VARIADAS COM FORRO DE PROTEÇÃO E UM MONITOR RESPONSAVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO) tamanho 6 x 3.5.1-LOCACAO DE PISCINA DE BOLINHAS - BRINQUEDO PARA 5 CRIANÇAS COM CORES VARIADAS COM FORRO E REDE DE PROTEÇÃO E UM MONITOR RESPONSAVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO) TAMANHO 1.5 X 2; 6-LOCACAO DE CAMA ELASTICA - BRINQUEDO PARA 5 CRIANÇAS COM CORES VARIADAS COM FORRO E REDE DE PROTEÇÃO E UM MONITOR RESPONSAVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO) TAMANHO 4.27 X 3. CADA; 6-LOCAÇÃO DE CARRINHO DE ALGODÃO DOCE - COM MONITOR RESPONMSÁVEL PARA A PRODUÇÃO DOS MESMOS E MATERIAL A DESPESA DO CONTRATADO, PRODUÇAÕ DE NO MINIMO 400 UNIDADES NO EVENTO.; 3-LOCACAO DE POLVO INFLÁVEL - BRINQUEDO PARA 5 (CINCO) CRIANÇAS COM CORES VARIADAS COM FORRO E PROTEÇÃO NAS LATERAIS E UM MONITOR RESPONSÁVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO). TAMANHO 5 X 5; 3-LOCAÇÃO DE FUTEBOL DE SABÃO - BRINQUEDO PARA CRIANÇAS COM CORES VARIADAS COM FORRO E PROTEÇÃO NAS LATERAIS E UM MONITOR RESPONSÁVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO). TAMANHO 10 X 5 X 2.5.; 2-LOCAÇÃO DE UM TIGRE INFLÁVEL - BRINQUEDO PARA CRIANÇAS COM CORES VARIADAS COM FORRO E PROTEÇÃO NAS LATERAIS E UM MONITOR RESPONSÁVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO) TAMANHO 5.4 X 3.6 X 3.; 2-ESCORREGADOR RADICAL - BRINQUEDO PARA CRIANÇAS COM CORES VARIADAS COM FORRO E PROTEÇÃO NAS LATERAIS E UM MONITOR RESPONSAVEL PELA MONTAGEM E MONITORAMENTO DO BRINQUEDO (5 HORAS DE EVENTO) TAMANHO 10 X 3 X 2.5.; 1- LOCAÇÃO DE SOM E ILUMINAÇÃO - CONTENDO 4 CAIXAS DE SOM GRAVE 1000RMS, 4 CAIXAS DE SOM 3 VIAS 1000 RMS, 01 CAIXA DE RETORNO PALCO E 02 MICROFONES SEM FIO, DUAS TORRES COM ILUMINAÇÃO E MÁQUINA DE FUMAÇA; 1-SHOW DE ANIMAÇÃO COM BONECOS, PERSONAGENS E HERÓIS (05 PESSOAS) - FANTASIAS VARIADAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SENDO ELAS DIVERSIFICADAS AO LONGO DO EVENTO. DURANTE TODA A COMEMORAÇÃO ESTES DEVERÃO INTARAGIR COM AS CRIANÇAS TANTO NO PALCO QUANTO NA PLATEIA; 3-ANIMAÇÃO DE PALHAÇO - RESPONSAVEL PELA CONDUÇÃO DOS EVENTOS, INTERAÇÃO COM A PLATEIA, BRINCADEIRAS E DANÇAS.				
2484	07/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	30-LIPKAR BAUME 400G	30	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 5.550,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2498	07/10/2022	404	65.993.453/0025-89 - RODOBENS COMERCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	1- SERVIÇO DE REVISÃO; 1-LIMPEZA CAIXA EVAPORADORA; 1-LIMPEZA DE BICOS INJETORES POR ULTRASSOM	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.105,14	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00.
2499	07/10/2022	402	65.993.453/0025-89 - RODOBENS COMERCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	7,9-ENGINE OIL TOYOTA 5W; 1-CONJUNTO ELEMENTO FILTRO; 1-ELEMENTO FILTRO AR; 1-FILTRO DE OLEO; 1-JUNTA EM ALUMINIO, P; 2-FLUIDO DE FREIO.; 3-JUNTA AÇO, DRENO C; 5,5- LITROS OLEO DIFERENCIAL; 1-SUB CJ ELEMENTO FILTRO; 1-LIMPEZA INTERNA DO MOTOR 400 ML - 957; 1-MICROLOGIC PREMIUM 183; 1-OXY- SANITIZATION - APP; 1-STP LIMPADOR SISTEMA; 1-CONJUNTO LU-	38,4	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 4.941,39	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.14.00.00.

				BRIFICANTE; 2-LIMPEZA UNIVERSAL MICROLOGIC - 115; 2- LUBRIFICAÇÃO DE FEIXE DE MOLA - 299; 1-LUBRIFICANTE DE INTERIORES PREMIUM 104; 1-AIRCON LOGIC 289 INTERIOR FRESH; 1- LIMPADOR HIGIENICO PARA AR CONDICIONADO; 1- LIMPADOR HIGIENICO PARA FILTRO POLEN; 1-LIMP. CORRETIVO DO SISTEMA DE INJEÇÃO DIESEL; 1-JUNTA DE ALUMINIO DO CARTER				
2506	11/10/2022	101	28.280.788/0001-56 - SHOP MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	150-LAMPADA BULBO LED ALTA POTÊNCIA 50 W - BASE E 27, BIVOLT, EQUIVALENTE A LAMPADA INCANDESCENTE DE 240W, LUZ BRANCA FRIA, TEMPERATURA DE COR 6.500K, CERTIFICADA PELO INMETRO.	150	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$ 8.250,00	05.001.15.452.0004.2.036.3.3.90.30.00.00.
2504	11/10/2022	271	38.236.412/0002-89 - LEANDRO ALVES GOMES EIRELI	1-LENTES COM FILTRO DE LUZ AZUL QUE PROTEJE CONTRA TELA DE CELULARES E TEM PROTEÇÃO UV PARA SOL, LENTE MAIS LEVE E RESISTENTE.; 1-ARMAÇÃO PARA ÓCULOS	2	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 376,95	08.001.08.244.0010.2.102.3.3.90.32.00.00.
2527	14/10/2022	383	09.417.813/0001-56 - RODOLFO DOS SANTOS JAQUINTA - ME	4-AZILECT 1 MG COM 30 COMPRIMIDOS; 2-MAXAPRAN 20 MG COM 60 COMP; 6-MANTIDAN 100MG COM 30 COMPRIMIDOS; 3-MINERGI 1,5MG COM 30 COMPRIMIDOS	15	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.863,56	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2529	14/10/2022	383	09.417.813/0001-56 - RODOLFO DOS SANTOS JAQUINTA - ME	3-DAPAGLIFOZINA 10MG COM 30 COMPRIMIDOS; 3-BENZOATO DE ALOGLIPTINA 25MG COM 30 COMPRIMIDOS	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 835,23	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2528	14/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	4-GALVUS MET 50/1000 C/ 56CPR	4	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 648,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2530	14/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	3-PIOGLITAZONA 30 MG COM 30 COMPRIMIDOS; 3-CAIXAS DE LINAGLIPTINA 5 MG + EMPAGLIFOZINA 25 MG COM 30 COMPRIMIDOS	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.026,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2531	14/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	6-VENLIFT OD 150 MG COM/30 COMP	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 636,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2532	14/10/2022	383	09.417.813/0001-56 - RODOLFO DOS SANTOS JAQUINTA - ME	5- LEVOMEPROMAZINA 100 MG -20 COMPRIMIDO	5	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 116,85	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2533	14/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	6-SELOZOK 50 MG COM 30 COMP; 3CILOSTAZOL 100 MG C/ 60CPR; 6-MAREVAN 5 MG C/ 30 CPR	15	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 613,98	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2534	14/10/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3-ENTRESTO 24/26MG COM 30 COMPRIMIDOS	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 435,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2535	14/10/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	3- TOPIRAMATO 50 MG COM 60 COMPR; 3-TOPIRAMATO 100 MG , EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDO	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 273,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2536	14/10/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	2- ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG CAIXA COM 60 COMPRIMIDO; 3- DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA 35MG COM 60 COMPRIMIDOS; 3-RIVAROXABANA 15MG COM 28 COMPRIMIDOS; 6-PROPATILNITRATO 10MG COM 50 COMPRIMIDOS; 6- SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG COM 30 COMPRIMIDOS; 3-ROSUVASTATINA 10 MG COM 30 COMPRIMIDO	23	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 956,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2537	14/10/2022	383	09.554.955/0001-65 - S. A. IZAIAS COMERCIO - ME	2-RISPERIDONA 1MG/ML DE 30 ML; 2-FLUOXETINA 20 MG/ML DE 20 ML	4	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 206,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2600	19/10/2022	71	03.640.096/0001-40 - L. M. DE BARROS - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA-ME	1-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE/CONSULTORIA NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES DO APLIC.TCE.MT	1	Secretaria Municipal de Finanças	R$ 17.300,00	04.001.04.123.0001.2.014.3.3.90.39.00.00.
2602	19/10/2022	404	27.392.184/0001-39 - CENTRO DE EQUOTERAPIA AVANCAR LTDA	20-SESSÃO DE EQUOTERAPIA	20	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.980,00	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00.
2624	21/10/2022	383	13.759.813/0002-92 - SINGULAR DROGARIA E MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA	4-MICOFENOLATO DE MOFETILA 500 MG C/ 50 COMPRIMIDOS.	4	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.196,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
2627	21/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	9- TRILEPTAL 600 MG C/ 60 COMPRIMIDOS.	9	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 2.682,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.

3820	24/10/2022	385	20.120.733/0001-77 - OLIVEIRAS CENTRO DE APOIO PSICOLOGICO DE TRATAMENTO EM SAUDE MENTAL EIRELI	1-INTERNAÇÃO COMULSÓRIA	1	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 7.280,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.39.00.00.
3841	25/10/2022	217	04.642.991/0001-67 - LAIANA LOCAÇÕES LTDA	210-CLIMATIZADOR E EVAPORATIVO MOVEL EBI7	210	Secretaria Municipal de Educação	R$ 7.140,00	07.001.12.361.0009.2.098.3.3.90.39.00.00.
3840	25/10/2022	258	44.529.508/0001-57 - ARIANE BARROS DE SOUZA	1-DECORAÇÃO	1	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 2.750,00	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.39.00.00.
3854	27/10/2022	256	25.117.548/0001-47 - LOPES E DISSEGNA LTDA - ME	1-URNA FUNERÁRIA	1	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	R$ 1.500,00	08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.30.00.00.
3855	27/10/2022	383	01.727.308/0001-04 - A. DOMINGOS DO NASCIMENTO - ME	3-SERETIDE 50/250 MCP; 3-SPIRIVAS RESPIMAT (BROMETO DE TIOTROPIO) 2,5 MCP	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.008,00	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
3856	27/10/2022	383	09.417.813/0001-56 - RODOLFO DOS SANTOS JAQUINTA - ME	6-CARBOLITIUM 300MG COM 50 COMPRIMIDOS	6	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 226,86	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
3857	27/10/2022	383	09.417.813/0001-56 - RODOLFO DOS SANTOS JAQUINTA - ME	3-AIPRI 10 MG COM 30 COMPRIMIDOS	3	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 552,93	11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00.
3858	27/10/2022	369	03.944.014/0001-51 - MOTO CAMPO LTDA	1- MOTOCICLETA NOVA ZERO KM ANO/MODELO DA CONTRATAÇÃO OU VERSÃO MAIS ATUALIZADA, NA COR BRANCA, MOTOR NO MINIMO 4 TEMPOS, ARRECIDO A AR; COM NO MINIMO 109 CILIDRADAS; TRANSMISSÃO MINIMA 4 VELOCODADES; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRONICA; SISTEMA DE PARTIDA ELETRICO; SUSPENSÃO DIANTEIRA GARFO TELESCOPIO; FREIO DIANTEIRO A TAMBOR OU DISCO HIRAULICO, FREIO TRASEIRO A TAMBOR OU DISCO HIDRALICO; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE NO MINIMO 4,2 LITROS; OUTROS ITENS, ESTAR PROVIDO DE TODOS OS ITENS, ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EM CONFORMIDADE COM O CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO	1	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 10.000,00	11.001.10.301.0006.2.058.3.3.90.39.00.00.
3859	27/10/2022	339	03.944.014/0001-51 - MOTO CAMPO LTDA	1- MOTOCICLETA NOVA ZERO KM ANO/MODELO DA CONTRATAÇÃO OU VERSÃO MAIS ATUALIZADA, NA COR BRANCA, MOTOR NO MINIMO 4 TEMPOS, ARRECIDO A AR; COM NO MINIMO 109 CILIDRADAS; TRANSMISSÃO MINIMA 4 VELOCODADES; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRONICA; SISTEMA DE PARTIDA ELETRICO; SUSPENSÃO DIANTEIRA GARFO TELESCOPIO; FREIO DIANTEIRO A TAMBOR OU DISCO HIRAULICO, FREIO TRASEIRO A TAMBOR OU DISCO HIDRALICO; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE NO MINIMO 4,2 LITROS; OUTROS ITENS, ESTAR PROVIDO DE TODOS OS ITENS, ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EM CONFORMIDADE COM O CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO	1	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 4.195,00	11.001.10.301.0006.1.029.4.4.90.52.00.00.
3867	31/10/2022	402	04.886.103/0001-51 - LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	3- ANTI A; 3-SORO ANTI B 10ML; 2-ANTI A AB; 2-ANTI CDE; 3-OLEO DE IMERSÃO; 1- CORANTE RAPIDO PARA HERMATOLOGIA; 3-ASLO (SÓ REAGENTE); 3-LATEX (SÓ REAGENTE); 4-PCR (SÓ REAGENTE); 6-FITA PARA URINA; 5-TESTE DE GRAVIDEZ; 2-TESTE RAPIDO PARA DENGUE; 4-TESTE RAPIDO PARA TROPONINA; 1-CORANTE PARA BAAR (BACILOSCOPIA); 4-PONTEIRA AMARELA PACOTE COM 500 UNIDADES; 10-TUBO CENTRIFUGAR URINA 15 ML; 5- PIPETAS GRADUADA DE 2 ML; 1-LIQUIDO TURCK 1000ML; 15- CALICES PARA SEDIMENTAÇÃO FEZES.; 3- ANTI D	80	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 2.771,45	11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.14.00.00.

DECRETO Nº 224/2022 - CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

DE *01 DE NOVEMBRO DE 2022*.

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, conforme Lei Municipal nº 856/2015 de 09 de junho de 2015 e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 856/2015.

Art. 41º A promoção do Profissional da Educação Pública Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo e devidamente comprovada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Horizontal a servidora:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
01	1501	Elizabet Pires da Costa Santos	18/02/2002	Professora	B/07	C/07

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

EXTRATOS TERMOS DE RESCISÃO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS – COMPETÊNCIA 10/2022

***Extrato de Termo Rescisão ao Contrato: 236*/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a):Natalia Ribeiro Correia Araújo Curioni

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão a partir do dia 03 de outubro de 2022 a pedido do servidor.

Vigência: de **01 de junho de 2022 à 30 de novembro de 2022.**

Valor Base: **R$ 1.411,52 (Um mil quatrocentos e onze reais e quarenta e cinquenta e dois centavos).**

***Extrato de Termo Rescisão ao Contrato: 103*/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a):Aparecida do Carmo Rezende

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão a partir do dia 07 de outubro de 2022 a pedido do servidor.

Vigência: de **09 de março de 2022 à 16 de dezembro de 2022.**

Valor Base: **R$ 1.212,00 (Hum mil duzentos e doze reais).**

EXTRATOS DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE OUTUBRO/2022

***Extrato de Contrato: 329*/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Mylara Keila Evangelista de Souza Wilhelmsen

Objeto O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, na função de **Agente de Vigilância,** para desempenhar suas funções no **EM São Sebastião,** em substituição ao agente de vigilância Henrique Borges Camilo que rescindiu contrato, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais atuando finais de semana e feriados,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 01 de outubro de 2022 à 30 de março 2023.**

Valor base: **R$ 1.212,00 (Hum mil, duzentos e doze reais),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turma que será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 330*/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Rafael Aguiar Mistrinel

Objeto O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público **Médico de PSFS Urbano/Rural ou Unidade de Saúde**, lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, para atuar no PSF da Vila Garça Branca, devido desmembramento da Unidade Rural, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40(quarenta) horas semanais,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 03 de outubro de 2022 à 02 de abril 2023.**

Valor base: **R$ 10.616,05 (Dez mil seiscentos e dezesseis reais, cinco centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turma que será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 331*/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Maria Aparecida de Oliveira Lima Santos

Objeto O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, na função de **Professora,** para desempenhar suas funções no **CM Antonia Aparecida Garcia**, para atender as necessidades da unidade, em substituição a professora Percilia Maria de Souza Maciel que encontra-se afastada pelo INSS, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 03 de outubro de 2022 à 16 de dezembro 2022.**

Valor base: **R$ 3.028,43 (Três mil e vinte e oito reais, quarenta e três centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turmaque será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 332/*2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Edriceu da Silva Barbosa

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal, na função de Agente de Vigilância, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Cultura Esporte e Lazer, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais (no período noturno) em regime de escala 12x36, ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares..

Vigência: **de 09 de outubro de 2022 à 09 de abril 2022.**

Valor base: **R$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turmaque será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 333/*2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Shara Barbosa de Mendonça

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público **Contínua/Merendeira**, lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, para desempenhar suas funções junto Hospital Municipal em substituição a contínua Laudicéia Santana da Silva que pediu demissão, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40(quarenta) horas semanais em regime de plantão diurno (12x36),** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 12 de outubro de 2022 à 11 de abril 2023.**

Valor base: **R$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turmaque será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 334/*2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Jocelino Ferreira da Silva

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público **Operador de Máquinas Pesadas/Escavadeira Hidráulica (PC)**, a ser lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 13 de outubro de 2022 à 12 de abril 2023.**

Valor base: **R$ 1.874,16 (Hum mil e oitocentos e setenta e quatro reais, dezesseis centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turmaque será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 335/*2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Geisilene Ferreira de Freitas

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público **Agente Administrativo**, lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, para atuar no Hospital Municipal em substituição a servidora Joelma Lemes de Souza que foi remanejada para secretaria de saúde, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40(quarenta) horas semanais em escala 12x36 (diurno),** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 14 de outubro de 2022 à 13 de abril 2023.**

Valor base: **R$ 1.433,43 (Hum mil, quatrocentos e trinta e três reais, quarenta e três centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turmaque será pago mensalmente.

***Extrato de Contrato: 336/*2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Lilia Francisca Ferreira Oliveira

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excep-

cional interesse público lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, na função de **Professora,** para desempenhar suas funções no **EM Ari Griesang**, para atender as necessidades da unidade, em substituição a professora Suelane Maria Pereira Mendes que encontra-se de licença maternidade, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 14 de outubro de 2022 à 16 de dezembro 2022.**

Valor base: **R$ 3.028,43 (Três mil e vinte e oito reais, quarenta e três centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turma-que será pago mensalmente.

Extrato de Contrato: 337/**2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): Beatriz Cardoso de Souza

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, na função de **Nutricionista,** para atender as necessidades das Unidades de Ensino Municipal, tendo em vista que a nutricionista efetiva pediu vacância do cargo para assumir outro concurso em outro Município, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 20 de outubro de 2022 à 19 de abril de 2023.**

Valor base: **R$ 2.971,66 (Dois mil e novecentos e setenta e um reais, sessenta e seis centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turma-que será pago mensalmente.

Extrato de Contrato: 338/**2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a): José Gonçalo Gonçalves

Objeto: O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Motorista**, para substituições e para suprir o déficit do quadro de funcionários, a ser lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, **devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser em regime de plantão 12x36 das 06:00 horas as 18:00 horas,** ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

Vigência: **de 20 de outubro de 2022 à 30 de abril de 2023.**

Valor base: **R$ 1.746,99 (Hum mil setecentos e quarenta e seis reais, noventa e nove centavos),**

UNembroias Nevesqualidade dnda,entgal encontra-se na mesma turma-que será pago mensalmente.

EXTRATOS ADITIVOS DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS – COMPETÊNCIA 10/2022

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato: 136**/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a):Luiz Claudio Bibiano da Silva

Objeto: Prorrogação do contrato por tempo determinado da Agente de Vigilância, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitado através do Ofício nº542/2022/SME.

Vigência: de **04 de abril de 2022 à 31 de março de 2023.**

Valor Base: **R$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais),** que será pago mensalmente.

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato: 137**/2022**

Contratante: **Prefeitura Mun. Pedra Preta-MT**

Contratado(a):Jocilene Aparecida Almada Sebalhu

Objeto: Prorrogação do contrato por tempo determinado da Agente Adminsitrativo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme solicitado através do Ofício nº1137/2022/Gestão do SUS.

Vigência: de **05 de abril de 2022 à 04 de abril de 2023.**

Valor Base: **R$ 1.433,43 (Hum mil, quatrocentos e trinta e três reais, quarenta e três centavos),** que será pago mensalmente.

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2022

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: stefani junior de almeida. **CPF: 320.414.668-55**	
DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT E LIS MOTA GONÇALVES VIANA.	**DATA: 01/11/2022**
OBJETO: Fica Distratado em seu inteiro teor, a partir da presente data, o Contrato de prestação de serviços nº 072/2022 de 24 de Maio 2022, por iniciativa da empresa contratante, em virtude da profissional estar impossibilitada de prestar os serviços conforme **EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022, II – CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:** Item 2.3. É vedado o credenciamento de: 2.3.1. Servidores ou empregados do quadro permanente de médicos do Município, em atendimento ao art. 9º. da Lei Federal 8.666/93;	

ERRATA DO 4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2021 – D B R FERREIRA EIRELI

ERRATA DO 4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2021 – D B R FERREIRA EIRELI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ERRATA DO CONTRATO:

CONTRATO 109/2021 -D B R FERREIRA EIRELI– CNPJ Nº 32.089.865/0001-62

OBJETO: O contrato tem por objeto a **"contratação de empresa especializada para a construção de um campo de futebol society, com fornecimento de material e mão de obra qualificada".**

Referente à publicação do dia 30 de Setembro de 2022 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Onde se lê:

O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais 60 (Sessenta) dias do Prazo de Execução da Obra e vigência do contrato, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer.

Leia-se:

O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais 120 (Cento e vinte) dias do Prazo de Execução da Obra e vigência do contrato, estendendo-se o prazo de execução até o dia 20/11/2022 e prazo de vigência do contrato passando para 19/01/2023. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer.

PEDRA PRETA - MT, 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

_____

RITHYENE GOMES DA SILVA

(Portaria nº 203/2022)

Chefe do Setor de Licitação e Contratos.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022

O Município de Pedra Preta MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, por intermédio de sua **Chefe do Departamento de Licitação e Contratos a Sr.ª RITHYENE GOMES DA SILVA**, designada pela Portaria nº 203/2022 de 14 de Abril de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 124, de 6 de Agosto de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 08 de Agosto de 2019, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei n°999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, à Lei Federal n.º 8.666/93, Decreto Municipal nº 11/2021 , Decreto Municipal nº 246/2021 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo Pregoeiro(a) do Município Senhor **FERNANDO ARANTES CORREA DA COSTA**, para tanto nomeados Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 448/2022 de 01 de Setembro de 2022**,** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2022** na seguinte data:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):

Recebimento das propostas: A partir da publicação;

Do encerramento do recebimento das propostas**: 18 de Novembro de 2022 às 14h00min (Horário de Brasília - DF);**

Data de abertura das propostas**: 18 de Novembro de 2022 às 14h00min (Horário de Brasília - DF);**

Início da sessão de disputa de preços**: 18 de Novembro de 2022 às 14h00min (Horário de Brasília - DF);**

Todos os horários serão seguidos pelo Fuso Horário de BRASÍLIA - DF.

Site para Realização do Pregão: https:/www.licitanet.com.br

Respectivamente para o seguinte objeto**: Aquisição de Veículo de passeio para transporte de equipe e para atender a demanda da unidade básica de saúde referente a proposta 11465.260000/1200-01 (Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde – Governo Federal)**, **de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital.** Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486- 4400 Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 01 de Novembro de 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

(Portaria 203/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº. 005/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

PORTARIA Nº. 005/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

Dispõe sobre o processo de matrículas na Educação Básica nas escolas pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo/MT para o ano letivo de 2023 e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições e, considerando a Lei Complementar nº 16, de 11 de maio de 2011, resolução 05/2009/CEB/CNE resoluções 02/2015/CEE/MT, e portaria 009/2022, Lei Municipal nº 378 de 2000 do Município de Peixoto de Azevedo-MT.

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo nas unidades escolares municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Estabelecer os critérios para realização do processo de matrícula dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo, para o ano letivo de **2023,** que envolve dois momentos: **matrícula renovada** e **matrículas de alunos novos.**

§ 1º Entende-se por **matrícula renovada** aquela destinada aos alunos do quadro da Unidade Escolar que cursou até a finalização do ano letivo e aos oriundos do processo de redimensionamento escolar.

§ 2º Entende-se por alunos novos, os que não constam no quadro da Unidade Escolar, como os que ingressarão na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA Fundamental, os transferidos de qualquer outra Rede de Ensino, bem como para os que apresentem situação de desistente e abandono no sistema Ômega.

Art. 2º Deverá ser informado aos pais sobre a necessidade de renovação da matrícula dos alunos integrantes do quadro da escola para o ano letivo de 2023, perante a **confirmação da matrícula** para os alunos que fazem parte do quadro da escola em **2022,** a partir de **07.11.2022 a 16.12. 2022.**

§ 1º As matrículas para alunos **"novos"** (aqueles que não constam na unidade escolar), devem ser efetuadas a partir de **09/01/2023.**

§ 2º A Unidade Escolar deverá manter rigorosamente os prazos fixados para matrículas dos alunos, **considerando** que as **turmas serão compostas de acordo com as matrículas confirmadas.**

§ 3º. As unidades escolares que estão com as Matrizes Curriculares em desacordo com o Projeto Político Pedagógico, devem encaminhar a solicitação de alteração para a Secretaria Municipal de Educação, até o dia **12/12/2022,** e também para apreciação do Conselho Municipal de Educação.

§ 4º As matrículas das escolas do campo e salas anexas da Escola Municipal Vida Esperança Elza Koller Heller e São Luiz deverão ser efetuadas respeitando as rotas do transporte escolar.

Art. 3º No ato da matrícula deverá ser apresentada, todos documentos exigidos pela unidade escolar. São eles:

Xerox da Certidão de Nascimento;

Xerox da Carteira de Vacina atualizada;

Xerox do Cartão do SUS;

Xerox do CPF;

Xerox dos documentos dos Pais ou Responsáveis;

Xerox do Comprovante de Endereço;

01 Foto 3x4;

Tipagem Sanguínea;

Xerox do Cartão do Bolsa Família (se houver);

Art. 4º. Compete a Assessoria Pedagógica do Município acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 5º. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e comissão de atribuição de classe/aula.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de outubro de 2022.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva
_____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana
_____

Cleize Maria de Barros Tavares
_____

Débora Gonçalves Lopes
_____

Fernando Alves da Silva
_____

José Carlos dos Santos
_____

Kremoro Metuktire
_____

Lelia Laura Silva
_____

Luzia Rodrigues Arruda
_____

Rosilene dos Santos Rodrigues
_____

Vânia Conceição da Souza Chambó
_____

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2022 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2022 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2022

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, por intermédio de seu PREGOEIRO SUPLENTE, designado pela Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado alteração no Edital de Licitação Pregão Eletrônico - SRP nº 036/2022, com base no que dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 006, de 12/02/2010, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2. DO OBJETO:

2.1. Fica alterado o complemento do “Item 17 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS” da Minuta do Contrato (ANEXO V) e da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VI) conforme segue abaixo:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
Função	27	DESPORTO E LAZER	
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa	0017	ESPORTE NO SEU BAIRRO	
Proj./Ativ.	10621	AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE E MATERIAIS ESPORTIVOS	
Dotação	1063	44.90.52	MATERIAL PERMANENTE
	FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:		
Saldo Orçamentário	1701000	1701000-OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS DE CONGENERES DOS ESTADOS	
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	27	DESPORTO E LAZER	
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa	0017	ESPORTE NO SEU BAIRRO	
Proj./Ativ.	10621	AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE E MATERIAIS ESPORTIVOS	
Dotação	1061	33.90.30	MATERIAL PERMANENTE
	FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:		
Saldo Orçamentário:	15000	Recursos Não Vinculados de Impostos	
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	27	DESPORTO E LAZER	
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa	0017	ESPORTE NO SEU BAIRRO	

Proj./Ativ.	10621	AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE E MATERIAIS ESPORTIVOS	
Dotação	1062	44.90.52	MATERIAL PERMANENTE
	FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:		
Saldo Orçamentário:	15000	Recursos Não Vinculados de Impostos	

3. DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA:

3.1. Fica alterado data e hora do certame; início da sessão pública as **13:30 horas** (Horário de Brasília) do dia **16/11/2022. Período de acolhimento das propostas eletrônicas 08:00 (horário de Brasília) do dia 26/10/2022 às 18:00 do dia 14/11/2022**.

4. DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas as especificações do referido objeto e as demais disposições originárias.

Peixoto de Azevedo MT, 01 de Novembro de 2022.

JULIANE SEMENSATE SILVA

Pregoeira Suplente

PORTARIA Nº 009/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

PORTARIA Nº 009/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor, bem como do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino para oferta do Ensino Fundamental, e demais providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9. 394/96, e a LC Nº16 de 11 de maio de 2011;

Considerando a Lei nº. 14.113/2020 – FUNDEB – que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

Considerando a Portaria 126/03 CEE/MT, institui as diretrizes operacionais para a educação básica do campo do sistema estadual de ensino de Mato Grosso;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Valorização dos Profissionais da Educação para assegurar formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade de ensino;

Considerando a importância em garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas Unidades Escolares Municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento as demandas das unidades escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares serão consideradas as turmas compostas para o ano de 2023, conforme critérios estabelecidos para composição de turmas com base na Portaria nº 007/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, e orientações estabelecidas na Instrução Normativa nº 001/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

Art. 3º A realização da contagem de pontos e a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão realizados nas Unidades Escolares através de Comissão composta na Escola.

Parágrafo único - A ficha de pontuação/classificação, quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão do processo de atribuição) devem ser afixados em local público e de fácil acesso.

Art. 4º O processo de contagem de pontos e atribuição para classes e/ou aulas e jornada de trabalho dos profissionais da Educação Básica para composição do quadro de pessoal das Salas Anexas, localizadas na zona rural, será realizada na escola sede com opção da sala anexa na ficha de inscrição.

Parágrafo único - Será garantido para as salas anexas/zona rural, o quantitativo de cargos constantes nos anexos desta portaria, em conformidade com a matriz curricular, quantitativo de alunos, turmas e turnos de funcionamento, desvinculando-as dos cargos da escola sede.

Art. 5º Para contagem de pontos referente à formação/titulação será considerado o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não será permitido à contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

Parágrafo Único - Para o processo de contagem de pontos será necessário preencher a ficha de dados pessoais, atualizar todas as informações inerentes à formação do profissional e caberá a escola manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade (histórico escolar, certificados e diploma), na falta do certificado ou diploma o histórico escolar comprovará a escolaridade.

Art. 6º Para comprovação da pontuação que se refere aos anos trabalhados será exigida a apresentação pelo profissional da educação, efetivo/estabilizado documento que comprove seu efetivo exercício (termo de posse ou holerite).

Art. 7º Quando da apuração final dos pontos, os profissionais da educação devem ser classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Maior formação;

II - Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo-MT, a partir da efetivação;

III - Idade.

Art. 8º Os profissionais da Educação Básica, efetivos, mencionados no **Art. 2°** da Instrução Normativa 001/2021/SMEC/PXTO/MT, quando do retorno as atividades funcionais, deverão apresentar-se, para fins de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na própria Unidade Escolar, na qual se encontra lotado e esta informará a SMEC do retorno do profissional.

Art. 9º A equipe gestora da unidade escolar deve informar a Assessoria Pedagógica até o primeiro dia útil após o início das aulas, o nome dos profissionais efetivos que constam no quadro da escola e que não compare-

ceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o afastamento daquela unidade.

Art. 10 Para efeito de atribuição de aulas adicionais ao professor efetivo considerar o artigo 144, parágrafo 7º da Lei Complementar nº 16/2011. Respeitando a solicitação no ato da inscrição.

Parágrafo único - Os professores com vínculo em outra rede de ensino (pública ou privada) devem apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02 (duas) redes de ensino e que assegure o cumprimento do regime de trabalho (em sala de aula e horas atividades), na Rede Municipal de Ensino.

Art. 11 Os candidatos a aulas excedentes poderão perder suas aulas adicionais nas seguintes situações:

I - No caso de nomeação de concursados;

II - A pedido;

III - Quando houver o retorno do professor, em condições de assumir a função do cargo efetivo;

IV - Quando o professor, descumprir as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;

V - Quando o desempenho na função for insatisfatório;

VI - Por prática educativa que contrarie os princípios balizadores do Projeto Político Pedagógico da escola;

VII - A título de penalidade, nos termos da legislação pertinente;

VIII - Por geração de subemprego;

IX - Em caso de junção de turmas;

X - Em caso de remoção de professor, fora do período de férias, amparada por lei;

XI - Quando o professor efetivo, detentor de aulas adicionais, se afastar, por motivos diversos incluindo licença prêmio por assiduidade.

Art. 12 Nas hipóteses previstas nos incisos IV, IX do artigo 11 desta portaria, o rompimento das aulas excedentes será efetuado com base em relatório circunstanciado, elaborado pela equipe gestora, validado pelo conselho deliberativo da comunidade escolar e Assessoria Pedagógica.

Art. 13 Fica sob a responsabilidade da equipe gestora a verificação e a comunicação, primeiramente a Assessoria Pedagógica ocorrência das situações que constam no artigo 11 e seus incisos, desta portaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da constatação do fato.

Art. 14 Não poderão ser atribuídas aulas excedentes, aos profissionais que se encontrem nas seguintes situações:

I - O professor - detentores de dois vínculos empregatícios, público ou privado;

II - O professor, que exerce função em regime de dedicação exclusiva (diretor, coordenador pedagógico, assessor pedagógico, secretário escolar, ou em qualquer outra esfera da administração pública ou privada);

III - O professor, em situação de cedência;

IV - O professor, que estiver em gozo de licença de qualquer natureza;

V - O professor, que apresentar no decorrer do ano letivo anterior 10% (dez por cento) de faltas injustificadas;

VI - O professor, incluso em termo de cooperação técnica;

VII - O professor que tiver histórico de registros oficialmente comprovados de prática de geração de subemprego.

VIII - Os professores efetivos nas situações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI do artigo 11 desta portaria.

Art. 15 Em caso de surgirem vagas nas unidades escolares após o início do ano letivo serão preenchidas obedecendo a ordem de classificação do profissional que consta no cadastro de reserva na Assessoria Pedagógica.

Parágrafo Único - Se o candidato convocado para o preenchimento da vaga não comparecer, no prazo de 24 horas será convocado o subsequente, respeitando-se a sequência geral de classificados no Município. Se caso compareça após o vencimento do prazo estabelecido o candidato volta para o final da classificação.

Art. 16 Cabe a Assessoria Pedagógica proceder a lotação onde houver vaga, para o profissional efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição de classes e/ou aulas, que constam desta portaria.

Art. 17 O profissional da educação investido no mandato de vereador participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas e se houver incompatibilidade, deverá optar por uma das remunerações e cargo, nos termos do inciso II, artigo 38, da Constituição Federal.

Art. 18 Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quando do processo de atribuição cabe recurso a comissão de atribuição da Unidade Escolar correspondente a etapa em questão; mesmo assim, se o candidato se sentir prejudicado poderá recorrer a comissão da SMEC nomeada pela portaria **Nº 003/2022/SMEC/PXTO/MT** até 24 horas após ter sido indeferido através de documento, pela Comissão da Unidade Escolar.

Parágrafo Único - O recurso referido no "caput" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, **devendo ser interposto, impreterivelmente, até 24 (vinte e quatro) horas após cada sessão,** tendo as comissões de atribuição da unidade escolar o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 19 Para as escolas com o ensino organizado em ciclos de formação humana será concedido **professor de apoio pedagógico,** conforme inciso **I, II e III do Anexo I** desta portaria.

Art. 20 A atribuição de classes e/ou aulas para o professor de Apoio Pedagógico será realizada conforme procedimentos e critérios estabelecidos na Portaria de atribuição de classes e/ou aulas **nº 009/2022/SMEC/PXTO/MT.**

Art. 21 Não poderá concorrer a atribuição na função de professor de Apoio Pedagógico:

I **-** Em processo de licença prêmio;

II - Em processo de licença para tratamento de saúde constante;

III - Em readaptação de função;

IV - Em gestação comprovada;

V- Profissional que tenha licença para qualificação profissional agendada;

VI - Com vínculo empregatício em duas redes de ensino pública ou privada ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função, conforme previsto na Lei;

VII - O professor candidato ao Apoio Pedagógico não poderá se inscrever para as aulas excedentes.

§1 Para o professor de Apoio Pedagógico será atribuído 30 horas semanais tendo disponibilidade para atendimento nos dois períodos, quando necessário.

§2 Os professores candidatos a exercerem as funções descritas do caput do artigo deverão participar de processo de eleição entre seus pares e participarão do processo de atribuição de classes e/ou aulas.

§3 A Atribuição na função de professor de Apoio Pedagógico deverá ocorrer em observância aos seguintes critérios:

I- Ser professor efetivo;

II- Ter formação em licenciatura plena em pedagogia ou normal superior;

III- Ter experiência docente em alfabetização de no mínimo 2 anos;

IV- Deve elaborar projetos de intervenções pedagógicas que atendam as necessidades do educando;

§4 Não havendo professor pedagogo ou normal superior efetivo interessado na função poderá ser atribuído 1 (um) ao professor efetivo de área remanescente ou professor de contrato temporário desde que atende os critérios dos incisos IV;

§5 As escolas que trabalham com o 3º Ciclo, a partir de 300 alunos terão direito a **1 (um) Professor de Apoio Pedagógico**, com Licenciatura em Letras ou Matemática. Caso haja professores remanescentes em áreas, esses serão atribuídos no Apoio Pedagógico nas escolas que ofertem o 3º Ciclo.

Art. 22 Na ausência de professores Pedagogos efetivos em classes de 5º ano, essas turmas serão atribuídas aos profissionais de áreas remanescentes.

Parágrafo Único - Serão atribuídas as turmas de 5º ano aos professores remanescentes de área de acordo com as áreas de conhecimento.

Art. 23 OS PROFESSORES DE PEDAGOGIA que estão com apostilamento em seus diplomas em Educação Infantil, deve-se respeitar o concurso para atribuição de classe e/ou aula de acordo com o disposto no art. 65, da Lei nº 9.394/96.

Art. 24 OS PROFESSORES EFETIVOS EM READAPTAÇÃO DEVEM Participar do processo de atribuição na Unidade de Ensino no qual é lotado, mediante preenchimento do formulário de inscrição, se ainda vigente o período da readaptação e, no momento da atribuição farão opção por desenvolver algumas das atividades pedagógico-administrativas elencadas abaixo, de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, cumprindo o regime/jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:

I - EM APOIO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM até 1(um) cargo, em atividades complementares a sala de aula, correlatasas atividades de articulação da aprendizagem (professor), de acordo com PPP da escola;

II - Exercer a função de **"SUPORTE TÉCNICO"** na Assessoria Pedagógica, mediante perfil compatível com exercício da função, (professor, técnico administrativo educacional) mediante autorização da **SMEC/PAZ/MT/ 2023;**

III - Exercer a função de **"DE SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA",** até 1 (um) cargo mediante perfil para auxiliar a coordenação pedagógica inclusive no projeto de controle de infrequência dos alunos (Busca Ativa).

§ 1º Somente poderá atribuir nas funções elencadas nos incisos acima, o profissional em constante períodos de readaptação, com perícias médicas vigentes.

§ 2ºA atribuição dos profissionais em readaptação dar-se-á nas vagas constantes nos incisos supracitados obedecendo a necessidade de manutenção do quadro das Unidades Escolares, observando a classificação no formulário de inscrição, não podendo exceder o quantitativo de cargos de direito conforme estabelecido acima.

§ 3º Em caso de existir mais de um profissional em readaptação concorrendo a uma mesma função em uma Unidade Escolar, caberá a Secretaria Municipal de Educação distribuir os profissionais que ficarem remanescentes entre as Unidades Escolares do município.

§ 4º O profissional em readaptação deverá cumprir a jornada de trabalho integral.

§ 5º As Unidades de Ensino que tiverem profissionais readaptados, em seu quadro devem obrigatoriamente atribuir esses profissionais nas funções descritas acima, antes da liberação do cargo para Secretaria Municipal para servidor efetivo e/ou contrato temporário.

§ 6º Se o servidor efetivo entrou em readaptação no curso do ano letivo, deve-se igualmente fazer sua atribuição em uma das funções de readaptação. Caso não haja vaga na instituição de origem o profissional deve ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação para ser atribuído onde houver a vaga dentro do seu Concurso.

§ 7º Todos os profissionais em situação **de readaptação** deverão participar do processo de atribuição da jornada de trabalho, isto é, contar pontos e atribuir em uma das funções relacionadas aos incisos: "I", "II", "III.

Art. 25 Para **COORDENADOR PEDAGÓGICO** exigir-se-á:

I - Ser professor efetivo na Unidade Escolar e habilitado em Pedagogia;

II - Na ausência de professor efetivo ou em cumprimento de estágio probatório habilitado em pedagogia, excepcionalmente poderá exercer a função de coordenador pedagógico o professor da Unidade Escolar com licenciatura plena;

III – Caberá ao Coordenador Pedagógico ser mediador dos Conselhos de Classes;

IV - Cumprir o regime de dedicação exclusiva de modo que contemplem os três turnos de funcionamento da Unidade Escolar, acompanhando os professores na hora atividade;

V- Não ter vínculo empregatício com outra Rede de Ensino (pública ou privada) ou outros;

VI - A distribuição dos Coordenadores Pedagógicos por unidades escolares será de conformidade ao **Anexo II desta Portaria**;

Art. 26 Para funcionamento e utilização das **SALAS DE RECURSOS DIDÁTICOS,** a jornada de trabalho dos profissionais da educação será conforme a habilitação específica, deverá ser dividida de acordo com o número de turnos de atendimento ao aluno, observando-se as respectivas particularidades, a saber:

§ 1° LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: A Unidade Escolar provida de laboratório de informática instalado e em funcionamento tem direito a 01(um) técnico administrativo educacional, destinado a **INFORMÁTICA EDUCATIVA** e demais projetos que envolvam a tecnologia de informação e comunicação (TIC), na escola:

I - A escola cujo número de alunos ultrapasse 700 alunos terão direito a mais 1 (um) técnico administrativo educacional para a função de técnico em multimeios didáticos.

II - A elaboração dos projetos na área de informática educativa deve ser orientada pela Secretaria Municipal de Educação em parcerias com outras Instituições como a UNDIME e Escola Conectada;

III - Por ordem de prioridade os critérios para atribuição da função são os seguintes:

a) Ter curso superior na área de Informática;

b) Ter concluído o programa pró-funcionário – Técnico em Multimeios Didáticos;

c) Estar cursando o Programa pró-funcionário – Técnico em Multimeios Didáticos;

d) Ter cursos técnicos em informática educativa e disponibilidade para participar nos cursos de *Formação Continuada;*

e) Ter habilidade e domínio na área de Informática Educativa;

f) Possuir capacitação em Informática Básica;

§2º O Técnico Profissionalizante só poderá exercer outra vaga que, não seja da sua formação no pró-funcionário quando todas as vagas da sua formação estiverem ocupadas.

§3º SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: A unidade escolar provida de Sala de Recursos Multifuncionais instalada e em funcionamento terá direito a 01 (um) professor com jornada de 30 (trinta) horas semanas, e

possuir as capacidades previstas no Art.10 e 11 incisos II e artigo 12 da Lei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011.

a) Ser professor efetivo, com jornada de trabalho de 30 horas semanais;

b) Ter formação em Licenciatura Plena em Pedagogia de graduação que habilite a atuar na Educação Especial ou especialização em Psicopedagogia, formação continuada específica, de acordo com as áreas de conhecimento e necessidades educativas do educando.

§4º Caso não haja professores com formação em Licenciatura em Pedagogia poderá ser atribuído o professor efetivo de área remanescente desde que preencha os requisitos e tenham as seguintes habilidades comprovadas:

a) Comunicação aumentativa e alternativa; b) Sistema Braille; c) Soroban; d) Atividades de vida diária; e) Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; f) Ensino da língua portuguesa para surdos; g) Atividades cognitivas; h) Aprofundamento e enriquecimento curricular; i) Estimulação precoce; j) Outros.

§5º As Unidades Escolares comuns que tenham alunos surdos matriculados terão direito a profissionais tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e a instrutores ou professores surdos.

§6º A organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) considera as peculiaridades de cada aluno – alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados, por isso, para se planejar o atendimento não resta saber as causas e diagnóstico, prognóstico da suposta deficiência do aluno devendo ser observado que:

a) Antes da deficiência, vem à pessoa, o aluno com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças;

b) Há alunos que frequentarão o AEE mais vezes na semana e outros, menos, sendo possível atender aos alunos em pequenos grupos, se suas necessidades forem comuns a todos.

§7º O projeto político pedagógico da escola deverá contemplar o AEE como uma das dimensões das diversidades da escola. Por fazer parte desta organização o PPP deve estipular o horário no período oposto ao que frequentam na escola comum sendo proporcional às necessidades indicadas no plano de AEE.

§8º Não poderão concorrer a atribuição na função de professor de Sala de Recursos Multifuncionais os profissionais que estiverem nas situações funcionais abaixo:

a) Em processo de aposentadoria para o ano de 2023/2024;

b) Em readaptação de função;

c) Indisponibilidade de horário para fazer a interlocução com o (s) professor (es) titular (es) das salas;

d) Em constante licença para tratamento de saúde e outras;

e) Estiver em gozo de licença prêmio ou agendadas;

f) Com vínculo empregatício em duas Redes de Ensino;

g) Em gestação comprovada;

Art. 27 OS PROFISSIONAIS TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL EM READAPTAÇÃO deverão participar do processo de atribuição em sua Unidade de Ensino no qual é lotado, mediante preenchimento do formulário de inscrição, se ainda vigente o período da readaptação e, no momento da atribuição farão opção por desenvolver algumas das atividades pedagógico-administrativas elencadas abaixo, de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, cumprindo o regime/jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:

I - Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **BIBLIOTECA ESCOLAR** (técnico administrativo educacional);

II - Em atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado **ORGANIZADOR DE AMBIENTE** (apoio administrativo educacional);

III - Exercer função responsável pelas Multimídias - **"*MULTIMEIO DIDÁTICO",*** com perfil para exercer a função (técnico educacional);

IV – **"ATENDIMENTO NA RECEPÇÃO"** da Unidade Escolar (apoio administrativo educacional);

V – **APOIO NA SECRETARIA ESCOLAR**(técnico administrativo educacional);

VI - Exercer a função de **"SUPORTE TÉCNICO"** na Assessoria Pedagógica, mediante perfil compatível com exercício da função, (técnico administrativo educacional) mediante autorização da SMEC/PAZ/MT/2023.

§1º Somente poderá atribuir nas funções elencadas nos incisos acima, o profissional em constante períodos de readaptação, com perícias médicas vigentes.

§2º A atribuição dos profissionais em readaptação dar-se-á nas vagas constantes nos incisos supracitados obedecendo a necessidade de manutenção do quadro das Unidades Escolares, observando a classificação no formulário de inscrição, não podendo exceder o quantitativo de cargos de direito conforme estabelecido acima.

§ 3º Em caso de existir mais de um profissional em readaptação concorrendo a uma mesma função em uma Unidade Escolar, caberá a Assessoria Pedagógica distribuir os profissionais que ficarem remanescentes entre as unidades escolares do município.

§ 4º O profissional em readaptação deverá cumprir a jornada de trabalho integral.

§ 5º As Unidades de Ensino que tiverem profissionais readaptados, em seu quadro devem obrigatoriamente atribuir esses profissionais nas funções descritas acima, antes da liberação do cargo.

§ 6º Se o servidor efetivo entrou em readaptação no curso do ano letivo, deve-se igualmente fazer sua atribuição em uma das funções de readaptação. Caso não haja vaga na instituição de origem o profissional deve ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação para ser atribuído onde houver a vaga dentro do seu Concurso.

§ 7º Todos os profissionais em situação de READAPTAÇÃO deverão participar do processo de atribuição da jornada de trabalho, isto é, contar pontos e atribuir em uma das funções acima supracitadas.

Art. 28 O número de **Técnico Administrativo Educacional** da Unidade Escolar será definido de acordo com o critério estabelecido no **anexo III**, desta portaria.

Parágrafo Único - Quando um Técnico Administrativo Educacional profissionalizado em multimeio didático for designado para o laboratório de informática não serão computados no quantitativo de cargos estabelecido no anexo III, para composição da equipe técnica da secretaria escolar.

Art. 29 A função de confiança de dedicação exclusiva do secretário (a) escolar, estabelecida no artigo 6º da Lei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011 é privativa de servidor de carreira, efetivo do quadro de servidores da escola, escolhido pela equipe de direção escolar (diretor e coordenação pedagógica).

§1º Não pode concorrer à atribuição na função de secretária (o) os profissionais que estiverem nas situações funcionais abaixo:

a) Em processo de aposentadoria para o ano de 2023/2024;

b) Em readaptação de função;

c) Indisponibilidade de horário para os turnos de funcionamento da Unidade Escolar

d) Em constante licença para tratamento de saúde e outras;

e) Estiver em gozo de licença prêmio ou agendadas;

f) Com vínculo empregatício em duas Redes de Ensino;

g) O profissional em regime de Dedicação Exclusiva deverá trabalhar de modo que contemple os dois turnos de funcionamento da Unidade Escolar.

Art. 30 O quantitativo de profissionais para o **apoio administrativo educacional/nutrição escolar** será definido de acordo com **anexo IV** desta portaria.

Art. 31 Cada Unidade Escolar terá direito a Apoio Administrativo Educacional na função de **vigilância noturna.**

Art. 32 A jornada de trabalho dos cargos de Apoio Administrativo Educacional/vigilância noturna será cumprida intercalando 12 horas de trabalho e 48 horas de descanso e obedece a escala de horário constante do **anexo VI, desta portaria.**

Parágrafo Único - O adicional noturno, só é concedido ao profissional, vigilante, que cumprir sua jornada de trabalho no **período noturno** entre as 22h30 às 06h.

Art. 33 O quantitativo de profissionais para o cargo de Apoio Administrativo Educacional na função **manutenção de infraestrutura escolar/limpeza** será calculado por números de alunos da unidade escolar, conforme **anexo VI, desta portaria.**

Parágrafo Único - O horário do Apoio Administrativo Educacional (manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar, transporte escolar e vigilância) será distribuído conforme a necessidade da escola.

Art. 34 O Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional (secretaria, multimeios, manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar e vigilância) efetivo, que excederem ao número definido por Unidade Escolar que ficarem remanescentes serão redistribuídos pela Assessoria Pedagógica, nas escolas onde houver vaga, observando os critérios de pontuação oriundos da Unidade Escolar.

§ 1º A Assessoria Pedagógica efetuará a redistribuição dos Técnicos Administrativos Educacionais e Apoios Administrativos remanescentes das Unidades Escolares a partir de **02/02/2023, exceto os casos de problemas de saúde comprovados.**

Art. 35 Os técnicos em desenvolvimento infantil (TDI's) efetivos serão lotados de acordo com sua pontuação como auxiliares nas turmas de 1, 2 e 3 anos de idade.

Art. 36 Os técnicos em desenvolvimento infantil com magistério ou curso de pró- infantil terão a mesma equivalência na pontuação para atribuição de classe/e ou aulas.

Art. 37 Para dar cumprimento as datas e prazos das etapas e fases do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho e redistribuição dos profissionais da educação remanescentes, as Comissões responsáveis deverão seguir rigorosamente o calendário estabelecido na Instrução Normativa **N° 001/2022/SMEC/PXTO/MT**, independentemente do período de férias coletivas parciais ou integrais.

Art. 38 Os professores e funcionários efetivos que participaram do processo de atribuição de classes e/ou aulas, devem elaborar o plano de trabalho anual da escola (PTA), construindo, objetivamente, todas as ações prioritárias a serem desenvolvidas na unidade escolar no ano de 2023;

Parágrafo Único - A equipe gestora, como monitora e mediadora do cumprimento das horas atividades, cabe juntamente com o coletivo de professores da Unidade Escolar, fazer cumprir o estabelecido nesta portaria e:

a) - definir a forma de operacionalização das horas atividades, bem como o acompanhamento e avaliação que deverá ocorrer bimestralmente;

b) - assegurar o registro do processo de participação (presença em atividades internas e externas);

c) - encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SMEC para os devidos descontos em folha de pagamento, com respectivos anexos do espelho do relógio ponto.

Art. 39 O cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais da educação ficará sob a responsabilidade da equipe gestora (diretor, secretário e coordenador pedagógico) da Unidade Escolar com acompanhamento da Assessoria Pedagógica de acordo com esta Portaria.

Art. 40 Os casos omissos devem ser solucionados em primeira instância pelas comissões de atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho instituída nas unidades escolares e havendo necessidade, será encaminhada a Secretaria Municipal de Educação para a Comissão de Portarias instituída pela Portaria 003/2022 para análise e parecer.

Art. 41 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo 31 de outubro 2022.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva
_____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana
_____

Cleize Maria de Barros Tavares
_____

Débora Gonçalves Lopes
_____

Fernando Alves da Silva
_____

José Carlos dos Santos
_____

Kremoro Metuktire
_____

Lelia Laura Silva
_____

Luzia Rodrigues Arruda
_____

Rosilene dos Santos Rodrigues
_____

Vânia Conceição da Souza Chambó
_____

PORTARIA Nº 2307, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 2307, de 31 De outubro DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E:

Art.1º- **Exonerar**, o Senhor **ROBSON DE ALMEIDA FERREIRA,** matricula funcional nº 8447, do cargo em comissão de **Coordenador do Setor de Imprensa**, da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social, da Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 034/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 31 de Outubro de 2022.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

PORTARIA Nº 008/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

Dispõe sobre o processo de Remoção à pedido dos Profissionais da Educação Básica do Município de Peixoto de Azevedo-MT para o ano letivo de 2023.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Artigo 65 da Lei Complementar 16 DE 11 maio DE 2011, a Lei Complementar nº 04 de 15 de outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar nº 187 de 15 de julho de 2004 e a Lei nº 8.275 de 29 de dezembro de 2004;

Considerando a necessidade de organizar o processo de remoção dos Profissionais da Educação Básica do Município de Peixoto de Azevedo-MT para o ano letivo de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para o processo de remoção dos Profissionais da Educação Básica do Município de Peixoto de Azevedo para o ano letivo de 2023.

Art. 2º. A remoção é o deslocamento do servidor do profissional da Educação Básica Pública Municipal, de uma unidade escolar e/ou órgão do sistema de ensino municipal, observada a existência de vagas na unidade deslocada.

§ 1º SOLICITAÇÃO DE REMOÇÃO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE:

I- A pedido do profissional interessado, desde que haja vaga e o mesmo não esteja em período de estágio probatório, após a competente homologação pelo titular da Secretaria Municipal de Educação;

II- Por permuta;

III- Por motivo de saúde;

IV- Por transferência de um dos cônjuges, quando este for servidor público;

§ 2º A vaga solicitada deverá ser comprovada através de declaração emitida pelo gestor da unidade no qual o servidor deseja ser removido.

§ 3º Em caso de existência de vaga na unidade escolar, o gestor da unidade deve expedir declaração a todos os candidatos interessados.

§ 4º É dever do servidor interessado a comprovação da sua formação e área de concurso no momento do pedido.

Art. 3° A remoção por permuta se processa a pedido de ambos os interessados.

Art. 4° A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza, do mesmo nível e grau de habilitação.

Parágrafo único - A remoção por motivo de saúde dependerá de inspeção médica oficial, comprovada as razões alegadas pelo requerente.

Art. 5° A remoção será concedida ao profissional da Educação Pública Municipal após 01 (um) ano na escola de efetivo exercício, na unidade escolar e/ou órgão do Sistema de Ensino Municipal, desde que, cumprido o estágio probatório.

Parágrafo único - O pedido de remoção só será concedido e deferido nos períodos oficiais de férias anuais escolares.

Art. 6º As inscrições estarão abertas no período de **16/01/2023 a 20/01/2023.**

Art. 7º O Profissional da Educação Básica no cargo de Professor detentor de dois vínculos efetivos, lotados em qualquer unidade escolar do campo, só poderá se inscrever se for comprovada as duas vagas na zona urbana.

Art. 6º A classificação para o processo de remoção obedecerá ao TOTAL DE PONTOS obtidos na contagem de pontos Portaria de Atribuição 009/2022 SMEC Peixoto de Azevedo-MT, para o ano letivo de 2023.

Art. 7º Em caso de empate no processo de seleção do servidor a ser removido, a escolha recairá, na seguinte ordem, sobre:

I - O servidor com mais tempo de serviço na rede Pública Municipal;

II - Maior Idade;

Art. 8º O pedido de remoção do Profissional da Educação Básica ocupante do cargo de Professor será validado pela Secretária Municipal de Educação, a partir de **27/01/2023** desde que o mesmo esteja com os registros.

Art. 9º O pedido de remoção do Profissional da Educação Básica ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional será validado Pela Secretária Municipal de Educação na data prevista no artigo anterior.

Parágrafo único - É de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal juntamente com a Comissão a análise e validação da remoção do Profissional da Educação Básica nessa etapa do processo.

Art. 10 Os Profissionais da Educação Básica, que se inscreveram para o processo de **REMOÇÃO/2023,** e os responsáveis pela validação do pedido deverão observar as datas estabelecidas nesta Portaria.

Parágrafo único - O pedido de remoção que não for validado na data prevista nesta Portaria será automaticamente tornado sem efeito.

Art. 11 Na remoção a pedido, terá preferência o servidor, respeitando a seguinte ordem:

I - doente, para a localidade em que deva se tratar, ou próxima a esta;

II - que tiver cônjuge ou filho doente, para a localidade onde o tratamento deva ser feito, ou próxima a esta;

III - casado, para a localidade onde reside o cônjuge;

IV - arrimo, para a localidade em que reside a família;

V- estudante, para a localidade onde se encontra o estabelecimento de ensino.

§ 1º O pedido de remoção por motivo de saúde deverá conter o Laudo Pericial expedido pela Perícia Médica.

§ 2º O pedido de remoção por motivo de transferência de um dos cônjuges "ex ofício", quando este for servidor público, baseada no interesse público, deverá ser devidamente fundamentada, conforme estabelecido no **Parágrafo Único do art. 68 da Lei Complementar 16 de maio de 2011.**

Art. 12 A remoção por permuta poderá ser concedida entre Profissionais da Educação Básica que exerçam a mesma atividade, no mesmo cargo e habilitação do concurso no período estabelecido nesta Portaria, devendo os interessados encaminhar processo com a documentação necessária e aguardar o resultado no local de origem.

Art. 13 Em caso do Profissional da Educação Básica solicitar desistência da remoção deverá protocolar na Secretaria Municipal de Educação e realizar a solicitação de cancelamento, impreterivelmente até **25/01/2023**.

Art. 14 O resultado do pedido de remoção será disponibilizado a partir de **27/01/2023** na Secretaria Municipal de Educação, e uma vez deferido, o Profissional da Educação Básica deverá se apresentar na Secretaria Municipal de Educação até o dia **31/01/2023**.

Art. 15 Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo 31 de outubro 2022.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva
_____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana
_____

Cleize Maria de Barros Tavares
_____

Débora Gonçalves Lopes
_____

Fernando Alves da Silva
_____

José Carlos dos Santos
_____

Kremoro Metuktire
_____

Lelia Laura Silva
_____

Luzia Rodrigues Arruda
_____

Rosilene dos Santos Rodrigues
_____

Vânia Conceição da Souza Chambó
_____

PORTARIA Nº. 007/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

PORTARIA Nº. 007/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

***Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas da Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo-MT para o ano letivo de 2023*.**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9. 394/96 e Lei Complementar nº. 16 de 11 de maio de 2011, Resolução nº 126 de 12 de agosto de 2003, que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica do campo no sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso–CEE/MT, Instrução Normativa nº 001/2021 e Portaria 016/2021/SMEC/MT;

Considerando a necessidade de definir critérios que visem a composição de turmas das Creches e Escolas Municipais de ensino e a organização do quadro de pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a **equipe gestora** (diretor (a), coordenador (a) e secretário (a) e ao conselho deliberativo da comunidade escolar a organização e a composição de turmas, nas unidades escolares.

§ 1º Definir que as secretarias das Unidades Escolares deverão formar as turmas de acordo com as matrículas efetivadas até a data de atribuição de classe/aulas.

§ 2º No decorrer do ano letivo não será permitida a abertura de turmas com data de vigência retroativa ao início do ano letivo, exceto na zona rural e aldeias indígenas.

§ 3º As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, etapas de ensino, modalidades oferecidas e turnos de funcionamento da escola.

Art. 2º Para o ingresso no primeiro ano do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade a completar até **31/03/23.**

Parágrafo único - Os alunos que completarem 06 anos após **31/03/23**, conforme resolução do CEE/MT deverão ser matriculados na Educação Infantil.

Art. 3º Para enturmação dos alunos no Ensino Fundamental do ciclo de formação humana observará as seguintes idades:

I - 1º Ciclo – 6 a 8 anos;

II - 2º ciclo – 9 a 11 anos;

III - 3º ciclo de 12 a 14 anos;

Art. 4º Os alunos com idade acima de 15 (quinze) anos, cursando Ensino Fundamental, deverão ser atendidos preferencialmente, em escola que ofereçam Educação de Jovens e Adultos.

Art. 5º A composição das turmas será feita com base no número de alunos por turma, obedecendo aos critérios:

I -Na Educação Infantil:

a) 0 a 12 meses – 5 a 8 alunos;

b) 1 a 2 anos – 08 a 10 alunos;

c) 2 a 3 anos- 15 a 18 alunos;

d) 3 a 4 anos – 15 a 20 alunos;

e) 4 a 5 anos- 20 a 22 alunos;

f) 5 a 6 anos- 20 a 22 alunos.

II – No Ensino Fundamental: Conforme Parâmetro Estadual:

a) 1º ciclo de no mínimo 23 (vinte e três) a 25 (vinte e cinco) alunos; **b) 2º ciclo** de no mínimo de 25 (vinte e cinco) a 27 (vinte sete) alunos; **c) 3º ciclo** de no mínimo 27 (vinte e sete) a 30 (vinte sete) alunos; **d) 1º segmento/EJA** – de no mínimo 25 (vinte e cinco)a 30(trinta) alunos.

§ 1º Nas escolas municipais, salas anexas e indígenas localizadas na zona rural, que possuírem número de alunos inferior ao previsto nos incisos I e II constituirão suas turmas observando os seguintes critérios:

I - Educação Infantil;

a) 1, 2 e 3 anos - de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) alunos; **b) 4 e 5 anos -**de 15 (quinze) a 27 (vinte sete) alunos.

II – No Ensino Fundamental: Conforme Parâmetro Estadual:

a) 6 e 7 anos -de 15 (quinze) a 27 (vinte setes) alunos; **b) 8 e 9 anos -**de 15 (quinze) a 27 (vinte sete) alunos; **c) 1º Segmento** /EJA – de 15 (quinze) a 30 (trinta) alunos; **d) Classes multicicladas –** mínimo 15 (quinze) máximo de 27 alunos;

§ 2º Caso haja número de alunos por turmas, na mesma modalidade/etapa/fase, inferior às alíneas a), b), c), d) e e) deverão formar turmas únicas multicicladas e ou remanejados para outra Unidade de Ensino.

Art. 6º Os alunos com idade acima de 15 (quinze) anos, cursando o Ensino Fundamental deverão ser atendidos preferencialmente em escolas que ofereçam a educação de jovens e adultos.

Art. 7º Nas Unidades Escolares de Ensino Regular, a inclusão de alunos **com Necessidades Educacionais Especiais (com laudo médico)** será no máximo **02 (dois)** alunos para compor uma turma de **20 (vinte) alunos;**

Parágrafo Único. A abertura de novas turmas originando novos profissionais ao longo do ano letivo fica condicionada a lista por classificação para as aulas excedentes, teste seletivo simplificado ou convocação de concur-

so público realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Prefeitura Municipal.

Art. 8º Nas Unidades Escolares a gestão escolar deve promover as adequações no seu quadro de pessoal com o devido suporte da Assessoria Pedagógica, principalmente nos casos de redução e ampliação de turmas e movimentação dos profissionais, entre outros.

Art. 9º Compete a Assessoria Pedagógica do município orientar, acompanhar e fiscalizar a composição de turmas, bem como a organização do quadro de pessoal e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 10º Compete a Assessoria Pedagógica do município acompanhar bimestralmente a movimentação do número de alunos, conforme estabelece esta portaria e proceder ao ajuste de turma (fechamento de turmas, remoção de alunos de turnos e transferências para outra escola onde houver vaga durante o ano letivo no período que constatar a necessidade) e do quadro de pessoal da escola, se necessário for.

Art. 11º Cabe a Secretária Municipal de Educação, acompanhar o cumprimento desta portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 12º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir do ano letivo de 2023 revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo, 31 de outubro de 2022.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva

_____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana

_____

Cleize Maria de Barros Tavares

_____

Débora Gonçalves Lopes

_____

Fernando Alves da Silva

_____

José Carlos dos Santos

_____

Kremoro Metuktire

_____

Lelia Laura Silva

_____

Luzia Rodrigues Arruda

_____

Rosilene dos Santos Rodrigues

_____

Vânia Conceição da Souza Chambó

_____

PORTARIA Nº. 006/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

PORTARIA Nº. 006/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

Dispõe sobre o gozo de férias para servidor que integra o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC exercício 2022/2023.

A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias do servidor que compõe o quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com fundamento na LC nº 16 de 11 de maio de 2011, LC nº 003/2005 de 26 de agosto de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que as férias referentes ao período aquisitivo de **2022/2023,** do servidor que integra o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SMEC, deverão ser usufruídas conforme disciplinado nesta Portaria.

Art. 2º Nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, que concluírem o ano letivo até 21/12/2022 as férias serão usufruídas de forma coletiva, no período de **02/01/2023 a 31/01/2023.**

§ 1º Nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino as férias serão usufruídas de forma coletiva, exceto para os cargos de Secretário Escolar, Diretor Escolar, AAE/Vigilância e Assessores Pedagógicos.

§ 2º Caberá ao Secretário Escolar encaminhar o requerimento individual de férias de cada servidor atribuído em sua Unidade de Ensino e a programação anual de férias dos servidores que estarão de plantão no período de férias coletivas e demais afastamentos legais da Unidade de Ensino até a data de **01/12/2022.**

Art. 3º O servidor efetivo que permanecer em exercício no período de férias coletivas deverá usufruir suas férias regulamentares no decorrer do ano letivo, com término até 30 de novembro/2023, conforme escala programada pelo Gestor Escolar e encaminhar cópia para a SMEC.

Art. 4º No período referido no Art. 2º, a equipe gestora da Unidade Escolar deverá informar o nome dos profissionais que permanecerão em exercício, a fim de garantir o cumprimento das tarefas do fechamento do ano letivo de 2023.

Art. 5º Os casos omissos deverão ser encaminhados para a SMEC, para apreciação e deliberação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo, 31 de outubro de 2022

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva

_____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana

_____

Cleize Maria de Barros Tavares

_____

Débora Gonçalves Lopes

_____

Fernando Alves da Silva

_____

José Carlos dos Santos

_____

Kremoro Metuktire

_____

Lelia Laura Silva

_____

Luzia Rodrigues Arruda

_____

Rosilene dos Santos Rodrigues | Vânia Conceição da Souza Chambó

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo-MT para ano letivo de 2023 e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, e 7.040/98 e Lei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011, Lei Municipal nº 378 de dezembro de 2000; Parecer13/2012/CEB/CNE, RESOLUÇAO 5/2012/CEB/CNE;

Considerando as políticas da Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais da educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a Instrução Normativa 008/2022/Seduc/MT, que dispõe sobre o processo de atribuição dos professores e técnicos administrativos educacionais pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Educacionais da Rede Estadual de Ensino para o ano letivo de 2023;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas Unidades Escolares Municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 1º Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas dos professores *e regime/jornada de trabalho dos técnicos administrativos educacionais e apoios administrativos educacionais, efetivos* da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2023.

Art. 2º Todos os profissionais da educação, efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, devem participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas Unidades Escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I - Em afastamento por licença para tratamento de interesse particular;

II - Cedidos que ainda estiverem com o período em vigência;

III - O trabalhador da educação em exercício de mandato eletivo que descompatibilizou das funções de docência;

IV - Em afastamento constante por motivo de licença para tratamento de saúde com apresentação do Laudo Pericial.

Art. 3º Os trabalhadores da educação, que em 2022, encontram-se lotados na Assessoria Pedagógica, coordenadores das escolas municipais e os que se encontram em regime de colaboração, permutados, técnicos que ocupam vaga na Secretaria de Educação e trabalhadores da educação que em 2022, estão fora de sua escola de lotação substituindo vagas de outros trabalhadores da educação que estão exercendo outras funções farão contagem de pontos na Unidade Escolar de lotação e participarão do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho.

Art. 4º Caso haja disponibilidade de vagas serão admitidos profissionais com contratos temporários na Rede Municipal de Ensino para exercer o cargo de professor, técnico administrativo educacional, técnico de desenvolvimento infantil (TDI), apoio administrativo educacional (manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar, vigilância e transporte escolar motorista).

Parágrafo único: Para acompanhar os alunos com necessidades especiais profissional com formação mínima de Ensino Médio com jornada de 30 horas semanais; para atender a criança com graves transtornos neuro-motores (criança que em decorrência, apresentem mobilidade reduzida ao ponto de comprometer sua autonomia de ir ao banheiro e se alimentar, sendo, portanto, dependente de apoio externo) e criança com transtornos globais de desenvolvimento-TGD, mediante a solicitação da Unidade Escolar com laudo atualizado.

Art. 5º A comissão de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na Unidade Escolar serão compostas de:

I - Diretor da Escola;

II - Secretário Escolar;

III - Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - No mínimo 03 (três) e no máximo 06 (seis) profissionais da educação escolhidos pela Unidade Escolar, respeitando os segmentos de forma paritária: professor, técnico administrativo educacional, e apoio administrativo educacional;

V- Nas creches deve ser acrescentado a comissão de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho o segmento Técnico do Desenvolvimento Infantil (TDI).

§ 1º A comissão de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na Secretaria Municipal de Educação, será composta de:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Representante da Assessoria das Escolas Urbanas;

III- Representante das Escolas do Campo;

IV- Representante da Educação Infantil;

V - Representante do Conselho Municipal de Educação;

VI - Representantes de Diretores Escolares;

VII - Representante do SINTEP;

VIII - Representante dos Técnicos Administrativo Educacional;

IX - Representante do Poder Executivo;

X - Representante das Escolas Indígenas;

XI- Representante do Conselho do FUNDEB.

§ 2° O número de membros da comissão deve ser definido de acordo com a demanda de trabalho do município, sendo no mínimo de 05 (cinco) e máximo de 11 (onze) membros.

Art. 6º Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho a Comissão deve seguir os procedimentos abaixo:

I - Realizar ciclos de estudo da Instrução Normativa nº 001/2022, Portaria nº. 004/2022, Portaria nº. 005/2022, Portaria nº. 006/2022, Portaria nº 007/2022, 008/2022, Portaria 009/2022.

SEÇÃO II

DA CONCESSÃO PARA USUFRUTO LICENÇA PRÊMIO

Art. 7º O usufruto de Licença Prêmio somente será autorizado aos profissionais de Educação Básica lotados nas Unidades Escolares, de acordo com o cronograma estabelecido na Instrução Normativa 001/2022 para efeito de planejamento orçamentário e oportunizar o início e a conclusão do ano letivo com o professor regente, de forma a não trazer prejuízo ao Projeto Político Pedagógico escolar, resguardando o percentual legal estabelecido pela LC 16, de 11 de maio de 2011, obedecendo os seguintes critérios:

§ 1º Os requerimentos deverão ser protocolados 60 dias antes do usufruto da licença prêmio do corrente ano.

§ 2º O servidor que entrar na programação do usufruto de licença prêmio, uma vez que esta já tenha sido publicada no Diário Oficial do Município até que este se complete, não pode se candidatar ao exercício de função gratificada.

§ 3º Uma vez iniciado o gozo da licença prêmio, esta não pode ser suspensa, interrompida, reprogramada ou cancelada.

Art. 8º De acordo com artigo 107 §3° da Lei complementar nº16/05/2011 o número de profissionais da educação em gozo simultâneo da licença prêmio não poderá ser superior a 1/5 da lotação da respectiva unidade administrativa**.** O critério de desempate para as licenças prêmios para o ano de 2023 deverão seguir os seguintes critérios:

a) Maior número de licenças vencidas;

b) Maior tempo de efetivo exercício no município;

c) Maior idade;

DAS ETAPAS:

a) Período de **05 a 07/12/2022** -inscrição dos profissionais da educação efetivos lotados nas Unidades de Ensino, conforme ficha disponibilizada nas escolas. **b)** O profissional da Educação Básica deve inscrever-se para contagem de pontos na Unidade Escolar de sua lotação. **c)** Dia **08**, **09 e 12/12/2022 -** contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos, e estabilizados das creches e das escolas da zona urbana e rural. **d)** As creches e escolas da zona urbana e rural afixar para divulgação da pontuação, no dia **13/12/2022** a partir das 08h, em local de fácil visualização, a relação nominal dos trabalhadores da educação por ordem crescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará no quadro demonstrativo. **e)** Dia **14/12/2022**, período de eventuais recursos interpostos pelos servidores.

SEÇÃO III

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO

Art. 9º Para efeito desta **Instrução Normativa,** considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo e concursado as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas no Artigo 60 e 61 da Lei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011.

Art. 10 Para a atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades serão consideradas a carga horária do professor definida na LC 16 de 11 de maio de 2011 conforme quadro abaixo e a carga horária anual da matriz curricular da escola.

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
30 horas	20 horas	10 horas

§ 1º A atribuição da jornada de trabalho dos professores, efetivo é de caráter permanente na respectiva Unidade Escolar, considera-se ainda, as particularidades previstas na LC 16/2011.

§ 2º O cumprimento das horas atividades de professores efetivos em regência de classe, e que completam a jornada de trabalho em duas ou mais Unidades Escolares deve ser distribuída proporcionalmente a carga horária **atribuída** em cada unidade.

Art. 11 Além das horas destinadas a sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores o período destinado a hora-atividade.

§ 1º Entende-se por hora atividade aquelas destinadas a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, as reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da Unidade Escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da Unidade Escolar e de atendimento ao aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da equipe pedagógica.

§ 3º O professor efetivo que possui dois vínculos, (municipal/municipal), com jornada semanal limitada a 60 (sessenta) horas, deverá cumprir integralmente a hora-atividade dos dois vínculos na Unidade Escolar.

§ 4º Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

a) Participação das atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e ao aperfeiçoamento profissional;

b) Preparação e avaliação do trabalho didático (incluindo o diário eletrônico);

c) Atividades propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas, reuniões de pais e articulação com a comunidade.

§ 5º AHora atividade deverá ser cumprida na unidade de atribuição do servidor.

Art. 12 Para a **contagem de pontos/classificação** da atribuição de classes e/ou aulas dos professores efetivos, as comissões de atribuição do regime/ jornada de trabalho previstas nesta **Instrução Normativa**, devem proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição.

Parágrafo Único - Para contagem de pontos/classificação dos **professores em efetivo exercício,** devem ser considerados os critérios que constam no **Anexo I**;

Art. 13 DA PRIMEIRA ETAPA

I - **Dia 01/02/2023.** Serão atribuídos os professores efetivos nas Unidades Escolares de sua lotação as 08h;

II - Dia 01/02/2023 ainda no período matutino, devem serem eleitos entre seus pares, os professores para exercerem a função de **Apoio Pedagógico**, os professores eleitos, devem deixar vagos seus cargos (salas de aula) para que suas salas sejam atribuídas aos remanescentes;

Observando critérios que constam na Portaria nº. 009/2022 SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT;

III - Atribuição para os professores do quadro efetivo que atuaram no ano de 2022, no 1º, 2º e 3º ano do 1º ciclo, será garantida a rotatividade para quem trabalhou com o 3º ano do 1º ciclo no ano letivo de 2022 e 1º ano do 2º ciclo; é assegurada a sua permanência para acompanhar as turmas na Unidade Escolar, independente da pontuação, exceto nas seguintes situações:

a) Redimensionamento escolar;

b) Atuação e/ou perfil do profissional em desacordo com a proposta pedagógica da escola e modalidade atribuída;

c) Desempenho do profissional, considerando a prática pedagógica insatisfatória, o não envolvimento na formação continuada e o não cumprimento da hora atividade na escola; com declaração expedida pela coordenadora e a direção da escola;

d) Remoção;

e) ou desativação da unidade escolar;

f) Em constante afastamento como: licença saúde, licença para tratar de interesse particular e outros;

1) A "opção pela continuidade com a turma" deve ser confirmada pelo professor interessado na ficha de pontuação, no ato da inscrição para contagem de pontos;

2) Caso o professor opte pela continuidade, a turma não constará no quadro de aulas livres para atribuição;

3) A turma é considerada ***"continuidade"*** e o professor tem direito a acompanhá-la se tiver um número mínimo de 50% mais um de alunos advindos da atribuição do ano de 2022, completando o número de alunos conforme a portaria de nº **007/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT que "*dispõe sobre os critérios para composição de turmas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino";***

4) Caso a turma tenha poucos alunos e não possua o número mínimo exigido para sua constituição não será garantida ao professor a continuidade com a respectiva turma, deve a turma ser recomposta com outros alunos, em observância ao número de alunos conforme estabelece Portaria. **Nº. 007/2022/ SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT** que "***Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino"*** e, agregando-se as demais turmas para atribuição geral.

Parágrafo único - Os professores remanescentes podem completar a carga horária com a **disciplina inclusa na área de conhecimento de sua formação,** desde que não haja em outras Unidades Escolares, aulas livres em sua habilitação. Para os pedagogos remanescentes, podem ser atribuídas aulas nas turmas de Educação Infantil.

IV - **Dia 02.02.2023** - período matutino, entrega do quadro de aulas livres e/ou em substituição, como quadro de professores remanescentes para Assessoria Pedagógica do município de todas as Unidades Escolares.

Art.14 A SEGUNDA ETAPA - do processo de atribuição de classes e/ou aulas organizada pela Assessoria Pedagógica, destina-se especificamente, aos professores remanescentes e aos que solicitaram remoção para outras unidades escolares, deferido pela Secretaria de Educação.

Parágrafo Único - Para esta etapa da atribuição de classes e/ou aulas, os professores devem comparecer a Assessoria Pedagógica, para consultar o quadro de vagas e receberem o **"*Encaminhamento da Atribuição de Classes e/ou Aulas"*,** conforme classificação, devendo apresentar-se a unidade escolar no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, para a devida lotação e efetivação da atribuição de aulas livres e/ou em substituição, de acordo com o cronograma abaixo:

I - **Dia 02.02.2023** - **período matutino 8h** - organização do quadro de classificação dos professores efetivos remanescentes pedagogos e de área na disciplina a que concorre, mantendo para efeito de classificação, a pontuação obtida na Unidade Escolar de origem e divulgação da lista de classificação e atribuição de classes e/ou aulas para os professores remanescentes para Unidades Escolares. Em sequência serão atribuídas as aulas excedentes aos professores efetivos.

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Art. 15 Na atribuição do regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e, apoio administrativo educacional será considerado a carga horária de 30 horas semanais.

Art. 16 O QUADRO ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES será composto conforme prevê o Art. 5º inciso II e III da Lei Complementar nº 16 de 11 de maio de 2011, dos seguintes cargos:

II - **Técnico Administrativo Escolar;**

a) Auxiliar Administrativo Escolar;

b) Secretário Escolar;

c) Técnico de Desenvolvimento Infantil;

d) Técnico de Multimeios Didáticos;

III- **Apoio Administrativo Educacional;**

a) Agente de nutrição Escolar- Merendeira;

b) Técnico em Infraestrutura- Limpeza;

c) Técnico em Infraestrutura-Transporte Escolar;

d) Técnico em Infraestrutura - Vigilante Escolar;

e) Técnico em infraestrutura- Zelador;

Art. 17 Para a **contagem de pontos/classificação** do regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, as comissões de atribuição do regime/jornada de trabalho previstas nesta **Instrução Normativa 001/2022,** deverão proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição considerando:

I - Para **técnico administrativo educacional** e **apoio administrativo educacional** em efetivo exercício, considerar os critérios constantes no **Anexo II;**

Art.18 A **PRIMEIRA ETAPA** - ocorre na Unidade Escolar, compreendendo 2 (duas) fases:

I - 1ª Fase - dia 01/02/2023 - no período vespertino as 13h30 para o técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivos, e removidos pertencente ao quadro, lotados na Unidade Escolar, para os cargos/funções as quais concorrem;

II - 2ª Fase - dia 02/02/2023 - no período matutino a Unidade Escolar oficializa a SMEC caso haja remanescentes.

III - 3ª Fase - **dia 02/02/2023**- no período matutino a partir das 09h, para os técnicos de infraestrutura – transporte escolar Zona Rural.

IV - 4ª Fase – **dia 02/02/2023** - no período vespertino a partir das 15h, para os técnicos de infraestrutura – transporte escolar Zona Urbana.

V - 5ª Fase- dia 03/02/2023 - no período vespertino atribuição para técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivos, e removidos pertencente ao quadro que ficaram remanescentes.

Art.19 A **TERCEIRA ETAPA:** os técnicos administrativos educacionais e apoio administrativo educacional efetivo ou remanescente devem comparecer a Assessoria Pedagógica, para receberem o ***"encaminhamento da atribuição",*** para a devida lotação em outra Unidade Escolar.

SEÇÃO -V

DA READAPTAÇÃO DA FUNÇÃO

Art. 20 O profissional em Readaptação com período superior 06 (seis) meses (com período vigência), mediante apresentação do Laudo/Perícia deverá preencher o Formulário de inscrição e participar do processo de atribuição em sua Unidade Escolar de lotação e atribuir em uma das funções elencadas conforme instituído pela portaria **009/2022/SMEC/PXTO/MT.**

SEÇÃO-VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.21 Os quadros de atribuição e/ou classificação, ficam disponíveis nas escolas e Assessoria Pedagógica para realizarem as atribuições de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho aos professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivos, durante o período correspondente a etapa/fase, conforme cronograma especificado nesta **Instrução Normativa 001/2022.**

Art.22 Aos profissionais da educação que solicitaram remoção de uma Unidade Escolar para outra, serão assegurados os direitos adquiridos na contagem de pontos quanto ao tempo de serviço na Rede Municipal e títulos, não considerando a contagem de pontos do tempo de serviço na Unidade Escolar anterior para atribuição de classes e/ou aulas.

§ 1º O pedido de remoção só poderá ser feito no período de férias em data a ser publicada pela SMEC, conforme **Portaria 006/2022,** a remoção só será feita mediante comprovação da existência da vaga pela Secretaria de Educação e Cultura, **conforme LC. 16/2011.**

§ 2º Os Profissionais da Educação remanescentes que foram para outra Unidade de Ensino no ano de 2022 não terão prejuízos na pontuação ao retornar à sua escola.

Art. 23 O quadro dos profissionais administrativos das escolas indígenas será composto considerando a especificidade, localização e a organização escolar dessas comunidades.

Art.24 Os profissionais efetivos que estejam exercendo função gratificada (diretor, coordenador pedagógico, secretário (a) de educação e assessor pedagógico), que estejam prestando serviços técnicos e órgão central será garantido a pontuação constante nos anexos desta instrução normativa, no que se refere a titulação, tempo de serviço e assiduidade/jornada de trabalho e quanto a qualificação profissional, mediante apresentação de documentação. E este participa do processo de atribuição nas Unidades de Ensino nas quais são lotados.

Art. 25 Compete a Assessoria Pedagógica do município orientar e acompanhar o processo de execução de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham comprometer o processo.

Art. 26 A equipe gestora da Unidade Escolar e Assessor (a) Pedagógico (a) que **descumprirem as orientações normativas** em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ou aulas, desconsiderando a lista de classificação dos profissionais da Educação Básica, dados ou informações, **praticando ação que caracterize *NEPOTISMO* no processo de atribuição de classes e/ou aulas/jornada de trabalho,** ou atos que venham comprometer a ***LEGALIDADE* e *TRANSPARÊNCIA*** no processo de atribuição, será responsabilizada pelos seus atos na forma da Lei Vigente.

Art. 27 Os casos omissos devem ser solucionados em primeira instância pelas comissões de atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, devem ser encaminhados a Secretaria Municipal de Educação e a comissão instituída pela **Portaria 003/2022.**

Art.28 Esta instrução normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo 31 outubro 2022.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva _____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana _____

Cleize Maria de Barros Tavares _____

Débora Gonçalves Lopes _____

Fernando Alves da Silva _____

José Carlos dos Santos _____

Kremoro Metuktire _____

Lelia Laura Silva _____

Luzia Rodrigues Arruda _____

Rosilene dos Santos Rodrigues _____

Vânia Conceição da Souza Chambó _____

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSOR ARTICULADOR

1º e 2º CICLOS
I - entre 150 a 300 alunos
As escolas que trabalham com o 1º e **2º ciclos,** e com número de alunos compreendidos entre 150 a 300 alunos, terão direito a 01 (um) Professor Articulador, habilitado em Pedagogia e com conhecimento e/ou experiência em alfabetização e letramento.
II - a partir de 150 alunos
a) 1 **Professor de Apoio Pedagógico** a partir de 150 alunos; b) 2 **Professores de Apoio Pedagógico** a partir de 350 alunos; c) 3 **Professores de Apoio Pedagógico** a partir de 601 alunos;
3º CICLO
III – a partir de 300 alunos
As escolas que trabalham com o 3º Ciclo, a partir de 300 alunos terão direito a **1 (um) Professor de Apoio Pedagógico**, em licenciatura de Letras ou Matemática na falta dos mesmos poderá concorrer o professor habilitado em licenciatura em Pedagogia. Caso haja professores remanescentes em área o Apoio Pedagógico será atribuído a esse profissional nas escolas que ofertem o 3º Ciclo.

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Porte da Escola	**Números de alunos**	**Turnos**	**N° de Coordenadores**
Pequena	101 a 300	2 ou Mais	1
Média	301 a 600	2 ou Mais	2
Grande	601 a 900	2 ou Mais	3
-	Acima de 901	2 ou Mais	2+1 a cada 300

ANEXO III

Critérios para Dimensionamento do Nº de Técnicos Administrativos por Unidade Escolar na função de Administração Escolar e Secretário Escolar				
Categoria	**Nº de Alunos**	**Administrativo**	**Secretário**	**Total**
A	Até 200	-	1	**1**
B	201 a 500	1	1	**2**
C	501 a 1000	2	1	**3**
D	1001 a 1500	3	1	**4**
E (anexas)	Acima de 100	1	0	**1**

ANEXO IV

- NUTRIÇÃO ESCOLAR –

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRIÇÃO
I - até 200 Alunos por escola: Ø 01 (um) Apoio Administrativo Educacional, na função de Nutrição Escolar.
II – a partir de 220 a 400 alunos por escola: Ø 02 (dois) Apoios Administrativos Educacionais, na função de Nutrição Escolar.
III - acima de 430 a 600 alunos por escola: Ø 03 (três) Apoios Administrativos Educacionais, na função de Nutrição Escolar.
IV – acima de 620 a 850 alunos por escola: Ø 04 (quatro) Apoios Administrativos Educacionais, na função de Nutrição Escolar,
V - Salas anexas – a partir de 15 alunos: Ø 01 (um) Apoio Administrativo Educacional/Nutrição Escolar.

ANEXO VI

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONAL - LIMPEZA

FÓRMULA	
FATOR = {[(Área/100)*1]+(Nº Salas*7)+(Nº Turmas*13)}/16	
Área *= Área Construída da Unidade Escolar - Peso 1*	
Nº de Salas *= Número de Sala de Aula da Unidade Escolar – Peso 7*	
Nº de Turmas *= Número de Turmas atendidas pela Unidade Escolar - Peso 13*	
Tabela 1	
FATOR CALCULADO	**NÚMERO DE SERVIDORES**
Fator menor ou igual a 18	1 Limpezas por turno
Fator maior que 18 e menor ou igual a 31	2 Limpezas por turno
Fator maior que 31 e menor ou igual a 41	3 Limpezas por turno
Fator maior que 41 e menor ou igual a 53	4 Limpezas por turno
Fator maior que 53 e menor ou igual a 60	5 Limpezas por turno
Fator maior que 60 e menor ou igual a 68	6 Limpezas por turno
Fator maior que 68 e menor ou igual a 80	7 Limpezas por turno
OBS: FATOR DE REDUÇÃO PARA ESCOLAS QUE POSSUEM TURNO NOTURNO	
Tabela 2	
TABELA 1(NÚMERO DE SERVIDORES)	**REDUÇÃO (Nº TOTALDE SERVIDORES)**
1Limpezas por Turno	----► Nº de Turnos X Limpeza = 3 Limpezas
2 Limpezas por Turno	2 para cada Turno Diurno + 1 Turno Noturno
3 Limpezas por Turno	3 para cada Turno Diurno + 2 Turno Noturno
4 Limpezas por Turno	4 para cada Turno Diurno + 2 Turno Noturno
5 Limpezas por Turno	5 para cada Turno Diurno + 3 Turno Noturno
6 Limpezas por Turno	6 para cada Turno Diurno + 4 Turno Noturno
7 Limpezas por turno	7 para cada Turno Diurno + 5 Turno Noturno

ANEXO I

FICHADE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO

1. **Dados Pessoais:**		
Nome do Servidor (a): _____ Dt.Nasc:____/_____/____ End._____ nº_____ Bairro::_____ Cidade_____ CEP:_____ Cel.:_____Email:_____ Matrícula:_____ RG:_____UF:_____ Dt Exp.:___/___/____ CPF:_____ Escola: _____ **Sala anexa – Vida Esperança**: a) Vida Nova I ( ) b) Antônio Soares ( ) c) Santos Dumont ( ) ( ) Wani Wani d) Alto Xingu ( ) e) Jarinã ( ) Sala anexa – Elza Koller Heller: a) Vida Nova II ( ) **Sala anexa Escola Municipal São Luiz**: a) Paciência ( ) b) ( ) Dom Benjamin		
POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO? A) ( ) NÃO **B)** ( ) SIM TIPO: _____ ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO:_____ Hs / semanais		
2. Situação Funcional:	**3. Cargo/Função:**	**4. Jornada Semanal de Trabalho:**
( ) Efetivo;	**( )** Professor	**( )** Reg. de trabalho de 30 (trinta) horas;
I- OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO:		
a) Habilitação do Concurso ( ) **b)** Continuidade no 1º Ciclo ( ) **c)** Aula excedente ( ) d) Sala de Recurso Multifuncional ( )		

II-	**DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO** (Considerar a maior titulação)			
CRITÉRIOS		**INDICADORES**	**CÔMPUTO**	**PONTOS**

Pós-Graduação	Doutorado	25 (vinte e cinco) pontos		
	Mestrado	20 (vinte) pontos		
	Especialização	15 (quinze) pontos		
Licenciatura	Licenciatura Plena	10 (dez) pontos		
	Licenciatura Curta	5,0 (cinco) pontos		
Ensino Médio	Magistério	3,0 (três) pontos		
III	**DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.**			
A	Para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo/MT.	1,0 (um) ponto		
	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - Considerar apenas os últimos 3 (três) anos			
b)	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,00 (cinco) pontos. (nos últimos 03 anos)	1,0 (um) ponto para 40 horas.		
7.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**			
8.	**EM CASO DE EMPATE:**			
a.)	O de maior formação			
b.)	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino/MT			
c.)	Idade			
9.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:**			

Obs.: -**Trazer no ato da inscrição toda a documentação exigida.**

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública _____/_____/2022 – Peixoto de Azevedo-MT

_____ _____

Assinatura do (a) Professor (a) Resp. pela Atribuição na Escola

ANEXO II

FICHA DE PONTOS P/REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO EFETIVO.

1. **Dados Pessoais:**
Nome do Servidor (a): _____ Dt Nasc:____/_____/_____
End._____ nº_____ Bairro::_____
Cidade_____CEP:_____
Telef: Res:_____Cel.:_____ Outro telef. p/contato:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____ Exp:_____UF:_____ Dt Exp.:___/___/____
CPF:
Escola: _____
Habilitação: Concurso_____
Profissionalizante_____
cargo _____

2. Situação Funcional	**3. Regime de trabalho:**
( ) Efetivo ( )concursado	Regime de trabalho integral de _____ horas Gestão Escolar ( ) Técnico em Multimeio ( )

4. Opção para a Função que concorre (assinalar apenas uma opção):

a. para Técnico Administrativo Educacional		**b. para Apoio Administrativo Educacional**	
( )	Secretaria Escolar – Técnico – Gestão Escolar	**( )**	Limpeza
( )	Laboratório de Informática Educativa – Técnico Multimeio	**( )**	Alimentação
( )	Técnico em Desenvolvimento Infantil – (TDI)	**( )**	Vigia
		( )	Zelador

5. Número de pontos obtidos pelo profissional:

CRITÉRIOS			**INDICADORES**		**CÔMPUTO**	**PONTOS**
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: permitir somente o registro de um item e pontuá-lo						
	Pós – Graduação	Especialização	15 (quinze) pontos			
	Ensino Superior	Licenciatura Plena/Bacharel	10 (dez) pontos			
		Licenciatura Curta	5,0 (cinco) pontos			
	Ensino Médio	Pro funcionário e Pro infantil	5.0 (dois pontos)			
	Ensino Médio	Regular	2 (dois) pontos			
	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental – Completo	1.0 (um) ponto			
II - DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.						
a.	P/cada ano trabalhado na Rede Municipal de Educação\Peixoto de Azevedo MT, na função específica para a qual concorrer.		1,0 (um) ponto			
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR						
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL						
b.	Conhecimento e domínio dos programas	MEC / FNDE	Educa Censo/Censo Escolar	1,0 (um) ponto		
TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL						
c.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,00 (cinco) pontos. (nos últimos 03 anos)		1,00 (um) ponto para 40 horas.			
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL						
MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA						
a.	Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem, no máximo 5 pontos.		0.5 (meio) ponto para cada 08 (oito) horas			
NUTRIÇÃO ESCOLAR						
a.	Certificado, na área específica (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos, no máximo 5 pontos		0.5 (meio) ponto para ca-			

		da 08 (oito) horas		
VIGILÂNCIA				
a.	Certificado na área específica (vigilância, segurança, relacionamento pessoal, no máximo 5 pontos.	0.5 (meio) ponto para cada 08 (oito) horas		
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:				
7. EM CASO DE EMPATE:				
a.	Maior formação			
b..	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino.			
c.	Idade.			
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS p/DESEMPATE:				

Obs.: - **Trazer no ato da inscrição toda a documentação exigida.**

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____/_____/_____

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

ANEXO III

FICHA DE PONTOS P/REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO EFETIVO – TECNICO EM INFRAESTRUTURA TRANSPORTE ESCOLAR - MOTORISTA

1. **Dados Pessoais:**
Nome do Servidor (a): _____ Dt Nasc:____/_____/_____
End._____nº_____ Bairro::_____
Cidade_____CEP:_____
Telef: Res:_____Cel.:_____ Outro telef. p/contato:_____e-mail:_____
Matrícula: _____RG: _____ Exp:_____UF:_____ Dt Exp.:___/___/____
CPF:_____
Escola: _____
Habilitação CNH:_____
Profissionalizante_____
cargo _____
Apresentar cópia da Certidão Negativa de Antecedências Criminais.

2. Situação Funcional	**3. Regime de trabalho:**
( ) Efetivo ( ) concursado	Regime de trabalho integral de _____ horas

4. Opção para a Função que concorre: _____

I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: permitir somente o registro de um item e pontuá-lo

CRITÉRIOS		**INDICADORES**	**CÔMPUTO**	**PONTOS**
Pós – Graduação	Especialização	15 (quinze) pontos		
Ensino Superior	Licenciatura Plena/Bacharel	10 (dez) pontos		
	Licenciatura Curta	5,0 (cinco) pontos		
Ensino Médio	Pro- funcionário	5.0 (dois pontos)		
Ensino Médio	Regular	2 (dois) pontos		
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental – Completo	1.0 (um) ponto		

II - DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.				
a.	P/cada ano trabalhado de concurso na Rede Municipal de Educação\Peixoto de Azevedo MT, na específica para a qual concorrer.	1,0 (um) ponto		

III - TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA – TRANSPORTE ESCOLAR (Considerar os últimos 03 anos)				
a.	Cursos que aborda conhecimentos sobre os aspectos centrais da legislação de trânsito para o condutor de transporte escolar. Noções de primeiros socorros,sinalização de trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro. (CTB). Trata das regras de circulação e conduta. No máximo de 5,0 (cinco) pontos.	1,0 (um) ponto para 40 horas.		
5. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:				
6. EM CASO DE EMPATE:				
a.	Maior formação			
c.	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino.			
d.	Idade.			
7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS p/DESEMPATE:				

Obs.: - **Trazer no ato da inscrição toda a documentação exigida.**

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____/_____/_____

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Responsável pela Atribuição

ANEXO IV

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO *EM READAPTAÇÃO DA FUNÇÃO*

1. **Dados Pessoais:**				
Nome do Servidor (a): _____ Dt.Nasc:____/_____/____ End._____ nº_____ Complemento:_____ Bairro::_____ Cidade_____ CEP:_____ Telef: Res:_____Cel.:_____ Outro telef. p/contato:_____ e-mail:_____ Matrícula: _____RG:_____ Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____ CPF: _____ Escola: _____ **Sala anexa – Vida Esperança**: a) Vida Nova I ( ) b) Antônio Soares ( ) c) Santos Dumont ( ) ( ) Wani Wani d) Alto Xingu ( ) e) Jarinã Sala anexa – Elza Koller Heller: a) Vida Nova II ( ) Sala anexa - Creche Escola Irmã Dulce a) Aldeia Kopenoty ( ) Antônio Francisco ( ) Sala anexa – Escola Municipal São Luiz a) Paciência ( ) b) Dom Benjamim **Habilitação:** Concurso:_____				
2. Situação Funcional:	**3. Cargo/Função:**		**4. Jornada Semanal de Trabalho:**	
( ) Efetivo; ( ) Cedência	( ) Professor		( ) Reg. de trabalho de 30 (trinta) horas;	
I DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)				
CRITÉRIOS		INDICADORES	CÔMPUTO	PONTOS
PÓS GRADUAÇÃO	Doutorado	25 (vinte e cinco) pontos		
	Mestrado	20 (vinte) pontos		
	Especialização	15 (quinze) pontos		
LICENCIATURA	Licenciatura Plena	10 (dez) pontos		
	Licenciatura Curta	5,0 (cinco) pontos		
	Magistério ou Pró infantil	3,0 (três) pontos		
ENSINO MÉDIO	Técnico Específico em área	2,0 (dois) pontos		
	Regular	1,0 (um) ponto		
5.	**DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.**			
A	Para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo/MT, devidamente comprovados.	1,0 (um) ponto		
6.	**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - Considerar apenas os últimos 3 (três) anos**			
A.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,00 (cinco) pontos.		1,00 (um) ponto para 40 horas.	
OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM READAPTAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE PERÍCIA /LAUDO DEVERÃO:				
Participar do processo de atribuição em sua unidade de ensino o qual é lotado, mediante preenchimento do formulário de inscrição, se ainda vigente o período da readaptação e, no momento da atribuição farão opção por desenvolver algumas das atividades pedagógico-administrativas elencadas abaixo, de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, cumprindo o regime/jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como: **O servidor deverá optar por apenas uma das opções abaixo:**				
I	**( )**	**EM APOIO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM** até 1(um) cargo, em atividades complementares à sala de aula, correlatasas atividades de articulação da aprendizagem (professor), de acordo com PPP da escola;		
II	**( )**	Exercer a função de **"EXERCER A FUNÇÃO DE SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA",** mediante perfil para auxiliar a coordenação pedagógica inclusive no projeto de controle de infrequência dos alunos- **(BUSCA ATIVA)**		
III	**( )**	Exercer a função de **"SUPORTE TECNICO" NA ASSESSORIA PEDAGÓGICA,** mediante perfil compatível com o exercício da função (professor, técnico administrativo educacional) mediante autorização da Secretária Municipal de Educação.		
7. Número de pontos obtidos pelo professor:				
8.	**EM CASO DE EMPATE:**			
a.)	O de maior formação			
b.)	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino/MT			
c.)	Idade			
9.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:**			

Obs.: -**Trazer no ato da inscrição toda a documentação exigida.**

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

____/____/__

_____ _____

Assinatura do (a) Professor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

ANEXO V

FICHA DE PONTOS P/REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO EFETIVO EM READAPTAÇÃO DA FUNÇÃO.

1. **Dados Pessoais:**	
Nome do Servidor (a): _____ Dt Nasc:____/_____/_____ End._____ nº_____ Bairro::_____ Cidade_____ CEP:_____ Telef: Res:_____Cel.:_____ Outro telef. p/contato:_____ e-mail:_____ Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____ Escola: _____ **Habilitação:** Concurso_____ profissionalizante_____ cargo _____	
2. Situação Funcional	**3. Regime de trabalho:**
( ) Efetivo ( ) concursado	Regime de trabalho integral de _____ horas

			Gestão Escolar ( ) Técnico em Multimeio ( )				
4. Opção para a Função que concorre (assinalar apenas uma opção):							
a. para Técnico Administrativo Educacional			**b. para Apoio Administrativo Educacional**				
( )	Secretaria Escolar – Técnico – Gestão Escolar		**( )**	Limpeza			
( )	Laboratório de Informática Educativa – Técnico Multimeio		**( )**	Alimentação			
( )	Técnico em Desenvolvimento Infantil – (TDI)		**( )**	Vigia			
			( )	Zelador			
			( )	Motorista			
5. Número de pontos obtidos pelo profissional:							
CRITÉRIOS			**INDICADORES**			**CÔMPUTO**	**PONTOS**
6 .a- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: permitir somente o registro de um item e pontuá-lo							
PÓS – GRADUAÇÃO			Especialização	15 (quinze) pontos			
ENSINO SUPERIOR			Licenciatura Plena/Bacharel	10 (dez) pontos			
			Licenciatura Curta	5,0 (cinco) pontos			
ENSINO MÉDIO			Pro funcionário e Pro infantil	5.0 (dois pontos)			
ENSINO MÉDIO			Regular	2 (dois) pontos			
ENSINO FUNDAMENTAL			Ensino Fundamental – Completo	1.0 (um) ponto			
7 - DO TEMPO DE SERVIÇO: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.							
a.	P/cada ano trabalhado na Rede Municipal de Educação\Peixoto de Azevedo MT, na função específica para a qual concorrer.			1,0 (um) ponto			
8 – ESPECÍFICO PARA ÁREA A QUE CONCORREM (preencher apenas os campos pertinentes a inscrição)							
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL							
a.	Conhecimento e domínio dos programas	MEC / FNDE	Educa Censo/ Censo Escolar	1,0 (um) ponto			
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL							
MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA considerar nos últimos 03 anos							
a.	Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem, no máximo 5 pontos			0.5 (meio) ponto para cada 08 (oito) horas			
NUTRIÇÃO ESCOLAR							
a.	Certificado, na área específica (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos, no máximo 5 pontos			0.5 (meio) ponto para cada 08 (oito) horas			
VIGILÂNCIA							
a.	Certificado na área específica (vigilância, segurança, relacionamento pessoal, no máximo 5 pontos			0.5 (meio) ponto para cada 08 (oito) horas			
9. OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM READAPTAÇÃO MEDIANTEAPRESENTAÇÃO DE PERÍCIA / LAUDO DEVERÃO:							
Participar do processo de atribuição em sua unidade de Ensino no qual é lotado, mediante preenchimento do formulário de inscrição, se ainda vigente o período da readaptação e, no momento da atribuição farão opção por desenvolver algumas das atividades pedagógico-administrativas elencadas abaixo, de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, cumprindo o regime/jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como: **O servidor deverá optar por apenas uma das opções abaixo:**							
I	**( )**	Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **BIBLIOTECA ESCOLAR** (técnico administrativo educacional);					
II	**( )**	Em atividades educativas acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado ORGANIZADOR DE AMBIENTE (apoio administrativo educacional);					
III	**( )**	Exercer função responsável pelas Multimídias **- "MULTIMEIO DIDÁTICO"**, com perfil para exercer a função Professor/técnico educacional;					
IV	**( )**	**"ATENDIMENTO NA RECEPÇÃO"** da unidade escolar (apoio administrativo educacional);					
V	**( )**	**APOIO NA SECRETARIA ESCOLAR**(técnico administrativo educacional);					
10. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:							
11. EM CASO DE EMPATE:							
a.	Maior formação						
c.	Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino.						
d.	Idade.						
12. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS p/DESEMPATE:							

Obs.: - **Trazer no ato da inscrição toda a documentação exigida.**

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____/_____/_____

_____ _____

Assinatura do (a) Servidor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

PORTARIA Nº. 004/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

PORTARIA Nº. 004/2022/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

Dispõe sobre o Calendário Escolar das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo/MT para o ano letivo de 2023 e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Complementar nº 16, de 11 de maio de 2011, dispõe do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública e a Lei Municipal nº 378 de 2000 do Município de Peixoto de Azevedo-MT;

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo nas Unidades Escolares Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que o calendário escolar para o Ensino Fundamental e Educação Infantil deve ter, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular com a carga horária mínima de 800 horas e máxima de 880 horas anual.

Art. 2º Os Diretores e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração do calendário letivo, devem observar as datas estabelecidas nesta Portaria e o disposto no Art. 96, inciso I, II e III, da Lei Complementar nº. 16, de 11 de maio de 2011, e Lei municipal 378/2000 no seu artigo 29, considerar a proposta do calendário da comissão de atribuição de classe/aula e regime/jornada de trabalho e assessoria pedagógica municipal, bem como encaminhar o referido calendário de cada Unidade de Ensino à assessoria pedagógica do município, para conhecimento, acompanhamento e aprovação.

§ 1º Ao término do ano letivo, ocorrerá o período de férias escolares com início em **02/01/2023** e término em **31/01/2023,** pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Estabelecer o início do ano letivo para **06.02.2023** e o dia **20.12.2023** para o término do ano letivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º Determinar que as férias regulamentares dos professores da Educação Básica, nos termos do Art. 96 da Lei Complementar nº. 16, de 11 de maio de 2011, sejam nos seguintes períodos:

§ 1º Após o término do 1º semestre letivo, de **03.07.2023 a 17.07.2023 (15 dias)** de recesso escolares destinados aos alunos e professores que estejam em regência de turma (sala de aula), articulação da aprendizagem, sala de recursos multifuncionais, intérprete de libras, coordenadores pedagógicos, instrutor surdo, auxiliar de turmas, TDI's e motoristas lotados nas Escolas Municipais.

§ 2º O encerramento do ano letivo, conforme os respectivos calendários escolares será no dia **20/12/2023.**

Art. 5º Para atender a organização escolar própria da educação do campo e educação escolar indígena o calendário escolar poderá ser adequado à realidade local, devendo a equipe gestora encaminhar a assessoria pedagógica, com a finalidade de regulamentação e aprovação.

Art. 6º Determinar que 1º dia útil após o término das férias coletivas integrais os profissionais da Educação Básica, efetivos, devem retornar as suas atribuições funcionais, na Unidade Escolar de lotação, para planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo de 2023.

Parágrafo Único - Nos dias **01/02/2023 a 03/02/2023** as unidades escolares realizarão os planejamentos pedagógicos curriculares do ano letivo de 2023;

Art. 7º Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e comissão de atribuição de classe/aula.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo, 31 de outubro de 2022

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

A COMISSÃO:

Carleybe Amorim da Silva _____

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana _____

Cleize Maria de Barros Tavares _____

Débora Gonçalves Lopes _____

Fernando Alves da Silva _____

José Carlos dos Santos _____

Kremoro Metuktire _____

Lelia Laura Silva _____

Luzia Rodrigues Arruda _____

Rosilene dos Santos Rodrigues _____

Vânia Conceição da Souza Chambó _____

CALENDÁRIO 2023 – PEIXOTO DE AZEVEDO

Janeiro						
S	T	Q	Q	S	S	D
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

FEVEREIRO						
S	T	Q	Q	S	S	D
		1	2	3	4	5
6 IB/ISIAL	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21 FN	22	23	24	25	26
27	28					

MARÇO						
S	T	Q	Q	S	S	D
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

30	31	1 – CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL	21 – CARNAVAL 14 dias letivos	23 dias letivos

ABRIL						
S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	4	5	6	7 FN	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18 FB	19 IB	20	21 FN	22	23
24	25	26	27	28	29	30
7 – PAIXÃO DE CRISTO 21 – Tiradentes 18 dias letivos						

MAIO						
S	T	Q	Q	S	S	D
1 FN	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13 FM	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				
1 – Dia do Trabalhador/ 13 Feriado Municipal 22 dias letivos						

JUNHO						
S	T	Q	Q	S	S	D
			1	2	3	4
5	6	7	8 FN	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30 FS/FB		
8 – Corpus Christi 20 dias letivos						

JULHO						
S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18 IS/IB	19	20	21 FM	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31	21 – Feriado Municipal/GARIMPEIRO 09 dias letivos					

AGOSTO						
S	T	Q	Q	S	S	D
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
23 dias letivos						

SETEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7 FN	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28 FB	29 IB	30	
7 – Independência 19 dias letivos						

OUTUBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12 FN	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	12 – Nossa Senhora Aparecida 20 dias letivos				

NOVEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D
		1	2 FN	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15 FN	16	17	18	19
20 FES	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			
2 – Finados / 15 – Proclamação da República / 20 – Dia da Consciência Negra 18 dias letivos						

DEZEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20 FS/FAL FB	21	22	23	24
25 FN	26	27	28	29	30	31
25 – NATAL 14 dias letivos						

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	TOTAL
Dias Letivos		14	23	18	22	20	1º SEM 97	9	23	19	20	18	14	2º SEM 103	200

LEGENDAS:					
F - FERIADO	PF – PONTO FACULTATIVO	R – RETORNO DOS SERVIDORES EFETIVOS	L – DIA LETIVO	SP – SEMANA PEDAGÓGICA	IAL – INÍCIO/FAL-FINAL DO ANO LETIVO
CC – CONSELHO DE CLASSE	FB- FIM DO BIMESTRE	PERÍODO DE FÉRIAS	FM - FERIADO MUNICIPAL	FES – FERIADO ESTADUAL	IB – INÍCIO DO BIMESTRE

PORTARIA Nº. 003/2022/SEMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

PORTARIA Nº. 003/2022/SEMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

Institui a comissão de estudo das portarias relativas ao ano de 2023 e atribuição de classe/aula e Regime/Jornada de trabalho.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA SULAMITA ORTEGA BIANCHI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para a elaboração e estudos das portarias e das instruções normativas relativas ao ano letivo de 2023.

Carleybe Amorim da Silva – Representante dos Diretores Escolares;

Claudinéia Aparecida Bolonkezi Santana – Representante da Educação Infantil;

Cleize Maria de Barros Tavares – Representante da Assessoria Pedagógica;

Débora Gonçalves Lopes – Representante da Secretaria de Educação;

Fernando Alves da Silva – Representante do Conselho Municipal de Educação;

José Carlos dos Santos – Representante da Assessoria Pedagógica;

Kremoro Metuktire – Representante das Escolas Indígenas;

Lelia Laura Silva– Representante do Poder Executivo;

Luzia Rodrigues Arruda – Representante do SINTEP;

Rosilene dos Santos Rodrigues - Representante do FUNDEB;

Vânia Conceição da Souza Chambó – Representante dos Técnicos Administrativos Educacionais;

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Peixoto de Azevedo – MT, 10 de Outubro de 2022.

_____

Sulamita Ortega Bianchi

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria. nº. 1739 de 23/08/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO Nº 101/2022. PR SRP Nº 056/2022.

O Município de P. da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **PR PRESENCIAL SRP Nº 056/2022**, tendo como **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS, BUSCANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE URNAS FÚNEBRES, VISANDO ATENDER ÀS FAMÍLIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS E ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL GESTÃO E TRABALHO DE PLANALTO DA SERRA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993, LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, ART. 22, PARÁGRAFO 1º E 2º, CONSOLIDADO PELA LEI Nº 12.435, DE 2011 E LEI MUNICIPAL Nº 432/2013, REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, nos moldes** e especificações constantes neste edital e seus anexos, com realização prevista para o dia **17/11/2022 ás 08:00 HORAS** (horário de Mato Grosso). O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br.** Comissão de pregão, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, **Tel:** 66 3328-6101. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES-PREGOEIRA**

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREFEITURA DE PLANALTO DA SERRA-MT. RETIFICAÇÃO DO EDITAL PR SRP Nº 053/2022. PROCESSO Nº 097/2022. O setor de licitações torna público aos interessados a retificação na especificação técnica dos itens **01, 02, 03, 04 e 05** do termo de referência **ANEXO I** do Edital de licitação e prorroga a data de abertura do dia **07/05/2022** para o dia **18/11/2022**, permanecendo inalteradas as demais condições e especificações do edital e seus anexos**.** O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br**. Comissão de pregão, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: (66) 3328-6101. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES - PREGOEIRA**

LEI Nº 614/2022

LEI Nº 614/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em consonância com art. 41, II, da Lei nº 4. 320/64, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa consolidada fixada no art. 4° da Lei Municipal nº 590/2021, de acordo com o determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964 e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

§ 1º - Fica o Poder Executivo, sobre o limite estipulado no caput, autorizado a proceder com alterações orçamentárias, via decreto, dos tipos: remanejamento, transferências e transposições, de acordo com o Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

§ 2º - O limite de que trata o caput, será destinado ao reforço das dotações existentes e atualizadas na Lei Orçamentária Anual, não sendo permitido a criação de novas ações e / ou programas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra/MT, 01 de Novembro de 2022

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

LEI N° 615/2022

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO DA SERRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, ESTADO DE MATO, **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Planalto da Serra-MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO DA SERRA-MT, como órgão colegiado de caráter consultivo e fiscalizador segundo suas competências e atribuições, fiscalizando a aplicação da legislação educacional e propõe sugestões de aperfeiçoamento da Educação do Município de Planalto da Serra-MT, sendo-lhe assegurados os princípios da representatividade, pluralidade, autonomia e democracia no exercício de suas funções.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Educação de Planalto da Serra tem como finalidade assegurar aos grupos representativos da sociedade civil e Poder Público Municipal o diálogo e o direito de participar da definição e acompanhamento da execução das políticas públicas para a educação do Município de Planalto da Serra, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

Artigo 3º - Cabe ao Conselho Municipal de Educação:

I – Participar da definição das políticas municipais de educação e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

II – Assessorar a execução de planos, programas, projetos e experiências na área da Educação do Município;

III – Acompanhar os profissionais da educação, visando seu melhor desempenho pedagógico e formação profissional;

IV – Orientar e fiscalizar o funcionamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental em todas as etapas e modalidades das instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.

V – Emitir pareceres sobre questões de natureza pedagógica no âmbito municipal que lhe forem submetidas pelas escolas e pela Secretaria Municipal de Educação;

VI – Fiscalizar as Políticas Públicas Educacionais no cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de Educação, com suporte estrutural da SMEEL.

VII - Manter e atualizar um banco de dados estatísticoseducacionais do Município, oferecendo subsídios aos órgãos do Sistema e aos poderes públicos para a melhoria do fluxo de alunos, do rendimento escolar e da qualidade educacional;

VIII – Acompanhar os dados da matrícula da população em idade escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica.

IX - Participar da gestão democrática nas Instituições de Ensino, com acompanhamento do Conselho nas comissões instituídas para os processos de consulta pública;

X – Zelar pelo cumprimento da legislação vigente implementando o processo da avaliação institucional nas unidades de ensino;

XI - Elaborar e alterar, quando necessário, seu regimento;

XII – Elaborar regimentos, calendários e currículos das Escolas Municipais;

XIII – Articular junto aos demais Sistemas Educacionais, ações de cooperação através do regime de colaboração que visem a melhoria da qualidade de ensino;

XIV – Pronunciar sobre o Plano Municipal de Educação e aplicação de recursos destinados educação do Município;

XV – Participar do monitoramento e avaliação da execução do Plano Municipal de Educação;

XVI – Manter intercambio com conselhos municipal, estadual e federal de educação;

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre as pessoas de reconhecida ética profissional, renovando-se, a cada 04(quatro) anos, podendo ser reeleito para mais um mandato e respeitada os seguintes segmentos sociais:

I – 02(dois) representantes do Poder Executivo (01 da Secretaria de Saúde, 01 da Secretaria de Assistência Social);

II – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação – SME;

III – 01 representante do CACS FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

IV – 01 representante do Conselho Tutelar;

V – 01 representante dos diretores das unidades escolares da rede de ensino;

VI – 01 representante dos docentes do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino;

VII – 01 representante dos docentes da Educação Infantil da rede municipal de ensino;

VIII – 01 representante do segmento de pais de alunos das unidades escolares da rede municipal de ensino;

IX – 01 representante das Organizações da Sociedade Civil.

Artigo 5º - Os membros do Conselho Municipal de Educação – CME serão indicados da seguinte da seguinte forma:

I – Pelos dirigentes dos órgãos municipais e das entidades de classes organizadas, nos casos das representações destas instituições;

II – Nos casos dos representantes dos diretores, professores, trabalhadores em educação, pais de alunos, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, será mediante processo seletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares.

§1º - Os membros do Conselho serão nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, deverão ser indicados até 30 (trinta) dias antes do término do Mandato dos Conselheiros anteriores.

§ 2º - Cada conselheiro titular terá um suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

§3º - Os Conselheiros Titulares e Suplentes nomeados em função da nova composição, serão indicados pelos respectivos segmentos para cumprirem o mandato em curso, sendo permitida mais uma única recondução de 04 (quatro) anos.

Artigo 6º - A atuação dos membros do Conselho Municipal de Educação será considerada atividade de relevante interesse social, não remunerado, tendo prioridade sobre quaisquer outras atividades públicas.

Artigo 7º - Fica assegurada a isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de Conselheiro e sobre pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

Artigo 8º - É vedado aos Conselheiros que forem representantes técnicos, professores, dirigentes escolares, ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato, ou seja, no exercíciodas suas funções.

I – A exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

II – A atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;

III – O afastamento involuntário injustificado da condição de Conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

Artigo 9º - Os membros do Conselho Municipal de Educação, após sua nomeação apenas perderão seus mandatos.

I – Pela renúncia;

II – Em caso de ausência injustificada a mais de 03 (três) reuniões consecutivas, ou três alternadas;

III – Em caso de improbidade administrativa;

IV – Morte;

Artigo 10º - O Conselho Municipal de Educação de Planalto da Serra terá uma diretoria executiva composta de 01 presidente, 01 vice-presidente e 01 secretário, eleitos por escrutínio secreto, por maioria absoluta, nomeados pelo prefeito, com mandato de quatro anos, permitida recondução:

I – **Estrutura Organizacional**

a) Presidência; b) Vice – Presidente; c) Secretaria Executiva.

II – Composição Funcional

a) Plenária; b) Diretoria Executiva;

DA PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETÁRIA

Artigo 11° - A presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem, tudo de conformidade com o regimento.

§ 1° Em caso de ausência do Presidente ou impedimento, será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2° Ocorrendo ausência também do Vice-Presidente, a Presidência será exercida pelo Secretário.

Parágrafo único – O Presidente do Conselho Municipal de Educação será escolhido entre os representantes indicados de cada segmento para o mandato de 04(quatro) anos de efetivo exercício, sem remuneração, atividades de relevante interesse social e com direito a somente uma recondução ao cargo através de processo de reeleição.

Artigo 12° - Compete ao presidente:

1 – Coordenar e presidir as atividades do Conselho;

2 – Reunir seus pares para elaboração do Regimento do Conselho e do Plano Anual de trabalho;

3 – Encaminhar cópia deste ao Poder Executivo e a Secretaria Municipal de Educação;

4 – Convocar reuniões;

5 – Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

6 – Encaminhar anualmente à Secretaria Municipal de Educação relatório de suas atividades;

7 – Contribuir com Poder Executivo e com a Secretaria Municipal de Educação na busca e avanços na Educação.

Artigo 13° - O Poder Executivo terá incumbência de garantir ao Conselho de Educação:

a) A Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Prefeitura Municipal de Planalto da Serra garantirá espaço para o funcionamento do Conselho, bem como equipamentos de informática, materiais de expediente, consumo, permanente e demais condições adequadas a execução plena das Competências do Conselho.

b) Os conselheiros terão direito de ajuda de custo e transporte quando estiverem em viagem representando o órgão.

Artigo 14° - As atribuições, as normas, e o funcionamento do Conselho serão definidas e avaliadas de acordo com o Regimento Interno, que será aprovado por maioria simples de seus membros e homologado por Resolução.

Artigo 15° - Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos Conselheiros Titulares, sendo recomendada sua presença em todas as reuniões, nas quais poderão participar de assuntos e matérias discutidas, porém só votarão substituindo os titulares.

Artigo 16° - A Presidência do Conselho Municipal de Educação será composta por um Presidente e Vice-Presidente eleitos com a participação de todos os conselheiros, por maioria simples.

§1º - Caberá ao Presidente convocar e presider as sessões plenárias com o direito a voto, em caso de empate;

§ 2º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos.

Artigo 17° – O Conselho reunir-se á em sessão ordinária de acordo com o Regimento Interno, e extraordinariamente, sempre que convocado pelos seu respectivo Presidente, ou por um terço dos seus membros.

Artigo 18° Os atos normativos emanados do Conselho Municipal de Educação adquirem eficácia, após assinatura do Presidente, homologação do (a) Secretário (a) Municipal de Educação e sua devida publicação no Diário Oficial do Município.

Artigo 19° - As despesas correntes de manutenção do Conselho Municipal de Educação de Planalto da Serra-MT, está sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 20º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de Novembro 2022.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO

AVISO DE ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pontal do Araguaia-MT, torna público a adesão à ATA de registro de preços nº 088/2022, originada do pregão Eletrônico nº 031/2022, realizado pelo Município de Primavera do Leste/MT, referente ao AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PONTAL DO ARAGUAIA, conforme descrito nos itens da referida ata.

Empresa: NYOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 21.569.426/0001-30

Valor Total: R$ 21.748,50 (VINTE E UM MIL SETECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Pontal do Araguaia-MT, 01 de novembro de 2022.

Thiago Assis da Silva

Presidente da CPL

Ratifico o ato de Adesão à ATA de registro de preços nº 088/2022, advinda do Pregão Eletrônico nº 031/2022, da Prefeitura de Primavera do Leste-MT.

Pontal do Araguaia-MT, 01 de novembro de 2022.

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO

AVISO DE ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pontal do Araguaia-MT, torna público a adesão à ATA de registro de preços nº 063/2022, originada do pregão Eletrônico nº 024/2022, realizado pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS**, referente a Aquisição de Brinquedos Recreativos Educativos, e Pedagógicos para Atender a Secretaria Municipal de Educação de Pontal do Araguaia, conforme descrito nos itens da referida ata.

Empresa: EDULAB – COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 11.386332/0001-72

Valor Total: R$ 64.940,00 (Sessenta e quatro mil novecentos e quarenta reais)

Pontal do Araguaia-MT, 01 de novembro de 2022

Thiago Assis da Silva

Presidente da CPL

Ratifico o ato de Adesão à ATA de registro de preços nº 063/2022, advinda do Pregão Eletrônico nº 024/2022, DO **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS**

Pontal do Araguaia-MT, 01 de novembro de 2022

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2022-SRP

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2022-SRP

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do Pregão eletrônico nº **31/2022** Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL UTILIZAÇÃO AUTOMOTIVA; Empresa vencedora **Marcos H B Pinheiro EPP inscrita no CNPJ: 05.156.937/000174, ITEM 1 GASOLINA COMUM EXCLUSIVO ME EPP 4.000,00 LT VALOR UNITARIO R$5,76 VALOR TOTAL R$ 23. 040,00, ITEM 2 OLEO DISEL COMUM 15.000,00 LT VALOR UNITARIO R$7,00 VALOR TOTAL R$ 105.000,00, ITEM 3 OLEO DISEL S10 30.000,00 LT VALOR UNITARIO R$ 7,09 VALOR TOTAL R$ 212.700,00** valor total da licitação**R$ 340.740,00 (Trezentos e Quarenta Mil Setecentos e Quarenta Reais)** Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado

Valdisson dos Santos Barbosa

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 17/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 17/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR "PEDRO VIOLEIRO"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: J.O. DE MELO SERVIÇOS E ENTRETENIMENTO – CNPJ: 05.659.496/0001-23

VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 23/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 23/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "GOIANO E PARANAENSE"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: MARCOS PAULO SOARES – CNPJ: 27.997.837/0001-03

VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 22/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 22/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "LUCAS REIS E THACIO"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: LR&T PRODUÇÕES E EVENTOS – CNPJ: 18.044.862/0001-81

VALOR TOTAL: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 21/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 21/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "LEO HENRIQUE E RENNAN"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA – CNPJ: 07.367.271/0001-29

VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 20/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 20/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "FABRÍCIO E FERNANDO"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA – CNPJ: 07.367.271/0001-29

VALOR TOTAL: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 19/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 19/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR "CESINHA MELLO"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA – CNPJ: 07.367.271/0001-29

VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 18/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 18/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "MARCELO VIOLA E RICARDO"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA – CNPJ: 07.367.271/0001-29

VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 16/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da inexigibilidade 16/2022 referente ao objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "BRENNO REIS E MARCO VIOLA"**, para o 2° ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 de novembro de 2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: DINIZ ENTRETENIMENTO LTDA – CNPJ: 14.241.577/0001-08

VALOR TOTAL: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022–Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

PORTARIA N° 199/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022..

PORTARIA N° 199/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA EFETIVA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** a partir de **03 DE OUTUBRO DE 2022**, **Licença Prêmio**, a ser gozada, nos seguintes meses, outubro, novembro e dezembro de 2022, para a servidora.

LUIZA APARECIDA E. DE OLIVEIRA, Matricula 751, período aquisitivo 13/03/2010 a 12/03/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a sua publicação com data retroativa de 03 de outubro de 2022,

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2022.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito

PORTARIA N° 198/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 198/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **CONVERTER,** a partir de **01 DE NOVEMBRO DE 2022**, **Licença Prêmio** em abono pecuniário, que deverá ser paga a servidores (as) efetivos (as) nos meses de novembro, dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

ENEZIA THEODORO BASSANI, matricula 11788, referente ao período aquisitivo de 30/04/2014 A 29/04/2019.

JULIANE MARTINS DE BRITO, matricula 5167, referente ao período aquisitivo de 06/02/2017 A 06/02/2022.

VALERIA MACEDO DE FREITAS, matricula 1274, referente ao período aquisitivo de 09/02/2017 A 08/02/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2022.

_____

Martins Dias de Oliveira

Prefeito

PORTARIA N° 197/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 197/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA EFETIVA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 58 da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** a partir de **01 DE NOVEMBRO DE 2022**, **Licença Prêmio**, a ser gozada, nos seguintes meses, novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023, para a servidora.

LUZINETE SANTIAGO DE ARAÚJO**,** Matricula 751, período aquisitivo 02/08/2009 A 01/08/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2022.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito

PORTARIA N° 196/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 196/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO PARA SERVIDORES.

Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER,** 20 dias de férias, a partir de **01 DE NOVEMBRO DE 2022** e converter 10 dias em abono pecuniário aos (as) servidores (as) relacionados abaixo;

EDICLEIA PEREIRA DE SOUZA – Matricula 927, Período Aquisitivo de 22/01/2021 A 21/01/2022.

ELIZA IGNEZ FAZOLO FERNANDES – Matricula 864-1, Período Aquisitivo de 09/03/2021 A 08/03/2022.

KARITA FERNANDA ALMISSE MARIANO – matricula 10151-2, Período Aquisitivo de 06/06/2020.

LUCIANO MASSAVI – matricula 664, período aquisitivo de 10/03/2020 A 09/03/2021.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2022.

Martins Dias De Oliveira

Prefeito.

PORTARIA N° 195/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 195/2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

O**Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de **01 DE NOVEMBRO DE 2022**, 30 dias de férias aos servidores (as) abaixo relacionados.

ADILSON BALBINO VIEIRA – matricula 830, período aquisitivo de 10/08/2019 A 09/08/2020.

EVANIL LEMES MIRANDA – matricula 11539-1, período aquisitivo de 13/03/2019 A 12/03/2020.

HELTON SILVEIRA FARIAS – matricula 11368-1, período aquisitivo de 13/03/2018 A 12/03/2019.

JOSÉ FEREIRA BARBOSA JUNIOR – matricula 12792, período aquisitivo de 13/03/2017 A 12/03/2018.

LAERCIO FRANCISCO DE SOUZA – matricula 11461, período aquisitivo de 17/07/2017 A 16/07/2018.

LAUDELINO AGUILAR – matricula 925, período aquisitivo de 26/07/2018 A 25/07/2019.

LEIDE APARECIDA SCATOLIN – matricula 656, período aquisitivo de 28/12/2019 A 27/12/2020.

MARCELA SANTOS BRAGA – matricula 1235, período aquisitivo de 13/03/2018 A 12/03/2019.

ROSIMAR PEREZ DE CARVALHO – matricula 5015-2, período aquisitivo de 11/12/2017 A 10/12/2018.

RUTE VIEIRA DE SOUZA CARLOS – matricula 144-1, período aquisitivo de 02/03/2021 A 01/03/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de novembro de 2022.

_____

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2022

OBJETO: Contratação de serviços SMP (Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia GSM, 3G ou 4G, pelo Sistema Digital Pós-Pago, com fornecimento de Sim Card; venda de aparelhos celulares, para uso da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, com o fornecimento de 10 (DEZ) acessos móveis pós-pago, durante 12 (doze) meses, conforme quantidade estimada e especificações mínimas constantes no quadro abaixo, e 10 aparelhos em venda facilitada de acordo com a proposta apresentada pela empresa.

VIGÊNCIA: 31 DE OUTUBRO DE 2022.

VALIDADE: 31 DE OUTUBRO DE 2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A, CNPJ 02.558.157/0001-62.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ R$21.108,00 (vinte e um mil, cento e oito mil reais.)

FISCAL DO CONTRATO

CARLA MAGALHÃES MEDEIROS

CPF Nº 060.882.611-10

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 31 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECISÃO DO RECURSO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 001/2022

DECISÃO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela Empresa Construtora Las Casas Nova Aliança Eireli no bojo do procedimento licitatório denominado Concorrência Pública n°. 001/2022 da Prefeitura de Porto dos Gaúchos/MT, argumentando em síntese que:

1 - A Empresa Wallacy Dellatesta ME desatendeu aos termos do item 11.3.3.3 do Edital, tendo em vista que seus índices contábeis e capital social (R$ 70.000,00) não suprem a exigência contida no item 11.3.3.4 do mesmo instrumento (10%)

A sociedade empresarial também deixou de cumprir as disposições do item 11.3.4.1 do instrumento convocatório, uma vez que apresentou a Certidão de Pessoa Jurídica junto ao CREA/MT, sem validade, dada uma alteração realizada em seu Contrato Social no mês de agosto de 2022 e não comunicada ao órgão.

2 – A Empresa Ambiex Indústria, Comércio e Serviços LTDA, apresentou planilha de composição de custos totalmente equivocada, eis que composta de vícios na multiplicação do dos itens e suas quantidades, levando em conta do "BDI".

Diante disso, requereu a inabilitação de ambas as empresas.

Foi oportunizada a apresentação de contrarrazões recurais.

É o relatório.

Passo a decidir.

Com relação ao suposto descumprimento do item 11.3.3.3 do Edital pela Empresa Wallacy Dellatesta ME, importa salientar que tal assertiva não corresponde a realidade fática, na medida em que a partir de simples leitura do documento juntado para fins de habilitação, percebe-se que todos os índices estão acima de 1 (um). Logo, maiores digressões se tornam desnecessárias.

No que tange ao descumprimento do item 11.3.4.1 do instrumento convocatório importa salientar que com a publicação do Acórdão n°. 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) o Tribunal de Contas da União trouxe uma nova interpretação a respeito da

vedação à inclusão de novo documento, de que tratam o Art. 43, §3º, da Lei n°. 8.666/1993 e o Art. 64 da nova Lei de Licitação, conforme redação:

"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

Logo, tendo trazido ao conhecimento da Comissão Permanente de Licitação a expedição da Certidão n°. 0000000042269 emitida em 23/10/2022 com a correção do Capital Social da Empresa Wallacy Dellatesta ME já registrada, dúvidas inexistem quanto a necessidade de aceitação do documento, em substituição daquele apresentado anteriormente, para fins de habilitação.

Pertinente aos erros cometidos pela Empresa Ambiex Indústria, Comércio e Serviços LTDA no preenchimento de sua proposta, imperioso asseverar **que mencionadas falhas não são capazes de ensejar a desclassificação da Empresa, a teor do que leciona a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.**

Senão veja-se:

"Licitação. Procedimento. Inabilitação/desclassificação de propostas. Formalismo moderado. Convalidação de falhas formais. Interesse público. 1. A existência de falhas meramente formais cometidas pelos licitantes, que possam ser supridas por informações já disponibilizadas ou pela realização de diligências, e que não repercutam concretamente, não autoriza a inabilitação ou a desclassificação de propostas. 2. Na realização de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados, não significando desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41, *caput*, Lei 8.666/1993). 3. De forma a preservar o interesse público, é possível, em caráter excepcional, convalidar medidas irregulares como a desclassificação inadequada de licitante com base em falhas meramente formais que possam ser sanadas, relativizando-se o princípio da vinculação ao edital".

Portanto, resta-se mencionada sociedade empresarial declarada classificada para o certame, devendo, entretanto, apresentar suas **propostas devidamente corrigida no prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da adjudicação do certame, mantendo-se o preço unitário e quantidade em conformidade ao item 13.10.3 do Edital:

13.10 As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto a erros aritméticos para os preços, os quais serão corrigidos pela Comissão Municipal de Licitação - CML da seguinte forma. ...

... 13.10.3 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo-se o preço unitário e quantidade e corrigindo-se o produto/serviço; ...

Ante ao exposto, nego provimento ao Recurso Administrativo *sub examine* e mantenho incólume a decisão adotada na data de 13/10/2022 durante o julgamento da licitação em questão.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de novembro de 2022.

ALESSANDRO ISERNHAGEN HYDALGO VANDELEI ANTONIO DE ABREU

Comissão Municipal de Licitação Prefeito Municipal

Presidente

DÉCIMO TERCEIRO TERMO AO CONTRATO 242 2021 PP 065 2021

TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERCEIRO TERMO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 242/2021, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2021, REGISTRO DE PREÇO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E A EMPRESA ESTRADÃO AUTO POSTO LTDA – ME.

Por este instrumento, o Município de Porto dos Gaúchos/MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, Município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no **CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU**, portador **do RG nº. 11735317 SSP/MT** e **CPF nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/nº, Bairro da Creche, Município de Porto dos Gaúchos/MT, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **ESTRADÃO AUTO POSTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia MT 338, Esquina com a Avenida Cerro Largo, s/nº, CEP 78.560-000, Município de Porto dos Gaúchos/MT, **CNPJ sob nº. 06.298.630/0001-70**, neste ato representado pelo senhor **NAOR TEIXEIRA RIBEIRO**, brasileiro, maior, portador do **RG nº. 1371626-3 SSP/MT** e **CPF nº. 875.385.801-82**, doravante denominado de **CONTRATADO.** Resolvem celebrar o presente Termo aditivo sob as seguintes cláusulas e condições: Resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo, Com Acréscimo De 25%** em alguns itens, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

1.1 – O presente termo aditivo tem como finalidade o Aditivo de 25% no Quantitativo dos itens 1, 2 e 3, solicitado pela Secretaria de Infraestrutura em anexo, ref. o **Contrato nº.242/2021, Processo Licitatório nº. 104/2021 e ARP nº. 087/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 – O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no artigo 65, § 2º, inciso II, da lei nº. 8.666/93**.**

ESTRADÃO AUTO POSTO LTDA							
COMBUSTIVEL							
ITEM	COD. AGILI	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. GLOBAL
1	8353	LITRO	ÓLEO DIESEL COMUM	IPIRANGA	+ 50 EQUIVALENTE A 25%SEC. DE UNFRAESTRUTURA.	R$ 7,25	R$ 362.500,00
2	18728	LITRO	ÓLEO DIESEL S10	IPIRANGA	+ 25 EQUIVALENTE A 25%SEC. DE UNFRAESTRUTURA.	R$ 7,30	R$ 182.500,00
3	31371	LITRO	GASOLINA	IPIRANGA	+ 2,5 EQUIVALENTE A 25%SEC. DE UNFRAESTRUTURA.	R$ 5,68	R$ 14.200,00

(Quinhentos E Cinquenta E Nove Mil E Duzentos Reais).	**R$ 559.200,00**

R$ 559.200,00 (Quinhentos E Cinquenta E Nove Mil E Duzentos Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 – Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração da **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FINALIDADE**, com acréscimo de 25% no quantitativo dos Itens 01, 02 e 03 para a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, conforme solicitação em anexo, totalizando o Valor do Aditivo em **R$ 559.200,00 (Quinhentos E Cinquenta E Nove Mil E Duzentos Reais)**, conforme descritos na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 – A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

5.1 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº. 242/2021 firmado entre as partes, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – Este Aditivo está estreitamente vinculado ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 104/2021 e ARP 087/2021 e obedece rigorosamente a Lei Federal nº. 8.666/93 com suas alterações, Lei Federal nº. 10.520/02 e demais Leis pertinentes ao assunto, inclusive as Municipais.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA,** e pelas testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos - MT, 01 de novembro de 2022.

Município de Porto dos Gaúchos/MT
VANDERLEI ANTONIO DE ABREU
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ESTRADÃO AUTO POSTO LTDA – ME
CNPJ Sob n°. 06.298.630/0001-70
Naor Teixeira Ribeiro
CONTRATADO

Fabio Junior Silva Pedroso
CPF 006.458.971-40
TESTEMUNHA

Jefferson Sabino Silva Alvarenga
CPF 042.165.031-10
TESTEMUNHA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 209 2021 REEQ. LUCÉLIA SCARIOT

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO PÚBLICO Nº. 209/2021, OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS** DO TIPO MENOR PREÇO **POR ITEM** VISANDO A **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E A EMPRESA LUCELIA S SCARIOT – ME.**

Por este instrumento, o **MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, Município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU**, portador do RG nº. **11735317** SSP/MT e CPF n. º **893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/nº, Bairro da Creche, Município de Porto dos Gaúchos/MT, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **LUCELIA S SCARIOT - ME,** inscrita no **CNPJ** sob o nº 01.872.035/0001-83, com sede Avenida Diamantino, Bairro Centro, CEP. 78.560-000, no Município de Porto dos Gaúchos - MT, neste ato, representada pela **Sr. ª Lucélia Santana Scariot**, portadora da Cédula de identidade RG 1035530-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 535.732.181-72, doravante denominado de **CONTRATADO.** Resolvem celebrar o presente Termo aditivo de Reajuste de Valor sob as seguintes cláusulas e condições:

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem como finalidade o reajuste de preço dos ITENS em destaque do **Contrato Administrativo nº. 209/2021**, totalizando o valor do aditivo em **R$: 15.001,00 (Quinze Mil E Um Reais),** com o saldo disponível em ARP para a presente data.

DO FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se a alteração de valor do Contrato nº 209/2021, no artigo 57, inciso **II** da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração da CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FINALIDADE, Artigo 2.3.

CLAÚSULA SEGUNDA

A CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FINALIDADE, passa a ter a seguinte redação:

2.3. *À CONTRATADA adjudicam-se os itens aos quais advém do resultado final do* ***PREGÃO PRESENCIAL 22/2020****, com o menor valor entre as propostas do certame, conforme segue:*

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LOTE 01							
Item	**Código Agili**	**Quant.**	**UN**	**Descrição do Produto**	**Preço Unitário**	**Preço Reajustado**	**Total Preço Reajustado**
	25550	353	UN	Argamassa - 20 Kg	R$ 19,00	R$ 25,00	8.825,00
	25840	361	UN	Cal Hidratado 20kg	R$ 18,00	R$ 25,00	9.025,00
	8895	436	UN	Cimento 50Kg	R$ 42,00	R$ 52,00	22.672,00
	25596	46	UN	Chuveiro Eletrico 03 Temperaturas	R$ 68,00	R$ 92,00	4.232,00
	3993	17.620	UN	Tijolo 06 Furos	R$ 0,90	R$ 1,20	21.144,00
	34475	14	UN	Trilica Tg12 12 Mt	R$ 204,00	R$ 216,00	3.024,00

Valor Total com o Reajuste: R$ 68.922,00

Valor Total Do Aditivo Calculados Com A Diferença E Quantidades Disponíveis Em ARP Nesta Data.
R$ 15.001,00 (Quinze Mil E Um Reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020**, e a proposta da **CONTRATADA.**
A **CONTRATADA** fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.
E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Porto dos Gaúchos - MT, 25 de outubro de 2022.

Município de Porto dos Gaúchos/MT
VANDERLEI ANTONIO DE ABREU
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LUCELIA S SCARIOT - ME
CNPJ nº. 01.872.035/0001-83.
LUCELIA SANTANA SCARIOT
Representante
CONTRATADO

Rosa Maria Da Silva
CPF 936.871.091-00
Testemunha

Matheus Ricardo Maccari
CPF 028.440.291-59
Testemunha

NOTIFICAÇÃO Nº 004/2022 CONTRATO 036/2020

O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, entidade de direito público interno, estabelecido com sede na Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, Porto dos Gaúchos - MT, neste ato presentado pelo fiscal de obra Sr. Ramon Abraão de Paula, considerando o cronograma da obra, vem por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **BKP CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alisios, 332, Ed. The Point Smart Business, sala 608A, Despraiado, Cuiabá-MT, em relação a proble-

mas encontrados na cobertura da construção da Escola Estadual José Alvez Bezerra, localizado em Porto dos Gaúchos-MT. Em vistoria realizada em 31/10/2022, foram identificadas 9 salas de aula com goteiras, além de mais duas goteiras na área do pátio. Estas falhas podem ocasionar danos no forro que deverá ser colocado em breve. Também solicitamos a instalação dos rufos com urgência, já que estamos no periodo de chuvas e a água pluvial está escorrendo pela alvenaria interna em todo o prédio, além do reparo de uma telha fibrocimento que está quebrada na cobertura da entrada.

Deste modo **SOLICITAMOS** esclarecimentos em **um prazo de 5 dias úteis informando o cronograma de resolução destas falhas** e que haja celeridade nos reparos.

Os arquivos fotográficos e de vídeo produzidos durante a vistoria e que evidenciam estes problemas podem ser acessados através do link:

https://drive.google.com/drive/folders/188Es6aKejK...

Porto dos Gaúchos, 31 de outubro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

AVISO REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

AVISO REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 125/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2022

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que, esta **REMARCANDO** a licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preço que tem por objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital. **FICA REMARCADA A ABERTURA DA SESSÃO PARA O DIA 08/11/2022, A PARTIR DAS 14h00min.**

Poxoréu-MT, 01 de novembro 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

EXTRATO DE CONTRATOS - INEXIGIBILIDADE N°015/2022

Processo Licitatório 096/2022 – Inexigibilidade 015/2022

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 250/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**FRANCISCO DE ASSIS GOMES. CNPJ n° 45.560.718/0001-70**

VALOR: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

CONTRATO Nº 251/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**V. ALVES CAMPOS. CNPJ n° 05.260.262/0001-09**

VALOR: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

CONTRATO Nº 252/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**JHON HERBERT SANTANA DOS SANTOS. CNPJ n° 47.479.800/0001-09**

VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

OBJETO: REALIZAÇÃO DO 84° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT.

VIGENCIA: **30 (TRINTA) dias.**

DATA: 24 de outubro de 2022

NELSON ANTONIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

EXTRATO DE CONTRATOS - INEXIGIBILIDADE N°015/2022

Processo Licitatório 096/2022 – Inexigibilidade 015/2022

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 250/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**FRANCISCO DE ASSIS GOMES. CNPJ n° 45.560.718/0001-70**

VALOR: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

CONTRATO Nº 251/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**V. ALVES CAMPOS. CNPJ n° 05.260.262/0001-09**

VALOR: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

CONTRATO Nº 252/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**JHON HERBERT SANTANA DOS SANTOS. CNPJ n° 47.479.800/0001-09**

VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

OBJETO: REALIZAÇÃO DO 84° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT.

VIGENCIA: **30 (TRINTA) dias.**

DATA: 24 de outubro de 2022

NELSON ANTONIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

EDITAL FILHOS DO KERUGARE - RETIFICAÇÃO QUANTIDADE PREMIAÇÃO

Decorrente o projeto de apoio à cultura Edital Filhos do Kerugare, restou à secretaria um saldo remanescente referente à dois projetos que foram desclassificados por obter nota inferior à 40 pontos, sendo eles, Projeto de Música e o Projeto de Patrimônio Histórico e Cultural e dois que houveram desistência por parte dos proponentes, o Projeto de Dança e Projeto de Artes Visuais. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Poxoréu pleiteou junto à SECEL – Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer, o remanejamento para as categorias de premiação com maior quantidade de inscritos, seguindo o previsto no edital, no item 8.3.5. que diz que, “Não havendo selecionados suficientes para o emprego total dos recursos orçamentários deste edital, os valores serão destinados a modalidade com maior número de inscritos [...]”. Sendo assim, tem-se a seguinte configuração:

MODALIDADE	V.UNIT	QTDE	VALOR GLOBAL
Patrimônio Histórico e Cultural	2.390,83	04	9.563,32
Dança	2.390,83	04	9.563,32
Musica	2.390,83	09	21.517,47
Artes Visuais	2.390,83	07	16.735,81
Artesanato	2.390,83	10	23.908,30

Suizi Ana Fernandes Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO 044/2022

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Edital Pregão Eletrônico Nº 044/2022, de 01 de novembro de 2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Eletrônico Nº 044/2022, de 01 de Novembro de 2022, com o resultado em favor das empresas: 1 - **DINAMICA MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA** , inscrita no CNPJ Nº 43.490.755/0001-24, com a sua Proposta no valor Global de R$ 162.397,00(cento e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e sete reais), 2 – **MAQUIXANDE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS E TRANSPORTES EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 07.858.206/0001-04, com sua Proposta no valor Global de R$ 35.299,99 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), 3 – **TERRAMAQ INSUMOS AGRICOLAS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 36.929.543/0001-35. Com sua Proposta no valor Global de R$72.320,00 (setenta e dois mil, trezentos e vinte reais) e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 01 de Novembro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°045/2022

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Edital Pregão Eletrônico Nº 045/2022, de 01 de Novembro de 2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Eletrônico Nº 045/2022, de 01 de Novembro de 2022, com o resultado em favor da empresa: **MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**, inscrita no CNPJ Nº 12.753.213/0001-73, com a sua Proposta no valor Global de **R$ 303.300,00** (trezentos e três mil e trezentos reais), e autorizando a Coordenadoria Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 01 de Novembro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°045/2022

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Edital Pregão Eletrônico Nº 045/2022, de 01 de Novembro de 2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Eletrônico Nº 045/2022, de 01 de Novembro de 2022, com o resultado em favor da empresa: **MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**, inscrita no CNPJ Nº 12.753.213/0001-73, com a sua Proposta no valor Global de **R$ 303.300,00** (trezentos e três mil e trezentos reais), e autorizando a Coordenadoria Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 01 de Novembro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE N°015/2022

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inexigibilidade Nº 015/2022, de 24 de outubro de 2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório de Inexigibilidade nº 015/2022, de 24 de outubro de 2022, com o resultado em favor das empresas: **1 – FRANCISCO DE ASSIS GOMES,** inscrito no CNPJ n° 45.560.718/0001-70, no Valor global de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), 2 – **V. ALVES CAMPOS,** inscrito no CNPJ n° 05.260.262/0001-09, no Valor global de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), 3 – **JHON HERBERT SANTANA DOS SANTOS,** inscrito no CNPJ n°47.479.800/0001-09, no Valor global de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) . E autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 24 de outubro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2022

AVISO REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 117/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2022

REGISTRO DE PREÇOS N.º 062/2022

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que, esta **REMARCANDO** a licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preço que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE ITENS DE PADARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital. **FICA REMARCADA A ABERTURA DA SESSÃO PARA O DIA 07/11/2022, A PARTIR DAS 14h00min.**

Poxoréu-MT, 01 de novembro 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 49/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor JONAS CAMPOS VIEIRA, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o horário de funcionamento das repartições públicas administrativas da prefeitura, a partir de 07 (sete) de novembro de 2022.

§1º O horário de expediente será de 06 (seis) horas e deverá ser realizado de forma ininterrupta, das 07 (sete) às 13 (treze) horas.

§ 2º Não haverá redução no vencimento dos servidores em decorrência da medida prevista no caput.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal - MT, 25 de Outubro de 2022.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 241 /2022, DE 22 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 DIAS DE FÉRIAS DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS.

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - CONCEDER, 30 dias de férias aos servidores relacionados, conforme o art. 172, da Lei Nº 60 de 26 de outubro de 2010.

I – Edileusa Oliveira de Souza, portadora do RG. 15357899 SSP/MT e inscrita no CPF 012.688.54190, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 10/01/2021 a 09/01/2022, a partir de 26/10/2022.

II – Maria das Mercês da Costa do RG. 828125 SSP/MT e inscrita no CPF 531.756.541-34, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 10/02/2020 a 10/02/2021, a partir de 01/11/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal- MT, Estado de Mato Grosso, 22 de Outubro de 2022.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

LEI Nº 790, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

"Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação verificado no exercício financeiro de 2022 e dá outras providências".

O Sr. Ronivon Parreira das Neves, Prefeito Municipal do Município de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei e em conformidade com o Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, concomitante com o Artigo 167 da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação verificado no exercício financeiro de 2022, no valor de até R$ 3.501.981,25 (Três Milhões e Quinhentos e Um Mil e novecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) para reforço das dotações do Orçamento vigente.

Parágrafo Único - O crédito autorizado neste Caput será utilizado pela tendência do exercício e consequente a realização da receita por fonte de recursos, até limite autorizado conforme Anexo I deste Projeto (memória de cálculo).

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos previstos nos Incisos II, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, verificado a destinação e controle de fonte de recursos.

Art. 3º Os recursos apontados acima serão utilizados para cobertura de dotações orçamentárias do orçamento vigente, as quais se encontram com insuficiência de saldo de dotações, abertos e regulamentado através de decretos emitidos pelo Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso aos vinte e seis dias do mês de Outubro de 2022.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2022

O Município de Ribeirãozinho - MT torna público aos interessados que fará realizar no dia 18/11/2022, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua São João s/nº, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 012/2022, que tem por objeto: **Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Consumo, Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios, Verduras, Frutas, Pães, Gás e Frios para atender as demandas das Secretarias Municipais,** conforme condições e especificações constantes no Edital e no Termo de Referência. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (0XX 66) 3415 – 1129/1207.

Ribeirãozinho - MT, 01 de novembro de 2022.

Thiago Barbosa Viana

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 85/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que SUSPENDE temporariamente a Tomada de Preço Nº 85/2022, cujo objeto é: "Execução de projeto elétrica externa do Complexo Educacional no Setor Rodoviário, Rua Fernando Correa da Costa, Lt 05, no município de Rondonópolis/MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação anexo ao edital". Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade de Correção no Projeto Básico e Planilha Orçamentária conforme Ofício nº 785/2022/GAB/SECITI. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas correções para participação dos interessados ao certame em epígrafe.

Rondonópolis-MT, 01 de novembro de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

III AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 19/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 05 de dezembro de 2022, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta

comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Construção do Centro de Referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Alfredo de Castro, localizado na Avenida Projetada, bairro Alfredo de Castro, neste município, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social/Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das *13:00 às 17:00 horas em dias úteis*, ou solicitar através dos e-mails licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 01 de novembro de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1684 - 2022

LEI MUNICIPAL Nº. 1.684/2022,

de 01 de Novembro de 2022.

"Institui a semana do Bebê no âmbito do Município de Rosário Oeste, e da outras providencias"

ALEX STEVES BERTO, Prefeito do Município de Rosário Oeste - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a ***"Semana do Bebê"*** no âmbito do Município de Rosário Oeste - MT, a se realizar na terceira semana do mês de Agosto de cada ano.

Parágrafo Primeiro. Para efeitos desta Lei, compreende-se como "Bebê" a criança na faixa-etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos;

Parágrafo Segundo. O evento deve ser incluído no calendário oficial de eventos do Município de Rosário Oeste – MT.

Art. 2º. A semana no Bebê tem por objetivo:

I – estimular o desenvolvimento de ações que culminem na diminuição do índice de mortalidade de crianças de 0 a 6 anos;

II – melhoria de qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos;

III - diminuir as situações de exclusão social decorrente da gravidez precoce;

IV – Informar, sensibilizar e envolver a sociedade em torno da situação da primeira infância;

V – Conferir visibilidade social as ações pertinentes a questão em desenvolvimento no Município de Rosário Oeste – MT;

VI – promover espaços para ações pertinentes à questão da primeira infância e seus rebatimentos no contexto social das crianças.

Art. 3º. Dentre as ações a serem realizadas na semana do Bebê, compreende-se a realização de palestras, oficinas, debates, seminários, ações educativas, dentre outros eventos por parte do setor publico juntamente com entidades da sociedade civil, visando orientar as famílias nos cuidados necessários com a saúde e desenvolvimento mental, emocional e da socialização da criança de 0 a 6 anos.

Parágrafo Único. Para realização das atividades previstas no *caput* deste artigo, fica o Poder Publico Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com outros órgãos nas esferas estadual e federal, e com instituições privadas que atuem ou tenham comprometimento com a primeira infância.

Art. 4º. As despesas decorrentes das atividades alusivas à Semana do Bebê correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, bem como por doações de terceiros e repasses advindos do Estado e da União.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 01 de Novembro de 2022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1685 - 2022

LEI MUNICIPAL Nº. 1.685/2022,

de 01 de novembro de 2022.

"Dispõe sobre alteração de nomenclatura de cargo de natureza efetiva no âmbito a administração publica do Município de Rosário Oeste, e da outras providencias".

ALEX STEVES BERTO, Prefeito do Município de Rosário Oeste - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a nomenclatura dos profissionais efetivos do Município de Rosário Oeste – MT ocupantes do cargo de ***Agente de Saúde*** que passará a ser ***Agente Comunitário de Saúde***.

Art. 2º. Ficam alterados o item 4 do anexo I da Lei 1.435/2015 que trata da atribuição dos cargos no âmbito da administração municipal e o anexo II – U, fazendo-se constar a nomenclatura de ***Agente Comunitário de Saúde*** onde se fazia constar apenas ***Agente de Saúde***.

Art. 3º. Fica o Poder Publico autorizado a proceder com a alteração definitiva da nomenclatura do cargo ***Agente de Saúde***, que passará a ser ***Agente Comunitário de Saúde*** conforme prevê o artigo 1º desta lei, ficando a encargo da Secretaria de Administração e Planejamento através do Departamento de Recursos Humanos e da Secretaria Municipal de Saúde proceder com as informações e realizar as alterações que se fizerem necessárias para fiel cumprimento das determinações contidas na presente Lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 01 de Novembro de 2022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRONICO N°11/2022

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preço n.11/2022, cujo objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VIA SISTEMA INFORMATIZADO, DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NA ÁREA DA SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender as demandas do Munícipio de Rosário Oeste-MT. cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 10:00 horas do dia 31/10/2022,após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

1)PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA cnpj : 18.009.871/0001-31

Rosário Oeste/MT,31 de outubro de 2022

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 120 - 2022

PORTARIA Nº 120/2022

de 01 de Novembro de 2022

"Dispõe sobre exoneração e nomeação de pessoa em cargo de comissão de livre nomeação e no âmbito da administração publica municipal, e dá outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica exonerado (a) de cargo de comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica municipal, a seguinte pessoa:

a) FABIANE CRISTINA LOURENÇO MAGALHÃES DA SILVA – Diretor (a) de Departamento de Atenção à Saúde – DAS 05, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde;

Artigo 2º - Fica nomeado (a) para o exercício de cargo de comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica municipal, a seguinte pessoa:

a) FABIANE CRISTINA LOURENÇO MAGALHÃES DA SILVA – Chefe de Divisão de Atenção à Saúde – DAS 07, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde;

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 4º - Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 01 de Novembro de 2.022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1686 - 2022

LEI MUNICIPAL Nº 1.686/2022

01 de Novembro de 2022.

"Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências"

ALEX STEVES BERTO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA 15.451.0055.10580 - CONSTRUÇÃO CALCADAS, MEIOS FIOS GUIAS E SARJETAS 4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALACOES Fonte de Recurso: 17040000901 - TRANSERENCIAS DA UNIAO REF A CESSAO ONEROSA DO BONUS DA ASSINATURA PRE SAL (LEI 13885/2019) ..... R$ 430.000,00

Art. 2º - Para suportar o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos orçamentários previstos no Art. 43, §1º, Inciso II da Lei 4.320/1964, proveniente de EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização da Lei nº 1641, de 30 de dezembro de 2021-LOA/2022, Lei nº 1630, de 05 de novembro de 2021 -LDO/2022 e Lei nº 1629, de 5 de novembro de 2021-PPA/2022-2025 e suas alterações.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 01 de Novembro de 2.022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060-2022

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 060-2022

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. A Empresa NT Produções De Eventos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.180.015/0001-29, contratação De Empresa Para Registro De Preços Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Para Locação De Equipamentos Som, Palco, Túnel, Tendas, Gerador De Energia Elétrica, Iluminação, Banheiros Químicos E Painel Eletrônico Para 18º Expocruz E Para Outras Festividades No Município De Santa Cruz Do Xingu-Mt, O contrato observará a vigência de 27/10/2022 a 27/11/2022. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte Rubrica Orçamentária: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (0320) 14.001.13.392.0022.2070.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica– Fonte 1.5.00.000000. Valor Global do contrato é de R$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reias).

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2022, EXTRATO DE DISPENSA Nº 062/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2022

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS ALIMENTADOS, PARA O NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAUDE DESDE 2019, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** junto à empresa **TEM MAIS CONSULTORIA, GESTAO E SOLUÇOES LTDA - CNPJ: 42.334.413/0001-52,** no valor de 13.000,00 (treze mil reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com a Lei Federal n° 8.666/1993, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 03 de novembro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 062/2022

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE DESEMPENHO**

DOS PROGRAMAS ALIMENTADOS, PARA O NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAUDE DESDE 2019, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei Federal n° 8.666/93 c/c art. 1°, Lei Municipal n° 494/2014.

CONTRATADO: **TEM MAIS CONSULTORIA, GESTAO E SOLUÇOES LTDA - CNPJ: 42.334.413/0001-52**

VALOR GLOBAL: R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato - MT, 03 de novembro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, n° 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78.453-000, inscrita no CNPJ 04.205.596/0001-17, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento os interessados, **que realizará às 09H00min (Horário Oficial de Santa Rita do Trivelato – MT), do dia 17 de Novembro de 2022, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022, pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) ROTATORIAS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO EM ANEXO.**

O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, localizada no endereço acima mencionado, durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do e-mail: licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (65) 3529-6161ou através do e-mail: licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de Novembro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

JOYCE SUAELY AFONSO BARBOSA

Presidente C.P.L.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 462/2022 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 462/2022

DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO Nº 060/2022 e 061/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo descritos para fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2022 e 061/2022 **– CUJO OBJETO É:** OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ARES CONDICIONADOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**.**

SUILA ANTONIA MACEDO FIDELIS, SAULO BONFIN DE OLIVEIRA E, MARCUS VINICIUS CAVALCANTE DA SILVA, representando a Secretaria Municipal de Educação;

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos a data de 13 de outubro de 2022.*

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0463/2022

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA HERMOCINDA BASSAO SILVA DELUQUI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora HERMOCINDA BASSAO SILVA DELUQUI, inscrita na matrícula sob o nº 1598, no período de 07/11/2022 a 21/11/2022, referente ao período aquisitivo de 22/11/2020 a 21/11/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0464/2022

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR THIAGO DE MEDEIROS DELUQUI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor THIAGO DE MEDEIROS DELUQUI, inscrito na matrícula sob o nº 1179, no período de 07/11/2022 a 21/11/2022, referente ao período aquisitivo de 22/02/2021 a 21/02/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 043/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **TRANSPORTADORA QUEIROZ LTDA**; VALOR ESTIMADO EM R$ 358.400,00; VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/11/2022 ATÉ 01/11/2023; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PEDRA E PÓ DE PEDRA, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO**

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2022 066/2022 E 067/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **M.S DIAGNOSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.xxx.175/0003-xx; VALOR ESTIMADO EM r$ **6.658,50**; VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/11/2022 ATÉ 01/11/2023; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **LEITE E RIBEIRO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. **18.xxx.143/0001-xx**; VALOR ESTIMADO EM r$ **1.818,00**; VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/11/2022 ATÉ 01/11/2023; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **NORTELAB COMÉRCIO ATACDISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 28.xxx.142/0001-xx; VALOR ESTIMADO EM r$ **91.121,50**; VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/11/2022 ATÉ 01/11/2023; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2022 E 070/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 052/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **SUPERMERCADO ARARA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 20.XX.228/0001-XX; VALOR ESTIMADO EM R$ **429.981,20**; VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 03/11/2022 ATÉ 03/11/2023; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 052/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 47.XXX.415/0001-XX; VALOR ESTIMADO EM R$ **199.724,90**; VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 03/11/2022 ATÉ 03/11/2023; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

FINANÇAS
DECRETO 80-CORREÇÃO DE DADOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EGON HOEPERS, Prefeito(a) Municipal de SANTA RITA DO TRIVELATO, estado do Mato Grosso, no u atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00726/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64 no valor de R$ 2.731.514,48(dois milhões e setecentos e trinta e um mil e quinhentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos) para reforço de dotações já consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0002.2002.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.000,00
02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		25.000,00
02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.46.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.490,57
02.001.04.122.0008.1004.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.990,00
	Sub-Total:	**35.480,57**

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0002.2004.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		11.344,64
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.432,32
03.001.06.181.0002.2010.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		7.996,00
	Sub-Total:	**21.772,96**

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.808,26
	Sub-Total:	**3.808,26**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.04.122.0002.2013.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		85.609,73
05.001.04.122.0002.2013.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		24.000,00
05.001.04.122.0002.2013.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.713,42
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		50.000,00
	Sub-Total:	**163.323,15**

05.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.002.17.512.0011.1012.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		332.784,98
05.002.17.512.0011.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		3.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

05.002.17.512.0011.2014.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		14.400,00
	Sub-Total:	**350.184,98**

05.003-DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS

05.003.15.451.0008.1009.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.064.300,00
05.003.15.451.0008.1009.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		93.150,00
05.003.15.451.0008.1014.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.849,36
	Sub-Total:	**1.160.299,36**

05.004-DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS

05.004.26.782.0008.1013.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1759000000-Recursos Vinculados a Fundos		200.845,56
05.004.26.782.0008.1013.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		53.900,00
05.004.26.782.0008.1013.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1759000000-Recursos Vinculados a Fundos		2.000,00
	Sub-Total:	**256.745,56**

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		7.000,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.46.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		16.668,66
06.002.10.301.0019.2020.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		7.961,94
06.002.10.301.0019.2021.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		5.978,70
06.002.10.301.0019.2028.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		2.766,00
06.002.10.302.0020.2022.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		11.100,00
06.002.10.302.0020.2023.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		40.494,28
06.002.10.302.0020.2025.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		39.529,93
06.002.10.302.0020.2025.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		50.000,00
06.002.10.302.0020.2025.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		500,00
	Sub-Total:	**181.999,51**

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0002.2045.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		5.779,10
07.001.12.122.0002.2045.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES		
1569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE		0,06
07.001.12.122.0002.2045.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.018,40

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

	Sub-Total:	**10.797,56**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.306.0006.2047.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	50.137,94
07.002.12.306.0006.2050.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1552000000-Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentaç	1.709,20
07.002.12.306.0006.2050.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	28.290,80
07.002.12.361.0006.2051.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	40.000,00
07.002.12.361.0006.2051.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	22.480,75
07.002.12.361.0008.1036.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	62.705,77
Sub-Total:	**205.324,46**

07.003-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 70

07.003.12.361.0006.2044.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	69.336,64
07.003.12.361.0006.2044.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	47.700,00
07.003.12.361.0006.2044.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	4.000,00
07.003.12.361.0006.2044.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	20.000,00
07.003.12.365.0006.2059.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	48.500,00
07.003.12.365.0006.2059.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	10.057,81
07.003.12.365.0006.2059.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	4.316,58
07.003.12.365.0006.2060.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	39.999,99
07.003.12.367.0006.2056.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	9.810,64
07.003.12.367.0006.2056.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	1.500,00
07.003.12.367.0006.2056.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	240,00
Sub-Total:	**255.461,66**

07.005-DEPARTAMENTO DE CULTURA

07.005.13.392.0005.2046.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	3.955,00
07.005.13.392.0005.2046.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.600,91
Sub-Total:	**5.555,91**

08.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.122.0002.2061.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.400,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

08.001.08.122.0002.2061.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.000,00
08.001.08.122.0002.2061.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		8.076,48
	Sub-Total:	**16.476,48**
08.003-CONSELHO TUTELAR		
08.003.08.243.0015.2062.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS CIVIL		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**
08.004-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE		
08.004.08.243.0015.2067.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS CIVIL		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.100,00
	Sub-Total:	**3.100,00**
09.001-SEC MUNICIPAL DE DES. ECONOMICO E MEIO AMB		
09.001.04.122.0002.2073.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		6.516,15
09.001.04.122.0002.2073.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		3.710,96
09.001.04.122.0002.2073.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.500,00
09.001.04.122.0002.2073.3.3.9.0.46.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		117,95
09.001.04.122.0002.2073.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.189,00
09.001.23.695.0008.1057.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.500,00
	Sub-Total:	**17.534,06**
11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER		
11.001.27.812.0007.1069.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		40.650,00
	Sub-Total:	**40.650,00**
	Total Parcial Suplementado:	**2.731.514,48**

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Anulação Total ou Parcial de dotações em conformidade com o Parágrafo 1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
02.001.04.122.0008.1005.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	50.000,00
02.001.04.122.0008.1005.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
02.001.04.122.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	53.917,93
02.001.04.131.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

	Sub-Total:	**134.917,93**

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0002.1007.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
03.001.04.122.0002.1007.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	17.280,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	200,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.35.00.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	28.800,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	26.200,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	19.904,80
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.91.00.00.00 SENTENCAS JUDICIAIS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	11.749,19
03.001.04.122.0002.2006.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.001.04.122.0002.2007.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	40.000,00
03.001.04.122.0002.2008.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.500,00
03.001.04.122.0002.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	800,00
03.001.06.181.0002.2010.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1,00
03.001.13.392.0005.2009.3.3.9.0.31.00.00.00 PREMIACOES CULT ART CIENT DESP	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
Sub-Total:	**169.434,99**

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.122.0008.1008.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1755000000-Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	40.000,00
04.001.04.122.0008.1008.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	30.500,00
04.001.04.123.0002.2011.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.699,51
04.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	200,00
04.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.31.00.00.00 PREMIACOES CULT ART CIENT DESP	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
04.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.800,00
04.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.35.00.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	160.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

04.001.04.123.0002.2011.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
	Sub-Total:	**246.199,51**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.04.122.0002.2013.3.3.5.0.41.00.00.00 CONTRIBUICOES		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		300,00
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		45.746,15
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		54.253,85
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
05.001.04.122.0002.2013.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		413,29
05.001.04.122.0008.1015.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		23.260,54
05.001.16.482.0013.1022.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		500,00
05.001.16.482.0013.1022.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		500,00
	Sub-Total:	**128.973,83**

05.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.002.17.512.0011.1012.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		5.000,00
05.002.17.512.0011.1012.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		5.000,00
05.002.17.512.0011.1012.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		5.000,00
05.002.17.512.0011.2014.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		10.000,00
05.002.17.512.0011.2014.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		1.000,00
05.002.17.512.0011.2014.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		10.000,00
05.002.17.512.0011.2014.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		1.000,00
05.002.17.512.0011.2014.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		243,37
05.002.17.512.0011.2014.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1501000000-Outros Recursos não Vinculados		10.000,00
	Sub-Total:	**47.243,37**

05.003-DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS

05.003.15.451.0008.1009.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.070,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

05.003.15.451.0008.1009.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	80.000,00
05.003.15.451.0008.1014.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	6.323,52
05.003.15.451.0008.1014.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	60.000,00
05.003.15.451.0008.1016.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
05.003.15.451.0008.1016.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
05.003.15.451.0008.1016.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	162.002,20
05.003.15.451.0008.1018.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
05.003.15.451.0008.1021.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
05.003.15.451.0008.1021.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
05.003.15.451.0008.1021.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
05.003.15.451.0008.1023.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	19.370,95
05.003.15.451.0008.1023.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
05.003.15.451.0008.1023.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
05.003.15.452.0004.2017.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	28.200,00
05.003.15.452.0004.2017.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	205.684,19
05.003.15.452.0008.1020.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
05.003.25.752.0008.1011.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
05.003.25.752.0008.1011.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
05.003.25.752.0008.1011.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	11.000,00
05.003.25.752.0008.1011.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
05.003.25.752.0008.1019.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
05.003.25.752.0008.1019.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
05.003.25.752.0008.1019.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
05.003.25.752.0008.1019.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
05.003.25.752.0008.2015.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1751000000-Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSI	11.272,81
05.003.25.752.0008.2015.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.467,87

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

05.003.25.752.0008.2015.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1751000000-Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSI	7.000,00
05.003.25.752.0008.2015.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	8.000,00
Sub-Total:	**693.391,54**

05.004-DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS

05.004.26.782.0008.1013.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.534,57
05.004.26.782.0008.1013.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.908,61
05.004.26.782.0008.1013.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	40.000,00
05.004.26.782.0008.1017.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	70.000,00
Sub-Total:	**116.443,18**

06.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SMS

06.001.10.122.0018.1030.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00
06.001.10.122.0018.2037.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	454,86
06.001.10.122.0018.2037.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.001.10.122.0018.2037.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.001.10.122.0018.2037.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	200,00
Sub-Total:	**7.654,86**

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.122.0018.1024.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	58.761,68
06.002.10.122.0018.1027.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00
06.002.10.122.0018.1027.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.800,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.91.00.00.00 SENTENCAS JUDICIAIS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.122.0018.2018.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	12.000,00
06.002.10.122.0018.2018.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

06.002.10.122.0018.2018.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
06.002.10.122.0018.2019.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS CIVIL	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.122.0018.2019.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.122.0018.2026.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.122.0018.2026.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.122.0018.2026.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	100,00
06.002.10.122.0018.2026.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS CIVIL	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	200,00
06.002.10.122.0023.2031.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	200,00
06.002.10.301.0019.2020.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	2.000,00
06.002.10.301.0019.2020.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	40.000,00
06.002.10.301.0019.2020.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.301.0019.2021.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.301.0019.2029.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.301.0019.2029.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	200,00
06.002.10.301.0023.2039.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.301.0023.2039.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.301.0023.2039.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.301.0023.2039.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.302.0020.1025.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	10.000,00
06.002.10.302.0020.1025.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1,00
06.002.10.302.0020.1026.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00
06.002.10.302.0020.2022.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	200,00
06.002.10.302.0020.2022.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	800,00
06.002.10.302.0020.2022.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.302.0020.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	10.000,00
06.002.10.302.0020.2023.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	200,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

06.002.10.302.0020.2023.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	800,00
06.002.10.302.0020.2025.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.302.0020.2025.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	175.018,40
06.002.10.302.0020.2034.4.4.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.000,00
06.002.10.302.0020.2036.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.302.0020.2036.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.302.0020.2036.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.302.0023.2038.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.302.0023.2038.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.302.0023.2038.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.302.0023.2038.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	2.000,00
06.002.10.303.0021.1029.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00
06.002.10.303.0021.1035.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.000,00
06.002.10.303.0021.2027.3.3.9.0.32.00.00.00 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATU	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	12.000,00
06.002.10.303.0021.2027.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.304.0022.1034.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00
06.002.10.304.0022.2041.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.304.0022.2041.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00
06.002.10.305.0022.2035.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	6.863,82
06.002.10.305.0022.2035.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.305.0022.2035.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.305.0022.2035.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
06.002.10.305.0023.2040.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.305.0023.2040.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.305.0023.2040.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00
06.002.10.305.0023.2040.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

06.002.10.305.0023.2040.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus		1.000,00
	Sub-Total:	**422.644,90**
07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA		
07.001.12.122.0002.2045.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		3.466,12
	Sub-Total:	**3.466,12**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA		
07.002.12.361.0006.2051.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		49.999,99
07.002.12.361.0006.2051.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		0,01
07.002.12.365.0008.1037.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1,00
07.002.12.365.0008.1037.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		9.000,00
07.002.12.365.0008.1042.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		17.021,63
07.002.12.367.0006.2054.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		500,00
	Sub-Total:	**76.522,63**
07.004-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 30		
07.004.12.361.0006.2042.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		50.000,00
07.004.12.365.0006.2057.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		50.000,00
07.004.12.365.0006.2058.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.000,00
07.004.12.365.0006.2058.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		2.000,00
07.004.12.367.0006.2043.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.000,00
07.004.12.367.0006.2043.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		1.000,00
	Sub-Total:	**105.000,00**
07.005-DEPARTAMENTO DE CULTURA		
07.005.13.392.0005.1039.3.3.9.0.31.00.00.00 PREMIACOES CULT ART CIENT DESP		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		10.000,00
07.005.13.392.0005.2046.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		500,00
07.005.13.392.0008.1048.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		825,63
	Sub-Total:	**11.325,63**
08.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.001.08.122.0002.2061.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.352,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

08.001.08.122.0002.2061.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
08.001.08.122.0002.2061.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
08.001.08.244.0008.1051.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	50.000,00
Sub-Total:	**53.352,00**

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.241.0015.2065.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS CIVIL	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
08.002.08.241.0015.2065.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	496,00
08.002.08.241.0015.2065.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
08.002.08.242.0016.2064.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	100,00
08.002.08.242.0016.2064.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	300,00
08.002.08.243.0016.1053.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
08.002.08.243.0016.1053.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
08.002.08.243.0016.2071.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.000,00
08.002.08.243.0016.2071.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
08.002.08.244.0002.2069.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
08.002.08.244.0002.2069.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
08.002.08.244.0015.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.500,00
08.002.08.244.0015.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	18.500,00
08.002.08.244.0015.2068.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	60.000,00
08.002.08.244.0015.2068.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.000,00
08.002.08.244.0017.2063.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	500,00
08.002.08.244.0023.2072.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1660000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	3.100,00
08.002.08.244.0023.2072.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	
1660000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.100,00
08.002.08.244.0023.2072.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1660000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.100,00
08.002.08.244.0023.2072.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
1660000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.100,00
08.002.08.244.0023.2072.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1660000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus	1.100,00
Sub-Total:	**148.896,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

08.003-CONSELHO TUTELAR

08.003.08.243.0015.2062.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
08.003.08.243.0015.2062.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
08.003.08.243.0015.2062.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
Sub-Total:	**1.500,00**

09.001-SEC MUNICIPAL DE DES. ECONOMICO E MEIO AMB

09.001.04.122.0002.2073.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
09.001.04.122.0002.2073.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	14.000,00
09.001.04.122.0004.1055.4.4.9.0.61.00.00.00 AQUISICAO DE IMOVEIS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.04.122.0014.1062.3.3.5.0.41.00.00.00 CONTRIBUICOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
09.001.04.122.0014.1062.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.20.608.0008.1056.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	200,00
09.001.20.608.0008.1056.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.100,00
09.001.20.608.0008.1056.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	19.637,92
09.001.20.608.0008.1056.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	600,00
09.001.20.608.0012.1054.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.20.608.0012.2078.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	50.000,00
09.001.20.608.0012.2078.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	25.000,00
09.001.22.661.0014.1060.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.22.661.0014.1060.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.23.692.0014.1058.3.3.5.0.41.00.00.00 CONTRIBUICOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.23.692.0014.1058.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.500,00
09.001.23.692.0014.1058.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.26.781.0014.2079.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.26.781.0014.2079.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.001.26.781.0014.2079.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**127.537,92**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO Nº 000080/2022

09.002-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.002.15.451.0004.1059.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.910,07
09.002.15.451.0004.1059.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
09.002.15.451.0004.1059.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	65.200,00
09.002.18.542.0004.2076.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.200,00
09.002.18.542.0004.2076.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.200,00
09.002.18.543.0004.2075.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
09.002.27.813.0004.1061.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
09.002.27.813.0004.1061.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
09.002.27.813.0004.1061.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
09.002.27.813.0004.1061.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**105.010,07**

11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

11.001.27.812.0007.1069.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
11.001.27.812.0007.2084.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
11.001.27.812.0007.2084.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
11.001.27.812.0007.2084.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	500,00
11.001.27.813.0008.1066.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	80.000,00
11.001.27.813.0008.1067.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
11.001.27.813.0008.1068.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
Sub-Total:	**132.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**2.731.514,48**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de

SANTA RITA DO TRIVELATO, 01, Setembro de 2022

EGON HOEPERS
Prefeito(a)

Emissão: 01/11/2022 07:20:47

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 461/2022 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 461/2022

DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO Nº 087/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo descritos para fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2021 **– CUJO OBJETO É:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, FORNECEDOR ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**.**

SUILA ANTONIA MACEDO FIDELIS, SAULO BONFIN DE OLIVEIRA E, MARCUS VINICIUS CAVALCANTE DA SILVA, representando a Secretaria Municipal de Educação; **KATIA MARA DE ARRUDA**, representando a Secretaria Municipal de Esporte;

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos a data de 01 de outubro de 2022.*

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 182/2022-GP

PORTARIA N. º 182/2022-GP

DE 28 DE OUTUBRO DE 2.022

O prefeito do **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO**, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°- Designar os servidores para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Cumprimento do Termo de Parceria 01/2022:

Telma Bezerra Pires – Secretaria Municipal de Administração

Jackelline Lucena Bonilha – Secretaria Municipal de Assistência Social

Riviany Alves Santos – Secretaria Municipal de Saúde

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de outubro de 2.022.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PROJETO: LABORATÓRIO DE INFORMATICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, JOGOS E LUDICIDADE

No dia 27 de outubro de 2022 foi dada a finalização do projeto:LABORATÓRIO DE INFORMATICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, JOGOS E LUDICIDADE, o qual ocorreu no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “IRMÃ LUIZA CASSIOLATO” com as turmas crianças pequenas I e crianças pequenas II A E B, desenvolvida pela funcionária MAURICIA SOARES DE JESUS. O projeto iniciou-se em março 2022, e teve como objetivo, trabalhar com crianças de 4 e 5 anos, por meio de computadores oferecer um conjunto de jogos para auxiliar na alfabetização. Jogos são muito atraentes para as crianças, e por isso, acredito que eles devem servir não apenas para o entretenimento, mas também para o aprendizado de maneira descontraída. Tenho em mente o fato de que juntar essa empolgação e atenção dispensada nos jogos de forma a estimular o aprendizado infantil, é uma ótima atitude a ser explorada. A finalização foi feita através de uma culminância socializada dos projetos pedagógicos desenvolvidos durante o ano letivo de 2022, onde foi falado um pouco sobre o projeto, e apresentado um vídeo com fotos do decorrer do ano.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 225/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 225/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica alterada a lotação do servidor abaixo relacionado, de acordo com a necessidade da Administração.

Mat.	Nome	Cargo	Lotação Atual	Nova Lotação
393	MARTA DEL MAZZO LOPES	PROFESSOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PROPRIO
397	ROZILEIDE DA SILVA FELIX DE ABREU	PROFESSOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PROPRIO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 224/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 224/2022

EMENTA: CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º Fica concedido em favor da Servidora Pública Municipal, Sra. **Maria José de Freitas Santana**, ocupante do cargo em efetivo de Ajudante de

Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 01 de Outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 24 DE OUTUBRO DE 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, Estado Mato Grosso, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48º da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 44 da Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001, informa à população que irá realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL**, no dia **03 de Novembro (sexta - feira) de 2022, com início ás 15 horas (horário de Cuiabá), para Discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2023.**

A audiência pública será realizada de forma virtual (online) e será transmitida via Facebook página Oficial da prefeitura: https://www.facebook.com/prefeituramunicipaldesant...

Este Edital será publicado no site, https://www.santoafonso.mt.gov.br/, portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

Santo Afonso /MT, 31 de Outubro de 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

Prefeito Municipal de Santo Afonso

ADMINISTRAÇÃO
PROJETO: LIVRO DIGITAL

No dia 27 de outubro de 2022 foi dada a finalização do projeto: LIVRO DIGITAL, o qual ocorreu no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “IRMÃ LUIZA CASSIOLATO”, com as turmas crianças pequenas I e crianças pequenas II A E B, desenvolvidos pelos funcionários MAURICIA SOARES DE JESUS, VERIDIANA MARIA FIGUEIREDO DE MEDEIROS e KELLYTON RODRIGO DOS SANTOS. O projeto iniciou-se em maio 2022, e teve como objetivo levar um pouco de magia e de encantamento para nossos pequenos através de livros digitais, onde pegamos alguns livros digitais e transformamos em vídeo com áudio, narrado por nós mesmos, para que assim nossas crianças possam visualizar e escutar as historinhas. Lendo para uma criança você contribui para ela desenvolver atenção, concentração, memória e raciocínio. Dessa forma, toda criança pode desenvolver seu potencial ao máximo.

Procuramos despertar nas crianças o gosto pela leitura e imaginação através de livro digital (vídeo e áudio). O intuito dos vídeos não é acostumar os alunos com o cenário virtual, mas sim incentivar a leitura fora do ambiente escolar, e incentivar a formação de leitores, estimular nas crianças a imaginação e a criatividade através da leitura. Com base nesse estudo, esperamos abordar a criança no universo educativo e trazer à tona novas formas e modos de pensar uma educação dialógica, capaz de impulsionar valores sociais e culturais, através da literatura infantil, torna-se oportuno para integrá-lo ao mundo da fantasia. A finalização foi feita através de uma culminância socializada dos projetos pedagógicos desenvolvidos durante o ano letivo de 2022, onde foi falado um pouco sobre o projeto, logo após foi cantado uma música “O Segredo da Casa Amarela”, e após foi contado uma historinha “Mistério do Ovo”.

ADMINISTRAÇÃO
PROJETO INTERAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

TURMA: CRIANÇAS BEM PEQUENAS III

DOCENTE: ADELAINE CALDEIRA DE SOUZA

AUXILIAR: SIMONE RÓQUIA

Projeto

Interação e socialização

Após perceber, as dificuldades das crianças bem pequenas III em se interagirem umas com as outras, ao não dividirem brinquedos, não quererem se sentarem ao lado de A ou B na hora das refeições, dentro da sala de aula não aceitar o coleguinha se aproximar de sua mesa, surgiu assim o intuito de trabalhar a prática da interação e socialização em sala de aula, visando promover melhorias mediante o convívio social no ambiente institucional.

Assim o presente projeto tem como objetivo contribuir para o ensino aprendizagem das crianças bem pequenas III, do Centro de Educação Irmã Luíza Cassiolato, através da interação e socialização das crianças na instituição. As atividades propostas nesse planejamento visam contemplar um dos direitos da aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o Brincar.

Determinadas situações cotidianas na educação infantil são ricas experiências que intensificam a aprendizagem da criança, possibilitado pela vivência como um fator importante para o aprendizado da criança pequena. Diante do exposto, todos os momentos vividos pela criança são momentos educativos à medida que ela interage com o meio que a rodeia. Sendo, indispensável uma organização curricular que considere o cotidiano, como um currículo amplo em possibilidades, proporcionando diferentes práticas que buscam articular as experiências e saberes, influindo significativamente para o desenvolvimento da criança.

Hábitos comportamentais são construídos no ambiente escolar. Dessa forma, a escola influencia positivamente nesse processo de socialização da criança porque, naturalmente, vai ensiná-la a dividir as coisas, a esperar a sua vez, a lidar com as diferenças e respeitar o próximo. As crianças aprendem a colocar em prática habilidades para controlar emoções, exercitar paciência, demonstrar empatia, tomar decisões de maneira responsável, desenvolvem a atenção, o saber ouvir e esperar como também obedecer às regras.

As crianças, por meio de atividades lúdicas (jogos, brinquedos e brincadeiras), exercitam seu corpo como um todo, conhecem seus limites, exploram a realidade, coordenam movimentos e são capazes de relacionar as coisas umas com as outras, e ao relacioná-las, constroem o conhecimento. A atividade lúdica é percebida como um processo pelo qual a criança enriquece o senso de responsabilidade, desenvolve a autoexpressão e desenvolve-se física, cognitiva e socialmente.

Tal como, o projeto acima supracitado irá possibilitar um universo de experiências, conhecimentos e saberes nas crianças, através de ações lúdicas e interações, no ambiente institucional. A interação e a brincadeira na educação infantil é um elemento fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, pois, através da brincadeira a criança acaba colocando em prática seus direitos e institui contato com o seu campo de experiência, tais como: Favorecer a socialização; conhecer e interagir com os colegas; Desenvolver a comunicação verbal; Descobrir habilidades lúdicas; Desenvolver adaptação emocional; Mais autonomia para a resolução de conflitos; Aprender a seguir regras e sua importância; Fazer amizades novas; Aprender sobre empatia, companheirismo e solidariedade; Adquirir espírito competitivo, trabalhando o ganhar e o perder; desenvolver habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais;

aprendem , constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam. Buscando uma perspectiva de sucesso para o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos, esse projeto visa explorar os espaços de vivências escolar e social, construídos para a criança e como deve ser explorado pela mesma, em uma relação de interação total de aprendizagem, de troca de saberes, de liberdade de ir e vir, de prazer, de individualidade, de partilhas, enfim, de se divertir, brincar e aprender, trabalhando com a organização pedagógica de atividades permanentes e projeto didático que são as atividades que devem acontecer periodicamente, cujo conteúdo necessitam serem desenvolvidos de forma constantes, produzindo conhecimentos. Por fim, devemos reforçar aqui que este projeto só tem a contribuir para o desenvolvimento dos alunos, pois essas práticas conduzem as crianças à aprendizagem e até mesmo a reforçar seu aspecto cognitivo frente aos desafios pedagógicos que surgirão em suas vidas ao longo das etapas.

Por fim, devemos reforçar aqui que este projeto só tem a contribuir para o desenvolvimento dos alunos, pois essas práticas conduzem as crianças à aprendizagem e até mesmo a reforçar seu aspecto cognitivo frente aos desafios pedagógicos que surgirão em suas vidas ao longo das etapas. A culminânciancia do mesmo, finalizou de forma socializada, no pátio da instituição com a participação de toda gestão escolar, alunos, pais e responsáveis. E após um delicioso coffeebreak para todos os presentes.

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 523 DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

LEI MUNICIPAL N.º 523 DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

"Altera a redação da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Afonso/MT e, dá outras providências"

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO, Prefeito de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º O inciso IV e §1º do art. 48 da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48......

IV - das contribuições mensais do município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 14% (quatorze por cento) relativo ao custo normal, neste incluso o custeio da taxa de administração de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimo por cento), prevista na reavaliação atuarial, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

(...)

§ 1º O plano de amortização destinado a cobertura do déficit atuarial apurado na reavaliação atuarial desempenhada em julho/2022 será realizado em forma de Aportes Periódicos, estabelecido pelos valores discriminados no anexo I, parte integrante desta lei, obedecido os seguintes critérios:

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em JULHO/2022.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto às alterações do inciso IV e §1º do art. 48 da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Santo Afonso/MT, 27 de Outubro de 2022.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

Prefeito Municipal

ANEXO I

VALORES DE APORTES PERIÓDICOS EM REAIS

ANO DE AMORTIZAÇÃO	APORTE ANUAL (12 PARCELAS)	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL
2022	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2023	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2024	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2025	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2026	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2027	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2028	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2029	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2030	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2031	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2032	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2033	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2034	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2035	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2036	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2037	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2038	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2039	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2040	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2041	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2042	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2043	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06

2044	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2045	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2046	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2047	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2048	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2049	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2050	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2051	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2052	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2053	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2054	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06
2055	R$ 600.620,65	R$ 583.142,59	R$ 17.478,06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 044/GP/2022

DECRETO Nº 044/GP/2022

"Regulamenta a Lei 1.389/2022 que fixa o valor dos vencimentos iniciais dos Agentes Comunitário de Saúde – Acs e dos Agente de Combate Às Endemias – Ace no Município de Santo Antonio de Leverger e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso das atribuições legais lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, e considerando o que prelecciona o art. 2º da Lei Municipal nº 1.389/2022, de 21 de setembro de 2022 que fixa o valor de vencimentos iniciais aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e aos Agentes de Combate às endemias - ACE;

DECRETA: Art. 1º - O valor de que trata o artigo 1º da Lei 1.398/2022, será pago a partir do incremento da receita por parte da União, ou seja, de forma retroativa a 1º de setembro de 2022.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Santo Antônio de Leverger/MT, 28 de outubro de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2022.

Acha-se aberta a Licitação abaixo descrita:

TOMADA DE PREÇOS N° 010/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2022.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com base na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, o aviso de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2022** do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL – AMPLIAÇAO DO ESPAÇO FISICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO BASICA NOVA SUIA, LOCALIZADA NO P.A. MAE MARIA – SETOR FARANDU NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, A CONSTRUÇÃO ABRANGERÁ UMA ÁREA TOTAL DE 71,00 m²; Conforme Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários.** Recebimento dos envelopes: **09h00min (horário de Brasília-DF), do dia 18/11/2022**, local prédio da Prefeitura Municipal, situado na Av. Araguaia, 248, Centro. Os envelopes referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS serão recebidos pelo Presidente da Comissão de Licitação marcado para o dia, hora e endereço mencionado. O Edital e seus anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado junto a Divisão de Licitação ou pelo **site: saofelixdoaraguaia.mt.gov.br** ou ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.com;** ou pelo fone (66) 3522-1606; ramal 35.

São Félix do Araguaia – MT, em 01 de novembro de 2022.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
ADESÃO Nº 023/2022. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2022. ("CARONA") À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2021, RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2021, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 065/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2022.

ADESÃO Nº 023/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT faz saber que pretende aderir como entidade não participante ("**carona**") **À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2021, RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2021, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 065/2021, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO - MT**, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATÉRIAS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT; de acordo com a proposta da **DETENTORA DA ATA**, independentemente de transcrição.

Adesão autorizada pelo Prefeito Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, conforme Ofício anexo ao processo;

Empresa: **JONATHAN SILVA LUZ-ME, inscrita no CNPJ n.º 30.709.546/0001-87**, doravante denominada "(PROMITENTE FORNECEDOR)" representada pelo Sr. **JONATHAN SILVA LUZ**, CPF n. º 013.221.861-54;

São Félix do Araguaia - MT, em 1º de setembro de 2022.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial.

Portaria nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 664/2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE MEMBROS, NOMEAÇÃO E ALTERAÇÃO DA PORTARIA N.º 077/2021, SUBSTITUINDO MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA BIÊNIO 2021/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA os servidores: Raissuellen Lang Ribeiro – Suplente; Adelaide Aparecida Moura Verges Santana – Titular; Sirlei Aparecida Marino Moretti – Suplente; Adiran Celestino da Silva Amaral – Titular; Meire Rejane da Silva Rizzato – Suplente; Deonilson Xavier de Queiroz – Titular representante da Igreja Presbiteriana Renovada e Mirian dos Santos Marinheiro – Suplente; Simão Pereira Carvalho dos Anjos – Titular representante da Igreja da Paz e Claudenir Benício Alves, todos nomeados na Portaria N.º 077/2021, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Nomear os servidores descritos à seguir para nova composição de Membros Titulares e Suplentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São José do Rio Claro-MT.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

- Secretaria de Promoção e Assistência Social

Suplente: SOLANGE GOMES BARBIERI, em substituição à sra. Raissuellen Lang Ribeiro;

- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: SIRLEI APARECIDA MARINO MORETTI, em substituição à sra. Adelaide Aparecida Moura Verges Santana;

Suplente: FLÁVIA DE OLIVEIRA FERREIRA SILVA, em substituição à sra. Sirlei Aparecida Marino Moretti.

- Secretaria Municipal de Planejamento

Titular: MEIRE REJANE DA SILVA RIZZATO, em substituição ao sr. Adiran Celestino da Silva Amaral;

Suplente: LUIZ FERNANDO SOFIATI CAÇULA, em substituição à sra. Meire Rejane da Silva Rizzato;

Art. 3º Altera representantes da Sociedade Civil Organizada:

- Representações das Igrejas Evangélicas I

- Representações das Igrejas Evangélicas II

REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Onde se Lia: Igreja Presbiteriana Renovada

Leia-se: REPRESENTAÇÕES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS I

- Igreja Presbiteriana Renovada: Titular - DEONILSON XAVIER DE QUEIROZ

- Primeira Igreja Batista – PIB: Suplente - ROSELI BRITO DE LIMA

Onde se Lia: Igreja da Paz

Leia-se: REPRESENTAÇÕES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS II

- Igreja da Paz: Titular - GENILDO SOARES SILVA

- Igreja Batista Nacional – IBN: Suplente - CLAUDENIR BENÍCIO ALVES

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 01 de novembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 665/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 214/2022, 215/2022 E 216/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **ROBSON PIRES DE SOUZA** como Fiscal Titular,e **LETICIA OLIVEIRA SANTOS** como Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionadas ao Pregão Eletrônico N. º 56/2022:

ATA N.º	EMPRESA	CNPJ
214/2022	P. M. C. MORO – ME	02.361.156/0001-23
215/2022	COMERCIAL LUAR LTDA – ME	02.545.557/0001-33
216/2022	BFX COMERCIO DE GLP LTDA	06.304.408/0001-33

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 01 de novembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 013/2022 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade em favor de MARIA VALMIRA PEREIRA DE SOUZA".

A Diretora Executiva do PREVIMUNI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b" e § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003, combinado com o artigo 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, artigo 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 963 de 27 de junho de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Claro – MT anexo III-B da Lei Municipal nº 831 de 22 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira dos profissionais da Educação, alterado pela Lei nº 3.356 de 14 de fevereiro de 2022.

RESOLVE,

***Art. 1º* -** Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Idade**, em favor de **MARIA VALMIRA PEREIRA DE SOUZA**, portadora do RG nº. 3.553.837 SSP/PE, inscrita no CPF nº. 353.356.881-49, efetiva no cargo de **AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (EDUC), CLASSE B, NÍVEL 01**, cadastrada sob matrícula RE n º 2400 e matricula previdenciária nº 1064, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, a mesma conta com **9.648** dias líquidos perfazendo **26 anos, 05 meses e 16 dias**.

Art. 2º. O benefício terá os **Proventos Proporcionais ao Tempo Contribuição com direito ao reajuste do valor real**, conforme o processo do PREVIMUNI n.º 2022.02.00000010.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2022, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE, PUBLIQUE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro-MT, 31 de outubro de 2022.

CLEIDE DE LIMA SILVA Diretora Executiva

HOMOLOGO:

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 266/2022

PORTARIA Nº 266/2022 DE 28 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. Antônio Cardoso Santana, Servidor efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Municipal de Saúde matrícula funcional nº 35 da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nº, 030/2022, realizado pela Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2022	***OBJETO*** Finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o para futura e eventual aquisição de 2 (duas) AMBULÂNCIAS TIPO A - Suporte Básico, para atender as demandas e demais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de acordo o edital e anexos, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. **Valmir Moreira da Silva,** Servidor em cargo comissionado como Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Matrícula funcional nº 10392, na Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos

Art. 2º - Cabe ao fiscal da Ata de Registro de Preço:

I. Responsabilizar-se pela supervisão da ata de registro de preço, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação da ata de registro de preço, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução da ata, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a contratada, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula da ata de registro de preço nº 030/2022, e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 28 de outubro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 - 12 DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL Nº. 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 - 12

Divulgação da Classificação Final

Kallinne Freire Soares, presidente da **Comissão Organizadora do Processo Seletivo público edital 001/2022** instituída por meio da **Portaria nº 184/2022 de 26 de JULHO de 2022** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO, Divulgação** o resultado final de Aprovados, Classificados e Reprovados do Processo Seletivo Público 001/2022**.** Conforme anexo I, como parte integrante deste edital complementar. Publicado na página da www.amm.org.br e no site www.assepublica.com.br

São José do Xingu/MT, em 01 de Novembro de 2022.

Kallinne Freire Soares

Presidente da Comissão Organizadora

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS DA ZONA RURAL PERTENCENTE AO PSF DO DISTRITO FONTOURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Ausente	1810	PEDRO EZIQUIEL DE SOUZA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS DA ZONA URBANA PERTENCENTE AO PSF DO DISTRITO FONTOURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovada	1655	CLEIDIANE PEREIRA DA COSTA	12.00	6.00	30.00	48.00	95.00	143.00
Classificada	1751	DANIELA GONCALVES SILVA	12.00	6.00	30.00	48.00	80.00	128.00
Reprovado	1667	KELI DE SOUZA LEITE	10.00	4.00	33.00	47.00	0.00	47.00
Reprovado	1712	JACKSIELE DE SOUSA SILVA	12.00	4.00	30.00	46.00	0.00	46.00
Reprovado	1796	LETÍCIA SILVA DOS SANTOS	10.00	6.00	24.00	40.00	0.00	40.00
Reprovado	1710	ANA PAULA CARNEIRO LEITE	10.00	4.00	24.00	38.00	0.00	38.00

Reprovado	1670	EDILAINE VIEIRA DA SILVA	8.00	4.00	24.00	36.00	0.00	36.00
Reprovado	1652	EMYLLYA GONCALVES EVANGELISTA	4.00	6.00	9.00	19.00	0.00	19.00
Ausente	1699	CLAYSON WILLER OLIVEIRA DANTAS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1656	CRISTIANE DE SOUZA SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1797	JOSÉ FRANCINALDO DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1798	VANESSA ALVES MARTINS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1706	DARLA NÚBIA DE SOUZA MARCONDES	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1766	HELQUIAS PEREIRA RODRIGUES	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS RURAL PERTENCENTE AO PSF DA SEDE DO MUNICIPIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovada	1772	SINTIA RODRIGUES DE SOUZA	14.00	6.00	33.00	53.00	90.00	143.00
Classificada	1666	ÁUREA MARTINS DE SOUZA	10.00	6.00	36.00	52.00	80.00	132.00
Reprovado	1728	SIMONE SABINA EUFRASIO	14.00	4.00	36.00	54.00	0.00	54.00
Reprovado	1685	LUCAS SILVA ABREU	14.00	8.00	27.00	49.00	0.00	49.00
Reprovado	1695	ANA CRISTINA CAMPOS	14.00	4.00	27.00	45.00	0.00	45.00
Reprovado	1727	MARIA DE JESUS RIBEIRO DE SOUZA FEITOZA	8.00	2.00	27.00	37.00	0.00	37.00
Reprovado	1733	CÉLIA RODRIGUES DA SILVA	10.00	4.00	21.00	35.00	0.00	35.00
Ausente	1804	ADRIANE GERALDINA DUFFEK	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1653	JAQUELINE ABREU DA SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1780	EVELYN VITÓRIA DA SILVA CARDOSO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS ZONA URBANA PERTENCENTE AO PSF SEDE DO MUNICIPIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Classificada	1784	ANA BEATRIZ MARÇAL MARQUES	16.00	14.00	39.00	69.00	95.00	164.00
Classificado	1716	LUCAS JUNIOR RIBEIRO DA SILVA	10.00	10.00	36.00	56.00	95.00	151.00
Classificada	1722	EMILY LUZ MOURA	8.00	10.00	30.00	48.00	98.00	146.00
Classificado	1774	LUIS VICENTE PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR	14.00	10.00	36.00	60.00	80.00	140.00
Classificada	1718	JANAINA FONTANELI DA SILVA	8.00	10.00	30.00	48.00	90.00	138.00
Classificada	1674	NÁGILLA RIBEIRO DARY	16.00	6.00	30.00	52.00	80.00	132.00
Classificada	1757	TALITA RODRIGUES MARTINS	12.00	8.00	33.00	53.00	75.00	128.00
Classificada	1800	MARIA VIEIRA DO ROSARIO	12.00	8.00	30.00	50.00	75.00	125.00
Classificada	1746	JAIANE DE MOURA GONÇALVES	6.00	6.00	30.00	42.00	80.00	122.00
Reprovado	1703	ANTÔNIO FRANCISCO GUIMARAES SOARES	20.00	14.00	24.00	58.00	0.00	58.00
Reprovado	1669	KAIRON FERNANDES BARBOSA DE OLIVEIRA	12.00	14.00	27.00	53.00	0.00	53.00
Reprovado	1794	ALICE PORTILHO ARAUJO	10.00	2.00	33.00	45.00	0.00	45.00
Reprovado	1680	RENATA ALVES DOS SANTOS	12.00	4.00	27.00	43.00	0.00	43.00
Reprovado	1786	KLENE RIBEIRO TAVARES FULLIN	10.00	4.00	27.00	41.00	0.00	41.00
Reprovado	1684	JOAQUIM FERREIRA DE FREITAS JUNIOR	12.00	8.00	21.00	41.00	0.00	41.00
Reprovado	1689	ALINE ABREU DA SILVA	8.00	2.00	30.00	40.00	0.00	40.00
Reprovado	1785	KEILA SILVA RIBEIRO	12.00	4.00	24.00	40.00	0.00	40.00
Reprovado	1750	PAULA ANDRESSA RIBEIRO SILVA	14.00	4.00	21.00	39.00	0.00	39.00
Reprovado	1677	MÁRCIA REGINA DE CARVALHO	12.00	6.00	21.00	39.00	0.00	39.00
Reprovado	1663	PHAULA REGYNA LUZ MEDEIROS SILVA	10.00	8.00	21.00	39.00	0.00	39.00
Reprovado	1675	ROSIANY JORGE DARY	12.00	8.00	18.00	38.00	0.00	38.00
Reprovado	1657	VITORIA EMANUELA ROCHA SANTOS	6.00	6.00	21.00	33.00	0.00	33.00
Reprovado	1788	RAYSA COSTA GUIDA MOURA	10.00	8.00	15.00	33.00	0.00	33.00
Reprovado	1742	AMANDA SILVA SOUSA	10.00	6.00	15.00	31.00	0.00	31.00
Reprovado	1676	NATTALY VITORIA RODRIGUES MARQUES LUZ	10.00	8.00	12.00	30.00	0.00	30.00
Reprovado	1694	ROSILAINE SOUZA PESSOA	6.00	6.00	15.00	27.00	0.00	27.00
Reprovado	1696	LAYNNE BERNARDES DE SOUSA	10.00	0.00	15.00	25.00	0.00	25.00
Reprovado	1673	FABIANA PEREIRA DE PAULA	6.00	4.00	15.00	25.00	0.00	25.00
Reprovado	1693	ANA PAULA DE OLIVEIRA SANTOS	6.00	2.00	15.00	23.00	0.00	23.00
Reprovado	1717	NAIANE MOREIRA SILVA	8.00	6.00	9.00	23.00	0.00	23.00
Ausente	1743	ANA MARIA SILVA SANTOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1763	DENILZA APARECIDA PEREIRA GARCIA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1787	ALESSANDRA SIMIONI DEON	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1752	MARALI RODRIGUES DA SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1773	RAIMUNDA SILVA TERESA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1775	GLEYCIARA NASCIMENTO DE SOUSA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1768	REGI ELIANE LIMA LUZ	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

Ausente	1799	VALÉRIA PRISCILLA LOURENÇO LEÃO DE BRITO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1778	CLAUDINEIDE RODRIGUES DE SOUSA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1803	VANESSA MORAIS PIAGEM	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1760	FRANCIELY SAMARA MARQUES DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1758	CLAUDIVONE GONCALVES DO ROSARIO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1715	MICHELI FERNANDES SCHAFFER	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1654	JÉSSICA MICAELA RODRIGUES COSTA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1793	ENEYTATE RAMILA OLIVEIRA CAMARGO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1779	ROBERTA PEREIRA GONZAGA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1811	RAIZA GONÇALVES DA SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1755	BRUNA SOUZA MIRANDA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1683	KETLEN ALVES TEIXEIRA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1764	LYVIA DIAS BARBOSA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1659	SAMANTHA DE SOUZA MIRANDA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1809	JAYANE DA SILVA BISPO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1681	ANNY VICTÓRIA DE SOUZA TORRES FEIJÓO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS SEDE DO MUNICÍPIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Classificado	1735	RIAN RODRIGUES MARTINS	12.00	16.00	30.00	58.00	80.00	138.00
Classificado	1736	FERNANDO RUBENS VIEIRA OLIVEIRA	10.00	8.00	30.00	48.00	77.00	125.00
Reprovado	1795	FABÍOLA MALTA COSTA	14.00	10.00	24.00	48.00	0.00	48.00
Reprovado	1671	ALEXANDRA COSTA SILVA	6.00	6.00	24.00	36.00	0.00	36.00
Reprovado	1690	JOÃO PAULO GOMES BARBOSA	8.00	10.00	15.00	33.00	0.00	33.00
Reprovado	1802	JOSIANE PEREIRA RODRIGUES	12.00	4.00	15.00	31.00	0.00	31.00
Reprovado	1737	MARÍA NEDI PEREIRA DA SILVA	10.00	6.00	15.00	31.00	0.00	31.00
Reprovado	1771	LEIDIANE OLIVEIRA	12.00	2.00	15.00	29.00	0.00	29.00
Reprovado	1702	JULIO ALVES DE ALMEIDA SA	4.00	6.00	18.00	28.00	0.00	28.00
Reprovado	1711	LUDIMILA FERREIRA FONSECA	10.00	2.00	12.00	24.00	0.00	24.00
Reprovado	1805	MARILENE OLIVEIRA DA SILVA	8.00	4.00	12.00	24.00	0.00	24.00
Reprovado	1697	KATEMARE METUKTIRE	2.00	2.00	9.00	13.00	0.00	13.00
Ausente	1698	LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA LUZ	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1765	JEINIFAN RAMOS DE SOUZA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1806	FRANCISCA SOARES RODRIGUES	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1781	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1672	MARISY FEITOZA LUZ	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1721	ADYLON NATÃ MARQUES COSTA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1724	WALISON DA COSTA CARNEIRO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1731	MARIANA MENDES SANTOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1709	ADRIANO SILVA MOREIRA FRAZAO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1782	ROMARIO OLIVEIRA CAMPOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1754	MEIRIELY MARTINS CARDOSO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1812	RAILA GONÇALVES SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1679	CARLOS DANIEL SANTOS SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1692	VANESSA ABREU BARBOSA DA SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1719	LETÍCIA AMANDA FERREIRA DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1767	MATEUS RODRIGUES DE SOUZA RAMOS	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1665	JHENNIFER BÁRBARA PEREIRA CARDOSO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1700	TALISSON PEREIRA SILVA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00
Ausente	1783	CAUE ROSSI LIMA	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Conhecimentos em Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Classificada	1734	AMANDDA ÁTILA ALVES DA SILVA SANTOS	6.00	6.00	30.00	42.00	80.00	122.00
Ausente	1801	KATIA CILENE ALVES RIBEIRO	0.00	0.00	0.00	Ausente	0.00	0.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 401 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE DESVIO DE FUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS;

Considerando o Atestado Médico expedido pelo Dr. TÚLIO MARCOS CASADO DA SILVA, CRM-MT 4989, datado de 28 de outubro de 2022,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER desvio de função pelo período de 180 (cento e oitenta) ao servidor JOSÉ ROBSON BEJO XAVIER, conforme RELATÓRIO MÉDICO.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 31 DE OUTUBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 405 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial por assiduidade ao servidor ANTONIO CARLOS XAVIER, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2016/2021**, será de 90 (noventa) dias, de

1º de novembro a 29 de janeiro de 2023.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 404 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor ESTEVÃO SANCHES DA SILVA, no período de 01 a 20/11/2022, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 402 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora APARECIDA DE FATIMA GIRATO, no período de 01 a 30/11/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2022

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo simplificado Nº 004/2022, vem através deste convocar os candidatos aprovados no referido certame a comparecerem até o 03 de novembro de 2022 à partir da 8h, na Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Assistência Social para apresentarem documentação exigida para a devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia

14º - Afro-descendente – Santino de Oliveira

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos –MT, através da sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente os posteriores, obedecendo a ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro dos Quatro Marcos – MT, 01 de novembro de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 403 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora DALVA FLAVIANA DA SILVA, no período de 01 a 30/11/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 126/2022

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear a Senhora **MARIDENE DE MOURA SOARES,** inscrita no CPF sob o nº 001.835.932-94 e RG 5131342 SSP-MT, no cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 01 de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PORTARIA Nº 131/2022.

O PREFEITO DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso de suas atribuições legais, dispõe sobre progressão de classe de servidor efetivo, conforme Plano de Cargos, Carreiras, Salarial do Município de Serra Nova Dourada –MT - Lei Complementar Municipal nº 12/2014 e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com art. 6º, inciso II, alínea c, e o art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 12 de 02 de junho de 2014, fica concedido, Progressão Funcional, da Classe "B" para Classe "C", a servidora **ZILMA GOMES DA SILVA MACIEL,** CPF nº. 019.811.811-21**,** ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, admitida em 01/03/2010, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Serra Nova Dourada-MT, aos 1º dia do mês de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada

PORTARIA Nº 130/2022.

O PREFEITO DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso de suas atribuições legais, dispõe sobre progressão de classe de servidor efetivo, conforme Plano de Cargos, Carreiras, Salarial do Município de Serra Nova Dourada –MT - Lei Complementar Municipal nº 12/2014 e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com art. 6º, inciso III, alínea c, e o art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 12 de 02 de junho de 2014, fica concedido em 05/08/2022, Progressão Funcional, da Classe "B" para Classe "C", ao servidor **PABLO JOSÉ DE SOUSA CARDOSO,** CPF: 019.947.841-48**, matrícula** funcional nº 1086**,** ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, admitido em 02/12/2014, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Serra Nova Dourada-MT, aos 1º dias do mês de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada

PORTARIA Nº 129/2022

Dispõe sobre a Exoneração de Ocupante de Cargo de Conselheiro Tutelar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, Elson Farias de Sousa, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE;

Artigo I – Exonerar **JOSIVALDO FARIAS DE SOUSA**, inscrito no CPF sob o nº 961.082; 401-30 e RG: 1391936-9 SSPMT, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT, 01 de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PORTARIA Nº 128/2022

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE GABINETE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear o Senhor **WILMO CLARA LUZ,** inscrito no CPF sob o nº 749.103.291-53 e RG: 24329380 SEJUSP/MT, no cargo em Comissão de **CHEFE DE GABINETE** do Município de Serra Nova Dourada MT.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os atos contrários.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 01 de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PORTARIA Nº 127/2022

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **ELSON FARIAS DE SOUSA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear o Senhor **JONATAS MONTEIRO DE SOUZA,** inscrito no CPF sob o nº 037.556.661-97e RG: 225.3310-9, no cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 01 de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PORTARIA Nº 125/2022

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGOGICA DA ESCOLA MUNICIPAL ANA RIBEIRO DE SOUSA DE SERRA NOVA DOURADA-MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I - Exonerar a Senhora **GERUSA ABREU FOGAÇA OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob o n. 651.154.571-72, do cargo de COORDENADORA do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Ana Ribeiro de Sousa.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada – MT, 01 de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço nº 006/2022

O Município de Serra Nova Dourada-MT, através deste ato, torna público e para conhecimento dos interessados a reabertura do Processo licitatório na modalidade Tomada de Preço nº 006/2022, cujo objeto é a **"contratação de empresa para conclusão da exceção das pontes de concreto armado, referente ao processo 590050.000351/2012-10, junto a Defesa Civil, sendo elas: ponte sobre o córrego Xavantinho próximo ao senhor Emivaldo (comunidade Roncador), ponte sobre o córrego Xavantinho divisa SND/ABV, ponte sobre o córrego Xavantinho próximo ao senhor Elias Coutinho (comunidade Roncador), ponte sobre o córrego Xavantinho próximo ao senhor Raimundo Brito (comunidade Roncador), ponte sobre o córrego da onça (comunidade Riozinho) e ponte sobre a Vazante do Riozinho (comunidade Riozinho) no Serra Nova Dourada-MT, conforme Projeto básico e suas Planilhas e especificações do termo de referência do edital", "** terá sua Sessão de reabertura realizada no dia 22 de novembro de 2022 as 09:00 hs (Horário oficial de Brasília - DF), com credenciamento, recebimento dos envelopes de documentos de habilitação e de propostas comerciais. O **Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo E-mail: licitaserranova@gmail.com ou diretamente com a Comissão Permanente de Licitação CPL, instalada na Rua 03, s/n – Centro, Serra Nova Dourada - MT, CEP: 78.668-000, no horário de 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. Maiores informações pelo telefone (66) 3473-1008.**

Serra Nova Dourada - MT, 03 de novembro de 2022.

_____

JEAN EVERSON PEREIRA NASCIMENTO

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO N° 001/2022

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SORRISO E O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE SORRISO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Av. Porto Alegre nº 2.525, Centro, Sorriso – MT, CEP: 78.890-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARI GENÉZIO LAFIN**, portador do RG nº 607.903 SSP/MT e CPF nº 411.319.161-15, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Teles Pires nº 765, bairro Centro, Sorriso – MT, doravante denominada **CONSORCIADO** e, de outro lado o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.019.551/0001-00, com sede na Av. Blumenau nº 500, Jardim Amazônia, Sorriso-MT, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. RODRIGO AUDREY FRANTZ, portador do RG nº 1193018-7 SJ/MT e CPF nº 885.328.361-00, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Tuiuti, nº 1561, bairro Centro, Santa Carmem – MT, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Santa Carmem – MT e Presidente do Conselho Diretor, doravante denominado de **CONSORCIANTE**, considerando o constante na Lei Federal nº 11.107/2005 e seu Decreto Regulamentador nº 6.017/2007 e na Lei Municipal nº 2.495/2015 de 23 de junho de 2015, que ratifica o protocolo de intenções e autoriza a participação do Município, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO

Fica alterado o **Parágrafo Segundo** da **CLÁUSULA SEGUNDA** – DO VALOR do Contrato de Rateio nº 001/2022, para o fim de aditivar o montante de **R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)**, corresponde ao valor referente as despesas contratação de Serviços Médicos, Exames e Casa de Apoio, que será repassado conforme a necessidade de utilização pelo município.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor global do Contrato, após este aditamento será de **R$ 8.296.379,01 (oito milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e um centavo).**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser aditivado pela **CONSORCIADO** ao **CONSORCIANTE** correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

15.001.10.303.0012.2096.337170.869(F-1.5.00.100200) – R$ 800.000,00

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato de Rateio nº 001/2022 ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Sorriso-MT, 31 de outubro de 2022.

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

CONSORCIADO

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Presidente do Consórcio Público

de Saúde Vale do Teles Pires

CONSORCIANTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 776, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre o funcionamento do Núcleo de Apoio Técnico - NAT no âmbito Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, e dá outras providências**.**

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e;

Considerando o artigo 196 da Constituição Federal que prevê que saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei Federal n° 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a necessidade de regulamentar as decisões judiciais para atender ao Direito à Saúde;

D E C R E T A:

Art. 1º O Núcleo de Apoio Técnico - NAT da Secretaria Municipal de Saúde é responsável por emissão de pareceres e notas técnica feitos por profissionais da saúde em conjunto com a Procuradoria Geral do Município em processos judiciais, com o objetivo de garantir o fornecimento de subsídios técnicos nas demandas que envolvam a prestação de SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE, tais como fornecimento de medicamentos e insumos em geral, exames, procedimentos de urgência e emergência, bem como os eletivos, leitos em unidade de terapia intensiva (UTI), tratamento médico, insumo nutricional entre outros contemplados por meio de medidas judiciais.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município deverá encaminhar ao NAT todas demandas judiciais relacionadas à Saúde.

Art. 2º O Núcleo de Apoio Técnico - NAT será composto por 03 (três) servidores técnicos, sendo 02 (dois) da Secretaria Municipal de Saúde e 01 (um) servidor da Procuradoria Geral do Município.

§ 1º O NAT poderá solicitar apoio eventual dos servidores da saúde que compõem a Rede SUS Municipal, a exemplo de médicos, dentistas, nutricionistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, sempre que necessário à elaboração de parecer técnico especializado nas referidas áreas.

§ 2º O NAT exercerá suas atividades com o auxílio permanente de assessoria administrativa e consultorias jurídicas do quadro da Procuradoria Geral do Município.

§ 3º O apoio técnico, previsto neste Decreto, quando solicitado, deve ser materializado por meio de Pareceres e Notas Técnicas.

Art. 3º Ao Núcleo de Apoio Técnico - NAT compete:

I - proceder o registro geral das demandas judiciais em sistema informatizado, visando o controle das ações judiciais que mencione o Município como parte, para a identificação e controle de todas as ações quanto ao seu acompanhamento processual e ainda o prazo de fornecimento de medicamentos, insumos ou procedimentos, bem como, sua prestação de contas; II - elaborar pareceres em ações judiciais, de natureza pública, que tenham como objeto o direito à saúde, com fundamento em medicina baseada em evidência, especialmente prescrição de medicamentos, tratamentos, cirurgias, próteses, órteses e similares; III - coordenar na secretaria de saúde o processo judicial que visa a aquisição de serviços médicos de Média e Alta Complexidade (consultas especializadas, medicamentos, exames e cirurgias eletivas), emitindo parecer técnico para compor o processo de despesa; IV - prestar esclarecimentos necessários relacionados com o caso em exame, envolvendo a eficiência e segurança dos medicamentos e tratamentos prescritos; V - informar nos pareceres e demais manifestações, conforme o caso concreto: a) a existência de protocolo clínico no âmbito do SUS para tratamento da doença; b) quais os medicamentos existentes e disponíveis na política pública vigente; c) a existência de registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); d) a existência de previsão nas listas do REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais); e) adequação da tecnologia ou tratamento pretendido à vista do estágio da doença, do quadro clínico do paciente e dos demais medicamentos ou tratamentos disponíveis, f) se é caso de tecnologia ainda experimental, os riscos e benefícios inclusive em se tratando de sobrevida; g) a urgência do caso, citando, se necessário, as fontes consultadas; h) assegurar suporte técnico exclusivamente na análise dos documentos juntados aos

autos;

i) apresentar uma avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em

relação às tecnologias já incorporadas inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.

VI – elaborar seu Regimento Interno.

§ 1º O NAT tem função exclusivamente de apoio técnico, não competindo elaborar perícias, tampouco emitir notas técnicas ou manifestações assemelhadas em ações de responsabilidade civil, processos criminais ou em demandas que não digam respeito diretamente ao direito à saúde.

§ 2º O suporte do NAT pode ser prestado mediante contato telefônico por solicitação do assessor jurídico, para melhor compreensão de conceitos técnicos.

§ 3º A possibilidade de consulta na forma do § 2º não substitui ou dispensa a necessidade de elaboração da nota técnica ou do parecer cabível.

Art. 4º A nomeação dos membros do Núcleo de Apoio Técnico - NAT será realizada por meio de portaria.

Art. 5º Os servidores vinculados para assessorar no NAT devem possuir acesso ao sistema informatizado utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para controle de demandas judiciais.

Art. 6º Com a finalidade de instruir processo em trâmite, o Núcleo de Apoio Técnico

– NAT deve elaborar Pareceres e/ou Notas Técnicas, promovendo sua juntada aos autos, com a numeração respectiva.

Art. 7º O Núcleo de Apoio Técnico - NAT deve zelar pelo sigilo dos dados dos pacientes, garantindo a proteção dos dados dos interessados.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 31 de outubro de 2022.

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário de Administração

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO 141/2022

AVISO DE REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO 141/2022 - O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução da **ATA 377/2022**, cujo objeto é, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, MATERIAL PERMANENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR SAÚDE BUCAL DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**;Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO 142/2022

AVISO DE REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO **142/2022**- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE DLV ARQUITETURA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do **CONTRATO 102/2022**, cujo objeto é, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA ÁREA VERDE 01, BAIRRO FLOR DO CERRADO, EM SORRISO-MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXO**;Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO 143/2022

AVISO DE REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO **143/2022**- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **CARLOS EDUARDO VENDITE DE ASSIS E CIA LTDA-ME**, tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do **CONTRATO 326/2022**, cujo objeto é, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ DOMINGOS FRAGA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SORRISO/MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXO**;Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 782, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2022.

Declara luto oficial, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e;

Considerando o falecimento do Bispo Emérito Dom Gentil Delazari;

Considerando a atuação brilhante e seu trabalho relevante na evangelização, prestando serviços à população em geral, sempre sem medir esforços;

Considerando os inestimáveis trabalhos a comunidade no decorrer de sua vida como evangelizador, pelo anúncio incansável do Evangelho, tornando Cristo mais conhecido e amado, e o consternamento da comunidade Sorrisense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela sua perda;

DECRETA:

Art. 1º É declarado luto oficial em todo o território municipal, pelo período de três dias, a contar de 1° de novembro de 2022, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Bispo Emérito Dom Gentil Delazari.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 1° de novembro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 059/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS, FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÕES DE OBRAS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAIS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, LAUDOS, PARECER TÉCNICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme Termo de Referencia no Anexo I.

Repartições interessadas:

? SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;

Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução: INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, HOMOLOGA o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 476/2022 de 04 de Agosto de 2022.

Empresa vencedora:

INVISTA CONSTRUTORA EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 33.450.936/0001-73

Venceu o item: 01 - SERVICO DE CONSULTORIA NA AREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – DO TIPO CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS, FISCALIZACAO, MEDICOES DE OBRAS, ELABORACAO DE PROJETOS ESTRUTURAIS, PLANILHAS ORCAMENTARIAS, LAUDOS, PARECER TECNICO E MEMORIAIS DESCRITIVOS.

Valor total R$: 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Valor Total da Homologação:

>>> R$: 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 01 de Novembro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 623/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/11*/2022, com término em 02/12/2022, *referente ao período aquisitivo de 09/01/2020 a 08/01/2021,* o Senhor **SEBASTIÃO PEREIRA DE ALENCAR SOBRINHO**, servidor efetivo, admitido em 09/01/2002, nocargo de **Agente da Administração Publica II – Eletricista de Manutenção,** com matricula no RH nº. 145, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 01 de novembro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 625/2022

CONVOCA CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 003/2022.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar a candidata abaixo relacionada, classificada no Processo Seletivo Simplificado 003/2022, realizado no período de 01/08/2022 a 21/10/2022, para comparecer no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, da publicação desta, *na Coordenadoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07hàs 11h e das 13hàs 17h,* para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado – Educação - 002/2019, apresentando o rol de documentos abaixo listados, para contratação por tempo determinado.

ORIGINAIS E 01 CÓPIA:

01 foto 3x4;

Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);

Declaração de Antecedentes Criminais (http://cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/) – 1ª e 2ª Instâncias;

Declaração de Antecedentes Funcionais (Penalização em Processo Disciplinar – Modelo - Anexo I);

Declaração de bens e valores (Modelo – Anexo II);

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos (Modelo – Anexo III);

Apresentar número de Conta Correnteou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

FOTOCÓPIAS: - (02 vias de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

Declaração de matrícula escolar dos filhos de 04 a 14 anos.

Título de Eleitor;

Certidão de Quitação Eleitoral (http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pasep ou Pis;

CTPS – Carteira de Trabalho;

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência.

CPF dos dependentes.

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	AUXILIAR DE SANEAMENTO LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
24	MARILZA CARVALHO BERTOLOCE
75	MAURICIO FERREIRA DA SILVA
13	NAYARA APARECIDA HOTO SEMENSATO VICENTE

INSCRIÇÃO	ELETRECISTA DE MANUTENÇÃO LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ

34	JOSE AILTON GOMES DA SILVA

INSCRIÇÃO	GARI LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
23	LUCIA DURE XIMENDES
77	CLEITON LIMA DE GALVÃO

INSCRIÇÃO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR LOCALIDADE: AMERICANA DO NORTE– TABAPORÃ
38	VANDERLEI DE OLIVEIRA
41	JOSE TEODORO DA SILVA

INSCRIÇÃO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR LOCALIDADE: NOVA FRONTEIRA– TABAPORÃ
52	THAIRON DE MORAES ROCHA

INSCRIÇÃO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA LOCALIDADE: AMERICANA DO NORTE– TABAPORÃ
62	MARCELO APARECIDO FERREIRA

INSCRIÇÃO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA LOCALIDADE: NOVA FRONTEIRA – TABAPORÃ
21	ODEMAR JOSE PEREIRA PAIS
30	JEFERSON DAQ SILVA ROCATELI

INSCRIÇÃO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
28	ADRIANO MARANGONI DOS SANTOS
39	LEVI DOS SANTOS CARVALHO
68	LEANDRO MENEZES MAGALHAES

INSCRIÇÃO	MOTORISTA LOCALIDADE: NOVA FRONTEIRA – TABAPORÃ
54	JOAO MILTON INACIO DA ROCHA

INSCRIÇÃO	MOTORISTA LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
72	ARNALDO FERREIRA DA CRUZ
63	TIAGO RODRIGO DINIZ BONFIM
35	PATRICIA XAVIER MARCELINO BONFIM
37	PAULO HENRIQUE BRESIANNI
15	JEAN CARLOS SANCOVITI

INSCRIÇÃO	TRATORISTA LOCALIDADE: NOVA FRONTEIRA – TABAPORÃ
47	EMERSON LOPES ROCHA

INSCRIÇÃO	TRATORISTA DE ESTEIRA LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
4	CICERO LUIZ PARTES

INSCRIÇÃO	OPERADOR DE MOTONIVELADORA LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
31	VANDERLEI MENEGUETI

INSCRIÇÃO	OPERADOR PÁ CARREGADEIRA LOCALIDADE: NOVA FRONTEIRA – TABAPORÃ
57	FABIANO GWIAZDECKI
65	VILSON TEIXEIRA DE MATOS

INSCRIÇÃO	OPERADOR PÁ CARREGADEIRA LOCALIDADE: SEDE – TABAPORÃ
42	HIGOR JUNIOR DA SILVA MENEGUETI

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na presunção de desistência dos convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em03 denovembro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, ***DECLARO,*** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que não sofri em tempo algum, no exercício profissional ou de qualquer função publica, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público.

Declaro *ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.*

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, **DECLARO,** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que os bens patrimoniais gravados em meu nome e de meus dependentes são os seguintes:

1) Imóveis Urbanos (identificação/valor atual)

2) Imóveis Rurais (identificação / valor atual)

3) Veiculo e Maquinas (identificação/valor atual)

4) Outros (Ex: Poupança, Proprietário de Empresa ou Sócio Adm. (identificação/Razão Social e CNPJ/valor atual)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO III**

DECLARAÇÃO NAO ACÚMULO DE CARGOS PUBLICOS

Eu_____,Infra-assinado, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição da Republica/88, ***DECLARO,*** para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 059/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS, FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÕES DE OBRAS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAIS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, LAUDOS, PARECER TÉCNICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme Termo de Referencia no Anexo I.

Repartições interessadas:

? SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;

Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução: INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, ADJUDICA o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

INVISTA CONSTRUTORA EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 33.450.936/0001-73

Venceu o item: 01 - SERVICO DE CONSULTORIA NA AREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – DO TIPO CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS, FISCALIZACAO, MEDICOES DE OBRAS, ELABORACAO DE PROJETOS ESTRUTURAIS, PLANILHAS ORCAMENTARIAS, LAUDOS, PARECER TECNICO E MEMORIAIS DESCRITIVOS.

Valor total R$: 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Valor total Adjudicado: R$: 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 01 de Novembro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.626 /2022

CONVOCA CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sirineu Moleta, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Convocar, com fins de nomeação e posse do respectivo cargo, o candidato abaixo relacionado, classificado no Concurso Público Municipal 01/2018, realizado no período de 05/01/2018 à 14/03/2018, para comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta, na sede da Coordenadoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Concurso Público 01/2018 e entrega dos documentos abaixo listados.

1ª. Fase - Exames Médicos

I. - Os candidatos Convocados neste ato deverão providenciar, às suas expensas *(por meios financeiros próprios)*, os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

Exames de Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Exame sanguíneo de **Antígeno Carcinoembrionário –** CEA - Para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos; 13. Exame sanguíneo de Antígeno Prostático Especifico - P.S.A - Para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício da função de Professor
1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício de cargos ligados à manipulação de alimentos e/ou bebidas.
1. Parasitológico de fezes 2. Bacteriológico de secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia)

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício das funções de: Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo.
1. Exame Anti-HCV 2. Teste de PPD - Teste Tubercolínico 3. Tempo de protombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT)

Parágrafo Único: Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os convocados deverão se dirigir à Coordenadoria de Recursos Humanos, sito a Av. Comendador Jose Pedro Dias, nº 979 N, Centro de Tabaporã, para agendamento de avaliação médica pericial, junto a Junta Médica Oficial do Município.

2ª. Fase – da DOCUMENTação,

II – Somente o candidato convocado que apresentaram todos os exames solicitados na 1ª Fase e que obtiveram o Certificado de Sanidade e Capacidade Física, na condição de APTO, expedido pela Perícia Médica Oficial do Município, deverão apresentar o ***Original e 02 (duas) Cópias***, dos Seguintes documentos:

a) Atestado de Sanidade Mental e Capacidade Física na condição de APTO expedido pela Perícia Médica;

b) Carteira de Identidade;

c) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos, ou Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, que pode ser obtida pela internet no site do TSE (http://www.tse.jus.br);

d) CPF;

e) Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

f) Certidão de nascimento ou Certidão de Casamento, ou Sentença Declaratória de União Estável, ou Escritura Pública de União Estável;;

g) Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

h) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

i) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

j) Documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

k) Diploma/ ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital na área de atuação, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

n) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

o) Comprovante de habilitação (documento comprobatório) de Registro no Conselho Regional da Categoria, quando pré-requisito do cargo;

p) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

q) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

r) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

s) Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

t) Comprovante de residência;

u) Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

v) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes (02 (duas) vias original);

w) Declaração de não ter sofrido penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

x) Termo de Compromisso (Código de Ética);

y) Apresentar número de Conta Corrente ou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

z) Certidão de Vínculo Funcional Municipal ou Estadual do domicílio do candidato (caso segurado em outro RPPS);

aa) Certidão Específica da Junta Comercial do Estado de domicílio do candidato de não participação de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, não estar transacionando com o Município;

bb) Cópia do pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo acumulável;

Paragrafo Único: Os itens **"u"** a **"x"** possuem modelos de arquivos para impressão, junto ao Anexo III, da Instrução Normativa SRH 001/2018 – 3ª. Versão, que dispõe sobre "Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo", aprovada pelo Decreto Municipal nº 3.616/2018, disponível no *site* da Prefeitura Municipal de Tabaporã, no endereço eletrônico http://www.tabaporatransparente.com.br/Legislacao/Instrucoes-normativas/, os quais deverão ser preenchidos de próprio punho pelo candidato nomeado, devendo os mesmos serem entregues no ato de sua posse com todas as demais documentações contidas neste Edital.

III - CONVOCADO:

INSCRIÇÃO	CARGO: Agente Da Administração Pública III– Auxiliar De Saneamento
606	LUCAS EDUARDO MORETTI

Artigo 2º. - O não comparecimento no prazo legal implicará na presunção de desistência dos convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 03 de novembro de 2022.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 624/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/11/2022*, com término e 02/12/2022*, *referente ao período aquisitivo de 03/04/2021 à 02/04/2022,* ao senhor ***MILTON PEREIRA DA SILVA*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 958, no cargo de **Agente de Manutenção – Vigia**, **lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 01 de novembro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 622/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** os Senhores abaixo relacionados, para que acompanhe e fiscalize o contrato administrativo.

I – Titular: ANDREIA HATSCHBACH DE FREITAS, servidora efetiva, admitida em 02/06/2006, nocargo de **Técnico Administrativo Educacional,** com matricula no RH nº.749; **Suplente**: **MARIA SUELY MAGALHAES GOMES,** servidora Efetiva, admitida em 06/02/2002, nocargo de **Professora,** com matricula no RH nº. 86; ambas lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 2º. - Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo descrito:

CONTRATO	DATA	CONTRATADA	OBJETO
101/2022	26/10/2022	IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS PARADIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E A BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT

Artigo 3º. –O prazo do presente contrato terá validade até 26 de outubro de 2023.

Artigo 4º. –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 01 de novembro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 121/2022, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS XEROGRÁFICAS, IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO E PLOTAGENS, a fim de suprir necessidades das Secretarias deste Município,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 01.11.2022. Joyce Keilly Gonçalves – Pregoeira.

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº271/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº271/COMPRA-DIRETA/SAD/2022. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE ROUPA DE PAPAI NOEL** (**PAPAI NOEL CETIM, KIT PERUCA E BARBA, LUVAS PAPAI NOEL**). , O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 01 DE Novembro de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PGE Nº 056/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2022/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** as empresas: **MIGRASUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E FERRAGENS DO SUL LTDA, CNPJ: 44.570.843/0001-07,** para os itens: 01, 05, 08, 09, 10, 12, 14, 20, 23, 24, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 46, 51, 60, 61, 67, 70, 75 e 77; **SOLUÇÕES PRÁTICAS MAT. PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ: 27.222.285/0001-61,** para os itens: 02, 03, 04, 06, 17, 18, 44, 45, 48 e 54; **NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, CNPJ: 33.540.866/0001-44,** para os itens: 07, 21, 68 e 69; **TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ: 08.728.069/0001-48,** para os itens: 11, 15, 29, 34, 40, 41, 57, 63 e 76; **SANEFOUR ALMEIDA HIDRÁULICA LTDA, CNPJ: 26.620,282/0001-13,** para o item: 16, **RPM RECICLADORA PARAISO DE METAIS LTDA ME, CNPJ: 03.090.179/0001-03,** para o item: 16 e 33; **TALENTOS DAGUA REPRESENTAÇÃO PROJETOS ASSSESSORIA LTDA, CNPJ: 24.419.445/0001-79,** para os itens: 19, 22, 25, 26, 30, 37, 38, 39, 42, 43, 47, 49, 50, 52, 55, 56, 58, 59, 62, 66, 72, 73 e 74; **JAYME JACINTHO LTDA, CNPJ: 41.429.108/0001-81,** para os itens: 53, 64, 65 e 71; **CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA, CNPJ: 67.731.091/0001-06,** para o item: 78.

Tangará da Serra/MT, 01 de Novembro de 2022.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2022

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2022. A Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 1.387/2022 de 14.09.2022, torna público que, por determinação do Secretário Municipal de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico Referencial nº 409/PGM/2022**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 379/2022. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO PROGRAMADA EM TEMPO DE GARANTIA. PRIMEIRA REVISÃO DE 10.000 KM, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme previsão legal descrita na Lei n° 8.666/93, com fulcro no Inciso XVII do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 através da empresa SAGA PANTANAL COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 08.860.168/0001-89cujo valor total é deR$1.347,58 (Um mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). Tangará da Serra-MT, 01 de novembro de 2022. Tatiana Ávila Grigoletti – Presidente da CPL.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA- EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO-CREDENCIAMENTO Nº 015/2022

AVISO DE ABERTURA- EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO- CREDENCIAMENTO Nº 015/2022,PARA INSCRIÇÃO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE PROJETOS PARA COLABORAÇÃO/SUBSÍDIO DO FUMAPPI - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICAS DA PESSOA IDOSA, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL conforme descrição constante no Termo de Referência (Anexo I), do presente Edital. **Realização:** 05 de Dezembro de 2022 às 08h00 horário oficial de Cuiabá. Fundamento legal: Lei 13.019/2014, Lei Federal 12.213 de 20/01/2010, Decreto 10.042 de 03/10/201, Lei Federal nº 10.741/2003, Decreto Federal nº 9.921/2019, Lei Municipal nº 3.851/2012, Lei Municipal 5.480/2012, Decreto 385 de 25/08/2021, Resolução nº 001/CMDDPI/2020, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e demais legislações aplicáveis. **Observação:** O Edital e seus anexos estarão disponíveis para acesso dos interessados a partir do dia**03 de Novembro de 2022,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4820, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 01 de Novembro de 2022.Tatiana Ávila Grigoletti- Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 94 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação do Comitê de Gestão Estratégica do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

I - Que o Planejamento Estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento dos princípios basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentraliza-

ção das atividades, em especial o acesso à informação e a precípua transparência; e

II – A necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade, em superação ao modelo burocrático.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, para tomada de decisão no tocante à implementação e gerenciamento dos resultados definidos no Plano Estratégico Municipal.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Estratégica terá as seguintes competências:

I- Homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

II- Apreciar e informar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

III- Deliberar sobre as medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis pelas metas;

IV- Homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente junto à sociedade, retrospectiva das realizações, por meio de vídeo, relatório informativo e outros, disponibilizados no *site* da prefeitura;

V- Criar as condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

VI- Exigir, se necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado; e

VII- Decidir sobre demais questões relacionadas ao planejamento Estratégico Municipal.

Art. 3º Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente de forma remota ou presencial, a partir do mês de outubro de 2022, para apreciar e decidir sobre as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como semestralmente, para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas, conforme calendário anual das reuniões, na forma do **Anexo I.**

Art. 4º Designar como membros do referido Comitê, os servidores públicos descritos no **Anexo II,** que terão como responsabilidades as competências descritas no art. 2º deste Decreto.

Art. 5º Designar como usuários no Sistema de Gerenciamento do Plano Estratégico (Sistema GPE), descritos no art. 4º conforme o **Anexo II.**

Art. 6º As reuniões de acompanhamento dos resultados planejados serão presididas pelo Prefeito Municipal, e/ou coordenadores do Comitê de Gestão Estratégica de Terra Nova do Norte, nas datas constantes do cronograma inicial previsto no **Anexo I**.

Art. 7º É de responsabilidade de cada Secretário elaborar e ter em suas respectivas secretarias:

I - Pasta contendo as informações que geraram os dados;

II - Quando as metas não forem alcançadas, elaborar Relatórios de Não Conformidades e apresentá-los nas reuniões, no prazo previsto para cumprimento das mesmas;

III - Repassar dados para os coordenadores, por escrito, para gerar Relatórios de Não Conformidades no Sistema GPE; e

IV - Fazer com que todos os funcionários das respectivas secretarias conheçam o que é o Planejamento Estratégico Municipal do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI), realizando reuniões para informar as metas e ações do planejamento, com o objetivo de engajamento de todos.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Terra Nova do Norte/MT, 01 de novembro de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

ANEXO I AO DECRETO Nº 94, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES PARA 2022

1. Cronograma inicial de reuniões mensais para fase de construção do mapa estratégico, de monitoramento e realinhamento do plano estratégico:

MÊS	DIA	HORÁRIO*	LOCAL
2022	Reuniões online	Definido em cronograma próprio, coordenação.	Cronograma, específico de Atendimentos para construção, monitoramento e realinhamento do plano estratégico.
Outubro	12/09/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Outubro	19/09/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Outubro	26/09/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Novembro	02/11/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Novembro	09/11/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Novembro	16/11/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Novembro	23/11/2022 - quarta-feira	14h30min	Online
Novembro	30/11/2022 - quarta-feira	14h00min	Online
Dezembro	Reprogramar a agenda junto ao consultor		

ANEXO II AO DECRETO Nº 94, DE 01 DE NOVEMBROO DE 2022 MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CARGO NO COMITÊ	NOME DO SERVIDOR PÚBLICO	CARGO NA PREFEITURA
Presidente	Klayton Fidelex	Secretário de Planejamento e Gestão
Secretária	Lilian Felipetto	Secretária Adjunta de Assistência Social
Membros	Hellen Mariane Moraes	Assessora Jurídica
	Daniel Brites	Diretor de Produção – Sec. de Desenvolvimento Eoconômico
	Jonas Sassi	Controlador Interno
	Rafael Souza Barros	Secretário de Saúde
	Reginaldo Marcolan	Secretário de Educação
	Jane Aparecida Alberton	Secretária de Assistência Social
	Raul Loureiro	Secretário de Finanças
	Roseli Terezinha Moresco	Vice-Prefeita

EXTRATO DO CONTRATO 228.2022

EXTRATO DO CONTRATO 228.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **EDILIO MANOEL ZAMONER-ME**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL E URBANA, ATRAVÉS DE VEÍCULOS TIPO VAN, MICROÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

VALOR: **R$ *19.493,46 (dezenove mil e quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos).***

VIGÊNCIA: 03/10/2022 À 31/12/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 229.2022

EXTRATO DO CONTRATO 229.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **DOUGLAS CASSIANO FICAGNA DOS SANTOS**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL E URBANA, ATRAVÉS DE VEÍCULOS TIPO VAN, MICROÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, conforme especificado abaixo:

VALOR: **R$ *80.220,00 (oitenta mil e duzentos e vinte reais).***

VIGÊNCIA: 03/10/2022 À 31/12/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 230.2022

EXTRATO DO CONTRATO 230.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **MARCIO ROBERTO FELIPETO 91362881015**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL E URBANA, ATRAVÉS DE VEÍCULOS TIPO VAN, MICROÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

VALOR: **R$ *14.857,96 (quatorze mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos.***

VIGÊNCIA: 03/10/2022 À 31/12/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 231.2022

EXTRATO DO CONTRATO 231.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **RODRIGO FERNANDES RIBEIRO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL E URBANA, ATRAVÉS DE VEÍCULOS TIPO VAN, MICROÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

VALOR: **R$ *32.490,00 (trinta e dois mil e quatrocentos e noventa reais).***

VIGÊNCIA: 06/10/2022 À 31/12/2022.

EXTRATO DO CONTRATO 232.2022

EXTRATO DO CONTRATO 232.2022

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

CONTRATADO: **MANOEL DOS SANTOS**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL E URBANA, ATRAVÉS DE VEÍCULOS TIPO VAN, MICROÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT

VALOR: **R$ *52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)***

VIGÊNCIA: 06/10/2022 À 31/12/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2022

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL – MT.

Proponente: VIDA CENTRO MEDICO DE REABILITAÇÃO LTDA.

CNPJ: 25.163.273/0001-88

Endereço: Rua Alvino José Madureira, nº 119, Parque Sagrada Família – Rondonópolis – MT.

Objeto: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de internação, tratamento e recuperação de pessoa com dependência química – usuário de álcool e outras drogas, portador ou não de transtorno psiquiátrico, em regime fechado.

Valor Total: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Prazo de Execução: 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de Licitação embasada no inciso II, do artigo 24, da Lei 8.666/93, atualizado pelo artigo 1º, inciso II, alínea “a”, do Decreto nº 9.412/2018, por tratar-se de contratação de serviços para tratamento e recuperação de dependente químico, com valor abaixo do valor limite de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) para dispensa de licitação. Sendo assim, justifica-se a dispensa de licitação para contratação direta da proponente VIDA CENTRO MEDICO DE REABILITAÇÃO LTDA, estabelecida na cidade de Rondonópolis - MT.

Justificativa do Preço: O preço proposto pela proponente para os serviços acima mencionados é exequível e encontra-se em conformidade com os valores praticados para este tipo de serviço, haja vista sua boa estrutura física e a qualidade do seu atendimento.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 065/2022.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 01 de novembro de 2022.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES APOSTILAMENTO Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022 - B

ÓRGÃO COMPRADOR: **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94, centro - União do Sul - MT.

CONTRATADA: **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELLI - EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.955.893/0001-88 estabelecida à Av. Dr. Meirelles nº 355-A, Bairro Altos do Coxipó, cidade de Cuiabá - MT.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Produtos de Higiene, Limpeza e Utensílios Diversos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Administração Pública do Município de União do Sul-MT, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços.

DATA DO APOSTILAMENTO: 31/OUTUBRO/2022.

MOTIVO: READEQUAÇÃO DE PREÇO DO ITEMSOLICITADODEVIDO AO REAJUSTE REALIZADO PELAS FORNECEDORAS COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIAS, ANEXADAS A ESTE PROCESSO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SOB Nº 014/2022-B, NA FORMA DA TABELA ABAIXO:

ITEM	COD.	UNID.	DESCRIÇÃO	Preço Unitário	Valor Readequado
34	8749	PACOTE	PAPEL HIGIENICO FOLHA SIMPLES 8X60 METROS PICOTADA ALTA ABSORSÃO COR BRANCO.	R$ 8,70	**R$ 14,48**

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 014/2022-B, que não foram objeto de alteração por este instrumento.

União do Sul – MT, 31 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELLI - EPP

(Celso Marcos Silva – Representante Legal) CNPJ: 33.955.893/0001-88

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF nº:

Nome:

CPF nº:

PORTARIA Nº 220/2022

Institui Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Educação Básica vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de União do Sul, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no § 1º, do art. 30, da Lei Municipal nº 723 de 25 de setembro de 2019, que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações dos Profissionais da Educação Básica do Município de União do Sul, combinado com o disposto nos arts. 30, 31, 32, 33 e 34, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. Por força desta Portaria, fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de União do Sul – MT.

Parágrafo único. Haverá uma Comissão Especial de Avaliação para os Profissionais da Educação lotados diretamente na Secretaria Municipal de Educação e os Profissionais lotados na Escola Municipal Matilde Altenhofem, e outra Comissão Especial para os Profissionais da Educação lotados na Creche Municipal Santo Anjo.

Art. 2º. As Comissões Especiais de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Educação Básica a que se refere o parágrafo único do artigo 1º desta Portaria são assim compostas:

I - Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais lotados na Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem:

1- **LUCIMAR GOMES PAIÃO** – Professora efetiva;

2- **ELAINE PRADO DA CRUZ SERENA** – Professora efetiva;

3- **LEONORA DE FÁTIMA BARBOSA** – Representante do Apoio Administrativo Operacional;

4- **BRUNA DE MIRANDA ZAMPIERI** - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

5- **WILMA CHAQUINE BAGATINI** - Diretora Escolar;

6- **BÁRBARA BUENO** – Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil.

7- **CLAUDIA REGINA ARMANI –** Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental;

8- **JOELIA VIANA DE SOUZA** – Secretária Escolar;

9- **EDILENE CAMPOS DOS SANTOS** – Coordenadora de Gestão de Pessoas - RH.

II - Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Educação lotados na Creche Municipal Santo Anjo:

1- **MARIA SIRLEY DE OLIVEIRA CARVALHO** – Professora efetiva;

2- **VALDIVA APARECIDA DOS SANTOS** – Professora efetiva;

3- **ELIANE ARMANI** – Representante do Apoio Administrativo Operacional

4- **INGRIDI ALINE DA SILVA** – Representante do Apoio Administrativo Educacional;

5- **BRUNA DE MIRANDA ZAMPIERI** - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

6- **JESSICA FRANCIELI GONÇALVES DUARTE** - Diretora Escolar;

7- **EDILENE CAMPOS DOS SANTOS** – Coordenadora de Gestão de Pessoas - RH;

III - Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Educação lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

1- **ORLANDA MOCELIN** – Orientadora Educacional;

2- **ADRIANO DE SÁ** – Representante do Apoio Administrativo Educacional;

3- **BRUNA DE MIRANDA ZAMPIERI** - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

4- **EDILENE CAMPOS DOS SANTOS** – Coordenadora de Gestão de Pessoas - RH;

§ 1º. As avaliações funcionais dos Profissionais/servidores da Creche Municipal Santo Anjo acontecerão no dia 17 de novembro de 2022.

§ 2º. As avaliações funcionais dos Profissionais/servidores da Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem e da Secretaria de Educação, acontecerão no dia 18 de novembro de 2022.

§ 3º. As avaliações funcionais dos Profissionais/servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acontecerão no dia 21 de novembro de 2022.

Art. 3º. Cada comissão, de posse da relação dos profissionais e servidores da Educação a serem avaliados, fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar o relatório final sobre seus trabalhos.

Art. 4º. Compete às Comissões Especiais de Desempenho Individual dos Profissionais da Educação Básica:

I – Realizar as Avaliações nas datas estabelecidas nos § 1º e 2º do art. 2º desta Portaria;

II – Avaliar os Profissionais da Educação com base nos critérios e quesitos estabelecidos na Ficha de Avaliação de Desempenho Individual vigente;

III – Analisar e decidir sobre os eventuais recursos interpostos por Profissionais da Educação quanto à apuração de seu desempenho.

Art. 5º. O Profissional ou servidor que se sentir discordante quanto à decisão da Comissão Especial de Avaliação, terá prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data da assinatura da Avaliação de Desempenho, para apresentar recurso perante a Comissão.

Art. 6º. O recurso deverá ser apresentado mediante requerimento devidamente fundamentado, constando justificativas e razões que embasam o recurso, sendo liminarmente indeferido o recurso que não traga argumento e/ou prova(s) consistente(s), ou se baseie em razões subjetivas.

Art. 7º. As Comissões após efetuarem a Avaliação de Desempenho dos Profissionais da Educação sob sua atribuição, e depois de analisar e decidir sobre eventuais recursos, emitirão um relatório final sobre seus trabalhos, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Recursos Humanos para as providências administrativas afins.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, em 31 de outubro de 2022.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: III Termo Aditivo ao**Contrato de Realização de Obra por Preço Global** de Pavimentação Asfáltica e Drenagem, na Cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso, sob nº 086/2021.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: LENZ & LENZ LTDA. – ME.

CNPJ: 01.987.957/0001-36.

Da Prorrogação da Vigência do Contrato: Por força deste termo, com fulcro no Item 8.2 da Cláusula Oitava do Contrato original, por mútuo acordo das partes, **fica prorrogada, por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da emissão da ordem de serviço, a vigência do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Pavimentação Asfáltica e Drenagem sob nº 086/2021,* assinado pelas partes em 06 de outubro de 2021, passando esse prazo para 570 (quinhentos e setenta) dias corridos.

Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Pavimentação Asfáltica e Drenagem sob nº 086/2021 assinado em 06 de outubro de 2021, bem como I Termo Aditivo de 28 de março de 2022 e do II Termo Aditivo de 08 de julho de 2022, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do III Termo Aditivo: 31/**10**/2022.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

NEODIR LENZ

Pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 02/2022

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO ELETRONICO 02/2022- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO CENTRO DE SAÚDE E UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.. **DATA DE ABERTURA**: 21/11/2022 AS 09:00 HORAS (HORARIO DE BRASILIA), O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/ 1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br, LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br.. Vale de São Domingos – MT, 01 de Novembro de 2022. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PORTARIA Nº16 /2022/SEMEC

Dispõe sobre alterações na portaria de Nº 14, que refere-se as atribuições de aulas do ano letivo de 2023.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alterados os Anexo I e Anexo II, do cronograma de inscrição/ atribuição e ficha de pontuação para atribuição de professor-efetivo ano letivo 2023. Sendo assim a mudança no cronograma inscrição/atribuição se dá na mudança do local de inscrição, passando a ser na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Vale de São Domingos-MT. Ademais alterasse também a ficha de pontuação para atribuição de professor-efetivo; o critério VI, revogando assim o inciso b.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo facultado à Administração as alterações necessárias para ajustes no cronograma de atribuição, com efeitos para o ano letivo de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Rosemeire da Silva Barbosa

Secretária de Educação e Cultura

Vale de São Domingos-MT, 01 de novembro de 2022.

ANEXO I

CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO/ATRIBUIÇÃO ANO LETIVO 2023

Periodo de Inscrição 03/11/2022 á 04/11/2022 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07:00 às 11:00

Prazo para apresentação de recurso de inscrição 07/11/2022 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07:00 às 11:00

Publicação da Classificação Final 09/11/2022 Unidades Escolares/SEMEC

Atribuição de Aulas para o ano letivo de 2023 11/11/2022 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07:00 às 11:00

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE PROFESSOR-EFETIVO

I - DADOS PESSOAIS:

Nome _____

Data Nasc: _____/_____/_____

End.: _____

Cidade: _____CEP: _____

Telefone: _____

Email: _____

RG: UF: ____

CPF: _____

II - FORMAÇÃO:

( ) Curso Magistério

( ) Curso Superior em: _____

( ) Pós-Graduação em: _____

III - POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

a) ( ) NÃO

b) ( ) SIM ( ) Público ( ) Privado JORNADA DE TRABALHO:_____

IV - SITUAÇÃO FUNCIONAL

( ) EFETIVO

( ) ESTÁGIO PROBATÓRIO ANO DO CONCURSO:_____

( ) 1ª HABILITAÇÃO

CRITÉRIOS INDICADORES PONTOS

v DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

a.

PÓS GRADUAÇÃO Doutorado 10 (dez) pontos

Mestrado 08 (oito) pontos

Especialização 06 (seis) pontos

b. LICENCIATURA Licenciatura Plena 04 (quatro) pontos

c. MAGISTÉRIO Magistério 02 (dois) pontos

VI. DO TEMPO DE SERVIÇO (EM ANOS)

a. • Para cada ano trabalhado (efetivo) na Rede Municipal de Educação.

01(um) ponto, sendo 0,2 (dois décimos), para cada mês trabalhado.

VII. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:

a. • Pela participação em formações, cursos apresentados pela Secretaria Municipal de Educação e em parceria com a SEMEC, no ano vigente de 2022. Máximo 04 (Quatro) pontos.

01 (um) ponto para cada certificação.

b.

• Ser membro de Conselhos e Comissões: FUNDEB, PNAE, CME, CDCE entre outros ligadas à secretaria do Município de Vale de São Domingos; considerando os últimos 3 anos vigentes. 1,0 (um) ponto pela participação nos Conselhos

c. • Por ter mantido o zelo e os prazos estabelecidos pela secretaria da unidade escolar quanto ao preenchimento dos diários de classe referentes as notas, frequências e conteúdos durante o ano letivo de 2022, conforme validação dada pela Secretária da escola e/ou direção. 100% 03 (três) pontos.

90% 02 (dois) pontos.

80% 01 (um) ponto.

VIII. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS - Considere nas somatórias dos pontos 2 (duas) casas decimais.

VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, ____DE _____DE _____.

Assinatura do professor: _____

Presidente da Comissão: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº.19/2022 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/ 2022 RETIFICAÇÃO DE EDITAL

1 – INTRODUÇÃO

Pelo presente termo de Retificação do edital do Pregão Presencial Nº 19/ 2022 cuja o objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, em face de modificações extremamente necessárias, vem por meio deste, RETIFICAR O EDITAL:

1. ONDE SE LÊ: ..... ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

.....

7. DOS HORÁRIOS E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da AF (autorização de Fornecimento), e o mesmo deverão ser entregues no lugar determinado pelo município.

.....

2. LEIA-SE: ..... ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

.....

7. DOS HORÁRIOS E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de 20 (vinte) uteis, a contar da data do recebimento da AF (autorização de Fornecimento), e o mesmo deverão ser entregues no lugar determinado pelo município.

.....

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital. Data de abertura do certame no dia 07/11/2022 as 08:00 horas.

Vale de São Domingos – MT, 01 de Novembro de 2022

_____

Edinaldo Ferreira de Santana

Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 25/2022

Objeto: SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM DE 30.000KM PARA VEICULO AUTOMOTIVO ARGO, PLACA: RRP3B17, CHASSI: 9BD358ACNNYL93207 DA LINHA FIAT, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT, CONFORME A LEI 8666/93 EM SEU ART. 24 E INCISO XVII - É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO: PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIOS A MANUNTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA, JUNTO AO FORNECEDOR ORIGINAL.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 01.016.616/0004-66

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.028	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM, MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS, COM MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULOS LEVES.$¶	SV	1,00	R$ 1.312,40	R$ 1.312,40

VALOR : R$ 1.312,40 (Um Mil, Trezentos e Doze Reais e Quarenta Centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 01 de Novembro de 2022.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 25/2022

Objeto: SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM DE 30.000KM PARA VEICULO AUTOMOTIVO ARGO, PLACA: RRP3B17, CHASSI: 9BD358ACNNYL93207 DA LINHA FIAT, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT, CONFORME A LEI 8666/93 EM SEU ART. 24 E INCISO XVII - É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO: PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIOS A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA, JUNTO AO FORNECEDOR ORIGINAL.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 01.016.616/0004-66

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.028	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM, MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS, COM MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULOS LEVES.$¶	SV	1,00	R$ 1.312,40	R$ 1.312,40

VALOR : R$ 1.312,40 (Um Mil, Trezentos e Doze Reais e Quarenta Centavos).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 01 de Novembro de 2022

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 039/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de assessoria e consultoria em segurança e medicina do trabalho e pericias médicas, coordenação do PCMSO, PPRA, PPP, laudos – LTCAT, laudo de insalubridade - LI e laudo de periculosidade - LP, elaboração de AET análise ergonômica do trabalho, ordem de serviço, dimensionar e implantar a CIPA, definições de EPIS, prontuários da NR 12, gestão no E-SOCIAL, bem como atendimento às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência Social, relacionadas à saúde e ao bem-estar dos servidores do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Data da sessão: **18 de novembro de 2022, às 09:00 hrs (horário Oficial de Mato Grosso - MT).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito a Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, Bairro Jardim dos Estados – município de Várzea Grande/MT, e no site: www.daevg.com.br

Várzea Grande-MT, 28 de outubro de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA **PREGOEIRA - DAE/VG**	CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA **DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **CENIR FRANCISCO DA SILVA**,portador da cédula de identidade RG – 1761638-7 SEJSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 020.325.681-60 para tomar posse no cargo de **Professora em Pedagogia** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 416/2022 de 17 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N.446/2022

"DEVOLVE SERVIDOR PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver a pedido o servidor **MOACIR RODRIGUES PARABA,** portador da Cédula de Identidade nº 1235070-2 SEJSP/MT e CPF nº 938.159.991-20**,** ao seu cargo de origem de Auxiliar Administrativo, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N.447/2022.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **REJANE CRISTINA VARGAS,** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Pouso Alegre, nº 643, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, portadora do RG: 13.124.72-2 SSP/MT e CPF: 875.427.491-53, do cargo de provimento em comissão de **ADMINISTRADORA REGIONAL DA COMUNIDADE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO,** Símbolo CC-1, a contar desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Laura Cristina Duran de Almeida**,portador da cédula de identidade RG – 1761638-7 SEJSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 020.325.681-60 para tomar posse no cargo de **T.D.I** (Técnico em Desenvolvimento Infantil) em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 422/2022 de 20 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N.448/2022.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **KÁTIA REGINA RODRIGUES BARBOSA,** brasileira, residente e domiciliada no Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, portadora do RG: 1028973-1 SSP/MT e CPF: 706.200.401-49, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, C.C.4**, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N.449/2022

"DEVOLVE SERVIDOR(A) PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver a pedido a servidora **GRACIANE FERREIRA BARBOSA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1760076-8 SSP e inscrito no CPF nº. 996.370.141-87**,** ao seu cargo de origem de Psicóloga, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N.452/2022.

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de Assistente Social, **CZARINA FARIAS DE BRITO,** portadora do RG: 646.446 SSP/MT e CPF: 474.819. 351-49, no cargo de Assistente Social, para exercer o cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA**, a contar desta data.

Parágrafo único – A designação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus ao referido servidora.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO PRIMEIRO DIA do mês de NOVEMBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Adrielli Moreira da Silva**,portador da cédula de identidade RG – 2012051-6 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 024.962.811-29 para tomar posse no cargo de **Agente Administrativo** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 393/2022 de 14 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N.454/2022

"DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 14273683 SSP/MT e CPF n. 950.582.571-49, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato relacionado abaixo:

CONTRATO N.	EMPRESA:	OBJETO	VALOR
117/2022	**CELIO ANTÔNIO DE MORAES 02132027196** CNPJ: **46. 413.133/ 0001-90**	**prestação dos serviços a seguir descrito: Escola "DUQUE DE CAXIAS" Palmarito:** Dia 13 – Melhorias na rede das salas de aulas, dia 14 – troca de cabo dos ar condicionados e troca de disjuntor do ar condicionado, dia 24 – troca de disjuntor do padrão; **Escola "RICARDO FRANCO":** Dia 06 – troca de 2 disjuntores, dia 17 – troca de duas tomadas na sala de aula e verificação da rede com tensão baixa, dia 25 - Verificação no transformador, com aperto nas conexões da bucha do transformador e aperto nas conexões do quadro de distribuição; **Escola "ITIJUCAL":** Dia 19 – manutenção do padrão, troca dos cabos do padrão e do disjuntor do padrão, dia 20 – troca de disjuntor do quadro de distribuição; **Escola "Aviãozinho":** dia 07 –verificação no padrão com tensão baixa, aperto nas conexões do disjuntor do padrão e do quadro de distribuição, **totalizando 223 horas**	**R$ 5. 017,50**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 01 de novembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Claides Leite Ribeiro**,portador da cédula de identidade RG – 2092083-0 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 969.198.761-91 para tomar posse no cargo de **T. D.I** (Técnico em Desenvolvimento Infantil) em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 430/2022 de 21 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N.444/2022

"DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JORGE GONÇALVES,** ocupante do cargo de Agente administrativo, Matrícula n. 880, portador da Cédula de Identidade RG: n. 6451974-3 SSP/MT e CPF nº 947.687.901-78, lotado na Secretaria de Administração, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos relacionados abaixo:

CONTRATO N.	EMPRESA:	OBJETO	VALOR
116/2022	ECOVAC EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA	Aquisição de implemento, (equipamento a vácuo) equipamento de sucção para caminhão limpa fossa 15 mil litros	287.500,00

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do prefeito, em 01 de novembro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Bruna Ribeiro Paulino**,portador da cédula de identidade RG – 2456119-3 SEJSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 044.154.171-24 para tomar posse no cargo de **T. D.I** (Técnico em Desenvolvimento Infantil) em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 430/2022 de 21 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N.445/2022.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **ADRIELLI MOREIRA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora do RG.: 2.012.051-6 SSP/MT e CPF: 024.962.811-29, do cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS** na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, Símbolo CC-4, a contar desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N. 453/2022

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **LAURA CRISTINA DURAN DE ALMEIDA,** matricula n. 4218, do cargo de provimento em comissão de **GERENTE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – C.C.3,** a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO PRIMEIRO DIA do mês de NOVEMBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** da publicação do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2022**, Publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 008/2022PMVB:

ALTERAR TERMO DE REFERENCIA O ITEM 9– DESCRIÇÃO TÉCNICA E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO OU ADQUIRIDO:

Onde se lê: (texto em negrito)

ACESSÓRIOS: ¦ SUPORTE DE CRÂNIO; ¦ SUPORTE DE PERNAS; ¦ JOGO DE FANTOMAS PARA CALIBRAÇÃO; ¦ MANUAIS DE OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO; ¦ ESTABILIZADOR DE TENSÃO DE REDE INTERNO/EXTERNO AO EQUIPAMENTO, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL PARA TODO O EQUIPAMENTO, NÃO SENDO SUFICIENTE SOMENTE PARA ESTABILIZAR A BASE COMPUTACIONAL (SUPORTE A VARIAÇÕES DE TENSÕES SUPERIORES A 10%); ¦ **NOBREAK PARA CONSOLE E ESTAÇÃO DE TRABALHO;** ¦ QUADRO DE FORÇA/ENERGIA PARA EQUIPAMENTO; ¦ MOVEIS ESPECÍFICOS PARA O CONSOLE MESA, ARMÁRIOS E CADEIRA; **Leia-se: (texto em negrito)**

ACESSÓRIOS: ¦ SUPORTE DE CRÂNIO; ¦ SUPORTE DE PERNAS; JOGO DE FANTOMAS PARA CALIBRAÇÃO; ¦ MANUAIS DE OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO; ¦ ESTABILIZADOR DE TENSÃO DE REDE INTERNO/EXTERNO AO EQUIPAMENTO, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL PARA TODO O EQUIPAMENTO, NÃO SENDO SUFICIENTE SOMENTE PARA ESTABILIZAR A BASE COMPUTACIONAL (SUPORTE A VARIAÇÕES DE TENSÕES SUPERIORES A 10%); ¦ **NOBREAK PARA CONSOLE;** ¦ QUADRO DE FORÇA/ENERGIA PARA EQUIPAMENTO; ¦MOVEIS ESPECÍFICOS PARA O CONSOLE MESA, ARMÁRIOS E CADEIRA;

Justificativa:

Visando diminuir custos e por compreendermos a demanda municipal, informamos que foi removido da Descrição Técnica o **WorkStation (Estação de Trabalho de Pós Processamento)**, juntamente com o **Nobreak** do referido equipamento. Porém, permanecerá como citado na correção acima o **"Nobreak para Console"**, sendo apenas 01 (um) Nobreak e não 02 (dois) como sugeria o descritivo.

Onde se lê: (texto em negrito)

Console:

ü Multifunção contendo 1 monitor LCD colorido de no mínimo 19", teclado e mouse; ü O sistema deve permitir manipulação, filmagem e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens; ü Software 3D, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX (CVR); ü Software Multiplanar em tempo real (MPR); ü Software Angiográfico (MIP); ü Software Pulmonar (mIP); ü Software para Estudos Dinâmicos (Dynamic Scan); ü Sistema de subtração digital óssea durante a aquisição; ü Software para visualização de imagens em tempo real, durante a aquisição, com taxa de amostragem de, no mínimo, 6 (seis) imagens por segundo; ü Software de gatilhamento de aquisição por nível de contraste, permitindo múltiplos ROI's; ü Software redutor de artefatos metálicos para próteses extensas; ü Capacidade total em Hard disk: pelo menos 450 Gbytes; ü Capacidade de armazenamento de imagens: mínimo de 100.000 imagens e dados brutos das 3500 últimas rotações; ü Unidade de gravação de CD/DVD; ü Tempo de reconstrução de imagens axiais em matriz 512x512, de no mínimo até 10 imagens/segundo ou superior; ü Protocolo DICOM 3.0 contendo no mínimo as seguintes modalidades: Print, Storage SCU e MWM (Worklist); ü Resolução de alto contraste mínima: 12 lp/cm; ü Instrução automática para os pacientes com no mínimo 10 mensagens programáveis; ü **Interface para impressão padrão DICOM e Windows post-script; Leia-se: (texto em negrito)**

Console:

ü Multifunção contendo 1 monitor LCD colorido de no mínimo 19", teclado e mouse; ü O sistema deve permitir manipulação, filmagem e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens; ü Software 3D, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX (CVR); ü Software Multiplanar em tempo real (MPR); ü Software Angiográfico (MIP); ü Software Pulmonar (mIP); ü Software para Estudos Dinâmicos (Dynamic Scan); ü Sistema de subtração digital óssea durante a aquisição; ü Software para visualização de imagens em tempo real, durante a aquisição, com taxa de amostragem de, no mínimo, 6 (seis) imagens por segundo; ü Software de gatilhamento de aquisição por nível de contraste, permitindo múltiplos ROI's; ü Software redutor de artefatos metálicos para próteses extensas; ü Capacidade total em Hard disk: pelo menos 450 Gbytes; ü Capacidade de armazenamento de imagens: mínimo de 100.000 imagens e dados brutos das 3500 últimas rotações; ü Unidade de gravação de CD/DVD; ü Tempo de reconstrução de imagens axiais em matriz 512x512, de no mínimo até 10 imagens/segundo ou superior; ü Protocolo DICOM 3.0 contendo no mínimo as seguintes modalidades: Print, Storage SCU e MWM (Worklist); ü Resolução de alto contraste mínima: 12 lp/cm; ü Instrução automática para os pacientes com no mínimo 10 mensagens programáveis; **Interface para impressão padrão DICOM e/ou Windows post-script;**

Ficando os demais itens inalterados conforme sua sequência.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 01 de novembro de 2022.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 21 de outubro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:13 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Ana Luzia Zaneti Rosa**,portador da cédula de identidade RG – 78995-5 SSDC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o n. 742.563.272-15 para tomar posse no cargo de **PROFESSORA PEDAGOGA – ZONA RURAL** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 394/2022 de 06 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 08:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Rosimeire Souza da Cruz**,portadora da cédula de identidade RG – 2142437-3 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 026.322.591-77 para tomar posse no cargo de **T.D.I** (Técnico em Desenvolvimento Infantil) em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 430/2022 de 21 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Marilza de Oliveira**,portador da cédula de identidade RG – 1274933-8 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 949.976.321-04 para tomar posse no cargo de **T.D.I** (Técnico em Desenvolvimento Infantil) em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 430/2022 de 21 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N. 450/2022

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Sr. **PEDRO ALEXANDRINO PANOFF DE LACERDA,** brasileiro, residente e domiciliado na Fazenda São José zona rural deste município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG.: 0380313-9 SSP/MT e CPF: 043.703.091-15, do cargo de provimento em comissão de **Secretário Municipal de Indústria e Comércio,** a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Andréia Aparecida da Silva Fernandes**,portador da cédula de identidade RG – 1917600-7 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 022.206.391-26 para tomar posse no cargo de **Agente Administrativo** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 393/2022 de 05 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PORTARIA N.451/2022.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **EDNARDO MARQUES DE ALMEIDA,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Projetada I, Centro, S/Nº, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 15559220 SSP/MT e CPF nº 005.150.141-41, do cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA**, a contar desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO mês de OUTUBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e dois às 15:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **Rosa Lilia Matucaria Ventura**,portadora da cédula de identidade RG – 2207786-3 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o N° 047.688.431-40 para tomar posse no cargo de **T.D.I** (Técnico em Desenvolvimento Infantil) em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 430/2022 de 21 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 423/2022

De 01 de outubro de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando, o pedido de exoneração protocolizado sob o número 2336. 003.0000213.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar a pedido** a servidora **MAGNA APARECIDA DA SILVA,** matricula 675,portadora do CPF sob o nº 503.577.511-91 lotada na Secretaria de Finanças,**do** cargo de **Escriturária**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 194/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 966358

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório 194/2022 na modalidade Pregão Eletrônico 113/2022, cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa objetivando a realização de exames de imagem com elaboração de laudo, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
CENTRO DE DIAGNOSTICO EM IMAGENS E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME (10.669.636/0001-84)	R$ 90. 000,00

Vila Rica – MT, 01 de Novembro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 051/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 051/2022

PROCESSO 215/2022

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada na lei 8.666/93 art. 24 inc. XVII e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, cujo objeto é a Contratação de empresa autorizada para manutenção e aquisição de peças, para o veículo Ambulância placa RRL3D95 em concessionaria autorizada em favor da proponente **RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A** inscrita no CNPJ 59.970.624/0029-85, no valor total de R$ 5.998,84 (Cinco mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos).**Ratifico**, conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações, o despacho da C.P.L e parecer jurídico do Assessor Jurídico, publica-se.

Vila Rica, 01 de Novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 260/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 260/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2022

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa objetivando a realização de exames de imagem com elaboração de laudo.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 01 de Novembro de 2022.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

CENTRO DE DIAGNOSTICO EM IMAGENS E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME (10.669.636/0001-84) - R$ 90.000,00 - Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 082/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 082/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2022

ADESÃO 009/2022

DO OBJETO: Aquisição de 01 (um) aparelho do tipo tomógrafo, para atender a Secretaria de Saúde.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O preço global deste Contrato é de **R$ 1.200.000,00** (Um milhão e duzentos mil reais) referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira, que será pago após a entrega, conferencia e atesto na nota Fiscal.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 01 de Novembro de 2022.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA (01.449.930/0006-02) - Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2022

ADESÃO Nº 009/2022

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório 108/2022 na modalidade Adesão 009/2022, cujo objeto é a aquisição de 01 (um) aparelho do tipo tomógrafo, para atender a secretaria de saúde, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA (01. 449.930/0006-02)	R$ 1.200. 000,00

Vila Rica – MT, 01 de Novembro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 088/ 2022

COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2022

ADESÃO Nº 009/2022

O Município de Vila Rica- MT, através da Pregoeira oficial Cristina Magalhaes Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 torna publico à Adesão 009/2022, à ata de registro de preço 088/2022/Município de Agua boa MT, oriunda do Pregão eletrônico 023/2022 e considerando o parecer Jurídico favorável à adesão, considerando o pedido da secretaria de saúde, com a finalidade de adquirir 01 (um)aparelho do tipo tomografo com especificações detalhadas, no contrato e proposta da empresa **gerando o contrato 082/2022** no valor de **R$ 1.200.000,00 (Um Milhão e duzentos mil reais)** Contratada: **SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA** inscrita no CNPJ 01.449.930/0006-02.

Vila Rica / MT, 01 de Novembro de 2022.

CRISTINA MAGALHAES CASTRO

Pregoeira Oficial

Port. 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 031/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 031/2021

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato 031/2021, firmado em 13 de Abril de 2021. A prorrogação será de 90 (Noventa) dias a contar a partir do dia **10/10/2022** até **10/01/2023.**

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 10 Outubro de 2022.

ASSINANTES /

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

A.BIRK & CIA LTDA- EPP - (05.123.504/0001-12**)** Contratada.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 169/2022

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR-ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2022, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorização contida na Lei Municipal Nº 1.865/2021 de 22 de dezembro de 2021.

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto no orçamento da Câmara Municipal de 2022, credito adicional suplementar no valor de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(as).

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL	VALORES
UNIDADE: 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL	
PROJ.ATIV. 2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	
3.1.91.13. 00.00.00.00.00.01.0500-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50. 000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0500-MATERIAL DE CONSUMO	60. 00,000
3.3.90.93.00.00.00.00.00.01.0500-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40. 000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	**150. 000,00**

Art. 2º- Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de Anulação parcial e/ou total de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(as):

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL	VALORES
UNIDADE: 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL	
PROJ.ATIV. 1.001 – AQUISIÇÃO DE VEICULO	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0500-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	100. 000,00
PROJ.ATIV. 1.002 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0500-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25. 000,00
PROJ.ATIV. 2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	
3.1.90.13. 00.00.00.00.00.01.0500-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25. 000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	**150. 000,00**

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data 24 de setembro de 2022, publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de setembro de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 422/2022

de 01 de novembro de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- NOMEAR o Srº **DANILO GARCIA LOPES,** portador do CPF sob o nº 005.453.571-95 para o cargo de **Diretor do Departamento de Água e Esgoto**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

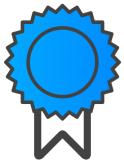
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Nov 02 22:31:53 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)